

Dossiê:

100 ANOS DA REVOLUÇÃO RUSSA

História

e

Cultura



Organizadores:

Dr. Luiz Felipe Cezar Mundim

Me. Tales dos Santos Pinto



Sumário

Editorial História e Cultura. v.6, n.1, 2017	1-2
Janaína Helfenstein, Crhistophe Barros dos Santos Damazio, Felipe Belini Pereira, Karina Anhezini, João Maurício Gomes Neto, Isadora Mutarelli, Patrícia Monique Silva	3-6
Apresentação	
Luiz Felipe Cezar Mundim, Tales dos Santos Pinto	
Artigos Dossiê	
Do céu ao inferno da criatividade coletiva. Ação autónoma, ambiguidades e a reconstrução das hierarquias na Revolução Russa de 1917-18 * From heaven to hell. Autonomous action, ambiguities and the reconstruction of hierarchies in the Russian Revolution	7-33
João Valente Aguiar	34-60
Aqueles perigosos radicais socialistas: os bolcheviques e a Revolução Russa na cobertura e nos discursos do The New York Times * Those dangerous radical socialists: the bolsheviks and the Russian Revolution in The New York Times discourse and coverage	61-82
Emmanuel Dos Santos	83-100
Ecoss da Revolução Russa na imprensa brasileira * Echoes of the Russian Revolution in the brazilian press	103-110
Iamara Silva Andrade	126-130
A teoria da revolução do P.C.B.: Octávio Brandão, a aliança de classes e o feudalismo (1922-1935) * The revolution theory of P.C.B.: Octávio Brandão, the class alliance and feudalism (1922-1935)	144-150
Danilo Mendes de Oliveira	161-170
A questão da representação feminina nos cartazes soviéticos – Algumas questões * The question of representation of women in soviet posters – Some questions	171-180
Thaiz Carvalho Senna	181-190
Leon Trotsky e a arte na Revolução Russa * Leon Trotsky and the art at the Russian Revolution	191-200
Alex Alves Fogal	201-210
Eisenstein, o cineasta da Revolução * Eisenstein, the filmmaker of the Revolution	211-220
João Barreto da Fonseca, Vanessa Maia Barbosa de Paiva	221-230
O cinema soviético e as representações da Revolução de Outubro e da Guerra Civil * The soviet cinema and the representations of the October Revolution and Civil War	231-240
Moisés Wagner Franciscon, Dennison de Oliveira	241-250
De Chapaev ao vazio: a Revolução Russa e seus efeitos na literatura pós-soviética * From Chapaev to voyd: the Russian Revolution and its effects on post-soviet literature	251-260
Luciano Augusto Meyer	

- A Pedagogia Socialista de Moisey Pistrak no centenário da Revolução Russa: contribuição pelo olhar da História e da Sociologia da Educação * La Pedagogía Socialista de Moisey Pistrak en el centenario de la Revolución Rusa: contribución por la mirada de la Historia y de la Sociología de la Educación
Ricardo Vidal Golovaty 213-2
- Artigos Livres**
- Compreender Tocqueville através da Revolução Francesa: a historiografia pela República * Understanding Tocqueville through the French Revolution: the histotigraphy by Republic
Sérgio Cruz de Castro Lima 241-2
- A miscigenação como negação do outro: os “Índios Aldeados” e o fim dos aldeamentos paulistas * The miscigenation as the negation of the other: the “Índios Aldeados” and the end of the “aldeamentos paulistas”
Vladimir Bertapeli 262-2
- A Revolução Pernambucana e as Disputas Historiográficas: Abreu e Lima e Francisco Adolfo de Varnhagen * “Revolução Pernambucana” and the Historiographical Disputes: Abreu e Lima and Francisco Adolfo de Varnhagen
Thamara de Oliveira Rodrigues 289-3
- Olhares e usos sobre a Roma Antiga. Um brevíssimo panorama em Produções Cinematográficas na década de 1950 * Perspectives and uses of the Ancient Rome. The briefest overview in Cinematographic Productions in decade 1950
Juliana Cavalcanti 310-3
- Resenhas**
- SILVA, Rénan. Lugar de dúvidas: sobre a prática da análise histórica, breviário de insegurança. Tradução Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015. 128 p.
Gilvana de Fátima Figueiredo Gomes 331-3

EDITORIAL HISTÓRIA E CULTURA. V.6, N.1, 2017

Neste ano comemora-se o centenário de um dos processos históricos mais importantes do século XX: A Revolução Russa que, fomentada pelas queixas populares condensadas ante a máxima “Paz, pão e terra” e pelos ideais do Partido Comunista, culminou com a destituição da monarquia absolutista dos *czares* e a instauração da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) no ano de 1917.

Por sua importância e legado, o tema possui um histórico rico em debates e estudos em nível mundial orientados sob os mais diversos enfoques que, no entanto, não esgotam as possibilidades de reflexão a partir dos questionamentos próprios das demandas atuais. Não à toa, o mercado editorial brasileiro tem anunciado desde pelo menos o segundo semestre de 2016 o lançamento de livros e coleções referentes ao assunto, inclusive, com traduções inéditas em português. O mesmo tem ocorrido entre os periódicos acadêmicos das áreas de Ciências Humanas e Sociais.

Deste modo, a fim de enriquecer o debate que se instaura e renovar as discussões sobre a Revolução neste aniversário de cem anos, nós da revista *História e Cultura* temos o prazer de iniciar o primeiro dos três números que compõem o volume 6 da revista com o dossiê “100 anos da Revolução Russa”, organizado pelos professores Dr. Luiz Felipe Cesar Mundim e Me. Tales dos Santos Pinto.

Neste sentido, o dossiê reúne um conjunto de dez artigos que, com o intuito de iluminar os diferentes episódios do tema em questão, subdividem-se, respectivamente, nos seguintes motes: a face díspar e antagônica da Revolução Russa; o discurso jornalístico do *The New York Times* sobre os radicais russos; os discursos sobre o processo revolucionário formulados na imprensa brasileira; Octavio Brandão e a teoria da revolução do Partido Comunista do Brasil; a representação feminina na propaganda soviética; Leon Trotsky e a contribuição da Revolução Russa para o campo da arte e da estética; o impacto das reflexões de Serguei Eisenstein na esfera cinematográfica; o cinema soviético e suas transformações; Victor Pelevin e a crítica por trás da obra *A metralhadora de Argila*; a Pedagogia Socialista de Moisey Pistrak a partir de uma leitura crítica de seu tempo e da herança de sua obra para o momento atual.

A seção de “Artigos Livres”, por sua vez, enriquece esta publicação ao apresentar quatro artigos que possibilitam a apreciação de recortes temáticos e espaciotemporais para além dos assuntos que orbitam em torno da revolução. Logo, o leitor também poderá

apreciar uma síntese das interpretações cinematográficas elaboradas sobre Roma Antiga na década de 1950; Refletir, a partir da interlocução entre os questionamentos historiográficos e antropológicos, sobre o processo de negação da identidade indígena por meio do discurso da miscigenação ocorrido na província de São Paulo, na segunda metade do século XIX; Acompanhar a problematização das dicotomias historiográficas sobre a Revolução Pernambucana a partir das considerações tecidas pelos historiadores Abreu e Lima e Varnhagen em suas obras; Entender a concepção de história formulada por Tocqueville em *O Antigo Regime e a Revolução*, ao analisar os fundamentos da Revolução Francesa.

E, para completar, contamos ainda com a resenha do livro *Lugar de dúvidas: sobre a prática da análise histórica, breviário de insegurança* de autoria de Rénan Silva, cujo conteúdo é marcado por interrogações que nos convidam a refletir acerca do fazer histórico.

Como o leitor poderá observar ao longo dessas páginas, a leitura deste número propiciará contato com um conteúdo marcado pela diversidade de abordagens e questões, entabuladas por autores em diferentes fases de formação da pós-graduação, provenientes de universidades estaduais e federais do sul e sudeste do Brasil, bem como de Portugal.

O Conselho Editorial agradece aos envolvidos em todos os processos de elaboração deste número e deseja ao público uma ótima leitura!

Equipe Editorial

APRESENTAÇÃO – DOSSIÊ “100 ANOS DA REVOLUÇÃO RUSSA”

Luiz Felipe Cezar MUNDIM¹
Tales dos Santos PINTO²

É com grande satisfação que trazemos ao público o dossiê temático **100 anos da Revolução Russa**. A efeméride desse importante processo histórico do século XX no ano de 2017 é uma bela oportunidade para a elaboração deste e de tantos outros dossiês, e eventos, que possam contribuir não apenas para trazer à luz um balanço dos estudos que pesquisadores profissionais vêm fazendo nos últimos anos sobre o tema, mas, também para apontar reflexões acerca da vida política contemporânea que, de alguma forma, possam remeter à tradição inaugurada no contexto da Revolução Russa. Na base deste interesse está o fato de que, ainda que o ano de 1917 continue a representar um incontornável marco para os estudos históricos da contemporaneidade, o evento sofreu uma relevante queda na atenção dos pesquisadores em geral. Esse fenômeno pode ser associado tanto à queda do bloco soviético; quanto à expressiva mudança nos horizontes historiográficos na academia, reflexo de uma cultura política também distante daquela do mundo bipolarizado.

Apesar da pouca tradição historiográfica no Brasil em tratar o tema, o que poderia ser explicado pela distância dos pesquisadores em relação aos documentos concernentes à revolução – eles mesmos colocados à disposição do público geral de maneira mais ampla apenas a partir da década de 1990 – e pela longa tradição nacionalista da historiografia em geral, propomos com este dossiê reunir trabalhos que se encontram dispersos, com a intenção de trazer ao leitor brasileiro estudos de autores brasileiros e estrangeiros que possam corresponder a esse interesse em debater a história a partir de uma reflexão de cultura política.

De maneira geral, a proposta foi a de reunir artigos que correspondessem a pesquisas finalizadas, ou em curso, que tivessem como eixo temático os impasses, os processos de constituição e perpetuação da Revolução de 1917 e da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, assim como suas representações e experiências de oposição

¹ Professor temporário do Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação (CEPAE) da Universidade Federal de Goiás (UFG). Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS) e pela Université Paris 1 - Panthéon-Sorbonne. Contato: luizmundim@gmail.com

² Doutorando e Mestre em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Bolsista CAPES. Contato: talessantospinto@gmail.com

política, econômica e bélica realizadas pelo chamado “bloco capitalista”.

De maneira geral, a vitória do partido bolchevique após o golpe de outubro de 1917 foi apresentada como a primeira revolução vitoriosa conduzida pelos trabalhadores, influenciando o movimento operário mundial nas décadas subsequentes. A imagem que ilustra a capa deste número da Revista História e Cultura remete a essa revolução vitoriosa e à criação de uma nova sociedade e de um novo homem que deveriam se desenvolver a partir dela. A forma organizativa do partido bolchevique passou a ser o modelo adotado pelos demais partidos comunistas mundo afora. Da mesma forma, as medidas adotadas para a construção da União Soviética tornou-se o programa político hegemônico do movimento operário mundial, e um dos polos do binômio societário que marcou o mundo após a segunda metade do século XX.

Essa narrativa que sustenta o processo histórico que culminou na Revolução com uma direção única e inconfundível, desprovida de contradições, por exemplo, é questionada pelo artigo do historiador português João Valente Aguiar, *Do céu ao inferno da criatividade coletiva: ação autônoma, ambiguidades e a reconstrução das hierarquias na Revolução Russa de 1917-18*, que abre o dossiê propondo uma interessante discussão a partir de bibliografia pouco consagrada sobre os momentos iniciais da Revolução. Trata-se de uma forma de narrar a deflagração do processo revolucionário e de sua consagração enquanto força política dominante que problematiza o engessamento do discurso, sempre contraditório, construído a partir da naturalização da construção do estado bolchevique. Aguiar aponta que a Revolução Russa de 1917-18 foi atravessada por um processo díspar e antagônico, tendo numa primeira fase massas de trabalhadores urbanos que desenvolveram formas sociais de organização coletiva inovadoras e criativas, os Comitês de Fábrica; para apenas numa segunda fase esse processo ter sido revertido brutalmente por via da passagem do controle do processo econômico de base (e protagonizado pelas bases de trabalhadores) para as mãos dos bolcheviques, neogestores estatais em formação. Este debate, nos parece, é central para a percepção das contradições e desafios inerentes à Revolução, e que redundaram na vitória e perpetuação da hetero-organização bolchevique, em detrimento da auto-organização dos trabalhadores que estava presente de maneira vital e determinante desde fevereiro de 1917.

O dossiê segue apresentando mais duas narrativas, ou formas de narrar o processo revolucionário. Uma delas, crucial na forma com que a população mundial viria a encarar a Revolução, é a narrativa da imprensa à época. Nesse sentido, Emmanuel dos Santos, no

artigo *Aqueles perigosos radicais socialistas: os Bolcheviques e a Revolução Russa na cobertura e nos discursos do The New York Times*, reconstitui com esmero e de forma bastante instigante a narrativa do jornal norte-americano para a Revolução durante todo o ano de 1917, perfazendo os editoriais e colunas publicadas diariamente com uma importante tradução dessas fontes para a língua portuguesa. O mesmo trabalho é empreendido por Iamara Silva Andrade, que desenvolve pesquisa sobre os *Ecos da Revolução Russa na imprensa brasileira*.

Ainda sobre os impactos da Revolução Russa no Brasil, temos o artigo *A Teoria da Revolução do P.C.B.: Octávio Brandão, a aliança de classes e o feudalismo (1922-1935)*, de Danilo Mendes de Oliveira, no qual o autor apresenta a visão de um dos principais teóricos da origem do PCB sobre a revolução social no país e como o partido e a classe operária deveria atuar com outras classes sociais na condução do processo revolucionário brasileiro. O autor ainda apresenta a perspectiva histórica do autor analisado sobre a formação do Brasil à luz da teoria da História.

Na sequência, abrimos um bloco que propõe reunir artigos que orbitam o tema da revolução na cultura a partir da Revolução Russa. Retornamos a Rússia por uma escala de análise mais reduzida, e crucial para percebermos o processo de afirmação do poder estatal bolchevique, com o artigo de Thaiz Senna sobre *A questão da representação feminina nos cartazes soviéticos*. Senna apresenta o processo revolucionário pela afirmação de um ponto de vista de construção da chamada Nova Mulher, que deveria se identificar com uma perspectiva moderna sobre a mulher, emancipada e de alguma forma igual ao homem. A autora parte do pressuposto que as representações são sempre um ideal, e que as representações da mulher na União Soviética podem ser entendidas como ideais do que deveriam ser as mulheres, e não o que a mulher era na sociedade. Nesse sentido, busca perceber padrões e deslizos que sinalizam escolhas menos conscientes e carregadas de valores e juízos, o que permite a autora afirmar que, embora a representação buscasse criar a Nova Mulher, ao mesmo tempo os cartazes serviam como propaganda à afirmação do estado bolchevique, e eram perpassadas por uma visão ainda tradicional da mulher, além de nunca as colocar em posição política ou social central nas imagens, o que corroborava com a ausência delas em cargos centrais na burocracia estatal.

Ainda no campo cultural, e ao mesmo tempo em que nas artes plásticas, é sabido que a Revolução abriu caminho para a expansão das vanguardas artísticas, num primeiro momento, e posteriormente culminou no chamado realismo socialista. O dossiê propõe, na sequência, um breve e preciso compêndio dessas contribuições no campo do cinema,

com dois artigos, *Eisenstein, o cineasta da Revolução*, de João Barreto Da Fonseca; e *O Cinema Soviético e as representações da Revolução de outubro e da Guerra Civil*, de Moisés Wagner Franciscon e Dennison de Oliveira. No campo da crítica dos movimentos culturais contemporâneos à revolução, com o artigo *Leon Trotsky e a Arte na Revolução Russa*, de Alex Alves Fogal. E por fim uma análise da literatura russa após a queda da URSS na década de 1990, com o texto *De Chapaev Ao Vazio: Entre a Revolução Russa e seus Efeitos na Literatura Pós-Soviética*, de Luciano Augusto Meyer.

Da mesma forma, o campo intelectual e científico nunca mais seria o mesmo após a Revolução Russa, tanto pelo impacto direto das reflexões filosóficas e pela produção de novas técnicas de pesquisa nas mais diversas ciências, quanto pela influência ideológica nos diversos institutos de ensino e pesquisa em todo o mundo. No campo educacional, por exemplo, foram várias as contribuições de pensadores soviéticos, como Lev Vigotsky, Moisey Pistrak, Anton Makarenko, dentre outros. Tendo esses campos de impacto na história contemporânea em mente, e seguindo essa divisão que leva em conta as narrativas sobre a Revolução como formas de debater a cultura política, é que fechamos o dossiê com o artigo de Ricardo Vidal Golovaty, *A Pedagogia Socialista de Moisey Pistrak no centenário da Revolução Russa: contribuição pelo olhar da História e da Sociologia da Educação*.

Nesse interessante artigo, feito a partir de uma investigação coletiva no Instituto Federal de Goiás dedicada às questões históricas envolvendo a politécnica e o centenário da revolução, Golovaty propõe uma reflexão crítica sobre a Pedagogia Socialista de Moisey Pistrak, preocupado em lançar questões para os impasses políticos da militância estudantil contemporânea. O autor faz um importante exercício de articulação entre a conjuntura política e econômica na qual Pistrak produziu as obras *Fundamentos da Escola do Trabalho* (1924) e *Ensaio sobre a escola politécnica* (1929), com o olhar sociológico, sobre as relações entre educação e estrutura social, escolarização e Revolução Russa. Esse exercício proporciona ao leitor, tal como João Valente Aguiar propõe no artigo que abre o dossiê, uma narrativa sobre a Revolução que se distancia da tradicional, ao mesmo tempo em que retoma a proposta de pedagogia socialista como cultura socialista, e não como uma mera prática naturalizada pelos agentes que renegue a difícil realidade da comunidade escolar nos dias atuais.

A todos (as), uma boa leitura!

DO CÉU AO INFERNO DA CRIATIVIDADE COLETIVA. ACÇÃO AUTÓNOMA, AMBIGUIDADES E A RECONSTRUÇÃO DAS HIERARQUIAS NA REVOLUÇÃO RUSSA DE 1917-18

FROM HEAVEN TO HELL. AUTONOMOUS ACTION, AMBIGUITIES AND THE RECONSTRUCTION OF HIERARCHIES IN THE RUSSIAN REVOLUTION

João Valente AGUIAR¹

Resumo: A criatividade corresponde a um processo social em que um conjunto diversificado de atores empreendem dinâmicas socialmente inovadoras, e onde desempenham um papel de protagonistas ativos. Nesse aspeto, a revolução russa de 1917-18 foi atravessada por um processo díspar e antagónico. Numa primeira fase, massas de trabalhadores urbanos desenvolveram formas sociais de organização coletiva inovadoras e criativas: os Comitês de Fábrica. Numa segunda fase, esse processo foi revertido brutalmente por via da passagem do controlo do processo económico de base (e protagonizado pelas bases de trabalhadores) para as mãos dos bolcheviques, neo-gestores estatais em formação. O artigo aborda como esse processo passou entre as duas fases referidas e de que forma a não resolução de contradições e desafios inerentes à primeira fase redundaram na penetração da hetero-organização bolchevique no quadro da auto-organização dos trabalhadores.

Palavras-chave: criatividade, gestores, Estado

Abstract: Creativity reflects a social process where a diversified set of social actors develop innovative social dynamics, and where they have an active role. In this way, the Russian Revolution of 1917-18 was crossed by an antagonistic process. In a earlier stage, masses of urban workers developed innovative and creative collective forms of social organization: the Factory Committees. At a later stage, the process was brutally reverted by the Bolsheviks, neo-managers in formation, where they turned to be masters of the economic process. The article describes the process between the two phases and how the non-resolution of the contradictions and crossroads presented at the earlier phase resulted in the penetration of Bolshevik hetero-organization amongst workers' self-organization.

Keywords: creativity; managers; State

I - A vaga dos comités de fábrica

A 23 de Fevereiro de 1917, milhares de domésticas e de operárias fabris furiosas com a falta de pão tomaram as ruas, ignorando os apelos dos líderes operários para que mantivessem a calma. No dia seguinte, 200 mil trabalhadores de Petrogrado entraram em greve. A 25 de Fevereiro contingentes gigantescos de manifestantes envolviam-se em confrontos com militares. Uma revolução tinha começado. No dia 27 de Fevereiro atingiu-se um ponto crítico, quando regimentos inteiros de soldados começaram a desertar para o lado dos insurgentes. (...) Entretanto, surgiu o Soviete de operários e soldados de Petrogrado, criando assim

¹ Doutor em Sociologia – Universidade do Porto. Pesquisador de pós-doutorado em Sociologia – Instituto de Sociologia da Universidade do Porto. Bolseiro FCT SFRH/BPD/85425/2012. E-mail: joaovalenteaguiar@gmail.com

uma situação extraordinária de poder dual. A 3 de Março o czar abdica (SMITH, 1983, p. 54).

Assim começa a revolução proletária na Rússia. Desse modo, a tese bolchevique de que a “verdadeira” revolução – a socialista – apenas teria começado em Novembro quando tomam o poder, apenas serve para esconder o motor anterior iniciado em Fevereiro: o aparecimento de organismos de poder operário nos locais de trabalho, órgãos esses que estiveram na base do derrube do czarismo. Intercambiando ruas e ocupação de fábricas, a classe trabalhadora naquele país desencadearia um processo político que, em diversos momentos, procurou desenvolver novas modalidades de organização da produção. Nesse sentido, há que realçar o poder devastador das ondas iniciais que em pouco tempo derrubaram um regime. Mas não foi só um regime político que esteve em causa. Com efeito, o Soviete de Petrogrado reflectia a existência de algo ainda mais profundo e vinculativo ao conjunto da classe trabalhadora em luta: a formação de comités de fábrica. Estes combinariam dois aspectos interligados. Uma rejeição dos representantes das anteriores classes dominantes. E a tentativa de criação de novas relações sociais. Sobre o primeiro repare-se nos seguintes breves exemplos. “Na fábrica Putilov o director e o seu adjunto foram assassinados por trabalhadores e os seus corpos atirados ao canal Obvodnyi; e cerca de 40 membros da direcção foram expulsos nos primeiros dias” (ibidem, p. 55). Na indústria naval pelo menos 60 membros da administração foram demitidos, transferidos ou expulsos. Na fábrica de cartuchos 80% do pessoal de supervisão e de gestão foram expulsos. Como se afirma no estudo que se está a seguir, “levar os administradores para fora da fábrica num carrinho de mão era uma forma de protesto estabelecida e recorrente no movimento operário russo” (ibidem, p. 56).

Mas a novidade não se encontrava somente do lado da expulsão de gestores das fábricas. De facto, a constituição de comités de trabalhadores eleitos e revogáveis pelos próprios trabalhadores de cada fábrica, e que correspondiam a directivas emanadas das assembleias de base, foi o dado mais visível do movimento de luta nos locais de trabalho. Nalgumas fábricas, logo desde o início de Março, todos os níveis da administração passaram a ser eleitos pela força de trabalho, reflectindo o sentimento dos trabalhadores de base. Com efeito, “os comités de fábrica lidavam com qualquer aspecto da vida” concreta da fábrica e dos trabalhadores. “Assuntos como o fornecimento de comida, a formação de milícias operárias, a arbitragem de disputas laborais, os intervalos para almoço, horas extra ou o clube cultural da fábrica” (ibidem, p. 85) passaram a ser geridos por comités de fábrica que, em diversos locais e durante o ano de 1917, eram emanações

directas e controladas pelas assembleias de trabalhadores. O sentimento geral era o de que “os comités eram considerados pelos trabalhadores como sendo as suas instituições – muito mais próximos do que os sindicatos ou os sovietes, pelo que consequentemente eram mais populares” (ibidem).

A 2 de Abril de 1917 reúne-se uma conferência de comités de fábrica das indústrias militares de Petrogrado. Na resolução final surgem alguns pontos sobre o seu funcionamento.

“Do Comité de Fábrica deve emanar todas as instruções relativas a organização interna da fábrica, isto é, instruções relativas a horas de trabalho, salários, contratações e despedimentos, feriados, etc. Todo o pessoal administrativo (gestão e técnicos de todos os níveis) compromete-se a operar sob o consentimento do Comité de Fábrica que”, por sua vez, “tem de notificar os trabalhadores das suas decisões nas assembleias gerais (...). O Comité de Fábrica controla a actividade de gestão nos planos administrativo, económico e técnico (...)” (citado em BRINTON, 1975, p. 2).

Também em Junho se realizaria a primeira conferência de Comités de Fábrica de Petrogrado onde “336 dos 421 delegados proclamaram os Comités de Fábrica como ‘organizações de luta eleitas na base da democracia mais ampla e com uma liderança colectiva’. Os seus objectivos eram a ‘criação de novas condições do trabalho’. A resolução apelava para que ‘a organização do controlo minucioso pelo trabalho sobre a produção e a distribuição’ e para que ‘uma maioria proletária em todas as instituições tenham poder executivo’” (citado em ibidem, p. 5)

Nesse quadro, as aspirações dos trabalhadores pela aplicabilidade e difusão do princípio da revogabilidade eram uma decorrência da sua prática autónoma pela tentativa de estabelecer novas relações sociais. “Inicialmente, os comités de fábrica eram eleitos por um ano, mas após a Segunda Conferência [de Comités de Fábrica] ficou especificado que eles deveriam ser eleitos por apenas seis meses. Os comités de fábrica podiam ser revogados a qualquer momento e eram chamados a reportar as suas actividades às assembleias gerais pelo menos uma vez por mês” (SMITH, 1983, p. 204). Este combate pela expansão do princípio da revogabilidade constante dos delegados eleitos nos comités de fábrica residia no poder da base. Conforme escreveu um especialista que estudou a fundo o movimento dos comités de fábrica, “era a assembleia geral que passava resoluções sobre as questões políticas mais prementes ou que decidia sobre os assuntos importantes que afectavam cada empresa individual” (ibidem). Com efeito, os comités de fábrica “declaravam o seu direito de monitorizar a contratação e despedimento, de

supervisionar o funcionamento geral da fábrica, e intervinham em áreas tão diversas como o fornecimento de comida, a educação, a lei e a ordem. Na medida em que o poder do Estado era relativamente inefectivo, os comités tornaram-se uma parte central desse contra-estado que foi construído pelos trabalhadores entre Fevereiro e Outubro, e em nome do qual os bolcheviques tomariam o poder” (ibidem, p. 256). No fundo, é isto a auto-organização da classe trabalhadora: a (luta pela) criação de novas instituições construídas a partir de novos princípios de organização social. Os dados empíricos apresentados resumidamente demonstram a existência desse potencial de criação de novas instituições sociais. Mas porque a auto-organização não suplantou duravelmente os princípios da hetero-organização? O mesmo é dizer, de onde provém a hetero-organização?

II - Problemas e ambiguidades dos comités de fábrica

Apesar da auto-organização ter chegado a níveis elevados importa compreender que uma das suas dificuldades relacionou-se com a necessidade da construção de um processo de coordenação entre as várias fábricas e os vários comités de fábrica. Esse aspecto que, grosso modo coincidiu com a chegada dos bolcheviques ao poder de Estado, resultou na cisão entre uma prática deliberadamente autonomista e uma percepção subjectiva de esperança no Estado, pois caberia a este coordenar as várias unidades produtivas isoladas. Por conseguinte, “os comités de fábrica lançaram uma campanha para pressionar o governo a adoptar uma política mais vigorosa de nacionalizações. A Sexta Conferência dos Comités de Fábrica de Petrogrado passou uma resolução que pedia a transferência de todas as fábricas e minas para as mãos do Estado” (SMITH, 1983, p. 225). De acordo com essa mesma resolução, “os comités de fábrica devem tomar conta das empresas localmente e devem trabalhar sob a direcção do Conselho Superior da Economia Nacional” (citado em ibidem, p. 225) – o Vesenska.

Em paralelo, e sem beliscar a imponência das iniciativas de base, os números existentes consideram que “apenas 39% dos comités de fábrica operavam sob controlo operário. Assim, o controlo operário afectava apenas grandes unidades industriais e deixou intocada a maioria das empresas mais pequenas” (ibidem, p. 185). É pacífico assumir que nenhuma tendência social implica abarcar a totalidade de um determinado fenómeno social e político. Todavia, enquanto uma parte importante, mesmo que eventualmente minoritária, da classe economicamente explorada se mantiver apática,

tornam-se viáveis as possibilidades de se constituir uma base de apoio a dinâmicas de hetero-organização.

A montante deste tipo de deliberações ocorria um processo de perda do dinamismo da base, entregando tarefas aos comités eleitos. “De modo a implementar os objectivos do controlo operário, os comités começaram a desenvolver um grau de burocracia e autonomia da base para assegurar que as actividades práticas do dia-a-dia seriam deixadas à sua acção” (ibidem, p. 206). Este aspecto jogou no limbo do que Maurice Brinton considerou como as diferenças entre a gestão do processo de trabalho e o controlo operário. De acordo com este autor, “gerir é iniciar as decisões por si próprio, como uma pessoa ou uma colectividade soberana, em conhecimento completo de todos os factos relevantes. Controlar é supervisionar, inspecionar ou verificar decisões iniciadas por outros” (BRINTON, 1975, p. ii). Muito mais do que uma discussão conceptual esta é uma discussão política e prática profunda, pois sem a transformação do controlo numa derivação da gestão directa dos trabalhadores, a auto-organização da classe inevitavelmente esmorece. Quando tal ocorre abre-se um espaço que é preenchido por organizações estruturadas internamente, numa estrutura piramidal e que defendem um programa político de gradual regresso dos trabalhadores à mesma vida anterior à revolução, enquanto os profissionais da política tomam as decisões fundamentais de uma sociedade. Como o mesmo autor afirmou, “os meios de produção podem mudar de mãos (passando, por isso, das mãos privadas para as de uma burocracia, que colectivamente os possui) e não revolucionar as relações de produção” (ibidem, p. vii). O mesmo é dizer que o nó górdio das ambiguidades que estão em cima da mesa nos processos revolucionários que empreendem práticas de transformação das relações sociais passa pela seguinte equação:

se a dominância do colectivo social sobre a produção se desenvolve, sendo a apropriação e a gestão cada vez mais directas e maciças, então a lei fundamental do novo modo de produção realiza-se efectivamente e assimila a si toda a estrutura [da sociedade]. Mas, se se desenvolve a existência dos intermediários nessa apropriação e nessa gestão, e se esses intermediários se reproduzem enquanto tais, constituindo-se em grupo social estável e consolidando a sua posição particular relativamente à produção e o seu poder político, então constituem-se como classe proprietária dos meios de produção e gestora do processo de produção, e inaugura-se uma forma de irrealização da lei da dominação social sobre a produção, o que tem como resultado, a partir dessa reinversão dos termos da contradição política, a reestruturação do antigo modo de produção (BERNARDO, 1974, p. 91).

Naquele cenário de progressiva desaceleração da auto-organização da classe trabalhadora, a antiga burguesia proprietária procurou utilizar a concessão de determinadas reivindicações para tentar enquadrar o movimento. Nesse sentido terão sido quatro as concessões acordadas por sectores do patronato de forma a reduzir o ímpeto das lutas sociais: “aumentos imediatos e reconhecíveis dos salários; dia de oito horas de trabalho; reconhecimento dos comités de fábrica e dos sindicatos; estabelecimento de câmaras de conciliamento” (SMITH, 1983, p; 76) e de arbitragem laboral. Ainda de acordo com o estudo minucioso de Smith, o desejo de cedência de reivindicações era compreensível já que os patrões concebiam e aspiravam a que os comités de fábrica se tornassem

“parte de um esquema de um sistema constitucional de relações laborais. Naquele tempo, havia boas perspectivas para se pensar que os comités de fábrica poderiam encorajar a ordem nas fábricas, ao actuarem como válvulas de escape para o crescendo explosivo de queixas do chão da fábrica. Isto é visível no acordo entre a SFWO [associação patronal russa da indústria e da construção civil] e o Soviete [de Petrogrado] de 10 de Março, onde os industriais viam” e esperavam que os comités de fábrica se comportassem como uma versão próxima do corporativismo. Numa circular sobre o acordo, a SFWO enfatizou a necessidade de os trabalhadores fazerem “uma escolha cuidadosa das pessoas que são capazes de manter boas relações entre ambos os lados” (ibidem, p. 78).

Porém, não passou da fase exploratória este primeiro ensaio de corporativismo ancorado nas esperanças de recuperação dos comités de fábrica para arbitrar conflitos entre administrações depostas e trabalhadores que tinham participado em lutas sociais. Da parte das anteriores classes dominantes, era notória a ausência daquela flexibilidade táctica que caracterizaria os capitalistas mais lúcidos das economias mais desenvolvidas. De acordo com os relatos de então “a maioria dos patrões resistiu ao estilo mais ambicioso do controlo operário, e preferiram fechar as suas fábricas em vez de se submeter” (ibidem, p. 259) aos comités de fábrica. Isto é, “alguns patrões ficaram exasperados com o que acreditavam ser um liberalismo excessivo da legislação, mas a maioria tentou colocá-lo em prática. Contudo, os trabalhadores não estavam preparados para ter as suas mãos amarradas pela nova lei. A maioria dos comités de Petrogrado já então operavam num mandato muito mais vasto do que o permitido pela lei, o que os levou a ignorar o acordo” (ibidem, p. 79). A parte final desta citação chama a atenção para as coordenadas concretas com que as lutas sociais urbanas se desenvolveram em 1917 e 1918 na Rússia. Se estas lutas eram caracterizadas por um processo interno de erosão gradual de perda da

autonomia inicial, elas eram ainda demasiado poderosas para serem apropriadas num registo reformista de negociação entre patrões e sindicatos.

Verificou-se que a burguesia privada e proprietária proveniente do regime czarista não conseguiria levar a cabo esse corporativismo nem abaixar a intensidade das lutas. Quem melhor aproveitaria as ambiguidades do movimento seriam os bolcheviques. No decorrer de 1918 inaugurar-se-ia um processo pioneiro de apropriação e recuperação institucional de lutas sociais a uma escala quase continental por parte de uma organização política proveniente da esquerda do movimento operário. Doravante não bastaria ao proletariado lutar contra a classe dominante deposta. A fecundação de novos líderes plenipotenciários dentro do território político que se auto-considerava como interno aos interesses da classe trabalhadora surgiu como um dos legados duradouros (e perniciosos) da revolução de 1917-18.

III – Os bolcheviques e os comités de fábrica

No I Congresso da Internacional Comunista, realizado em Março de 1919, Lénine proclamou que “só a democracia soviética ou proletária conduz na prática a este objectivo [de igualdade e liberdade], porque, chamando as organizações de massas dos trabalhadores à participação permanente e necessária na administração do Estado, começa a preparar imediatamente a extinção completa de todo o Estado” (LÉNINE, 4 de Março de 1919, p. 83). Com a ambiguidade e o equilibrismo que sempre caracterizaram os seus discursos, Lénine oscila entre o discurso em prol da “participação permanente e necessária” para a “extinção completa de todo o Estado” e as “organizações de massas dos trabalhadores” que, ao fim e ao cabo, eram quem deveriam participar na administração da instituição política que afinal não era para ser extinta: o Estado. As passagens de Lénine sobre o assunto são ambíguas e esquivas e contêm sempre elementos que uma leitura selectiva tanto pode vislumbrar um elogio da auto-organização como pode considerar a estatização da economia sinónima da criação de instituições autónomas. Este modo de organização do discurso não se afirma apenas no terreno semântico-narrativo mas é um sintoma da colagem da ascensão de uma nova classe dominante por dentro do corpo das lutas sociais.

Um outro exemplo é patente num texto do início de 1918 onde em duas páginas de diferença Lénine consegue defender, em palavras, a auto-organização e o seu contrário. Referindo-se às tarefas do processo revolucionário russo, Lénine revela que

uma das mais importantes tarefas, senão a mais importante, é desenvolver tão amplamente quanto possível esta iniciativa independente dos operários e de todos os trabalhadores e explorados em geral na obra criadora do trabalho organizativo. Custe o que custar é preciso destruir o velho preconceito absurdo, selvagem, infame e odioso, de que só as chamadas “classes superiores”, só os ricos ou os que passaram pela escola das classes ricas, podem administrar o Estado, dirigir a construção organizativa da sociedade socialista (LÉNINE, 6-9 de Janeiro de 1918, p. 443).

Duas páginas depois, o líder bolchevique remata epistolarmente a questão: “não é possível prescindir do conselho, das directivas das pessoas instruídas, dos intelectuais, dos especialistas” (ibidem, p. 445).

Mas as ambiguidades do discurso de Lénine vão mais longe e num importante trecho anterior à tomada do poder sobre a defesa do slogan “poder aos Sovietes” poder-se-á retirar a questão que me parece fundamental para a discussão:

“O poder aos Sovietes” significa uma transformação radical de todo o velho aparelho de Estado, deste aparelho burocrático que entrava tudo quanto é democrático, a eliminação deste aparelho e a sua substituição pelo aparelho novo, popular, isto é, verdadeiramente democrático, dos Sovietes, isto é, da maioria organizada e armada do povo, dos operários, dos soldados, dos camponeses, a concessão da iniciativa e da autonomia à maioria do povo não só na eleição dos deputados mas também na administração do Estado, na realização de reformas e transformações (LÉNINE, 27 de Setembro de 1917, p. 202).

Como se viu anteriormente, Lénine evoca repetidamente palavras de ordem que se colam a temas autonomistas. Mas ao mesmo tempo que Lénine defende a “eliminação deste aparelho” de Estado e a “concessão da iniciativa e da autonomia à maioria do povo”, Lénine trata sempre de lembrar que seria necessária uma “substituição” de actores no aparelho de Estado; e que a autonomia concedida à classe explorada se foca no plano da “eleição dos deputados” dos Sovietes e na “administração do Estado”. Isto é, trata-se aqui de uma gramática política que coloca acima de tudo o princípio da rotação de elites, onde os auto-proclamados fiéis representantes do proletariado são eleitos. E onde a persistência de uma instituição verticalizada e monopolizadora do poder – o Estado – deve ser encarada como uma componente essencial no processo político. Nesse sentido, o que no capitalismo liberal era considerado como estrutural, na construção do socialismo já seria considerado um mero objecto de eleição de deputados vermelhos e de circulação de novos administradores do Estado. Por outras palavras, onde no Estado burguês era irrelevante

quem estava no poder, no Estado socialista a abordagem constitui-se na óptica da circulação de novos dirigentes.

Esta maleabilidade conceptual antagónica permite que os bolcheviques apresentem o novo Estado socialista como uma concretização de todos os trabalhadores, independentemente de quem realmente passaria a tomar as decisões relativamente à vida social, económica e política. E independentemente da persistência e aprofundamento da estrutura vertical estatal com a chegada dos bolcheviques ao poder. Mas esta maleabilidade também permite ir colocando a estatização da economia no centro do processo político, substituindo progressivamente as aspirações de base corporizadas no início da revolução. Nos interstícios das ambiguidades da auto-organização, o Partido Bolchevique ia semeando a transformação da propriedade colectiva em propriedade do Estado operário.

A este título, é importante observar que o controlo operário era concebido como antecâmara das nacionalizações/estatizações. A ideia de Lénine acerca do controlo operário foi sempre colocada enquanto “meio de prevenir o colapso” da economia e um “prelúdio das nacionalizações”.

“Devemos, de uma vez por todas, preparar o Soviete de Delegados dos Trabalhadores, o Soviete de Delegados dos Empregados Bancários, etc. para proceder pela adopção de medidas verosímeis e praticáveis para juntar todos os bancos num único banco nacional”, consistindo o processo num prévio “estabelecimento do controlo pelos Sovietes sobre os bancos e depois pela sua nacionalização” (LÉNINE citado em BRINTON, 1975, p. 3).

Por outras palavras, os organismos de base eram perspectivados como meras entidades preparatórias do controlo da economia pelo Estado. Nas palavras de Carr, “como primeiro passo os soviets deveriam controlar ‘a produção e distribuição social’. Através das vicissitudes do verão de 1917, Lénine gradualmente assegurou a adesão dos seus seguidores partidários ao seu programa” (CARR, 1979, p. 4). A estatização avançaria por cima do terreno lavrado pelas lutas autónomas. A estatização avançaria e seria contributo decisivo para erodir o primeiro impacto das lutas autónomas. Esta posição assente na substituição e no carácter provisório dos comités de fábrica já era visível antes mesmo de os bolcheviques tomarem o poder. O caso do papel a conferir aos sindicatos é particularmente ilustrativo. Por exemplo, numa Conferência de Sindicatos de Petrogrado em Junho de 1917, uma resolução apresentada pelos bolcheviques estipulava que

os comités de fábrica eram relegados para um papel observador das “leis em defesa do trabalho e que os acordos colectivos dos sindicatos eram cumpridos”. Os comités de fábrica deveriam apelar à entrada de todos os trabalhadores da empresa para o sindicato. Aqueles deveriam “trabalhar para reforçar e estender os sindicatos, contribuir para a unidade da sua acção de luta” e “aumentar a autoridade dos sindicatos aos olhos dos trabalhadores desorganizados” (BRINTON, 1975, p. 5-6).

Em consonância, “os comités deveriam ser eleitos na base das listas preparadas pelos sindicatos” (ibidem, p. 6). As teses apresentadas pelos bolcheviques defendiam que as comissões de controlo económico deveriam estar ligadas à administração central dos sindicatos. O aviso ficou feito. Tanto assim foi que em Janeiro de 1918, o I Congresso dos Sindicatos de Toda a Rússia “com uma maioria esmagadora de bolcheviques, votou pela transformação dos comités de fábrica em órgãos dos sindicatos” (ibidem, p. 32). Mas não ficaram sozinhos. “Os delegados mencheviques e SR’s votaram com os bolcheviques uma resolução proclamando que a ‘centralização do controlo operário era uma tarefa dos sindicatos’” (ibidem).

Na infelizmente esquecida obra de Maurice Brinton a referida resolução é citada e encontram-se testemunhos vivos do objectivo de substituir os organismos autónomos da classe trabalhadora pelos sindicatos controlados pelos bolcheviques e pelo aparelho de Estado. Segundo a resolução aprovada “não é da competência dos órgãos mais baixos do controlo operário ficarem responsáveis pela função do controlo financeiro (...). Isto deve ficar com os órgãos superiores de controlo, com o aparelho geral de gestão, com o Conselho Supremo da Economia Nacional. Na esfera financeira, tudo deve ficar para os órgãos superiores do controlo operário” (ibidem). E concluía, “aos trabalhadores das empresas individuais não deve ser deixado o direito de tomar decisões finais em questões relativas à existência da empresa” (ibidem).

Edward Carr, um historiador insuspeito de simpatias pelas iniciativas de base assinalou prescientemente que

o congresso não teve dificuldade em chamar os comités de fábrica à ordem, sob o argumento de que o interesse particular de um pequeno grupo de trabalhadores se deveria submeter ao interesse geral do proletariado como um todo. Apenas uns poucos delegados anarquistas se opuseram à decisão de converter os comités em órgãos dos sindicatos. Aqui também o princípio da centralização da autoridade, disperso pela revolução, estava já em andamento (CARR, 1979, p. 26).

Tendo em vista as posições bolcheviques vale a pena observar mais de perto os comités de fábrica à luz dos propósitos estatistas dos bolcheviques. No dia imediatamente

a seguir à tomada do poder pelos bolcheviques, no Segundo Congresso dos Sovietes de Toda a Rússia, um orador bolchevique tratará de anunciar o que realmente iria significar doravante o poder do seu partido. Numa daquelas declarações que passam relativamente despercebidas à época, porque parecem implausíveis, o tom para o processo revolucionário subsequente estava dado:

novas leis relativas ao controlo operário serão proclamadas dentro de poucos dias. Uma das mais importantes irá lidar com o controlo operário da produção e com o regresso da indústria à normalidade. As greves e manifestações em Petrogrado são prejudiciais. Nós pedimos-vos para colocarem um ponto final em todas as greves económicas e políticas, para voltarem ao trabalho e para o prosseguirem de uma forma perfeitamente ordeira (...). Cada homem para a sua posição. A melhor forma de apoiar o Governo Soviético [que tinha tomado o poder no dia anterior] nestes dias é prosseguir no trabalho de cada um (citado por BRINTON, 1975, p. 15).

De facto, o “Projecto de regulamento sobre o controlo operário” escrito por Lénine nesse mesmo dia 8 de Novembro de 1917, no calendário ocidental, reproduzia o esquema de dar a entender uma coisa colocando o seu objectivo escondido nas entrelinhas. Como quase sempre à época, Lénine menciona que

exercerão o controlo operário todos os operários e empregados da empresa, quer directamente, se a empresa é tão pequena e isto é possível, quer através dos seus representantes eleitos, que devem ser eleitos imediatamente em assembleias gerais com acta das eleições e a comunicação do nome dos eleitos ao governo e aos Sovietes locais de deputados operários, soldados e camponeses (LÉNINE, 26 de Outubro de 1917, p. 408).

Depois de ter afirmado explicitamente o controlo das empresas pelos trabalhadores, Lénine começou a lançar excepções que mais não são do que a colocação da última palavra administrativa e política nas mãos do Estado central. Como primeira excepção, o líder bolchevique reitera que “fica absolutamente proibida a suspensão do trabalho numa empresa ou de uma produção de importância nacional (ver nº7)”. O que diriam os actuais herdeiros do leninismo se um qualquer governo se lembrasse de proibir as greves em empresas que eles tivessem a discricção de considerar como de “importância nacional”?

No plano micro de cada empresa, o mesmo projecto de regulamento estabelecia que “as decisões dos representantes eleitos dos operários e empregados são obrigatórias para os proprietários das empresas e só podem ser anuladas pelos sindicatos e pelos congressos sindicais” (ibidem). Tratava-se no fundo de, dentro do habitual esquema

discursivo, aceitar que os organismos de base desalojassem parte relevante das antigas classes dominantes dos seus postos nas empresas mas de, na mesma frase, lembrar que as decisões da base podiam ser “anuladas pelos sindicatos e pelos congressos sindicais”. Com efeito, acima do poder na base estava sempre o poder do topo. E assim se iam perspectivando as vias de integrar e esvaziar a dinâmica dos comités de fábrica em prol da sua subordinação – abertamente assumida – aos órgãos estatais que, na óptica leninista, deveriam deter a última palavra nas decisões a tomar. Este projecto de regulamento terminaria com mais uma disposição que confirma esta postura de transferência do poder da base para o Estado a controlar pelos bolcheviques. Como trata de lembrar um dos pontos finais do projecto de regulamento,

“(…) todos os representantes eleitos dos operários e empregados, eleitos para exercerem o controlo operário, são declarados responsáveis perante o Estado pela mais rigorosa ordem, disciplina e conservação dos bens”. No fundo, o que a burguesia proprietária não tinha conseguido no início da revolução relativamente à transformação dos comités de fábrica em organismos de regulação dos conflitos laborais, Lénine tratava de recuperar esse tema, ou não fossem os bolcheviques zelosos e competentes candidatos a construir uma moderna classe de gestores para o contexto russo de então. Aliás, na visão de Lénine não bastava subordinar os comités de fábrica mas os operários eleitos ainda deveriam responder ao Estado relativamente à “ordem» e à “disciplina” nas fábricas. Foi neste contexto político de afrontamento aos organismos de base – subreptício nos discursos e violento na prática – que o novo governo proibirá a convocação de um congresso nacional de comités de fábrica (BRINTON, 1975, p. 19)

e sob o pretexto das empresas de importância nacional e da manutenção de uma disciplina de ferro – a tal “rigorosa ordem e disciplina” de que falava Lénine – o controlo operário nos caminhos-de-ferro foi proibido em Março de 1918.

A política bolchevique de ataque aos comités de fábrica é anterior à própria derrota da revolução alemã e anterior à guerra civil, dois dos pretextos com que alguns adeptos do leninismo utilizam para desculpar as práticas do Partido Bolchevique.

IV - O ponto de viragem

Apesar da habilidosa dualidade discursiva, não foi nesse plano que os bolcheviques conseguiram promover um vector de hetero-organização das lutas sociais. Nesse sentido, foi no seu conjunto de práticas que o Partido Bolchevique pôde explorar as ambiguidades do movimento dos comités de fábrica. Do ponto de vista aqui expresso,

só se poderá compreender a organização da desorganização pelos bolcheviques se se levar em consideração que o avanço dos bolcheviques só foi possível porque o movimento de base (a auto-organização) estava enredado em ambiguidades práticas e ideológicas (vd. Secção II) e, por isso, ia perdendo fôlego. Isso é que explica que o avanço dos bolcheviques na consolidação do seu poder tenha sido recebido com um misto de desapontamento e apatia e menos com uma contestação vigorosa como a que tinha caracterizado o movimento de base no ano de 1917. “As esperanças exaltadas libertadas pela insurreição de Outubro duraram até ao início de 1918. A partir de então, sinais de desilusão na classe trabalhadora com o regime começaram a crescer” (SMITH, 1983, p. 246).

Assim, o período que assinalou a superiorização de forças dos bolcheviques sobre a auto-organização dos trabalhadores ocorreria entre Novembro de 1917 e Março de 1918. Este ponto de viragem foi tanto o momento de avanço irresistível dos bolcheviques no aparelho de Estado como foi o momento de perda de força do movimento de base. O recuo da auto-organização nunca se desliga do avanço da hetero-organização. Apesar de ter ocorrido um volte-face de quem realmente passaria a deter a iniciativa política importa sublinhar que esta viragem não ocorreu de modo harmonioso.

Naquela conjuntura conturbada “a Tcheka estava crescentemente ocupada com os arredondamentos para cima dos oponentes activos do regime. Em Abril de 1918 várias centenas de anarquistas foram presos em Moscovo; em Julho a Tcheka foi chamada para suprimir uma tentativa de golpe de Estado pelos socialistas-revolucionários que assassinaram o embaixador alemão – aparentemente em protesto contra o tratado de Brest-Litovsk. Durante o verão de 1918 dois proeminentes líderes bolcheviques foram assassinados em Petrogrado e, em Moscovo, Lénine seria atingido por tiros” (CARR, 1979, p. 20). Para além dos eventos mais belicosos – e que uma leitura do excerto de Carr já denuncia uma vantagem dos bolcheviques sobre as diferentes oposições socialistas – ocorreu uma progressiva institucionalização do poder bolchevique, especialmente na esfera do Estado. Como será analisado seguidamente, 1) a constituição do Conselho Supremo da Economia Nacional; 2) o arranque das nacionalizações; 3) o VII Congresso do Partido Bolchevique, onde os comunistas de esquerda seriam derrotados e atacados, culminariam, no seu conjunto, na 4) assinatura do Tratado de Paz de Brest-Litovsk.

De facto, a institucionalização do controlo bolchevique sobre a economia e a luta política do partido de Lénine contra a expansão do processo revolucionário interno (os organismos de base nas fábricas) e externo (as lutas no resto da Europa) foram anteriores

à guerra civil. Mas veja-se, com algum detalhe, como se processou a criação de condições institucionais para a vitória da hetero-organização conduzida pelos bolcheviques.

Em Dezembro de 1917 foi criado o Conselho Supremo da Economia Nacional (Vesenka),

aos quais foram atribuídas as tarefas de preparar “um plano para a organização da vida económica do país e dos recursos financeiros do governo”. O Vesenka tinha de “dirigir de modo uniforme” as actividades de todas as autoridades económicas existentes, centrais e locais, incluindo o Conselho do Controlo Operário de Toda a Rússia. Tinha também de estar “ligado ao Conselho de Comissários do Povo” (ele próprio constituído inteiramente por membros do Partido Bolchevique). A composição do Vesenka era instrutiva. Ele compreendia alguns poucos membros do Conselho do Controlo Operário de Toda a Rússia (já de si uma via muito indirecta relativamente aos Comitês de Fábrica), e uma representação massiva de todos os novos Comissariados [o equivalente a ministérios governamentais] e de especialistas, nomeados a partir de cima por uma “capacidade consultiva” (BRINTON, 1975, p. 21-22).

A citação é longa mas tem o mérito de descrever dois vectores relativos à constituição de uma entidade estatal ao nível central. De um lado, a constituição do Vesenka reflectia o processo de formação de uma nova classe dos gestores a partir do Estado. De outro, o Vesenka foi criado como instância de crescente subordinação dos comitês de fábrica relativamente ao novo aparelho de Estado em construção. Naturalmente, a sua institucionalização não dependeu apenas do propósito dos bolcheviques em centralizar e controlar a economia a partir de um ponto central, qual alavanca de Arquimedes sobre o tecido económico russo. De facto, o Vesenka também foi possível por via das ambiguidades ideológicas do movimento de base relativamente à confusão entre a necessidade de coordenação entre as várias fábricas e a materialização subjectiva de que essa coordenação teria de ser feita por um aparelho centralizado e sem qualquer controlo e gestão directa por parte dos trabalhadores. Carr dá conta dos dois vectores quando comenta a situação imediatamente subsequente à grande viragem do primeiro trimestre:

na indústria, pode-se dizer que o comunismo de guerra começou com um decreto de 28 de Junho de 1918, nacionalizando cada importante categoria da indústria. Isto parece ter sido inspirado parcialmente pela ameaça crescente da guerra civil, parcialmente pelo desejo de prevenir as tomadas espontâneas de fábricas pelos trabalhadores sem o conhecimento ou autorização do Vesenka (CARR, 1979, p. 23).

Não é aleatório o facto de que o avanço na estatização da economia tenha sido coincidente com a cada vez menos frequente reunião e funcionamento dos organismos criados espontaneamente pelos trabalhadores. Até o historiador leninista Charles Bettelheim dava conta desse processo:

não apenas os congressos de soviets se reuniam menos frequentemente, mas a sua autoridade foi reduzida. Depois de Julho de 1918 os responsáveis do Conselho Executivo dos Sovietes e do Conselho de Comissários do Povo deixaram de apresentar relatórios ao congresso sobre as actividades dos órgãos aos quais presidiam: previamente, esses relatórios tinham de ser discutidos e ratificados em congresso” (BETTELHEIM, 1976, p. 256).

Como sempre, os bolcheviques apresentavam resposta para as críticas que iam sendo alvo da extrema-esquerda. Assim sendo, surgiu a tese de que o desenvolvimento dos soviets e do poder de base seria incipiente: “o Poder Soviético é um novo tipo de Estado sem burocracia, sem polícia, sem exército permanente (...). Na Rússia apenas se iniciou essa obra, e iniciou-se mal” (LÉNINE, 7 de Março de 1918, p. 527). Como o desenvolvimento da dinâmica de base seria incipiente, haveria que reforçar o Estado para educar os trabalhadores: disciplina para educar as massas: “dedicai-vos à autodisciplina, submetei-vos a todo o custo, para que haja uma ordem exemplar, para que os operários (...) aprendam a lutar” (ibidem, p. 509). De facto, é bizarro que no momento em que mais era necessário promover a expansão do controlo e da gestão operária pela base, os bolcheviques tivessem multiplicado acções e comunicados tendo como meta direccionar o processo no sentido contrário.

Entretanto, no início de Março de 1918 realiza-se o 7º Congresso do Partido Bolchevique para discutir a resposta dada por esse partido no Tratado de Paz de Brest-Litovsk. Mas aquele também foi o congresso do fim do debate entre os comunistas de esquerda e os leninistas. Recorro novamente a um historiador de orientação leninista para dar conta dos resultados hoje esquecidos de que houve uma corrente comunista à esquerda do leninismo.

O 7º Congresso condenou a linha dos “comunistas de esquerda” e declarou-se favorável às medidas propostas por Lénine. Depois deste congresso, as forças da organização partidária que até então tinha estado à disposição dos “comunistas de esquerda” colapsaram muito rapidamente – parcialmente como resultado de medidas administrativas, transferências de quadros e por aí fora (BETTELHEIM, 1976, p. 376).

É pena que Bettelheim não tenha ido “por aí fora” e a especificação tenha ficado vaga. Mas não é difícil de imaginar o sucedido.

Com efeito, Bettelheim reconhece que as atitudes dos comunistas de esquerda “reflectiam indubitavelmente as aspirações de parte da base operária do partido. Não foi certamente sem acidente que foi em Moscovo, em Petrogrado e na região dos Urais – isto é, nos maiores centros industriais – que os ‘comunistas de esquerda’ encontravam o seu maior apoio” (BETTELHEIM, 1976, p. 377). É, portanto, desde o início de 1918 que surgem as críticas à orientação capitalista e estatista da direcção do Partido Bolchevique. A este propósito, leia-se parte da proclamação de Ossinsky na publicação *Kommunist* contra a marcha estatizante.

Nós não defendemos o ponto de vista da “construção do socialismo sob a direcção dos trusts”. Nós defendemos o ponto de vista da construção da sociedade proletária pela criatividade de classe dos próprios trabalhadores, não pelos patriarcas dos “capitães da indústria”. (...) O socialismo e a organização socialista têm de ser estabelecidos pelo próprio proletariado, ou ele não será estabelecido de maneira nenhuma; outra coisa será construída no seu lugar – o capitalismo de Estado (VV AA, 2005, p. 40).

A compreensão do que se estava a passar naquele contexto não chegou para evitar a expansão das lógicas desorganizadoras dos organismos de base da classe trabalhadora.

Nesse sentido, os obstáculos encontrados ao desenvolvimento do movimento autónomo explanaram-se em dois grandes planos. No plano especificamente social, as ambiguidades do próprio movimento de base e a notável capacidade organizativa e política dos bolcheviques na utilização da contestação social contra o regime czarista, contra a guerra e contra a antiga classe dominante para forjarem um novo regime social e político. A capacidade política foi tão notável que inauguraram historicamente um processo de hetero-organização dos temas e das práticas autónomas da classe explorada, que passou pela manutenção de uma terminologia socialista (soviets, comunismo, direitos dos trabalhadores, etc.) para salvaguardar uma realidade objectiva totalmente oposta, baseada na exploração económica a partir do Estado. Este foi o plano social propriamente dito.

Porém, o plano social não se expressa unicamente numa valência nacional mas interage com a conjuntura em seu redor. Ora, entre 1916 e 1921, a Europa viveu um processo revolucionário absolutamente interligado (1916-21).

O que sucedeu de 1916 até 1921 foi um processo revolucionário único, à escala europeia e com repercussões nos Estados Unidos, que opôs o internacionalismo dos trabalhadores ao nacionalismo das classes dominantes. A insurreição bolchevista foi um mero episódio, que se distinguiu apenas por um detalhe – ter vencido. Mas o declínio do movimento internacionalista e a evolução posterior das lutas sociais converteram numa profunda derrota aquela vitória inicial dos trabalhadores russos. Aliás, o facto de uma revolução que começara ultrapassando as fronteiras ter triunfado apenas num país contribuiu decisivamente para desarticular o movimento. Ao ocuparem o poder de Estado e implantarem uma economia estatal, os bolchevistas abandonaram muito rapidamente a perspectiva do internacionalismo e passaram a defender interesses nacionais russos. A inversão da revolução e a desagregação do impulso internacionalista são as responsáveis pela deturpação dos acontecimentos daquela época, já que geralmente a revolução bolchevista é apresentada pelos historiadores como exclusivamente russa, e as insurreições militares são reduzidas a episódios isolados e votadas a um esquecimento tanto mais deliberado quanto é ajudado pelo segredo dos arquivos. Mas o contraste com os anos que se seguiram só pode ser entendido por quem tiver em conta o carácter internacional do processo ocorrido entre 1916 e 1921 (BERNARDO, 2003, p. 178-179).

Ora, até ao acordo de Brest-Litovsk de Março de 1918, era generalizada a tese de que a revolução na Rússia não tinha como propósito a edificação de um Estado socialista nacional russo. Pelo contrário, os trabalhadores russos viam o processo revolucionário como uma dinâmica que deveria confluir com outras revoluções a ocidente, unificando assim os processos nacionais de luta num único processo europeu. A sua não concretização prática não apaga o facto de a tendência de desenvolvimento das diversas lutas se operar num plano internacional. Por conseguinte, a concentração de diversos processos de profundas lutas sociais em curtos períodos de tempo parece demonstrar um grau de internacionalização das lutas que está longe de ser negligenciável. Do meu ponto de vista, afigura-se inconsequente querer negar o carácter internacional das ondas revolucionárias de 1848-49, 1916-21, 1968-75 apenas porque não teriam ocorrido processos nacionais identicamente sincronizados. Se se utilizar este critério então também as revoluções nacionais de qualquer tipo também teriam de consumir uma homogeneidade de lutas em todo o território nacional.

Retomando a discussão específica do caso russo de 1917-18, em Brest-Litovsk consumou-se no plano internacional a derrota que vinha ocorrendo no plano social. Dado o que foi apresentado até aqui, e olhando fundamentalmente para a actual secção, parece-me que a atitude final dos bolcheviques em terem aceitado um acordo com as forças imperiais alemãs só é explicável à luz do duplo processo de desorganização social dos comités de fábrica e do avanço estatizante. Sem a vitória no plano da dinâmica classista

da hetero-organização contra a auto-organização, os bolcheviques nunca teriam respaldo político e social para sustentar uma posição que preferiu defender o interesse do Estado nacional russo em detrimento dos interesses do proletariado europeu.

Lénine vai defender a assinatura do acordo de Brest-Litovsk baseando-se em duas premissas que os eventos vieram a infirmar. Em primeiro lugar, Lénine baseia-se no atraso da revolução europeia para justificar um pretensão “vão-se os anéis, ficam os dedos”. “Se a revolução europeia se atrasou no seu nascimento, esperam-nos as derrotas mais duras, porque não temos exército, porque não temos organização, porque não podemos resolver agora estas duas tarefas” (LÉNINE, 7 de Março de 1918, p. 507). Lénine vai assim defender a assinatura do Tratado baseando-se na supremacia da defesa do Estado nacional russo em detrimento da tentativa de unificar o movimento revolucionário ali desencadeado com as movimentações em Viena, Budapeste, as lutas nas barricadas em França, e as crescentes lutas nas ruas e nas fábricas na Finlândia e na Alemanha. Como o próprio admite num discurso no 7º Congresso do Partido Bolchevique, “agora assinamos a paz, temos uma trégua, aproveitamo-la para melhor defender a pátria” (ibidem, p. 508). Lénine vai ainda mais longe e envia os objectivos da revolução internacional para as calendas gregas.

Admito que vos entusiasmeis pela revolução internacional nos campos de batalha, porque ela começará. Tudo chegará no seu tempo, mas agora dedikai-vos à autodisciplina, submetei-vos a todo o custo, para que haja uma ordem exemplar (ibidem, p. 509).

Neste ponto torna-se interessante verificar a dissonância entre as esperanças e os entusiasmos que a perspectiva da revolução internacional oferecia a uma parte relevante do proletariado russo e a ênfase colocada na disciplina e na “ordem exemplar” para salvar a Rússia da invasão alemã. Aqui entra em cena a segunda parte do argumento de Lénine e, do ponto de vista dos factos, o mais grave do ponto de vista político. Segundo Lénine, o exército alemão estaria prestes a tomar Petrogrado, pelo que tal facto justificaria a assinatura do Tratado.

Estou pronto a assinar e considerarei uma obrigação assinar um acordo vinte vezes, cem vezes mais humilhante para obter apenas alguns dias para evacuar Petrogrado, pois alivio com isto os tormentos dos operários que, de outro modo, podem cair sob o jugo dos alemães; facilito a saída de Petrogrado de materiais, pólvora, etc. que nos são necessários (ibidem, p. 511).

Historiadores relativamente simpatizantes do bolchevismo como Deutscher (1972, p. 224) e Carr (1966, p. 93) defenderam que a posição assumida pelos bolcheviques próximos de Lénine era exagerada e equivocada. Parece pouco crível que um exército desmoralizado e à beira do esgotamento físico e psíquico fosse capaz de derrotar camponeses e operários mobilizados em torno de um processo revolucionário que consideravam como seu. Por outro lado, e ainda mais importante, porque um exército imperialista a alguns dias de Petrogrado desistiria de conquistar a então capital russa? Em que é que se justificaria que tal suposto avanço irresistível alemão poderia ou teria de parar quando o filão dourado já só estaria a poucos dias de poder derrubar e derrotar todo um processo que já era percebido em todas as capitais e chancelarias europeias como um perigo para a estabilidade da sociedade capitalista? Se o exército alemão estivesse assim tão próximo de tomar Petrogrado, não prefeririam os capitalistas de todos os países beligerantes evitar o nascimento e consolidação do que à época se pensava ser um regime social anticapitalista? Esta última interrogação tem um pendore mais interrogativo mas não me parece que as respostas dos leninistas às questões anteriores sejam sólidas. Se os comunards de Paris tivessem sugerido um armistício a Thiers e a Bismarck aquando da ofensiva final, estes teriam aceitado? Se as forças militares capitalistas não aceitaram no caso de uma cidade ocupada e controlada por operários, porque não fariam o mesmo em Petrogrado, sabendo que, em caso de sucesso, o desfecho seria ainda mais frutuoso para as classes dominantes?

De facto, como alguém que abordou o assunto em detalhe,

não se tratou só, nem principalmente, de entregar às autoridades da Alemanha, do Império Austro-Húngaro e da Turquia um certo número de territórios, mas sobretudo de lhes reconhecer o controlo absoluto sobre a população desses territórios, permitindo-lhes que, através da repressão e das chacinas, destruíssem a obra de renovação social que os operários e os camponeses aí haviam encetado. A capitulação dos bolchevistas perante as imposições do militarismo imperial alemão representou a desnaturação de um processo revolucionário que até então fora exclusivamente internacionalista (BERNARDO, 2003, p. 432).

No final de 1918, a tal revolução europeia que demoraria a vir já tinha desenvolvido sovietes e comités de base em fábricas e portos do Reino Unido a Helsínquia, passando por quase toda a Europa Central. Entretanto, na Rússia a classe trabalhadora estava tomada pelo avanço da estatização e da correspondente retracção e neutralização dos organismos de base. Dos mais de 200 sovietes que responderam antes do final do prazo de discussão final relativamente à assinatura ou não de um armistício

em Brest-Litovsk, dos mais relevantes apenas dois, o de Sebastopol e o de Petrogrado, se pronunciariam pela assinatura. Como o próprio Trotsky admitiria “uma série de grandes centros operários declarou-se, por uma maioria esmagadora de votos, favorável à ruptura das negociações” (TROTSKY, 1970, p. 444-445). Porém, a contestação a Brest-Litovsk ficaria pelo plano da votação em assembleia.

Assim, a inação prática da classe trabalhadora naquele contexto demonstra que a tragédia de Brest-Litovsk resultou de um prévio processo de desorganização gradual da iniciativa autónoma da classe trabalhadora, logo nos primeiros meses do poder bolchevique. Os efeitos da guerra civil devastadora provocada pelo Exército Branco e pelas potências ocidentais encarregar-se-iam de enterrar o resto da revolução. Doravante, seria

através da disciplina militar que um processo social libertador se converteu num processo de renovação do aparelho repressivo e dos sistemas de exploração. Mostrando-se incapazes de continuar o ímpeto internacionalista, o proletariado industrial russo e sobretudo os camponeses deixaram os aspectos concretos ser tratados em Brest-Litovsk nos termos abstractos do interesse nacional (BERNARDO, 2003, p. 440).

Como poderia ser de outra maneira se já se tinha iniciado o processo de passagem da administração e direcção das empresas para as mãos dos gestores?

V - A gestão das empresas soviéticas

No caso soviético, a gestão das empresas não teve qualquer critério anticapitalista e, pelo contrário, foi totalmente orientada por uma classe social que camuflava o controlo do processo de produção com os discursos da construção do socialismo. O dado mais relevante na substituição do poder de decisão dos comités de fábrica e das assembleias de base foi a instauração do princípio do gestor único nomeado pelas instâncias superiores técnicas do Estado (exemplo, o Vesenska) e/ou com um comissário do Partido Bolchevique a supervisionar. Com a viragem na correlação de forças entre a auto-organização da classe trabalhadora e a hetero-organização conduzida pelo Partido Bolchevique, esta modalidade vertical e unidirecional de poder rapidamente se aplicou nas empresas soviéticas.

Em 1919 apenas 10,8% das empresas na Rússia eram dirigidas pelo gestor único, todavia esta percentagem aumentou dramaticamente

durante 1919-20. Em Petrogrado a resistência ao gestor único foi especialmente forte, particularmente nas maiores fábricas. Em Março de 1920 69% das fábricas empregando mais de 200 trabalhadores ainda eram geridas por uma administração colegial. Os trabalhadores de Petrogrado, que foram os maiores expoentes da democracia nas fábricas em 1917, provaram ser os que ofereceram maior resistência à recentralização da autoridade de gestão durante a guerra civil (SMITH, 1983, p. 242).

Os dados de Kritzman (citado em Brinton 64) publicados logo em 1926 são ligeiramente divergentes, se bem que expressos numa escala territorial mais vasta. Segundo este autor, no final de 1920, das 2051 empresas importantes para as quais existem dados, 1783 já estariam sob a alçada do gestor único. O certo é que a gestão pelo topo estava em franco andamento e a resistência a este processo não foi mais do que isso mesmo: uma resistência, uma tentativa de abrandar um processo. A iniciativa já estava desde o primeiro trimestre de 1918 nas mãos dos bolcheviques. A instauração das administrações das empresas por nomeação directa estatal relacionou-se com o que os bolcheviques chamaram de especialistas. Estes eram o resultado da combinação entre antigos membros da classe dominante russa e a formação de novas fornadas de gestores. Mais tarde, Stáline não apenas recorreria a antigos gestores, mas iria contratar engenheiros e especialistas aos EUA. Mais interessante ainda seria o fenómeno de colocar membros inicialmente ligados à oposição interna (desde dirigentes com ligações ao trotskismo até à facção encabeçada por Bukharine) em posições-chave do ponto de vista técnico. Os casos de Pyatakov, Bubnov, Krestinsky, Preobrazhensky, Rykov ou Ivan Smirnov demonstram a utilização que o stalinismo fez de opositores no período que, grosso modo, mediou 1925-28 e o início das Purgas de 1936-38. Nesse tempo foram vários os opositores colocados em postos-chave de organismos do Estado e da gestão tecnocrática da estrutura económica central soviética. Quando uma nova fornada de gestores se formou, a primeira após a revolução, entrariam em acção os Processos de Moscovo que ajudariam a conferir um grau superior de homogeneidade e de monolitismo político e técnico nas esferas da administração, da produção e militar. Esta breve digressão sobre a primeira fase do período dirigido por Stáline ajuda a perspectivar o processo de formação de uma classe dos gestores homogénea e coesa no Estado soviético.

Regressando ao período anterior, importa perceber que o fascínio dos bolcheviques pelos tecnocratas então existentes resultou numa progressiva aproximação. Se escasseava a visão política estratégica aos tecnocratas não-bolcheviques, ela encontrava-se em abundância nos leninistas que aproveitaram a concessão de altos

privilégios para começar a desenhar a ponte entre os funcionários políticos do partido e dirigentes económicos originários das elites do anterior regime. Sendo assim, “altos directores, gestores e engenheiros, cujos serviços foram rapidamente reconhecidos como indispensáveis, eram conhecidos por especialistas, e eram remunerados com maiores salários e privilégios” (CARR, 1979, p. 23-24). Como se viu acima, o formato do gestor único de coexistência entre administração nomeada pelo Estado e um supervisor bolchevique expressava a formação da classe capitalista dos gestores a partir da aproximação e fusão de dois vectores: os revolucionários profissionais e os tecnocratas. Para além da atoarda de que não seria possível “prescindir do conselho, das directivas das pessoas instruídas, dos intelectuais, dos especialistas” (LÉNINE, 6-9 de Janeiro de 1918, p. 445), Lénine encabeçaria um novo exercício de cintura, onde sempre se revelou um especialista altamente qualificado, para justificar a preponderância dos gestores dentro das empresas. Começando por assumir taxativamente que “os organizadores das empresas verdadeiramente grandes e muito grandes, dos *trusts* e de outras instituições pertencem, em noventa e nove por cento dos casos, à classe dos capitalistas”, o líder bolchevique lembra no seu panfleto contra o “infantilismo de esquerda” que aqueles “são precisamente esses que nós, o partido proletário, devemos admitir como ‘dirigentes’ do processo de trabalho e da organização da produção, pois não há outros que conheçam este assunto pela prática, pela experiência” (LÉNINE, 5 de Maio de 1918, p. 609). Não podia ser maior a desconfiança de Lénine nas capacidades da classe trabalhadora. Precisamente no contexto em que no último ano e pouco a classe trabalhadora tinha sido capaz de organizar milhares de grandes indústrias e outras instituições, Lénine consegue não ver traços positivos na organização de base. Em vez de propor o seu aprofundamento e correcção de naturais dificuldades de organização, aponta antes à entrega da administração das empresas à nova classe dos gestores que se vinha desenhando.

No 8º Congresso do seu partido, Lénine voltaria a justificar a junção dos bolcheviques aos dirigentes económicos.

Só poderemos construir o comunismo quando, mediante os meios da ciência e da técnica burguesas, o tornarmos mais acessível às massas. Não há outro modo de construir a sociedade comunista. E para a construir deste modo é preciso tomar o aparelho da burguesia, é preciso atrair para o trabalho todos estes especialistas (LÉNINE, 19 de Março de 1919, p. 101).

A confusão entre ciência, técnica e gestão é total. A aprendizagem do conhecimento científico e técnico necessário às tarefas laborais mais complexas não

exigia que se devolvesse o poder de gestão a capitalistas. E no moralismo que sempre o caracterizou quando se tratava de marcar uma posição controversa e criticada à sua esquerda, Lénine ripostava da seguinte maneira:

se não queremos cair nas posições do utopismo puro e da fraseologia oca, devemos dizer que devemos ter em conta a experiência dos anos anteriores, que devemos salvaguardar a Constituição conquistada pela revolução, mas para a administração, para a organização do Estado, devemos ter homens que dominem a técnica da administração, que tenham experiência estatal e económica, e esses homens só podemos ir buscá-los à classe que nos precedeu. (LÉNINE, 29 de Março de 1920, p. 268).

Uma leitura cínica das intervenções de Lénine nos congressos do seu partido diria que, sendo o caso de se passar o poder para as mãos dos gestores, então mais vale entregarmos as fichas e defender a imutabilidade das relações sociais existentes. Esta leitura terá permeado a visão dos operários que poucos anos antes teriam participado nos organismos de base? Não há maneira de saber, mas o resultado foi esse. Com efeito, a reconversão de sectores da antiga burguesia proprietária como parte da nova classe dos gestores ocorreria a partir de um processo de partilha de postos governativos entre os dois eixos de formação da classe dos gestores soviéticos. A uni-los encontrava-se o coarctar completo das decisões dos comités de fábrica sobreviventes.

Nas empresas nacionalizadas as decisões do comité de fábrica tinham de ser submetidas à aprovação de um conselho económico administrativo em que os trabalhadores (incluindo os trabalhadores administrativos) não tinham a maioria. Os gestores nomeados pelos *glavki* [organismos estatais locais subordinados ao *Vesenka*] eram geralmente engenheiros e antigos gestores, e entre eles existiam antigos capitalistas (BETTELHEIM, 1976, p 155-156),

Isto é, antigos proprietários agora transformados em gestores empresariais plenos, em articulação com os gestores bolcheviques instalados no aparelho de Estado. Na descrição de um historiador, “uma certa tácita comunidade de interesses poderia ser detectada entre o governo e os membros mais sensíveis e mais moderados dos industriais em regressar a algum tipo de produção ordeira” (CARR, 1966, p. 86-87).

O recurso a antigos elementos da classe dominante czarista não correspondeu apenas a uma necessidade dos bolcheviques. Foi também o resultado da atracção e da estabilidade da institucionalização do poder estatal bolchevique. De facto, se os bolcheviques fossem, como diziam ser, meros representantes da classe trabalhadora, então como explicar a aproximação, aliança e posterior fusão entre grupos sociais de

pretensas classes antagónicas? Na realidade, não se tratavam de classes antagónicas mas de fracções de uma mesma classe social, independentemente da sua origem ser diferenciada. Mas o factor que prevaleceu foi notoriamente o da partilha de interesses de uma mesma classe social que passou a monopolizar os mecanismos de tomada de decisões e a controlar as funções de direcção e gestão do processo de produção, tanto à escala global como à escala de cada empresa. Neste processo, pela homologia de estruturas verticais entre o Partido Bolchevique e a socialização política e económica de ex-dirigentes czaristas, o papel da instituição militar teve um papel importante na confluência dos dois eixos de gestores.

Abordando o “crescente estatuto e influência dos chamados ‘gestores Vermelhos’”, Carr sublinha que

na guerra civil, antigos oficiais czaristas foram empregues na reconstrução e comando do Exército Vermelho; do mesmo modo, de forma a reavivar indústrias essenciais, antigos gestores industriais, e por vezes proprietários de fábricas, foram colocados ao serviço, sob a designação de especialistas, como gestores de empresas nacionalizadas, por vezes sob a supervisão de membros do partido ou de trabalhadores (CARR, 1979, p. 54).

Segundo o mesmo historiador, não se pode falar de uma penetração à socapa de elementos contra-revolucionários no seio das instituições políticas bolcheviques. Pelo contrário, o centro de poder do Estado esteve sempre no Comité Central do Partido Bolchevique e foi daqui que proveio a decisão de fundir o aparelho partidário, o Estado e antigos membros da classe dominante czarista. A adesão de membros da antiga classe dominante czarista ao novo Estado soviético seria fartamente recompensada.

Apesar da sua origem e afiliação predominantemente burguesa, o grupo de “gestores Vermelhos” adquiriu um lugar respeitado e reconhecido na hierarquia soviética; alguns deles foram admitidos no partido – uma recompensa pelos serviços prestados. Eles receberam remunerações acima dos escalões salariais normais, e mesmo em excesso; e eles exerceram uma voz crescentemente poderosa na administração e na política industrial (CARR, 1979, p. 54).

Seria impensável que grupos sociais de classes antagónicas coexistissem no aparelho de Estado, se não fossem realmente parte integrante de uma mesma classe social. Em comum tinham a partilha das mesmas funções socioeconómicas de direcção e administração do aparelho de Estado e da economia. Em dezembro de 1918, no Segundo Congresso dos Centros Económicos Regionais (os glavki),

Molotov analisou a composição de 20 dos mais importantes *glavki*. Das 400 pessoas envolvidas, mais de 10% eram antigos patrões ou seus representantes, 9% eram técnicos, 38% eram funcionários de vários departamentos (incluindo o *Vesenka*) e os restantes 43% eram trabalhadores ou representantes das organizações dos trabalhadores, incluindo sindicatos (citado em BRINTON, 1975, p. 49).

Os dados de Molotov demonstram como os gestores soviéticos se reconstituíram a partir de antigos membros das classes dominantes czaristas mas também a partir da ascensão de ex-operários e de dirigentes partidários a altos cargos de Estado. Com efeito, o processo de controlo e subordinação dos comités de fábrica articulou-se intimamente com o processo de fusão dos dois eixos de constituição de uma classe dos gestores. Em Março de 1918, ao mesmo tempo em que se assinava o Tratado de Paz de Brest-Litovsk, era promulgado um decreto pelo *Vesenka* a definir as funções da gestão na indústria. De acordo com o decreto

cada centro administrativo teria de nomear, para cada empresa, um comissário (que seria o representante do governo e supervisor) e dois directores (um técnico e outro administrativo). O director técnico só poderia ser demitido pelo comissário governamental ou pela Direcção Central daquele sector industrial (BRINTON, 1975, p. 35-36).

Ainda segundo o mesmo decreto “nas empresas nacionalizadas, o controlo operário é exercido pela submissão de todas as declarações e decisões do Comité de Fábrica à aprovação do Conselho Económico e Administrativo” (citado em BRINTON, 1975, p. 36). A juntar a isto, “não mais de metade dos membros do Conselho Administrativo podem ser trabalhadores ou empregados” (*ibidem*). De acordo com as directivas do Estado soviético, a supervisão geral das empresas ficava a cargo dos comissários designados pelo partido e pelo Estado e, em consonância, os directores técnicos das empresas nem sequer respondiam em nada perante os trabalhadores. Todas as decisões seriam tomadas a partir do acordo entre gestores técnicos e gestores políticos bolcheviques.

Num sentido similar, no final do mês de Março de 1918 um decreto do Conselho de Comissários do Povo acerca da “centralização da gestão dos caminhos-de-ferro” legislava pelo fim do controlo operário no sector. Segundo o decreto, o fim do controlo pela base era considerado “um pré-requisito absolutamente necessário para a melhoria das condições do sistema de transporte”, defendendo a necessidade de “uma disciplina laboral de ferro” e de uma “gestão individual” (citado em BRINTON, 1975, p. 37) nos caminhos-de-ferro. A guerra civil ainda não tinha começado, pelo que o pretexto era

minar a democracia de base dos trabalhadores. Mais uma vez se verifica que não foi a guerra civil que abriria condições para a burocratização do processo soviético mas que este processo já estava em velocidade de cruzeiro meses antes da sua eclosão.

Entretanto, em Abril de 1918, no que era considerada como a mais premente tarefa da revolução até então, Lénine diria que

é preciso consolidar o que nós próprios decretámos, legalizámos, discutimos e projectámos, consolidar em formas estáveis de uma *disciplina do trabalho diária*. Esta é a tarefa mais difícil, mas também a mais grata, pois só a sua resolução nos dará a ordem socialista. É preciso aprender a conjugar o democratismo dos comícios das massas trabalhadoras, tempestuoso, que corre como a cheia primaveril, que transpõe todas as margens, com a *disciplina férrea* durante o trabalho, com a *obediência sem reservas* à vontade de uma só pessoa, do dirigente soviético, durante o trabalho. Ainda não aprendemos isto. Mas aprenderemos (LÉNINE, Abril de 1918, p. 583) (todos os itálicos da autoria de Lénine).

Disciplina e obediência inquestionada numa revolução. Ninguém sintetizaria melhor do que Lénine a transformação de um processo de auto-organização num processo de acoplagem das massas operárias à subordinação perante o gestor único nas empresas. Mais tarde, durante os Planos Quinquenais o fervor socialista do operariado não será mais do que a folclorização ritualizada de slogans e palavras de ordem de 15 anos antes. Tal como os fascismos, o socialismo bolchevique utilizaria a *forma* das aspirações socialistas do operariado para lhe dar um *conteúdo* disciplinado, obediente e sacrificial na construção do capitalismo de Estado soviético. A troca de termos entre a prática e o discurso seria a conclusão de uma imensa operação estética de glorificação do poder dos gestores que era percebida como se do poder dos trabalhadores se tratasse.

Referências:

- BERNARDO, João – *Labirintos do fascismo*. Porto: Afrontamento, 2003.
BERNARDO, João – *Para uma teoria do modo de produção comunista*. Porto: Afrontamento, 1974.
BETTELHEIM, Charles – *Class struggles in the USSR: 1917-23*. New York: Harvester Press, 1976.
BRINTON, Maurice – *The Bolsheviks and Workers' Control*. Montreal: Black Rose Books, 1975.
CARR, Edward – *The Russian Revolution. From Lenin to Stalin*. New York: The Free Press, 1979.
CARR, Edward – *A History of Soviet Russia. The Bolshevik Revolution (1917-1923), Volume II*. Harmondsworth: Penguin, 1966.
DEUTSCHER, Isaac – *Trotsky: Le Prophète Armé (1879-1921)*. Paris: Julliard, 1972.

- LÉNINE, Vladimir – *9º Congresso do PCR (b). Relatório do Comité Central*. In – Obras escolhidas em três tomos – III, Lisboa: Avante, 1920 – 29 de Março p.258-271.
- LÉNINE, Vladimir – *8º Congresso do PCR (b). Relatório sobre o Programa do Partido*. In – Obras escolhidas em três tomos – III, Lisboa: Avante, 1919 – 19 de Março p.91-106.
- LÉNINE, Vladimir – *I Congresso da Internacional Comunista*. In – Obras escolhidas em três tomos – III, Lisboa: Avante, 1919 – 4 de Março, p.76-88.
- LÉNINE, Vladimir – *Acerca do infantilismo “de esquerda” e do espírito pequeno-burguês*. In – Obras escolhidas em três tomos – II, Lisboa: Avante, 1918 – 5 de Maio p.592-613.
- LÉNINE, Vladimir – *As tarefas imediatas do poder soviético*. In – Obras escolhidas em três tomos – II, Lisboa: Avante, 1918 – Abril p.557-587.
- LÉNINE, Vladimir – *7º Congresso Extraordinário do PCR(b) – Relatório político do Comité Central*. In – Obras escolhidas em três tomos – II, Lisboa: Avante, 1918 – 7 de Março p.497-512.
- LÉNINE, Vladimir – *Como organizar a emulação?*. In – Obras escolhidas em três tomos – II, Lisboa: Avante, 1918 – 6-9 de Janeiro, p.441-447.
- LÉNINE, Vladimir – *Projecto de regulamento sobre o controlo operário*. In – Obras escolhidas em três tomos – II, Lisboa: Avante, 1917 – 26 de Outubro p.408.
- LÉNINE, Vladimir – *Uma das questões fundamentais da revolução*. In – Obras escolhidas em três tomos – II, Lisboa: Avante, 1917 – 27 de Setembro p.201-206.
- LÉNINE, Vladimir – *O Estado e a Revolução*. In – Obras escolhidas em três tomos – II, Lisboa: Avante, 1917 – Agosto-Setembro p.219-305.
- SMITH, S.A. – *Red Petrograd. Revolution in the factories*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- TROTSKY, Leon – *Ma Vie*. Paris: Gallimard, 1970.
- VV. AA. – *The Russian Communist Left 1918-30*. London: International Communist Current, 2005.

Artigo recebido 05 de dezembro de 2016 e aprovado em 28 de fevereiro de 2017.

AQUELES PERIGOSOS RADICAIS SOCIALISTAS: OS BOLCHEVIQUES E A REVOLUÇÃO RUSSA NA COBERTURA E NOS DISCURSOS DO *THE NEW YORK TIMES*

THOSE DANGEROUS RADICAL SOCIALISTS: THE BOLSHEVIKS AND THE RUSSIAN REVOLUTION IN THE NEW YORK TIMES DISCOURSE AND COVERAGE

Emmanuel dos SANTOS¹

Resumo: Este artigo discute os eventos mais significativos do primeiro ano da Revolução Russa sob a perspectiva do influente diário norte-americano *The New York Times*. Procuraremos enfatizar como o discurso jornalístico, a partir do estudo da seleção de notícias e da linha editorial do periódico sobre o processo revolucionário russo, contribuiu para difundir determinadas imagens e representações sobre os bolcheviques, os soviets e os socialistas em geral. O propósito é compreender as atitudes do diário diante do processo revolucionário russo, observando o papel da imprensa na veiculação de informações, ideias, e visões de mundo, com a capacidade, assim, de influenciar na construção de consensos e na legitimação de políticas do Estado.

PALAVRAS-CHAVE: Revolução Russa; Imprensa; *New York Times*; Bolcheviques.

Abstract: This article intends to debate the most significant events during the first year of the Russian Revolution under the perspective of *The New York Times*. We aim to highlight how the journalistic discourse, from the newspaper editorial background and the selecting of news about the revolutionary process, contributes to diffuse certain images and representations concerning to the Bolsheviks, the soviets, and the socialists in general. This study offers an analysis of the newspaper's attitude towards the Russian revolutionary process, observing the role of the press in the dissemination of information, ideas and worldviews, therefore with the capacity to act in order to build consensus and to legitimate State policies.

KEYWORDS: Russian Revolution; Press; *New York Times*; Bolsheviks.

Introdução

Nos últimos vinte anos, a partir de novas abordagens teóricas e metodológicas, a produção acadêmica brasileira observou um crescimento da produção historiográfica que tem a grande imprensa como fonte e objeto, destacando-se vários trabalhos que analisam a repercussão de grandes eventos históricos mundiais nos debates políticos e intelectuais, suscitados pelos jornais brasileiros e do continente americano¹. O aumento dessas pesquisas com fontes periódicas, contudo, destinou pouca atenção aos estudos sobre a revolução na Rússia e suas repercussões no exterior. Neste artigo, nosso objetivo é contribuir para preencher parte dessas lacunas, ao estudarmos a cobertura e o

¹ Mestrando em História – Programa de Pós-graduação em História – UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais – Belo Horizonte, MG – Brasil. Bolsista CAPES. E-mail: emmanuelufmg@gmail.com

discurso editorial sobre o primeiro ano da Revolução Russa, entre março de 1917 e março de 1918, do influente diário norte-americano *The New York Times* (*TNYT*).

Um dos aspectos pela qual pode ser observada a importância da extensa cobertura do *TNYT* sobre a revolução na Rússia é o jornal ter se constituído como um dos principais referentes para a grande imprensa do resto do continente latino-americano sobre esse assunto. Com efeito, muito do que era publicado no *TNYT*, baseado nas informações de agências de notícias e de correspondentes do próprio jornal em Petrogrado, era frequentemente reproduzido por parte dos principais diários brasileiros e latino-americanos, em especial pelo *O Estado de São Paulo* e pelo *Jornal do Brasil* (MONIZ BANDEIRA, 2004). As seleções de notícias e os editoriais produzidos pelo *TNYT* a respeito da revolução russa, por conseguinte, serviam como base e referência para a conformação das linhas editoriais e discursivas de grande parte da imprensa latino-americana. Essa imprensa era integrada, já naquele tempo, a uma rede mundial de agências de notícias pela qual as informações percorriam o mundo em um curto espaço de tempo: “as reportagens por eles publicadas chegavam ao Brasil com apenas um dia de atraso, graças à eficiência dos serviços telegráficos internacionais” (DE MENEZES, 2006, p. 388).

Nos limites deste artigo, circunscrevemos nossa análise e nosso *corpus* documental ao período compreendido entre a chamada Revolução de Fevereiro e a assinatura do tratado de Brest-Litovsk, no início de março de 1918. Tratado que selou o armistício definitivo entre o governo bolchevique e a Alemanha, marcando a saída da Rússia da Primeira Guerra Mundial. Como discutiremos, uma das principais preocupações expressas pelo *TNYT*, no período analisado, versava sobre a possível paz em separado que poderia ser assinada entre russos e alemães.

Temos como perspectiva analítica a consideração segundo a qual os jornais são atores políticos capazes de influenciar e afetar o governo, partidos políticos, grupos de interesses, movimentos sociais e seu público leitor. A grande imprensa insere-se na vasta trama das lutas políticas e dos grupos sociais, aspecto que destaca a relevância política dos jornais e a necessidade de estudá-los. Como parte de suas estratégias narrativas, das informações e fontes a que tem acesso, o periódico, cotidianamente, exclui, inclui, hierarquiza aquilo que será publicado em suas páginas. De certa forma, a grande imprensa manipula a realidade ao dar mais relevância e destaque a determinados acontecimentos. Desse modo, confere à seleção de notícias e ao que será inserido em suas opiniões, maior ou menor relevo, ignorando ou enfatizando determinados assuntos,

de acordo com interesses, preferências, convicções de seus editores, proprietários e dos grupos que lhes dão apoio ou sustentação (BORRAT, 1989).

Abandonam-se, assim, as interpretações que veem nos meios de comunicação meros veículos de ideias ou forças sociais subordinadas e determinadas por uma infraestrutura socioeconômica ou pelo poder estatal. Desta maneira, os jornais – entendidos como atores políticos, ao expressarem e articularem projetos de distintos grupos sociais – passam a ser percebidos como “prática constituinte de uma realidade social” (CRUZ e PEIXOTO, 2007, p. 258). O que não significa que a grande imprensa não deva ser entendida como um organismo privado da sociedade civil, de grande importância para a formação de consensos.

Portanto, nos é caro, para a análise do *TNYT*, o conceito de hegemonia tal como formulado por Antonio Gramsci (1991). Segundo o pensador italiano, o Estado não se constitui somente como um aparato coercitivo pelo qual é imposto um regime de dominação social, por meio do monopólio da violência e da força. O Estado, em Gramsci, é pensado, também, como um *lócus* ampliado em que as classes dominantes fazem valer seus interesses por meio do convencimento e da persuasão, buscando conquistar o consentimento por parte dos dominados. Para isso, tornam-se fundamentais os organismos privados da sociedade civil como os meios de comunicação, as instituições de ensino, as igrejas, os sindicatos, nos quais atuam os intelectuais orgânicos, disputando a hegemonia social.

De acordo com a historiadora argentina Paula Alonso, a imprensa no continente americano passou por profundas transformações desde meados do século XIX. A outrora imprensa constituída por folhas com nítidos propósitos e vínculos políticos e partidários, foi sucedida pela chamada “moderna imprensa empresarial”, que teve no *TNYT* um dos seus proeminentes modelos. No México, Brasil, Argentina, Chile e outros países do continente, os jornais da grande imprensa modernizada, buscaram inspirar-se nos principais diários norte-americanos e europeus, apresentando-se como veículos que procuravam separar opinião da informação. Além disso, tinham como objetivo serem financiados, sobretudo, pela venda de suas edições, em alguns casos com tiragens massivas, e anúncios publicitários (ALONSO, 2003, p. 8-9).

Já no início do século XX, o *TNYT* era considerado um dos grandes jornais dos Estados Unidos. Fundado em 1851, o diário, em 1896, passou ao controle de Adolph Ochs, descendente de família de judeus alemães emigrada para os EUA em meados do século XIX (EMERY, 1965, p. 522). A cobertura do *TNYT* da Primeira Guerra Mundial

teve grande repercussão no país e foi bastante aclamada, contribuindo para que se consolidasse como um dos principais diários do país, ademais de marcar a expansão de sua circulação nacional e internacional. Segundo Gay Talese (2009), Ochs tinha posições de neutralidade, em 1915, em relação à Primeira Guerra e não queria que os EUA se envolvessem nela. No entanto, as notícias publicadas no *TNYT* inclinavam-se sutilmente em favor da Inglaterra, ainda que também existissem, com menos frequência, matérias pró-germânicas (TALESE, 2009, p. 177-178). Essa ambiguidade editorial só será definida com a entrada dos EUA no conflito, momento em que o *TNYT* assume uma clara defesa dos interesses norte-americanos.

É possível afirmar, portanto, que o conteúdo publicado no *TNYT* exercia considerável influência na opinião pública e no imaginário social dos EUA, com suas interpretações, representações e imagens criadas sobre os diversos acontecimentos mundiais tendo, também, alcance continental, uma vez que seus textos eram usados, recorrentemente, como referências por outros veículos do continente americano. Busca-se, neste artigo, sobretudo, compreender a atitude do *TNYT* diante do processo revolucionário russo, observando o papel da imprensa na veiculação de informações, ideias, valores e visões de mundo, influenciando na formação de consensos e na legitimação de políticas do Estado. Nesse sentido, as imagens, interpretações e representações construídas pelo jornal sobre a Revolução Russa, seu olhar para o outro estrangeiro, para os eventos que apareciam, muitas vezes, como anárquicos, bárbaros, incultos e incivilizados, na ótica do jornal, formaram a base discursiva pela qual uma expressiva parcela da sociedade ocidental tomou contato com os eventos ocorridos no distante país dos czares.

A Revolução Russa no The New York Times

Dos primeiros rumores de que algo inusitado ocorria em solo russo até o fim do período tratado neste artigo, o *TNYT* publicou centenas de reportagens e dezenas de editoriais para noticiar e analisar a revolução na Rússia. Entre março de 1917 e março de 1918, não houve sequer uma única edição do jornal que não trouxesse alguma notícia relacionada àquele país e não ocorreu nenhum evento significativo que não fosse comentado e discutido em editorial. Enquanto as opiniões mais elaboradas e aprofundadas concentraram-se nos eventos mais relevantes, as notas recebidas das agências internacionais e dos correspondentes que o periódico mantinha no país,

ocuparam diariamente suas páginas. Para um leitor assíduo do diário, por conseguinte, o processo revolucionário russo, podemos supor, poderia ser percebido como uma longa continuidade no tempo, embora a linha editorial do *TNYT* afirmasse que a revolução havia tido seu desfecho com o estabelecimento do Governo Provisório, tratando o período posterior como uma etapa de consolidação dos ideais democráticos e da liberdade recém-conquistada, visando um governo constitucional.

Em meio à caótica situação política e econômica, com as profundas contradições sociais exacerbadas pela guerra, o dia 8 de março (23 fev.)ⁱⁱ marcou o início da Revolução de Fevereiro. Nessa data, as manifestações em comemoração ao dia internacional da mulher levaram milhares de pessoas às ruas de Petrogrado, então capital russa. Ademais, milhares de operárias têxteis do bairro de Vyborg — região de grande concentração industrial e de grande influência política dos bolcheviques —, iniciaram uma greve contra a fome, as péssimas condições de vida e de trabalho. As manifestações, greves e motins de soldados logo se espalharam por toda a capital e por diversas regiões do país. Com o intuito de exigir o fim do regime autocrático dos Romanov, na tarde do dia 12 de março (27 fev.), uma multidão de mais de 25 mil pessoas aglomerou-se na porta do Palácio de Táuride, sede da Dumaⁱⁱⁱ e palco principal do cenário de conflitiva dualidade de poderes que marcaria a densa temporalidade dos meses posteriores às jornadas de fevereiro (FIGES, 1997, p. 307-315)^{iv}.

Em uma semana, o turbilhão revolucionário forçou a abdicação do Czar Nicolau II, levando à conformação do Governo Provisório — baseado em uma comissão de membros da Duma. Paralelamente, foi criado o Soviete de deputados operários e soldados de Petrogrado, logo seguido pela organização de sovietes por todo o país. Para a direção efetiva da estrutura soviética de poder, deu-se origem ao Comitê Executivo dos Sovietes, com predominância dos chamados socialistas moderados (mencheviques e socialistas-revolucionários). O Comitê Executivo logo declararia apoio ao Governo Provisório, cujos personagens mais proeminentes eram o Primeiro Ministro, Príncipe Georgy Lvov, membro da família dos Romanov; o liberal Pavel Miliukov, Ministro do Exterior; e o socialista-revolucionário Alexander Kerenski, Ministro da Justiça. O poder, contudo, dependia efetivamente dos sovietes, que eram órgãos representativos de trabalhadores e soldados e que se tornaram o principal espaço de influência política do país. Com efeito, no dia 12 de março (27 fev.), dois centros rivais de poder emergiram no Palácio de Táuride: o Governo Provisório, um poder formal sem autoridade nas ruas;

e o Soviete, que exercia efetivamente o poder, no entanto, sem se constituir como uma autoridade formal (FIGES, 1997, p. 324).

Após a abdicação do Czar, em 15 de março (2 mar.), a revolução na Rússia passou a ter grande destaque no *TNYT*. Até então, nenhum dos acontecimentos da aguda semana que levou à queda da autocracia czarista havia sido noticiada pelo jornal.

Assim, no dia 16 de março, o *TNYT* estampava na capa: “Revolução na Rússia; o Czar abdica”^v (*TNYT*, 16 mar. 1917, p. 1), iniciando uma extensa narrativa, que ocupou as três primeiras páginas, sobre os eventos da semana revolucionária. De acordo com essas reportagens, a revolta começou com protestos da faminta população contra sua miserável condição de vida e logo contagiou boa parte das guarnições militares da capital. A narrativa destaca a figura do presidente da Duma, Michael Rodzianko, segundo o jornal, o proeminente líder dos deputados que unanimemente se opuseram às ordens imperiais de dissolver o parlamento, decretada pouco tempo antes (*TNYT*, 16 mar. 1917, p. 2). Sem deixar de noticiar as greves, manifestações e conflitos de rua que levaram à morte de centenas de pessoas, o ponto nevrálgico da revolução, nessa narrativa, contudo, era simbolizado pela declaração aprovada pela Duma, que decretava o fim do governo do Czar Nicolau II e a formação de um novo Governo Provisório (*TNYT*, 16 mar. 1917, p. 1-3).

Se nesta primeira crônica das jornadas revolucionárias, o povo e os soldados amotinados ainda aparecem como atores políticos de relevância, embora subordinados às ações dos líderes da Duma, nos editoriais do jornal, desde então, o protagonismo da revolução e a responsabilidade pela estabilização do cenário político transferem-se, quase incondicionalmente para as decisões do Governo Provisório. Os soviets só serão incluídos no noticiário do jornal algumas semanas depois. Dessa forma, a revolução que colocou fim ao regime político czarista foi saudada pelo *TNYT* como a formação de uma nova Rússia, uma nova democracia que abriria caminho para a constituição de uma República ou mesmo de uma Monarquia Constitucional, sob os auspícios e a liderança dos políticos da Duma: “O povo russo, por meio de reconhecidos líderes da Duma, e de indivíduos leais e esclarecidos fora dela, assumiu o comando dos interesses do Império. Esse foi o objetivo e o conquistado na revolta em Petrogrado”^{vi} (*The new birth of Russia*, *TNYT*, 16 mar. 1917, p. 10).

Nesse processo, dois perigos eram alertados pelo jornal: o da reação e o da radicalização. Este último: “Parece ser um perigo menos formidável, mas que deve ser encarado”^{vii}. Ao comparar os perigos da situação russa com os dilemas enfrentados pela

Revolução Francesa, o diário destacava como o triunfo da liberdade na França teve breve duração, degenerando-se em um período de violência desenfreada e de subversão de “todo o progresso e civilização na qual os revolucionários colocavam suas mãos”^{viii}. A França teria sido salva desse período da “loucura e incompetência” somente com a ascensão de Napoleão. O futuro da Rússia, tanto a curto quanto a longo prazo, estaria nas mãos dos líderes do Governo Provisório que, caso provassem ser homens de coragem e competência, liderariam um processo ordeiro que resultaria em uma República ou mesmo em uma aceitável Monarquia Constitucional, em sucessão à autocracia (*Russia's Future, TNYT*, 18 mar. 1917, p. 12).

Em estudo sobre os impactos da Revolução Russa no Brasil, o historiador Luiz Alberto Moniz Bandeira e outros autores destacaram como essa narrativa da imprensa ocidental – baseada nos escritos do *TNYT* e das agências de notícias *Associated Press* e *Havas* – deu substrato à forma pela qual parte da imprensa brasileira noticiou e deu sentido aos acontecimentos da Revolução de Fevereiro:

Segundo o noticiário telegráfico publicado na imprensa do Rio, assim se passou a revolução de março na Rússia: o Parlamento russo, sob a presidência de Rodzianko, organizou uma conspiração, ao pressentir que o czar Nicolau II iria dissolvê-lo, através de um *ukase*. Ganhou para sua causa a guarnição de Petrogrado, com o apoio da população. Estalou a greve e o Czar, vendo que não mais podia controlar a situação, preferiu abdicar em favor do seu irmão. [...] Constitui-se, dessa forma, um governo provisório, sob a chefia do Príncipe Lvov, que chamou para o Ministério da Justiça o deputado Alexander Kerenski e entregou a pasta do exterior a Miliukov. (MONIZ BANDEIRA, 2004, p. 104-105)^{ix}

Moniz Bandeira e seus colegas, por outro lado, apresentam uma interpretação divergente, indicando como as jornadas de fevereiro foram impulsionadas pelo protagonismo das forças populares, dos trabalhadores em greve e dos setores militares amotinados, que forçaram a abdicação do Czar e a constituição de um novo governo, dando origem também aos órgãos de poder soviético. Interpretação que compartilha os sentidos sobre a dualidade de poderes apresentada por Leon Trotsky (1977) em sua célebre *A História da Revolução Russa*. Na obra, Trotsky levanta uma intrigante questão na forma de um paradoxo: como é possível explicar que o protagonismo popular das jornadas de fevereiro tenha dado origem a uma forma de poder estatal controlada, inicialmente, por hesitantes democratas liberais apoiados por setores moderados das forças socialistas organizadas nos soviets? Trotsky indica uma possível resposta a essa questão, ao ressaltar que a perspectiva dogmática de uma “etapa de

revolução burguesa” — utilizada essencialmente como aspecto justificador, combinada à indecisão política de se instaurar um governo baseado nos soviets —, acabou por levar os socialistas moderados a apoiarem o Governo Provisório. Isso, segundo Trotsky, marcaria toda a política conciliatória entre socialistas moderados e liberais nos meses posteriores.

De toda forma, o *TNYT* buscou desenvolver uma imagem bastante positiva sobre a revolução, contribuindo, podemos afirmar, para influenciar a opinião pública norte-americana com uma visão favorável ao processo que colocou fim à autocracia russa. Não é por acaso que o então presidente norte-americano, Woodrow Wilson, incluiu em suas justificativas para a entrada efetiva dos EUA na Primeira Guerra Mundial, poder contar, após a derrubada da autocracia, com um aliado democrático naquela parte do mundo (LINK, 1979, p. 70). A 22 de março, o governo dos EUA reconheceu a legitimidade do Governo Provisório, algo que foi efusivamente saudado pelo *TNYT*. Pouco menos de um mês depois, no dia de 6 de abril, Woodrow Wilson declarava guerra ao Império Alemão. Conforme observa o historiador norte-americano Georg Schild (1995), a revolução na Rússia serviu mais como um componente da retórica que buscava justificar a entrada dos EUA na Guerra, algo que ainda enfrentava razoável resistência da opinião pública norte-americana, do que efetivamente umas das razões que influenciaram a decisão governamental de inserir o país no conflito.

A partir de abril, o Soviète de Petrogrado, referido pelo *TNYT* sempre por Conselho de Deputados Operários e Soldados, ocupou relevante espaço nas reflexões de editoriais e no noticiário do jornal. No entanto, a existência do Soviète seguida de um editorial analisando seu significado ocorreu somente na edição de 8 de abril, mais de vinte dias após a instalação da primeira sessão do Conselho.

Desse modo, foi publicada, em 9 de abril, reportagem com a manchete: “Trabalhadores na Rússia atormentam novo governo. Seus deputados querem as coisas feitas à sua maneira”^x (*TNYT*, 9 abr. 1917, p. 8), enviada por um correspondente em Petrogrado. No texto, o *TNYT* descrevia a crescente atenção que a imprensa russa começava a dedicar ao conflito de autoridade entre os Soviète e o Governo Provisório. Segundo a matéria, apesar de já ter reconhecido a legitimidade do novo governo, o Soviète atuava incessantemente para dificultar que as soluções dos problemas que o país enfrentava fossem encontradas. “Uma exagerada preocupação com os direitos do povo é a causa desse atrito. O Soviète anunciou sua prerrogativa de ignorar a autoridade

governamental quando for da opinião de que essa autoridade se sobrepõe à liberdade popular.”^{xi} (*TNYT*, 9 abr. 1917, p. 8).

Desde esse momento, o *TNYT* passará a desenvolver uma narrativa sobre os soviets enfatizando o perigo de esses órgãos tornarem-se obstáculos para o Governo Provisório, único centro de poder reconhecido como legítimo pelo jornal. Além disso, indicava-se uma ameaça ainda maior, o perigo do fortalecimento de setores “extremistas” dos soviets, supostamente defensores de uma paz em separado com a Alemanha. “Extremistas” era uma das formas pelas quais o *TNYT* recorrentemente se referia aos bolcheviques, com claro sentido pejorativo. Diferentemente do que afirmava o jornal, nesse momento, em meados de abril de 1917, nem os bolcheviques nem a esquerda russa defendia a perspectiva de um acordo de paz em separado com os alemães. A maioria dos bolcheviques, nesse período, sustentava a tese de transformação da “guerra imperialista em guerra civil revolucionária”; outros setores da esquerda, como grande parte dos mencheviques, alguns socialistas-revolucionários, lideranças como Trotsky e Martov, e até mesmo alguns bolcheviques levantavam a defesa de uma “paz, sem anexações e indenizações” (REIS FILHO, p. 58-59). Tais teses, porém, não justificavam os alertas feitos pelo *TNYT* sobre os perigos de que os setores “extremistas” desejassem uma “paz em separado com a Alemanha”.

Em editorial de 12 de abril, o jornal afirmava que a democracia era a alma da revolução na Rússia, o princípio basilar do novo governo e que os norte-americanos teriam imensa satisfação em proporcionar todo tipo de ajuda ao novo governo. No entanto, era preciso se precaver dos iminentes perigos que rondavam o país:

Há na Rússia alguns conspiradores, muito provavelmente agindo sob a instigação da Alemanha, procurando causar danos ao novo governo. Uma dessas organizações é o Conselho de Deputados de Operários e Soldados, cujas atividades anarquistas das últimas semanas têm muito a nos dizer. Eles estão sendo denunciados em Petrogrado por “evidenciar um desejo de garantir a derrota do Exército Russo e uma paz desonrosa”. É a marca característica da propaganda alemã. No entanto, esses agitadores socialistas são poucos, se comparado à enorme massa de russos que lealmente apoiam o novo governo. [...] Os conspiradores estão sendo denunciados por russos leais, por reconhecidas organizações trabalhistas, pelo Partido Democrata-Constitucionalista [Cadete] e pela comissão trabalhista da Duma. [...] Nenhum desses indivíduos, nem os delegados dos socialistas alemães que foram enviados para ajudar o trabalho da sedição na Rússia terão qualquer ajuda ou simpatia nem do grande povo nem dos soldados da Rússia, que são fiéis apoiadores do governo^{xii} (*The Russian Position, TNYT*, 12 abr. 1917, p. 10).

Nesse editorial, pela primeira vez é esboçada a forma como diversas vezes o *TNYT* buscou desqualificar a atuação dos soviéticos e dos socialistas, em geral, e dos bolcheviques, em particular, procurando associá-los aos interesses da Alemanha. Além disso, era comum, nas páginas do diário, os socialistas serem referidos por conceitos como anarquistas e maximalistas, sem nenhuma preocupação com uma precisão conceitual com esses termos utilizados. A anarquia, nos editoriais e notícias, sempre esteve associada a uma vaga noção de desordem e caos. Por mais de uma vez, é possível encontrar Lenin e outros socialistas sendo qualificados pelo *TNYT* como anarquistas e socialistas na mesma matéria. Isso não tinha absolutamente nenhuma relação com as críticas dirigidas a Lenin, após a publicação de sua obra *O Estado e a Revolução* – na qual faz a defesa de que a extinção do Estado ocorreria paulatinamente ao desenvolvimento da sociedade comunista. Nessas críticas, essa visão de desaparecimento do Estado é considerada demasiadamente “anarquista” por alguns de seus críticos socialistas.

No fim de abril, após intensas semanas de protestos, greves e radicalização do processo revolucionário no campo, o governo do Príncipe Lvov é substituído por uma coalizão entre liberais, mencheviques e socialistas-revolucionários, apoiada pelo Comitê Executivo do Soviète. Em 26 de abril, o *TNYT* publica o editorial “A Rússia em perigo”, tratando de analisar as ameaças enfrentadas pelo Governo Provisório. Além de discutir o papel dos soviéticos e, pela primeira vez, referindo-se a Lenin como um agente alemão, algo que será recorrente no diário desde então. Este editorial marca uma das estratégias narrativas do jornal, baseada no discurso de que o principal perigo da Rússia, a partir desse período, seria uma nova revolução – destruidora dos ideais de liberdade – pelos grupos que supostamente defendiam interesses favoráveis à Alemanha:

O governo liberal na Rússia está visivelmente ameaçado por uma formidável agitação contrarrevolucionária, que ainda não ganhou corpo de um movimento bem definido, mas tem habilmente sido usada por agentes alemães. Muitos desses agentes são socialistas russos que atuam sabendo exatamente o que fazem e a quem beneficiam. [...] Os socialistas, liderados por Lenin, um evidente agente alemão, que foi enviado de volta à Rússia pelos alemães para esse propósito, joga o jogo da Alemanha com sedutoras consígnias como: “Ditadura para a classe trabalhadora e democracia para o exército”, além de procurar disseminar uma visão hostil aos Estados Unidos. [...] Se os agentes alemães e os socialistas e agitadores no campo produzirem uma nova revolução, vão aniquilar a esperança russa de liberdade. O primeiro resultado será a anarquia, na qual cada partido irá combater pelo controle do governo, cada qual, no seu turno, será derrubado, e do caos retornaremos à velha Rússia. [...] É

por esse objetivo que, com fervorosa dedicação, a inteira força de espíões, traidores e aliciadores que a Alemanha derramou na Rússia. [...] Esse é o claro desastre que os tolerante liberais, atualmente no controle da Rússia, estão trabalhando energicamente para evitar^{xiii} (*Russia's Danger, TNYT, 26 abr. 1917, p. 12*).

Em todo o período analisado, nunca existiu no *TNYT* a preocupação de precisar e aprofundar as diferenças políticas e teóricas entre os diferentes grupos socialistas. Como uma névoa que permitia uma análise oportunamente ambígua, a forma como o jornal representava Kerenski é um exemplo. Ora tratado como um socialista radical, que poderia colocar em risco a democracia, ora visto como um dos poucos socialistas que poderia resguardar os ideais democráticos conquistados na revolução. Desse modo, a visão do *TNYT* sobre os socialistas-moderados do soviets regularmente desprezava o papel que cumpriam na sustentação do Governo Provisório. O poder soviético era tratado como irradiador de agitações contrarrevolucionárias, responsável por colocar em risco a liberdade e as conquistas democráticas. Para o jornal, os soviets eram a causa principal da incapacidade do Governo Provisório de conseguir estabilizar o processo revolucionário e de conter as agitações socialistas nos setores populares e no exército.

Com relação à propagação da ideia de que Lenin e outros socialistas eram agentes da Alemanha, foi algo realizado de forma sistemática pelo *TNYT* em matérias e editoriais desde abril até o final do marco temporal deste trabalho. A historiografia, em geral, observa que os rumores de que Lenin e outros líderes bolcheviques eram agentes da Alemanha, baseados na inusitada forma como o revolucionário chegou ao país, por meio de um trem alemão, exerceram considerável efeito nas disputas políticas da Rússia. Isso também teve ampla repercussão na cobertura da imprensa brasileira. Desde abril de 1917, reproduzindo notas telegráficas que haviam sido publicadas em jornais europeus e norte-americanos, o nome de Lenin passou a figurar frequentemente nos periódicos brasileiros associando-o a alcunhas como “espião alemão”, “agente do Kaiser”, “vendido ao império alemão” (MONIZ BANDEIRA, 2004, p. 125).

Orlando Figes (1997) aponta como Lenin, após toda sorte de tentativas para deixar Zurique, onde se encontrava exilado, acabou por aceitar, de forma relutante, a ideia sugerida pelo menchevique Martov, ele próprio exilado na Suíça, de propor ao Governo Provisório a troca de alemães presos na Rússia pela ajuda da Alemanha na repatriação de marxistas exilados na Suíça. Após contatos dos exilados, o governo alemão, visando a desorganização das forças militares russas, percebeu as vantagens de permitir que socialistas contrários à guerra voltassem à Rússia. O Ministro do Exterior

russo, Miliukov, iniciou as negociações para tal proposta. Entretanto, após longa demora, quando as negociações pareciam emperradas, Lenin decidiu não esperar a sanção do Governo Provisório ao acordo. No dia 9 de abril (27 de mar.), Lenin e mais 31 socialistas russos partiram em um trem alemão com destino a Petrogrado. Como parte do acordo com o governo da Alemanha, Lenin exigiu que o trem em que viajaria estivesse sob a jurisdição de um pacto de extraterritorialidade, a fim de evitar que as autoridades alemãs pudessem subir a bordo para inspecionar passaportes e bagagens. Surgiu, assim, a famosa lenda do “trem blindado” (FIGES, 1997, p. 385-386). Portanto, embora eles chegassem à estação Finlândia, em Petrogrado, sob os auspícios do governo alemão, toda a onda de boatos que seria desenvolvida contra os bolcheviques, acusando-os de serem agentes da política imperial alemã, carecia de fundamentos. Mais tarde, após as jornadas de julho, tais acusações ganharam ainda mais força ao se forjar depoimentos de integrantes do exército russo para tentar incriminar Lenin e seus partidários.

Em todo o período analisado, duas das principais preocupações do *TNYT* estavam relacionadas à necessidade de fortalecer a autoridade política do Governo Provisório e de apoiar os setores sociais que defendiam a continuidade da Rússia nos esforços de guerra. Para isso, buscava-se enfatizar que o governo norte-americano deveria ajudar a “salvar” a Rússia do caos econômico e do perigo de uma contrarrevolução. Essa linha editorial do *TNYT* tem grande consonância com a política exterior do Governo dos Estados Unidos em relação àquele país. Segundo o historiador norte-americano Georg Schild, após a revolução de março, a política externa dos EUA em relação à Rússia esteve orientada centralmente por dois objetivos: “garantir a permanência da Rússia na guerra e apoiar as forças democráticas” (SCHILD, 1995, p. 42).

Nesse sentido, no mês de maio, o jornal deu grande destaque à missão diplomática – que ficou conhecida como Missão Root – na qual o senador Elihu Root, vencedor do prêmio Nobel da Paz em 1912, chefiou uma delegação de políticos norte-americanos à Rússia. Tal missão tinha a incumbência de aproximar as relações econômicas e políticas dos Estados Unidos ao Governo Provisório e influenciar os debates sobre a participação russa na Guerra, buscando assegurar que os russos continuassem no conflito.

Em geral, o *TNYT* tratava essa viagem como uma forma dos norte-americanos darem suporte à Rússia, mas também de “salvá-la” — termo recorrentemente usado

pelo jornal — do caos econômico e social. Com relação a essa missão, o *TNYT* atuou diretamente para influenciar o perfil dos seus componentes e quem deveria chefiá-la, após polêmica pública que se abriu no país. A disputa ocorria no caráter da missão, se deveria ser estritamente de apoio ao Governo Provisório, ignorando os soviets, ou se deveria incluir um setor de socialistas norte-americanos, com a incumbência de dialogar com os setores mais radicais do processo revolucionário. Nessa polêmica, que durou cerca de um mês, e na qual o *TNYT* dedicou vários editoriais, a escolha do liberal conservador Elihu Root foi saudada pelo diário, reforçando, além disso, a opinião sobre a revolução e os setores radicais da política russa:

O governo dos Estados Unidos reconheceu como governantes da Rússia o corpo de oficiais apontados pelo Comitê da Duma. [...] O governo não pode estabelecer nenhum tipo de relações com os socialistas e radicais que, sob o nome de Conselho de Deputados de Operários e Soldados, tem realizado reuniões no mesmo edifício ocupado pela Duma. [...] Foi dito que o chefe da Missão deveria ser um homem aceitável para os radicais russos, um indivíduo com a habilidade de se inserir nesses círculos de agitação e perturbação que se acredita, ou se teme, poder derrubar o atual governo e estabelecer uma república socialista. Se os EUA fossem uma república socialista um homem como esse deveria, naturalmente, ser escolhido como representante de tal Missão na Rússia. No entanto, como temos nesse país um governo de pessoas sensatas, não de radicais ou extremistas, não vemos qualquer mérito na sugestão de enviar a Petrogrado uma missão simpática não ao novo governo e sim aos inimigos, ou aqueles que logo, ficará claro, são inimigos^{xiv} (*Mr. Root and the russian socialists*, *TNYT*, 3 mai. 1917, p. 14).

Desde o início da revolução, o *TNYT* teve como preocupação central a política do novo governo em relação à participação na guerra. Seu apoio incondicional ao Governo Provisório e sua crítica aguda aos socialistas radicais eram motivados, sobretudo, pelos temores de uma possível paz em separado com a Alemanha, que levaria ao enfraquecimento das forças aliadas no *front* oriental. Após as intensas manifestações de abril, responsáveis pela queda do governo chefiado pelo príncipe Lvov, o *TNYT* destacava os perigos da saída da Rússia da guerra, além de criticar os socialistas norte-americanos favoráveis ao fim do conflito:

A Rússia ou continuará em um bom caminho caso se mantenha no compromisso do Governo Provisório de ser leal até o fim nos esforços de derrotar nosso inimigo comum, ou o povo russo perderá sua jovem liberdade por um temível retrocesso por meio da anarquia de uma autocracia restaurada e mantida pelas armas alemãs. [...] O Governo Provisório, organizado pelo Comitê da Duma, e constituído pelos mais sábios estadistas da Rússia, os verdadeiros amigos do povo russo, foi

obrigado a fazer importantes concessões ao Conselho de Deputados de Operários e Soldados, porque necessitam do apoio dos trabalhadores para ter suprimento de munições. Uma grande parte dos trabalhadores russos está inserida nas fábricas de armas e equipamento para o exército. Isso explica porque o atual Governo tem que tolerar a existência em Petrogrado de um corpo de deputados que se consideram como um governo rival, fazendo demandas e eles mesmos ditando ordens^{xv} (*The Peril of Russia, TNYT*, 5 mai. 1917, p. 12).

Apesar de insistir na narrativa de que o poder é astutamente exercido por “sábios estadistas”, é perceptível que o jornal viu-se obrigado a reconhecer que os soviets detinham considerável influência, sendo capaz de suprir o exército e de controlar as fábricas e a produção de armas. Tal constatação fará com que na linha editorial do *TNYT* seja perceptível uma constante preocupação em pensar como o Governo Provisório deveria atuar para limitar e colocar fim ao poder soviético. Ao longo dos meses, destarte, o jornal publicou diversas matérias com conteúdo pejorativo relacionado aos soviets e aos socialistas que nele participavam. Publicou, também, uma série de editoriais buscando demonstrar a periculosidade da influência soviética na realidade russa.

Com a crise de abril e a formação de um governo de coalizão entre liberais e socialistas moderados, a possibilidade de um governo formado exclusivamente por liberais caía por terra (cabe ressaltar que a presença do socialista-revolucionário Kerenski no governo, até abril, era praticamente ignorada pelo diário). Comparando os socialistas do Soviete aos jacobinos franceses, o *TNYT* alertava para os significados dos socialistas no governo:

Os jacobinos da Revolução Francesa deram uma aterradora demonstração do que uma gigantesca ignorância pode fazer quando se apodera do poder. Os indivíduos do Conselho [Soviete] estão no caminho para fazer o mesmo. Eles não têm competência para dirigir os assuntos públicos, pelo contrário, estão, na verdade, completamente equipados para o trabalho de destruição, ruína, e todo tipo de desastre político e nacional ao aceitar as teorias radicais do socialismo pelas quais são guiados^{xvi} (*The Peril of Russia, TNYT*, 15 mai. 1917, p. 14).

A cobertura sobre o que ocorria na Rússia também foi marcada por consideráveis ausências. O Congresso Pan-Russo dos Soviets, que desautorizou a manifestação que os bolcheviques pretendiam levar a cabo no dia 23 de junho (10 jun.), foi amplamente noticiado pelo jornal, indicando como o que acontecia na Rússia tinha extenso espaço no noticiário. Entretanto, a massiva manifestação de 1º de julho (18 jun.) foi completamente ignorada. Com efeito, a historiografia dá significativo destaque a

essa manifestação pelo fato das consígnias bolcheviques terem conquistado grande influência, frustrando as pretensões do Comitê Executivo dos Sovietes.

Assim, no dia 23 de junho (10 jun.), por iniciativa dos socialistas moderados, o Congresso Pan-Russo, reunido em Petrogrado, desautorizara a manifestação que os bolcheviques pretendiam realizar na capital com o objetivo de pressionar o Congresso a adotar a sua principal palavra de ordem: “todo poder aos soviets”. Submetendo-se à decisão do Congresso, os bolcheviques cancelaram a manifestação. No dia 1º de julho (18 jun.), apesar de o Comitê Executivo ter convocado a manifestação com palavras de ordem como: “convocação urgente da Assembleia Constituinte”, “paz geral”, “república democrática”, o que se viu, durante o desfile de mais de 400 mil pessoas pelas avenidas da capital, foi um grande volume de faixas com apoio massivo às consígnias bolcheviques: “abaixo os ministros capitalistas”, “todo poder aos soviets”, uma notável vitória do partido de Lenin (FIGES, 1997, p. 396-398).

Em 15 de julho (3 jul.), inicia-se um dos momentos mais dramáticos do processo revolucionário. Várias guarnições do exército, ao lado de milhares de operários do bairro de Vyborg, marcham ao Palácio de Táuride exigindo que os soviets assumissem o poder. Em pouco tempo, a revolta se alastraria, lembrando as jornadas revolucionárias de março. Os bolcheviques, embora não tivessem sido os responsáveis por iniciar as manifestações, se somaram a ela. Rapidamente, contudo, o movimento acabou por ser debelado. Esse episódio ficou conhecido como jornadas de julho e abriu grande crise política em que a possibilidade de insurreição contra o Governo Provisório esteve colocada na ordem do dia. Apesar de sua nítida influência sobre os revoltosos, os bolcheviques, com uma política inicialmente hesitante, não ousaram levar o movimento às últimas consequências. Atuaram, pelo contrário, para serenar os ânimos das dezenas de milhares de pessoas que cercavam o Palácio de Táuride exigindo o poder aos soviets (FIGES, p. 424-423).

Após a desmobilização do movimento, os bolcheviques foram acusados de tramar um golpe contrarrevolucionário contra o Governo Provisório. Os boatos de serem agentes alemães intensificaram-se. Foi divulgado um relato no qual, supostamente, o tenente do Exército Yermolenko ouvira dos alemães, enquanto estivera prisioneiro de guerra, que Lenin trabalhava para o Império Alemão. Esse relato foi massivamente publicado pela imprensa liberal e logo se espalhou entre o exército. Considerados traidores pelo Governo, foi decretada a prisão dos principais líderes bolcheviques. Lenin, porém, conseguiu refugiar-se na Finlândia. Uma onda

antibolchevique tomou conta das ruas da capital, com o fechamento de jornais e o confisco de rotativas do partido. Além disso, ocorreram espancamentos e assassinatos de militantes bolcheviques (FIGES, p. 432-433).

Em nota telegráfica enviada no dia 16 de julho e publicada em reportagem de capa dois dias depois, o *TNYT* noticiava a revolta, destacando que tiroteios haviam levado a morte de vários feridos e que a manifestação fora organizada pelos bolcheviques (*TNYT*, 18 jul. 1917, p. 1). Nos dias seguintes, o noticiário esteve repleto de crônicas sobre as manifestações. Em nota enviada por telégrafo, a 19 de julho, pelo correspondente do *TNYT* em Petrogrado, Harold Williams, e publicada, em 21 de julho, com o título “Alertas contra os leninistas: Petrogrado indignada pela acusação de que são espões alemães”^{xvii} é perceptível a ruptura da alardeada isenção jornalística, na qual a opinião estaria restrita aos editoriais:

Petrogrado está calma agora, mas há um pesado sentimento de humilhação e revolta no ar por causa da insana e inaceitável aventura. O crime foi longamente preparado, suas origens são evidentes, seus agentes se mostraram novamente não só inescrupulosos como também covardes. Quando interrogados, mentem, professam devoção a objetivos ideais, assegurando que eram impotentes para deter o movimento das massas e, então, procederam como sempre, inflando essas massas ignorantes com sua criminoso propaganda. As guarnições de Petrogrado e os milhares de trabalhadores da cidade ficaram à mercê desses vis conspiradores, que agora se veem confrontados com a acusação de que são agentes da Alemanha, recebendo contínuos envios de dinheiro por meio de conhecidos intermediários, em Estocolmo. Entretanto, eles ainda não foram presos. [...] os proeminentes leninistas Kamenev e Lunacharsky, chegaram a ser detidos por soldados, mas foram soltos à tarde, pelo pedido do Conselho de deputados operários e soldados. Kamenev ficou sentado por horas no quartel, com medo de ser linchado pelos soldados do lado de fora. O sentimento geral contra os leninistas é forte, para não dizer, violento^{xviii} (*TNYT*, 21 jul. 1917, p. 2).

Harold Williams foi o principal correspondente do *TNYT* na Rússia durante o período revolucionário. Considerado grande especialista sobre os assuntos daquele país, publicou em 1914 a obra “*Russia of the Russians*”, que lhe rendeu ótimas críticas na imprensa norte-americana. Além de jornalista, Williams era linguista, falava fluentemente o russo e diversos outros idiomas presentes na Rússia. Escreveu sobre o processo revolucionário também para os diários britânicos *Daily Telegraph* e *Daily Chronicle*. Em 1921, foi designado editor internacional do *TNYT*, cargo que ocupou até sua morte em 1928 (ALSTON, 2007).

Em um dos momentos mais controversos da revolução, o cenário político e o destino dos bolcheviques sofreram outra brusca e dramática mudança com a entrada em cena da tentativa de golpe efetuada pelo general Kornilov, a quem Kerenski havia designado Comandante em Chefe do Exército com a missão de restaurar a ordem e a disciplina entre os militares russos. Visando uma alternativa para a crise que se avolumara, Kerenski buscou apoio nos setores conservadores e chegou a entabular negociações para a instauração de uma ditadura pessoal, que teria apoio do próprio general Kornilov. Entretanto, desentendimentos entre Kerenski e Kornilov acabaram por precipitar a tentativa de golpe. No dia 11 de setembro (29 ago.), Kornilov ordenou o envio de tropas para ocupar Petrogrado. A seus subordinados, o general tentou justificar essa ação afirmando que haveria uma revolta na capital e um possível golpe contrarrevolucionário estaria em curso (FITZPATRICK, 2005, p. 80-81).

A tentativa de golpe fracassou tanto pela atuação enérgica dos operários de Petrogrado quanto pelos motins e deserções nas tropas enviadas por Kornilov. Os ferroviários desviaram os trens que levavam os militares, os gráficos detiveram a edição dos jornais que apoiavam o intento de golpe, comissões de operários de Petrogrado foram de encontro às tropas do general golpista e conseguiram convencê-las de que seus oficiais os haviam traído, demonstrando que não havia nenhum golpe contrarrevolucionário em curso na capital. Sob essa pressão moral, o golpe se desintegrou antes mesmo de chegar a Petrogrado, sem que houvesse enfrentamentos militares significativos. Para essa contraofensiva, organizada pelo Soviete e sindicatos da capital, uma frente de defesa foi constituída, na qual os bolcheviques tiveram destacada atuação. Por conseguinte, a derrota do golpe de Kornilov foi fundamental para o fortalecimento dos partidários de Lenin, fragilizados pela intensa perseguição sofrida após as jornadas de julho. A derrota de Kornilov também significou o início da derrocada final de Kerenski, que acabaria por receber poderes ditatoriais, em um novo governo de coalizão, mas veria sua autoridade política desvanecer-se (FIGES, p. 455).

Ao mesmo tempo em que apresentava um vasto noticiário indicando a derrota das pretensões de Kornilov, o *TNYT* apresentava uma linha editorial bastante favorável ao general, chegando mesmo a abertamente apoiá-lo:

Embora a “rebelião” de Kornilov tenha resultado em fracasso e rendição, ainda é muito cedo para dizer se a derrota da causa e do objetivo que ele representava era uma libertação ou desastre para a Rússia. Como alguns dos envios telegráficos falsamente o representaram, Kornilov não era um inimigo da revolução, um

conspirador da restauração autocrática. Ele é um russo patriota, um sincero devoto dos interesses da Rússia; seu objetivo era propiciar ao país um governo capaz de seguir os comandos emitidos sob sua autoridade, um exército organizado para a vitória, não para cair de joelhos perante o inimigo^{xix} (*Russia's uncertain future*, *TNYT*, 14 set. 1917, p. 8).

Em nenhum momento, nas edições analisadas no marco temporal deste trabalho, o jornal buscou se retratar das falsas denúncias de representar os bolcheviques como agentes alemães. Não faltou espaço, porém, como é perceptível, para defender Kornilov das acusações de estar associando à restauração autocrática. Na conclusão do editorial, posicionando-se francamente em favor do general, o jornal deixava claro que o mais importante era combater as formas de democracia soviética no exército e instaurar um governo forte:

Ao mesmo tempo em que se noticia a derrota de Kornilov, algumas notícias boas chegam da Rússia, Kerenski prometeu cortar o poder dos conselhos de soldados, algo que, ao menos, pode ser o início da restauração da autoridade militar. [...] Porém, Kerenski não irá mais longe, ele não conseguirá restaurar a ordem e a estabilidade internamente e recuperar a imagem do país no exterior. [...] Nenhuma grande nação, e por essa razão nenhuma pequena nação, pode ser administrada com sucesso por um indivíduo como ele e com tais princípios como ocorreu desde que o Governo Provisório permitiu que fosse substituído pelo Conselho de deputados de operários e soldados como chefe da autoridade do Estado^{xx} (*Russia's uncertain future*, *TNYT*, 14 set. 1917, p. 8).

Fica evidente o apoio do *TNYT* à tentativa de colocar fim ao instável governo de Kerenski por meio do *putsch* militar organizado por Kornilov, pelo qual o Comandante em chefe do Exército visava esmagar o poder dos soviets. Fica nítido, ademais, que no discurso do jornal ganhava centralidade, sobretudo, a necessidade de colocar fim às formas de democracia soviética, vista como a principal responsável por colocar em risco a liberdade russa. O apoio a Kornilov deixa transparecer as reais intenções do discurso do *TNYT*. Para o jornal, o fundamental, é possível afirmar, não seria um governo que promovesse no curto prazo a liberdade e a democracia — por mais que isso fosse constantemente um componente de sua retórica — e sim um governo que garantisse o prosseguimento da guerra e acabasse com as agitações em torno de uma possível paz em separado, além de combater os soviets. Como é prática constante dos discursos liberais em tempos de crises sociais agudas, prática paradoxal, o *TNYT* passa a defender, após abandonar suas esperanças em Kerenski, uma solução autoritária para combater uma suposta anarquia social — representada no jornal pelos perigos do poder soviético e dos

ideais socialistas – procurando justificar tal solução como uma forma de garantir a existência das liberdades democráticas.

Desde então, a cobertura do *TNYT* teve como foco um noticiário diário sobre os problemas econômicos, o descontrole político, as tensões no campo e uma linha editorial, sobretudo, pautada no aberto questionamento das habilidades de Kerenski para controlar os setores “extremistas e radicais”. Ademais, intensificava-se no jornal uma crítica aberta e recorrente aos ideais socialistas. Socialismo entendido como todo tipo de ação associada aos partidos com atuação nos soviets. O seguinte editorial é bastante revelador desse discurso antissocialista, que se intensificou à medida que os bolcheviques aumentavam sua influência nos principais soviets do país:

Aqueles que acreditam que existe uma guia providencial nos assuntos relacionados aos indivíduos e às nações deve compartilhar a opinião de que a Rússia, neste momento, em tempos de um possível perigo, demonstra os exemplos terríveis dos efeitos do socialismo. Na Rússia percebemos práticas e doutrinas escolásticas sendo aplicadas em larga escala. Não há outra conclusão de que a terrível confusão e desorganização atual naquele país, a horrível calamidade que se abate sobre a nação, tem a ver diretamente com os socialistas radicais. A revolução deu origem a um governo de competentes indivíduos patriotas e de visão moderada – com uma pequena participação de socialistas. Caso fosse lhes permitido trabalhar livremente a partir dos interesses do destino nacional do povo russo, conquistados pela recente liberdade, ainda veríamos a Rússia como uma grande potência na guerra. No entanto, os socialistas, em grande medida sob a instigação alemã, incitam o proletariado contra o Governo, buscando um governo formado por eles próprios. Desde então, a Rússia caminha para a ruína. [...] Temos diante do mundo um exemplo terrível o suficiente das calamidades que assolam uma nação que se permite cair no controle de um governo socialista e proletário. Compartilhamos da opinião de que com esse formidável exemplo é pouco provável que o mundo se converterá ao socialismo^{xxi} (*Socialism's terrible example*, *TNYT*, 30 set. 1917, p. 35).

Após a derrota de Kornilov, os bolcheviques rapidamente tornaram-se a principal força política do campo socialista. À medida que a crise econômica e política agudizava-se, os partidários de Lenin passaram a ganhar influência majoritária nos soviets das principais cidades do país. De 200 mil membros em julho, os bolcheviques passaram a contar com 350 mil no fim de outubro. A bandeira de “todo poder aos soviets” tornava-se amplamente hegemônicas nos espaços soviéticos de poder (FIGES, p. 457). Na noite do dia 6 de novembro (24 nov.), às vésperas do 2º Congresso dos Soviets, os bolcheviques lançaram uma ofensiva armada contra o Governo Provisório e

rapidamente conquistaram o controle dos principais centros de poder em Petrogrado. Era o primeiro ato da Revolução de Outubro.

Em 8 de novembro, o *TNYT* estampava em sua capa: “Bolcheviques tomam o controle de edifícios do governo, desafiando Kerenski”^{xxii} (*TNYT*, 8 nov. 1917, p. 1), trazendo as primeiras notícias sobre o levante. No dia seguinte, o jornal publicou extensa cobertura sobre a insurreição bolchevique, qualificada como uma “revolta maximalista”. Trotsky e Lenin ganham grande destaque e são apresentados como os líderes do movimento. Na cobertura, o jornal destacava o fato de Trotsky ter se exilado em Nova York, rumando para a Rússia pouco tempo após iniciada a revolução em março. Sobre Lenin, uma visão nada favorável:

Nikolai Lenine, denunciado por liberais moderados como o gênio da revolução na Rússia e acusado pelo general Brusilov como um agente pago pela Alemanha, parece ser a força diretiva por trás da presente insurreição, da mesma forma como foi o líder da revolta de julho, a qual foi contida após centenas de civis serem massacrados por metralhadoras de tropas seguindo a liderança dele^{xxiii} (*TNYT*, 9 nov. 1917, p. 2).

Após os bolcheviques tomarem o poder, o *TNYT* abandonou definitivamente a perspectiva de Kerenski se tornar o salvador da democracia russa. Ele, segundo o diário, fora responsável por não ter conduzido o governo com mão firme o suficiente para derrotar “os implacáveis leninistas”. O jornal passa então a buscar outro personagem para a salvação do país: “Embora Kerenski tenha falhado, alguém pode surgir com força suficiente para tomar o governo das mãos dos destrutivos bolcheviques”^{xxiv} (*The Bolshevik*, *TNYT*, 10 nov. 1917, p. 12). Duas semanas após, o *TNYT* ainda tratava a insurreição como uma revolta restrita a Petrogrado e seus arredores, saudando a ofensiva anti-bolchevique comandada pelo general Alexei Kaledine^{xxv}, que ocorria no sul da Rússia (*How Kerenski fell*, *TNYT*, 20 nov. 1917, p. 12).

Desde então, intensifica-se uma narrativa baseada nas representações que associam os bolcheviques a imagem de um grupo de indivíduos ignorantes e pouco civilizados: “[...] eles são pateticamente ignorantes, homens risíveis, infantis em política, sem o menor conhecimento das vastas forças em jogo.”^{xxvi} (*The Bolshevik*, *TNYT*, 10 nov. 1917, p. 12). Associado a isso, uma permanente reprodução de notícias que ressaltavam a desorganização econômica e social do país, com manchetes como: “O caos na Rússia só piora”, “Em direção à Guerra Civil” (*TNYT*, 23 nov. 1917, p. 2), “Despotismo, não liberdade”^{xxvii} (*TNYT*, 27 nov. 1917, p. 12).

Segundo a historiadora Lená de Menezes (2006), essas representações que procuravam associar os bolcheviques a um grupo de bárbaros – intensificadas no período da Guerra Civil – remetem às formas míticas de um confronto entre civilização e barbárie, representadas respectivamente pelo Ocidente e Oriente. Baseadas em rumores, desinformação, denúncia, difamação, as notícias tornavam-se símbolos do desregramento social trazido pela insurreição bolchevique. Segundo a autora: “a luta entre a civilização e a barbárie, para além de uma luta ideológica de sistemas em confronto, tornou-se, assim, um combate simbólico de grande alcance” (DE MENEZES, 2006, p. 398).

Em tempos de guerra, a paz se torna uma ameaça para os que desejam levar o conflito até os últimos sacrifícios. Dessa forma, os alertas sobre uma paz em separado com a Alemanha ganham centralidade no noticiário:

Uma ameaça de paz entre o governo alemão e os bolcheviques, que temporariamente controlam alguns dos edifícios do governo em Petrogrado, uma ameaça que professa retirar a Rússia da guerra. [...] Neste momento, a Rússia está sem governo, é incapaz de estabelecer a paz. É improvável que a maioria do povo dê atenção a uma declaração vinda dos bolcheviques de que a guerra terminou. Os aliados da Rússia não darão atenção, deverão declinar e considerar o país como uma nação neutra. Nosso governo, muito sabiamente, decidiu suspender o fornecimento de suprimentos de todos os tipos à Rússia até que algum governo responsável com que possamos negociar se estabilize^{xxviii} (*Russia's position*, *TNYT*, 22 nov. 1917, p. 12).

Nos meses seguintes à insurreição de outubro, a linha editorial do *TNYT* teve como foco questionar a ideia da existência de um governo formado pelos bolcheviques e pelos soviets, procurando deslegitimá-los e visando dar sustentação às ações contrárias ao novo governo, inclusive as primeiras ações militares do que viria a ser conhecido como Exército Branco. Destarte, figuraram com centralidade nos editoriais e nos noticiários os questionamentos sobre as negociações de um armistício com a Alemanha; um forte discurso antissocialista (o termo comunismo ainda não aparecia no jornal); o apoio a um possível embargo econômico anunciado pelos Aliados; o apoio explícito às ações do general Kaledine, responsável por organizar as primeiras ofensivas, no sul do país, do Exército Branco. Dessa forma, o editorial de 30 de novembro de 1917, explicita e sintetiza a linha política que o jornal assumirá até março de 1918, momento em que foi assinada a paz com a Alemanha, em Brest-Litovsk:

A ilusão é a comida e a bebida dos socialistas, sobretudo, dos socialistas internacionalistas. Vivem dela. Com efeito, a realidade está

além de sua visão. Esse aspecto psicológico deve entrar na consideração dos Aliados ao determinar quais medidas devam tomar para conter os estragos dos bolcheviques em Petrogrado, para destruir sua influência e seu poderio antes que consigam seu objetivo de uma paz em separado com a Alemanha, o que significaria, evidentemente, um desastre para os Aliados e a ruína e destruição da Rússia. [...] Ademais, o general Kaledine, possivelmente o homem forte que pode derrubar os bolcheviques, controla uma extensa parte do território e está, possivelmente, em uma posição de derrotar os esforços do “governo” de Petrogrado. [...] A razão não salvará a Rússia. Só há uma salvação para ela, uma maneira pela qual poderá ser salva dela própria e da Alemanha: é a força, força surgida do corpo da própria sociedade russa, capaz de destronar o governo socialista – muito mais despótico do que o Czar ousou ser-, e que trará de volta a sobriedade e a sanidade. Kaledine pode ser o indivíduo, ou pode ser algum outro dentro do grupo que se está formando em torno dele, os quais não são inimigos da revolução e sim iluminados amigos da liberdade russa. É da própria Rússia que a salvação pode vir. Os Aliados, caso queiram exercer alguma influência por lá, conseguirão de forma efetiva se apoiarem algum indivíduo ou grupo de pessoas que prometerem estabelecer o reino de ordem e sanidade^{xxix} (*Russia and the Allies*, *TNYT*, 30 nov. 1917, p. 12).

Considerações finais

Ao longo deste trabalho, discutimos como o *TNYT* buscou produzir sentidos e significados para a revolução na Rússia, em grande medida, visando legitimar o exercício do poder pelo governo originado na Duma, considerado a única fonte de autoridade política do país. Todos os atores políticos que se interpunham a essa vontade manifesta pelo jornal foram considerados oponentes dos destinos da recém-conquistada liberdade. Desse modo, todas as formas de exercício de poder soviético e da atuação dos socialistas, na medida em que contrariavam os interesses do Governo Provisório, foram consideradas ilegítimas. O *TNYT*, destarte, opunha o que seria um caótico e desagregador Outubro ao glorioso Fevereiro.

Neste primeiro ano de revolução, já era perceptível, nas páginas do *TNYT*, com contornos bem definidos, elementos do que viria, no futuro, constituir parte de um acentuado discurso anticomunista, característica marcante das estratégias de lutas simbólicas dos periódicos liberais ocidentais contra o mundo soviético. Os elementos mais gerais desse imaginário anticomunista, relacionados a aspectos como caos, desordem, desagregação social, falta de liberdade aparecem recorrentemente nas páginas do jornal e na construção de imagens relacionadas, principalmente, aos bolcheviques, mas também aos socialistas em geral.

Por meio de interpretações enviesadas, seleção de notícias amplamente desfavorável, construção de representações desqualificadoras o jornal manipulava o noticiário e o discurso editorial sobre os acontecimentos na Rússia para reforçar valores, ideias e visões de mundo liberais e um acentuado discurso antissocialista.

Essas estratégias narrativas do *TNYT*, podemos afirmar, exerceram considerável influência na opinião pública ocidental sobre o caráter e a natureza do bolchevismo, buscando identificá-lo a uma proposta ditatorial que usurpava o poder por meio de uma atuação política ilegítima. Dessa forma, influenciando, em alguma medida, o imaginário social ocidental, com suas representações enviesadas sobre os bolcheviques e os revolucionários russos. Ademais de contribuir para que se legitimassem as intervenções do Exército Branco – forças contrarrevolucionárias que, nos anos posteriores ao fim do marco temporal deste trabalho, contaram com o auxílio econômico e militar dos Estados Unidos e de outras potências estrangeiras durante a Guerra Civil russa. Conflito que foi responsável, em grande medida, por exaurir os já frágeis recursos econômicos e humanos com que contava o novo governo.

Referências:

- ALONSO, Paula. *Construcciones impresas. Panfletos, diarios y revistas en la formación de los estados nacionales en América Latina, 1820-1920*. Buenos Aires: FCE, 2003.
- ALSTON, Charlotte. *Russia's Greatest Enemy? Harold Williams and the Russian Revolutions*. Londres: Tauris Academic Studies, 2007.
- BORRAT, Héctor. *El periódico actor político*. Barcelona: Gustavo Gili, 1989.
- CRUZ, Heloísa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História*, São Paulo, n. 35, dez. 2007.
- DE MENEZES, Lená Medeiros. Civilização x barbárie: mito de combate no discurso midiático sobre a Revolução (1917-1921). In: NEVES, Lúcia Maria. Et al. (orgs). *História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- EMERY, Edwin. *História da Imprensa nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Lidador, 1965.
- FIGES, Orlando. *A People's Tragedy: The Russian Revolution: 1891-1924*. Nova York: Penguin Books, 1997.
- FITZPATRICK, Sheila. *La Revolución Rusa*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2005.
- GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- LINK, Arthur. *Woodrow Wilson: Revolution, War and Peace*. Arlington Heights: Harlan Davidson, 1979.
- MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *O ano vermelho. A revolução russa e seus reflexos no Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

- REIS Filho, Daniel Aarão. Uma revolução perdida: A história do socialismo soviético. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007
- SCHILD, Georg. *Between ideology and realpolitik: Woodrow Wilson and the Russian Revolution, 1917-1921*. Westport: Greenwood Press, 1995.
- TALESE, Gay. O reino e o poder: *uma história do New York Times*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- TROTSKY, Leon. A História da Revolução Russa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 3v.

Notas:

ⁱ Sobre a recente produção historiográfica que utiliza a imprensa como fonte consultar: NEVES, Lúcia Maria. Et al. (orgs). História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

ⁱⁱ Cabe lembrar que, na Rússia, até 31 de janeiro de 1918, vigorava o Calendário Juliano, treze dias defasado em relação ao Calendário Gregoriano. Dessa forma, as jornadas revolucionárias de fevereiro ocorreram entre os dias 22 e 27 de fevereiro de 1917 pelo calendário então vigente na Rússia. Neste artigo, teremos como referência principal o Calendário Gregoriano, privilegiando-se, assim, uma narrativa mais fluida ao usar o mesmo calendário utilizado pelo *TNYT*. Contudo, indicaremos entre parêntesis, quando nos referirmos aos eventos ocorridos na Rússia, as datas abreviadas correspondentes ao Calendário Juliano, uma vez que grande parte da historiografia as utiliza como referência e, provavelmente, são mais familiares ao leitor. Além disso, todas as datas se referem ao ano de 1917, a não ser que seja expressamente indicado o ano em questão.

ⁱⁱⁱ Surgida em 1905, expressando uma concessão da autocracia russa após as ondas revolucionárias daquele ano, a Duma era uma espécie de Parlamento eleito, embora com poderes legislativos limitados. Foi convocada em quatro ocasiões, na última delas funcionou entre 1912 e 1917.

^{iv} Neste trabalho utilizamos como referência a versão em inglês da obra de Figes, contudo encontra-se disponível em português uma tradução desse trabalho cuja referência é a seguinte: FIGES, Orlando. A tragédia de um povo: a Revolução Russa 1891-1924. Rio de Janeiro: Record, 1999.

^v Neste artigo, todos os textos em língua estrangeira são de nossa própria tradução. Em notas, seguem os trechos originais em inglês. “Revolution in Russia; Czar abdicates”.

^{vi} “The Russian people, through trusted leaders in the Duma and men of loyalty and enlightenment outside the Duma, have assumed the direction of affairs in the Empire. That is the aim and the achievement of the revolt in Petrograd”.

^{vii} “The other danger seems to be less formidable, but it will have to be faced.”

^{viii} “[...] all works of civilization and social progress upon which they could lay their hands”.

^{ix} Neste trabalho utilizamos como referência a 3ª edição dessa obra, cujo editor omitiu os nomes dos outros dois autores constantes na primeira edição publicada pela editora Civilização Brasileira. A referência dessa primeira edição é a seguinte: BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz; MELO, Clóvis e ANDRADE, A. T. O ano vermelho: A Revolução Russa e seus reflexos no Brasil. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

^x “Workmen in Russia vex new government. Their Deputies Seek to Run Things Their Own Way”.

^{xi} “An exaggerated jealousy of the rights of the people is the cause of the friction. The Council has announced that it is prerogative to ignore governmental authority when in its opinion such authority overrides popular freedom.”

^{xii} “There are in Russia some plotters, very likely acting under German instigation, who are seeking to do harm to the new Government. One of these organizations is the “Workmen’s and Soldiers’ Deputies”. of whose anarchist activities the dispatches have told us so much in the last few weeks. They are denounced in Petrograd as ‘evincing a desire to insure’ the defeat of the Russian Army and ‘a dishonorable peace’. That is distinguishing mark of the German propaganda. But these socialistic agitators are few in number compared with the great mass of Russian who are loyally supporting the new Government[...] They are denounced by all loyal Russian, and the Social Democratic Party and the Duma Labor Commission [...] Neither these men nor the delegates of the German Socialists who have been sent abroad to help in the work of sowing sedition in Russia will have any aid or sympathy from the great Russian people who are faithful supporters of the Government, or from the soldiers of Russia.”

^{xiii} “The Liberal Government in Russia is visibly threatened by a formidable counter-revolutionary unrest, which has not yet mobilized into a movement, but is being skillfully marshaled by German agents. Many of these agents are Russian Socialists who act with full knowledge of what they are

doing and who is to benefit.[...] The socialists, headed by Lenine an obvious German agent who was shipped back to Russia by Germany for the purpose, play Germany's hand by glittering catchwords, such as Lenine 'Dictatorship for the working class and democracy of the army' and seek to arouse hostility to the United States [...] If the German agents and the Socialists and agrarian agitators can produce a new revolution, they will bring about the wreck of Russia's hope of liberty. The first result will be anarchy, in which each party will struggle for the control of the Government, each in its turn be overthrown and out of chaos will come the Man on Horseback. [...] It is for this that the whole force of spies, traitors, and tempters whom Germany with feverish haste [...] This is the mighty disaster which the broad-minded Liberals ow in control in Russia are working with might and main to avert.”

^{xiv} “The Government of the United States has recognized as the Government of Russia the body of officials, appointed by the Committee of the Duma [...] It can have no possible relations with the Socialists and radicals who under the name of the Council of Workers' and Soldiers' Deputies have been holding meetings In the Chamber which the Duma occupies. [...] But we are told that the head of the Commission should be a man acceptable to the Russian radicals. A man gifted with the art of ingratiating himself in those circles of agitation and disturbance which it is believed, or feared may overthrow the actual Government and establish a Socialist Republic. If The United States were in fact a Socialist Republic such a men would naturally be chosen as its fit representative for this mission to Russia. So long, however, as we have in this country a Government of sane people, not of radicals and extremists, we are quite unable to see any merit in the suggestion that we should send to Petrograd a mission not in sympathy with the new Government but with its enemies, or those. who may prove to be its enemies.”

^{xv} “Russia will either in good faith keep the pledge given by her Provisional Government that she will loyally and to the and support the Allies in their efforts to overcome the common enemy, or her people will lose their newborn freedom by a fearful backsliding through anarchy into autocracy restored and maintained by German arms. [...] The Provisional Government, organized by the Committee or the Duma and made up of the most wisest statesmen of Russia, the truest friend of the Russian people, has been obliged to make dangerous com concessions to the Council of Workmen's and Soldiers' Deputies, because it must depend upon the support of the workmen for the continued supply at munitions A very large part of the laboring class in Russia is engaged in the manufacture of arms and equipment for the army. This explains why tile actual Government must tolerate the existence in Petrograd of a body of deputies who look upon themselves as a rival Government, making many demands and issuing their own orders.”

^{xvi} “The Jacobins of the French Revolution gave an appalling demonstration of what massed ignorance can do when it grasps Power. The men of this Council are on the reed to a like showing. They have no competence whatever for the direction of public snails, but, on the contrary, are completely equipped for works at destruction, ruin, and all political and national disasters by their acceptance of the radical and Socialistic theories that guide them.”

^{xvii} “Roused against leninities. Petrograd incensed by charge that they are German Spies”.

^{xviii} “Petrograd is quiet now, but there is a heavy and bitter feeling of humiliation and degradation in the air over this insane and preposterous adventure. The Crime was long prepared, its sources were evident, its agents again and again showed themselves not only unscrupulous, but cowardly. When brought to book they shuffled, lied, professed devotion to ideal aims, asseverated their impotence to stay the elemental movement of the masses, and then proceed as before to inflates these ignorant masses with their criminal propaganda. The Petrograd garrison and the thousands of Petrograd workers were left at the mercy of these petty conspirators who are now confronted with the direct charge that they are simply agents of the German Staff receiving continual supplies of money through notorious intermediaries in Stockholm, but they have not been arrested yet. [...] the prominent leninities, Kameneff and Lunacharsky, were arrested at the request of the Council of Workmen's' and Soldiers' Delegates. Kameneff sat for hours in the General Staff quarters for fear of being torn to pieces by the soldiers outside. The general feeling against leninities is strong, not to say violent.”

^{xix} “It Korniloff's 'rebellion' has ended in failure and surrender it is still much too early to say whether the defeat of the cause and the purposes he represented is a deliverance or a disaster for Russia. Korniloff was not, as some of the Petrograd dispatches have falsely represented him to be, an enemy of the revolution, a, plotter tor the restoration of autocratic ruler. He is a patriotic Russian, he has been sincerely devoted to the interests of Russia: he sought to give Russia a Government capable of enforcing the commands issued under its authority, an army organized for victory, not for taking to its heels In the face of the enemy.”

^{xx} “The best news that comes out of Russia contemporaneously with the announcement of Korniloff’s defeat is Kerensky’s promise to curtail the power of the soldiers’ committees. which at least may be a beginning of the rebuilding of military authority. [...] But Kerensky will not go far, he will not succeed in restoring order and liability at home and the credit of the nation abroad. [...] No great nation, and for that matter no small nation, can be successfully administered by such men and on such principles as have controlled in Russia since the Provisional Government allowed itself to be displaced by the Council of Workmen’s and Soldiers’ Delegates as chief authority of the State.”

^{xxi} “Those who believe that there is Providential guidance in the affairs of men and of nations might well hold the opinion that Russia has just now, in a time of possible peril, been held up as a terrible example of the effects of socialism. There we see socialistic doctrines and practice being tried out on a large scale. There is no possible escape from the conclusion that the present frightful confusion and disorganization that prevail in Russia, the awful calamity that impends over that nation, are directly due to the radical Socialists. The revolution set up a Government, in which, to be sure, Socialists had their share, but a Government of competent men of patriotic purposes and moderate views. Had they been left free to work out the national destiny of the people under their new-born freedom, we should have seen Russia still a great power in the War. We should have seen her hopefully on the way to the establishment of a sound representative Government capable of maintaining order at home and fulfilling her obligations abroad. But the Socialists, largely under German instigation, enlisted the proletariat against the Government, set up a self-constituted Government of their own, and since then we have heard little from Russia save of progressive ruin. [...] Here we have set up before the whole world an example sufficiently terrible of the calamities that befall a nation which permits itself to come under the control of a Socialist and proletariat Government.”

^{xxii} “Bolshevik seize State building, defying Kerenski”.

^{xxiii} “Nikolai Lenin, denounced by moderate liberals the world over as the evil genius of the Russian revolution, and accused by General Brusiloff as a paid German agent, appears to be the directing power behind the present outbreak, as he was openly the leader of the Maximalist rising in Petrograd on July, which was suppressed after several hundred of the civil population had been massacred by machine gun troops following his leadership.”

^{xxiv} “Yet, though Kerenski has failed, someone else may arise strong enough to take the Government out of the destructive hands of the Bolshevik.”

^{xxv} O general Alexei Kaledine, típico general cossaco da velha escola, esteve ao lado de Kornilov na sua investida contra o governo, em agosto. Logo após a insurreição bolchevique organizou uma força militar no sul do país, na província de Rostov, que rapidamente tomou várias cidades declarando-as independentes do novo governo (FIGES, p. 557).

^{xxvi} “[...] they are pathetically ignorant, shallow men, political children, without the slightest understanding of the vast forces they are playing with.”

^{xxvii} “Chaos in Russia is getting worse”, “Looks for civil war”, “Despotism, not liberty”.

^{xxviii} “A treaty of peace between the German Government and the Bolshevik. Who are temporary tenants of some of the Government buildings in Petrograd, a treaty professing to take Russia out of the war. [...] At the moment Russia is without a Government, it is incapable of making peace. It is unlikely that the majority of the people will heed a declaration that the war is ended coming from the Bolshevik. Russia’s allies would pay no attention to it, they would decline to consider Russia a neutral nation. Our Government has very wisely decided to withhold supplies of all kinds from Russia until some responsible government has been established with which we can do business.”

^{xxix} “Illusion is the meat and drink of Socialists, above all of international Socialists. They live on it. Consequently, realities are often beyond their ken. This psychological fact must be kept in view and always in mind by the Allies in determining what measures they shall take to stay the ravages of the Bolshevik in Petrograd, to destroy their influence and their power before they accomplish their purpose of concluding a separate peace with Germany, which would be, of course, a disaster to the Allies, but ruin and destruction for Russia [...] Moreover, General Kaledines, the possible strong man who may yet overthrow the Bolshevik. controls a large part of Russia’s territory and is possibly in a position to defeat the efforts of the Petrograd ‘government’. [...] Reason will not save Russia. There is but one salvation for her, but one way in which she can be saved from herself and from Germany, it is force, and Russian force arising from the body of Russian society, dethroning the Socialist Government. which is a greater despot than ever the Czar dared to be, and reasserting the control of the sober, sane, worthy part of the Russian people over their own affairs and their destiny. Kaledines may be the man, or it may be some one among the group who are reported to be assembling around him, not enemies of the revolution, but enlightened friends of Russian freedom.

It is only out of Russia itself that the saving help can come, and if the Allies are to exercise any influence there, it will be effective only if it take the form of encouragement to some man or group of men who give promise of being able to restore the reign of order and sanity.”

Artigo recebido 30 de novembro de 2016 e aprovado em 28 de fevereiro de 2017.

ECOS DA REVOLUÇÃO RUSSA NA IMPRENSA BRASILEIRA

ECHOES OF THE RUSSIAN REVOLUTION IN THE BRAZILIAN PRESS

Iamara Silva ANDRADE¹

Resumo: Esse artigo propõe apresentar elementos de uma pesquisa sobre a forma como a grande imprensa e imprensa operária nas cidades de Salvador, São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre apresentaram os acontecimentos da Revolução Russa. Nesse intuito, são analisadas as notícias russas veiculadas entre 1917 e 1922, para investigar a circulação de ideias na grande imprensa e imprensa operária enquanto espaços de formulações e disputas dos projetos de poder pelos grupos sociais dominantes e militantes operários. A hipótese inicial é que após um período de poucas notícias, há um esforço na grande imprensa em transmitir informações com uma ideia de aceitação da Revolução de Fevereiro de 1917, por sua característica “anti-alemã” e a partir da tomada do poder pelos soviets e a radicalização das ações operárias no Brasil, as notícias foram veiculadas numa ofensiva crítica, quando surge o primeiro esboço de ideias anti-comunistas, que assumem ao longo do século XX matizes diversificadas, utilizadas nas disputas políticas, realizadas através da imprensa, para consolidar valores, visões de mundo e justificar golpes de Estado.

Palavras-chave: Revolução Russa, Imprensa, Anticomunismo

Abstract: This article aims to present elements of a research about the way in which the Mainstream Press and the Working Press in the cities of Salvador, São Paulo, Rio de Janeiro and Porto Alegre presented the events of the Russian Revolution. For this purpose, the Russian news stories published between 1917 and 1922 are analysed to investigate the circulation of ideas in the Mainstream Press and the Working Press as spaces for the formulation and disputes of power projects by dominant social groups and militant workers. The initial hypothesis is that after a period of few news, there is an effort in the large press to convey information with an idea of acceptance of the February 1917 Revolution for its "anti-German" character and from the seizure of power by the Soviets and the radicalization of workers' actions in Brazil, the news was conveyed in a critical offensive, when the first sketch of anti-communist ideas emerged that assumed throughout the twentieth century diversified nuances used in political disputes through the press to consolidate values, visions and justify coups d'état.

Keywords: Russian Revolution, Press, Anti-communism

“A Revolução de Outubro produziu de longe o mais formidável movimento revolucionário organizado na história moderna. Sua expansão global não tem paralelo desde as conquistas do islã em seu primeiro século” (Hobsbawm, 1994, p.62)

A Revolução Russa nas páginas dos jornais brasileiros

Foi no início do “breve século XX”, era de colapso e catástrofe de guerras imperialistas, que o mundo acompanhou um processo que redesenhou não apenas o

¹ Mestra em História – Doutoranda – Programa de Pós-graduação em História – UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS – Brasil. Bolsista CAPES. E-mail: iamarandrade53@gmail.com

cenário do terceiro maior império da história, isto é, do *Rossíyskaya Impériya* (Império Russo), mas principalmente o horizonte social da humanidade.

Passam-se atualmente 99 anos desde que a Rússia foi palco da Revolução que representou uma mudança decisiva na história, remodelando a tessitura política das sociedades e redefinindo seus conflitos. Os ecos da Rússia de 1917 chegaram gradualmente em todos os continentes, através de escritos jornalísticos ou de relatos de participantes e observadores que vivenciaram os acontecimentos. Isso é demonstrado pelo seguinte trecho sobre os primeiros dias da Revolução, no clássico relato de John Reed, *Os dez dias que abalaram o mundo*:

A cidade estava tranquila. Nenhum assalto, nenhum roubo, nem sequer uma briga entre bêbados. À noite, patrulhas armadas percorriam as ruas silenciosas. Nas praças, os soldados e os guardas vermelhos, ao redor das fogueiras, riam e cantavam. Durante o dia, grandes multidões aglomeravam-se nas calçadas para ouvir as intermináveis discussões entre estudantes, soldados, negociantes, operários (REED, 1978, p.98).

E depois de quase um século, como avaliar qual o significado da Revolução Russa para aqueles que viviam no Brasil e liam os jornais, participavam da vida política, construíam e disputavam projetos sociais? Quais esperanças suscitou? Quais interpretações foram elaboradas? Quais conflitos produziu? Essas respostas são procuradas através da análise do impacto da Revolução Russa na grande imprensaⁱ e imprensa operáriaⁱⁱ como espaços de interlocução deste “horizonte vermelho” que se abria diante do mundo, da expressão escrita das inquietações, debates e elaborações construídas a partir desse acontecimento.

Silvia Petersen caracteriza a imprensa operária como um “instrumento de circulação social e cultural” entre locais e regiões e por isso importa o exame desses jornais como “meio de conteúdos formativo-informativo de crítica social” e como mecanismo de integração da militância num plano inter-territorial (PETERSEN, 2010).

A circulação dos jornais operários de regiões diferentes constituiu uma “rede de relações sociais e difusão cultural” na qual as notícias da Revolução Russa desencadeou um intercâmbio de ideias no âmbito da formação de valores, da orientação política e da escolha de projetos.

A observação desses impactos da Revolução Russa na imprensa brasileira é realizada numa perspectiva inter-regional com a pesquisa dos periódicos das cidades de Salvador, São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre, para que a percepção das

especificidades locais e dos processos mais globais possibilite a identificação e compreensão dos diferentes matizes regionais e das similaridades entre estes diferentes espaços de produção de conteúdo jornalístico.

A escolha dessas cidades está relacionada com a importância delas em suas respectivas regiões, essas capitais exerciam influente poder político nos seus Estados, além de possuírem um maior contingente populacional, que estava entre as cinco primeiras cidades com o maior número de pessoas habilitadas para serem eleitores em 1920, indicando uma maior comunidade leitora, além de se destacarem no avanço da organização da grande imprensa e imprensa operária (PACHECO, 2005, p.102)ⁱⁱⁱ.

Também consideramos que as cidades escolhidas são espaços de produções jornalísticas de periódicos de destaques regionais e nacionais, que desempenham papéis políticos importantes nas relações de poderes locais, seja com os partidos dos grupos oligárquicos ou com os sindicatos e as nascentes organizações de esquerda.

A pesquisa dos jornais brasileiros entre 1917 e 1922 objetiva observar a fase inicial das notícias da experiência soviética, numa conjuntura brasileira de reorganizações e cisões do movimento operário, intensa agitação social, grandes ações grevistas, de realinhamento republicano dos grupos dominante e de elaboração da “proto-história do anticomunismo”.

Os primeiros caminhos das notícias da Rússia revolucionária

Os primeiros fatos da Revolução Russa de Fevereiro de 1917 foram divulgados nas seções sobre a guerra mundial. O evento recebeu a seguinte manchete no jornal *A Cidade* (Salvador): “O Czar foi deposto. Rebentou uma revolução na Rússia. Faltam Pormenores”. E no dia seguinte o mesmo periódico apresentava a matéria intitulada “Não foi um *bluff* alemão”, esclarecendo que havia sido confirmada a notícia da instalação de um novo governo russo pela Duma, que havia prendido os “reacionários”^{iv}.

Os periódicos da grande imprensa brasileira veiculavam notícias das agências internacionais (Haves, Association Presss, United Press) oriundas dos países “aliados” da Primeira Guerra Mundial, assim, era de acordo com os interesses desse grupo bélico que o conteúdo dos telégrafos sobre a Revolução Russa chegava aos jornais brasileiros (SANTOS, 1985).^v

Após um período de poucas notícias, há um esforço na grande imprensa em transmitir informações com uma ideia de aceitação da Revolução de Fevereiro de 1917 por sua característica “anti-alemã”, como consta na seguinte informação: “A Revolução na Rússia encontrou unidos o exército e o povo. Vitória das forças liberais. A Revolução é considerada um movimento antigermanófilo e antialemão” (A CIDADE, 1917, p.3).

Entretanto, a partir de novembro, com a tomada do poder pelos soviéticos, as notícias começaram a serem veiculadas numa ofensiva crítica: “Petrograd ameaçada. Esta cidade está ameaçada de fome pela intransigência dos camponeses” (A TARDE, 1917, p.3). O tipo de transmissão descontextualizada da informação, de forma curta e abreviada, indica uma elaboração da notícia que busca não apenas ocultar os fatos, mas produzi-los com um sentido vantajoso aos interesses políticos das agências internacionais de notícias. Nessa perspectiva foi anunciada a ascensão dos bolcheviques: “os maximalistas organizaram uma revolução, tomaram conta do poder” e deixaram “em liberdade o exército alemão”.

A partir de novembro a revolução é descaracterizada como uma traição e os maximalistas como traidores, indicando que os periódicos assumem os interesses dos países “aliados”^{vi}. Essa também é a lógica da informação no Rio de Janeiro: “O partido maximalista é instrumento da Alemanha, da qual recebe dinheiro; os chefes, Lênin e Ganedski, são culpados pela decomposição russa e da derrocada do seu exército” (CORREIO DA MANHÃ, 1917, p.3).

Muniz Ferreira vê na cobertura jornalística, desde março de 1917, indícios de uma ideologia anticomunista na Bahia, que é perpassada pela identificação dos bolcheviques como agentes alemães, por terem defendido a paz e traidores pela retirada da Rússia da Primeira Guerra Mundial (FERREIRA, 2013)^{vii}. O referido autor identifica o “primeiro esboço de um discurso anticomunista”, quando os artigos jornalísticos começam a falar em “prudência, cuidado” para que as ideias vindas da Rússia e das greves paulistas e cariocas não “cheguem à Bahia”, nem alcancem Salvador, cidade “pacata e ordeira”, promovendo a “desordem e desarmonia entre as classes”^{viii}.

Por essa análise, após os acontecimentos de outubro na Rússia, é possível verificar a “proto-história do anticomunismo baiano” nas manchetes dos jornais: “o canibalismo maximalista” e “o regime do assassino na Rússia”. De acordo com Ferreira, assim surgem as primeiras “expressões pejorativas e difamatórias” que vão caracterizar as ideias socialistas e a Revolução Russa, e na posteridade alcançarão seus epítetos

equivalentes (“subversivo, desordeiro, inimigo da nação, anticristão, destruidor da família e liberticida”), que servirão para legitimar os golpes de 1937 e 1964.

Enquanto chegavam as notícias da Revolução Russa, os operários brasileiros viviam em condições adversas de trabalho (insalubridade, baixos salários, jornadas de trabalho entre 10h a 12h) e enfrentavam um custo de vida considerado um dos maiores da história do Brasil, com os altos preços dos alimentos, dos aluguéis, do transporte, e tudo isso para sobreviver e alcançar os 25 anos, que era a expectativa de vida média do operário nesse período (CASTELUCCI, 2002, p.43). Esse quadro social das primeiras décadas do século XX foi agravado pela crise econômica originada com a Primeira Guerra Mundial, pela exportação dos gêneros alimentícios, e a intensificação da carga de trabalho industrial, com a lógica da substituição de importações (BATALLA, 2000, p.14).

O movimento operário brasileiro no início da Primeira República se organizava em torno da luta sindical e de suas associações, onde havia uma presença marcante dos grupos anarquistas, tendo alcançado o “ápice da mobilização operária” nos anos entre 1917 e 1919, quando as greves entraram na ordem do dia, tanto na grande imprensa, quanto na imprensa operária.

Os noticiários dos periódicos demonstravam a proliferação do ânimo de revolta, estimulavam o temor dos leitores, procurando em elementos externos a responsabilidade dos fatos. Isso pode ser percebido na matéria “A greve explodirá na Bahia?”, que publicava um “plano horrível contra a Chemins de Fer”, com a utilização de dinamite e explicava dizendo: “Parece que mãos ocultas atearam fogo no rastilho das desordens na Rússia” e “chegaram até o Brasil” com o “intuito sinistro de atentar contra a segurança das classes conservadoras, determinando a paralisação de toda a nossa vida econômica”.

O *Jornal do Brasil* (JB – Rio de Janeiro) anunciava: “O proletariado agita-se” se referindo a um comício contra a carestia de vida e o aumento dos impostos (JB, 1917, p.3). O movimento grevista de maior proporção em 1917 aconteceu em São Paulo, durante o mês de julho com saques, mortos e deportações, e foi assim descrita pela editorial de *O Estado de S. Paulo*: “A torre dos privilégios desaba. Fê-la tremer em seus alicerces seculares a teoria socialista, a equivalência, ainda não reconhecida mas já vitoriosa, do capital e do trabalho” e aponta para a ideia de que “ambos os grupos se harmonizam e colaboram à procura de uma solução sem conflito violento”. Essa matéria do periódico paulistano, reflete um período no qual havia em alguns jornais da grande imprensa, uma perspectiva de negociação com os movimentos grevistas, sob a tutela

dos jornalistas e o reconhecimento do governo. Além disso, demonstra que no primeiro semestre de 1917, o conceito de socialismo poderia está associado à conciliação entre patrões e trabalhadores.

Numa breve observação, se nota perfis diferenciados em 1917 nos posicionamentos entre os jornais *A Tarde* e *O Estado de São Paulo* sobre as greves. No sotopolitano, em julho, era demonstrada uma maior disposição para a condenação da manifestação operária; ao passo em que o paulista foi o articulador da maioria da imprensa enquanto mediadores do conflito grevista de 1917. Podemos levantar como hipótese que aconteceram flutuações de estratégias da imprensa até a radicalização das ações operárias, principalmente entre 1918 e 1920, quando seus periódicos assumiram uma postura mais ofensiva na defesa da ordem conservadora.

No Rio de Janeiro, houve intensidade no primeiro semestre de 1917, quando a Federação Operária do Rio de Janeiro organizou uma campanha contra a carestia, com uma ação organizativa nos bairros industriais, enquanto ocorriam paralisações localizadas até as generalizações de greves em julho e a tentativa de insurreição em 1918, que foi delatada antes de ser deflagrada e resultou em prisões e deportações. O *Jornal do Brasil* tratava do assunto na primeira página com os seguintes títulos: “O grave movimento subversivo que agitou ontem a cidade” e “A polícia consegue descobrir o plano dos amotinadores”. Podemos verificar a visão da força repressora no relatório do inquérito policial sobre esse último movimento: “com o objetivo de mudar a forma de governo atual por uma junta de operários e soldados, nos moldes da Rússia, coloca aqueles indivíduos como os demais que praticaram atos externos na sanção do art.107, do Código Penal” (BANDEIRA e MELLO, 1967, p.140). Vale destacar, que o crescimento das ações operárias e o estímulo do exemplo da Revolução Russa, perpassaram em 1919 pela fundação de um partido comunista pelos anarquistas cariocas.

No primeiro semestre de 1919 em São Paulo, grandes sindicatos como o dos têxteis e da construção civil serão organizados, jornais como *A Plebe* serão reabertos, e as manifestações operárias atingem uma dinâmica de maior efervescência. Foram intensas comemorações do primeiro de maio, com moções de solidariedade aos trabalhadores russos, húngaros e alemães, protestos contra as intervenções nesses países, hinos da internacional e proliferações de greves, que continuam se multiplicando no ano seguinte e resistindo ao endurecimento da repressão policial.

A *Plebe* (São Paulo) em 1919 declarava que “a revolução russa veio despertar uma nova confiança nos métodos insurreccionais na possibilidade de realizar hoje mesmo a revolução social”. Isso demonstra que a Revolução Russa, mesmo em seu terceiro ano, permanecia sendo inspiração para o movimento operário, mas já pode se notar o início das divergências políticas entre jornais anarquistas sobre o desenrolar dos acontecimentos russos, quando verificamos a seguinte resposta do *A Plebe*: “e acredita “Alba Rossa” que nós atacamos a ditadura proletária sem termos dado pela coisa”, e esclarece afirmando que “a organização revolucionária que seguirá a revolta triunfante descrita pelo redator de «Alba Rossa», não é a ditadura proletária como até hoje foi por todos entendida; é uma organização ideal dos Soviets tal como... ainda não existe na Rússia” (A PLEBE, 1919, p.4).

Também em *A Plebe* (São Paulo) é possível identificar um debate sobre outra temática de forte divulgação na imprensa brasileira, a questão da mulher e do amor livre na Rússia soviética. O jornal de 12 de abril de 1919 publica uma matéria de um jornalista espanhol chamado Santiago Vernadell, que apresenta uma resposta de uma russa a seus comentários sobre as condições da mulher na Rússia, com o esclarecimento de que “o bureau do amor livre não é uma feira carnal. As agências telegráficas o iludiram. É a organização racional para defender a mulher dessa vergonha que se chama prostituição”.

Em Porto Alegre, de acordo com Frederico Bartz, a Rússia já era mencionada desde março de 1917, numa greve de calceteiros, e em julho no maior comício da grande greve de 1917, por um militante anarquista (BARTZ, 2008). Nos primeiros anos, as referências no meio operário gaúcho estão ligadas aos anarquistas, que viviam uma fase de reconquista de espaço político, quando refundaram o jornal *A Luta* (Porto Alegre), em fevereiro de 1918, com o intuito também de defender a Revolução Russa, como demonstra esta declaração: “precisamos esclarecer a imprensa fraldiqueira, desmentindo as suas calúnias, esclarecendo os trabalhadores e fazendo justiça aos maximalistas”.

Bartz também identifica que no movimento operário do Rio Grande do Sul a interpretação da Revolução Russa foi um processo “complexo e multifacetado” demonstrado por diferentes formulações de importantes lideranças operárias. Por exemplo, a preferência do líder socialista Carlos Cavaco com o exemplo da “democracia de fevereiro”, a singularidade do apoio de Abílio de Nequete, que através de suas referências culturais de imigrante libanês de origem ortodoxa, via na Rússia

Soviética uma esperança de renovação social e espiritual e ainda Zenon de Almeida, anarquista, que via na revolução a vitória da razão e cultura laica.

Na Bahia, acontecia entre 1919 e 1920 o acirramento das insatisfações operárias que se expressaram na greve geral liderada pelo Sindicato dos Pedreiros e Carpinteiros e Demais Classes (SPCDC), com participação decisiva do advogado e jornalista Agripino Nazareth, deportado das prisões cariocas de 1918. Para Aldrin Castellucci, a importância da greve geral de 1919 está no “novo padrão de comportamento político frente as necessidades imediatas” que levou os trabalhadores para uma postura ofensiva com a apresentação de novas reivindicações e a defesa de objetivos comuns^{ix}.

O SPCDC publicou dois jornais: o primeiro, *Germinal*, com três números em 1920 e editado por Agripino Nazareth, que nesse período também colaborou com o jornal *Voz do Povo*, da Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro e os cariocas *Spartacus* (RJ) e revista *Clarté* (GUIMARÃES, 2012, p.204)^x. E o segundo periódico foi *A Voz do Trabalhador*, que em 1920 convocava na primeira página: “a Rússia vos vem visitar: a Rússia vos vem libertar, ó camaradas!... e é preciso preparardes uma vermelha recepção. Que vos falta? Organização apenas. Organização é a Lei e a Força dos Pequenos e dos Trabalhadores”. A leitura desse trecho identifica um exemplo de como a Rússia se colocava como um horizonte de libertação e renovação social.

Assim, podemos observar num breve panorama do noticiário da Revolução Russa em algumas regiões do Brasil, como a interlocução entre a imprensa operária e a grande imprensa pode ter sido um canal de produção de elementos constituintes tanto de um discurso “anti-maximalista” quanto de valores e rumos “revolucionários” da militância operária.

Contribuições aos estudos historiográficos da imprensa

Ana Martins e Tânia Luca analisando os caminhos da imprensa no Brasil, concluíram que a história do Brasil e da imprensa caminham juntas, num cenário onde muitas vezes os personagens são os mesmos ou no mínimo bastante próximos, “pois intervenções políticas de peso são decididas no interior das redações, estabelecendo e testemunhando avanços e recuos das práticas dos governos, da dinâmica do país, da formação de seu povo, do destino nacional” (LUCAS e MARTINS, 2008, p.8).

O crescimento e modernização dos meios de comunicação nos remete a indagação sobre o papel da imprensa para a História Política, como se relaciona com os

poderes e como atua sobre eles. Para tanto, conforme Robert Darnton, é preciso analisar a imprensa como força ativa da vida moderna, considerando-a mais do que simples registro e sim ingrediente do processo que atua sob as formas de vida, visões de mundo e consciências históricas (DARNTON e ROCHE, 1996).

Darnton, quando do bicentenário da tomada da Bastilha, refletindo sobre o que havia de revolucionário na Revolução Francesa, afirmou que é fácil aceitarmos a ideia de uma transformação na vida cotidiana, mas difícil é entendê-la, porque não conseguimos imaginar o mundo de outra maneira a qual ele se apresenta, a menos que vivenciemos situações de desmoronamento das coisas, como uma morte ou um divórcio, ou o súbito desaparecimento de algo que parecia imutável, como o teto sobre nossas cabeças ou o chão sob nossos pés (DARNTON, 1990, p.12).

O mundo contemporâneo acompanhou como os russos experimentaram construir uma nova dinâmica política, quando desmoronaram subitamente o teto de um Império e dissiparam uma energia de novas possibilidades para a vida em sociedade. A imprensa deu forma aos acontecimentos que registrava de acordo com as conjunturas específicas de relações com o poder e das lutas por hegemonia sobre os modos de vida.

Num primeiro momento da pesquisa dos noticiários da Revolução Russa nos periódicos da grande imprensa baiana, foi identificado nos textos jornalísticos o que Ferreira explica como os “primeiros contornos de uma representação acerca do bolchevismo, antecessor conceitual direto do comunismo na imprensa”. A presença de uma visão “anti-maximalista” também nos jornais da grande imprensa carioca, paulista e gaúcha, demonstra a possibilidade de uma relação inter-regional no surgimento do “proto-anticomunismo” (FERREIRA, 2013, p.133)

Para compreender as formas como as informações russas chegaram ao Brasil, foram realizadas leituras de produções historiográficas mais recentes e identificadas iniciativas acadêmicas responsáveis por inovações metodológicas na abordagem e apresentação de novas fontes referentes ao movimento operário, mas pouco foi analisado da recepção da Revolução Russa pela imprensa e seu papel na difusão e no impacto desse acontecimento, na sociedade brasileira das primeiras décadas republicanas.

A imprensa como objeto de estudo proporciona um recurso de renovação nas pesquisas da História Política, na medida em que registra cotidianamente a expressão das ideias e projetos políticos; ao mesmo tempo em que é um importante meio de intervenção política e atuação ideológica.

A análise da circulação da imprensa enquanto “enlaces interestaduais” contribui para um diálogo entre a produção historiográfica do eixo paulista e carioca, e as abordagens soteropolitanas e gaúchas, assim o que se busca é maior representatividade e qualificação das especificidades locais.

A investigação da abordagem da Revolução Russa pela imprensa entre 1917 e 1922 se torna um “caminho analítico útil”, por ser um elemento internacional que influenciou a conjuntura dos anos de efervescência da ação dos trabalhadores, tema recorrente na imprensa operária e na grande imprensa, conteúdo das ideias que circularam na sociedade, por fazer parte das ações e dos pensamentos do movimento operário e dos grupos dominantes. Nessa perspectiva, foram propostas quatro cidades como espaços de estudo: para Salvador foi pensada por ser uma oportunidade de aprofundar a investigação da imprensa e seu intercâmbio com outros Estados; Porto Alegre possibilita o diálogo com uma realidade distinta do nordeste e sudeste na busca por compreender especificidades e semelhanças, e a ponte Rio de Janeiro e São Paulo como interlocutores referenciais da produção jornalística.

Diante disso, a pesquisa da dinâmica da circulação de ideias entre a grande imprensa e a imprensa operária possibilita o enriquecimento da historiografia da imprensa. Ademais, também propõe ampliar os estudos sobre a imprensa operária, considerando seus jornais do início do século XX como fontes promissoras para compreender a “rede de relações sociais e difusão cultural” entre os operários de diferentes regiões e para tornar mais visível a capacidade de “agente coletivo e organizador social” desses jornais.

A escolha da imprensa como fonte de pesquisa está relacionada à compreensão do seu papel de dinamização e intensificação dos rumos dos processos sociais, como demonstram os estudos de Tania Regina Luca, ao identificar na trajetória da imprensa brasileira, a sua interferência política nas transformações históricas. Nessa perspectiva, a escolha inicial dos periódicos, procura tornar visíveis grupos sociais representativos na sociedade brasileira entre 1917 e 1922, através da leitura das formulações e debates nos jornais da época sobre a Revolução Russa.

Dessa forma, a imprensa é utilizada como fonte histórica que possibilita identificar os vínculos econômicos, as visões de mundo, ações e projetos políticos dos grupos sociais. Logo, a abordagem da imprensa identifica que essa é um agente ativo que noticia, defende e encaminha interesses de sujeitos concretos.

É importante ressaltar que apesar dos recursos limitados e das dificuldades de circulação, os jornais operários ampliaram o universo de leitores por meio de bibliotecas e salas de leitura, criadas pelas sedes das associações e as redações dos jornais^{xi}. Também se conclui que devido à grande variedade jornalística e interrupção constante, causada principalmente pela repressão estatal das publicações das folhas operárias, a pesquisa exige uma quantidade maior de jornais, para dar visibilidade ao intervalo cronológico.

Na análise de Tânia Luca, as alterações na prática historiográfica que ocorreram nas últimas décadas do século XX com a proposta da terceira geração dos Annales de “novos objetos, problemas e abordagens”, a partir de aportes interdisciplinares e contribuições de outras Ciências Humanas (Sociologia, Psicanálise, Antropologia, Linguística e Semiótica), promoveram uma renovação temática que modificou a concepção e a crítica do uso de documentos, dando abertura para novas fontes, como a imprensa (LUCA, 2006).

Nesse panorama de renovação da historiografia, se destaca a obra organizada por René Rémond, onde distingue a História política e a do presente, definindo que o interesse pelo político não é exclusividade da história recente, tampouco o político está restrito à proximidade no tempo. Rémond demonstra a ruptura com a história factual, linear e episódica, caracterizada pelo discurso oficial e pela biografia dos destacados personagens políticos, ao apresentar as mudanças teórico-metodológicas ocorridas nas últimas décadas, com a abordagem de “fenômenos mais globais, as raízes das convicções e as origens dos comportamentos” enquanto uma dimensão específica dentre outras da realidade (RÉMOND, 1996, p. 36).

Foi a partir da Nova História Política que os meios de comunicação se tornaram um dos mais importantes objetos de análises desse campo historiográfico e assim o jornalismo se constituiu em fonte de documentação sobre os fatos e a opinião pública, os grupos sociais, e a própria imprensa, estudando-se os jornais no seu conteúdo e atuação.

De acordo com as autoras Heloísa Cruz e Maria do Rosário Peixoto, o historiador ao transformar um jornal em fonte histórica, realiza ações de escolha e seleção, a partir de uma abordagem teórica e metodológica que compreende a imprensa como uma “linguagem constitutiva do social” e desvenda as “relações imprensa/sociedade, e os movimentos de constituição e instituição do social que esta relação propõe”. Por isso, não é suficiente apenas afirmar que a imprensa tem uma

opinião, mas identificar como na sua atuação, ela delimita espaços, demarca temas, mobiliza opiniões e constitui adesões e consensos. Nessa proposta, a análise da imprensa deve se iniciar no jornal e partir dessa publicação para a compreensão da conjuntura, através de procedimentos que componham um percurso de pesquisa baseado na sensibilidade da leitura e que perpassa pela identificação do periódico, com a compreensão do projeto gráfico, das formas de produção e distribuição, do público leitor e do projeto editorial (CRUZ e PEIXOTO, 2007, p.258).

Cruz e Peixoto formulam duas ideias fundamentais para a pesquisa que utiliza a imprensa como fonte histórica: a primeira, que a “imprensa não se situa acima do mundo ao falar dele”, por isso se relaciona com os elementos (políticos, econômicos, sociais, culturais) constituintes do poder; e a segunda, que a imprensa não é uma simples clarificação de representações do mundo ou tampouco um mero lugar de visibilidade da ideologia dominante. Assim, para realizar os cuidados metodológicos necessários, Laura Maciel aponta para um tratamento da imprensa como força ativa da realidade social que elabora o pensamento e a ação, estabelece papéis sociais e universaliza posições e interpretações (MACIEL, 2004, p.15).

Nessa perspectiva, Heloísa Cruz demonstrou no estudo sobre o periodismo paulista como a imprensa não é uma mera reprodutora de interesses, mas se apresenta como um espaço importante de elaboração e articulação dos projetos de grupos sociais distintos, agindo na produção de hegemonia, na compreensão da temporalidade, da memória e de visões de futuro (CRUZ, 2000).

No Brasil quando chegaram informações sobre as transformações em curso na Rússia de 1917, a grande imprensa vivenciava a transição da fase artesanal para industrial, num contexto internacional de mudanças, no que se refere à estrutura tecnológica (linotipo, prensas elétricas, máquina de datilografar); e no que tange ao caráter jornalístico, que se voltava para a publicidade e ao discurso da “imparcialidade”, que substituía gradativamente o formato anterior panfletário de projetos políticos (partidários ou não), na busca do aumento do público leitor e do número de anunciantes (WERNECK, 1996)^{xii}.

No sudeste e no sul essas redefinições para transformar a atividade jornalística numa empresa lucrativa, aconteceram na transição para o século XX, estimuladas pela urbanização e industrialização. Mas, na Bahia esse processo foi tardiamente realizado na década de 1910 e pode ser exemplificado com a fundação do Jornal *A Tarde*, em 1912. Na avaliação de José Weliton Santos, foi com a Primeira Guerra Mundial que a

imprensa baiana evidenciou novidades nos fatos noticiados, quando se dedicou na cobertura dos eventos que se desenrolavam no nível internacional. Esse autor também destaca o exemplo do noticiário da Revolução Russa de 1917 e os editoriais anticomunistas na imprensa baiana, para demonstrar o papel das agências internacionais e a superação do conteúdo exclusivamente local.

No início dos primeiros anos do século XX no Brasil, os periódicos da grande imprensa adotaram a teoria da comunicação baseada nos pressupostos da “sociedade de massas e psicologia behaviorista”, cuja ideia era de que os veículos de comunicação seriam ferramentas para interligar os indivíduos isolados e segregados na sociedade moderna e persuadi-los a determinados engajamentos, como o “clamor patriótico”. Assim, os jornais manipulavam informações de acordo com os mecanismos biológicos de estímulo e reação, para adulterar conteúdos e inocular resultados favoráveis aos interesses de quem estava transmitindo. Por isso, no período da Primeira Guerra Mundial, a propaganda assumiu um papel diferenciado ao lado da censura, na chamada “Guerra de Informações”.

O procedimento de análise considera a interação com os conceitos de ideologia e hegemonia formulados por Antonio Gramsci. Para o autor italiano, ideologia é visão de mundo que se manifesta na ação e a organiza enquanto expressão de sujeitos coletivos, cujos interesses são colocados historicamente e se articulam de modo conflitante. Por isso, as ideologias são múltiplas e contraditórias e têm um papel decisivo na manutenção ou modificação das condições de dominação, já que mobilizam, organizam e direcionam as ações dos grupos sociais (GRAMSCI, 1995).

Neste sentido, a leitura da obra de Gramsci contribui para a compreensão de hegemonia, como construção de uma concepção de mundo e a sua realização enquanto a capacidade de um grupo social elaborar uma visão de mundo própria e de disputá-la politicamente. Portanto, a construção de premissas ideológicas e políticas seriam necessárias para uma nova hegemonia que não deve ser considerada como simples obtenção de mera maioria política, mas como construção de uma racionalidade nova, de uma “nova civiltà” num “processo permanente de desconstrução-construção” das novas ideologias (BRANDÃO e DIAS, 2014).

Isso nos remete a compreender como a Revolução Russa influenciou as escolhas políticas, os projetos e ações dos sujeitos sociais através da imprensa, enquanto um espaço de circulação de ideias cuja dinâmica de recepção e reelaboração do noticiário russo, teceu elementos para construção de concepções de mundo que constituíram

ideologias desse período histórico e se manifestaram nas ações políticas dos grupos sociais (VÁLDES, 2000, p.190)^{xiii}.

No que se refere à interpretação dos textos dos jornais operários, convém destacar a pesquisa desenvolvida por Maitê Peixoto a respeito de jornais anarquistas e comunistas, pois apresenta para esse projeto a preocupação em analisar com cautela a correspondência entre os papéis de produtor, leitor e personagens nas publicações operárias, a partir da identificação da “teia de conflitos sociais originária da própria construção do coletivo” (PEIXOTO, 2010, p. 120-121).

A dissertação de Maitê quando caracteriza os jornais como um “veículo de circulação de ideias, um instrumento de educação, de formação política, de informação e também de lazer” contribui para verificarmos a relação entre a difusão da imprensa e a dinâmica de sociabilidade das organizações operárias, no início do século XX, quando eram capazes de incluir “além do próprio militante, sua família e amigos”. (Ibidem, p. 121) Esse trabalho também oferece observações de como os jornais podem ter aproximado os acontecimentos das lutas operárias internacionais e o momento em que vivenciava as organizações operárias brasileiras, sendo mecanismos de uma “estratégia otimista de mobilização que compunham o grupo de matérias ou artigos lidos em voz alta nas assembleias” e como instrumento reflexivo da discussão dos problemas organizativos. (PEIXOTO, 2010, p. 123)

Maria Nazareth, na pesquisa de 343 títulos de jornais operários do início do século XX, demonstrou que essas fontes possuem um valor como “documento vivo”, porque são informativas e foram produtos da “participação do individual e coletivo no processo histórico”. Essa investigação esclarece aspectos do formato da imprensa operária que a diferencia da grande imprensa no que se refere ao tratamento processual da notícia, “recuperando e analisando os fatos”, a diagramação que ocupava todo espaço com textos e conferências, a charge do editorial enquanto uma “imagem conscientizadora”, o predomínio do formato de tabloide do jornal, a quantidade de páginas determinada pelo conteúdo, a periodicidade influenciada pelos acontecimentos e a ausência de publicidade (FERREIRA, 1989, p.21).

Imprensa, Revolução Russa e a posteridade anticomunista na política brasileira

A hipótese inicial é que a interlocução crítica desse conteúdo jornalístico brasileiro sobre a Revolução Russa se constituiu numa rede de produção e disputa de

valores e projetos políticos. Depois de quase um século, é possível perceber através do estudo dos jornais, o impacto da experiência soviética sob a política brasileira ao longo do século XX. Principalmente no que se refere às direções assumidas pelo anticomunismo: se até a década de 1920 era uma oposição mais ampla contra qualquer ideologia do movimento operário, após a Revolução de Outubro de 1917, assume uma luta contra qualquer tentativa dos trabalhadores de questionamento da ordem social. Posteriormente, com a grande depressão do entre-guerras e a possibilidade de crescimento dos movimentos comunistas, o anticomunismo se amplia, sendo atenuado durante a Segunda Guerra Mundial e retorna com grande força após a derrota militar do nazi-fascismo.

Rodrigo Motta compreende que o anticomunismo no Brasil cresce na medida em que se expande a influência do Partido Comunista e se caracteriza por três fases: a primeira entre 1935 e 1937, definida pela “Intentona Comunista”; a segunda entre 1946 e 1950, com o retorno do PCB a legalidade; e a última, com a crise de 1964, que resultou no golpe civil-militar. Nessa pesquisa, o autor aponta que o anticomunismo foi uma das principais justificativas para os golpes de 1937 e 1964, resultantes da constituição de frentes anticomunistas, que unificou diversos grupos sociais (empresários, políticos, militares, religiosos, grande imprensa), e ao longo de sua trajetória histórica enquanto pensamento, construiu um conjunto de representações (ideário, imaginário e iconografia) e ações (movimentos, organizações, perseguição e manipulação) que marcaram a dinâmica política brasileira do século XX (MOTTA, 2002).

Carla Rodeghero ao investigar a estratégia eleitoral entre 1947 e 1964, indica que o anticomunismo foi fortemente utilizado nas eleições, de acordo com os acontecimentos políticos, como o alinhamento do Brasil aos Estados Unidos no início da Guerra Fria, a atuação do PCB, a denúncia dos crimes de Stalin, a gestão de Brizola no governo do Rio Grande do Sul, o impacto da Revolução Cubana e o avanço das manifestações populares em torno das reformas de base de João Goulart. Rodeghero observou que o anticomunismo da propaganda eleitoral tinha como uma de suas características, o apelo a textos católicos e ao analisar o discurso anticomunista da Igreja Católica no Rio Grande do Sul, demonstrou como ele possuía uma boa elaboração e difusão, sendo utilizado pelos candidatos como proteção ou acusação dos seus oponentes, porque acreditavam no poder de mobilização e na eficácia do apoio da Igreja, já que segundo as conclusões dessa pesquisa, ser católico e ser anticomunista

eram virtudes fundamentais a serem cultivadas pelos políticos que desejavam a vitória nas urnas (RODEGHERO, 2003, p.116).

Quando esses autores se referem a representações ou propaganda anticomunista brasileira, estão indicando a construção de identidades excludentes, enquanto o anticomunista representava o correto, natural, moral; os comunistas representavam o ódio, a barbárie, imoralidade, o erro. E nessa contraposição de valores, os anticomunistas eram os guardiões do mundo civilizado e cristão. Esses arquétipos foram construídos ao longo do século XX após o impacto das notícias da Revolução Russa, elaborados e difundidos na imprensa, que desenvolveu uma força social ativa na formulação dessas visões de mundo.

Os Estados Unidos construiu uma política de Estado pautada no anticomunismo, concretizado na oposição a URSS, após a breve aliança militar motivada pelo conflito mundial, o governo de Harry Truman (1945-1953), para alcançar seus objetivos geoestratégicos e econômicos, estabeleceu uma política externa que buscava unificar outros países sob o seu planejamento e ação, para tanto, internamente unificou as Forças Armadas no Estado-maior, criou o Conselho de Segurança Nacional (CSN) e a Agência Central de Inteligência (CIA), que somados ao Plano Marshall e a Doutrina Truman, formaram as bases da expansão do *American way of life*. Assim, a democracia, em oposição ao “totalitarismo russo” foi a tônica do discurso norte-americano durante a Guerra Fria, quando os Estados Unidos empenhou sua força para sustentar os grupos anticomunistas.

Portanto, desde o pós-guerra, que os Estados Unidos fomenta e propaga uma onda anticomunista, seja no plano interno, com o movimento de perseguição do macarthismo contra qualquer indivíduo de comportamento considerado suspeito de comunismo, ou como instrumento eleitoral; mas também como elemento justificador da sua mudança de política externa, que assume o foco da política de contenção, redirecionando a ação da Europa para Ásia, e depois, para a América Latina.

A América Latina inicia a década de 60 sendo revista pelas lentes norte-americanas. De acordo com o estudo de Carlos Fico, foi a formalização, em 1961, da implantação do regime socialista em Cuba, que modificou a postura dos Estados Unidos para com a América Latina, através do fortalecimento dos militares da região e da política de ajuda econômica, buscando construir uma imagem positiva dos Estados Unidos para fortalecer sua capacidade de influência (FICO, 2008, p.56).

As leituras sobre a importância do anticomunismo no golpe civil-militar de 1964 apontam que a tradição desse pensamento remonta as primeiras décadas do século XX e nessa trajetória histórica, a Guerra Fria trouxe novas influências de doutrinas militares norte-americanas e francesas, que conduziram na primeira metade dos anos 60 a um elã entre o pensamento de diversos grupos conservadores na trilha dos “discursos patrióticos, moralistas e tecnocráticos”, que serviram posteriormente para ocultar as políticas de Terrorismo de Estado enquanto “estratégias de luta de classes”, aplicadas numa amplitude multidimensional (abrangente, prolongada, indiscriminada, retroativa, preventiva e extraterritorial) pelas Ditaduras de Segurança Nacional, em suas práticas repressivas (torturas, sequestros, execuções, saques, desaparecimentos, ameaças de morte, expurgos, cassações, etc.) para controlar a ordem interna e consolidar os novos padrões de acumulação (PADRÓS, 2007, p.46).

Na interpretação de Motta, o anticomunismo em sua essência é um fenômeno de direita, constituído por alguns valores básicos como: a moralidade cristã, propriedade sagrada e a pátria “una e indivisa”. Além disso, também se caracteriza por uma heterogeneidade ideológica que possibilitou a unificação de grupos e líderes políticos de diferentes tradições de direita (liberais, conservadores, fascistas, nacionalistas) e o que foi mais decisivo para o golpe civil-militar de 1964: unificou as corporações militares. Portanto, o anticomunismo foi uma bandeira que alinhou grupos sociais e instituições de diferentes valores e projetos para derrotar os projetos de esquerda que surgiam como ameaças ao *status quo* (MOTTA, 2016).

A ação política propagandística dos diversos grupos que difundiam o anticomunismo também produziu impacto sobre a opinião pública. Para compreender como a sociedade foi influenciada por esse ideário, Motta propõe uma análise dos resultados das pesquisas de opinião realizadas nos anos 50 e 60 por agências norte-americanas e nacionais (IBOPE), para avaliar a circulação e influência das representações anticomunistas.

A primeira pesquisa de março de 1955 realizada entre cariocas e paulistas, diagnosticou que 58% achavam que o comunismo era “ruim para o povo” e 2% disseram “bom”, 30% consideravam os comunistas um “perigo” para a América Latina e 3% “nenhum perigo”. Essas faixas percentuais vão numa crescente até 1964, desde os anos finais da década de 50, diante das mudanças na política externa brasileira, com a aproximação com o bloco soviético e países não-alinhados, que os EUA se preocupam com o surgimento de um sentimento antiamericano e realizaram pesquisas sobre

atitudes comerciais com a URSS, identificando que os brasileiros possuíam opiniões pragmáticas sobre esse assunto, sem perder a desconfiança política.

As pesquisas realizadas entre 1963 e 1964 mostram o crescimento do temor ao comunismo, por exemplo, em março de 1963, uma entrevista com 400 pessoas do estado da Guanabara mostra que 41% preferiam que os comunistas tivessem menor influência, com 4% achando que eles deveriam ter mais influência. Já em fevereiro de 1964, 44% dos entrevistados paulistas viam no comunismo um perigo e em março de 1964, após o ato paulista da “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, do total de 953 paulistas em três cidades (São Paulo, Araraquara e Avaí), 68% escolheram o comunismo como um perigo, indicando não apenas o aumento de uma opinião anticomunista, como também uma probabilidade alta de “apoio a políticas anti-esquerdistas” que se apresenta de forma significativa, com o alto número de cidadãos após o golpe apresentando uma opinião de apoio ao “expurgo das esquerdas”.

As pesquisas de opinião estudadas por Motta apesar de apresentarem algumas variações na intensidade da opinião anticomunista entre diferentes regiões, a exemplos de uma leve queda no nordeste e uma percepção mais intensa entre os cariocas, no aspecto mais geral é perceptível que os discursos anticomunistas formulados, propagados e difundidos pelos grupos de direita, com importante papel desempenhado pela imprensa, ressoaram com expressividade na sociedade, o que se verifica na força da opinião anticomunista dos entrevistados, dando indícios de uma “relação complexa, de mútua determinação, e não como resultado de recepção passiva.” (MOTTA, 2016)

Numa pesquisa realizada em setembro de 2013 pela Fundação de Opinião Pública da Rússia (Russia’s Public Opinion Foundation - FOM), das 1.000 pessoas entrevistadas, 14% identificaram a palavra “comunismo” com conotações “muito agradáveis”, “positivas” e “maravilhosas”; e 12% disseram que se sentiam muito nostálgicas em relação à era soviética (RBTH, 2013).

O comunismo significa “vida boa e estável” para 11% dos entrevistados, 23% disseram que significa uma sociedade justa, na qual todos são iguais e toda a propriedade é comum e para 8% representava uma vida melhor que a de hoje (“vivíamos melhor, as pessoas eram mais bem tratadas” e “as pessoas eram mais plenas e a vida também era mais plena”).

O comunismo significara “vida boa e estável” para 6% que elogiaram o princípio soviético oficial “de cada um, de acordo com suas habilidades; para cada um, de acordo com suas necessidades”. A pesquisa pedia aos entrevistados que explicassem

o que viam como aspectos positivos e negativos do sistema soviético. Na resposta, 33% apontaram como positivas as garantias de seguridade social, estabilidade e atenção às pessoas; 14% disseram que foi um sistema de justiça e igualdade social; 9% disseram que a União Soviética foi terra de respeito à lei e à disciplina; 7% elogiaram o emprego que o país garantia a todos; e outros 7% disseram que as pessoas tinham mais disposição para se ajudarem umas às outras, do que hoje.

Por outro lado, 9% criticaram restrições a direitos e liberdades individuais; 7% acusaram o sistema soviético de suprimir a individualidade pessoal; outros 7% disseram que o racionamento de bens de consumo básico foi o principal defeito do sistema; 6% criticaram os abusos das autoridades naquele período; e 5% condenaram o governo repressivo na União Soviética.

Na população pesquisada, 59% dos entrevistados veem mais aspectos positivos que negativos no comunismo. Desses, 69% tinham mais de 60 anos e 47% tinham entre 18 e 30 anos. De todos os entrevistados, 43% ficariam felizes com a volta da ideologia comunista; 38% não ficariam felizes; e 19% ainda não se resolveram.

Os resultados das pesquisas de opinião, russas e brasileiras, provocam uma reflexão sobre como as sociedades leem seus processos históricos, constroem suas visões de mundo, expectativas sociais e fazem suas escolhas sob condições políticas em trajetórias históricas diversas, mas que de algumas formas, são interconectadas por fios condutores que permeiam os ideários sociais e espaços de formulação e atuação política, a exemplo da imprensa e seus periódicos.

Referências:

- BANDEIRA, Luis A. Moniz e MELLO, Clóvis. *O ano vermelho: a revolução russa e seus reflexos no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967.
- BATALHA, Claudio. *O movimento operário na primeira república*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2000.
- BARTZ, Frederico Duarte. *O horizonte vermelho: o impacto da revolução russa no movimento operário do Rio Grande do Sul, 1917 – 1920*. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: UFRGS, 2008.
- BRANDÃO, Nágela A. e DIAS, Edmundo F. *A questão da ideologia em Antonio Gramsci*.
<http://www.portal.fae.ufmg.br/seer/index.php/trabedu/article/viewFile/877/769>.
Acessado em 15/08/2015.
- CASTELUCCI, Aldrin. *Salvador dos operários: uma história da greve geral de 1919 na Bahia*. Dissertação (Mestrado em História). Salvador: UFBA, 2002.
- CRUZ, Heloísa de Faria. *São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana 1890-1915*. São Paulo: EDUC/FAPESP/Arquivo do Estado, 2000.

_____ e PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha. *Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa*. IN: *Projeto História*, São Paulo, nº35, dez. 2007.

DARNTON, Robert. *O Beijo de Lamourette: Mídia, Cultura e Revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____ e ROCHE, Daniel (orgs.). *A revolução impressa: a imprensa na França, 1775-1800*, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

FERREIRA, Maria Nazareth. *Imprensa operária no Brasil*. São Paulo, Editora Ática, 1988. FERREIRA, Muniz. “A geração do demônio: um estudo sobre as origens do imaginário anticomunista baiano”. IN: *Revista Binacional Brasil Argentina*, Vitória da Conquista, v.2, nº1, julho. 2013.

FICO, Carlos. “O golpe de 64 e o papel do governo dos EUA”. IN: FICO, Carlos, FERREIRA, Marieta de Moraes e ARAUJO, Maria Paula e QUADRAT, Samantha Viz. *Ditadura e Democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2008.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

GUIMARÃES, Luciano de M. “*Ideias perniciosas do anarquismo*” na Bahia. *Lutas e organização dos trabalhadores da construção civil (Salvador, 1919-1922)*. Dissertação (Mestrado em História). Salvador: UFBA, 2012.

HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

LUCA, Tania Regina de. “Historia dos, nos e por meio dos periódicos”. IN: PINSKY, Carla B. *Fontes históricas*. 2ªed. São Paulo: Contexto, 2006.

_____ e MARTINS, Ana Luiza (orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

MACIEL, Laura Antunes. “Produzindo Notícias e Histórias: algumas questões em torno da relação Telégrafo e Imprensa – 1880/1920”. IN: FENELON, Déa et ali. *Muitas Memórias, Outras Histórias*, São Paulo: Olho d’água, 2004.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.

_____. “O anticomunismo nas pesquisas de opinião: Brasil, 1955-1964”. Disponível em: <https://nuevomundo.revues.org/68817?lang=es>. Acesso: 10 de setembro de 2016.

SANTOS, José Weliton A. dos. *Formação da grande imprensa na Bahia*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Salvador: UFBA, 1985.

PACHECO, Ricardo de Aguiar. “A modernidade envolve o campo político: representações e práticas do processo eleitoral na Porto Alegre da década de 1920”. IN: *Revista Brasileira de História*, vol.25, nº50, novembro de 2005.

PADRÓS, Enrique Serra. “América Latina: Ditaduras, Segurança Nacional e Terror de Estado.” IN: *Revista História e Luta de Classes*, n.4, julho/2007.

PEIXOTO, Maitê. *O quarto poder vermelho: embates teóricos e político ideológicos entre anarquistas e comunistas no contexto de formação dos partidos comunistas do Brasil*. Dissertação (Mestrado em História), Porto Alegre: PUC-RS, 2010.

PETERSEN, Sílvia Regina F. “A circulação da imprensa operária brasileira no final do século XIX e as primeiras décadas do XX”. IN: QUEIRÓS, César e ARAVANIS, Evangelia (orgs.). *Cultura operária: trabalho e resistências*. Brasília: Editora ExLibris, 2010.

REED, Jonh. *Dez dias que abalaram o mundo*, 12ª ed. São Paulo: Global Editora, 1978.

RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ / FGV, 1996.

RODEGHERO, Carla Simone. *O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)*. Passo Fundo: UPF Editora, 2003.

VALDES, Eduardo. “El transpaso del pensamiento de América Latina à Africa a través de los intelectuales caribeños”. IN: *História UNISINOS*: São Leopoldo. Vol. 4, n.2, jul./dez. 2000.

WERNECK, Nelson. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

RBTH, INTERFAX, Moscou, 12 de outubro de 2013. About 60 percent of Russians see communism as good system - poll Disponível em: http://rbth.com/news/2013/10/12/about_60_percent_of_russians_see_communism_as_good_system_-_poll_30755.html. Acesso: 14 de novembro de 2016.

A CIDADE, Salvador, 19 de março de 1917.

A PLEBE, São Paulo, 15 de março de 1919, ano II, n.4.

A TARDE, Salvador, 03 de novembro de 1917.

CORREIO DA MANHÃ, Rio de Janeiro, 05 de outubro de 1917.

JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, 01 de março de 1917.

Notas:

ⁱ Tânia de Luca ressalta que a expressão grande imprensa é vaga e imprecisa com sentidos e significados definidos pelo momento histórico, por isso propõe uma forma genérica de definição que designa um conjunto de títulos que de acordo com o contexto é a parte mais significativa dos periódicos em relação à circulação, perenidade, aparelhamento técnico, organizacional e financeiro.

ⁱⁱ Maria Ferreira sistematiza as seguintes características da imprensa operária: veículo de comunicação da classe trabalhadora que está ligada a um sindicato ou partido, sua mensagem é produzida de forma horizontal e interativa, e direcionada para interesses coletivos, funciona como instrumento de conscientização, mobilização e intercâmbio.

ⁱⁱⁱ De acordo com essa pesquisa, a população habilitada para ser eleitor era de 21.4% em Salvador, 20.7% em Porto Alegre, 13.9% em São Paulo e 11.3% no Rio de Janeiro.

^{iv} É importante salientar que a grafia original dos textos contidos nos periódicos está mantida neste artigo.

^v José Weliton Santos destaca que foi a partir da Primeira Guerra Mundial o período no qual a imprensa brasileira iniciou mudanças no fato jornalístico quando começou a dar destaque às matérias provenientes da Europa. Para compreender como as agências internacionais se tornaram importantes polos emissores de notícias é preciso analisar a evolução das técnicas de comunicação que tornaram possíveis a transmissão elétrica em cadeia, o mercado da informação e um novo formato para a comunicação.

^{vi} A palavra maximalista é utilizada nesse período para identificar aqueles que apoiavam a Revolução Russa.

^{vii} Muniz Ferreira investiga, através de periódicos baianos, a origem de um discurso e de uma ideologia anticomunistas no estado da Bahia entre os anos de 1917 e 1922 e demonstrou como a Revolução Bolchevique potencializou o discurso conservador, constatando que há um reforço do discurso anticomunista na medida em que se agudiza a luta entre capital e trabalho na Bahia, em especial a partir da greve geral de 1919 em Salvador.

^{viii} Destaque para o artigo do Jornal *A Cidade* (18/07/1917), uma espécie de editorial que analisa a conjuntura de greves no sudeste e a possibilidade de acontecer na Bahia.

^{ix} O retrocesso das conquistas e as perseguições políticas provocaram as condições para uma greve mais radicalizada em janeiro de 1920 durante 58 dias.

^x O Primeiro Congresso dos Trabalhadores Baianos (1920) resultou na fundação da Federação dos Trabalhadores Baianos (FTB) cuja influência socialista levou a formação do Partido Socialista Baiano (PSB). Foi quando o SPCDC se retirou da FTB por meio de uma cisão anarquista.

^{xi} Luciano Guimarães na sua dissertação identifica em *A Voz do Trabalhador* (SPCDC) de 16 de setembro de 1922, a divulgação aos leitores dos jornais “defensores dos oprimidos” disponíveis na redação: *A Plebe* (SP); *Movimento Comunista* (RJ); *Revista Liberal* (POA); *Renovação* (RJ); *Voz Operária* (SE); *Solidariedade* (Chicago); *Voz do Trabalhador* (PA); *Il Comunista* (Itália); *El Comunista* (Argentina); *El Estudiantil* (Rosário); *Transporte Internacional* (Amsterdã); *Trabalhadores das Docas* (Hungria).

^{xii} Esse autor formulou a periodicidade de transição na imprensa entre o século XIX e XX para compreender tal processo inserido nas mudanças históricas do país, e utilizou como critério as mudanças

produtivas e suas conseqüentes alterações nas relações do jornal com o anunciante, com a política, com os leitores.

^{xiii} Essa noção de circulação de ideias como influência ou difusão redimensiona os modos de recepção e reelaboração ao problematizar a visão de passividade e reprodução, mesmo que na ação de reelaborar haja mais concordância que divergências.

Artigo recebido 05 de dezembro de 2016 e aprovado em 28 de fevereiro de 2017.

A TEORIA DA REVOLUÇÃO DO P.C.B.: OCTÁVIO BRANDÃO, A ALIANÇA DE CLASSES E O FEUDALISMO (1922-1935)ⁱ

THE REVOLUTION THEORY OF P.C.B.: OCTÁVIO BRANDÃO, THE CLASS ALLIANCE AND FEUDALISM (1922-1935)

Danilo Mendes de OLIVEIRA¹

Resumo: Este artigo lida com a constituição da teoria da revolução do Partido Comunista do Brasil em seus primeiros anos. Nesse ínterim, busca-se compreender o papel de Octávio Brandão no desenvolvimento da teoria da revolução do partido e sua divergência teórica em relação à Terceira Internacional, apesar da manutenção da ideia de presença do feudalismo no meio brasileiro. Além disso, procura-se demonstrar como se configurou a teoria da revolução após o afastamento de Octávio Brandão do partido, através das páginas do jornal *A Classe Operária*. Por fim, procura-se demonstrar como a teoria da revolução lançou um debate sobre a existência do feudalismo na formação social brasileira.

Palavras-chave: Partido Comunista do Brasil; Classes sociais; Internacional Comunista; Octávio Brandão; Teoria da revolução.

Abstract: This article deals with the constitution of the revolution theory of the Communist Party of Brazil in its early years. In the meantime, it is sought to understand the role of Octávio Brandão in the development of the theory of the party revolution and its theoretical divergence in relation to the Third International, despite the maintenance of the idea of the presence of feudalism in the Brazilian milieu. In addition, it seeks to demonstrate how the theory of revolution was configured after the departure of Octávio Brandão from the party, through the pages of the newspaper *A Classe Operária*. Finally, it is tried to demonstrate how the theory of the revolution launched a debate on the existence of feudalism in the Brazilian social formation.

Keywords: Communist Party of Brazil; Social classes; Communist International; Octávio Brandão; Revolution theory.

Octávio Brandão, o P.C.B. e a I.C.

Fundado em 1922, o Partido Comunista do Brasil (P.C.B.) foi um dos muitos partidos que representaram a repercussão da Revolução Russa pelo mundo.

Octávio Brandãoⁱⁱ foi um dos principais membros do Partido nos seus primeiros anos. Com a fundação do jornal *A Classe Operária* em 1925 e através da obra *Agrarismo e industrialismo: ensaio marxista-leninista sobre a revólta de S. Paulo e a guerra das classes no Brazil*, de 1926, ficaria demonstrado como sua tentativa de desenhar uma teorização para a revolução no Brasil gerava conflitos com a ideia original incentivada

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História – UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo – Guarulhos, SP – Brasil. Especialista em “História, Sociedade e Cultura” – PUC/SP – Programa Lato-Sensu da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – São Paulo, SP – Brasil. Bacharelado e Licenciado em História – UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Franca, SP – Brasil. E-mail: danibonaparte@yahoo.com.br

pela Internacional Comunista (I.C.), posto que esta instituição propunha uma aliança operário-camponesa para os países dependentes e semicoloniais.

Brandão buscava trabalhar com a ideia de uma aliança entre operariado e pequena burguesia, dando menor importância a uma união com o campesinato. Assim, a teorização de Brandão teve grande influência na tentativa do P.C.B. em tentar um contato com Luís Carlos Prestes na Bolívia em 1927, evento do qual participou Astrojildo Pereiraⁱⁱⁱ, indicando ao “Cavaleiro da Esperança” algumas leituras marxistas como o *Manifesto do Partido Comunista*, de Marx e Engels e *Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo*, de Lenin.

A preferência de Octávio Brandão por uma aproximação maior do operariado com a pequena burguesia em detrimento de uma ligação com os trabalhadores rurais geraria tensões em relação à Internacional, que possuía uma visão homogeneizadora das realidades locais dos países dependentes. Tal divergência não se resumiria apenas ao plano teórico, pois o aspecto organizacional e institucional também estaria em jogo.

Porém não houve apenas conflito entre as visões da Internacional Comunista e de Octávio Brandão, pois o autor aceitava a visão daquela instituição sobre a aplicação da ideia de feudalismo à explicação das realidades históricas semicoloniais. Assim, a realidade rural do Brasil passava a ser explanada em termos de “resquícios” do feudalismo.

A teorização de Octávio Brandão a respeito da realidade histórica do Brasil e sua preferência pela pequena burguesia em termos de alianças de classe também implicaria em um conflito na própria operação historiográfica. Havia uma tensão na relação de Octávio Brandão com a Internacional, pois ao mesmo tempo em que aceitava a ideia de aplicação do feudalismo, tinha resistências em relação à ideia da aliança operário-camponesa.

Vencida essa tensão entre a proposta de revolução da Internacional e as preferências do P.C.B. influenciadas pelo pensamento de Octávio Brandão, com o afastamento deste, o Partido caminhou para uma teorização que expressava de forma mais marcada a necessidade de aliança entre o operariado e o campesinato, o que era visível através de seu órgão de imprensa, o jornal *A Classe Operária*.

Desse modo, pretende-se neste artigo, abordar a mudança da ideia de aliança de classes na teoria da revolução do P.C.B.: de uma preferência pela união entre proletariado e pequena burguesia com o campesinato deixado em segundo plano, para a ideia de união

entre o proletariado e o campesinato com a pequena burguesia relegada a um plano inferior.

Teria um papel relevante nesta metamorfose da ideia de revolução democrático-burguesa do P.C.B. a tensão existente na relação entre Octávio Brandão e a Internacional Comunista, seja no plano teórico sobre a organização da aliança de classes, seja no plano prático com o próprio afastamento do militante do Partido, e seja também no plano das vicissitudes da operação historiográfica sobre a realidade histórica brasileira empreendida por Octávio Brandão. Dessa forma, o presente ensaio procura trabalhar de os seguintes debates ao longo da exposição: conceito e realidade social; teoria e história; consciência histórica e experiência vivida.

Um dos objetivos também será destacar a ideia recorrente de aplicação do feudalismo na explicação da realidade histórica brasileira por parte de Octávio Brandão e do P.C.B., através da influência da Internacional Comunista.

Assim, segue-se uma curta introdução sobre a visão da I.C. a respeito da questão colonial. Depois, será feita a exposição da teoria da revolução do P.C.B. envolvendo a visão sobre as classes sociais e a suposta presença do feudalismo na realidade histórica brasileira. Logo em seguida, será demonstrada a mudança da teoria da revolução após o afastamento de Octávio Brandão, através de textos do jornal *A Classe Operária*. E por fim, será feito um balanço sobre a reverberação da teoria pecebista da revolução na obra de alguns autores que se debruçaram sobre o estudo da formação histórica brasileira, mais especificamente quanto ao postulado da existência do feudalismo no meio nacional.

A questão colonial na visão da I.C.

Em 1921, o Partido bolchevique tentava determinar um novo rumo para a sociedade soviética após quatro anos de iniciada a Revolução Russa. Com a NEP (*New Economic Policy*) foi colocada a questão da aliança operário-camponesa para a continuidade do projeto comunista (REIS FILHO, 2007, p. 97-98).

Postular uma união entre operários e camponeses era tocar na problemática das relações entre as classes sociais no processo revolucionário russo. O “comunismo de guerra” se baseou na exploração do trabalho fabril nas cidades e na extorsão de víveres do campesinato. Não havia uma união espontânea entre as classes, mas sim uma relação de exploração gerida pelo Partido. Foi através desta estratégia que o governo soviético conseguiu a vitória contra a invasão branca (MAWDSLEY, 2008, p. 244-245).

Com a criação da Terceira Internacional, a Internacional Comunista, em 1919, os bolcheviques determinariam nos anos seguintes que os partidos comunistas dos países dependentes e semicoloniais deveriam enfatizar uma união entre operariado e campesinato. Tal aliança seria necessária, pois a exemplo do que ocorrera na Rússia, as realidades dos países “atrasados” reforçavam a inevitabilidade de uma atenção especial ao campo.

Já no II Congresso da I.C., em 1920, houve um debate entre V. I. Lenin e M. N. Roy, representante da Índia e fundador do partido comunista deste país, a respeito da questão colonial. Enquanto Lenin depositava sua convicção na ideia de que a vitória do proletariado ocidental viabilizaria a revolução nas colônias, Roy enfatizava a necessidade de um trabalho para o avanço da consciência de classe entre os camponeses (PINHEIRO, 1991, p. 42-43)

No IV Congresso, em 1922, falava-se na revolução agrária como ultrapassagem das barreiras da democracia burguesa. No V Congresso, de 1924, a ênfase ficou mais por conta da ideia de aliança com as burguesias nacionais (CLAUDÍN, 1985, p. 236-237).

Mas seria no VI Congresso, em 1928, que se daria ênfase à necessidade de união entre operariado, campesinato e pequena burguesia para a realização de uma revolução democrático-burguesa (DEL ROIO, 2007a, p. 84).

A teoria da revolução do P.C.B., as classes sociais e o feudalismo

O P.C.B. surgiu em 1922, na cidade do Rio de Janeiro. E o jornal *A Classe Operária* foi fundado em 1925, fechado no mesmo ano pela polícia, e com retorno de seu funcionamento apenas a partir de 1928.

O partido teve como principal membro fundador Astrojildo Pereira, mas seu teórico mais influente na década de 20 foi Octávio Brandão. Foi com ele que o P.C.B. começou a delinear sua explicação para a realidade histórica do Brasil, a partir da influência do materialismo histórico, mais especificamente daquilo que se chamaria de marxismo-leninismo, termo que foi utilizado pioneiramente por Octávio Brandão (MORAES, 2007, p. 140).

Com a publicação em 1926 de seu livro *Agrarismo e industrialismo: ensaio marxista-leninista sobre a revólta de S. Paulo e a guerra das classes no Brazil*, sob o pseudônimo Fritz Mayer, Brandão salientaria o caráter esmagadoramente agrário da sociedade brasileira. O aspecto industrial estava engolfado pelo meio rural sufocante do

Brasil. Nesse meio, a classe operária tinha um papel ínfimo, se comparada com o proletariado da Alemanha (FRITZ MAYER, 1926, p. 8). A classe dominante era a burguesia feudal, principal beneficiária da situação agrária. Havia outra burguesia, a industrial, que não apresentava forças suficientes para destronar a burguesia feudal. Entre o operariado e a burguesia, havia a pequena-burguesia. Além disso, a classe social mais numerosa era constituída pelos camponeses ou trabalhadores rurais.

Segundo Octávio Brandão, o proletariado deveria buscar se aliar com a pequena-burguesia e o campesinato para a derrubada da burguesia feudal. O autor dava significativa atenção para as revoltas tenentistas, pois estas eram levadas a cabo pela pequena burguesia, representada pelos militares. Mas não transparecia uma preocupação igual com o campesinato, apesar de Brandão considerar a importância desta classe social.

No cenário vislumbrado por Octávio Brandão era inquestionável a presença dos resquícios do feudalismo. Segundo Reinhart Koselleck, no capítulo “História dos conceitos e história social”, presente no livro *Futuro passado*, os conceitos podem ser utilizados tanto para a designação de épocas passadas, como também podem ser trabalhados com situações em processo ou em vias de se processar. Quando Octávio Brandão falava sobre a presença do feudalismo no Brasil, aplicava o uso de um termo já utilizado para designar um período da história ocorrido durante aquilo que se convencionou chamar de Idade Média. Assim, havia um deslocamento no uso já conhecido do termo para uma realidade que ainda estava em processo.

Ainda de acordo com Koselleck, a aplicação de conceitos a realidades que estão em vias de se processar pode gerar um choque com a própria história social, pois ao se enquadrar uma realidade em processo a um conceito já pronto, pode-se gerar uma contradição do conceito com a própria realidade (KOSELLECK, 2006, p. 111).

Mas este processo de aplicação do conceito de feudalismo à realidade histórica do Brasil não se constituía em um problema para Octávio Brandão. A presença do feudalismo era algo inquestionável em sua visão. Tal explicação tinha influência da Terceira Internacional, que via o Brasil como um exemplo de país semicolonial, dominado pelos resquícios do feudalismo. Este país era considerado a “China do Ocidente”, devido à pressão esmagadora do meio agrário sobre o meio industrial (PINHEIRO, 1991, p. 157-158).

Então a aplicação do conceito de feudalismo vinha de “cima”, ou seja, das ideias desenvolvidas no seio dos debates da Internacional sobre os países semicoloniais ou dependentes, principalmente a partir do Segundo Congresso, de 1920. Portanto, a

formulação já estava presente no meio comunista antes de Octávio Brandão escrever seu livro. Ele não seria o único na América Latina. José Carlos Mariátegui^{iv}, por exemplo, trabalharia de forma parecida em sua teorização sobre a situação agrária no Peru (MARIÁTEGUI, 2010).

Havia um movimento de aplicar uma teoria a partir da exterioridade, onde as condições apresentadas pelo meio em questão pesavam menos ou eram adaptadas à explicação apriorística adotada. Assim parecia acontecer com a explicação de Octávio Brandão sobre as condições históricas do Brasil.

Para trabalhar com o movimento em questão, recorre-se neste ensaio a uma discussão explorada pela historiadora Márcia D'Alessio em seu artigo *Teoria e história: uma relação tensionada*, presente na primeira edição da Revista Internacional de Humanidades.

No artigo, D'Alessio parte da discussão empreendida por Aristóteles a respeito da diferença entre a poesia e a história. Enquanto a última trata do que aconteceu, a primeira fala sobre o que poderia ter acontecido. Em suma, a teoria busca a universalidade, enquanto a história procura estudar a especificidade. A teoria parte de situações particulares para gerar leis universais, enquanto a história pode partir de um âmbito mais geral para chegar em uma realidade pertencente a uma época e local delimitados. Dessa forma, há uma tensão onde teoria e história demonstram suas diferenças, mas ao mesmo tempo não podem se separar (D'ALESSIO, 2013).

Tendo este esclarecimento como base, pode-se partir para a tentativa de compreensão do que significava a tentativa de explicação da teoria do P.C.B. sobre a realidade histórica do Brasil. Octávio Brandão partia de um modelo explicativo desenvolvido externamente à realidade que ele analisava. Realizava um confronto daquele modelo com as condições impostas pelo meio sob análise, ou seja, as situações concretas colocadas pela realidade histórica brasileira, entretanto a teoria adotada a partir da exterioridade prevalecia em relação a uma especificidade das condições sócio econômicas do país. A explicação sobre as realidades dos países semicoloniais ou dependentes, que era utilizada pela Internacional também para a China, a Índia, o Egito, a Indonésia, entre outros (PINHEIRO, 1975, p. 121), dominava a análise de Brandão.

Dessa forma, na teorização de Octávio Brandão prevalecia o elemento geral sobre o elemento histórico. Porém, Octávio Brandão parece realizar uma concessão às vicissitudes do meio brasileiro quando se debruça sobre o tenentismo. Portanto, não se pode dizer que Octávio Brandão se esquecesse completamente do meio em que vivia.

Contudo, no momento em que Octávio Brandão escrevia seu livro, não havia uma explicação rival sobre a realidade brasileira no P.C.B. O modelo que enfatizava a presença dos resquícios feudais seria utilizado inclusive por Astrojildo Pereira, importante membro do P.C.B. como já foi dito no início deste ensaio. Pereira, ao criticar Oliveira Vianna, diria que o último tentava eliminar a luta de classes da história do Brasil. Em sua análise, Astrojildo enfatizaria o embate constante entre o caráter “agrário” e o caráter “urbano” na história nacional (PEREIRA, 1979, p. 167).

Assim, a teoria da revolução do P.C.B. teria forte apego à dualidade do *agrarismo/industrialismo* e também à questão nacional e colonial, pois as duas embasariam as considerações sobre a presença do feudalismo nas relações sociais do meio rural brasileiro.

A partir daí o Partido sustentava a formulação de que o proletariado deveria guiar as demais classes exploradas em uma revolução. Em sua primeira fase, o proletariado apoiaria a pequena burguesia contra a grande burguesia, entretanto o próprio desenrolar do processo revolucionário faria com que a classe média fosse destroçada. Então o proletariado teria livre seu caminho para a concretização do socialismo (FRITZ MAYER, 1926, p. 58).

Tal maneira de visualizar a situação histórica brasileira estaria presente no jornal *A Classe Operaria*. Já no editorial de retorno, do dia 1 de maio de 1928, trazia-se a ideia de união entre as classes sociais oprimidas, entre todas as profissões do meio urbano e rural. Quanto a pequena burguesia, o proletariado deveria atrair para si a parte descontente, que não tivesse sido levada pelo movimento da grande burguesia representada pelo Partido Democrático (A CLASSE OPERARIA, 1928a, p. 1)

Mas o jornal *A Classe Operaria* não seria palco de concordância absoluta em torno da questão de se definir o peso de cada classe social para a revolução almejada. Em sua tentativa de falar aos trabalhadores o órgão revelaria tensões, pois o discurso sobre a aliança de classes apresentaria brechas. Estas poderiam levar a mais de uma hierarquização sobre a importância das classes na explicação pecebista. O principal ponto de controvérsia seria em volta do papel do trabalhador rural ou camponês.

Na edição do dia 12 de maio de 1928, por exemplo, no artigo “Combatamos o imperialismo!”, o proletariado e a pequena burguesia eram chamados de “povo brasileiro” (A CLASSE OPERARIA, 1928b, p. 1). Isso gera a questão de se pensar no que era o povo brasileiro para o jornal. Além disso, também se pode pensar em qual era a

importância do campesinato. Este fora esquecido simplesmente pelo artigo? Ou a noção de proletariado cobria tanto os trabalhadores urbanos quanto os trabalhadores rurais?

O problema apareceria de novo na mesma edição. No artigo “A Invasão Fordista: como o Brasil rola para a escravidão”, falava-se que a situação do proletariado e da pequena burguesia era má e que se o imperialismo de fato dominasse este país, as condições apenas piorariam. No penúltimo parágrafo do artigo se dizia que o imperialismo traria a “escravização para a massa” e no último parágrafo, se falava em “escravização para o povo” (A CLASSE OPERARIA, 1928b, p. 3). Salta aos olhos a não menção aos camponeses ou trabalhadores rurais no artigo.

A questão retornaria de forma um pouco mais sutil na edição do dia 6 de julho de 1929, com o artigo “A Verdadeira Significação da Data Revolucionária de Hontem”, onde se abordava como principais temas as revoltas tenentistas de 1922, 1924 e a Coluna Prestes. Argumentava-se que as “massas agrárias do sertão” se punham em contato com os tenentes a partir da marcha da Coluna. Então, compreendia-se que aquelas massas eram uma das grandes forças motrizes de uma revolução democrático-burguesa, devido às características de um país como o Brasil. Além disso, o proletariado teria a tarefa de impulsionar estas massas rumo à revolução. Portanto, o artigo fazia menção clara ao papel dos trabalhadores rurais ou camponeses.

Contudo, mais a frente se afirmava que só uma força seria capaz de lutar contra o imperialismo: o proletariado. E era com este que a classe média deveria se aliar (A CLASSE OPERARIA, 1929, p. 3). Portanto, a solução para a luta contra a divisão das terras entre os latifúndios, que era referida como a maior questão social a ser resolvida no Brasil, constituía-se em uma aliança entre o proletariado e a classe média.

Assim, os trabalhadores rurais ou camponeses apareciam pouco na argumentação pecebista e até mesmo na própria confecção do jornal *A Classe Operaria*. Octávio Brandão, em suas memórias escritas no livro *Combates e batalhas*, faz referência às profissões dos trabalhadores envolvidos na produção das edições 5, 6 e 8 do jornal. Entre operários gráficos, tecelões, alfaiates, tintureiros, metalúrgicos, só houve um camponês (BRANDÃO, 1978, p. 309).

Desse modo, havia uma tensão na formulação pecebista que chegava aos militantes através do jornal *A Classe Operaria*, pois ora os trabalhadores rurais eram valorizados, ora não. Assim, partindo-se mais uma vez da problematização de Koselleck no seu capítulo “A história dos conceitos e a história social”, pode-se dizer que os conceitos empregados pelo P.C.B. estavam em conflito com a compreensão da própria

realidade histórica? Seriam os camponeses ou trabalhadores rurais algo que os pecebistas tentavam deliberadamente apagar de seu esquema explicativo, mas mesmo assim retornavam como um “recalcado” do processo histórico, de forma que o PCB não conseguia se livrar de sua presença? De qualquer forma, havia uma dubiedade na maneira como o Partido considerava a questão camponesa.

Não valorizar o papel do campesinato poderia contradizer o próprio apoio que o P.C.B. havia encontrado nas deliberações do VI Congresso da Internacional Comunista, de 1928, que havia reforçado a proposição de que a revolução deveria ter caráter democrático burguês, com o proletariado guiando o campesinato e a pequena burguesia.

Talvez o enfraquecimento do papel do campesinato nas explicações do jornal se deva à própria experiência histórica dos membros que escreviam no jornal, ou seja, eram majoritariamente profissionais urbanos. Paulo Sérgio Pinheiro argumenta que à época do V Congresso da I.C., em 1924, tanto a direção do P.C.B. como a generalidade do Partido compreendiam operários, sendo estes algo em torno de 80% (PINHEIRO, 1991, p. 127).

Além disso, como Heitor Ferreira Lima^v explica no seu livro *Caminhos Percorridos*, o P.C.B. se espelhava na ideia de “frente única proletária”, que cabia mais ao contexto europeu do que propriamente à realidade brasileira. No IV Congresso da Internacional, em 1922, foi declarado que os comunistas aproveitassem o ganho de apoio crescente ocorrido apesar da indiferença das massas, até mesmo o apoio dos trabalhadores ainda influenciados pelo anarquismo e sindicalismo.

Contudo este era o contexto europeu. O contexto brasileiro era completamente diferente. Assim, o P.C.B. adotara uma narrativa sobre a experiência histórica vivida pelos comunistas na Europa. A aplicação desta narrativa ao cenário brasileiro, encobria a consciência sobre a própria experiência histórica deste país. Seria necessária uma narrativa que partisse da experiência da luta de classes no Brasil.

Não havia uma fórmula pronta sobre como realizar esta narrativa própria do meio nacional. Mas o 4º ponto das condições de ingresso na Internacional escritas em 1920 no II Congresso daquela entidade exortava para a necessidade do trabalho no campo, de maneira a imprimir um caráter revolucionário ao movimento dos trabalhadores camponeses contra os resquícios do feudalismo, formando-se até mesmo sovietes^{vi} daqueles trabalhadores (LIMA, 1982, p. 64-65).

Uma aproximação maior das vicissitudes da América Latina foi realizada pela Internacional Sindical Vermelha (I.S.V.), segundo Heitor Ferreira Lima. A I.S.V. se preocupou com questões envolvendo os imigrantes, os operários agrícolas, os negros e os

índios. Porém, Ferreira Lima aponta que o aspecto falho daquela organização foi não ter considerado as diferenças entre os países e regiões latino-americanas. A relação com o imperialismo e a consciência de classe do movimento operário variavam de um local para o outro (LIMA, 1982, p. 92).

Assim, seria necessário que cada partido ou movimento nacional construísse sua explicação para as condições nacionais. O P.C.B. acabou levando em conta mais as condições europeias do que as brasileiras. Porém, a presença do campesinato nos artigos do jornal *A Classe Operária*, ainda que de forma mais enfraquecida do que no caso do proletariado e da pequena burguesia, pode ser encarada como um retorno incontrolado do “outro” ou do recalcado na escrita, de acordo com uma proposição de Michel de Certeau no livro *A Escrita da História* (CERTEAU, 2008, p. 5).

Os trabalhadores que escreviam no jornal *A Classe Operária* não eram historiadores, mas a partir do momento em que buscavam explicar a realidade histórica do Brasil, realizavam uma operação historiográfica. Ou seja, escreviam a história mesmo não sendo historiadores profissionais. E nesse processo de escrever a história, precisavam lidar com o mundo material, que se tornava seu objeto de análise. Mas este não permanecia imóvel enquanto tentavam explica-lo. O objeto em si tem suas vicissitudes, que o historiador ou aquele que empreende a escrita da história deve tentar compreender. Como Hans-Georg Gadamer considerou, apoiado na reflexão de Georg Misch a respeito da filosofia da vida de Wilhelm Dilthey, “[...] toda vida comporta em si um saber” (GADAMER; FRUCHON, 2006, p. 31). Assim, os camponeses ou trabalhadores rurais se apresentavam como uma realidade da história brasileira, ainda que o foco da teoria construída pelos pecebistas no jornal recaísse sobre os papéis do proletariado e da pequena burguesia.

Esta imposição do objeto para o sujeito que empreende a operação historiográfica pode ser pensada na própria relação entre a teoria emprestada à Internacional Comunista e a realidade específica da qual o P.C.B. participava. Octávio Brandão utilizaria a ideia da política de alianças para teorizar sobre a união entre a classe operária e a classe média, ao passo que as preferências da Internacional para os países semicoloniais giravam em torno de uma aliança entre a classe operária e o campesinato. Se era um ato de escolha de Octávio Brandão preferir abordar a relação do operariado com os tenentes é algo que não se pode cravar, mas os trabalhadores rurais se impunham como um “outro”, ou seja, um dado da materialidade histórica que subia à tona na escrita mesmo que Brandão tentasse não abordar sua presença.

Com isso, havia o seguinte movimento na operação historiográfica de Octávio Brandão e do jornal *A Classe Operaria*: ao mesmo tempo em que a Internacional Comunista não tinha uma análise específica para as condições históricas do Brasil, esta entidade indicava que um caminho para a revolução seria buscar o apoio das massas agrárias; e Brandão, ao adaptar a ideia da “frente única proletária” para a aliança entre operariado e tenentes, diminuía o papel de maior relevo que poderiam ter os trabalhadores rurais no esquema revolucionário.

Mas o que teria levado Octávio Brandão a preferir enfatizar a aliança com a pequena burguesia e não dar tanta atenção ao campesinato? Talvez pese aí a experiência histórica vivida pelo autor no momento em que redigia *Agrarismo e Industrialismo*. A primeira parte deste livro já havia ficado pronta em 1924, tendo sua redação final em 1926. Até ali já se tinham passado duas revoltas tenentistas e a Coluna Prestes já iniciara sua extensa trilha de luta Brasil afora. E como o próprio autor alega no livro mencionado, as massas agrárias eram apáticas. Por isso, provavelmente a maior confiança depositada na ação da pequena burguesia.

No que tange à Internacional, havia uma clara relação entre uma consciência histórica e uma experiência presenciada ou vivida (RÜSEN, 2001, p. 56-57). Tal relação era expressa pela escrita, através de uma narrativa. A narrativa da Internacional para a revolução nos países semicoloniais parecia pautada na própria experiência da Revolução Russa, onde o proletariado de fato teve liderança no processo de tomada do poder, com apoio nas movimentações do campesinato.

O P.C.B., por sua vez, não vivia em um ambiente revolucionário. Some-se a isso o fato de o proletariado ser de reduzido número no Brasil. Ainda assim, o Partido adaptava da sua maneira o plano esboçado pela Internacional, privilegiando a pequena burguesia em lugar do campesinato. Com isso, apresentava-se uma tensão na maneira como o Partido lidava com a consciência histórica propagada pela Internacional.

Porém, depositar sua fé na aproximação maior do proletariado com a pequena burguesia faria Octávio Brandão e o P.C.B. sofrerem duras críticas da Internacional Comunista, a partir da guinada desta contra a socialdemocracia, após 1928.

A “guinada tática” da I.C., que passou a ver a socialdemocracia como “social-fascismo”, abandonando a política de alianças do movimento operário com a pequena burguesia, deve-se ao contexto de luta política entre o “centro” de Stalin e Molotov e a “direita” de Bukharin e Rykov, da qual a última saiu derrotada (DEL ROIO, 1990, p. 45).

Além disso, na mesma época da crise dos cereais na União Soviética, entre 1928 e 1929, houve o *affaire chakhti*, apontado como uma conspiração contrarrevolucionária de técnicos, apoiada por forças externas. É daí que Stalin percebe a ocasião para defender a tese de que havia necessidade de recrudescer a luta de classes, a fim de desenvolver o socialismo. A “crise dos técnicos” fez com que Stalin deflagra-se uma ofensiva contra qualquer colaboração com a socialdemocracia. A Internacional passaria a atacar veementemente qualquer aproximação com a pequena burguesia a partir de então (LIMA, 1990, 124).

O P.C.B., ao defender a aliança entre o operariado e a classe média, seria conclamado a se depurar de seus elementos colaboracionistas. No relatório sobre a situação do P.C.B., de 1929, a Internacional acusaria este partido, entre outras coisas, de não ter valorizado o elemento camponês. Aqui pesaria o papel da instituição mais poderosa, pois Octávio Brandão seria afastado do partido, seguido depois por Astrojildo Pereira. Teria início a fase conhecida como “obreirismo”, com uma radicalização da negação dos intelectuais no partido.

A mudança do papel do campesinato no jornal A Classe Operária

A partir do afastamento de Octávio Brandão e de Astrojildo Pereira, o jornal demonstrou uma mudança de postura em relação aos camponeses. No número 94, do dia 28 de julho de 1930, aparecia um texto intitulado “Camaradas, de pé!”, onde se dizia aos operários para que organizassem comitês de luta em todas as fábricas e também uma frente única de todo o proletariado. No mesmo texto, conclamava-se os trabalhadores agrícolas, colonos e pequenos lavradores a organizarem comitês de luta em todas as fazendas e localidades do interior, a tomar a terra. Havia uma passagem onde se unia os anseios de operários e trabalhadores rurais ao mesmo tempo: “Pão ou trabalho para os operários desempregados, terra aos trabalhadores da lavoura!” (A CLASSE OPERÁRIA, 1930, p. 1)

Mais à frente, encontravam-se várias palavras de ordem em relação aos trabalhadores rurais: “Pela abolição de todos os impostos, dívidas e hipotecas que pesam sobre os lavradores pobres!”; “Confiscação dos latifúndios e fazendas (terras do clero e do Estado) e sua divisão entre os colonos, pequenos lavradores e trabalhadores agrícolas!”; “Trabalhadores da terra – tomai a terra!”

Na edição de 10 de novembro de 1931, no artigo “O nosso chamado ao povo oprimido”, falava-se em uma “frente unica de todos oprimidos” contra a “barbara exploração e opressão de fazendeiros e senhores de terras, de capitalistas e imperialistas e de seus governos fascistas”. Exortava-se para a criação de comitês nos locais de trabalho, fazendas, bairros, quartéis e navios; ao mesmo tempo em que se criasse grupos de defesa dos operários e camponeses. No último parágrafo, falava-se em preparar a “revolução operaria e camponesa dirigida pelo P.C.B.” (A CLASSE OPERARIA, 1931, p. 2).

No artigo “O unico remédio”, na mesma edição do dia 10 de novembro de 1931, falava-se em uma união entre jornaleiros, colonos e lavradores pobres. Havia um incentivo para a formação de comitês e grupos armados, a fim de se pressionar por um conjunto de reivindicações como melhoria de salários e pagamento dos atrasados, auxílio aos desempregados, isenção de impostos e de pagamento de juros hipotecários a bancos ou fazendeiros ricos, diminuição dos fretes e das passagens, direito de liberdade de compra e venda, direito de uso gratuito dos carros, carroças e animais dos senhores de terras, e divisão das terras entre os trabalhadores pobres. Estes comitês também teriam uma função de defesa, como se pode perceber neste trecho, quando se diz que eles serviriam para “[...] repellirem à bala todos os capangas e autoridades dos governos de fazendeiros e capitalistas, e de seus amos, ricaços estrangeiros” (A CLASSE OPERARIA, 1931, p. 3).

Verificava-se então uma mudança na abordagem em relação aos camponeses, pois estes são mais valorizados nas edições de 1930 e 1931 em comparação com os anos de 1928 e 1929.

Em uma edição do mês de novembro de 1932, sem dia especificado, demonstra-se uma mudança em relação à ideia de união com a pequena-burguesia. No artigo “O Astrojildismo e a Luta pela Formação do Partido do Proletariado”, ataca-se claramente a ideia de colaboração de classes, encarnada na figura de Astrojildo Pereira. Segundo o artigo, “[...] no passado o Partido, orgânica e politicamente, não passava de um apendice da pequena-burguesia e de caudilhos como Mauricio de Lacerda e Luiz Carlos Prestes [...]”. No texto ainda se dizia que na época em que o Partido não conhecia a linha política, a estratégia e a tática marxista-leninista, “[...] Astrojildo sentia-se bem naquele ambiente social-confusionista [...]” (A CLASSE OPERARIA, 1932, p. 3). Astrojildo é apontado no texto como o criador da lenda de que Prestes estivesse maduro para entrar no Partido,

mesmo após as tentativas frustradas de aproximação com a pequena burguesia e também após a “viragem proletária”^{vii}.

A união que se preconizava neste momento era entre o proletariado, os camponeses revolucionários, o “[...] movimento realmente anti-imperialista da massa pequeno-burguesa urbana e rural oprimida e explorada, das raças negra, índia e mestiça escravizadas [...]” (A CLASSE OPERARIA, 1932, p. 2). A pequena burguesia só seria interessante como aliada em seus elementos de massa.

Na edição de 23 de agosto de 1934, é possível enxergar mais uma vez a mudança em relação à pequena burguesia. No texto “Por um 23 de Agosto de combates de massas, por pão, terra e liberdade!”, onde se relembra inicialmente os assassinatos de Sacco e Vanzetti, acontecidos em 1927 nos Estados Unidos, na mesma data referida no título, explica-se que a situação no Brasil se caracterizava por um lado pela “[...] combatividade das massas, que corajosamente se lançam á luta, pelo destacamento da direção dessas lutas das mãos dos caudilhos pequeno-burguezes, dos ‘cavaleiros da esperança’, para os do proletariado dos pontos decisivos da produção e de seu P.C.B. [...]”; e por outro lado pelo recrudescimento do “terror feudal-burguez” servido pela “Constituinte dos ricos nacionais e estrangeiros” (A CLASSE OPERARIA, 1934, p. 1).

Essa união entre operários e camponeses, sem dependência em relação à pequena burguesia, era a forma como se passava a encarar o que seria considerada a revolução democrático-burguesa. Na edição de 23 de março de 1935, no artigo “Novos golpes e novos massacres”, Miranda^{viii} escrevia que em meio às disputas entre os interventores de Getúlio Vargas e as camarilhas estaduais, os trabalhadores das cidades e dos campos deveriam pegar as armas para defender seus próprios interesses de classe e não para servir às ambições dessa “[...] canalha, senhores das terras, das fabricas e dos bancos e socios dos imperialistas opressores do Brasil” (A CLASSE OPERARIA, 1935, p. 4). A insurreição armada das cidades e dos campos faria os comunistas conseguirem o pão, a terra e a liberdade. “Este é o caminho que o ‘Partido Comunista do Brasil’ (secção da I. C.) vem apontando ha muito ás massas populares do Brasil: o caminho da Revolução democratico-burguesa.” (A CLASSE OPERARIA, 1935, p. 4)

Assim, a ideia de revolução democrático-burguesa a esta altura parecia mais relacionada a uma união entre operariado e campesinato, diferentemente do que ocorrera até 1929, quando se valorizava a aliança entre proletariado e pequena-burguesia.

Portanto, com o afastamento de Octávio Brandão e de Astrojildo Pereira, o P.C.B. passou a seguir mais estritamente a linha propugnada pela Internacional para a revolução

nos países semicoloniais e dependentes: uma aliança entre operariado e campesinato, com a pequena-burguesia em segundo plano. Isso ficava claro através dos artigos de seu órgão de imprensa, o jornal *A Classe Operária*.

Reverberações da teoria pecebista

A teoria da revolução do P.C.B teve eco nas explicações marxistas sobre a realidade histórica brasileira de fins do século XIX e inícios do século XX, no que concerne à consideração sobre a existência do feudalismo. Houve vários exemplos disso.

Nelson Werneck Sodré, no livro *Formação Histórica do Brasil*, com primeira edição de 1962, explicava os malefícios do regime escravista e o surgimento do feudalismo a partir da escravidão. O autor chegava à consideração de que o feudalismo surgiu de dentro da escravidão, devido à fragmentação do latifúndio e da substituição dos escravos por trabalhadores livres, que eram obrigados a pagar taxas ao dono das terras, pois estavam vinculados a estas, ainda que não fossem escravos (SODRÉ, 1987, p. 7).

Para fundamentar sua visão, Sodré explicava que o processo de feudalização na Europa não tinha se baseado apenas na deterioração do escravismo romano, pois também houve a desintegração do regime gentílico dos bárbaros, que presenciaram a substituição do escravismo pelo regime de colonato. Os trabalhadores livres, colonos, estavam vinculados às terras e viam a propriedade individual das terras aráveis crescer em lugar da propriedade coletiva das florestas e pastagens. Ocorria um processo de distribuição das terras pelos senhores, ao mesmo tempo em que se convertia os trabalhadores em servos da gleba (SODRÉ, 1987, p. 7-8).

Alberto Passos Guimarães foi outro exemplo de autor que considerou a presença do feudalismo no Brasil, no livro *Quatro séculos de latifúndio*, com primeira edição de 1963. Para este autor, Portugal não trouxe para o Brasil o sistema capitalista. Em seu lugar, o que houve foi a utilização de instituições políticas e jurídicas mais atrasadas e opressivas por parte da empresa colonial, de modo a assegurar o domínio da metrópole (GUIMARÃES, 1977, p. 22). Exemplo disso se dava quando da distribuição dos latifúndios aos “homens de calidades”, reproduzindo no Novo Mundo um dos fundamentos da ordem de produção feudal, ainda existente em Portugal (GUIMARÃES, 1977, p. 24).

Porém em 1966, com a publicação de *A Revolução Brasileira*, Caio Prado Júnior estabelecerá uma crítica contundente à teoria da revolução pecebista, pois atacaria justamente a ideia de existência de resquícios feudais na formação sócio econômica

brasileira. Segundo Caio Prado, para que houvesse restos feudais no Brasil, seria necessária a presença anterior do próprio sistema feudal, o que não ocorreu segundo o autor.

Já em seu livro *Formação do Brasil Contemporâneo*, publicado em 1942, Caio Prado divergia da interpretação sobre a existência do feudalismo no Brasil, pois o enxergava, desde sua fundação como colônia, já inserido dentro do sistema comercial que depois se transformaria no capitalismo.

A crítica de Caio Prado Júnior seria continuada por estudiosos posteriores, quando se tratasse de estudar a inserção da explicação pecebista na formação sócio econômica brasileira, como Ronald Chilcote, Edgar Carone e Antonio Carlos Mazzeo.

Ronald Chilcote ataca o ponto onde Octávio Brandão caracterizava o capitalismo agrário do Brasil como “semifeudal”. Para Chilcote, o desenvolvimento da agricultura comercial proporcionou recursos para a indústria e o comércio no meio urbano, ao lado do enfraquecimento da relação fazendeiro-camponês (CHILCOTE, 1982, p. 230-231). Portanto, a agricultura comercial significava um estágio mais desenvolvido do capitalismo agrário do que a abordagem defensora do caráter “feudal” supunha.

Já Edgard Carone alega que não havia a separação entre uma burguesia agrária e uma burguesia industrial. Segundo Carone, a elite rural do Brasil era mercantilista, portanto quando surgissem oportunidades de negócio nos setores do comércio e da indústria, a classe rural não hesitaria em vender suas terras. Carone cita Caio Prado Júnior, ao afirmar que a terra não tinha para a elite rural brasileira o mesmo significado que apresentava à nobreza europeia e japonesa, isto é, não havia um vínculo tradicional (CARONE, 1989, p. 19).

Antonio Carlos Mazzeo, por sua vez, explicita a grande influência das ideias do *Komintern*^{ix} na América Latina, principalmente a partir do VI Congresso, de 1928, no qual foram enfatizadas as “relações feudais” existentes na região. Porém, Mazzeo demonstra que mesmo na Internacional Comunista havia uma voz dissidente: Jules Humbert Droz, assistente para os “países latinos”. Droz reconhecia a subordinação das burguesias latino-americanas ao imperialismo inglês e norte-americano, de modo semelhante a Octávio Brandão na obra *Agrarismo e industrialismo*, mas em lugar de utilizar o conceito de feudalismo ao se referir à composição do capitalismo agrário nos países latinos, trabalhava com os conceitos de “semicolônia” e “regime colonial capitalista” (MAZZEO, 2003, p. 158). Dessa forma, a ideia do agrarismo como permanência das relações feudais não poderia se sustentar para essa vertente.

Mas apesar da forte crítica de Caio Prado Júnior e de seus continuadores, a utilização do conceito de feudalismo não foi completamente abandonada. As reverberações da teoria da revolução pecebista se fazem presentes ainda em textos relativamente recentes, da coleção *História do Marxismo no Brasil*, como os de Marcos Del Roio e Lígia Osório Silva, pois ambos os autores consideram a presença dos resquícios feudais na análise das condições históricas de desenvolvimento do Brasil, nas primeiras décadas do século XX.

Marcos Del Roio, em um texto intitulado “Os Comunistas, a Luta Social e o Marxismo (1920-1940)”, chama a atenção para a revolução burguesa em curso no Brasil quando dos primeiros anos do PCB. Havia um rearranjo das classes dominantes, consequência da “[...] industrialização técnica e orgânica da agricultura e do crescimento da grande indústria [...]”, enquanto o partido comunista teria como tarefa ideal a de organizar e dirigir o proletariado aliado à pequena burguesia urbana. Nesse ínterim, as condições feudais acabariam relegando os trabalhadores do campo a um âmbito secundário no processo da revolução, pelo menos em um primeiro momento (DEL ROIO, 2007b, p. 37).

Por sua vez, Lígia Osório Silva, no texto intitulado “Feudalismo, capital mercantil, colonização”, lança um questionamento sobre o significado da reintrodução da escravidão na América: seria ela um resultado do desenvolvimento do capitalismo ou estaria relacionada ao fenômeno ocorrido na Europa no século XVI, chamado “reação feudal”? (SILVA, 2007, p. 17)

Mais adiante, a autora chega à consideração de que a recorrência dos Estados modernos à escravidão não partia de uma característica dominante, pois a escravidão colonial manifestava um aspecto acessório se comparada com o escravismo do mundo antigo. Assim, os Estados modernos não eram escravistas, mas antes “Estados feudais modificados”, muito mais complicados do que os Estados antigos (SILVA, 2007, p. 61).

Assim, formaram-se explicações mais complexas que a teorização pecebista sobre as circunstâncias históricas brasileiras do começo do século, a partir das leituras posteriores realizadas por estudiosos, que confrontaram seus pressupostos com uma crítica mais acirrada sobre a concretude do meio nacional e relacionando-a com conceitos como escravidão, colonização, industrialização e formação dos Estados modernos.

O avanço nas explicações marxistas sobre o meio histórico brasileiro demonstrou que não se pôde abandonar de todo a teoria esboçada por Octávio Brandão nos anos 20. Seu esquema de revolução preconizador da aliança entre o operariado e os tenentes não

produziu resultados significativos e a diminuição do papel dos camponeses em seu esquema causou sua própria ruína nos quadros partidários, devido à reação da Internacional. Mas sua certeza sobre a existência do feudalismo no Brasil teve o papel de ao menos lançar a dúvida sobre aqueles que empreendessem um estudo marxista das condições históricas de desenvolvimento do país.

Em suma, estudar a aplicação do conceito de feudalismo à realidade histórica brasileira se constitui em um exercício de se pensar a relação entre teoria e história, ao mesmo tempo em que se reflete sobre a relação entre consciência histórica e experiência vivida. Eis o papel da tensão.

Referências:

- A CLASSE OPERARIA. Rio de Janeiro, n. 1, 1 de maio de 1928.
A CLASSE OPERARIA. Rio de Janeiro, n. 3, 12 de maio de 1928.
A CLASSE OPERARIA. Rio de Janeiro, n. 63, 6 de julho de 1929.
A CLASSE OPERARIA. Rio de Janeiro, n. 94, 28 de julho de 1930.
A CLASSE OPERARIA. Rio de Janeiro, n. 7, 10 de novembro de 1931.
A CLASSE OPERARIA. Rio de Janeiro, n. 145, novembro de 1932.
A CLASSE OPERARIA. Rio de Janeiro, n. 167, 23 de agosto de 1934.
A CLASSE OPERARIA. Rio de Janeiro, n. 176, 23 de março de 1935.
BRANDÃO, Octavio. *Combates e batalhas: memórias*. V. 1. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.
CARONE, Edgard. *Classes Sociais e Movimento Operário*. São Paulo: Ática, 1989. 309p.
CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
CHILCOTE, Ronald H. *O Partido Comunista Brasileiro*. Tradução de Celso Mauro Pasiornik. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
CLAUDÍN, Fernando. *A crise do movimento comunista*. Tradução de José Paulo Netto. São Paulo: Global, 1985.
D'ALESSIO, Márcia Mansor. *Teoria e história: uma relação tensionada*. In: Revista Internacional de Humanidades. Madri: n. 1, v. 2, 2013.
DEL ROIO, Marcos. A formação de um quadro dirigente do PCB. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio; DEL ROIO, Marcos. *Combates na história: a trajetória de Heitor Ferreira Lima*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
_____. O Impacto da Revolução Russa e da Internacional Comunista no Brasil. In: MORAES, João Quartim de; REIS, Daniel Aarão. *História do Marxismo no Brasil*. V. 1. 2. ed. Campinas: Unicamp, 2007.
_____. Os Comunistas, a Luta Social e o Marxismo (1920 -1940). In: RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão (Org.) *História do Marxismo no Brasil*. V. 5. Campinas: Unicamp, 2007.
FRITZ MAYER. *Agrarismo e industrialismo: ensaio marxista-leninista sobre a revólta de S. Paulo e a guerra das classes no Brazil*. Buenos Aires: s/d, 1926.
GADAMER, Hans-Georg; FRUCHON, Pierre. *O problema da consciência histórica*. Tradução de Paulo Cesar Duque Estrada. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

- GUIMARÃES, Alberto Passos. Quatro séculos de latifúndio. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução de Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
- LIMA, Heitor Ferreira. Bukharin – Teórico e Revolucionário Bolchevique. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio; DEL ROIO, Marcos. *Combates na história: a trajetória de Heitor Ferreira Lima*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- _____. *Caminhos Percorridos: memórias de militância*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MARIÁTEGUI, José Carlos. *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*. Tradução de Felipe José Lindoso. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- MAWDSLEY, Evan. *The Russian Civil War*. New York: Pegasus Books, 2008.
- MAZZEO, Antonio Carlos. O Partido Comunista na raiz da teoria da Via Colonial do desenvolvimento do capitalismo. In: MAZZEO, Antonio Carlos; LAGOA, Maria Izabel (orgs.). *Corações vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX*. São Paulo: Cortez, 2003
- MORAES, João Quartim de. A influência do leninismo de Stálin no comunismo brasileiro. In: MORAES, João Quartim de; REIS, Daniel Aarão. *História do Marxismo no Brasil*. V. 1. 2. ed. Campinas: Unicamp, 2007.
- PEREIRA, Astrojildo. Sociologia ou apologética? In: *Ensaio históricos e políticos*. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil, 1922-1935*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- _____. *Política e trabalho no Brasil: dos anos vinte a 1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- PRADO JUNIOR, Caio. *A Revolução Brasileira*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1972. 217p.
- _____. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. 23. ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. *Uma Revolução Perdida: a história do socialismo soviético*. 2. ed. São Paulo: Perseu Abramo, 2007.
- RÜSEN, Jörn. *Razão Histórica*. Teoria da História: os fundamentos da ciência histórica. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: UnB, 2001.
- SILVA, Lígia Osório. Feudalismo, capital mercantil, colonização. In: MORAES, João Quartim de; DEL ROIO, Marcos. *História do marxismo no Brasil*. V. 4. Campinas: Unicamp, 2007.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação Histórica do Brasil*. 12ª ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 1987.

Notas:

ⁱ Este artigo está baseado na pesquisa de mestrado em processo de realização pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), iniciada em 2016, com o título “O P.C.B. e o jornal *A Classe Operária*: as classes sociais na teoria da revolução (1928-1935)”.

ⁱⁱ Octávio Brandão Rego, nascido em Viçosa (AL), em 1896. Morreu no Rio de Janeiro, em 1980. Iniciou sua militância política no anarquismo e se tornou comunista nos anos 20.

ⁱⁱⁱ Astrojildo Pereira Duarte da Silva, nascido em Rio Bonito (RJ), em 1890. Morreu no Rio de Janeiro, em 1965. Um dos fundadores do Partido Comunista do Brasil em 1922.

^{iv} José Carlos Mariátegui La Chira (1894-1930), ensaísta e ativista político peruano, fundador do Partido Socialista Marxista Peruano.

^v Heitor Ferreira Lima, nascido em Corumbá (MT), em 1905. Morreu em 1989. Foi o primeiro brasileiro a frequentar a Escola Leninista Internacional de Moscou, entre 1927 e 1930.

^{vi} Conselhos surgidos pela primeira vez na revolução de 1905 na Rússia, com o Soviete de São Petersburgo. No processo revolucionário de 1917, os sovietes ressurgiram.

^{vii} Aqui se faz referência ao “obreirismo”.

^{viii} Antônio Maciel Bonfim, nascido em Irará (BA), em 1905. Morreu no Rio de Janeiro, em 1947. Foi secretário-geral do P.C.B. entre 1934 e 1936.

^{ix} A Internacional Comunista.

Artigo recebido 25 de dezembro de 2016 e aprovado em 28 de fevereiro de 2017.

A QUESTÃO DA REPRESENTAÇÃO FEMININA NOS CARTAZES SOVIÉTICOS – ALGUMAS QUESTÕES

THE QUESTION OF REPRESENTATION OF WOMEN IN SOVIET POSTERS – SOME QUESTIONS

Thaiz Carvalho SENNA¹

Resumo: O presente artigo aborda a questão da propaganda soviética, especialmente os cartazes de propaganda em que é representada a figura feminina. Em um primeiro momento, contextualizaremos a questão feminina na Rússia Soviética; em um segundo, trataremos da questão da representação nos cartazes; finalmente, em um terceiro, abordaremos as principais conclusões, fruto de nossa análise acerca do tema.

Palavras-chave: História da Rússia; Propaganda Soviética; História das Mulheres

Abstract: This article addresses the issue of Soviet propaganda, especially the propaganda posters in which the female figure is represented. At first, we contextualize the women's issue in Soviet Russia; After, we deal with the question of representation on posters; Finally, we approach the main conclusions, results of our analysis on the subject.

Keywords: Russian history; Soviet propaganda; Women History.

Com o “ruído infernal das máquinas da oficina e da sirene das fábricas” nasce a mulher moderna. É assim que a revolucionária russa Aleksandra Kollontai constata, em seu livro *A Nova Mulher* (KOLLONTAI, 1978 [1918], p.13), o fenômeno que se abate sobre o “segundo sexo” em considerável parte do mundo.

Apesar de partir de um aspecto econômico – a entrada em massa das mulheres na classe trabalhadora – a nova mulher de Kollontai compreende transformações profundas com relação à personalidade feminina. Chamado pela autora de celibatárioⁱ, esse novo tipo de mulher é caracterizado pela liberdade frente às necessidades que antes a prendiam ao lar e pela independência frente aos sujeitos que antes a sujeitavam. Em última instância, as mulheres modernas podiam (ao contrário das antigas) escolher não casar e não ter filhosⁱⁱ. Isso se dava com o trabalho não-doméstico, que lhes garantia autonomia. Essa autonomia era conquistada não apenas por meio do salário, mas também por meio do contato que as mulheres tinham com o novo mundo que a elas se apresentava – inclusive pela convivência com as outras mulheres trabalhadoras, que poderiam entre si trocar experiências e

¹ Doutoranda em História Política e Social – Programa de Pós-graduação em História – Departamento de História – Niterói, RJ – Brasil. Graduanda em Letras – Faculdade de Letras – UFF – Universidade Federal Fluminense, RJ. Participante bolsista do Laboratório de Estudos de Tradução da UFF – Equipe de Língua Russa – Orientadora Ekaterina Vólkova Américo. Email: thaizsenna@gmail.com

organizar-se: “[com a entrada da mulher no mercado de trabalho,] ao mesmo tempo em que se desenvolve a consciência da sua personalidade e dos seus direitos, nasce e evolui, na mulher operária, um novo tipo de sentimento de coletividade: o sentimento de companheirismo” (KOLLONTAI, 1978, p.18). Concomitantemente, se não viviam na dependência de um marido que as mantinham, as mulheres do tipo celibatária contavam apenas com suas próprias forças para lutar por sua subsistência. (KOLLONTAI, ibidem, p.14). Deviam, portanto, submeter-se à exploração capitalista, a fim de vender sua força de trabalho. Essa é a dialética do duplo caráter da entrada em massa da mulher no mercado de trabalho, apontada por Kollontai:

As relações de produção, que durante tantos anos mantiveram a mulher fechada em casa e submetida ao marido, que a sustentava, são as mesmas que, ao arrancar as correntes enferrujadas que aprisionavam, impelem a mulher frágil e inadaptada à luta do cotidiano e a submetem à dependência do capital (KOLLONTAI, 1978, p. 14).

Após a revolução soviética, a mesma militante que prevê a possibilidade de as mulheres se organizarem entre si, posto que exerciam juntas a atividade laboral, torna-se uma das líderes da maior prova de que sua previsão tinha fundamento: em 1919, é criado o Jenotdel, o departamento de mulheres do Partido Comunista. Tal departamento era uma política do Partido que constituía, conforme nossa hipóteseⁱⁱⁱ, a síntese da importância dada às – e conquistada pelas – mulheres. Essas, entendidas como metade da força motora que consolidaria a revolução socialista – econômica e socialmente – deveriam aderir à causa comunista e ao trabalho não doméstico. O Jenotdel objetivava, assim, alcançar a emancipação feminina – o que significava, para tal departamento, que a antiga mulher (supersticiosa, religiosa, submissa, despolitizada, analfabeta, não comunista) virasse uma *Nova Mulher*, nos termos caracterizados por Kollontai.

Essa demanda não era apenas da jovem revolucionária. Herdeiros de todo o contexto de lutas em prol da emancipação feminina, os partidários do Partido Comunista também compreendiam tal necessidade, tal como Inessa Armand ou Nádjeda Krúpskaia. À época da revolução, podemos citar Vladímir Lênin – famoso dirigente partidário do Partido Comunista e marido de Krúpskaia – como um dos militantes homens mais avançados em relação à igualdade de gênero. Em 1903, ele foi o responsável pela introdução, no esboço do Programa do Partido Operário Socialdemocrata Russo, das reivindicações pelo “sufrágio

universal, igual e direto” para ambos os sexos, pela “abolição de todos os estamentos e plena igualdade de direitos a todos os cidadãos independentemente do sexo, da religião ou da raça”, pela “proibição do trabalho da mulher nos ramos em que é especialmente prejudicial para o organismo feminismo” e pela proteção à maternidade (incluindo 10 semanas de licença maternidade, creches nos locais de trabalho e a criação de postos de mulheres inspetoras) (LENIN, V. *Sobre a emancipação da mulher*. Apud ANDRADE, 2015, p.174).

Em abril de 1917, afirmou o líder do partido: “Enquanto as mulheres não forem chamadas a participar livremente da vida pública em geral, cumprindo também as obrigações de um serviço cívico permanente e universal, não pode haver socialismo, nem sequer democracia integral e durável” (LENIN, 1947). Lenin considerava nessa fala a profunda necessidade de contar com as mulheres para construir uma sociedade da qual elas eram quantitativamente parte considerável. Sair do ambiente doméstico, ao qual estavam ligadas há séculos, e participar de discussões, compartilhar situações, formular ideias, decidir questões políticas e sociais era um salto qualitativo quanto à emancipação feminina – e algo que deveria ser, para Lênin, encorajado pelo Partido. Podemos adiantar que, para muitas mulheres, esse cenário foi de fato uma realidade, graças ao esforço da organização partidária e, mais especificamente, do Jenotdel. O líder bolchevique contrapõe, ainda, o mesmo direito político a obrigações civis. A mulher é, então, na concepção leninista, um indivíduo que, tal como o homem, deve servir à construção do sistema socialista, realizando atividades políticas, sociais e laborais.

Dessa forma, podemos pensar, também, com Lênin, a dupla face das razões das mulheres estarem, de forma consideravelmente maior que antes, presentes no mercado de trabalho. Por um lado, isso era um direito, fruto das lutas feministas que reivindicavam que as mulheres ocupassem também esse espaço, tanto na Rússia, quanto no mundo, e que fazia objeções à saída feminina do ambiente doméstico para o laboral, algo extremamente reacionário, sendo necessário, então, travar um combate constante para que mais e mais mulheres adentrassem nessas atividades. Por outro, entende-se também que o labor profissional era uma tarefa que o próprio capitalismo avançado impunha às mulheres. Assim, dado o nível de desenvolvimento das forças produtivas, não era mais possível que metade da população mundial não participasse da produção de riquezas. Sendo as mulheres, então, estruturalmente necessárias ao desenvolvimento econômico – mesmo em uma

sociedade não capitalista como a que se instaurava – Lênin percebia que a não participação desse gênero na vida produtiva laboral levaria um sistema, mesmo o socialista, ao fracasso. Tal labor constitui, então, uma obrigação não apenas para as novas mulheres, como também para o Partido Comunista, em termos de colaborar para que assim o fosse.

Os mesmos militantes herdeiros das reivindicações de igualdade entre homens e mulheres, no entanto, eram, também, contraditoriamente, herdeiros de séculos de discursos e práticas que propunham a superioridade masculina, a violência contra a mulher, o reforço do homem como pai de família, a anulação da mulher como ser humano e o ambiente político negado às cidadãs femininas. O paternalismo religioso, legislativo e social, propagava-se cotidianamente em sua face política, também nos movimentos libertários russos, nos quais podemos incluir, sem temer, o posterior Partido Comunista. Isso se dava, por um lado, nas justificativas para não haver políticas partidárias específicas para as mulheres. Até 1917, a opinião majoritária no Partido – contra qual Kollontai lutou – dava-se por duas vias convergentes: a de que, caso houvesse qualquer tipo de especificação, como o feminismo, perder-se-ia de vista o aspecto classista, necessário ao Partido; e a de que, caso as mulheres obtivessem ganhos nessa estrutura, elas trairiam a própria classe, inclinando-se para o liberalismo burguês (WOOD, 1997, p.30).

Tais visões – responsáveis em parte pelo não aumento de mulheres no Partido – eram defendidas inclusive pelas próprias militantes mulheres. Esse fenômeno – a opressão à mulher – era uma metonímia do que ocorria em toda a sociedade, possivelmente de forma ainda mais acentuada, por não haver diálogos mais aprofundados com posições contrárias, como às que se dedicou Kollontai. A líder feminista, assim, expõe a nova mulher enquanto fenômeno constatado, baseada em uma dada materialidade, visto que sujeitos com as características designadas já se faziam presentes de forma considerável na sociedade. Ao mesmo tempo, entendemos que a autora considera o movimento desigual e combinado a que os aspectos estão submetidos na sociedade russa. Dessa forma, as atitudes e a psicologia da “antiga” mulher podem estar encarnadas em diversas delas, não apenas nas que ainda não adentraram no mercado de trabalho, mas também nas que nele já se faziam presentes. A “nova” mulher estava, portanto, lado a lado com velhas ideologias. A consciência, apesar de provir também da materialidade das atividades cotidianas, fazia-se, assim, significativamente fluida.

Ao compreender essa contradição, o PC investiu, então, em transformar toda a população feminina soviética no conjunto das mulheres celibatárias, emancipadas, trabalhadoras, comunistas. Essa mulher futura idealizada será então vista como personagem nos cartazes de propaganda, como cidadã nas novas legislações, como parte do povo a ser pensado nas diversas políticas públicas e partidárias do PC.

Dessa postura pró-emancipação decorreram inúmeras transformações na sociedade socialista com relação às mulheres. Das mais básicas, já realizadas pelas potências capitalistas à época da revolução, às mais inovadoras, que só puderam existir no âmbito de um Estado operário, as mulheres da sociedade soviética tiveram suas vidas mudadas não apenas enquanto pessoas em um sistema completamente diferente do anterior, mas, também, quanto às suas tarefas, suas possibilidades, sua imagem, seu lugar na sociedade e na história. Se, anteriormente, como coloca o historiador britânico Hobsbawm, as mulheres não estavam fora da história, mas fora da história da sociedade do século XIX (HOBSBAWM, 1988, p.277), no início do XX, elas foram convocadas a ser uma das protagonistas não apenas das mudanças no corpo social, mas da sua própria história. Como frisa Kollontai, a mulher, “de objeto da tragédia masculina, converte-se em sujeito da sua própria tragédia” (KOLLONTAI, 1978, p.22).

Podemos considerar como um marco nesse processo a ultrapassagem da lei tsarista que pregava a inferioridade feminina diante do homem (como citado por GOLDMAN, 2014 e WOOD, 1997). As primeiras leis soviéticas, rompendo com essa premissa, colocavam a mulher, enfim, como ser humano, tal como seus pares masculinos. Militantes como Kollontai e Lenin não acreditavam que a igualdade formal bastava para que houvesse igualdade de fato – tanto no que dizia respeito aos direitos historicamente negados ao sexo feminino, ou ao que era relativo à opressão historicamente legada a esse grupo, quanto no que concernia às barreiras objetivas e subjetivas à entrada do mesmo no mercado de trabalho e no Partido Comunista. Assim, foi necessário não apenas eliminar as leis explicitamente retrógradas da antiga legislação, como criar novas leis que favorecessem a colocação da mulher no novo patamar, equiparando-o ao homem, considerando o lugar social privilegiado que esse já detinha historicamente.

Ainda que chegassem ao âmbito prático, os decretos e leis, porém, não bastavam. Uma sociedade não seria convencida de mudanças tão profundas em seu cotidiano apenas com o texto escrito. Os problemas tinham suas raízes fincadas em instituições e práticas

sociais que ultrapassavam os mecanismos legais. Indicar à mulher que ela deveria cumprir funções políticas, participando ativamente do corpo social, por exemplo, não significava muito se ela, primeiro, tinha que continuar realizando as tarefas domésticas e cuidando da prole^{iv}; segundo, se ela não tinha educação o suficiente para exercer a maioria das funções que uma sociedade industrializada requer; e terceiro, se ela não era convencida de que sua emancipação era uma possibilidade, posto que historicamente fora oprimida para permanecer submissa e apenas no âmbito doméstico. Assim, o PC tentou solucionar isso com a criação de instituições públicas e gratuitas, como restaurantes e creches, criou escolas e investiu em literatura, grupos de leitura, etc., bem como em propaganda na qual constava a mulher como figura pública e política, a fim de convencê-la que também ela poderia ocupar aquele lugar.

É inegável que o período a partir da Revolução Socialista e, principalmente, a partir de 1919 (podendo a criação do Jenotdel ser considerada tanto uma prova quanto um impulso a isso) concentrou uma enorme atenção do Partido e da sociedade política quanto às mulheres. Mulheres essas que antes jaziam em condições muito piores do que as dos outros Estados europeus, dada a natureza misógina e retrógrada do regime monárquico tsarista; que não foram diversos direitos já adquiridos há anos em outros países; que tinham chicotes em seus leitos, para que o marido a castigasse, se assim desejado^v; que estavam entranhadas em lógicas religiosas e legais que a julgavam inferior; que ouviram “então vamos fazer uma reunião só para homens!” (como visto em WOOD, 1997, p.32), ao querer se organizar para lutar contra tudo isso.

Foram essas mesmas mulheres que saíram de condições extremamente antiquadas para outras que, em diversos casos, eram muito mais avançadas do que as em que se encontravam suas irmãs do mundo capitalista: legalização do aborto, casamento civil, divórcio direto, direito ao voto, salário igual, proteção à maternidade, pensão alimentícia; conquistas que estavam longe de serem alcançadas na maioria dos países. Algumas delas, que em nenhum deles ainda havia ocorrido. Outras, ainda, que em muitos países do corrente século XXI ainda não tinham sequer sido discutidas. Tudo isso para mulheres que haviam acabado de sair de uma sociedade que praticamente as escravizava.

A postura libertária do Partido Comunista, contudo, não escaparia às contradições de sua época, das permanências de tempos anteriores, ou mesmo, do domínio majoritário do gênero masculino. Primeiramente é importante dizer que os saltos progressivos da

história não se dão no vácuo, tendo suas raízes na própria sociedade, no modo pelo qual foi feita pela história (NOVACK, 2008, p.70). Não é possível, assim, que um sistema possa pular etapas, que social e historicamente estão dadas de determinada forma, sem que haja contradições estruturais nos resultados. Como nos lembra Hobsbawm (HOBSBAWM, 1997, p.343), revoluções são fenômenos que abrem as maiores possibilidades para que haja grandes transformações em um curto espaço de tempo. Em uma sociedade como a Rússia que, em 1917, reproduzia não os mecanismos produtivos, sociais e culturais do capitalismo avançado, mas, sim, os de uma monarquia autoritária com uma burguesia frágil e marginalizada que, ao invés de adentrar nesse capitalismo, fazendo uma revolução burguesa – como fez a maior parte dos países europeus – saltou para um nível mais avançado, realizando uma revolução socialista, essas contradições, mais do que intrínsecas, eram fundantes. No caso da questão das mulheres, o mesmo se deu. Como coloca Kollontai, “somente as frescas tempestades revolucionárias são fortes o bastante para varrer velhos preconceitos contra a mulher e somente as pessoas com trabalho produtivo podem igualar e libertar completamente a mulher, construindo uma sociedade nova” (KOLLONTAI, 2007, p.80)

Uma das mais profundas e disseminadas contradições na sociedade socialista que iremos tratar é comum em todos os Estados ocidentais e, se deixou de ser em algum país, não foi por muito tempo^{vi}: o lugar da mulher enquanto mãe e dona-de-casa. Mesmo um Estado Operário com estruturas avançadas que objetivavam mostrar os novos papéis possíveis às mulheres, colocando-as em situação de igualdade com os homens, não era possível livrar-se do elemento retrógrado e pouco igualitário de entender a mulher como a responsável praticamente única por realizar as tarefas de casa e de cuidar da prole – ideias e práticas essas que remetem a uma estrutura sequer capitalista, mas pré-capitalista (ver REED, 1969) – ao invés de serem consideradas humanas livres dessas tarefas, tal como os homens o eram^{vii}.

“Dê-nos uma nova existência!”^{viii}: a nova vida representada em cartazes de propaganda

A propaganda partidária foi uma das estratégias mais definidoras do processo de convencimento da população quanto ao novo que estava sendo estabelecido. Por se distinguir totalmente do regime anterior, o tsarismo, bem como das outras alternativas

políticas desenvolvidas no mundo, o Estado Soviético precisou, por um lado, apresentar as novas ideologias para o povo; por outro, convencê-lo com relação a elas, a fim de transformar a consciência e as práticas das pessoas e se legitimar como força política, mantendo seu poder.

A política da propaganda comunista funcionava, ao que entendemos, como uma tentativa de contra-força em relação aos resquícios do regime anterior. A postura de, mesmo após a revolução, continuar lutando contra determinados aspectos do passado relacionava-se à teoria da revolução permanente de Trótski^{ix} que, segundo Novack, era produto da própria teoria do desenvolvimento desigual e combinado. A propaganda partidária parecia se comportar como alinhada com ambas as teorias, justamente por ser um mecanismo que considerava que não foi porque ocorreu a revolução socialista que tudo iria mudar automaticamente. Era, pois, nesse sentido, dialética e não-etapista. Sintetiza Novack:

(...) a revolução socialista vitoriosa não erradica igualmente e de repente todas as relações e costumes do passado, senão que só elimina aquelas instituições econômicas, políticas e legais que são a raiz da dominação capitalista. Depois da conquista do poder, a revolução operário-camponesa está obrigada a atacar e eliminar toda a obsolescência herdada, tão rapidamente quanto seja permitido pelas condições objetivas (NOVACK, 2008, p.87).

A União Soviética durou quase um século. É possível inferir que a propaganda soviética teve sucesso considerável quanto à luta contra toda a obsolescência herdada – na qual ela, ao mesmo tempo, baseou-se, claramente unida a outros mecanismos como a agitação, a formação, etc.^x

Essa estratégia partidária tinha algumas especificações positivas frente a outros formatos. A Rússia era em grande parte analfabeta e esse fenômeno incidia de forma ainda mais intensa sobre o sexo feminino. Cartazes vivazes, com formas simplificadas e com pouco ou nenhum conteúdo escrito – que por vezes apenas praticamente só ratificava a imagem (apesar de cada vez mais aperfeiçoados artística e politicamente), estéticas baseadas em gêneros da antiga tradição popular russa (como os *Lubók*), conseguiam dialogar de maneira impactante e generalizada com a população que era, em geral, analfabeta. Como acentua Krúpskaia, sobre a questão pedagógica contida nos cartazes, em relação à maior parte da população, os camponeses:

Para o presente e para o futuro próximo, um camponês pode aprender a melhorar a sua produção apenas se ele é ensinado por exemplo visual. E, em geral, o camponês, assim como os trabalhadores em massa, pensam muito mais em termos de imagens do que fórmulas abstratas; a ilustração visual, mesmo quando um alto nível de alfabetização é atingido, sempre desempenhará um papel importante para o camponês (KRÚPSKAIA, N. *Pedagogicheskie sochineniia v desiati tomakh*: 1959, apud BONNELL, 1997, p.5).

As visões de mundo são tão potentes e tão enraizadas na sociedade que, mesmo sendo fruto de modos de produção, permanecem por meio de diversos aspectos. Mais do que isso, os próprios modos de produção novos, ainda que novos, são imersos em contradições. Assim, ainda que seu lugar fosse de vanguarda e estivessem cumprindo a dita tarefa de atacar a herança, também os produtores das propagandas e demais membros do PC eram perpassados pelas mesmas, possuindo, em conjunto e individualmente, ideias e estruturas próprias de um sistema que, no geral, não mais existia.

Ainda assim, esse cenário em muito se contrasta ao que ocorrerá posteriormente, já que o Estado repreenderá os artistas que não seguirem suas linhas artísticas. Em 1930, como parte da reorganização geral das sessões para maior controle do governo, processo que também extinguiu o Jenotdel, as funções do *Tsentropechat*, agência central de distribuição de imprensa, foram assumidas pelo *Soiuzpechat*, uma agência de mesmo tipo, mas controlada diretamente pelo governo, o que representou a tomada, por esse, do poder de decisão sobre a arte. Isso se legitima com maior intensidade em 1931, quando a produção de cartazes fica sob a supervisão do Departamento de Arte do Estado e, especialmente, em 1932, quando ocorre o 1º Congresso dos Escritores Soviéticos, que institucionaliza o realismo soviético – estilo artístico oficial, adotado como política do Estado para a estética, que abarcava todos os campos da arte – cartazes, literatura, cinema, pintura, arquitetura, etc – e pregava que “O artista não só retrata nossa construção socialista de verdade, mas também, toma parte ativa nele próprio” (MP Arkad'ev, 'Smotr sovetskogo IZO-iskusstva', Chudozhniki RSFSR apud GULDBERG, 1990). A partir de então, os artistas só poderiam produzir arte que contivesse estes quatro aspectos: o proletário, uma arte que fosse relevante para os trabalhadores e compreensível para eles; o típico, com cenas da vida cotidiana das pessoas; o realista, no sentido da representação; e o *partisan*, que significava apoiar os objetivos do Estado e do Partido. Em síntese, a partir dessa decisão, os artistas estavam no campo oposto ao da liberdade, tendo que tomar apenas a

verdade do governo para sua arte. Dos que isso não cumprem, muitos são exilados, outros são mortos. A trágica quantidade de suicídios de artistas que há no final da década de 1920 e início de 1930 é bastante representativa do problema.

Parte significativa dos cartazes de propaganda debruça-se sobre as questões femininas – isto é, consideradas e colocadas como femininas – transformando a mulher trabalhadora em, ao mesmo tempo, público e representação. Até o fim da década de 1920, é possível perceber as inovações na forma de tratar politicamente e representar a mulher, visando sua emancipação, retirando-a de suas funções tradicionais e dando-lhe igualdade. Durante a década de 1920, o governo de Stálin ainda não estava consolidado, tampouco o estava o realismo soviético. Assim, determinados aspectos relacionados às mulheres – que, após tais fenômenos, estiveram explícitos na sociedade – ou não apareciam, ou eram colocados de outras formas. Essas formas mais implícitas ou eufêmicas são capazes de demonstrar onde se situavam os limites da representação da mulher como igual ao homem – isso é, até que ponto a igualdade de gênero poderia existir, pois, como colocamos anteriormente, houve aspectos que nem os cartazes nem as políticas públicas conseguiram dar conta.

Assim, apesar da ampla diversidade artística pré-1931, própria do contexto revolucionário, a análise dos cartazes justifica-se, pois, como afirma a própria Bonnell, houve “notável consistência na criação e disseminação de certas representações iconográficas.” (BONNELL, 1997, p.11.) – e é a partir das consistências, inconsistências, insistências e contradições que tentaremos realizar a nossa análise, no que tange à relação do Estado e da sociedade como um todo sobre a representação feminina, especialmente, à medida que isso perpassa diretamente pela construção social da *Nova Mulher*.

A representação da mulher que o Partido idealizava não era criada no vácuo. Era, ao contrário, baseada, ainda que minimante, em uma realidade já colocada, em construções simbólicas já existentes e, também, em existências (e resistências) materiais já conhecidas. Como sabemos, nos anos de 1917-1930 já havia centenas de mulheres engajadas nas causas comunistas.

A criação dos cartazes, assim, não era arbitrária. Em contraposição, sabemos que uma representação é sempre um ideal, então, mesmo essas revolucionárias claramente não se comportavam exatamente como o retratado nos cartazes. Além disso, as milhares de mulheres que não se enquadravam nesse grupo encontravam-se representadas nos pôsteres,

metonimizadas no estereótipo de revolucionária, o que nos indica uma busca de hegemonia para construções simbólicas não hegemônicas. Podemos quanto a isso nos utilizar de uma formulação de Chartier, quando ele afirma que “uma representação tenta fazer presente algo que está ausente” (CHARTIER, 2010.) Essa afirmação nos possibilita acrescentar a seguinte dedução: a mulher soviética (em maioria) não se apresentava de determinados modos específicos, mas o Partido desejava que ela se apresentasse com tais modos específicos; logo, o Partido evocava a imagem dessa mulher com esses modos específicos em sua propaganda visual. Se não era arbitrário, também não podemos dizer que a criação era totalmente controlada, posto que seus produtores da mesma forma estavam condicionados ao contexto histórico dos mesmos. Assim, ainda que na tentativa de responder e combater a lógica dominante, igualmente não conseguiam escapar totalmente dela. Era daí que surgiam os discursos e práticas partidárias (e sociais).

Nas propagandas e também nos outros meios de representação, buscamos, assim, padrões e deslizes que nos parecem sinalizar escolhas menos conscientes e carregadas de valores e juízos legítimos e ativos naquele momento histórico (muitas vezes, dão-se, inclusive, em contradição com a agenda consciente dos produtores). Por fim, entendemos, dessa forma, que os limites quanto à emancipação feminina nas imagens estudadas podem ser considerados, em algum grau, os limites da própria sociedade.

A tentativa de explicação é a de que a mulher “construída” pelos cartazes - que a expunham em primeiro ou segundo plano - não correspondia aos padrões vigentes no sistema anterior e ainda estava em construção no novo sistema, contrapondo-se ao primeiro a fim de construir uma nova imagem; uma nova mulher.

Um dos indícios de que essa transgressão ocorreu está na própria arte concebida pelos cartazes: a mulher celibatária representada pelo PC não obedece à dominação do homem na obra artística. Como afirma a historiadora da arte Bonnet (BONNET, 2008), em sua análise sobre a questão do gênero, a arte sempre foi ditada pelos homens - em geral era ele que decidia seus valores estéticos, modelos, padrões de excelência^{xi}. Esses, então, eram apenas vistos pelos olhos do homem, sendo o lugar da mulher no mundo artístico sempre o de “ser observado”. Temos, ao contrário, representadas nos pôsteres em geral, mulheres que não estão em um lugar de objeto (sexual ou não, frequentemente marcado pela fragilidade e submissão - religiosa e paternalista -, ocupando o espaço caseiro da *domus*), mas sim, de sujeito (agente, forte, possuidor de potência, ocupando o espaço público da ágora); sujeito

esse que seria equivalente, então, ao sujeito masculino, isso é, objetivava-se constituir a igualdade entre os gêneros. Tal transgressão foi possível graças aos próprios objetivos de construir e representar uma mulher adentrada em uma ideologia distinta do legitimado, convergida ao fato de os políticos, pressionados muitas vezes pela ala feminina partidária – impulsionada pelo Jenotdel – terem conseguido ultrapassar as barreiras do legítimo, possibilitando, ainda, a legitimação dessas novas formas pela população.

Acreditamos, assim, que, na tentativa de investigar os limites da proposta de igualdade de gênero, por meio dos cartazes soviéticos que retratam as mulheres, suas funções sociais e suas relações para com os outros sujeitos, em convergência com outros tipos de políticas do PC, tal como políticas de formação e as formulações legais, pode-se compreender, em alguma medida, os lugares que o Partido Comunista designava como sendo próprios das mulheres e em que medida foi possível a transgressão, em lugar da reprodução, de novos parâmetros sociais e conceituais. Tendo apresentado o contexto e as problemáticas relativas à questão, apresentaremos no próximo subitem algumas das conclusões observadas no debruçar da análise nos cartazes soviéticos que giram em torno da representação feminina.

A nova mulher e as velhas ideologias: o feminino re-idealizado

As contradições e permanências inerentes ao processo de transformação são percebidas nas novas estruturas e políticas sociais criadas; nas leis e decretos; nas posturas dos indivíduos; e, por fim, também na propaganda política, da qual o cartaz é uma de suas faces mais públicas.

Um dos exemplos passíveis de serem citados refere-se à transformação do lugar feminino – que em tese deixa de pertencer ao âmbito doméstico, para pertencer ao público, político, econômico. A política aplicada era, de fato, revolucionária para a época: tornar as tarefas historicamente delegadas às mulheres – como lavar roupas, cuidar das crianças, cozinhar – responsabilidade do Estado. Criou-se, então, lavanderias, creches, cafeterias e restaurantes, todos públicos e gratuitos, para que a mulher pudesse ver-se livre e realizar outras atividades, como o trabalho fabril ou a militância política. Porém, houve aí uma contradição, com duas faces principais. A primeira é que somente mulheres trabalhavam nessas estruturas. Ainda que tenha sido um passo revolucionário considerar as históricas atividades enquanto trabalho, esse foi o limite atingido pelos sujeitos históricos daquele

momento. A segunda face dessa contradição gira em torno da representação. Como pode-se perceber no cartaz abaixo (Figura nº1), era a mulher que era entendida como responsável pela criança e pelas tarefas domésticas. Como mostramos em um artigo anterior (SENNA, 2014), só é percebida a presença da figura paterna ao lado da criança em dois casos: se com a mãe, representando a família; se a temática é relacionada a esportes – e ambos só são vistos após o período stalinista.

Figura 1: “Todas vocês, *babi*, deveriam saber como criar uma criança”



Fonte: Komorov, Alexei, 1925.

Tradução^{xii}:

Primeiro quadro (coluna 1, linha 1)

Muitas vezes uma mulher dá a luz
No chão ou na cama,
em uma cabana suja, abafada e mofada.
Em seguida, a *babka*^{xiii} ajuda.
Saiba que os partos assim
vão tirar com dor
os melhores anos da vida
e na morte prematura resultarão.

Segundo quadro (coluna 2, linha 1)

Para dar a luz,
há hospitais, há abrigos.
E no abrigo acabam as preocupações.
Lá os médicos ajudarão.
Já se der a luz em casa,
saiba o seguinte:
tem que chamar a enfermeira especializada,
e manter a casa limpa.

Terceiro quadro (coluna 1, linha 2)

Com a fumaça e o abafamento dentro da casa,
a sujeira na fralda e na comida,
os animais e as moscas,
o bebê adoeceu, inchou.
A chupeta toda mastigada faz mal
o bebê ficou amarelo como cera.
É uma lição viva.
Que a camponesa^{xiv} aprenda no futuro.

Quarto quadro (coluna 2, linha 2)

Para que a criança seja saudável,
necessita de berço,
ar, roupas e moradia
e de que se mantenha uma casa limpa,
Sobre o bercinho, um dossel levinho.
O sono da criança será longo
se com mais frequência irá a mãe
banhá-la ao invés de balançar.

Quinto quadro (coluna 3, linha 1)

Mãe! Leve a criança ao campo.
Se ela está doente do estômago,
apenas o leite materno
vai curar facilmente.
A criança não vai ficar doente
se apenas com o peito
até seis meses o amamente.
Mãe, leve isso em consideração.

Sexto quadro (coluna 3, linha 2)

Com as preocupações, a camponesa se desgasta.

Levem as crianças para a creche
por uma vez apenas, nas horas de trabalho
Lá tem limpeza e cuidados.
Creches lhes darão descanso
e preservarão a vida da criança.
Todos lembrem-se disso:
de criar novas creches de verão.

Sétimo quadro (coluna 4, linha 1)

Está na hora de toda camponesa saber
que só mal faz enrolar as crianças,
que basta uma mãe enrolar a criança
e para ela já fica mais difícil respirar.
Enrolação atrasa o crescimento
Daí a conclusão muito simples:
se você não quer fazer mal às crianças,
então, nunca as embrulhe

Oitavo quadro (coluna 5, linha 2)

Quem não escuta os gritos das crianças
apela para sua mãe.
Mãe, diante de nós estão os dias da vida.
Para nós, preserve a nossa saúde.
Proteja e cuide bem, mãe
pois nós somos as flores da terra.
As crianças foram nascidas para construir
a felicidade do país trabalhador.

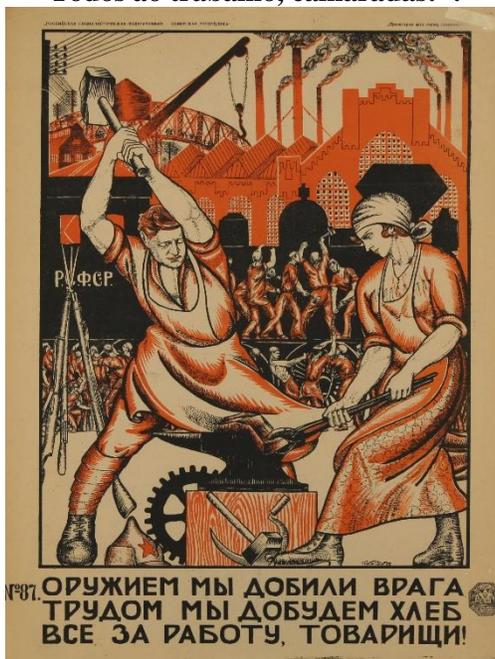
Nas placas, lê-se:

Proteção das moscas!
Fraldas secas e limpas!
Peito da mãe!
Ar limpo e luz!
Nós exigimos!
País saudáveis!
Enfermeiras especializadas, e não parteiras amadoras!

Continuou a se promover, assim, uma lógica de um desenvolvimento anterior à época em que as mulheres foram chamadas de forma massificada a adentrar ao mercado de trabalho – tanto em relação à economia, dado o pragmatismo tecnicista que corroborava seu papel realizado em um sistema que há milênios não existia, quanto em relação à cultura, já que se promoveu, com tais políticas partidárias, ideias da relação biológica e natural que a mulher teria com as tarefas de cunho doméstico, postura essa profundamente anistórica. Esse aspecto não é apenas visto na materialidade do trabalho não dividido nas cozinhas e refeitórios públicos.

Ainda assim, houve espaço, no entanto, para transgressões quanto ao papel feminino. Se, nos cartazes, é visível que o fato de constar uma representação feminina como composição da sociedade, ao mundo do trabalho ou (o que era mais comum) à família, esse fato não deve ser naturalizado e entendido como normal: essa é uma diferença crucial, que nos diz sobre os interesses do PC em relação à mulher e sobre o papel dos próprios cartazes. Partindo da premissa de que "A arte não é um espelho para refletir o mundo, mas um martelo para forjá-lo", como escreveu Maiakóvski, os cartazes, que por mais propagandísticos e pedagógicos que fossem, preservavam seu aspecto artístico, tinham a possibilidade de apresentar ao espectador uma realidade ainda não vivenciada. No caso da representação feminina nos cartazes, entendemos que Estado, até 1931, aproveitou essa possibilidade para auxiliar no processo emancipatório no sentido de inseri-las na sociedade e, em alguns graus, igualá-las aos homens. Desse modo, Bonnell, usufruindo do contexto de interpretação da arte política, por meio de repertórios culturais, atenta para a imagem da mulher como ajudante de ferreiro, que pode ser observada, entre tantos outros cartazes, na Figura nº2 (abaixo)

Figura 2: “Nós destruímos o nosso inimigo com armas, vamos fazer o pão com o trabalho - Todos ao trabalho, camaradas!”.



Fonte: Nikolai Kogout, 1920. Disponível em: Granger Collection/Alinari Archives Acesso em 18/02/2016

Esse lugar, diz Bonnell, era excessivamente estranho ao espectador da época (BONNELL: 1997, p.14). Fosse na cidade ou no campo, não era habitual que as mulheres se envolvessem nesse tipo de atividade. Questionamos, então: qual tipo de transformação, então, um estranhamento desse pode causar? Alguns contemporâneos soviéticos, reflete Bonnell, rejeitariam tal imagem como absurdo. Outros, poderiam procurar inserir a mesma em simbolismos da cultura popular ou mitologia clássica. Como coloca a autora, não é possível saber ao certo, dado que não há documentação histórica relacionada a essa recepção. Porém, o que importa aqui é que o governo insistiu em colocar (ou aceitar) nos cartazes as mulheres em lugares estranhos aos que ela ocupava, colocação essa que, não menos importante, era conjugada com outros mecanismos que buscavam inserir a mulher na sociedade, nos ambientes de trabalho e em demais lugares que a ela não pertenciam. Apesar das reações negativas, após algum tempo, em algum grau, essa *Nova Mulher* deixou de ser tão estranha quanto antes – fosse nos cartazes, fosse na realidade.

Podemos inferir como outra inovação artística o fato de a mulher aparecer em diversos cartazes sozinha ou com outras mulheres, mas sem figuras masculinas. Artisticamente, esse é um ponto transgressor à época. Como coloca Griselda Pollock (POLLOCK, 2011), era corrente nos países capitalistas em geral não compreender a mulher no lugar do trabalho, da vida pública, da cidade (locais que são representados abarcando as mulheres nos cartazes). Apesar de a mulher ter o seu sentido muito bem delineado – a trabalhadora, ou a revolucionária, ou mesmo, a mãe – rompia com esquemas representativos clássicos que limitavam grande parte das obras, como a mulher como símbolo sexual ou como submissa. Trabalhadora, revolucionária ou mãe, a mulher nos cartazes soviéticos era ativa, por vezes, protagonista, e continha nela a potência para transformar. Socialmente, isso dizia respeito da sua potencialidade quanto a realizar tarefas técnicas ou políticas. A colocação da mulher na política foi também um grande passo dado pela sociedade soviética, frente há séculos de silenciamento da voz feminina nesse campo. O aspecto político também não é natural ao ser humano. O silenciamento que a mulher constantemente viveu quanto a ele iniciou-se apenas com a sociedade de classes (REED, 1969).

Ao considerar que metade da população deveria, então, participar da vida pública, com poder de voto e de ser eleita, o PC insere-se na contra-mão do histórico silenciamento feminino na política. Ter criado um departamento para lidar com esse fenômeno histórico foi, talvez, um dos seus maiores feitos. Feito esse que teve, de fato, resultados consideráveis, como vemos por exemplo quanto ao número crescente de delegadas nos congressos femininos. Muitas mulheres lutavam por uma sociedade melhor, delegadas provindas da população saíam de suas aldeias para falar o que acreditavam, saíam de suas cidades mais afastadas para argumentar por melhores condições de vida. Contudo, observamos que as mesmas mulheres militantes do PC que lideravam multidões, jamais conseguiram de fato liderar o próprio Partido. A direção partidária fora sempre, majoritariamente, compreendida por homens.

O homem, como ser genérico, suas decisões apenas poderiam ser para o bem de toda a sociedade – desconsiderando que toda resposta só provém da experiência cotidiana e que nenhum bolchevique homem jamais pôde se colocar, de fato, no lugar de uma mulher – fosse ela líder partidária ou trabalhadora.

À guisa de conclusão

Tendo em vista a reflexão produzida, duas principais conclusões vêm à tona. A primeira delas tange a uma transgressão que conseguiu não apenas realizar-se como tal, mas fincar-se na cultura russa. A partir do estranhamento - isso é, a exposição de mulheres em lugares e práticas antes não comuns – conseguiu-se de fato consolidar-se um novo tipo feminino na sociedade. Seja pelo motivo pragmático, de este aspecto servir diretamente ao Estado, seja por questões outras, a consequência que mais resistiu ao tempo – inclusive à própria queda da União Soviética – é a presença feminina no mercado de trabalho, em funções historicamente masculinas. Essa não apenas perfurou o tempo histórico daquele momento – em que, em sua maioria, não se tinha mulheres em ambientes de trabalho que não o doméstico – como ultrapassou as funções entendidas como possíveis às mulheres. Assim, fez-se comum na URSS mulheres maquinistas, motoristas de tratores, engenheiras, operárias de fábricas, professoras de ensino superior, militares – cumprindo papel crucial na Segunda Guerra Mundial – e até astronautas – tendo, inclusive, muitos cartazes de

propaganda com o rosto da primeira dessas a ser enviada para o espaço: Valentina Terechkova, em 1962.

Houve, de fato, transformações profundas e conquistas importantíssimas. As mulheres conquistaram um espaço sem precedentes em diversos âmbitos da sociedade. No entanto, ao que parece, esse espaço era limitado, principalmente, às questões que o próprio Partido colocava como sendo próprias das mulheres. A maternidade, a reprodução da vida, o casamento, e, mais originalmente, o mercado de trabalho, eram os aspectos principais sobre os quais as delegadas do Jenotdel discutiam e, também, sobre os quais o Partido deixava aparecer a representação feminina. Isso talvez, enfim, tenha ocorrido por, Partido e sociedade, homens e mulheres, não terem conseguido superar uma inverdade que até à atualidade se faz presente: o homem representar o ser genérico. Esse aspecto corrobora o cenário histórico-filosófico em que os discursos que assujeitam o indivíduo remetem-se exclusivamente ao homem adulto dito normal. Das muitas obras analisadas, pudemos observar que a mulher aparecia em apenas dois casos: o primeiro, quando se tratava de questões colocadas como próprias de seu gênero; o segundo, quando estava a representar, com o homem, a família ou a sociedade. Nesse último caso, porém, nunca foi encontrado um pôster do período estudado em que a mulher aparecesse, plena, como cidadã representativa de toda a sociedade, sem que ao seu lado houvesse um homem. Entretanto, como vemos na figura 3 (abaixo) e em muitas outras, o homem cumpriu plenamente essa missão.

Figura 3: “Viva ao Outubro Internacional!”.



Fonte: Gustav Klutssis, 1933. Disponível em: <http://www.alamy.com/stock-photo-long-live-world-october!-1933-artist-klutssis-gustav-1895-1938-60422642.htm>. Acesso em 20/07/2016

Referências:

- ANDRADE, Joana El-Jaick. “O feminismo marxista e a demanda pela socialização do trabalho doméstico e do cuidado com as crianças.” *Rev. Bras. Ciênc. Polít.*, Brasília, n. 18, p. 265-300, Dec. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522015000400265&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 06 Dez. 2016.
- BADINTER, Elizabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- BONNELL, Victoria. *Iconography of Power: Soviet Political Posters under Lenin and Stalin*. Berkeley: California: University of California Press, 1997.
- BONNET, Marie Jo. *Résistances de “l’objet-dard”*. Contestations des signes du masculin dans l’art du xxe siècle. Edição Online, 2008. Disponível em <www.lrdb.fr>. Acesso em 20 dez. 2015.
- CHARTIER, Roger. Defesa e ilustração da noção de representação. Disponibilizado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul em: <<http://www.ufrgs.br/gthistoriaculturalrs/nocaoderepresentacao.pdf>>. Acesso em nov. 2014.
- GULDBERG, Jorn. *Socialist Realism as Institutional Practice: Observations on the Interpretation of the Works of Art of the Stalin Period in The Culture of Stalin Period*, p. 149-177. Londres: Palgrave Macmillan UK, 1990.
- HOBBSBAWM, Eric. *A Era dos Impérios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- _____. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

KOLLONTAI, Alexandra. *A nova mulher e a moral sexual* [1918] Rio de Janeiro: Global, 1978.

_____. *Autobiografia de uma mulher sexualmente emancipada*. São Paulo: Editora Sundermann, 2007.

LENIN, Vladimir. *As tarefas do proletariado em nossa Revolução*, escrito de 10 a 23 de abril de 1917, publicado em brochura em setembro do mesmo ano. Obras escolhidas, T; II, p. 30, Edições em línguas estrangeiras, Moscou: [s.e.], 1947.

NOVACK, George. *O desenvolvimento desigual e combinado na história*. São Paulo: Sundermann, 2008.

PERROT, Michelle; BRESCIANI, Stella. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

POLLOCK, G.A *modernidade e os espaços da feminilidade in Gênero, cultura visual e performance* - Antologia Crítica (org. Ana Gabriela Macedo; Francesa Rayner). Edições Minho: Famalicão, 2011

REED, Evelyn. _____. *Mulher e Família: Uma análise Histórica*. 1969. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/reed-evelyn/1969/05/09.htm>> Acesso em mar. 2015.

SENNA, Thaiz. *A nova mulher e os limites das representações femininas nos pôsteres soviéticos (1917-1930)* in Anais do VII Simpósio de História Cultural. On-line. São Paulo, 2014.

WOOD, Elizabeth. *The Baba and the Comrade: Gender and Politics in Revolutionary Russia*.: Bloomington: Indiana University Press, 1997.

Notas:

ⁱ O termo celibatária é usado na obra de Kollontai (1978) no sentido do tipo feminino que não mais pode contar com a força dos homens para sobreviver, apenas com as suas próprias. Não conseguimos acesso à edição russa, mas todas as edições brasileiras a que tivemos acesso usam o mesmo termo que se relaciona ao sentido de “Que, ou aquele que não se casou”. O termo correspondente em russo seria *nezamújniia jénschina*.

ⁱⁱ Kollontai considera aqui essas duas possibilidades em relação à capacidade financeira da mulher ao trabalhar fora de casa. Isso não significa, contudo, que a nova mulher era livre para não casar e ter filhos diante das pressões socioculturais, ainda arraigadas às tradições históricas e religiosas

ⁱⁱⁱ Tal hipótese foi defendida na dissertação de nossa autoria, pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, em março de 2016.

^{iv} A liberação para a participação na vida política ativa, na direção do trabalho, na vida cultural e intelectual era um problema colocado tanto para homens quanto para mulheres, dada a quantidade de horas trabalhadas nas fábricas de demais estabelecimentos. Esse problema por um lado na questão da redução da jornada de trabalho, já que se trabalhando menos, haveria mais tempo para realizar as outras atividades. Tal reivindicação fazia-se presente na Rússia desde o manifesto de 1905 e tendo sido abordada também no Governo Provisório, após a queda do tsar. Até 1929, a jornada de 8 horas por dia e 6 dias por semana vigora. Ainda que esse problema perpassasse ambos os gêneros, é sabido que as condições femininas são ainda piores, dadas as outras jornadas (trabalhos domésticos, cuidados com os filhos) que as sociedades lhe impõem.

^v Era uma prática tradicional principalmente no campo presentear os noivos com chicotes, para que eles castigassem suas esposas

^{vi} Perrot nos conta que em alguns momentos da história, em determinados lugares da Europa medieval, as mulheres praticavam ofícios profissionais dentro de casa e o ofício doméstico era, então, do marido. Ainda assim, aponta a autora o marido era considerado o chefe da casa, corroborando as práticas opressoras da suposta superioridade (PERROT, 1988, p.189); Já o lugar de mãe é uma pressão mais moderna, como trabalharemos com Badinter (1980), embora a paternidade não tenha tido lugar central na história.

^{vii} Como nos mostra a antropóloga Evelyn Reed, ainda que, nas sociedades primitivas, anteriores às sociedades de classes, a mulher fosse responsável por tais tarefas, ela era completamente livre, nunca tendo

sido obrigada a realizar tais tarefas, posto que era um acordo, dado por uma divisão do trabalho em prol de conseguir alimentos escassos, garantindo a sobrevivência de toda a comunidade

^{viii} Enunciado de um cartaz de propaganda soviético (1931): “Abaixo à escravidão na cozinha! Dê-nos uma nova existência!” Chegal, Grigóri, 1931.

^{ix} Essa teoria diz respeito à necessidade da revolução continuar avançando, inclusive para os outros países, a fim de que houvesse uma internacionalização do socialismo. Ela se contrasta à teoria stalinista do “socialismo em um só país”, já que indica a impossibilidade de que haver, seja em determinada etapa, seja em período indefinido, uma organização socialista ilhada diante de todas as outras forças, capitalistas.

^x Aqui nos referimos principalmente aos primeiros anos da RSFSR, contexto o qual transformou de fato aspectos estruturais da sociedade, de forma libertária e progressiva. Com o tempo, principalmente após a introdução do stalinismo, é comum que os mesmos meios que antes serviram, mesmo que com limitações, para libertar (como os cartazes soviéticos e muitos outros tipos de arte) viram meios para consolidar o stalinismo (como o movimento do realismo soviético nas artes) e, futuramente, a própria reconversão ao capitalismo.

^{xi} Necessário marcar algumas exceções, tal como as poetisas russas Maria Tsvetaiêva, Anna Akhmátova e Zianída Serebriakóva, prestigiada pintora modernista. Tal como pintoras já citadas, cuja carreira se encontra nas primeiras duas décadas do século XX. Por um lado, isso demonstra que a representação das mulheres nos cartazes estava em convergência com seu próprio tempo histórico; por outro, porém, o ultrapassava: superava não só as representações hegemônicas; não partia somente de mulheres a arte que transgrediria o papel feminino; tangia a questões de toda a sociedade, em âmbitos políticos, econômicos e culturais, e não apenas emocional e pessoal, como era mais comum se ver na arte anterior.

^{xii} Tradução nossa, em conjunto da professora Ekaterina Américo e realizada com apoio do LABESTRAD-UFF. Dois apontamentos são necessários sobre nossa tradução: o cartaz é feito em forma de versos, muitas vezes rimados, e essas rimas não foram preservadas na tradução, apenas o sentido; os versos não estão na ordem original, para possibilitar melhor entendimento (já que a língua russa é menos fluida, muito do sentido ficaria confuso se fosse obedecida a ordem original).

^{xiii} Contração de *Bábushka*, avó, *babka* pode significar “vovó” ou parteiras não profissionais, como é o caso no cartaz.

^{xiv} Observa-se que o termo aqui traduzido é o *krestianke*, que significa camponesa em seu sentido formal e não no informal-inferiorizante, *baba* e constará, portanto, traduzido como camponesa, quando do seu aparecimento.

Artigo recebido 01 de dezembro de 2016 e aprovado em 28 de fevereiro de 2017.

LEON TROTSKY E A ARTE NA REVOLUÇÃO RUSSA

LEON TROTSKY AND THE ART AT THE RUSSIAN REVOLUTION

Alex Alves FOGAL¹

Resumo: A revolução russa de 1917 tem sua relevância marcada objetivamente no plano histórico, principalmente por ter fortalecido o marxismo no Ocidente e oferecido uma perspectiva importante para se compreender e confrontar os rumos do capitalismo. Entretanto, fala-se pouco sobre sua importância para o campo das artes e da estética, algo que muitas das vezes é relegado ao segundo plano. O intuito desse estudo é demonstrar, a partir das reflexões de Leon Trotsky na obra *Literatura e Revolução*, como ele foi capaz de desenvolver uma linha de interpretação contundente sobre movimentos intelectuais importantes como o futurismo e o formalismo, dois marcos para a arte moderna no ocidente.

Palavras-chave: Leon Trotsky; Revolução Russa; Formalismo; Futurismo.

Abstract: The Russian revolution in 1917 has relevance defined objectively on historic plan, especially for has been fortified the Marxism in occident and has offered an important perspective to comprehend and confront the capitalism course. However, it is sparse its importance for arts and aesthetic areas, because it is usually relegate to the second plan. This paper proposal is demonstrated, by the Leon Trotsky reflections on the book *Literatura e Revolução*, how he could develop a striking interpretation way about the intellectual movements as futurism and formalism, both marks for the modern art in occident

Keywords: Leon Trotsky; Russian revolution; Formalism, Futurism.

Introdução

Apesar do risco inevitável de ser repetitivo, nunca é demais marcar a grandiosidade da revolução russa no panorama histórico mundial. Eric Hobsbawm, por exemplo, já chegou a afirmar, em *Era dos Extremos*, que a revolução bolchevique poderia ser equiparada à Revolução Francesa, entretanto, suas repercussões foram muito mais “profundas” e “globais” do que as de sua “ancestral”. Segundo o historiador, as ideias que sustentaram a revolução de 1789 “duraram mais que o bolchevismo”, porém, as consequências práticas da revolução de 1917 foram maiores e mais duradouras (HOBSBAWM, 2015, p. 62). Geralmente, asserções como essa se vinculam mais diretamente ao terreno específico da política, da economia ou da sociologia, no entanto, essas marcas profundas da revolução russa podem ser captadas também no campo da estética. Partindo-se do paralelo traçado por Hobsbawm entre as duas revoluções isso pode ficar ainda mais claro.

¹ Doutor em Literatura Brasileira – Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários – UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, MG – Brasil. Professor de Literatura Brasileira – CEFET-MG, *campus* de Nepomuceno- MG. Email: alexfogal@yaho.com.br

No campo artístico, a revolução francesa sempre aparece associada a uma mentalidade libertária e utópica, de cunho romântico. Sob a premissa central do combate ao gosto filisteu e da renovação dos padrões conservadores da arte clássica, é comumente rememorada pela importância do “Prefácio do Cromwell”, de Victor Hugo¹. Em contrapartida, os louros destinados à revolução russa no campo da arte são bem mais modestos, limitando-se, em linhas gerais, a um movimento futurista de forte cor local – algo muitas vezes visto como demérito –, a um caduco movimento formalista e a um surrado e ingênuo realismo socialista. Nem tudo é equivocado nessa perspectiva, entretanto, assumi-la por completo consiste em uma grande simplificação, pois ela parece nos apontar que a produção cultural e a consciência estética do período se limitavam ao papel da propaganda ideológica a partir de uma reflexão formal empobrecida. Diversamente disso, uma obra como *Literatura e Revolução*, de Leon Trotsky, nos mostra um apurado senso crítico sobre as linhas gerais que delineavam os rumos da arte russa no período e, além disso, tece importantes considerações sobre dois problemas centrais para os caminhos da arte moderna. Um deles é o esteticismo, ou o excesso de formalismo, defendido por alguns estudiosos do formalismo eslavo. Outro é o problema do vanguardismo, cuja discussão terá como objeto a obra de Vladimir Maiakovski e sua relação com a revolução naquele momento. Os escritos que compõem essa obra foram produzidos entre 1922 e 1923, momento em que o projeto revolucionário de 1917 passava por conturbações e a base de poder de Stálin aumentava. O momento histórico exigia uma reavaliação nos rumos do partido e as diferenças conceituais e ideológicas permitiam que Trotsky fosse capaz de estabelecer uma visão de caráter dialético sobre a arte, analisando-a de modo que a forma social e a forma estética estejam quase sempre em um movimento de tensão altamente produtivo, revelando matizes que muitos críticos contemporâneos não se mostram aptos ou interessados a observar.

Trotsky, o Formalismo e o Futurismo: Uma Apurada Visão Crítica

A obra *Literatura e Revolução* costuma interessar de modo mais direto a um público bastante específico, formado por estudiosos da literatura e da história russa ou por militantes de esquerda. Entretanto, seu valor não se reduz a esses campos, dado o juízo claro e objetivo que o livro nos oferece sobre questões da ordem do dia. Trotsky o

concebeu em um momento difícil para o projeto soviético, logo ao fim da guerra civil entre o Estado operário, comandado pelos bolcheviques e o chamado Exército Branco, cuja intenção era o retorno do regime czarista. Apesar da vitória proletária, o número de baixas foi alto e a produção industrial se encontrava abalada, obrigando o governo a adotar a chamada Nova Política Econômica – referente à sigla NEP, em russo – que consistia em um retorno provisório ao modelo de mercado capitalista em pequena escala. No contexto internacional, o movimento revolucionário havia sofrido graves derrotas, como a da Alemanha, em 1918 e repetida em 1923, e Lênin se encontrava com a saúde debilitada, permitindo que Josef Stálin ganhasse mais espaço no partido. (KEACH, 2007, p. 8, 9). Diante desses fatos, Trotsky se viu obrigado a refletir sobre os rumos do socialismo e qual tipo de cultura deveria estar associada a ele. É nesse ponto que o pensador russo se volta para observar o que se passava na literatura daquele momento, tanto no que diz respeito às tendências críticas e analíticas, quanto ao estilo em voga. No primeiro caso, temos a escola do formalismo russo, já no segundo, trata-se do futurismo.

O Formalismo Russo e o Problema da Forma Estéril

O formalismo russo teve início a partir da reunião de um grupo de estudiosos da universidade de Moscou, ainda em 1914, mas seu ápice se inicia no ano de 1917, após a fundação da OPOIAZ, a Associação para o estudo da linguagem poética. A escola teve como participantes alguns estudiosos que vieram a se tornar nomes reconhecidos por toda a crítica literária ocidental como Roman Jakobson e Viktor Chklovski. Segundo as palavras de Dionísio Toledo, um dos pioneiros na abordagem da escola no Brasil,

desde o início a nova corrente se caracteriza por uma recusa categórica às interpretações extraliterárias do texto. A filosofia, a sociologia, a psicologia, etc., não poderiam servir de ponto de partida para a abordagem da obra literária. Ela poderia conter esta ou aquela filosofia, refletir essa ou aquela opinião política, mas, do ponto de vista do estudo literário, o que importava era o *príom*, ou processo, isto é, o princípio de organização da obra como produto estético, jamais um fator externo. (TOLEDO, 1973, p.9).

Em suma, era a literariedade, ou seja, o procedimento que transformava algo em literatura, que os interessava e não a literatura de fato. Essa preocupação teve origem na necessidade dos formalistas se contraporem ao modelo literário predominante na Rússia

pré-revolucionária, de forte inspiração simbolista. Assim sendo, não eram somente adversários da crítica sociológica e política e da junção entre ética e estética, mas, sobretudo, se voltavam contra a “metafísica” e a “religiosidade” dos simbolistas russos e sua busca poética pelo inefável e extraterreno. O método crítico dos formalistas tinha como meta o “contingente”, o “palpável” e o “analisável”. (TOLEDO, 1973, P. 10). Devido a esse espírito renovador e polêmico, a escola formalista ganhou ares progressistas, chegando a contar com poetas do futurismo em seu círculo. Não era para menos, pois

os próprios objetivos dos formalistas russos eram os mesmos da poesia mais avançada da época – a de Khliébnikov e Maiakovski, a do jovem Pasternak, a do Mandelstam dos anos da Revolução, a poesia violenta e imediatista das ruas e dos comícios, à qual não conseguiram permanecer indiferentes sequer os maiores poetas do próprio simbolismo russo(...) No período tumultuoso em que ruíam os valores consagrados, quando a velha estética não podia mais satisfazer os jovens, a aliança entre crítica formalista e poesia arrojada e revolucionária parecia expressar o que mais se adequava ao espírito da época. (TOLEDO, 1973, p. 11).

Inicialmente, essa preponderância do objeto e de sua materialidade podem até parecer interessantes, mas acabavam por ser um fim em si, redundando em uma ideia de forma artística estéril. Leon Trotsky já havia notado isso quando nos diz que, naquele momento, a única teoria que se opunha ao marxismo era a da escola formalista. Para ele, isso acaba por ser um paradoxo, pois o formalismo tinha ligações estritas com o futurismo, entretanto, quando este se aproxima do comunismo, “o formalismo manifestou toda a sua oposição teórica ao marxismo”. (TROSTKY, 2007, p. 133). Nesse sentido, o apego à concretude do texto propagada pelos formalistas não está em relação direta com o materialismo histórico e, muitas vezes, acaba por se restringir a um árido tecnicismo:

Que é a escola formalista? Tal como é atualmente representada por Tchklowski, Jirmúnski, Jakobson e outros, ela não passa de um insólito aborto. Essa escola, proclamando que a essência da poesia está na forma, reduz sua tarefa a uma análise essencialmente descritiva e semi-estática da etimologia e da sintaxe dos poemas à contagem de vogais, consoantes, sílabas e epítetos que se repetem. O trabalho – que os formalistas não temem denominar ciência formal da poesia ou poética – é indiscutivelmente necessário e útil, sob a condição de que se considere seu caráter parcial, subsidiário e preparatório. Pode tornar-se um elemento essencial da técnica poética e das regras do ofício(...) Os métodos do formalismo, mantidos dentro

de limites razoáveis, podem ajudar a esclarecer as particularidades artísticas e psicológicas da forma (sua economia, movimento, contrasta, hiperbolismo etc.) Esses métodos, por sua vez, podem abrir ao artista um caminho – um dos caminhos – para a percepção do mundo e facilitar a descoberta das relações de dependência entre um artista ou de toda a escola artística e o meio social(...)

Os formalistas, porém, recusam-se a admitir que seus métodos possuem outro valor a não ser como acessório, utilitário e técnico, semelhante ao da estatística para as ciências sociais ou do microscópio para as ciências biológicas. (TROTSKY, 2007, p. 134).

Apesar da extensão da citação, o trecho é indispensável para entendermos o que Trotsky julgava reprovável no método dos formalistas. Ele nos mostra que o grupo de Jakobson apostava em uma noção purista de forma, como se a composição estética de uma obra estivesse restrita a seus elementos superficiais. No caso de um poema, por exemplo, a forma seria somente aquilo que serve de embalagem para o conteúdo: seu léxico, o estrato fônico, a métrica. Trotsky afirma que isso conduz simplesmente a uma análise essencialmente “descritiva” e “semi-estática”, a partir da qual a forma confunde-se com a ideia de fôrma, algo perfeitamente manipulável pela habilidade individual do artista e que é esgota na aplicação de um procedimento. Toda essa pretensão metodológica em não deixar a análise do texto se “contaminar” com o externo visava uma aura científica para os formalistas, marcando uma clara oposição à perspectiva da arte engajada, algo que eles associavam ao movimento revolucionário russo. Ou seja, a empreitada não era apenas epistemológica, mas também ideológica. O autor de *Literatura e Revolução* já havia percebido isso à época e associa tal perspectiva à posição da classe burguesa em relação à arte ao longo da história:

Cada classe, na questão da arte, tem sua política variável com o tempo, isto é, um sistema próprio segundo o qual apresentará suas exigências à arte: as cores do Mecenas e dos grandes senhores, o jogo automático da oferta e procura completado pelos complexos procedimentos das influências sobre indivíduo, e assim por diante. Não se dissimulou, mas ao contrário ostentou-se abertamente a dependência social e mesmo pessoal da arte enquanto ela conservou seu caráter cortesão. O caráter mais amplo, mais popular, anônimo, da burguesia ascendente conduziu, no conjunto, à teoria da arte pura, malgrado seus numerosos desvios.

Na literatura tendenciosa da intelligentsia populista, à qual já nos referimos, existia também um egoísmo de classe: sem o povo, a intelligentsia era incapaz de deitar raízes, afirmar-se e conquistar o direito a um papel na história. Mas, na luta revolucionária, o egoísmo de classe da intelligentsia apresentou-se em completa desordem, e na ala esquerda tomou a forma da mais alta abnegação. Eis por que a intelligentsia não só não esconde, mas proclama em altas vozes sua

arte de tendência, mais uma vez sacrificando na sua arte a própria arte, como sacrificou outras tantas coisas. (TROTSKY, 2007, p. 138).

O argumento central é o de que a “teoria da arte pura” é o retrato ideológico da concepção artística da burguesia ascendente. Logo, quando a “intelligentsia” burguesa dissimula os nexos entre arte e sociedade, é justamente quando eles se tornam mais forte. Dizer que a forma estética está separada da sociedade consiste em deixá-la livre para imprimir nela o rótulo que se deseja, seja ele as cores preferidas pelo “Mecenas” e “grandes senhores” ou o “jogo automático da oferta e procura”, instilado pelo mercado. Ao formular esse raciocínio, Trotsky mostra que o purismo formalista acaba por fazer também a defesa de uma arte de tendência, pois, empenhada em negar uma arte comprometida com o proletariado e com o socialismo, prefere até mesmo sacrificar a sua própria noção de arte, apagando seus contornos sociais e históricos e reduzindo-a a um mero jogo de linguagem.

Ainda nessa toada, Trotsky demonstra que, ao contrário do que se apresentava no programa stalinista, a concepção de arte que representa autenticamente a revolução russa não se reduz àquilo que os formalistas entendiam como defesa incondicional da arte produzida pelo proletariado e nem poderia se enquadrar no padrão do Realismo socialista. Segundo ele,

nossa concepção marxista do condicionamento social objetivo e da utilidade social da arte não significa, quando traduzida para a linguagem política, o desejo de dominar a arte por meio de decretos e prescrições. É falso que só consideramos nova e revolucionária a arte que fala do operário. Não passa de absurdo dizer que exigimos dos poetas apenas obras sobre chaminés de fábricas ou sobre uma insurreição contra o capital. (TROTSKY, 2007, p. 138).

Fica claro que se contrapor ao manual formalista não consiste em defender a arte panfletária. Ele entende que parte da contestação que os críticos formalistas fazem aos preceitos do Realismo socialista e às tendências análogas é legítima, porém, uma falsa noção de objetividade os conduz a um “fetichismo da palavra”. (TROTSKY, 2007, p. 140). Quando se realiza de maneira plena, a forma artística possui objetividade, conseqüentemente, nem está esvaziada e nem obedece estritamente à individualidade do artista, mas sim consegue captar a dinâmica e as contradições de seu tempo. Seja ela produzida por um burguês nos tempos de uma revolução dos trabalhadores, ou por um trabalhador nos tempos da revolução burguesa.

O autor de *Literatura e Revolução* entende que a estética é impensável fora de uma concepção dialética, na qual os atributos propriamente formais estão em ligação intrínseca com os elementos históricos e sociais. Essa ligação não consiste em uma teleologia ou em uma norma restritiva, pois é justamente o que dá fertilidade e variabilidade às composições artísticas:

Desde a Antiguidade, o veículo baseou-se num só e mesmo tema: eixos, rodas e um chassi. O carro do patrício romano, entretanto, adaptava-se tão bem às suas necessidades como o coche do conde Orlov, com seu conforto interno, correspondia ao gosto favorito de Catarina. A carroça do camponês russo atende às necessidades de sua atividade econômica, à força de seu pequeno cavalo e às particularidades das estradas do campo. O automóvel, que é sem dúvida um produto da nova técnica, apresenta o mesmo tema: quatro rodas montadas sobre dois eixos. Portanto, toda vez que, numa estrada russa, um cavalo de um camponês se assusta diante dos faróis de um automóvel, cuja luz lhe ofusca a visão, o conflito de duas culturas se reflete no episódio. (TROTSKY, 2007, p. 141).

Em outras palavras, o mesmo tema em configurações sociais diferentes pode render resultados diversos, revelando até mesmo conflitos entre diferentes perspectivas e culturas, dando mais profundidade à forma estética. Longe de se constituir como fator restritivo, a interpenetração entre arte e sociedade mostra-se capaz até de fornecer uma dinâmica nova para formas já existentes, como é o caso do desenvolvimento dos diferentes gêneros literários. Por exemplo, o caso do gênero lírico. Tradicionalmente visto como pura representação da interioridade ou simples expressão de sentimentos, o lirismo é lido em outra chave por Trotsky, deixando evidente sua base histórica:

Uma nova forma artística, apreciada no seu amplo sentido histórico, nasce em resposta a novas necessidades. Pode-se dizer, tomando-se como exemplo a poesia lírica, que, entre a psicologia do sexo e um poema sobre o amor, se insere um sistema complexo de mecanismos psíquicos de transmissão nos quais entram os elementos individuais, hereditários e sociais. O fundamento hereditário, isto é, o fundamento sexual do homem, muda lentamente. As formas sociais do amor transformam-se com rapidez. Elas afetam a superestrutura psíquica do amor, produzem a necessidade do novo vocabulário e, assim, trazem outras exigências à poesia. O poeta só pode encontrar material de criação no seu meio social, e transmite os novos impulsos da vida através de sua própria consciência artística. A linguagem modificada e complicada pelas condições urbanas, dá ao poeta nova matéria verbal, sugere ou facilita novas combinações de palavras para a formulação poética de novos pensamentos ou sentimentos que tentam atravessar a concha escura do subconsciente. (TROTSKY, 2007, p. 136-137).

O raciocínio mostra-se bastante engenhoso, capacitado a revelar as tensões que estruturam o desenvolvimento histórico da sociedade, assim como em sua “lei do desenvolvimento desigual e combinado”, na obra *A história da revolução russa*. Trotsky sabe que a complexidade do real só pode ser apreendida por meio de uma forma apta a representá-la, ou seja, que vá além dos decalques do Realismo socialista e do esteticismo estéril do formalismo. Ainda na década de 1920 ele já compreendia que a significância da forma artística “reside no caráter objetivo de sua necessidade histórica”. (TROTSKY, 2007, p. 139). Trotsky captou bem a função cultural da revolução russa, entendendo como as transformações que o movimento histórico tentava colocar em curso faziam parte de um todo maior, cuja amplitude extrapolava a doutrina do partido ao mesmo tempo em que era inapreensível pela leitura superficial empreendida pelos formalistas.

Nota-se em suas reflexões o cerne da boa crítica dialética, abrindo o caminho para grandes pensadores como Georg Lukács e Theodor Adorno. No caso do primeiro, basta observar seu argumento em um ensaio de 1947, intitulado “Arte livre ou arte dirigida” para que a relação fique clara. Nesse texto, Lukács questiona a ideia de uma arte impermeável às questões sociais, nos apresentando uma noção de forma estética que está longe de se reduzir a detalhes técnicos, conforme professavam os formalistas:

somente quem tiver alguma coisa essencial a dizer sobre as transformações reais da sociedade pode realizar uma obra de arte significativa. E isso porque apenas um ponto de vista que capte o essencial é suficientemente profundo e poderoso para apreender as forças que agem – frequentemente de modo subterrâneo – na sociedade, bem como a modificação efetiva dessas forças, de modo que daí resulte um desenvolvimento fecundo e orgânico da forma e do conteúdo. (LUKÁCS, 2010, P. 272).

Ainda na década de 20, Trotsky já tinha plena consciência disso, pois dizia com clareza que a forma literária estava muito além da idolatria da palavra na qual apostavam Jakobson e seus companheiros. (TROTSKY, 2007, p. 140). Assim também se dá em relação ao conceito de forma objetiva, caríssimo ao pensamento de Adorno:

O momento histórico é constitutivo nas obras de arte; as obras autênticas são as que se entregam sem reservas ao conteúdo material histórico de sua época e sem a pretensão sobre ela. São a historiografia inconsciente de si mesma da sua época (ADORNO, 2011, p. 277).

O autor de *Literatura e revolução* apontava nessa direção ao dizer que a arte densa precisa ultrapassar a “escala pessoal”, pois o processo histórico se conforma na arte de modo objetivo, o artista queira ou não. (TROTSKY, 2007, p. 137).

Porém, o grande mérito de sua leitura crítica do formalismo eslavo foi enxergar no movimento os primórdios do esteticismo que assola a arte e a crítica modernas. A visada histórica de Trotsky já lhe permitia ver os malefícios que uma radicalização da autonomia da forma poderia significar, levando a um exílio das relações sociais concretas e a um conceito de arte enquanto mero jogo evasivo:

Caso se considere o processo de criação poética somente como uma combinação de sons ou de palavras, caso se procure nesse caminho a solução para todos os problemas da poesia, a única fórmula perfeita da “poética” consistiria nisto: armai-vos de um dicionário e criai, por meio de combinações e permutas algébricas dos elementos da linguagem todas as obras poéticas passadas e futuras do mundo. (TROTSKY, 2007, p. 140).

A reflexão é atual e nos coloca diante do problema do estreitamento da visão artística e do enfraquecimento da vitalidade comunicativa da arte nos tempos modernos, denominados por alguns como pós-modernos. Trotsky consegue ver que o fetichismo da palavra proposto pelos formalistas acabaria por levar a um alheamento da estética em relação ao mundo histórico, compreendendo que a ânsia de uma arte pura e vacinada contra exageros ideológicos conduziria à esterilização da forma que se observa na contemporaneidade, tempo em que se nutre um desprezo disfarçado pela inofensividade da obra de arte, bem diverso do reconhecimento da importância e da força da criação artística que se nota na censura que Platão faz a ela em *A República*. Trotsky vê no formalismo, ainda em estágio embrionário, uma das marcas da arte dos dias de hoje, que é “o desenvolvimento periférico da experiência estética em relação ao núcleo ativo da vida moderna”. (MERQUIOR, 2015, p. 258). Isso, refletido na “automatização da experiência estética” e na relativização absoluta do julgamento sobre as obras de arte, princípios elementares da estética “*kitsch*”. (MERQUIOR, 2015, p. 66-71). Essa circunstância é saudade por grande parte dos artistas contemporâneos, pois acreditam que ela exime a arte da cumplicidade com uma etapa degradante da civilização, porém, Trotsky a interpreta de modo menos incauto:

Pode-se estabelecer o plano arquitetônico da catedral de Colônia, medindo-se a base e a altura de seus arcos, determinando-se as três

dimensões de suas naves, as dimensões e a disposição de suas colunas etc. Mas, sem saber o que era uma cidade na Idade Média, o que era uma corporação e o que era a Igreja Católica naquele tempo, nunca se compreenderá a catedral de Colônia. A tentativa para libertar a arte da vida, proclamá-la atividade independente, acarreta seu enfraquecimento e sua morte. A necessidade de tal operação constitui por si mesma um sintoma incontestável da decadência ideológica. (TROTSKY, 2007, p. 145).

Algumas linhas à frente, ele afirma que este anseio de libertar a arte da vida, ironicamente, possui suas raízes nas condições sociais, visto que é uma representação da megalomania burguesa “na qual nossa dura realidade se põe de cabeça para baixo”, ou seja, as questões da consciência acabam dando a falsa aparência de que determinam o mundo externo. (TROTSKY, 2007, p. 146). A operação do raciocínio é digna de destaque, pois o revolucionário russo consegue entender que o purismo estético e o descentramento da arte em relação à vida social são marcas da decadência ideológica da burguesia, apontando como a objetividade histórica se faz mostrar até mesmo onde ela é negada. Na mesma linha do que se observará quase duas décadas depois no reconhecido estudo de Lukács intitulado “Marx e o problema da decadência ideológica”, Trotsky contesta argumento de que o apagamento dos nexos entre arte e sociedade conduziria a uma arte menos envenenada pela sociedade corrompida, pois tal perspectiva não passa de fetichização por parte do indivíduo que se encontra totalmente submetido à lógica dessa mesma estrutura social. Logo, aceitar a reprodução direta e naturalizada do mundo por meio da arte é, sem dúvida, uma capitulação covarde diante das necessidades objetivas da sociedade capitalista e massificada. Contudo, o irracionalismo vazio da forma pela forma e o isolamento mistificador em relação ao mundo histórico é igualmente deteriorante. (LUKÁCS, 2010, p 67). A reflexão de Trotsky, curta e despretensiosa, mostra-se muito atual e consegue abrir um importante flanco de atuação para a crítica dialética em um contexto em que a noção de forma estética vem se tornando cada vez mais estreita (contraditoriamente, por que nunca foi tão aberta e descompromissada), diante da qual a iniciativa dos formalistas russos pareceria até mesmo bem-intencionada.

O Futurismo como Arte do Proletariado?

As reflexões sobre o formalismo russo levam inevitavelmente à questão do movimento futurista, uma vez que os primeiros viam nos segundos a realização de seus anseios teóricos e estéticos. O suposto descompromisso com a comunicação direta entre artista e espectador e a ruptura com a tradição artística anterior – principalmente a simbolista – eram bem vistos pelos formalistas, que adotaram os futuristas como modelo de concepção artística. Leon Trotsky, porém, busca ir mais fundo nas raízes desse problema e tenta identificar de que maneira a proposta futurista é indissociável dos elementos históricos e sociais que lhe serviram de lastro, seja para afirmá-los ou negá-los.

Já de início, ele demonstra que a concepção de arte pura professada pelos formalistas não se enquadra sem problemas na nova escola que surge, pois, ao contrário do que o grupo de Jakobson afirmava, o futurismo “desperta interesse, porque, entre outras razões, não se fechou nos limites da arte”. (TROTSKY, 2007, p. 107). Valendo-se de uma lógica de interpretação dialética, Trotsky expõe de que maneira a dinâmica de formação do futurismo estava inevitavelmente atrelada à Revolução de 1917 e delinea seus contornos objetivos no panorama histórico da arte russa e mundial. Embora faça isso para demonstrar que o movimento não conseguiu internalizar artisticamente o processo revolucionário, o pensador russo demonstra que era impossível passar ao largo dele. Diferenciando-se da perspectiva formalista e também de grande parte do senso comum da crítica (mantido até os dias de hoje), o autor de *Literatura e Revolução* desconstrói a imagem dos futuristas como adversários incondicionais da burguesia e da tradição, expondo o aspecto fetichizado quanto que há nessa imagem desgastada:

Aqueles estudiosos que, procurando definir a natureza social do futurismo nos seus primórdios, dão importância decisiva aos protestos violentos contra a vida e a arte burguesa, não conhecem o bastante a história das tendências literárias. Os românticos franceses ou alemães falavam sempre com aspereza da moralidade burguesa e da rotina. Ostentavam cabelos compridos, tez esverdeada, e Théophile Gautier, para acabar de cobrir de vergonha a burguesia, portava sensacional colete vermelho. A blusa amarela dos futuristas é sem dúvida alguma a sobrinha-neta do colete romântico que tanto horror suscitou entre papais e mães. Sabe-se que nenhum cataclismo seguiu esses protestos de cabelos longos e colete vermelho do Romantismo, e a opinião pública burguesa adotou sem prejuízo tais cavalheiros e canonizou-os em seus livros escolares. (TROTSKY, 2007, p. 109).

A partir de uma comparação entre o comportamento dos futuristas e dos românticos alemães e franceses, é destacado o anseio de escandalizar os setores mais

moralizantes da sociedade e a tentativa de escapar da rotina e da padronização imposta à vida do cidadão médio. Com uma dose carregada de ironia, Trotsky afirma que em ambos os casos, esse gosto pelo escarcéu não foi capaz de realizar nenhum “cataclismo” na estrutura social e, por fim, acabaram por se tornarem inofensivos do ponto de vista estético e político, tanto que acabaram institucionalizados. Fica claro que o objetivo é diluir o espírito revolucionário do movimento futurista, comumente associado sem reservas à ideologia revolucionária e tratado como a arte do proletariado. Sem contestar suas conquistas estéticas, o intelectual russo demonstra como o futurismo não é e nem poderia sê-lo, apesar do inegável entrelaçamento que estabeleceu com a Revolução:

O futurismo russo nasceu numa sociedade que ainda cursava a escola preparatória da luta contra Rasputin e se aprestava para a revolução democrática de fevereiro de 1917. Isso trouxe vantagens ao nosso futurismo. Ele associou ritmos do movimento, ação, ataques e destruição ainda imprecisos. Conduziu a luta por um lugar ao sol com mais dureza, resolução e barulho que todas as escolas precedentes, o que se conciliava com o atavismo de seus rumores e pontos de vista. O jovem futurista decerto não ia às fábricas, mas fazia muito ruído nos cafés, derrubava estantes de música, enfiava a blusa amarela, pintava suas faces e vagamente ameaçava com o punho.

A revolução proletária na Rússia eclodiu antes que o futurismo se libertasse de suas infantilidades, das blusas amarelas, da excitação; e antes que o reconhecessem oficialmente, isto é, antes que o transformassem numa escola artística, inofensiva do ponto de vista político, de estilo aceitável. A tomada de poder pelo proletariado surpreendeu o futurismo no momento em que ainda o perseguiam. Essa circunstância empurrou-o para os novos senhores da situação, enquanto sua filosofia – isto é, a falta de respeito pelos valores antigos e sua dinâmica – facilitava seu contato e o aproximava da Revolução. Mas o futurismo levou consigo, na nova etapa de seu desenvolvimento, as características de sua origem social, a boêmia burguesa. (TROTSKY, 2007, p. 109).

Valendo-se dos conceitos de classe e de ideologia, Trotsky consegue entendê-lo em suas proporções históricas objetivas, para além dos desejos de seus integrantes ou da perspectiva da recepção crítica. Conforme se vê, ele argumenta que o movimento ganhou densidade quando seus intuítos se encontraram com os da revolução de 1917, entretanto, a sua ânsia de renovação não eliminava o “atavismo de seus rumores e pontos de vista”. Ou seja, apesar de sua feição inegavelmente progressista, o ardor juvenil pelo escândalo ainda o conectava com os movimentos artísticos burgueses, conforme se viu acima na comparação com o Romantismo. Consequentemente, o direcionamento revolucionário dos futuristas acabava reduzido a uma postura boêmia e descompromissada, limitando-se a brandir os punhos “vagamente” e fazer barulhos nos

cafés, passando longe de temas como a divisão da propriedade ou a garantia dos direitos dos proletários. Isso equivale a dizer que, no fim, Trotsky entendia que o espírito revolucionário da escola de Maiakóvski esteve restrito ao âmbito artístico, a um problema de caráter literário. Isso porque se mostrava mais autêntico quando renegava a poesia simbolista do que quando defendia o socialismo. Em suas palavras:

O futurismo, na vanguarda da literatura, constitui um produto da poesia do passado como qualquer outra escola literária da atualidade. Dizer que o futurismo libertou a arte de suas ligações milenares com a burguesia, como escreveu o camarada Tchujak, é apreciar de maneira vulgar esses milênios. O apelo dos futuristas para o rompimento com o passado, para livrar-se de Púchkin, para liquidar a tradição, etc., possui um significado à medida que se dirige à velha casta literária, ao círculo fechado da *intelligentsia*. O apelo, em outros tempos, só tem sentido porque os futuristas procuram cortar o cordão umbilical que os liga aos pontífices da tradição literária burguesa.

Esse apelo, entretanto, torna-se um disparate evidente tão logo o dirigem ao proletariado. A classe operária não rompe e não pode romper com a tradição literária, porque não se encontra presa, de modo algum, a essa tradição. A classe operária não conhece a velha literatura. Ainda deve ser familiarizado com ela. A ruptura dos futuristas com o passado representa sobretudo uma tempestade do mundo fechado da *intelligentsia*(...)

Na exagerada recusa do passado pelos futuristas não se esconde um ponto de vista do operário, mas o niilismo do boêmio. (TROTSKY, 2007, p. 110).

Nota-se que a questão da representação estética de um novo tempo – desejo do futurismo – não pode estar desvinculada da ótica de classe. Isso não equivale a dizer que a arte proletária precisa ser produzida diretamente por um trabalhador, um ponto de vista ingênuo que Trotsky rejeita, conforme vimos na primeira parte desse trabalho. Na verdade, seja a obra produzida por um burguês ou por um operário, ela deve ser capaz de dramatizar um ponto de vista que ultrapasse a esfera individual e apresente a realidade histórica de modo reflexivo e problematizado, apto a captar o funcionamento da totalidade social. E é justamente aí que reside sua principal crítica o futurismo, no fato de o movimento não conseguir superar sua condição burguesa. Suas demandas fazem sentido apenas para o “círculo fechado da *intelligentsia*” e, por isso, são indiferentes para os proletários. Afinal, qual é a validade de se questionar a literatura passadista para uma faixa da sociedade que nem ao menos conhece a tradição literária do país? Não parece difícil concordar com Trotsky quando ele classifica essa atitude como um “disparate”, mais próximo do “niilismo do boêmio” do que do “ponto de vista do operário”. De maneira geral, pode-se dizer que os futuristas buscam alinhar a sua

perspectiva à dos revolucionários, entretanto, não conseguem formulá-la efetivamente em termos artísticos, pois os poetas futuristas não dominaram o “suficiente os elementos da concepção e atitude mundial do comunismo para dar-lhes expressão orgânica por meio de palavras”. (TROTSKY, 2007, p. 120). Trocando em miúdos, a absorção do conteúdo revolucionário pela forma estética do futurismo tinha como obstáculo o problema da perspectiva. Logo, quando Maiakóvski decidia poetizar o drama de um amor infeliz como em “A nuvem de cuecas”, conseguia uma produção “significativa” e audaciosa”. Mas quando deixava sua órbita individual para entrar na da Revolução, seus textos se tornavam artificiais e insossos. (TROTSKY, 2007, p. 127).

Por meio de uma utilização apurada do método marxista, Trotsky questiona a concepção formalista sobre o movimento futurista e nos apresenta uma interpretação profundamente crítica, apresentando seus avanços sem desconsiderar suas limitações, em grande parte ocasionadas pela matéria histórica. Ele consegue entender que o grupo de Maiakóvski estava além de meros inventores de uma técnica artística nova, mas, ao mesmo tempo estavam aquém de serem os propulsores de uma estética revolucionária, capaz de romper com os ideais burgueses de arte. Isso só foi possível porque conseguia ver a “distância que separa a consciência de classe das ideias psicologicamente descritivas e explicáveis que os homens fazem de sua situação de vida”. (LUKÁCS, 2012, p. 142). Não se tratava do que este ou aquele artista imaginava que era, mas o que estava impelido a fazer e representar historicamente na realidade. De acordo com esse raciocínio, a própria inconsciência dos futuristas sobre a posição real que ocupavam já se mostra um indício dos limites da proposta artística que conseguiram cunhar, no entanto, é no arranjo composicional do projeto estético que Trotsky identifica dois obstáculos para que o movimento conseguisse representar efetivamente a perspectiva da revolução: o fragmentarismo e a expressão individualista. Fundamentando-se na obra de Maiakóvski, ele nos aponta o seguinte sobre o primeiro dos entraves mencionados:

Uma obra de arte deve mostrar o crescimento gradual de uma imagem, uma ideia, um humor, uma trama, uma intriga, até o ápice, e não lançar o leitor de um horizonte ao outro, ainda que com ágeis golpes de metáforas. Cada frase, expressão e imagem esforçam-se, em Maiakóvski, para estabelecer um limite, atingir um máximo, um cume. E por isso precisamente o conjunto não tem ápice. O espectador sente-se como se o cortassem em pedaços. E o todo lhe escapa. Escalar um monte é penoso, mas se justifica. Um passeio por terreno acidentado não cansa menos e dá menos prazer.

As obras de Maiakóvski não possuem um ponto culminante, não obedecem a nenhuma disciplina interna. As partes recusam obediência

ao todo. Cada uma tenta emancipar-se, desenvolver sua própria dinâmica, sem considerar a harmonia do conjunto. (TROTSKY, 2007, p. 123-124).

A supervalorização da sensação de imediatez e a necessidade de construir uma forma mais agressiva acabam por conduzir a um modelo artístico desconjuntado, em que a demanda de chocar os receptores acaba por se sobrepor à ligação entre forma e conteúdo. Não há nessa reflexão a condenação de uma estética do fragmento ou de uma forma menos linear, pois o que Trotsky critica é a valorização do fragmento por si só, em um conjunto em que as partes não se relacionam com o todo. Prenunciando a polémica reflexão crítica de Lukács sobre a literatura de vanguarda, escrito na década de 50, Trotsky entende que a proposta futurista acaba por se restringir a um vanguardismo vazio, apresentando a realidade como um caos caleidoscópico e o homem como “um ser desprovido de qualquer unidade objetiva, simples sequência incoerente de fragmentos instantâneos”. (LUKÁCS, 1991, p. 46).

Para Trotsky, esse fragmentarismo gratuito parece estar vinculado ao excesso de individualismo que se depreende de algumas realizações artísticas. Como o foco, geralmente, consiste apenas em estabelecer um jogo formal inusitado e capaz de incomodar, tanto faz se a obra se limita ao universo interior do artista ou a uma única persona lírica. Para exemplificar isso, Trotsky recorre novamente à obra de Maiakóvski:

Sente-se, várias vezes, uma tensão muito alta nas suas obras, mas nem sempre acompanhada de força. O poeta evidencia-se muito. Concede bem pouca independência aos acontecimentos e aos fatos: não é a Revolução que luta contra os obstáculos, e sim ele, Maiakóvski, que realiza proezas atléticas na arena das palavras (...) Maiakóvski a cada passo fala de si mesmo, tanto na primeira quanto na terceira pessoa, como indivíduo ou dissolvendo-se na humanidade. Quando quer elevar o homem, ergue-o até Maiakóvski(...) Eis porque Maiakóvski fala de seu amor, isto é, de seus sentimentos mais íntimos como se tratasse da migração dos povos. E, pelo mesmo motivo, é incapaz de encontrar outra linguagem quando trata da Revolução. (TROTSKY, 2007, p. 122-123).

Segundo se vê, Trotsky acredita que a poesia futurista consegue somente apresentar o que os artistas do círculo futurista pensam e sentem acerca da Revolução, fazendo com que o registro dos sentimentos e fatos relacionados ao processo revolucionário fique circunscrito ao filtro individual. Não se mostram capazes de extrapolar essa perspectiva e assumir, por exemplo, o viés do proletário sobre os acontecimentos. Como diz Trotsky, nem o maior dos futuristas como Maiakóvski

consegue encontrar uma linguagem ou um canal de expressão específico para abordar a Revolução, pois trata da mesma forma o “seu amor” e a “migração dos povos”. Ele tinha plena consciência de que nem o futurismo e nem outra escola artística poderiam receber o título de arte do socialismo ou do proletariado, pois as condições históricas para isso não existiam. Os proletários ainda não tinham formação estética o suficiente para irem além do Realismo socialista, assim como os burgueses não demonstravam capacidade de superarem a sua própria lógica de classe para abdicarem totalmente do exibicionismo artístico e do vanguardismo inconsequente. Para ele,

as novas formas de arte devem encontrar, por si mesmas e com independência, acesso à consciência dos elementos avançados da classe operária, à medida que estes, culturalmente, se desenvolvam. A arte não pode viver nem se desenvolver sem uma atmosfera de simpatia. É por essa via – não por outra – que se desdobra um complexo de mútuas relações. A elevação do nível cultural da classe operária ajudará e influenciará esses inovadores que realmente têm alguma coisa a dizer (...) Essa evolução supõe antes de tudo a acumulação de bens culturais, o aumento do bem-estar e o desenvolvimento da técnica. (TROTSKY, 2007, p. 129).

Em síntese, como um bom crítico materialista, Trotsky sabia que a cultura não paira no ar e que a consciência estética do artista não funciona como um mundo à parte, mas se fundamenta nos elementos objetivos que estruturam a realidade histórica de cada época. Logo, não seria possível uma arte efetivamente nova sem haver antes, uma revolução de caráter político e social. Por isso é que há tanto tempo atrás ele já desconfiava das iniciativas do formalismo russo e da autoprocamação do futurismo como a arte dos proletários. A noção de forma estética dos formalistas e o pretensão engajamento dos futuristas apontavam na direção de uma crise do valor social e humano da arte, reduzido à subestimação das relações entre arte e pensamento e social e ao abastardamento da arte na época da mecanização e da reprodutibilidade técnica das obras.

Conclusão

As reflexões de Trotsky em *Literatura e Revolução* revelam uma capacidade de interpretação histórica incomum, visto que ele consegue compreender, ainda na década de 20, quais seriam os possíveis desdobramentos de dois movimentos incontornáveis como o formalismo e o futurismo russos. O pensador demonstra um raro senso dialético

na análise dos dois movimentos, demonstrando capacidade de entendê-los dentro da dinâmica daquele contexto específico sem perder de vista aquilo que já projetavam à frente. Como afirma William Keach, a obra de Trotsky “contribuiu de maneira singular para nossa compreensão acerca do conflito e da mudança cultural na época da Revolução”. Junto a isso, nos orienta também sobre como pensarmos as transformações políticas e culturais em qualquer momento da história, inclusive o atual. (KEACH, 2007, p. 8). Isso se dá porque analisa a dinâmica histórica em suas bases e compreende que a cultura está muito além de um mero produto da consciência, mas sim é resultado dos meios de existência do homem. Não parte daquilo que os homens dizem, representam, tampouco do que eles são nas palavras, no pensamento, na imaginação e na representação dos outros, para posteriormente chegar aos homens de carne e osso; parte dos homens em sua atividade real, incluindo aí a classe que representam, seus meios de vida e até mesmo as fantasmagorias presentes em sua consciência, que não deixam de ser repercussões ideológicas do processo de sua vida material. (MARX, 2007, p. 19). Tal posição metodológica é o que garante a centralidade das análises de Trotsky dentro do panorama da crítica marxista e a sobrevivência de seu diagnóstico para interpretarmos os problemas da arte nos dias atuais, o que não parece ser um feito qualquer.

Referências:

- ADORNO, Theodor W. *Teoria estética*. Tradução: Artur Mourão. Coimbra: edições 70, 2011
- HOBBSBAWN, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX*. Tradução: Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- HOBBSBAWN, Eric. *A Era das Revoluções*. Tradução: Maria Tereza Teixeira; Marcos Penchel. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.
- KEACH, William. “Apresentação”. In: TROTSKY, Leon. *Literatura e Revolução*. Tradução: Luiz Alberto Moniz Bandeira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2007.
- LUKÁCS, Georg. *História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista*. Tradução: Rodnei Nascimento. São Paulo: editora WWF Martins Fontes, 2012.
- LUKÁCS, Georg. *Marxismo e teoria da literatura*. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Expressão popular, 2010.
- LUKÁCS, Georg. *Realismo crítico hoje*. Tradução: Ermínio Rodrigues. Brasília: Thesaurus, 1991.
- MARX, Karl. *A Ideologia alemã*. Tradução: Luís Claudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- MERQUIOR, José Guilherme Merquior. *Formalismo e Tradição Moderna: o problema da arte na crise da cultura*. São Paulo: É realizações, 2015.

TOLEDO, Dionísio “ A teoria literária dos formalistas russos no Brasil”. In: TOLEDO, Dionísio (org.). *Teoria da literatura: formalistas russos*. Tradução: Ana Mariza Filipouski. Porto Alegre: Editora Globo, 1973.
TROTSKY, Leon. *Literatura e Revolução*. Tradução: Luiz Alberto Moniz Bandeira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2007.

Notas:

ⁱ É interessante observar que o romantismo comumente está associado a uma postura antiburguesa que nega os ditames de um racionalismo sufocador e que vê na acumulação de capital uma face demoníaca, fundamentado-se pelo desejo de retroceder a um estágio pré-capitalista da civilização. Essa linha de interpretação, defendida magistralmente por Michel Löwy em *Romantismo e Messianismo* é extremamente válida, mas não é única. Por detrás dessa postura contestadora era possível ver também uma aura conservadora, basta pensarmos nas posturas elitistas e de extrema direita defendidas por Chateaubriand ou Novalis, ou no desencanto de Wordsworth e Coleridge com a Revolução Francesa, fazendo-os adotar posições muito pouco progressistas. Uma interpretação consistente para a questão está em Eric Hobsbawm, em sua obra *A Era das Revoluções*, no capítulo dedicado às artes no período da revolução de 1789.

Artigo recebido 05 de dezembro de 2016 e aprovado em 28 de fevereiro de 2017.

EISENSTEIN, O CINEASTA DA REVOLUÇÃO

EISENSTEIN, THE FILMMAKER OF THE REVOLUTION

João Barreto da FONSECA¹

Vanessa Maia Barbosa de PAIVA²

Resumo: Este texto pretende destacar os aspectos estéticos, ideológicos, técnicos e teóricos que constituem a obra do cineasta soviético Serguei Eisenstein, com o objetivo de avaliar a influência do diretor no que se batizou de “espírito artístico revolucionário”. Seus registros singulares sobre as lutas de classes influenciaram cineastas e intelectuais de esquerda e se consolidaram como peça essencial para a construção de uma sociedade comunista.

Palavras-chave: Revolução, cinema, estética.

Abstract: This text intends to highlight the aesthetic, ideological, technical and theoretical aspects that constitute the work of the Soviet filmmaker Sergei Eisenstein, with the objective of evaluating the influence of the director in what was called "revolutionary artistic spirit". His unique records on class struggles influenced left-wing filmmakers and intellectuals and consolidated themselves as an essential building block for a communist society.

Keywords: Revolution, cinema, aesthetics.

A montagem cinematográfica, do período histórico e estético conhecido como realismo soviético, esteve sempre acompanhada de uma reflexão sobre o cinema como potência agenciadora dos sentidos. A intenção de utilização da arte com o objetivo de gerar pontos de vistas específicos também faz parte do que Foucault (1997) nomeou de grandes sistemas interpretativos da modernidade, do qual o marxismo faz parte. O contexto de 100 anos da Revolução Russa, que se completa em 2017, é um momento marcadamente apropriado para a reflexão de um movimento, cuja meta de “eficiência estética”, ambientada no formalismo russo, ainda deixa rastros. Seus vestígios se encontram na ideia de que a produção material da arte ainda pode ser entendida como meio de produzir um impacto calculado na realidade, com intuito de gerar

¹ Doutor em Comunicação e Cultura pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ – Rio de Janeiro, RJ – Brasil. Professor Adjunto – Universidade Federal de São João del-Rei – UFSJ – São João del Rei, MG – Brasil. E-mail: jombarreto@gmail.com

² Doutora em Currículo, Cultura e Sociedade pelo Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Federal do Espírito Santo – UFES. Professora Adjunta – Universidade Federal de São João del-Rei – UFSJ – São João del Rei, MG – Brasil. E-mail: vanesssamaia@gmail.com

transformação.

A vanguarda russa, conhecida como período de experimentação estética, da era Lênin, cede lugar, nos anos 1930, ao Realismo Socialista, com a ascensão de Stalin, significando a passagem de uma arte provocativa para uma arte funcional, que restringia a função da arte a instrumento de propaganda política.

Embora desautorizada, a vanguarda russa já espalhava, conforme informa Albera (2002, p. 185), sua influência sobre “a indústria têxtil, a arquitetura, o urbanismo, a fotografia, o cinema, o grafismo e a tipografia”.

Cinema e revolução

No cinema russo, o embate entre duas vertentes distintas se tornou evidente: de um lado a representação (a realidade como referente) e do outro, o artifício, na tentativa de forçar a criação de um imaginário popular. O cinema deveria representar outras duas frentes: ser um produto revolucionário, uma peça material, e incentivar/manter a revolução. Inserido numa realidade revolucionária, o cineasta deveria produzir elementos úteis.

Nesse sentido, uma película deveria ser do mesmo ambiente material que a foice e o martelo. Por outro lado, a nova arte deveria ser calcada em novas ideias e, além de tudo, que essas ideias fossem revolucionárias e estivessem a serviço de um projeto. O cinema, à época, com poucos anos de experimentação, coloca sua novidade à disposição do novo.

A partir de sobreposições de imagens e cenas que tinham como objetivo reproduzir a tensão existente na sociedade de sua época e retirar o espectador da comodidade, Serguei Mikhailovitch Eisenstein fez da teoria marxista o cerne da sua ideologia e da técnica cinematográfica, de onde veio o desejo expresso, porém não realizado, de filmar *O Capital*.

O cinema se apresenta, nessa concepção, como uma variação do que Benjamin (1994) considera, em seu famoso texto *A obra de arte na era da reprodutibilidade*

técnica, como anteparo para o choque da vida moderna. Ou seja, treinamento visual para a convivência da vida urbana, preparando a sociedade para uma nova sensibilidade a ser transformada pelos adensamentos urbanos, pela inovação tecnológica e pelo risco corporal. “Para Eisenstein, ver um filme é como ser sacudido numa cadeia contínua de choques” (ANDREW, 1989, p. 57).

Estudando Walter Benjamin, Jonathan Crary argumenta que a visão, na modernidade, deixa de ser contemplativa e passa a ser integrada a um projeto. A visão é compreendida como histórica, cultural, temporal e, como em nenhum outro tempo, cinética. “Jamais há acesso puro a um objeto em sua unicidade; a visão é sempre múltipla, contígua e sobreposta aos outros objetos, desejos e vetores” (CRARY, 2012, p. 28).

Na esteira desses pensamentos, Baudrillard é lembrado por Jonathan Crary (2012) como alguém que entendeu a modernidade como um período ligado à capacidade de grupos e classes sociais, recém-chegados ao poder, de superarem a exclusividade da emissão de signos, “promovendo uma proliferação de signos sob demanda” (CRARY, 2012, p. 21).

Os filmes, entendidos como objetos e mercadorias produzidos em série, estão inseridos numa realização industrial, formando uma esfera pública compartilhada, gerando a fantasmagoria da igualdade benjaminiana. Os cineastas russos já eram conscientes de que novos modos de circulação, comunicação, consumo e racionalização levariam a formação de um novo observador, que seria o cidadão metropolitano.

Observando a obra de Eisenstein com o distanciamento histórico que nos é permitido, observamos uma tendência de produzir para conscientizar, ou seja, realizar com um propósito tão definido que só é possível medir a eficiência do material produzido, fazendo da obra um meio para atingir um resultado, o que significa estar diante de uma visão de arte política em que nem só a intenção é importante, mas também se valoriza a consequência dessa intenção. “O jovem Eisenstein, cuja ambição é dominar absolutamente os recursos de sua arte, busca, antes de mais nada, produzir filmes cujo efeito sobre o espectador seja determinável de antemão de maneira muito certa”

(AUMONT, 2012, p. 25).

A experiência estética, advinda da justaposição de planos, foi levada ao extremo nos anos de 1920, pelos cineastas soviéticos. A pesquisa mais notória, que estaria na base do cinema de Eisenstein, foi praticada por Lev Kulechov, “que defendia a ideia de um cinema autoral, baseado na criação plástica”. A ideia de recriação do real resultou num movimento muito forte entre os intelectuais soviéticos, uma ideia que serviria para colocar a sociedade russa no caminho de uma realidade comunista.

Embora esse fosse um pensamento dominante, as maneiras de realizá-lo divergiam. Um exemplo é o cinema de Dziga Vertov, notório também pelos seus textos e pela recusa da ficção cinematográfica, preferindo mostrar aos seus espectadores a fabricação dos fatos, a captação das cenas do cotidiano e reelaboração industrial implementada pelo cineasta. Segundo Xavier (1983, p. 178), o cinema de Vertov, ao contrário do de Eisenstein, evidencia sua proposta construtivista pelo “interesse em mostrar a sua própria fatura, na ideia do cineasta-proletário, na inserção da arte na vida cotidiana, na exposição dos materiais de construção do filme”.

A ambiguidade imanente do real ou Eisenstein contra Vertov

Os filmes de Vertov estiveram afinados com o que o teórico André Bazin chamou de cinema da “transparência”. Nessa perspectiva, os filmes de Eisenstein estão impregnados de uma intenção contrária aos de seu contemporâneo, por manipularem o real em prol de uma ideia (daí o aspecto ideológico) e não encontrarem a melhor maneira de apresentar, sem fabulação, o mundo.

A ideia original de Bazin, hoje um tanto desgastada pelas teorias cinematográficas contemporâneas, apresenta duas teses complementares. A primeira delas é a de que nenhum acontecimento do real teria um sentido predeterminado. Portanto, todos os eventos deveriam encontrar na técnica da montagem a melhor forma de serem apresentados.

Para alguns, a melhor maneira de manipulação. A essa situação, Bazin nomeou de

ambiguidade imanente do real. A outra característica é o que cinema teria uma vocação “ontológica” de reproduzir o real, a partir do princípio de fidelidade do fotográfico ao referente, respeitando ao máximo suas características essenciais: “o cinema deve, portanto, produzir representações dotadas da mesma “ambiguidade” ou se esforçar para isso” (AUMONT, 1995, p. 72).

Mas Eisenstein e Vertov não são distantes em termos de pensamento. Em ambos, a montagem deve atender aos critérios de ordem e duração. O prolongamento de um evento e sua densidade dramática dependem de sua consistência no mundo real. Porém, para Eisenstein, o evento deve ser transformado por não existir como forma acabada no real.

Para Vertov, há essa força no real, porém a técnica tem como função achar a melhor maneira de mostrá-lo. Em seus filmes, o processo de elaboração e fabricação é evidenciado, por isso que se diz que, em seus trabalhos, a montagem é uma personagem.

A seguir, apresentamos uma breve sinopse dos principais trabalhos de Eisenstein, para explicar a sua própria proposta de eficiência fílmica construtivista, que foi ancorada, originalmente, num estudo rigoroso da cultura japonesa, a notar, em suas reflexões, a presença constante dos ideogramas japoneses, do teatro kabuki e do poema haiku, aos quais adicionou a teoria da tonalidade dominante de Roman Jakobson, desenvolvida no texto *O Dominante*, de 1927; a psicologia comportamental de Pavlov e o pensamento dialético de Hegel e Marx.

Os problemas da classe trabalhadora tornam-se temática dos filmes de Eisenstein. Com a ascensão da burguesia e domínio do capital, desenvolveu-se também o proletariado, “a classe dos operários modernos, que só podem viver se encontrarem trabalho, e que só encontram trabalho na medida em que este aumenta o capital” (MARX; ENGELS, 1993: p. 23).

Os filmes de Eisenstein

Em *A Greve* (1925), o fio condutor é o suicídio de um trabalhador acusado injustamente de roubar uma ferramenta da maquinaria de uma fábrica. Em resposta, os

trabalhadores paralisam a produção e discutem suas reivindicações que devem ser levadas à direção da empresa, como a jornada de trabalho de oito horas diárias e o aumento salarial de 30%, enquanto o patrão e os oficiais da polícia estudam maneiras de barrar a ação grevista, cogitando o uso da força militar para conter as manifestações populares.

Do contraste entre a violência policial, associada à força militar, e os desejos simples e honestos dos trabalhadores, saem imagens com o intuito de provocar no espectador um grande choque e despertar para a “vontade revolucionária”. É o tipo de filme que cobra do espectador uma posição, uma tomada de decisão, a partir de informações fornecidas por um modelo interpretativo do mundo.

Do ponto de vista estético, tendo como base o materialismo histórico-dialético marxista e os métodos formais da montagem, Eisenstein cria estereótipos de categorias, marcando, visualmente, a partir de inscrições metafóricas em letreiros, burgueses e funcionários do Estado como animais traiçoeiros, em contraponto com as feições simples e sofridas do povo trabalhador.

A vida para os trabalhadores nas fábricas passa em ritmo acelerado, o que pode ser visualizado pelas engrenagens, enquanto a vida dos burgueses passa em ritmo lento. O patrão aparece numa sala ornamentada. Os homens que ocupam cargos de chefia na fábrica e na polícia são os únicos personagens gordos do filme e tal característica serve para ilustrar um estilo de vida cercado de privilégios e de ostentação da riqueza. Ainda, fumam charutos, usam chapéus e vestem ternos.

Em *Encouraçado Potemkin* (1925), o ponto de partida é a rebelião histórica, em 1905, quando os marinheiros de um navio se recusam a comer carne estragada. Marco da obra social engajada contra a injustiça, o filme apresenta a força coletiva como personagem.

A cena clássica da escadaria de Odessa foi copiada, citada e homenageada à exaustão por cineastas de várias épocas. A recriação mais famosa está no filme *Os Intocáveis* (*The Untouchable*, 1987, dirigido por Brian de Palma). Eisenstein pretendeu, nesta obra, apresentar o mundo anterior à Revolução como absolutamente desumano,

marcado por violência e insensibilidade, amparado ideologicamente pela religião.

Encouraçado Potemkin teria a intenção de cultivar os princípios da Revolução, em contraponto com as heranças do regime Czarista, uma vez que na data da realização da obra, Eisenstein não entendia o regime soviético como comunista e seria o papel da vanguarda promover o salto qualitativo da Revolução em direção ao comunismo. Porém, o comunismo, para Eisenstein, era movimento de amplitude não só de acesso aos bens materiais, mas também às ideias diversas e dispersas.

Um exemplo desse pensamento são os textos *Montagem de atrações*, de 1923, e *Montagem de realização de um filme operário*, de 1925, que invocam a união do cinema e do teatro, para recusar um projeto ortodoxo e fechado de sociedade socialista. O cinema deveria, nessa proposta, combinar várias artes populares, ressaltando as habilidades de encenação, do gesto, de performance, do circo, da paródia e do comentário.

Toda essa combinação de elementos heterogêneos deveria estar a serviço de uma mensagem. As múltiplas combinações serviram para um tipo de exploração de sentidos que surgiam naquele momento histórico, um tipo de *sensorium* criado a partir da invenção do cinema e na afinação de suas técnicas. Segundo Xavier (1983, p. 176), “a luz, os efeitos de surpresa definem uma relação tensa com o espectador, uma espécie de mobilização pela agressão, pelo choque, multiplicação de estímulos”.

Outubro (1928) é a mais evidente homenagem à Revolução de 1917, feita sob encomenda, por isso considerado por alguns detratores do movimento comunista como Propaganda Política e não documento histórico ou arte cinematográfica. A Revolução de Outubro, conhecida por revolução Bolchevique, também é o momento da tomada do poder pela insurreição proposta por Lênin.

Segundo Ferro (1988), manifestações ocorridas entre fevereiro e outubro são resultantes de embates de partidos políticos e dos ideais marxistas e comunistas acerca do atraso econômico e industrial russo e também de constantes problemas envolvendo os camponeses e o proletariado, além de movimentos contra a fome e greves de operários.

Nos anos 1930, Eisenstein seria criticado pelos ideólogos culturais do Partido, que o acusavam de intelectualismo e formalismo, condenando os pressupostos não formativos de sua obra. É o que desabafa o cineasta em sua autobiografia (EISENSTEIN, 1987, p. 114).

As acusações de falta de organicidade de seu trabalho artístico direcionam o pensamento do cineasta para as exigências do realismo soviético. Os textos posteriores a *Outubro* são mais ortodoxos e afinados com a ideologia dominante, mas, no entanto, ele explica *Outubro*, em longa reflexão, argumentando que o tipo de composição da obra apresenta recortes e combinações de imagens e que esse tipo de experiência estava a serviço de uma nova mentalidade, à qual a adesão não seria imediata, por se tratar de algo novo e, por isso, aparentemente, poderia soar como hermética, intelectual e burguesa.

Com a criação da União das Repúblicas Soviéticas, em 1922, a ideologia de separação entre o Partido Bolchevique e o regime czarista se torna uma corrente dominante, cuja ideologia iria recorrer a todos os meios de expressão. O partido único requeria um pensamento unificado. O cinema, então, transforma-se num elemento de plataforma política, reforçando o desprezo pela nobreza e incentivando a reforma agrária, a desapropriação de indústrias e bancos.

A linha geral (1929, em colaboração com Grigori Aleksandrov) enfoca, principalmente, os sonhos de prosperidade da camponesa Marfa Lapkina, que luta pela organização comunitária do trabalho e pelo acesso aos bens de produção tecnológica. Uma mulher, pela primeira vez na obra do cineasta, assume uma liderança agrícola comunista em oposição ao Estado patriarcal capitalista, caminhando a história no sentido de uma organização fraterna e generosa.

No filme também se encontram o “monólogo interior” e as promessas de libertação da escravidão do trabalho árduo devido à mecanização do trabalho agrícola que, no filme, é representada pela desnatadeira elétrica, que é apresentada como objeto místico, de superação do passado improdutivo.

O filme permite pensar a industrialização como uma abertura de possibilidades

para o desenvolvimento de modalidades de luta e organização de trabalhadores, como as greves, o sindicato e a solidariedade de classe. Para Hobsbawm (2000, p. 261), tais modalidades vinham da “experiência acumulada da organização pré-industrial que forneceu parte da estrutura para a organização do novo proletariado”.

A obra foi realizada para marcar as contradições entre os camponeses pobres sem terras e os ricos urbanos. A personagem feminina se encanta com os discursos do militante bolchevique para a criação de uma cooperativa socialista. O princípio da organicidade é muito mais evidente nesse filme, com a utilização do som para apresentar conflitos interiores dos personagens e conjugá-los com o contexto exterior a eles.

Apesar do controle político sobre sua obra cinematográfica, Eisenstein vai radicalizar seu pensamento sobre cinema conceitual ao publicar textos sobre a relação entre cinema e ideogramas orientais que, no Brasil, se tornaram conhecidos pelas antologias de José Lino Grunewald, *A ideia do cinema*, e de Haroldo de Campos, *Ideograma*.

É também nessa época, conforme Ismail Xavier (1983, p. 1760), que o cineasta começa a fazer as anotações sobre as possibilidades de filmar *O Capital*, de Karl Marx. O filme *A linha geral* também mostra uma passagem para uma adesão aos princípios de um Realismo Soviético, embora seus escritos continuem abertos a influências não soviéticas.

Arte e movimento social

Os 100 anos da Revolução Russa, considerada o arquétipo da revolução moderna, que gerou o subtítulo da obra *O socialismo em um só país* (VICENTINI, 1989), nos serve, hoje, de mote para pensar a arte como movimento social com finalidade transformadora. Inserida em uma realidade revolucionária concreta, a arte deveria produzir elementos artísticos úteis para a vida do povo. Para Vicentini, na extensão de sua obra, naquele momento revolucionário, não bastava apenas criar, mas

produzir elementos para a construção de um novo mundo (socialista) habitado por seres humanos conscientizados. Albera (2002) vai estudar a montagem do cinema de Eisenstein como resultante de um conjunto de forças entendidos como espírito de época.

O cinema de Eisenstein tem forte vínculo com o ideário da corrente artística, estética e política surgida no século XX denominada Construtivismo Russo, expressos também na poesia de Maiakovski, no design gráfico de Lissitzky e Rodchenko, na pintura e escultura de Tatlin, e no teatro de Meyerhold.

A estética construtivista era marcada pela busca de uma arte nova, dando ênfase às formas geométricas e arquitetônicas, à engenharia, aos novos materiais presentes nas indústrias, às máquinas e seus mecanismos e às cores primárias. Dessa estética sobreviveram a perspectiva revolucionária; o sentido de vanguarda, que marca a arte com sucessivos rompimentos; a criação de movimentos coletivos, que culminaram na flexibilização da figura do autor; as táticas e estratégias de organização coletiva, tendo a arte como veículo de propaganda política.

A fragmentação e a técnica de montagem são procedimentos recorrentes da arte moderna e das vanguardas históricas que se desenvolveram no início do século XX, na Europa. A difusão dos procedimentos do corte e da montagem correspondeu não apenas à desintegração dos valores e das formas artísticas, num mundo marcado por conflitos bélicos, mas, principalmente, à influência exercida pelo cinema nas artes, de modo geral.

Expandindo essa ideia, a teoria da montagem ajuda a entender o cinema contemporâneo que se utiliza de técnicas e estratégias do cinema mudo soviético, uma vez que estão unidos pela proposta de convencer o espectador.

O que inspira Eisenstein, segundo Aumont (1995, p. 70) não é a captação do real, mas sua transformação. Para o teórico francês, Eisenstein só via interesse no filme enquanto discurso articulado e não como representação da realidade.

Traduzir um certo realismo soviético, marcado pelas lutas de classe, para a linguagem fílmica foi a tentativa de Eisenstein, segundo Aumont. Importante é pensar como os procedimentos de representação de uma luta de classe ganharam forma a partir

da linguagem do cinema.

A proximidade com o psicólogo Pavlov gerou em Eisenstein a suposição de uma certa analogia entre os processos formais no filme o funcionamento do pensamento humano, daí o interesse político em torno da montagem cinematográfica. O cinema, nesta perspectiva, segundo Aumont (1995, p. 85), “tem como tarefa influenciar, modelar o espectador”, pois uniria o psiquismo do espectador aos procedimentos semânticos de um filme.

Eisenstein era a própria fragmentação que ele mesmo estudou: “o discurso de Eisenstein era um amálgama ambicioso: parte especulação filosófica, parte ensaio literário, parte manifesto político e parte manual de realização” (STAN, 2003, p. 56).

A ideia de buscar nos próprios filmes o entendimento sobre a fragmentação moderna vem de uma dica de Aumont (2012, p. 145), em outro livro: “Só o cinema poderia explicar seu século”. E a partir dele, buscamos pelos filmes analisados, o legado das estratégias éticas e estéticas da luta de classe, com o intuito de mostrar o que sobrevive e de que forma. Uma vez que estes filmes, além de ficcionais, tem valor documental (NICHOLS, 2012), já que estão impregnados de história que os inspirou, além da história que narram.

Conforme Eisenstein (2002, p.11), o cinema era capaz de produzir uma esfera pública internacional e tornar suas ideias contemporâneas. O cineasta concebia sua obra com um sentido claro de conscientização, pois, segundo afirmava, o diretor de cinema não deveria esquecer “que a base genuína da estética e o material mais valioso de uma nova técnica são e sempre serão a profundidade ideológica do tema e do conteúdo” (EISENSTEIN, 2002, p.13).

Para Deleuze, o cinema de Eisenstein é marcado por uma embriaguez, que faz das imagens uma massa plástica, carregada de traços de expressões visuais, sonoras, sincronizados ou não, ziguezagues de formas, elementos de ação, gestos e silhuetas, seqüências assintáticas. “É uma língua ou pensamento primitivo, ou melhor, um monólogo interior, um monólogo ébrio, operando por figuras, metonímias, sinédoques, metáforas, inversões, atrações” (DELEUZE, 1985, p. 193).

O pensamento maquínico, uma das bases de sustentação das discussões sobre a inteligência artificial, também aparece de maneira inaugural na obra de Eisenstein, principalmente na valorização da mecanização da vida, registrada no filme *A linha geral* (ou *O velho e o novo*).

Para Andrew (1989), a noção de Eisenstein de arte como máquina se deve a sua relação com os construtivistas, porque eles levaram a sério o pensamento de Marx e Lenin para não distinguir a arte de outro trabalho qualquer que se faz de maneira repetitiva, embora, no caso do cinema, se acrescente o exercício do pensamento. O que corrobora com essa ideia é o fato de que “Eisenstein também foi partidário de uma nova teoria de interpretação chamada biomecânica” (ANDREW, 1989, pág. 69).

Máquinas de Imagens

A questão, bastante contemporânea, persiste em escritos e filmes posteriores a Eisenstein: “Quais as propriedades de uma máquina que a tornam uma analogia viável para um trabalho artístico?” (ANDREW, 1989, p. 70). O filósofo Vilem Flusser, muitos anos depois, se debruçaria sobre a questão no livro *A filosofia da caixa preta* (2002). Também é a tônica do artigo de Dubois (2004), intitulado *Máquinas de imagens: uma questão de linha geral*, que não por acaso faz referência ao filme de Eisenstein no título.

O pensamento do próprio cineasta nos ajuda a entendê-lo e funciona também como método de estudo de sua obra. Os textos de Sergei Eisenstein (1990, 2002), impressos em livros, apresentam uma teoria multirreferencial, abrangendo várias áreas do conhecimento e são contribuições valiosas para o entendimento do momento histórico de suas realizações e dos procedimentos narrativos adotados, resultando em ensinamentos para gerações futuras.

Diferentemente de seu mestre, Kuleshov, Eisenstein descentralizou o papel da montagem que, para ele, não tinha a função de dar prosseguimento a uma continuidade narrativa. Portanto, o seu cinema se presta mais a provocar choques, comoções, sensações, do que a contar histórias. Para dar forma ao pensamento de choque de

imagens, Eisenstein elaborou didaticamente cinco tipos de montagens: métrica, rítmica, tonal, atonal e intelectual.

A montagem *métrica* é fundamentada na extensão e na proporção dos fragmentos. Eisenstein (2002, p. 79), nos escritos do livro *A forma do filme*, explica que “os fragmentos são únicos de acordo com seus comprimentos, numa fórmula esquemática correspondente à do compasso musical. A realização está na repetição desses compassos”. Essa composição pode ser verificada na sequência do lezginka, uma dança popular da região das Montanhas do Cáucaso, que no filme *Outubro* aparece como forma de comemoração após a libertação dos presos.

O melhor exemplo de montagem *rítmica* pode ser visualizado na sequência da escadaria de Odessa em *Encouraçado Potemkin*. Característica principal é a presença do fluxo no conteúdo do fragmento como um elemento determinante na passagem de um quadro para o outro. Aqui, o comprimento real não coincide com o comprimento matematicamente determinado do fragmento de acordo com uma fórmula métrica. Aqui, “seu comprimento prático deriva da especificidade do fragmento, e de seu comprimento planejado de acordo com a estrutura da sequência” (EISENSTEIN, 2002, p. 80).

Na montagem *tonal*, de acordo com Eisenstein (2002, p. 82), “o movimento é percebido num sentido mais amplo. O conceito de movimentação engloba todas as sensações do fragmento de montagem”. Ao citar essas sensações do fragmento, o teórico engloba, por exemplo, as vibrações da luz e as composições gráficas, podendo ser notadas a olho nu, como uma forma de comparação emocional. Como exemplo para esse tipo de montagem, destaca-se a sequência do nevoeiro, no filme *Encouraçado Potemkin*.

Para atingir o propósito de causar um efeito emotivo no espectador, a montagem *atonal* reúne a natureza das três montagens citadas anteriormente e a manipulação do tempo de cada fragmento.

Já o último tipo de montagem, a *intelectual*, ficou conhecido como montagem de conflito. “A montagem intelectual é a montagem não de sons atonais geralmente fisiológicos, mas de sons e atonalidades de um tipo intelectual, isto é,

conflito-justaposição de sensações intelectuais associativas” (EISENSTEIN, 2002, p. 86).

Eisenstein concebia a montagem como organização de dados sensoriais e conceituais, combinando afetos com intelecção, a partir de cálculos que iam desde a duração de um plano ao domínio da variação de ambientes.

Considerando a combinação do engajamento da obra de arte a um plano coletivo, à apreciação social do novo e à individualidade do artista, é possível posicionar Eisenstein dentro do paradigma da vanguarda, que deu passagem a uma série de apostas revolucionárias, a combinações inusitadas de perspectivas políticas e de soluções estéticas, que até hoje influenciam e alimentam, a partir de múltiplas variantes, o sonho de uma arte produtiva e transformadora da sociedade.

Para Eisenstein, o comunismo seria mais resistente, se exposto às ideias externas. Essa proposta de hibridismo político cultural talvez seja proveniente da abertura do cineasta ao pensamento de outros contextos, principalmente a partir do contato com intelectuais estrangeiros. Em suas discussões sobre os novos modos de representação literária, encontram-se a influência da viagem aos Estados Unidos e do encontro, em Paris, com James Joyce.

Nos textos de autoria do cineasta, a partir dos anos 1930, encontram-se forte influência de uma representação pedagógica da literatura, na qual seria possível, a partir de um instrumento de divulgação em massa que é o cinema, levar a literatura, elitista, para grandes camadas da população.

Para Eisenstein, uma das grandes façanhas do cinema seria levar adiante as conquistas da literatura adiante. Para tanto, ele se apoia na antropologia de Levy-Bruhl e na psicologia de Vygotsky. Desses pensadores, ele retira a ideia de que a imagem proveniente de uma montagem visual retém e expressa alguns princípios arcaicos da mente.

Os elementos visuais, expressos na montagem, combinados com os gestos e a música, são capazes de representar as camadas “mais profundas da psique de modo a estabelecer a relação “quente”, emocional, viva que a estética oficial deseja” (XAVIER,

1983, p. 177).

Máquinas de imagem ou considerações finais

Para Eisenstein, toda imagem, a mais arcaica, requer um certo nível de tecnologia. O pensamento coloca o cineasta no centro de debates contemporâneos sobre a utilização da tecnologia na produção artística. O cinema, nessa concepção, é entendido como máquina de produzir imagens e ideias. A consequência desse modo de se relacionar com a atividade cinematográfica produz um certo engajamento na emissão de perspectivas inventivas e revolucionárias. Se as combinações de imagens são infinitas, seria possível pensar o cinema como produtor, além dos clichês e estereótipos, de combinações inusitadas e composições inovadoras.

As primeiras décadas que sucederam à invenção do cinema foram animadas pelo debate entre a relação da arte e dos artefatos tecnológicos, que impuseram novas regras e condições de eficácia. Tal eficiência do princípio fotográfico, associada à máquina, a sua precisão de registro, a sua capacidade de produzir evidência, fizeram da obra cinematográfica de Eisenstein um monumento documental de uma época, diminuindo, até certo ponto, sua relatividade em relação aos fatos apresentados.

Em texto-homenagem (*Máquinas de imagens: uma questão de linha geral*), o teórico francês Philippe Dubois (2004, p. 33) argumenta que cada “máquina de imagem”, no momento em que surgiram, foram sempre novidade e apresentaram uma proposta de correção e ampliação em relação à precedente. Daí, podemos pensar o cinema de Eisenstein como uma combinação de vanguardas e de propostas de mudanças que ocorriam no mundo e também nas artes. As estradas de ferro se encontram com a fotografia e inventam o cinema. O movimento do cinema se encontra com o movimento do mundo e criam a revolução.

Para Dubois (2004, p. 35), o discurso tecnológico apresenta um hiato entre a ruptura evidente com um passado, daí a ideia de progresso, e a realidade dos objetos tecnológicos que resulta num pragmatismo bem elementar como é o caso da

desnatadeira em *A linha geral*. No entanto, em Eisenstein, apesar da supervalorização do maquínico, devido aos estudos de engenharia, a tecnologia (para a qual não é oferecido nenhum tipo de barreira, de limite, de fronteira) deveria estar a serviço de uma estética e de uma ideia, sem ocultar o estético em prol do tecnológico, assinalando ainda a combinação entre o real (o realismo), a analogia (o mimetismo, a cópia) e a matéria (o materialismo).

Dubois (2004, p. 36), deixa claro que “assim como as máquinas de linguagem, as máquinas de imagens são obviamente muito antigas – bem mais do que tudo o que concerne às chamadas artes tecnológicas”. Apesar de basear-se numa objetividade essencial da máquina, numa gênese automática, Eisenstein acreditava que o homem ainda não estava excluído do processo de fabricação do mundo e que teria nele reservado um lugar fundamental. O cineasta entendia que a força do cinema reside não apenas no tecnológico, mas no simbólico. “A dialética entre esses dois polos, sempre elástica, constitui o aspecto propriamente inventivo dos dispositivos, em que o estético e tecnológico podem se encontrar” (DUBOIS, 2004, p. 45).

Referências:

- ALBERA, François. *Eisenstein e o construtivismo russo*. SP: Cosac & Naify, 2002.
- ANDREW, J. Dudley. *As principais teorias do cinema*. RJ: Zahar, 1989.
- AUMONT, Jacques et al. *A estética do filme*. Campinas: Papirus, 1995.
- _____. *As teorias dos cineastas*. Campinas: Papirus, 2012.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- CRARY, Jonathan. *Técnicas do observador*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.
- DELEUZE, Gilles. *A imagem-tempo*. SP: Brasiliense, 1985.
- DUBOIS, Philippe. *Cinema, vídeo e Godard*. SP: Cosac & Naify (2004).
- EISENSTEIN, Serguei. *O sentido do filme*. RJ: Jorge Zahar, 1990.
- _____. *A forma do filme*. RJ: Jorge Zahar, 2002.
- _____. *Memórias Imorais*. São Paulo: Companhia das Letras (1987).
- FERRO, Marc. *A revolução russa de 1917*. SP: Perspectiva, 1988.
- FOUCAULT, MICHEL. *Nietzsche, Freud, Marx*. São Paulo: Editora Princípio, 1997.
- HOBBSAWM, ERIC. *A era dos extremos: o breve século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- FLUSSER, VILÉM. *Filosofia da caixa preta*. RJ, Relume Dumará, 2002.
- MARX, Karl; ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. Petrópolis: Vozes, 1993.
- VICENTINI, Paulo F (Org). *A Revolução Russa: O socialismo em um só país*. Porto

Alegre: Mercado Aberto, 1989.

Artigo recebido 05 de dezembro de 2016 e aprovado em 28 de fevereiro de 2017.

O CINEMA SOVIÉTICO E AS REPRESENTAÇÕES DA REVOLUÇÃO DE OUTUBRO E DA GUERRA CIVIL

THE SOVIET CINEMA AND THE REPRESENTATIONS OF THE OCTOBER REVOLUTION AND CIVIL WAR

Dennison de OLIVEIRA¹
Moisés Wagner FRANCISCON²

Resumo: Os filmes soviéticos ambientados durante a Revolução de Outubro e a Guerra Civil, ao longo de sete décadas, passaram por inúmeras transformações: de gênero predominante, de escola artística, das representações feitas sobre a Revolução e o conflito armado que se seguiu. Essas alterações devem ser primordialmente encontradas no próprio desenvolvimento da URSS: político, social e econômico. Apesar da influência de correntes artísticas externas e do trabalho interno de cineastas, o sistema soviético se mostrou mais sensível a essas forças.

Palavras-chave: Cinema; Revolução de Outubro; Guerra Civil Russa.

Abstract: The Soviet films set during the October Revolution and the Civil War, over seven decades, underwent numerous transformations: the predominant genre, the artistic school, the representations made about the Revolution and the armed conflict that followed. These changes must be primarily found in the very development of the USSR: political, social and economic. Despite the influence of external artistic currents and the internal work of filmmakers, the Soviet system was more sensitive to these forces.

Keywords: Cinema; October Revolution; Russian Civil War.

Marc Ferro (1992, 1976) apresenta um método de análise fílmica que parte do contexto para a película, e não o contrário. Reconhece que os filmes possuem códigos próprios, como o gênero, e que seu público, a partir disso, possui expectativas de uma narrativa típica. Apesar da possibilidade de múltiplas leituras (por diferentes plateias distribuídas no espaço, no tempo e condições sociais), subjaz ao filme um campo visível e outro latente, que pode revelar a mentalidade de uma época, de um determinado grupo, as motivações de seus produtores. A análise fílmica, realizada por historiadores, não deve ficar restrita ao mundo da cinematografia. Constitui um meio único para a abordagem da história de uma sociedade. Nenhuma outra fonte possui suas mesmas possibilidades. Ao longo de 74 anos, os soviéticos produziram filmes transcorridos na Revolução de 1917 e na Guerra Civil. Sua sociedade não esteve congelada – ao contrário do que afirmam os soviétólogos ligados à corrente de interpretação do totalitarismo. As transformações

¹ Mestre em Ciência Política – UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas – Campinas, SP – BR. Doutor em Ciências Sociais – UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas – Campinas, SP – BR. Docente do Programa de Pós-Graduação em História – UFPR – Universidade Federal do Paraná – Curitiba, PR – Brasil. E-mail: kursk@matrix.com.br

² Mestre em História e Sociedades – UEM – Universidade Estadual de Maringá – Maringá, PR – Brasil. Doutorando em História e Poder do Programa de Pós-Graduação em História – UFPR – Universidade Federal do Paraná – Curitiba, PR – Brasil. E-mail: mw.franciscon@hotmail.com

enfrentadas deixaram suas marcas na cinematografia. Os filmes selecionados são as versões originais, seguidas pelas edições posteriores motivadas por mudanças políticas. São campeões de bilheteria e da preferência do público, declamações políticas, inovações e experimentalismos, construção de uma história oficial e legitimadora.

Alguns cineastas soviéticos iniciaram suas carreiras ou ganharam notoriedade e contratos ao gravar para o novo regime imagens para exibição em cinejornaisⁱ. Uma proporção importante teve contato real com algum conflito, em especial a Segunda Guerra Mundial, mas também a Primeira Guerra e a própria Guerra Civil (por exemplo, Efim Dzigan foi um dos marinheiros de Kronstadt que participaram da Revolução de Outubro, gravando, em 1936, um filme sobre a defesa de São Petersburg contra os brancos - *My iz Kronshtadta* [Nós somos de Kronstadt]; Mikhail Romm era filho de um físico exilado na Sibéria pelo regime czarista, que serviu no Exército Vermelho como comandante e participou das requisições de alimentos; Aleksandr Alov batalhou em Stalingrado, Kursk, Kharkov, no Dnieper, no bolsão de Korsun, Iasi-Kishinev, Budapest, lago Balaton e Viena durante a Segunda Guerra; Sergei Vasilyev combateu na Primeira Guerra Mundial, participou da Revolução em Petrogrado e enfrentou os brancos em Odessa de 1918 a 1920; Alexander Dovzhenko lutou na Guerra Civil, não no Exército Vermelho, mas sim no rival Exército Popular Ucrâniano; as avós de Vladimir Motyl foram executadas pelos nazistas na Bielorrússia como judias; o pai do tadjique Ali Khamraev morreu na Segunda Guerra; Grigori Chukhrai foi paraquedista em Stalingrado, no Don, no Dnieper e em Viena – o que lhe valeu as medalhas Ordem de 1º Grau da Estrela Partisan e a da Memória Partisan – sendo ferido em combate; o pai de Yevgeni Sherstobitov foi um comissário do Exército Vermelho, capturado e fuzilado pelos brancos; Pudovkin se voluntariou para lutar na Primeira Guerra, sendo ferido e feito prisioneiroⁱⁱ; Mikhail Kalatozov vinha de uma família de nobres russos residentes na Geórgia; Yakov Protazanov experimentou a Guerra Civil como auto-exilado entre os anos de 1920 e 1923, quando retornou à URSSⁱⁱⁱ). Muitos diretores também eram membros do partido comunista (Chukhrai tornou-se membro em 1944; Gerasimov, em 1943; Keosayan, em 1963; Klimov, em 1962; Khamraev, em 1970; Romm, em 1939; Chiaureli em 1940; Sherstobitov em 1955; já Dovzhenko teve uma breve passagem pelo Partido Socialista Revolucionário da Ucrânia, ou Partido Borotbista, pouco antes deste ser dissolvido e absorvido em 1920 pelo Partido Bolchevique da Ucrânia – futura seção do PCUS: Partido Comunista da União Soviética).

A Revolução de Outubro marcou profundamente a todos. Uns por pertencerem a antiga elite, como foram os casos de Kalatozov e Protazanov^{iv}. Outros, pelas novas

possibilidades de ascensão social, formação e carreira. Provinham do mundo rural, recém-saído da servidão, como os camponeses Chukhrai e Dovzhenko. Outros ainda, como o pai de Pudovkin, que após o fim da servidão migrou para a cidade, onde tornou-se balconista e vendedor ambulante, ou o caminhoneiro Gasparov, provinham de famílias pobres e urbanas. A maioria, no entanto, provinha dos estratos médios urbanos da sociedade russa e soviética (o pai de Eisenstein era arquiteto e a mãe vinha de uma rica família de comerciantes; Raizman era filho de um alfaiate famoso; German era filho de um escritor reconhecido de Leningrado; Lukov, de um fotógrafo; Klimov, de um investigador do Comitê de Controle do PCUS; os pais dos irmãos Mikhalkov-Konchalovsky eram escritores e poetas; o pai de Gerasimov fora engenheiro – porém sua morte precoce numa expedição geológica na Sibéria Ocidental, deixou a família na penúria; Romm, de um médico bacteriologista; os irmãos Vasilyev provinham de uma família de oficiais czaristas, que fizeram nome na Guerra Russo-Turca de 1877-78). Um número considerável deles (Motyl, Mitta, Romm, Vertov – nascido David Abelevich Kaufman, Eisenstein) possuía ascendência judia. Há dois casos de parentesco (os irmãos Vasilyev e os irmãos Mikhalkov-Konchalovsky – Andrey Konchalovsky assinava Mikhalkov-Konchalovsky em virtude de adotar o sobrenome da mãe). Muitos experimentaram outras profissões antes do cinema, como Solntseva, formada em História e Filologia pela Universidade de Moscou. Outros, profissões correlatas antes de se tornarem diretores (como Gasparov e Keosayan, que foram atores; Rogovoy, que graduado pelo Departamento Econômico da VGIK, Escola de Cinema Estatal Soviética, foi produtor; Pudovkin, que anteriormente foi roteirista, ator e diretor de arte; ou Kalatozov, que foi assistente de montagem, operador de câmera, roteirista e ator; Askoldov, que foi um alto burocrata dos ministérios da Cultura e Cinema). Nem todos desfrutaram de boas relações com o regime. Motyl teve o pai condenado ao Gulag e cresceu no exílio no Extremo Oriente e no norte dos Urais junto com a família (ROLLBERG, 2016, p.470). Alguns dos filmes selecionados foram produzidos em regiões que, se contavam com estúdios após a morte de Stalin e o boom da indústria cinematográfica soviética, antes da Revolução não possuíam maior destaque do que campos de algodão e caravanas comerciais formadas por camelos.

Foram produzidos filmes sobre os acontecimentos que levaram à Revolução, da Revolução em si, de seus primeiros dias. Bem como da Guerra Civil e de seus últimos dias, que se estenderam para além da derrota de exércitos organizados, na supressão de grupos guerrilheiros e revoltosos dispersos. Todos os fronts acabaram por aparecer nas

telas. Porém os fronts sul e da Ásia Central são os mais recorrentes. O front sul e a Batalha por Tsaritsin (futura Stalingrado e atual Volgogrado) tornaram-se parte da mística stalinista, com a salvação da pátria soviética por duas vezes no mesmo lugar e pelo mesmo homem, líder quase predestinado. Mesmo após a condenação de Stalin, continua como um dos fronts mais importantes para o público e para o cinema soviéticos. A Ásia Central, com os ataques de hordas de bandidos e dos rebeldes tradicionalistas islâmicos, transformou-se num espaço para a prova física do herói soviético e a realização de sua missão revolucionária e libertadora.

As primeiras décadas dos filmes que possuíam como tema a Revolução e a Guerra Civil foi marcada pelo gênero épico-histórico. Seus primeiros anos foram dominados por nomes como Eisenstein, Vertov e Pudovkin. O ambiente da NEP dava paulatinamente lugar ao fechamento político e ideológico do regime. Pudovkin pôde fugir a maiores problemas em seu *O fim de São Petersburgo*, de 1927, terminando a película exatamente com a Revolução de Outubro e a transformação da antiga capital de Pedro, o Grande, na Cidade de Lenin, sem mencionar personagens políticos do partido bolchevique para além de seu próprio líder. Os personagens que recebem destaque e nomes são os membros do Governo Provisório formado por Kerensky, após a Revolução de Fevereiro. Ao mesmo tempo, transformou seu épico também num drama, forçando a tensão entre o cinema clássico e o cinema de vanguarda, entre a narrativa baseada na ação de indivíduos e a causalidade supra-individual das forças sociais do materialismo histórico. Eisenstein não teve a mesma sorte diante dos censores, apesar de ambos os cineastas gravarem na mesma época e manterem contato sobre seus respectivos trabalhos, encomendados para o aniversário da Revolução. Essa aproximação dotou o filme de Pudovkin de uma montagem mais próxima da de Eisenstein (KEPLEY, 2003, p.3-4, 37).

A Sovkino encomendou o filme *Outubro* para a comemoração dos dez anos da Revolução. Durante os festejos, a única coisa que o diretor foi capaz de apresentar foram dois longos segmentos da película – que, somados, possuíam maior metragem do que a versão final. Entrou em cartaz apenas em março de 1928. Grigori Aleksandrov, co-diretor e co-roteirista, acompanhou as edições que Stalin fez pessoalmente, totalizando cortes de três mil pés de filme. Entre as cenas deletadas, a união entre Lenin e Trotsky contra Kerensky e o papel de Trotsky como líder militar. O livro de John Reed, *Dez dias que abalaram o mundo*, que Eisenstein aproveitou como base para o roteiro, fora banido por Stalin. No livro, o secretário-geral do PCUS possui apenas um papel secundário. Reed concentra sua atenção em Lenin, Trotsky e Lunacharsky. Não era a primeira vez que o

diretor era censurado por causa da aparição de Trotsky. Em seu *Encouraçado Potemkin*, de 1925, cenas da prévia do filme mostravam o líder e uma citação sua. Na versão final do filme, a cena desapareceu e a citação foi trocada por uma de Lenin (GOODWIN, 1993, p.81). Trotsky foi destituído de seus cargos militares em 6 de janeiro de 1925, e apenas em maio de 1925 conseguiu cargos sem importância como chefe do Conselho Técnico-Científico Industrial. Sua Nova Oposição sobreviveu apenas entre setembro e dezembro do mesmo ano, quando foi derrotada. *Encouraçado Potemkin* estreou no mesmo mês. Entre a prévia e a versão final de *Outubro* novos eventos se desenrolavam: em outubro de 1927 Trotsky foi expulso do Comitê Central; em novembro, durante as comemorações dos dez anos da Revolução, seu novo grupo de oposição à Stalin, a Oposição Unida, promoveu demonstrações públicas, reprimidas pela polícia – o que levou à expulsão do partido em 12 de novembro. Sua recusa em renunciar à Oposição de Esquerda resultou em seu exílio em Alma-Ata, no Cazaquistão, em 31 de janeiro de 1928 (DEUTSCHER, 1968). Não era para menos a dificuldade de Eisenstein em promover um corte final para o filme e seus sucessivos atrasos. Ao mesmo tempo, era uma temeridade insistir em retratar pela segunda vez um personagem que se encontrava em situação política ainda pior do que a de dois anos antes.

O primeiro filme ficcional que consta na lista de fontes, foi produzido, no entanto, pelo menos celebrado Protazanov. Protazanov já possuía uma história de sucesso na cinematografia anterior à Revolução. Teve seu primeiro roteiro aceito em 1909, para o filme *Bakhchisaraiskii fontan* [A fonte de Bakhchissarai], de Vasili Goncharov. Seu primeiro filme, *Pesn' katorzhanina* [A canção do prisioneiro], de 1911, foi um sucesso de bilheteria. Foi considerado o maior diretor russo antes da Revolução, com seus *Otets Sergii* [Pai Sergius] de 1918 e *Pikovaia dama* [Rainha de espadas], de 1916 (LEYDA, 1960, p.108). Não se trata de um construcionista e experimentalista, como o grupo de Eisenstein. Protazanov pertence ao cinema clássico europeu ocidental e americano. Seus filmes possuem não a preocupação propagandística, mas sim de entretenimento e comercial. Essa escola desengajada contava mesmo com personalidades como o comissário (ministro) da Educação da URSS, Lunacharsky, que encontrou no cinema o espaço que perdia com a ascensão do grupo de Stalin, e talvez a isso tenha sido um dos poucos sobreviventes da velha-guarda bolchevique. Esse cinema era taxado pelos construtivistas como tradicionalista e de mentalidade burguesa (KLINOWSKI; GARBICZ, 2012; LABARRÉRE, 2009), porém foram responsáveis pela concorrência econômica dos filmes soviéticos com os produtos americanos, já que o cinema

construtivista afastava a plateia comum. Seu *Sorok Pervyy* [Quadragésimo primeiro] (que receberia uma refilmagem, colorizada e sonora, com Chukhrai, décadas mais tarde, em 1956), de 1926, herdava as múltiplas e subversivas leituras que o diretor já expunha em *Aelita*, de 1923. Trata-se de um melodrama, baseado num conto de Boris Lavrenev. A história se passa na travessia do deserto de Kara-Kum em direção ao mar de Aral. Não há heróis, nem poetização. Impera a narrativa naturalista dos personagens. Ao caráter aristocrático dos oficiais brancos, o diretor cria guardas vermelhos rudes, simplórios, indisciplinados, caóticos. A trama é guiada por impulsos e necessidades contraditórias: a aproximação entre a camponesa franco-atiradora do Exército Vermelho dos Operários e dos Camponeses (PKKA) e o aristocrático oficial branco de São Petersburg, sua quadragésima primeira vítima, que porta uma mensagem do almirante Alexander Kolchak para o general Anton Denikin. O clima da NEP inspiraria uma aproximação entre os grupos simpáticos aos brancos recém-derrotados e os adeptos do comunismo? O que seria impossível em vista do desfecho do filme?

Esse quadro do cinema soviético dos anos 1920 foi alterado na década de 1930. As correntes construtivistas/montagem dialética/materialista histórica (agora chamada de formalista pelos adeptos do regime) e clássica passam a sofrer pressão de uma nova escola, o realismo socialista, que ganhou o apoio dos órgãos oficiais alinhados com o governo soviético, como o Sindicato dos Cinematógrafos (criado em 1965), o dos escritores, artistas, compositores, poetas, etc. O realismo socialista foi forjado nas discussões do Primeiro Congresso dos Escritores Soviéticos da União de Escritores Soviéticos, logo que esta foi fundada (1934) por determinação do Comitê Central do PCUS, de 1932, reunindo num novo organismo a RAPP (Associação Russa de Escritores Proletários) e a Vseroskomdram (Sociedade de Dramaturgos e Compositores de Todas as Rússias) (HOBSBAWM, 1987). Com estrutura piramidal, seus membros elegiam 150 representantes para o Conselho da União dos Escritores da URSS, que por sua vez escolhiam o Secretariado do Conselho, com 36 membros, que elegiam o Secretariado do Bureau, com 10 cadeiras. Os primeiros presidentes do Conselho foram escritores de renome, como Maxim Gorky, Alexei Tolstói e Alexander Fadeev – também nomes muito próximos do regime. A pressão para que os cineastas de ambas as correntes dos anos 1920 as abandonassem e adotassem o realismo socialista se deu por meio do financiamento – de uma indústria cinematográfica cada vez mais controlada, burocrática e com produtividade declinante, como pelo uso dos jornais mais intimamente ligados ao partido e ao Estado. Com menos filmes sendo produzidos a cada ano, era cada vez mais difícil

obter encomendas. Diretores e estúdios passaram a ter interesse no realismo socialista.

O primeiro grande sucesso da nova escola veio no mesmo ano de 1934. *Chapaev*, dos irmãos Vasilyev, foi exibido em festivais no exterior e exibido e reexibido a exaustão nos cinemas soviéticos (e posteriormente canais de televisão). Os jornais apresentavam o filme como modelo a ser seguido de agora em diante por todo cineasta (FERRO, 1992). O filme se desenrola no front dos Urais e do Volga, no combate à Legião Tcheca. No entanto, as noções básicas do realismo socialista ainda não estavam consolidadas. O comandante Chapaev não é a figura sem quaisquer medos ou vacilações, exemplo basilar da vanguarda comunista. Pelo contrário, ele e seus homens, se combatem pela justa causa, o fazem de maneira tão selvagem e cruel quanto os brancos, como o diálogo com o camponês que se queixa das sucessivas pilhagens infringidas pelos dois lados deixa claro. Cabe ao comissário político Furmanov (que escreveu o livro de relatos sobre o qual os irmãos Vasilyev trabalharam seu roteiro) transformá-lo gradualmente e contra sua vontade inicial, na imagem do herói requerida pelo realismo socialista. A história deixa de ser guiada pelos movimentos das massas, como no cinema dos anos 1920, para ser obra dos grandes líderes, nos anos 1930 (YOUGBLOOD, 2007).

Na linha de *Chapaev*, é lançado em janeiro de 1939 um filme sobre o “Chapaev ucraniano”, *Shchors*, de Dovzhenko. O fechamento ideológico avançara e, agora, se o diretor faz combatentes brancos e vermelhos continuarem sua luta corpo a corpo dentro de casas camponesas, aterrorizando a população, os vermelhos possuíam, no entanto, a única intenção de salvá-los dos assassinatos pretendidos pelos brancos. Enquanto a “neutralidade” dos camponeses é vista em *Chapaev* sem maiores problemas, em *Shchors* existe uma diferenciação entre neutros, covardes e abobalhados, e aqueles camponeses que se engajam ao lado dos vermelhos, corajosos e ansiosos pela verdadeira liberdade (como a libertação feminina). Em *Chapaev* não aparecem civis apoiadores dos brancos. Em *Shchors* são caracterizados como ricos burgueses residentes em Kiev: banqueiros, terratenentes, comerciantes, oficiais do exército que se tornaram brancos, que procuram emboscar de suas janelas os líderes vermelhos enquanto desfilam nas ruas, ou que salvaguardam atos terroristas dos brancos. Ao contrário de Chapaev, Shchors é perfeito expoente do herói soviético desde o princípio: destemido, implacável, consciente politicamente^v. Ele não recebe doses da ideologia oficial como Chapaev de Furmanov. Ele é quem as emite diante das possibilidades de diálogo com camponeses, brancos feitos prisioneiros, partisans solicitados a se unir ao exército regular, combatentes subordinados e as vezes desejosos de abandonarem a causa (um ex-oficial czarista). Assim, são ecoadas

as posições bolcheviques sobre Deus e privacidade da religião, emancipação feminina, liberdade e ditadura do proletariado, união entre trabalhadores urbanos e camponeses, sovietação das fábricas e da terra, internacionalismo proletário. Dovzhenko enfrentou a difícil tarefa de tratar desse internacionalismo num momento de tensão diplomática.

A crise na Tchecoslováquia transcorreu na segunda metade de 1938, culminando com o Tratado de Munique, de setembro. A diplomacia soviética percebeu esse movimento como uma manobra das democracias liberais da Europa Ocidental, para direcionar a agressividade nazista para suas fronteiras. O auxílio militar e de técnicos soviéticos aos republicanos na Espanha, em oposição aos corpos expedicionários italianos e alemães, expunha o país a uma nova crise, na qual estaria completamente isolado. Stalin manobrou afastando-se da Espanha. Dovzhenko inicia seu filme com uma rebelião dos soldados alemães em 1918, guiados por ideais socialistas, opondo-se à guerra, aos seus oficiais e unindo-se aos soviéticos: desfilam junto com o Exército Vermelho, sob a sombra de Shchors. Os oficiais, no entanto, reimpõem o controle sobre o exército alemão, que volta a ser uma ameaça até sua derrota pelos bolcheviques (a retirada ordenada por Versalhes não é mencionada). Seguindo os passos alemães, foi a vez dos poloneses, mancomunados com o traidor Petlura, invadirem a Ucrânia com seu falso pan-eslavismo. Estes, no entanto, são facilmente derrotados por Shchors e seus homens, numa reedição dos conflitos dos *smutnoye vremya*, “tempos da confusão”, da Guerra Polaco-Moscovita de 1605-18, com os poloneses resguardados por armaduras polonesas desta época e os soldados do Exército Vermelho por um mural pintado com o herói literário de Gogol, Tarás Bulba, que lidera os cossacos da Zaporozhia contra os invasores poloneses. O internacionalismo dá lugar ao nacionalismo. A sobreposição da ameaça germânica e polaca servia igualmente para o alerta de uma possível união dos dois países (que possuíam tratados desde 1935, antes de sua denúncia na primeira metade de 1939) contra a URSS. Bem como da atuação conjunta dos traidores internos: os nacionalistas de Petlura, os brancos de Denikin, os hetmans e atamãs cossacos, os anarquistas de Makhno, em seus complôs às escuras, são o bloco trotskista-zinovievista de 1937 em seu intuito de colaborar com uma “potência estrangeira”. Se os irmãos Vasilyev transformam a morte de Chapaev em vitória, Dovzhenko prefere acabar a narrativa logo após a morte do “pai” Bozhenko, líder militar muito próximo a Shchors e antes que este fosse morto. A causa de ambas as mortes – o avanço polonês até Kiev em 1919 – não é explicitada. Qual a razão de Shchors não virar mártir? Não seria ele um outro Stalin combatendo Trotsky/Petlura? Aproximando-se de oficiais forjados na Revolução e criticando militares

profissionais e ex-oficiais czaristas agora no Exército Vermelho?^{vi} Desobedecendo as ordens militares de Trotsky, consideradas irresponsáveis?

Como Eisenstein, Dovzhenko teve dificuldades para terminar o filme. Stalin o convocou repetidas vezes para criticar o roteiro. Dovzhenko teria inicialmente projetado a morte de Shchors em batalha. O julgamento e fuzilamento de Duboviy em 1938, membro de sua Brigada Bogun, como traidor e assassino do companheiro Shchors, alterou seus planos. Durante as filmagens, Dovzhenko teria sofrido um misterioso acidente de carro, e ao seu fim, um colapso mental. Shchors, apesar de ucraniano (mencionado explicitamente no filme) e kulak (informação trocada por “trabalhador”), seria apresentado como um russo. Seu companheiro, o hetman Bozhenko, além de trajado de maneira tipicamente ucraniana, também representaria seus comportamentos e costumes (BEUMERS, 2016, p.402-404). No fim do filme, Shchors critica a decisão de Trotsky de manter posição, quando seria necessário manobrar. Sua morte seria provocada pela incapacidade de Trotsky como líder militar. Nesse momento, presença de sua janela um desfile militar. Os uniformes, no entanto, não são os de 1919, mas sim os de 1939. Dovzhenko alerta para a iminência do envolvimento soviético no conflito que se avizinha.

Se *Outubro* desagradou a Stalin por não apresentá-lo como um dos protagonistas, esse risco não existiu nos filmes dos anos 1930. Romm gravou dois filmes em sequência: *Lenin v oktyabre* [Lenin em Outubro] (1937) e *Lenin v 1918 godu* [Lenin em 1918] (1939). Quando rodou *Lenin v oktyabre*, era difícil apontar quem entre a velha guarda do partido sobreviveria física e politicamente. O diretor preferiu citar poucos nomes de líderes que já haviam morrido – essa lista é composta por Felix Dzerzhinsky, Moisei Uritski, Yakov Sverdlov. As duas únicas personagens vivas eram o próprio Stalin e Andrei Bubnov. O filme estreou em 7 de novembro de 1939. Bubnov fora preso no mês anterior e executado no mês de estreia, para infelicidade de Romm. Trotsky não é mencionado. Kamenev e Zinoviev são apresentados tramando contra Lenin e a eclosão da Revolução. Segundo Beumers (2015, p.197-198), *Lenin v oktyabre* é uma versão visual da História do Partido Comunista da URSS (bolchevique): breve curso, publicada no mesmo ano. Romm não enfrentou dificuldades durante suas filmagens. Recebeu parecer favorável do novo ministro do Cinema, Boris Shumyatsky, e terminou o filme em apenas três meses (ROLLBERG, 2016, p.579), quando a média soviética sob Stalin era de lentos dois anos. O caráter documentário de ambos os filmes teria feito com que a “hagiografia” de Stalin parecesse historicamente verossímil, o que, por sua vez, alçou Romm ao “Olimpo do cinema soviético” (BEUMERS, 2016, p.376).

O filme seguinte de sua dialogia leniniana, *Lenin v 1918 godu*, seguiu os traços do primeiro filme: líderes já falecidos, Stalin como herdeiro natural de Lenin. Algumas novidades se destacam: Lenin, ao fim do filme, aparece como apêndice das ações de Stalin. Agonizante após o atentado da anarquista Fanni Kaplan, se recobra milagrosamente com a presença de Stalin. Boris Shchukin, que já atuava como um Lenin humanizado, teve o trabalho facilitado com o roteiro de Romm: nunca toma decisões sozinho. Sempre é auxiliado por Sverdlov (representado pelo seu próprio irmão, Herman Sverdlov) e Dzerzhinsky. O que sugere que pode ser substituído por alguém de seu entorno. Seus vários debates fornecem ensejos para a justificativa de ações tomadas por Stalin: rebate os argumentos de Maxim Gorki, contrário ao terror vermelho. Lenin explica que não há outra alternativa ao terror branco. O terror deve apenas não causar pânico^{vii}. A incapacidade de Lenin em levar o terror aos traidores internos do partido causou sua tentativa de assassinato. Ou procura explicar ao kulak num encontro com populares em Tambov como a crise das tesouras poderia ser solucionada com a cooperação entre proletariado e camponeses – apesar das reticências do kulak, que insiste em dizer que não vê o que a cidade possa fornecer de seu interesse, ou como o trabalho agrícola poderia ser organizado coletivamente. A desconfiança na velha guarda torna-se uma acusação mais ampla: Bukharin entra em contato com o partido social-revolucionário (SR) e coordena as ações da própria Fanni Kaplan. Kamenev e Zinoviev cooperam com outros conspiradores para subornar Mateyev, o fiel chefe da guarda de Lenin. A mente por trás de tudo é Trotsky, que conta com a derrota de Stalin em Tsaritsin para se assenhorear do poder. O comissário para Assuntos Militares e Navais ronda o quarto do baleado Lenin constantemente, para suspeita das enfermeiras. Quem chora por Lenin? Seu valete, Vasili. Enquanto isso Krupskaya mantém apenas um olhar perdido. O que faz com que Trotsky – que aparece reiteradas vezes ao lado da mulher de Lenin – peça a Vasili para se recompor. Tudo depende das ações de Stalin: a fome devastadora só pode ser controlada com o envio de alimentos do sul da Rússia e para isso os brancos precisam ser derrotados. Quando está próximo desse objetivo, Trotsky envia um telegrama exigindo que paralise seu avanço. Junto com seu fiel general Voroshilov, Stalin ignora a Trotsky e obtém a vitória que salva a nação. Romm planejava uma trilogia. Porém Boris Shchukin faleceu.

Aleksandr Parkhomenko, de 1942, revitaliza questões da Guerra Civil durante o momento decisivo da Segunda Guerra. O comandante ucraniano se vê dividido por chamados de ajuda na Ucrânia e em Tsaritsin – estes feitos por Kliment Voroshilov (que após os desastres sob seu comando foi retirado da Frente Norte e substituído por Zhukov,

durante as fases iniciais do cerco à Leningrado) e não por Stalin. Os alemães procuram aliciar traidores: hetmans, atamãs e haidamaks cossacos, os verdes dos SR (que foram aliados dos bolcheviques até 1919), os brancos de Denikin e Pyotr Wrangel.

Com *Nezabyvaemyy god 1919* [O inesquecível 1919], de 1951, do cineasta basilar do stalinismo, Chiaureli, Stalin é ainda maior que Chapaev e Shchors. Não é o herói apenas do front sul e do abastecimento alimentar. Também salva a futura cidade de Lenin, o front norte, onde jamais desempenhou qualquer papel, além de visitas aos órgãos do partido que ainda não haviam sido transferidos para Moscou. Lenin não é mais do que um personagem secundário. As forças de intervenção recebem destaque. A Liga das Nações reúne-se para impor o embargo de alimentos à Rússia soviética, a organizar as forças expedicionárias e o auxílio aos brancos. Lloyd George, Georges Clemenceau e Woodrow Wilson clamam por uma política de cordão sanitário, para isolar o bolchevismo. São Petersburg está em caos diante do avanço do general branco Nikolai Yudenich, que recebe apoio militar de Winston Churchill. Após Gallipoli, apesar de perder o cargo de Primeiro Lorde do Almirantado, desempenhou outras funções governamentais, como ministro das Munições, entre 1917-19. Em 1919, acumulava as secretarias de Estado do Ar e secretaria de Estado para a Guerra. Quando o filme foi lançado, além de ministro da Defesa, fora eleito para seu segundo mandato de primeiro-ministro (1951-55). Seu anticomunismo, sua defesa da solução militar para a manutenção das possessões do Império Britânico, seu passado de envolvimento na intervenção na União Soviética, sua atuação no desencadeamento da Guerra Fria, o tornavam um vilão propício para o filme. Ao contrário do que Youngblood afirma, o filme não é inteiramente imaginário. A salvação de São Petersburg por Stalin é que é completamente fictícia. A recepção do filme não foi tão boa. Não recebeu o Prêmio Stalin, como os filmes anteriores de Chiaureli. Entre o público, foi apenas a quinta bilheteria, atrás de quatro filmes americanos – incluindo uma reprise *Tarzan* dos anos 1930 de (YOUNGBLOOD, 2007, p.102-103).

O último filme a apresentar Stalin durante a Revolução e a Guerra Civil antes da reabilitação parcial sob Brejnev (com exceção da menção de seu nome no drama sobre a Segunda Guerra *Zhivye i mertvye* [Os vivos e os mortos], de 1963, de Aleksandr Stolper) foi *Vikhri vrazhdebnye* [Ventos hostis], de Kalatozov, lançado em fevereiro de 1953, um mês antes da morte do secretário-geral. Trata-se de uma biografia do chefe da Cheka, o falecido Felix Dzerzhinsky. Foi editado em 1956, com o corte de todas as cenas com Stalin. Na versão de *Lenin v oktyabre* de 1963 – como os demais filmes stalinistas durante

a desestalinização de Krushev – as falas foram redubladas para que qualquer fala ou menção a Stalin não aparecessem. Suas cenas foram apagadas ou manipuladas – inserindo sobre sua imagem a cabeça de um membro anônimo do Comitê Central (BEUMERS, 2015, p.198). *Lenin v 1918 godu* sofreu uma edição ainda em 1951, cortando algumas cenas do Estado-Maior de Stalin. Após a guerra, tal corte fortalecia Stalin como um líder militar isolado, único responsável por suas vitórias. A edição desestalinizadora ocorreu ainda em 1956. *Nezabyvaemyy god 1919* não foi mais exibido.

O Relatório Secreto de Krushev no fim do XX Congresso do PCUS, em fevereiro de 1956, não foi nada secreto. Nos dias seguintes, cópias desse discurso foram entregues para leitura em fábricas, fazendas, em locais de trabalho por todo o país (MEDVEDEV; MEDVEDEV, 2006): o que incluía os estúdios. Ficava claro para os diretores que Stalin não teria mais lugar no cinema. O falecido secretário-geral deixou de figurar em novos filmes a partir de sua morte, antes de sua condenação, três anos depois. O cinema se adiantava aos atos oficiais do regime e as decisões entre os grupos políticos em conflito no Kremlin. Os sinais de mudança surgiram nos dias posteriores a sua morte, com a imediata desaparecimento de matérias sobre o complô dos médicos nos jornais. Iniciaram-se os processos de reabilitação em massa de condenados, vivos ou mortos (já existiam esparsamente sob Stalin) e as negociações para a paz na Coreia. Era evidente que qualquer grupo que assumisse o poder não continuaria as políticas de Stalin.

Com o processo de desestalinização saem de cena os grandes heróis e o realismo socialista torna-se mais genuinamente “realista”, com personagens com caracterização mais humana e argumentos mais sinceros. Vigora o desapego a personalidades e a continuidade de uma linha ideológica clara e engajada. *Shkola muzhestva* [Escola da coragem], de Basov, de maio de 1954, é um dos primeiros filmes que tratam de combatentes comuns e fictícios após a morte de Stalin. Um conto de Arkady Gaidar deu origem ao roteiro. Um jovem estudante aceita a missão que o partido oferece ao novo membro e se infiltra num acampamento branco. Os milhares de órfãos resultantes da Primeira Guerra e da Guerra Civil e o sistema de orfanatos, um grande problema soviético do início dos anos 1920, recebe atenção com *Kortik*, de Vengerov e Schweitzer, de novembro de 1954, abriria espaço para outros filmes com a mesma temática, como *Respublika ShKID*, de Guennadi Poloka, de 1966. Em *Kommunist* (1957), de Raizman, os brancos na Sibéria, que ameaçam destruir um novo assentamento organizado por bolcheviques para extração de madeira, não são um desafio tão grande quanto o próprio projeto de uma nova cidade ou a corrupção e a hostilidade de pessoas de dentro desta

comunidade – numa crítica ao stalinismo. Mesmo Lenin sugere dualidade interpretativa: sua incapacidade em arrumar pregos para o projeto, em meio a uma reunião do Gosplan, identifica a passagem para o modelo da NEP ou é uma crítica ao centralismo econômico stalinista e apoio nada sutil à implantação, no mesmo ano de 1957, dos *sovnarkhozes* de Krushev, que descentralizavam e regionalizavam a administração econômica?

Chukhrai, com seu *O quadragésimo primeiro*, de 1956, testou os limites da desestalinização, refilmando um filme da época da NEP, que só poderia vir à tona num período de liberalização. A palheta de cores, limitada no início e em seus cenários desérticos, ganha força com a paixão do oficial branco e da franco-atiradora camponesa, enquanto estão numa ilha no mar de Aral. O neorealismo italiano e a nouvelle vague francesa fazem-se sentir. A abertura permite intercâmbios. Se o original de Protazanov era econômico e realista, a versão de Chukhrai é lírica e sentimental. A história não é tratada como uma escolha entre o bem social e o pessoal, mas sim como uma necessidade de tempos de guerra. Maryutka continua a mesma fanática que atua de maneira instintiva, puxando o gatilho para depois refletir. Os diálogos, ao contrário do conto original de Boris Lavreniov, de 1924, não possuem natureza política. São sentimentais e sobre a vida dos dois naufragos: o tenente branco Vadim Govorkha acaba narrando para Maryutka/Maria Filatovna o *Robinson Crusoe* de Defoe.

O quadragésimo primeiro exemplifica o paradoxo central do desgelo: uma profunda fome por liberdade pessoal que coexiste com uma contraditória e igualmente profunda crença na “divindade coletivista”, mesmo que a crença negue os anseios de liberdade. Mariutka cumpre seu dever revolucionário, mas no close-up final revela sua angústia. Ela segura seu amante morto em seus braços, o abraçando e chorando; o rifle está esquecido na areia. Fé desesperada e amor condenado colidem (WOLL, 2003, p.14).

Se apenas os abusos dos brancos apareciam nos filmes da maior parte da duração do período stalinista, a ação dos vermelhos volta a receber críticas: deixam ao comerciante turcomano, após seu pedido, metade de seus camelos, carregando consigo a outra metade para atravessar o Kara-Kum. O comerciante rasga os recibos entregues pelo comandante vermelho, descrente de qualquer compensação futura no novo sistema. Sua tropa é desorganizada e paga caro por isso. Chukhrai ganhou o prêmio do Festival de Cannes de 1957.

Em 1957 foi a vez de *Tikhiy Don* [O Don silencioso], de Gerasimov, sobre a novela do Nobel de Literatura de 1965, Mikhail Sholokhov, escrita entre 1925-32, antes do realismo socialista se impor. Sholokhov publicou um último livro de sua novela em

1940, já dentro das normas da escola oficial. Sholokhov era cossaco do Don e escreveu cartas abertas a Stalin e ao presidente Kalinin para criticar a política de acumulação para a industrialização em decorrência da fome que provocara na região (OVERY, 2009). A história épica gira em torno da vida de uma aldeia cossaca desde os anos anteriores a Primeira Guerra até o pós-guerra civil. Um herói condecorado entra em choque com seus superiores quando é apresentado as ideias revolucionárias. Porém, iniciada a revolução e a partilha da terra pelos camponeses, abandona seus companheiros, se reaproxima de seu pai e defende sua propriedade unindo-se aos brancos. Terminada a guerra civil, é obrigado a fugir da perseguição política. Os vermelhos cometem atos como fuzilamentos no ato de oficiais e o uso do terror e das requisições. Tais atos sempre são justificados pelas necessidades da Revolução e pela ameaça que brancos e oficiais representam, além de usar dos mesmos artifícios. Mesmo os cossacos são criticados pelos hábitos de rapina, arraigados após séculos de serviço como unidades irregulares do czar. E que, agora, enfrentavam o mesmo tratamento dos vermelhos.

A exceção a desaparecimento dos filmes dedicados aos heróis é *Aleksa Dundic* (1958), de Lukov. Coprodução da Gorki com a iugoslava Avala, era, ao mesmo tempo, um sinal de reaproximação da Iugoslávia de Tito com a URSS desestalinizada de Krushev, e um sinal dos novos tempos de uma URSS urbana, alfabetizada, moderna e com um maior fluxo de informação interna. *Aleksa Dundic* marca um retorno aos heróis dos primeiros anos do realismo socialista, com suas dúvidas e dificuldades. Recupera a imagem popular de um personagem astuto capaz de enganar oficiais brancos, chefes cossacos e intervencionistas franceses. Ao mesmo tempo que reforça a ideologia internacionalista – ao menos na esfera soviética, ao tratar de um herói croata que, preso na Rússia, abandona o exército austríaco para se juntar aos vermelhos.

O público infantil também recebeu um filme. Trata-se de *Skazka o Malchish-Kibalchish* [Conto de Malchish-Kibalchish], de 1964, dirigido por Sherstobitov. Baseado num conto de Arkadi Gaidar, Malchish-Kibalchish rendeu até mesmo brinquedos e desenhos animados. Banqueiros burgueses controlam líderes militares com uniformes alemães híbridos da Primeira e Segunda Guerras, porém apenas de cor branca. Um amalgama de imperialismo segundo a ideologia oficial e a imagem de forças agressoras durante a primeira metade do século XX. Existem crianças que auxiliam no combate aos invasores e outras que, devido a ganância e egoísmo, tornam-se colaboracionistas. Com o protagonista feito refém, cabe à cavalaria vermelha libertá-lo.

O cinema também experimentou uma descentralização com o Estúdio Criativo

Experimental, criado em 1964 por Chukhrai e Vladimir Pozner. Pozner emigrou da Rússia em 1922. Sua carreira na MGM encerrou-se de maneira abrupta quando o governo americano o acusou de espionagem. De volta a URSS em 1952, defendeu que a indústria cinematográfica deveria seguir parâmetros de organização americanos. O ECE possibilitava ao estúdio a escolha do script, seleção do diretor, dos atores e da equipe e estabelecimento de prazos sem a negociação prévia com a Goskino – que costumava fazer alterações por meios morosos. Com a queda de Krushev, o modelo do “Estúdio Chukhrai” foi mantido por Kosygin durante suas reformas, e abolido em 1976, por um modelo econômico novamente centralizado (com uma lista de valores fixos de financiamento para cada gênero de filme, baseada na lucratividade média dos filmes deste mesmo gênero) e maior cuidado da censura, já que a “independência da unidade [de produção] ‘provocou a criação de espetáculos ao invés de filmes devotados a problemas históricos, revolucionários e contemporâneos” (DAWSON; HOLMES, 2012, p.49).

A queda de Krushev e a ascensão da ampla coligação de Brejnev prometiam uma guinada do país em direção ao que se considerava a ordem: recentralização econômica, estabilidade para a nomenclatura, pulso para os negócios internos e externos (a zona de influência soviética), resgate do passado – incluindo a reabilitação parcial de Stalin. Vários setores conservadores acreditavam que a desestalinização de Krushev fora longe demais, liberal demais, ameaçando os cimentos do sistema. No cinema apareceram críticas nada sutis ao secretário-geral, como no filme *Dobro pozhalovat, ili Postoronnim vkhod vospreshchyon* [Bem-vindo, ou entrada proibida], de Elem Klimov, liberado pouco tempo antes do afastamento de Krushev, que também cogitava liberar a novela *Doutor Jivago*, de Boris Pasternak, após toda a confusão em torno de seu Nobel. Para reimpor a ordem no mundo artístico, o regime levou adiante o julgamento dos escritores Andrei Sinyavsky e Yuli Daniel, presos em setembro de 1965 e julgados em fevereiro de 1966. Além das penas exemplares (sete e cinco anos em campos de trabalho, respectivamente) pelo crime de propaganda e agitação antissoviética pela publicação não-autorizada de material crítico ao regime no Ocidente, o julgamento foi filmado e televisionado – prática em desuso desde a morte de Stalin (JUDT, 2011, p.425). Judt acerta ao mostrar o julgamento convertido em show como contraproducente, gerando manifestações públicas de dissidentes e prisões nas ruas. Erra ao conceituar a natureza do regime como “imóvel, repressiva e inflexível”. O fracasso da reimposição da ordem foi muito além. A sociedade soviética já não reagia da forma esperada aos comandos do governo. Ela havia tornado-se autônoma (LEWIN, 1988). Três filmes sobre a Revolução e a Guerra Civil censurados

na segunda metade da década de 1960 ilustram a situação. Poloka conheceu o sucesso com seu *Respublika ShKID* [República da Escola de Educação Social e do Trabalho Dostoiévski], de 1966.

A tentativa subsequente de Poloka de desafiar os estereótipos da Revolução Bolchevique e descrever os eventos de uma maneira que mistura pathos e farsa em *A Intervenção* (Interventsiia, 1967) causou um tumulto. Ele foi impedido de completar o filme, a filmagem foi arquivada, e o filme só pode ser terminado e liberado 20 anos depois, durante a perestroika (ROLLBERG, 2016, p.539).

Usar personagens farsescos em um drama ou épico sobre a Revolução e a Guerra Civil não era qualquer novidade, como o hetman “pai” Bozhenko de *Shchors* demonstra. Transformar o próprio processo revolucionário numa comédia burlesca, que em vários momentos criticava indiretamente o governo Brejnev, era algo que o regime, e o novo e rígido chefe do KGB, Yuri Andropov, não poderiam permitir^{viii}. Poloka, entretanto, não enfrentou problemas pessoais, recebeu novas encomendas dos estúdios e seus filmes subsequentes foram seus maiores sucessos. Os negativos de *Interventsia* ficaram com a agência reguladora do cinema, a Goskino (Comissão de Cinematografia do Conselho de Ministros, entre 1965 e 1972), permitindo que o filme fosse finalizado em 1987.

O diretor Aleksei German teve uma vida de confronto com o regime, estúdios e agências reguladoras. Todos os seus filmes tocaram em questões sensíveis ao governo soviético. Jamais tratou tais assuntos segundo a perspectiva oficial. Essa relação conturbada fica expressa em sua produtividade: em tempos soviéticos dirigiu apenas quatro filmes (entre 1967 e 1984), foi roteirista de outras sete produções e contracenou em outras quatro. Apesar de ser persona non grata do regime, conseguia periodicamente encomendas dos estúdios, interessados em seu trabalho original, e que conseguiam suportar os custos de um filme censurado ou “retido” até que adaptações fossem feitas. Seu primeiro filme talvez tenha sido completado apenas por ocupar na mesma época o cargo de segundo diretor do estúdio Lenfilm, onde foi rodado.

Seu *Sedmoy Sputnik* [Sétimo satélite], de 1967, narra a história do Major General Yevgeni Adamov, advogado no exército czarista e professor de Direito na Academia Militar antes da Revolução Russa. No outono de 1918 é preso pelo regime bolchevique com falsas acusações e perde todos os seus bens e honras. Na prisão, ouve comentários nada lisonjeiros de outros oficiais brancos sobre a ditadura do proletariado, o governo de Lenin e o Acordo de Brest-Litovsky. É liberado por ter se negado a processar alguns marinheiros antes da Guerra Civil (ou, talvez, por se mostrar maleável, ao ler, como

advogado, os nomes dos condenados ao fuzilamento dentro de seu grupo de prisioneiros, como ordenado pelo diretor, que o informa, em retribuição, que sua governanta morreu de fome). Busca então reaver seus bens, mas encontra seu palacete desfalcado, quase em ruínas e repartido entre várias famílias (cenas que lembram *Doutor Jivago*, de 1965). O síndico da comissão de habitação não encontra uma vaga para ele, nem pode devolver o apartamento, pois fora homologado como a Comuna nº7. Decisão irreversível. Completa dizendo que o fato de Adamov estar vivo é um “mal-entendido”, e já que não trabalha, suas posses seriam confiscadas de qualquer maneira. O principal motivo que o levou a deixar a prisão era a busca por fotos e cartas da esposa falecida. Sabe que esses bens têm valor apenas pessoal e por isso pertencem ainda a ele. Para sua decepção, descobre que foram queimados para dar mais espaço na kommunalka. Procura abrigo entre os antigos amigos de mesmo nível social. Os encontra serrando pão duro, já idosos e trabalhando como operários na Putilov – a famosa metalurgia e siderurgia de São Petersburg, amedrontados pelos vizinhos espiões, temerosos do destino de seus familiares, alarmados pois sabem que, quando acabarem os últimos trapos com os quais fabricam flores artesanais, passarão a ser desocupados e perderão a cota alimentar. A presença do antigo amigo os põe em pânico diante da perspectiva de novas divisões de espaço e comida. Só resta a Adamov retornar para a prisão, onde, com muita conversa, consegue convencer o diretor a deixá-lo passar a noite. Explica, que, no entanto, não conseguirá um trabalho em escritório, pois só membros do partido podem ter acesso a papéis secretos. Ao mesmo tempo é velho demais para servir no exército, que barra o avanço dos brancos em direção à cidade. O que consegue é uma vaga na lavanderia. Logo é chamado como investigador no Exército Vermelho. Sua função é descobrir os assassinos dos comissários que requisitam grãos na região.

É no exército que entra em contato com soldados que o explicam os motivos da Revolução. Logo aparecem as dúvidas no que antes eram certezas: e Deus? Existe? Posso acreditar em Deus sendo um bolchevique? Deus não estaria do lado dos pobres e os sacerdotes, dos ricos? Sua busca por legalidade e provas contundentes entra em choque com os comissários, que procuram a quem responsabilizar: “existe apenas uma lei: destruir o inimigo”. Capturado pelos brancos, é reconhecido como oficial e passa a desfrutar da deferência do mundo do oficialato, distinto daquele dos soldados brancos, que precisam ser disciplinados, por terem confundido um superior com um bolchevique. Para espanto geral, Adamov se recusa a integrar o Exército do Norte, por ser “eticamente insustentável”. Perguntado se aderiu ao bolchevismo, diz que não. “Quando um grande

corpo passa através do espaço, corpos menores são atraídos para sua órbita”^{ix}. Sua digressão não impede de ser fuzilado pelos antigos aliados brancos. Com exceção do desfecho, o filme compõe o pesadelo que faria o sonho de uma produção anticomunista de Hollywood. A aprovação do filme pela censura pode ser explicada pelo trabalho do codiretor, Grigori Aronov, veterano que poderia indicar a German a necessidade de transmitir o discurso oficial junto com as críticas, pois, isoladas, condenariam o filme.

Agonia, Rasputin, de Klimov, promove a iconoclastia da história oficial. O regime soviético lembrava do czar Nicolau II como o sanguinário responsável pelas repressões do Domingo Sangrento em São Petersburg e outros episódios semelhantes em outras cidades. Klimov apresenta um czar muito semelhante ao da historiografia liberal ocidental: não um desalmado, mas sim um líder fraco e inepto, pego num momento crucial da história do mundo, mais preocupado com caça, festas, revelar suas fotos, a saúde do filho, a imagem da mulher e religião; do que no exercício efetivo do poder político. Um homem que escapa por sinuosas e estreitas passagens secretas, deixando seu Estado Maior acéfalo enquanto apresentava os planos para a campanha de 1916, para ver sua família em um cômodo próximo. Presa fácil não só para os místicos vindos da Sibéria (caso de Rasputin, que se torna responsável pelas indecisões militares e políticas na corte, que fazem o regime fraquejar) e Extremo Oriente, que infestavam a alta sociedade russa da época; como para toda uma gama de aproveitadores convencionais, como ministros envolvidos em falcatruas no fornecimento do desabastecido exército czarista. Os revolucionários de 1905, que aparecem em imagens e arquivo, não são caracterizados dessa forma. O filme se encerra com outras imagens históricas, da Revolução de 1917. Não há uma fala que conceda algum espaço ao discurso oficial, apesar das imagens de arquivo evocarem otimismo e esperança. Em entrevista, Klimov afirmou que o filme não trata de Rasputin, mas sim “sobre o fenômeno que ele representou. O fenômeno é um conceito todo próprio – o estágio final da degradação do regime czarista [...] extrema, fantasmagórica forma de desintegração” (MENASHE, 2014, p.330). O diretor atribui o atraso na distribuição de seu filme por mostrar a Velha Rússia de uma forma crua demais, não seguir as linhas estereotipadas da história oficial, concentrando-se na quebra do poder do regime e não nos grupos emergentes. Terminado em 1975, a Goskino o manteve em suspensão até 1981, esperando por revisões sugeridas a Klimov. O que representou um grande ônus para o estúdio e pressão para que o diretor reformulasse o filme. Não há personagens bolcheviques. Sua única menção direta ocorre no relatório de Polivanov (em seguida defenestrado pela czarina. Também líder branco), ministro da Guerra. Pela ótica

czarista, são descritos como agitadores que levam o exército a desintegração, a população a convulsão e a derrota certa frente aos alemães. A disputa se encerrou sem que o diretor executasse as mudanças sugeridas pela agência do cinema (ROLLBERG, 2016, p.358).

Sibiriada (1979) de Konchalovsky, denso, enigmático e crítico, trata da história da Sibéria por quase um século – da virada do século até o presente, “uma ambivalente meditação sobre modernidade e tradição” (BEUMERS, 2015, p.68). O revolucionário Rodion Klimentov pouco tem de bolchevique. Sua orientação não está em Marx e Engels, mas em Campanella e sua *Cidade do Sol*, um mundo guiado e controlado nos mínimos detalhes por sábios e sacerdotes, que garantiriam a felicidade de todos num mundo sem propriedade privada. Terrorista, acaba preso e fuzilado pelas autoridades czaristas. O filme de Konchalovsky sofreu outra forma de censura, mais sutil. A Goskino, que cuidava da distribuição para os cinemas, enviou poucas cópias, restritas as capitais. Não foi realizado um trabalho de propaganda e divulgação tão intenso. A última estratégia não foi bem-sucedida. Na sociedade soviética formaram-se grupos de divulgação de informação (e boatos) boca-a-boca (LEWIN, 1988). Assim, se formou uma multidão no funeral de um popular compositor de rock, apesar da inexistência de qualquer nota no obituário dos jornais. Como também nas portas dos poucos cinemas que exibiram *Sibiriada*. Sabiam que tratava-se de uma obra crítica e havia um público fiel para isso. Mas não para constituir uma bilheteria que, apesar das dificuldades, fosse um sucesso (BEUMERS, 2015, p.68).

De todos os filmes revisionistas e críticos à história oficial defendida pelo regime, o mais impressionante é *Komissar* [Comissária], de 1967, dirigido por Askoldov. A película foi considerada tão ofensiva que o KGB foi acionado. Se a questão ficasse restrita as agências de cinema, o filme poderia ter recebido uma montagem final durante a perestroika. Porém, quando foi liberado, em 1988, existiam apenas fragmentos. Askoldov, ao contrário de German e Poloka, nunca mais dirigiu qualquer filme, sendo banido da profissão (NOWELL-SMITH, 1997, p.644). Para os estúdios era suportável e inevitável lidar com a Goskino. O que não era o caso do KGB. É provável que seu conhecimento dos meandros da burocracia, adquirido durante os anos de trabalho como administrador no ministério da Cultura, na Goskino, e na Direção de Censura do Teatro, tenham permitido que ele chegasse ao termo das gravações (BEUMERS, 2009). Baseado no conto *Na cidade de Berdichev*, de Vasili Grossman, “desafiou virtualmente todas as leis escritas e não escritas do cinema soviético”, substituindo os valores revolucionários por familiares, contrapondo “o humanismo e o desumano dogma bolchevique,

ingenuidade do populacho e a crueldade dos comandantes militares comunistas” (ROLLBERG, 2016, p.66). A censura esperava, como nos demais casos, receber o filme completo e apenas então pedir por algumas alterações. Com a maior parte do material em mãos, perceberam que o filme como um todo era anticomunista e antissoviético. Com o KGB no caso, Askoldov foi expulso do partido. Era impossível frear a repercussão, já que se tratava de um alto funcionário dos ministérios e da cinematografia. O fato do filme ganhar em 1988 os prêmios Otto Dibelius do Júri Evangélico Internacional e o Prêmio da Organização Católica Internacional no Domínio do Cinema, revela muito sobre a natureza da película (que também ganhou o Prêmio Urso de Prata do Júri do Festival de Berlim).

A história gira em torno de uma comissária do Exército Vermelho, Klavdia Vavilova, em meio a uma gravidez indesejada, que se aloja da casa de uma discriminada família judia na Ucrânia. Toma para si a melhor cama e alimentos. Vavilova desiste da recomendação do aborto feita por oficiais vermelhos e leva a gravidez adiante. Já com a criança, a comissária se vê intimidada por selvagens soldados vermelhos a reintegrar o exército, o que provoca uma fuga delirante com a criança. Os judeus da cidade se apavoram diante da ameaça de um pogrom branco com a retirada do Exército Vermelho. No entanto, visivelmente, quem entra na cidade são os vermelhos, e não os brancos! Vavilosa toma seu coldre e revólver e retoma a luta para defender seus novos amigos. O filme conta ainda com cenas como a que soldados do Exército Vermelho ceifam areia no deserto. A revelação dos verdadeiros ideais de Askoldov não deixa de ser uma confirmação dessa passagem.

O gênero drama e épico sofre um refluxo no fim dos anos 1960. A década de 1970 é dominada por um novo gênero cinematográfico, no que tange aos filmes sobre a Guerra Civil: o eastern/ostern ou red western.

Com respeito as potenciais influências internacionais, talvez alguma clarificação seja necessária. Os termos “Red Western”, “Eastern”, e “Western soviético” são as vezes usados de maneira intercambiável ou agrupada num conjunto de filmes feitos na Europa Oriental. Puristas, contudo, distinguem entre o “Red Western”, como um filme do gênero Western localizado no Oeste Americano, e o “Eastern”, como o filme do gênero Western que localiza-se na Ásia Central (que é considerada “Leste” pela Europa Oriental) (MILLER; VAN RIPER, 2013, p.378).

Mascarello (2006, p.160-163) apresenta algumas características do gênero Western – a paisagem inóspita, desértica, árida ou de bosques despovoados, próxima a fronteiras (nos easterns soviéticos, os desertos da Ásia Central, as solidões das estepes cazaques, russas e ucranianas, ou as florestas de bétulas russas e bielorrussas); Montes

Urais no lugar das Montanhas Rochosas, Kara-Kum no lugar de Sonora, Altai no lugar de Monument Valley; Kuban no lugar de Oklahoma, Volga no do Rio Grande; a identificação de mocinhos e bandidos (nos easterns, os mocinhos do Exército Vermelho e os bandidos de pequenas unidades brancas ou grupos de bandidos e rebeldes da Ásia Central). No eastern ainda, os bandos de rebeldes sulistas derrotados na Guerra de Secessão que ameaçam cidades inteiras são trocados pelas tropas brancas derrotadas e dizimadas, mas ainda atuantes nos primeiros anos da década de 1920. O mexicano e o índio encontram seus correlatos no turcomano, mongol, e outros povos da Ásia Central. O argumento em ambos os gêneros é semelhante: crimes que precisam ser vingados, roubos a trens, a defesa de pioneiros em meio hostil, o confronto e duelo entre dois personagens.

Pode-se elencar algumas razões dos easterns prevalecerem após o stalinismo e a agitada década de Krushev: o maior contato da população soviética com informações e modas do estrangeiro^x; despolitização e desengajamento ideológico nos anos Brejnev (POCH-DE-FELIU, 2008; LEWIN, 2007); urbanização e busca por diversão descompromissada; a consolidação de uma cultura de consumo (criada sob Krushev, e esta, por sua vez, baseada na modernização, ocidentalização e uso do dinheiro pelas massas, sob Stalin) nos anos Brejnev (CHERNYSHOVA, 2013); necessidade dos estúdios se autofinanciarem; estímulo stakhanovista aos diretores para que rodem sucessos de bilheteria e recebam parte dos lucros – o que poderia significar verdadeiras fortunas legalizadas difíceis de se obter mesmo para políticos e administradores. O fato é que a Revolução de Outubro e os sacrifícios da Guerra Civil, antes envoltos em um tom sagrado, rapidamente viraram desculpa para se passar horas de distração no cinema.

Ognennye versty [Milhas de fogo] (1956), de Samsonov, produzido pouco depois do Relatório Krushev, foi o primeiro eastern de sucesso. O conflito entre vermelhos e brancos é reduzido a uma peleja pessoal entre o chekista Zavarzin e Beklemishev, coronel branco que se passa por veterinário para sublevar uma cidade seguindo as ordens de Denikin. Como em *Tempo das diligências* (1939), Zavarzin trava contato com um grupo diversificado de futuros aliados: um médico, um ator, uma doutora, o charreteiro (depois condutor da tachanka). A relação do chekista com os camponeses é ambígua: estes desejam esconder seus cavalos de Zavarzin (os seus foram mortos por Beklemishev) afirmando, em súplicas, que aram apenas com bois. O inteligente investigador da Cheka encontra os animais, os confisca e recebe os mais diferentes insultos do outrora suplicante e humilde camponês idoso – ou, mais precisamente, um kulak oculto por farrapos, em

vista de sua tropa. Atrás dos rostos desesperançosos de anciãs na janela da sukkah, a cabana ucraniana, escondiam-se pessoas egoístas, incapazes de colaborar com a Revolução e a prisão do criminoso Beklemishev.

Ofitsery [Oficiais] (1971) de Rogovoy, é um filme híbrido – épico e eastern. Em sua fase red western, após participar da Revolução de Outubro e se tornar oficial no Exército Vermelho, Trofimov parte com a esposa Luba para a Ásia Central, onde encontra o comissário Varravva, tornando-se bons amigos, enquanto combatem sheiks, cãs, kurbashis e sultões tribais, que pilham e sequestram mulheres durante a Revolta Basmachi. O comissário Varravva continua amigo fiel de Trofimov e Luba por décadas, simbolizando a presença, amizade e utilidade do partido comunista.

Naturais da Ásia Central também rodaram seus easterns bem-sucedidos, que atraíram principalmente o público jovem (ROLLBERG, 2016, p.336). Em *Sedmaya pulya* [A sétima bala] (1972), de Khamraev, o kurbashi Khairulla aterroriza as aldeias da região, cooptando os homens para seu exército privado, inclusive aqueles que formam a milícia (polícia) soviética de Maxumov. Sem poder de fogo, o comandante da milícia decide convencer os soldados de Khairulla a voltarem para seu lado. *Telokhranitel* [Guarda-costas] (1979) segue a linha dos filmes de caçadores de recompensas. O sultão Mazar, um dos líderes dos basmachi, é preso e precisa ser enviado para a República Popular Soviética de Bukhara (unidade administrativa entre 1920-25). A tarefa é confiada ao caçador Mirzo, o único que pode atravessar em segurança as montanhas e levar o cativo, juntamente com sua escolta, enquanto é perseguido pelos basmachi que querem seu líder.

Neulovimye mstiteli [Vingadores elusivos] (1966), de Keosayan, faz parte de uma trilogia. Quatro jovens ucranianos procuram se vingar dos homens do atamã Burnash, que aterrorizam as aldeias da região. Como Clint Eastwood em *Por um punhado de dólares*, um dos jovens se infiltra no grupo de bandidos para poder derrotá-los. *Svoy sredi chuzhikh, chuzhoy sredi svoikh* [Em casa entre estranhos] (1974) de Mikhalkov é sobre um roubo de trem, a busca pelo tesouro em ouro (recolhido pelas autoridades do sul da Ucrânia, para comprar alimentos durante o embargo da Liga das Nações), pelos responsáveis pelo crime (uma horda de ex-combatentes brancos) e por quem dentro da burocracia vazou informações sobre seu transporte. As dúvidas caem sobre um chekista que precisa provar sua inocência e capturar os responsáveis. A trilha sonora é inspirada em Ennio Morriconi. *Gori, gori, moyá zvezda* [Brilhe, brilhe, minha estrela – uma antiga canção russa] (1970), de Mitta, se passa em 1920. Um grupo disperso de soldados brancos procura se integrar as forças de Wrangel na Crimeia. Para isso, precisam destruir a cidade

de Krapivnitsy – também assolada pelos vermelhos e pelos verdes. Vladimir Iskremas – que usa como sobrenome o acrônimo para Arte da Revolução para as Massas, um artista, busca organizar a cidade contra os agressores: argumento similar ao de *Sete homens e um destino* (1960) e *Os sete samurais* (1954). Filmes como *Beg* mostravam a Revolução pela ótica dos brancos. Na virada dos anos 1960 para 1970, alguns filmes seguiram a linha de *Gori, gori, moya zvezda*, ao trazer como protagonistas artistas durante a Guerra Civil. Se diferenciam deste por serem filmes dramáticos e não um eastern.

O maior sucesso de todos os easterns – e um dos maiores do cinema soviético – foi *Beloye solntse pustyni* [O sol branco do deserto] (1969), de Motyl. Híbrido (também drama, musical e comédia) pode parecer, à primeira vista, um filme de propaganda, com os constantes pensamentos ideologicamente afinados com o regime que Fyodor Sukhov expressa. Soldado celebrado por sua coragem e eficiência no combate, é requisitado (apesar de sua negativa – enquanto pode e *posteriormente* eclipsada pelo senso do dever – já que entrara de licença e desejava rever sua mulher, Katerina, a quem dirige todos os pensamentos e cartas durante o filme) pelo comandante de cavalaria Rakhimov para levar em segurança o harém formado por nove mulheres, abandonado pelo cruento kurbashi Abdullah, posto em fuga pelos vermelhos. Para que ninguém manchasse seus direitos de esposo, as encerra numa caverna onde devem se matar ou esperar pela morte por inanição (como originalmente eram onze, algumas cumpriram a vontade do marido). A viagem de Sukhov para a margem leste do Cáspio é ameaçada por Abdullah e seu bando formado por criminosos de diferentes tribos e oficiais brancos. Sukhov crê levar o progresso que a Revolução e o marxismo representam para as mulheres. Não esperava que se mantivessem indiferentes (como a faixa escarlate com letras douradas “a mulher também é ser humano”) e atreladas as suas tradições da burca, da poligamia, da religião islâmica, da disputa interna para saber quem é a preferida do “marido” Sukhov. Que, em determinado momento, sem deixar de pensar em Katerina, também imagina novas possibilidades de vida doméstica – o revolucionário defensor do mundo novo sugado, mesmo que momentaneamente, pelo passado e exotismo. As mensagens ideológicas de Sukhov possuem caráter essencialmente cômico, ao serem estéreis ao longo da narrativa. Não é apenas com as mulheres que Sukhov falha. Também tenta atrair a Sayid (que salvou de ser devorado por abutres, uma vez que foi enterrado na areia por outro sheik turbulento, Dzhavdet), que se mantém fiel ao seu salvador desenvolvendo laços pessoais e ao objetivo sagrado de vingar-se – mesmo que para isso tenha que abandonar Sukhov, que considera suicida, para assim viver outro dia e levar a revanche a cabo. O choque e o jogo de

interesses entre os princípios soviéticos (e eslavos) e culturas periféricas da URSS não era algo novo no cinema. É o caso da comédia *Kavkazskaya plennitsa, ili Novyye priklyucheniya Shurika* [Rapto à caucasiana ou as novas aventuras de Shurik] (1967), de Leonid Gaidai. O sistema ECE ofereceu o script de *Beloye solntse pustyni* até mesmo para Tarkovsky, que o considerou fraco e declinou. Chukhrai convidou então a Motyl, que aceitou (DAWSON; HOLMES, 2012, p.49).

O fim desse sistema, em 1976, não impediu a continuidade do gênero. *Shestoy* [O sexto], de Gasparov, foi rodado em 1981. Roman Glodov foi o sexto indicado para comandante da milícia numa pequena cidade. O bando de Vahrameev, formado por ex-combatentes brancos, rouba a população e impede a fixação do poder soviético, executando os comandantes anteriores. Segue igualmente o argumento de *Sete homens e um destino*: Glodov cerca-se de antigos amigos (barbeiro, lutador de circo, jovem policial, médico, pastor de gado) para derrotar os brancos em seus esconderijos.

A Revolução e a Guerra Civil continuaram sendo vistas como drama e épico, porém de maneira secundária. *Sluzhili dva tovarishcha* [Havia dois companheiros], de 1968, de Karelov, dá seguimento ao realismo socialista renovado. Os dois soldados da história, inicialmente, possuem muito pouco de companheiros: o primeiro, Nekrasov, fotógrafo, vindo de uma família de clérigos, prefere não recorrer a esquemas explicativos, é vacilante quando recebe missões (porém sempre as cumpre), é zombeteiro e desleixado. O segundo, Karyakin, é o modelo da crítica feita pelos liberais soviéticos aos setores stalinistas após a morte de Stalin: proletário, fanático, ordeiro e defensor da ordem, paranoico a ponto de entregar seu companheiro repetidas vezes aos superiores como traidor. Suas sucessivas missões os aproximam apesar das diferenças: tomar fotografias aéreas do estreito de Perekop para a preparação da ofensiva contra Wrangel, escapar das tropas verdes dos SR que acabaram de denunciar a aliança com os bolcheviques, escapar do fuzilamento pelos vermelhos por serem confundidos com brancos, atacar a Crimeia a partir de Perekop com água e lama até a cintura, escapando à Linha Turca que liga a península ao continente. *Beg* [O voo] (1971), dos diretores Alov e Naumov, apresenta outra visão dessa mesma batalha: muito mais realística, com soldados afundando no lodo, corpos virando obstáculos para o já penoso avanço, feito também com cavalaria, sendo presa fácil para metralhadoras e canhões dos brancos. *Sluzhili dva tovarishcha* termina com a morte do misantropo e cruel tenente branco Brusentsov, enquanto se dirigia para o exílio em Constantinopla. A segunda parte de *Beg* apresenta a situação dos refugiados russos que preferiram seguir os brancos nesta cidade e em Paris. Os protagonistas não

são, contudo, os nobres e ricos exilados bem-sucedidos dos filmes do Ocidente, mas sim a massa que não consegue de adaptar à nova vida e obter seu sustento, apesar de constituírem a antiga nobiliarquia, oficialato ou classe média especializada. Após alguns anos, o regime bolchevique abre as fronteiras para o retorno dos refugiados. O que não é o caso do sanguinário general Khludov, que ao ser muito próximo a Wrangel condena-se ao desterro perpétuo, enquanto a partir de um promontório fita em lágrimas cada navio que parte do porto de Constantinopla para a Crimeia.

Apesar das reticências do PCUS, vários desses filmes aparecem em uma publicação oficial do Ministério do Cinema da URSS (voltada para o público externo, não o interno. Há espaço – pequeno – até para o provocativo *Solaris*, de Tarkovsky): *Neulovimye mstiteli*, *Beg*; bem como outras películas menos heterodoxas *Kommunist*, *Sorok Pervyy*, *Tikhiy Don*, as versões editadas de *Lenin v 1918 godu* e *Lenin v oktyabre* (COMITÊ ESTATAL DE CINEMA DA URSS, 1979, 121; 138; 91; 90; 94; 60; 58).

Ao longo do tempo o cinema soviético sobre a Revolução passou por transformações vertiginosas. Seus protagonistas foram as forças sociais, os tipos sociais, heróis e líderes iluminados, pessoas comuns tornadas heróis, os derrotados brancos. Passou por fases caracterizadas por originalidade artística, de imposição de uma escola oficial, absorção de influências externas, ecletismo. Vivenciou o engajamento pleno e a “alienação” em favor do entretenimento e da arte. O poder político que almejou tudo conter, demonstrou-se incapaz de controlá-lo e abandonou tal tarefa, buscando, em seu lugar, a construção de normas de convívio e mecanismos de cooptação voluntária.

Referências:

- BERTONHA, João Fábio. *Rússia: ascensão e queda de um império*. Curitiba: Juruá, 2009.
- BEUMERS, Birgit. *A companion to Russian cinema*. Malden: John Wiley & Sons, 2016.
- BEUMERS, Birgit. *A history of Russian cinema*. Nova York: Berg, 2009.
- BEUMERS, Birgit. *Directory of World Cinema: Russia*. Chicago: Intellect Books, 2015.
- BULLOCK, David. *The Russian Civil War: 1918-22*. Oxford: Osprey, 2008.
- CARR, E. H. *Historia de la Rusia Soviética*. Madrid: Alianza, 1979.
- CHERNYSHOVA, Natalya. *Soviet consumer culture in the Brezhnev era*. Nova York: Routledge, 2013.
- DAWSON, Andrew; HOLMES, Sean. *Working in the global film and television industries: creativity, systems, space, patronage*. Londres: Bloomsbury, 2012.
- MILLER, Cynthia; VAN RIPER, Bowdoin. *International Westerns: re-locating the frontier*. Lanham: Scarecrow Press, 2013.

- COMITÊ ESTATAL DE CINEMA DA URSS. *Soviet Cinema*. Moscou: Planeta Publishers Moscow, 1979.
- CONDEE, Nancy. *The imperial trace: recent Russian cinema*. Oxford: Oxford University Press, 2009.
- DEUTSCHER, Isaac. *Trotsky: o profeta desarmado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.
- FERRO, Marc. *Cinema e História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- FERRO, Marc. O filme: uma contra-análise da sociedade? In LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
- GOODWIN, James. *Eisenstein, Cinema, and History*. Chicago: University of Illinois Press, 1993.
- HOBBSAWM, Eric (org.). *História do Marxismo: O Marxismo na época da Terceira Internacional: problemas da cultura e da ideologia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- JUDT, Tony. *Postwar: A History of Europe since 1945*. Londres: Random House, 2011.
- KEEP, John; BRISBY, Liliana. *História Contemporânea na concepção soviética*. Rio de Janeiro: Distribuidora Record, 1965.
- KENEZ, Peter. *Cinema and Soviet society from the Revolution to the death of Stalin*. Londres: I. B. Tauris, 2001.
- KENEZ, Peter. *Civil War in South Russia, 1919-1920*. Berkeley: University of California Press, 1977.
- KEPLEY, Vance. *The End of St. Petersburg: the film companion*. Londres: I.B.Tauris, 2003.
- KLINOWSKI, Jacek; GARBICZ, Adam. *Feature Cinema in the 20th Century: 1913-1950*. Londres: Planet RGB Limited, 2012.
- LABARRÈRE, André. *Atlas del cine*. Madrid: Akal, 2009.
- LEWIN, Moshe. *O fenômeno Gorbachev*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- LEWIN, Moshe. *O século soviético*. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- LEWIS, Bem. *Foi-se o martelo: a história do comunismo contada em piadas*. Rio de Janeiro: Record, 2014.
- LEYDA, Jay. *A History of the Russian and Soviet film*. Londres: George Allen and Unwin, 1960.
- MARKWICK, Roger. *Rewriting Soviet history: the politics of revisionist historiography, 1959-1974*. Basingstoke: Palgrave, 2001.
- MASCARELLO, Fernando (Org.). *História do cinema mundial*. Campinas: Papyrus, 2006.
- MAWDSLEY, Evan. *The Russian Civil War*. Nova York: Pegasus, 2005.
- MEDVEDEV, Z.; MEDVEDEV, R. *Um Stalin desconhecido*. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- MENASHE, Louis. *Moscow believes in tears: Russians and their movies*. Washington: New Academia Publishing, 2014.
- MILLER, Cynthia; VAN RIPER, Bowdoin. *International Westerns: re-locating the frontier*. Lanham: Scarecrow Press, 2013.
- NOWELL-SMITH, Geoffrey. *The Oxford History of World Cinema*. Oxford: Oxford University Press, 1997.
- OVERY, Richard. *Os ditadores*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.
- POCH-DE-FELIU, Rafael. *A grande transição: Rússia, 1985-2008*. Rio de Janeiro: Bibliex, 2008.
- REDDEL, Carl (Col.) (Org.). *Transformation in Russian and Soviet Military History*. Washington: United States Air Force Academy, 1990.
- ROLLBERG, Peter. *Historical Dictionary of Russian and Soviet Cinema*. Lanham: Rowman & Littlefield, 2016.
- SUNY, Ronald Grigor (org.). *The Cambridge History of Russia: The Twentieth Century*.

Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
TAYLOR, Richard; CHRISTIE, Ian. *Inside the film factory: new approaches to Russian and Soviet cinema*. Nova York: Routledge, 1991.
VATULESCU, Cristina. *Police aesthetics: Literature, Film, and the Secret Police in Soviet Times*. Stanford: Stanford University Press, 2010.
VOLKOGONOV, Dmitri. *Stalin: triunfo e tragédia*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.
WOLL, Josephine. *The cranes are flying: the film companion*. Londres: I.B.Tauris, 2003.
YOUNGBLOOD, Denise. *Russian war films: on the Cinema Front, 1914-2005*. Kansas: University Press of Kansas, 2007.

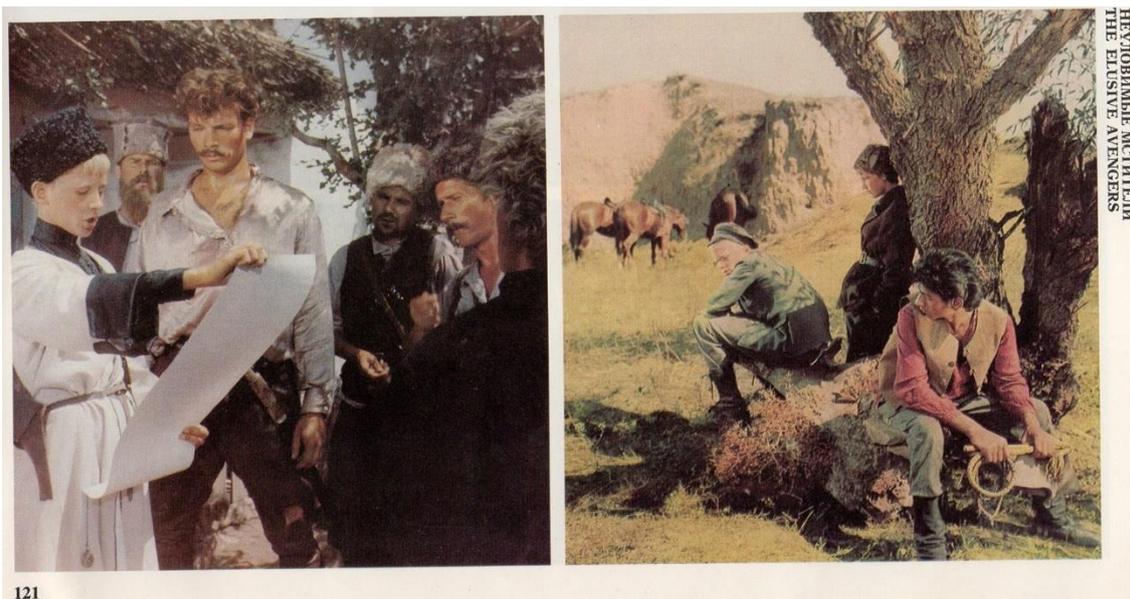
Fontes:

ALOV, Aleksandr; NAUMOV, Vladimir. *Beg* (196 minutos). Mosfilm: 1971.
ASKOLDOV, Aleksandr. *Komissar* (110 minutos). Gorky Film: 1967.
BASOV, Vladimir; KORCHAGIN, Mstislav. *Shkola muzhestva* (99 minutos). Mosfilm: 1954.
CHIAURELI, Mikhail. *Nezabyvaemyy god 1919* (156 minutos). Mosfilm: 1951.
CHUKHRAI, Grigori. *O Quadragésimo Primeiro* (88 minutos). Mosfilm: 1956.
DOVZHENKO, Alexander; SOLNTSEVA, Yuliya. *Shchors* (92 minutos). Kievskaya Kinostudiya: 1939.
DZIGAN, Efim. *My iz Kronshtadta* (88 minutos). Mosfilm: 1936.
EISENSTEIN, Sergei. *Outubro* (127 minutos). Sovkino, 1928.
GASPAROV, Samvel. *Shestoy* (83 minutos). Gorky Film: 1981.
GERASIMOV, Sergei. *Tikhiy Don* (330 minutos). Gorki film: 1957.
GERMAN, Aleksei. *Sedmoy sputnik* (89 minutos). Lenfilm: 1967.
KALATOZOV, Mikhail. *Vikhri vrazhdebnye* (103 minutos). Mosfilm: 1953.
KARELOV, Yevgeni. *Sluzhili dva tovarishcha* (93 minutos). Mosfilm: 1968.
KEOSAYAN, Edmond. *Neulovimye mstiteli* (78 minutos). Mosfilm: 1966.
KHAMRAEV, Ali. *Sedmaya pulya* (84 minutos). Uzbekfilm: 1972.
KHAMRAEV, Ali. *Telokhranitel* (90 minutos). Tajikfilm: 1979.
KLIMOV, Elem. *Agonia, Rasputin* (151 minutos). Mosfilm: 1975.
KONCHALOVSKIY, Andrey. *Sibiriada* (275 minutos). Mosfilm/Trete Tvorcheskoe Obedinenie: 1979.
LUKOV, Leonid. *Aleksa Dundic* (115 minutos). Avala film/Gorki film: 1958.
LUKOV, Leonid. *Aleksandr Parkhomenko* (94 minutos). Kievskaya Kinostudiya: 1942.
MIKHALKOV, Nikita. *Svoy sredi chuzhikh, chuzhoy sredi svoikh* (93 minutos). Mosfilm: 1974.
MITTA, Aleksandr. *Gori, gori, moya zvezda* (94 minutos). Mosfilm: 1970.
MOTYL, Vladimir. *Beloye solntse pustyni* (85 minutos). Mosfilm: 1969.
POLOKA, Gennadi. *Interventsiya* (107 minutos) Lenfilm: 1969.
POLOKA, Guennadi. *Respublika ShKID* (100 minutos). Lenfilm: 1966.
PROTAZANOV, Yakov. *Sorok pervyy* (66 minutos). Mezhrabpom-Rus: 1927.
PUDOVKIN, Vsevolod; DOLLER, Mikhail. *O Fim de São Peterburgo* (85 minutos). Mezhrabpom-Rus: 1927.
RAIZMAN, Yuli. *Kommunist* (111 minutos). Mosfilm: 1957.
ROGOVOY, Vladimir. *Ofitsery* (96 minutos). Gorki film: 1971.
ROMM, Mikhail. *Lenin v 1918 godu* (131 minutos). Mosfilm: 1939.

ROMM, Mikhail; VASILEV, Dmitriy. *Lenin v oktyabre* (108 minutos). Mosfilm: 1937.
 SAMSONOV, Samson. *Ognennye versty* (85 minutos). Mosfilm: 1956.
 SHERSTOBITOV, Yevgeni. *Skazka o Malchishe-Kibalchishe* (80 minutos).
 Dovzhenko Film Studios: 1964.
 VASILYEV, Georgi; VASILYEV, Sergei. *Chapaev* (95 minutos). Lenfilm: 1934.
 VENGEROV, Vladimir; SCHWEITZER, Michael. *Kortik* (95 minutos). Lenfilm: 1954.

Anexos:

Figuras 1 e 2: Publicações oficiais dão espaço para o eastern e o cinema pela ótica dos brancos: Beg e Neulovimye mstiteli.



Fonte: COMITÊ ESTATAL DE CINEMA DA URSS. *Soviet Cinema*. Moscou: Planeta Publishers Moscow, 1979.

Figura 3: Os diferentes fronts durante a Guerra Civil Russa no momento de maior pressão sobre os bolcheviques.



Fonte: BULLOCK, David. *The Russian Civil War: 1918-22*. Oxford: Osprey, 2008, p.31.

Figura 4: Nicolau II abandona a reunião do Estado Maior para acompanhar sua família.



Fonte: *Agornia, Rasputin*, de Klimov.

Figura 5: Episódio recorrente nos filmes ambientados na Guerra Civil: a caótica fuga dos brancos e interventores franceses e ingleses no porto de Odessa.



Fonte: GERASIMOV, Sergei. *Tikhiy Don* (330 minutos). Gorki film: 1957.

Figuras 6 e 7: Krupskaya e Trotsky; e Lenin e Stalin



Fonte: Lenin v 1918 godu.

Figuras 8 e 9: Shchors como Taras Bulba. Oficiais poloneses como husarskie anioly, os hussardos alados poloneses dos séculos XVI e XVII.



Figura 10: O revolucionário Sukhov cede momentaneamente às tentações que o passado e o atraso oferecem.



Fonte: *Beloye solntse pustyni*.

Notas:

ⁱ O próprio Dziga Vertov trabalhou para cinejornais como o *Kino-Pravda*. Entre seus trabalhos mais polêmicos figura uma das primeiras gravações de prisioneiros políticos. O julgamento de membros do partido Social Revolucionário (SR), em 1922, ocupou boa parte das primeiras oito edições deste cinejornal. Antes relegados, Vertov criou uma técnica para a dramatização dos tribunais. O foco dividido entre as reações mais expressivas da audiência e do julgamento em si formou o arcabouço das filmagens de julgamentos nos anos 1920. Anteriormente, produziu um curta com o julgamento de Mironov (*Protsses Mironova*, 1919). Em sua preocupação de “trazer o invisível para o visível” camuflava sua câmera para poder captar imagens de prostitutas e especuladores nas ruas (VATULESCU, 2010, p.87-90). Em junho de 1918 Vertov lançou o primeiro noticiário em série do país: *Kino-Nedelya*, um cinejornal semanário sobre o cinema. Em 1919 reuniu seu material sobre a Revolução e lançou *Godovshchina revolyutsii* [Aniversário da Revolução]. Em 1922 foi a vez de suas gravações durante a Guerra Civil originarem *Istoriya grazhdanskoy voyny* [História da Guerra Civil].

ⁱⁱ Foi exatamente no campo de prisioneiros na Alemanha (1915-18) que Pudovkin teve seu primeiro contato com roteiros e teatro (ROLLBERG, 2016, p.553).

ⁱⁱⁱ Protazanov decidiu ser diretor quando visitou os estúdios da *Pathé* em Paris. Em seu exílio viveu na França e na Alemanha. Em 1923 foi convidado pelo diretor do Estúdio Rus, Moisei Aleinikov, a voltar a sua pátria. Ao chegar, filmou o controvertido *Aelita*, no clima mais liberal da Nova Política Econômica (NEP) de Lenin (BEUMERS, 2015, p.29).

^{iv} Protazanov nasceu de uma rica e patriarcal família de comerciantes moscovitas, com laços com figurões da nascente indústria do petróleo e com artistas da corte do czar em São Petersburgo. Seu pai era cidadão honorário em Kiev e a mãe estudou no Instituto Elisabetano para Jovens Donzelas – um colégio restrito a membros da elite (TAYLOR; CHRISTIE, 1991, p.105).

^v Mais que isso, Shchors quase não esboça quaisquer sentimentos (exceto a constante paixão revolucionária) durante quase todo o filme – com a exceção do ato terrorista branco que cachina toda a família de “pai” Bozhenko. Beumers (2016, p.392) atribui essa insensibilidade do herói do realismo socialista no fim dos anos 1930 ao impacto das Grandes Purgas. Ele precisaria ser ainda mais implacável diante dos inimigos da Revolução. Não haveria lugar para as vacilações de um *Chapaev*. Ele precisava ser um super-herói, mas tornara-se um autômato. Ainda segundo a autora, as poucas cenas em que o diretor tencionou mostrar um Shchors humano falharam e provocam sensação contrária.

^{vi} Boris Shaposhnikov, ex-oficial (coronel) czarista (que durante a Primeira Guerra serviu debaixo de outro general e líder branco, Lavr Kornilov, que após sua fracassada tentativa de golpe contra Kerensky atuou no Don durante a Revolução), exercia sua primeira chefia do Estado-Maior (1937-40) quando *Shchors* foi filmado. No entanto, a reprovação que Stalin fez a Trotsky do uso dos mesmos era conhecida na época.

^{vii} O que pode ser também uma crítica ao decadente Yezhov, chefe do NKVD que substituiu Iagoda, removido de função em novembro de 1938, e degradado para o Comissariado dos Transportes Aquáticos, após a crítica feita por Stalin de que cometia excessos e causava pânico (VOLKOGNOV, 2004). Yezhov levava suas investigações até Lazar Kaganovich, Comissário dos Transportes, muito próximo a Stalin, que sentiu-se ameaçado. O filme estreou em abril de 1939.

^{viii} No rico anedotário soviético existiam chistes para todos os gostos: ácidas contra vermelhos ou contra brancos ou contra ambos. Piadas sobre Lenin e a Revolução eram contadas nas costas de membros do partido em qualquer momento da história soviética. A novidade era constarem num filme realizado por empresas estatais com dinheiro público (apesar do autofinanciamento do setor). Segundo Lewis (2014, p.256) quanto mais o tempo passava após o fim da repressão de Stalin, mais o hábito de contar livremente piadas se espalhava e ganhava força – e novas anedotas. Para o aniversário do centenário do nascimento de Lenin, em 1970, ocorreu a “maior campanha de propaganda já montada na União Soviética” e gerou uma enxurrada de piadas. “Em 1977 comemorou-se o 60º aniversário da Revolução, e as mesmas piadas foram desenterradas e, quando necessário, recauchutadas”. “Essas piadas são significativas não apenas por formarem a primeira geração de piadas comunistas sobre Lenin, mas também por causa do tom: são preguiçosas e cínicas” (LEWIS, 2014, p.259). A dificuldade do cinema soviético imbuído do discurso oficial era apresentar a tragédia que tomou conta da região por quase duas décadas a partir da deflagração da Primeira Guerra como algo positivo em meio a tantas memórias não oficiais divergentes. Uma anedota popular diz:

Entrevista na TV com um cidadão centenário:

- Conte-nos, Sr. Ivanov, como está tão bem conservado aos 167 anos?

- Bem, na Grande Revolução de outubro...

- Olha, é melhor contar-nos algo sobre o Lenin!

- Durante a Grande Revolução de outubro...

- Por que não nos conta algo sobre Dostoievsky?

- Deixe-me explicar! Durante a Grande Revolução de outubro a baderna era tanta que alguém acrescentou mais cem anos na minha carteira de identidade!

^{ix} O filme faria referência a Jápeto, sétima e mais distante lua de Júpiter. Na mitologia, pai de Prometeu, que em obras literárias de escritores soviéticos, foi transformado num proto-bolchevique por compartilhar o fogo dos deuses com os mortais. A associação a Jápeto ficaria ainda mais evidente com as cenas do relógio – único bem do palacete que Adamov consegue reaver, que simbolizaria o pai do titã mitológico, Cronos (CONDEE, 2009).

^x Uma piada soviética dizia que o país era uma máquina do tempo: sempre dez anos atrasado em relação à Europa Ocidental. Essa defasagem pode ser percebida na disseminação do gênero eastern. O auge dos westerns nos Estados Unidos foi nos anos 1950, quando dominavam completamente a nascente televisão e representavam ampla fatia do cinema; nos anos 1960, foi a vez da Europa Ocidental gravar seus faroestes spaghetti na Andaluzia. E nos anos 1970, na URSS – quando entrou em decadência nos Estados Unidos. Essa mesma década conheceu uma nova explosão dos filmes ocidentais nos cinemas soviéticos – para desespero dos jornais do partido (CHERNYSHOVA, 2013, p.117).

Artigo recebido 05 de dezembro de 2016 e aprovado em 28 de fevereiro de 2017.

DE CHAPAEV A VAZIO: A REVOLUÇÃO RUSSA E SEUS EFEITOS NA LITERATURA PÓS-SOVIÉTICA

FROM CHAPAEV TO VOYD: THE RUSSIAN REVOLUTION AND ITS EFFECTS ON POST-SOVIET LITERATURE

Luciano Augusto MEYER¹

Resumo: Neste artigo, a pretensão é discutir a presença da figura da Revolução Russa em uma obra do período pós-soviético: *A metralhadora de argila*, de Victor Pelevin. Entender essa presença é também reconhecer que o passado soviético não foi simplesmente esquecido, mas que ainda influencia a criação artística do final do século XX, mesmo após a queda da URSS. A partir disso, discutiremos a figura do protagonista do romance de Pelevin que, enquanto paciente de uma instituição psiquiátrica, serve como base para a construção de uma crítica do autor àquilo que seu país se tornou depois da transição de 1991.

Palavras-chave: Victor Pelevin; literatura pós-soviética; período soviético.

Abstract: This article aims to argue about the presence of the Russian Revolution in a novel from the post-Soviet period: *The clay machine-gun*, from Victor Pelevin. To understand this presence is also to recognize that the Soviet past wasn't forgot, but it still has influence on the late 20th century Russian artistic production, even after the collapse of the USSR. Based on that, we shall discuss the novel's protagonist, which is a patient in a psychiatric institution, that is a basis for an author's critic view of the post-1991 Russia.

Keywords: Victor Pelevin; post-Soviet literature; Soviet period.

Um dos aspectos mais notáveis no que concerne à crítica literária russa dos últimos 25 anos é a utilização, para tratar deste momento literário, do termo “pós-soviético”. Isso nos interessa, sobretudo, porque não trata apenas de uma produção pós-moderna, como frequentemente lemos nos tratados atuais sobre arte – mas também leva em conta o período político anterior do país. Não basta ser um movimento artístico nomeado, mas também a marcação de limites entre um *status* político e outro.

Avançar sobre essa discussão entre a superação e o esquecimento do passado soviético parece ser um dos pretextos mais comuns na literatura que seguiu a queda dos soviéticos, em 1991. Victor Pelevin, por sua vez, é um dos autores mais emblemáticos nesse campo: vencedor do Russian Little Booker Prize de 1993, tornou-se um dos mais populares escritores de sua geração, liderando listas de vendas em seu país e tendo suas obras traduzidas. No entanto, é também um autor que divide a crítica por suas pretensões de profundidade filosófica nos romances, enquanto os enredos propostos poderiam ser simplificados metafisicamente, apresentando mais diretamente a posição do autor no mundo, em vez de discussões elaboradas sobre a existência e a realidade.

¹ Mestrando em Literatura e Cultura Russa – Programa de Literatura e Cultura Russa – Departamento de Letras Orientais – USP – Universidade de São Paulo. São Paulo, SP – Brasil. E-mail: lucianoaugustomeyer@hotmail.com

Entretanto, Pelevin, em 1996, escreve seu mais polêmico e pretensioso romance: *Chapaev i Pustota*, traduzido para o inglês como *The clay machine-gun* (UK) ou *Buddha's little finger* (EUA), e para o português como *A metralhadora de argila*. Já no título podemos perceber uma evidente referência à Revolução Russa: Vasily Ivanovich Chapaev foi um dos maiores heróis da Revolução Bolchevique, celebrado inclusive em livros patrocinados pelo governo soviético (*Chapaev*, de D. Furmanov) e filmes (*Chapaev*, 1934, dirigido pelos irmãos Georgi e Sergei Vasilyev).

Em contrapartida, segue-se um sobrenome – do protagonista, Pyotr – que, em russo, significa vazio. Pelevin, com isso, provoca uma sensação de que o romance se construirá entre o herói soviético e o vazio, mas o que seria esse esvaziamento? Segundo Epstein,

Todas essas tendências [tendências sociais e intelectuais soviéticas, como “coletivismo” e “materialismo”] manifestam o fenômeno do “hiper” em seu primeiro momento, que é constituído pela derrubada revolucionária do paradigma “clássico” e uma afirmação de uma “realidade verdadeira, essencial,” ou “super-realidade.” No segundo momento, o mesmo fenômeno ocorre e aparece como “pseudo-realidades”, assim mostrando a transformação do próprio “hiper,” sua inevitável transição do estágio modernista ao pós-modernista, do “super” ao “pseudo.” [...] O conceito de “hiper” evidencia não apenas a continuidade entre Modernismo e Pós-Modernismo, mas também um desenvolvimento paralelo do Pós-Modernismo russo e ocidental como reações e revisões de um legado “revolucionário” comum. (EPSTEIN, 1999, p.6)ⁱ

Ou seja, o próprio conceito de revolucionário estaria ligado a uma hiper-realidade construída pela própria revolução. Epstein vê, por exemplo, um hipermaterialismo no procedimento soviético, contido na “construção comunista”; entretanto, esse processo culminou em fracasso justamente nos processos mais materiais da vida humana, como moradia, nutrição e segurança, por exemplo. Para tal, ele cita Andrei Biely, que, no início dos anos 1930, teria reconhecido que o domínio do materialismo soviético levou a um esvaziamento da própria matéria

Com isso, o materialismo se tornou um constructo ideológico que, em vez de assumir uma essência da materialidade, acabou por aniquilá-la. Epstein parece, então, nos encaminhar para o que seria o Vazio de Pelevin: o herói bolchevique seria o “super,” enquanto seu companheiro seria o “pseudo.”

Isso não é apenas viável, como também possível de se observar no romance. Pedro Vazio (Pyotr Voyd na versão inglesa, ou Pyotr Pustota, no original em russo – que aparece como sobrenome estoniano, mas, traduzido em russo, significa Vazio) está

internado num hospício em 1991, e seu diagnóstico é de esquizofrenia, pois vive entre duas realidades próprias: em 1919, como um comissário do Exército Vermelho, ao lado de seu comandante, Chapaev; e em 1991, que acredita ser um pesadelo, com outros três pacientes, em meio a sessões de narração de sonhos e expressão artística.

O título original em russo, *Chapaev i Pustota*, já é suficiente para deprendermos uma relação construída por Pelevin: se o primeiro herói do romance é Chapaev, o segundo, pela tradução, é Vazio. O caminho de construção da narrativa é, então, uma transição do herói do hipermaterialismo soviético ao herói do pós-modernismo russo – o que, pelo que veremos, passa por uma espécie de “esvaziamento do real.” No entanto, mais do que um embate entre as personagens do título, o importante é conseguir entender quem é o novo herói, e a razão para essa desconstrução da identidade pós-soviética.

Enquanto combate os inimigos da Revolução em 1919, em meio à Guerra Civil Russa, Pedro luta também contra a condição de detento em 1991, e, principalmente, contra seu terapeuta Timur Timurovich. No entanto, a hiper-realidade de 1991, que nos parece a mais verossímil, é a menos real para Pedro, e o efeito contrário se dá entre os sonhos e o hospício para o leitor. Cada sonho parece uma pseudo-realidade, enquanto, para o protagonista, seu 1919 é a super-realidade.

Para Epstein, então, Pedro parece não ter saído do contexto soviético, e sua hiper-realidade ainda não se tornou pseudo. Por outro lado, Pelevin parece nos apresentar uma crítica indireta a essa definição: por que a realidade de 1991 não é real para o protagonista? Por que se prender a um passado que já não é real? O autor parece questionar a própria noção que temos da realidade no pós-soviético.

Trânsito entre realidades

Essa resistência a reconhecer o que teria sido a ilusão soviética é também sintoma de uma presença do regime na vida da personagem. Isso vai de encontro com o que diria Genis, segundo quem

Sua estabilidade [do regime soviético] se mostrou ilusória; apesar disso, seus fantasmas se mantiveram. O poder do regime sobre a realidade se tornou manifesto apenas depois da morte do próprio regime. Sob o efeito do feitiço desses “necroefeitos”, a cultura contemporânea luta para assimilar os mecanismos com os quais o regime criou – e com muito mais sucesso do que se pensava – sua própria realidade. A questão é como utilizar essa experiência em um

mundo que está se tornando cada vez mais consciente de sua própria natureza “construída” ou virtual. (GENIS, 1999, p.212)ⁱⁱ

Assim, Genis corrobora tanto com Epstein quanto com Pelevin, ao demonstrar que a invenção da realidade do “hiper” soviético foi desvelada após a queda do regime; e presume que Pedro faz parte do novo mundo que possui consciência da irrealidade de 1991. Como consequência, ele se refugia em outra virtualidade, a do sonho, a histórica da Revolução.

Mais adiante, Genis reconhecerá a visão de Pelevin quanto ao poder soviético como

[...] o poder do governo soviético não é em função de seu complexo militar e industrial [...], a base do poder soviético é sua habilidade de impor materialidade a seus fantasmas.

[...]

Para os autores pós-soviéticos, o mundo a seu redor representa uma sequência de constructos artificiais, nos quais o Homem estará sempre fadado a buscar uma realidade “pura,” “arquetípica.” Embora esses mundos paralelos não sejam “verdadeiros” em nenhum sentido, eles não são “falsos” também, pelo menos enquanto alguém acreditar neles. Cada versão do mundo existe apenas em cada alma individual. (GENIS, 1999, p.215)ⁱⁱⁱ

De maneira jungiana, Pelevin constrói Pedro para adentrar os arquétipos da Revolução, da luta dos bolcheviques. A realidade de 1919 é tão real quanto a de 1991, pois existe dentro do protagonista.

Tão importante quanto isso é perceber que o romance é escrito em primeira pessoa. Pedro é nosso guia nas suas duas frentes de batalha, e acompanhamos as realidades a partir de seu julgamento. Esse tipo de construção da narrativa pode ser confuso, pois uma personagem esquizofrênica tende a transitar entre as realidades próprias; no entanto, é evidenciado que Pedro constrói duas realidades distintas bastante verossímeis em relação ao espaço e aos acontecimentos.

Genis reconhece, nas narrativas de Pelevin, uma fronteira entre dois mundos, entre os quais as personagens migram; no entanto, tais fronteiras não apenas separam, mas também unem essas realidades. “Quanto mais numerosas as fronteiras, mais zonas de fronteira proliferam. Pelos limites ou áreas de fronteiras, aspectos culturais pessoais e dos outros [...] não são apagados, mas emergem mais evidentes.” (GENIS, 1999, p.217)^{iv}

Dessa maneira, a fronteira entre 1919 e 1991 não separa as personalidades de Pedro, mas as une num único ser. Vemos aqui uma espécie de *Bildungsroman*, em que o

desenvolvimento do protagonista não está ligado a fatores externos, mas a um reconhecimento próprio no trânsito entre suas realidades. Esse tipo de imagem surge em um dos capítulos mais metafísicos do romance, em que Pedro se encontra com o Barão Jungern, personagem que “coordena” um mundo transcendental que está no “além-vida”. Narra-nos o protagonista:

Durante o momento em que meu corpo estava caindo em direção ao chão, eu consegui de algum modo manter minha atenção daquele imperceptível ínfimo instante de retorno ao mundo usual – ou então, já que na realidade não havia nada a que atentar, eu consegui compreender a natureza desse retorno. Eu não sei como descrever; foi como se uma série de cenários foram movidos e o próximo não fora colocado em seu lugar imediatamente, mas por um segundo inteiro eu olhei pelo vão entre eles. E esse segundo foi suficiente para perceber a desilusão atrás daquilo que sempre entendi como realidade, para perceber a maneira simples e estúpida com que o Universo foi organizado. (PELEVIN, 1996, p.226)^v

A percepção de mundo, ou mundos, é algo que aparece frequentemente na obra de Pelevin: o leitor não recebe toda a narrativa construída, mas percebe-a com o tempo. (MCCAUSLAND, 2002, p.210) Estando dentro de Pedro, e ouvindo sua “voz” em primeira pessoa, somos desenvolvidos no mundo que o rodeia tanto quanto ele. A *metralhadora de argila* é um convite à nossa percepção de que a realidade do sonho é tão real quanto a consciente.

Enquanto caminhamos junto com o protagonista, também somos carregados para os sonhos dos outros pacientes, que são narrados da mesma forma que os de Pedro. Realidades paralelas dentro do próprio romance e da própria narrativa principal são as fronteiras a que Genis se referia. Dentro do romance, o leitor transita pela imaginação de internos da instituição psiquiátrica, não como se fosse um transeunte pelo hospício, mas pelas mentes dos pacientes.

Essa transitoriedade do real é perfeitamente comparável ao que vimos sobre a criação da realidade soviética. A cada capítulo de sonho dos pacientes – incluindo Pedro – há um estopim que os traz de volta ao hospício; a ruína da realidade artificial é indispensável para a sequência do romance, assim como a ruína da realidade do hospício. Em ambos os casos, aparece a queda de uma realidade dominante, assim como foi com o fim da URSS.

O papel do herói Vazio

Entre todas as ruínas em que o romance se baseia, há apenas um ponto de encontro: Pedro Vazio. Segundo Brintlinger, “a literatura soviética inventou o herói positivo socialista realista e tomou Chapaev como um de seus modelos; Pelevin apresenta 'vazio' (Pustota) ao paradigma.” (BRINTLINGER, 2004, p.49)^{vi} O herói esvaziado das amarras soviéticas, por sua vez, é esquizofrênico e não consegue se distanciar do passado soviético. O hospício de Pelevin, por sua vez, serve como refúgio para o mundo da Moscou capitalista e uma porta a mundos transcendentais. (BRINTLINGER, 2004, p.51)

Entre Chapaev e Vazio está o período soviético, mas a temporalidade de 1919 e 1991 possui um ponto em comum: ambos são tempos de revolução na sociedade russa. Embora o segundo não possua um nome como Revolução Russa, é também uma reconfiguração da vida russa ao sumir a tutela do Partido Comunista e ressurgirem as relações com o resto do mundo capitalista. Nessa comparação, há dois sobrenomes que parecem descrever a situação de seus tempos.

Chapaev, como já foi dito, representa o heroísmo clássico soviético, um herói do Realismo Socialista, que serviria, de forma didática, como modelo de comportamento à população soviética. Durante os sonhos de Pedro, a figura de Chapaev se comporta da mesma maneira: embora transfigurado por Pelevin numa personagem de conceitos metafísicos extremamente complexos e que questiona a realidade – o que seria inaceitável em uma realidade artificial soviética, por poder servir de alternativa à do governo –, o comandante do Exército Vermelho procura ensinar seu novo Comissário, Pedro, a rever o mundo, tanto em que estão quanto o “pesadelo” de 1991.

A apresentação de um Chapaev didático, tal qual o Barão Jungern quando carrega Pedro ao “além”, segue a proposta de Pelevin de pares de personagens, em que uma é um professor e a outra um aluno. (MCCAUSLAND, 2002, p.217) Chapaev pretende ensinar a Vazio a realidade, vendo-a de 1919.

Em contrapartida, no universo de 1991, Timur Timurovich também funciona como um Chapaev, assim como outro paciente, Volodin. Ambos têm a preocupação de apresentar a Pedro sua condição patológica e a – teórica – inexistência de 1919. Como fazem parte daquilo que o protagonista acredita ser um pesadelo, não têm suas opiniões consideradas, embora, ao longo da narrativa, suas dicas surtam efeito para o reconhecimento da realidade do hospício.

Vemos, por meio de Pedro, a aceitação de que ambas as realidades podem ser reais; ou nenhuma o ser, seguindo Genis. Chapaev e Jungern apresentam essa questão repetidamente, como em:

'Tudo o que vemos está localizado em nossa consciência, Pedro. O que significa que não podemos dizer que nossa consciência está em lugar algum. Estamos em lugar nenhum pela simples razão de que não há nenhum lugar no qual podemos dizer que estamos localizados. Por isso estamos em lugar nenhum.' (PELEVIN, 1996, p.144)^{vii}

E em:

'[...] conforme eu já disse, ambos os seus estados obsessivos – com Chapaev e sem ele – são igualmente ilusórios. Para atingir “lugar nenhum” e ascender ao trono da eterna liberdade e felicidade, é suficiente remover a única dimensão que ainda resta – aquela, então, em que nos encontramos. (PELEVIN, 1996, p.223)^{viii}

Ambos os “professores” de Pedro no sonho promovem a autodestruição, ou seja, um questionamento sobre a realidade em que existem para o protagonista. Não há o mesmo movimento no hospício, e talvez por isso haja uma tendência de Pedro a se identificar com 1919. Sendo esquizofrênico, a ausência de questionamentos a uma realidade “sólida” parece algo ilusório. Isso é também a força do autor na construção de sua personagem: não podemos simplesmente aceitar uma realidade imposta, afinal, já vimos o que aconteceu com o constructo soviético.

As fronteiras de Genis, então, começam a se delimitar na personalidade dividida de Pedro: 1919 e 1991 são dois limites que dialogam entre si, mas um é tão irreal quanto o outro. Segundo Genis,

A última fronteira é aquele limite separando o mundo virtual de realidade mundana da autêntica, “pura” existência ou do ser. O Pelevin místico localiza esse ser puro dentro da alma do indivíduo. Convidando a literatura pós-soviética russa a atravessar a última – transcendental – fronteira, Pelevin simultaneamente tenta mostrar a essa literatura como cultivar uma realidade metafísica, que não existe, mas pode ser criada. (GENIS, 1999, p.224)^{ix}

Vemos evidentemente no romance que a principal fronteira não está entre sonho e realidade, mas entre duas personalidades. Esse limite que deve ser transposto é o da identidade de Pedro.

Um aspecto interessante nessa leitura é o de que o sobrenome Vazio pode também estar ligado à essência de Pedro. Atravessar a fronteira entre as realidades que ele criou e sua própria identidade significa jogar-se em direção ao Vazio, e Chapaev ser

uma via para que ocorra essa transição nos mostra que, para Pelevin, aparentemente ambos os tempos (1919 e 1991) estão ligados a um esvaziamento (BRINTLINGER, 2004, p.53)

Nossos caminhos enquanto parte do protagonista estão num vão temporal, mas também acompanhamos sua reconstrução enquanto sujeito. Esse sujeito, então, remete a dois períodos de transição da Rússia, e simboliza a Revolução Russa e a queda dos soviéticos, como os efeitos dessas duas fases influenciam a individualidade.

Ademais, no próprio romance a Rússia é colocada dentro de Pedro:

'E onde está sua consciência?'
'Bem aqui,' eu disse, tocando em minha cabeça.
'E onde está sua cabeça?'
'Sobre meus ombros.'
'E onde estão seus ombros?'
'Em um quarto.'
'E onde está o quarto?'
'Em uma construção.'
'E onde está a construção?'
'Na Rússia.'
'E onde está a Rússia?'
'Na maior encrenca, Vasily Ivanovich.'
'Pare com isso,' ele gritou seriamente. 'Você pode brincar quando seu comandante ordenar que o faça. Responda.'
'Bem, obviamente, na Terra.'
Nós brindamos e bebemos.
'E onde está a Terra?'
'No Universo.'
'E onde está o Universo?'
Eu pensei por um segundo.
'Em si mesmo.'
'E onde está esse si mesmo?'
'Em minha consciência.' (PELEVIN, 1996, p.140)^x

Os ensinamentos de Chapaev buscam, então, levar Pedro de volta a si próprio, a um autoconhecimento enquanto possível criador de realidades – inclusive a em que se encontram. Todo o universo existe a partir da consciência – ou alma individual, conforme Genis citou – do protagonista. Pelevin nos sugere um romance dentro do indivíduo, embora fora do espaço e do tempo. Essa seria a nova construção do *Bildungsroman*, em que, mais importante do que o protagonista se desenvolver para fora, em relação ao mundo que o rodeia, ele retorna à própria essência enquanto indivíduo.

Pedro, encarnando a Rússia de Pelevin, é também uma sugestão de rumo a ser tomado para que o país se reconheça. O desenvolvimento russo depois da queda soviética – período que engloba *A metralhadora de argila* – seria possível, segundo o

autor, apenas com uma reflexão da Rússia sobre si própria. A Moscou capitalista é tão doente quanto o mundo soviético, tão irreal quanto, e essa transição entre irrealidades mascara a real necessidade de voltar-se a si próprio e à sua essência.

A metralhadora e a destruição do real

Surge, então, a metralhadora que dá título ao romance: uma arma que, ao ser acionada, destruiria tudo aquilo que Pedro conhece como realidade. Jungern alerta seu novo “aluno” para que ele se desligue da realidade de 1919 antes que Chapaev use a metralhadora, pois assim nada restará, nem mesmo o “lugar nenhum” da suprema felicidade e liberdade – ou a essência de Pedro.

A essência, conforme discutimos, carrega consigo o Vazio, o que é evidente quando Jungern diz que, para se encontrar o vazio, Pedro deve olhar para dentro de si. (PELEVIN, 1996, p.234) O que a metralhadora destruiria, então, se não há um espaço definido, e se está tudo dentro do próprio protagonista?

Conforme andamos com Pedro, percebemos que há uma aproximação entre as duas realidades. A lembrança dos nomes dos outros pacientes, a documentação do “pesadelo” por pedido de Chapaev – esses aspectos demonstram que há uma convergência do protagonista em direção à fronteira do real. Notamos aqui a transição do hiper-real para o pseudo, em que aquilo que era sólido começou a se desmanchar na mente do protagonista.

Esse gradativo desligamento de 1919 é fruto dos ensinamentos de Chapaev e Jungern, mas também das terapias em grupo e do tratamento de Timurovich. Recriar a essência do protagonista faz parte do motivo de existência de todas as personagens em ambos os mundos que nos são apresentados; no entanto, apenas um deles tem o poder de destruir tudo que existe: o dos sonhos.

Por outro lado, é interessante que o afastamento de ambos os mundos significará a liberdade. Para Chapaev e Jungern, Pedro deve se desligar de 1919 para se ver livre; ao se desligar do hospício, Pedro deixa de ser um detento e passa a viver em liberdade. A identidade do protagonista está entre essas duas vertentes, porém uma é a realidade interna que dele deriva – Revolução – e a outra depende de fatores externos, como o aval de Timurovich.

Se em ambos os mundos a finalidade é a liberdade, então a essência de Pedro está relacionada a uma libertação. Atingir essa essência – nomeada “Inner Mongolia” no

romance, pelos professores no sonho – é se livrar de qualquer controle temporal e espacial a que esteja preso. O esvaziamento é necessário para que, enfim, conheçamos a realidade.

A metralhadora, então, surge como a possível destruidora do mundo do sonho, o que poderia soar assustador; no entanto, sabemos que a finalidade de Chapaev é essa própria destruição – embora não fisicamente, conforme apresentado pelo comandante. Parece-nos que seria uma aniquilação da realidade tal qual ocorreu, segundo Epstein, com os modelos soviéticos. No mundo onírico de Pedro, em contrapartida, toda a construção metafísica da identidade no sonho seria abalada.

A presença de um herói da Revolução como o possível destruidor da realidade que Pedro acredita ser verdadeira surge como uma afronta àquele que seria o mundo hiper-real. Desligar-se do mais real seria admitir a possibilidade de ser um esquizofrênico num hospício em 1991, preso e sob tratamento.

Aqui nos aparece, então, o sobrenome de Timur Timurovich: Kanashnikov – referência óbvia ao rifle de assalto mais conhecido de fabricação soviética, o Kalashnikov. Há uma metralhadora no sonho, mas também na instituição psiquiátrica, e ambas têm o poder e a finalidade de destruir a realidade dominante para Pedro.

Assim, chegando ao momento decisivo de uso da metralhadora, Chapaev e Pedro têm uma conversa sobre os sonhos:

'Em certo momento, fica simplesmente claro que tudo é um sonho. É tudo que há para ser.' Eu disse, sem certeza. 'Quando eu realmente começo a me sentir muito mal, de repente percebo que não há nada a temer, porque...'

'Porque o que?'

'Estou tentando encontrar as palavras. Eu diria assim – porque há um lugar para onde posso acordar.'

Chapaev bateu na mesa com a mão aberta.

'Para onde exatamente você pode acordar?'

Eu não tinha resposta para aquela pergunta.

'Eu não sei,' eu disse.

Chapaev levantou seus olhos para olhar nos meus e sorriu. Ele, de repente, não parecia mais estar bêbado.

'Bom garoto,' ele disse. 'Eis o local. Assim que você é varrido do fluxo de seus sonhos, você mesmo se torna parte dele todo – porque naquele fluxo tudo é relativo, tudo está em movimento, e não há nada em que você se segurar e agarrar. Você não percebe quando é puxado para o turbilhão, porque você está se movendo junto com a água, e ela parece estar imóvel. Eis como um sonho passa a parecer a realidade. Mas há um ponto que não é apenas imóvel em relação a tudo, mas absolutamente imóvel, e se chama “eu não sei.” Quando você o encontra em um sonho, você acorda. Ou melhor, o acordar te empurra para ele. E então, depois disso,' ele apontou para o quarto – 'você vem para cá.'

[...]

'Há esse ponto,' Chapaev continuou, 'que está absolutamente imóvel, relativo ao qual esta vida é tanto um sonho quanto todas as suas histórias. Tudo no mundo é um turbilhão de pensamentos, e o mundo ao nosso redor só se torna real quando você mesmo se torna o turbilhão. Apenas porque você *sabe*.' (PELEVIN, 1996, p.295)^{xi}

A realidade, então, é apenas uma correspondência entre os movimentos da identidade com o pensamento. Apresentar duas realidades distintas para Pedro é confirmar que ele, em seu fluxo de pensamentos, as cria porque está em sintonia com elas. Mesmo que ele reconheça o hospício como um pesadelo, ele existe como realidade, pois faz parte do turbilhão de pensamentos do protagonista; assim como há a existência de 1919, porque há a mesma sintonia.

Ao mesmo tempo, o desconhecimento com relação ao lugar para o qual pode acordar – a “Inner Mongolia”, no caso – é o que pode levar Pedro à sua essência. O que ele sabe que existe, ou que acha que sabe e acha que existe, prende-o às realidades criadas nesse turbilhão. “Soltar-se” do vórtice de pensamentos, atingindo uma imobilidade da consciência, é o que permitirá ao indivíduo se libertar.

Pelevin, aqui, se utiliza da filosofia budista como método para atingir a verdadeira essência do ser. O nirvana, conforme a tradição budista, significa um estado de completa libertação em relação aos sentidos, sentimentos e à materialidade. Pedro deve, dentro de seu próprio turbilhão, encontrar a imobilidade para atingir o nirvana – e é aí que encontrará sua identidade, essência, ou “Inner Mongolia.”

É assim que o protagonista também deve descobrir o que é o mundo em que está vivendo. Isso é evidente quando ele pergunta a Chapaev “quem é você?”, e recebe como resposta “tente olhar para si mesmo.” (PELEVIN, 1996, p.299) Chapaev faz parte da realidade criada por Pedro, parte do turbilhão de pensamentos com os quais o protagonista está em sintonia no sonho. A identidade de Chapaev está na de Pedro, assim como toda a construção do mundo que os rodeia – retomando, inclusive, a discussão no quarto sobre a localização da consciência.

Neste momento, o espaço do sonho começa a ruir, e toda a realidade de 1919 começa a sofrer os ataques da Guerra Civil. O desligamento do mundo soviético está próximo, e começa a cair a solidez que Pedro tanto defendia. O “hiper” virando “pseudo”, numa metáfora de Pelevin para a guerra que ocorrerá. Chapaev vai cair, assim como os soviéticos, e sua realidade se mostrará uma ilusão – conforme Jungern avisara.

A partir desse desmoronamento, Pedro percebe que

'Só existe um tipo de liberdade – quando você está livre de tudo que é construído pela mente. E essa liberdade se chama “eu não sei.” Você estava absolutamente certo. Sabe, há uma expressão, “um pensamento dito é uma mentira,” mas eu te digo, Chapaev, que um pensamento não dito também é uma mentira, porque todo pensamento já contém o elemento da expressão.'

[...]

'Enquanto sei,' eu continuei, 'eu não sou mais livre. Mas eu sou absolutamente livre quando eu não sei. Liberdade é o maior mistério de todos.' (PELEVIN, 1996, p.301)^{xii}

Ou seja, há um novo turbilhão de pensamentos se formando: o da consciência de que a liberdade só será possível quando o mundo com Chapaev sumir. A evidência de que há uma sintonia entre as impressões de Pedro e a sua libertação é justamente a ruína em que estão convivendo. O fim de 1919 deve ser atingido para que ele se liberte, e isso significa destruir a própria realidade em que estão no momento.

Ao terem o carro em que se encontram – junto com a metralhadora – alvejado, Chapaev diz que tudo chega a um fim em algum momento. E, então, pede a Anna, a atiradora, para acionar a metralhadora. Seu uso é silencioso e breve, o que faz Pedro pensar que a arma falhou. No entanto, percebe que fora do carro tudo ficou calmo.

Finalmente surge a explicação para que ela não fosse usada, e o que seria essa arma tão temida: um antigo Buda tinha um poder no dedinho da mão esquerda (justificando também o título para os EUA, *Buddha's little finger*) de, ao apontá-lo para qualquer coisa, revelar a verdadeira essência do alvo. Tudo aquilo para o que ele apontasse desaparecia, o que aconteceu quando apontou para si mesmo – sobrou apenas o dedinho, que foi guardado num pedaço de argila, equipado na metralhadora.

Quando saem do carro, há um círculo que compreende o raio de ação da metralhadora, e ao redor, um vazio, um nada iluminado suavemente. Anna, então, pega um espelho e faz com que o carro e a metralhadora desapareçam, e Chapaev diz que aquele mundo no qual estavam não existe mais – assim como pode nunca ter existido. O conjunto de possibilidades da existência some quando a essência é atingida.

Então Pedro fecha os olhos. Quando os reabre, há um rio colorido passando por eles, é o fluxo que acomete Pedro, e ele está no ponto imóvel fora da “água.” Atingir a destruição da realidade que criou o leva à verdadeira liberdade das possibilidades, da potencialidade de recriação do mundo. E, para isso, Chapaev o convida para um mergulho:

'Deve-se fazer algo para se ocupar nessa eterna infinidade,' ele disse. 'Então vamos tentar nadar no rio Ural, que não existe de verdade. Não tenha medo, Petka, mergulhe!'

'Mas eu poderei emergir de novo?'
Chapaev me olhou da cabeça aos pés.
'Bom, você obviamente já pode antes,' ele disse. 'Já que você está bem aqui.'
'Mas eu serei eu mesmo de novo?'
'Veja, Petka,' Chapaev perguntou, 'como você pode não ser você mesmo se você é absolutamente tudo que pode ser?' (PELEVIN, 1996, p.309)^{xiii}

Pedro, então, percebe que, desde o começo dos tempos, está parado diante do rio Ural, ou o fluxo de pensamentos, sonhando um sonho depois do outro. Assim, pergunta-se: quem será que leria seus sonhos? Por fim, mergulha no rio, e em seguida acorda com uma lâmpada, no hospício, e com o psiquiatra Timurovich dizendo “catarse total.”

Percebamos aqui que a catarse, ou libertação de Pedro se deu pela presença de duas metralhadoras: a de argila e Kanashnikov. A essência só foi alcançada quando ambas se uniram na convergência dos pensamentos do protagonista. Não à toa, é justamente quando se liberta do mundo de 1919 que ele pode voltar a 1991 e ter sua catarse reconhecida pelo psiquiatra.

Numa última conversa com Pedro, Timurovich explica que seu paciente parece ter desconstruído o mundo criado em sua consciência pelas próprias leis internas desse mundo. Ou seja, Chapaev e Jungern, regendo a existência obsessiva (segundo o próprio Barão), levaram a realidade em que estavam à destruição. Esse, inclusive, era o primeiro ensinamento sobre questionar o mundo, o que não aparece em nenhum momento em 1991.

No entanto, no questionário a ser preenchido para liberação, Pedro percebe algumas perguntas estranhas, como “quem criou o Universo,” tendo como opções ele mesmo e Kotovsky, um dos comissários de Chapaev. Ao perguntar sobre a utilidade do questionário, Timurovich o rasga e libera seu paciente. Eis aqui um momento de regressão, ou então, no caso da metafísica do livro, uma evidência de que a verdadeira essência de Pedro está no trânsito entre os dois mundos.

Ao sair do hospício, Pedro se pergunta se não há forma de chegar à Verdade. Vemos aqui que ele começou a perceber que, mesmo com a destruição de um mundo na consciência, 1991 é tão ilusório quanto o dos sonhos. Chegando à cidade, há um vazio onde estava a estátua de bronze de Pushkin, além de um espaço vazio onde havia um monastério. O que se via, em contrapartida, eram letreiros numa língua estranha: “Samsung,” “Coca-Cola.” Eis que nos aparece de novo a realidade artificial irreconhecível da Rússia aberta ao mundo após 1991.

Por fim, Pedro pega um táxi e, após conversar sobre as mudanças na cidade, diz ao taxista:

'É muito simples. Toda vez que o conceito e a imagem da Rússia aparece em sua mente consciente, você deve deixá-los se dissolver em sua própria natureza. E desde que o conceito e a imagem da Rússia não têm natureza própria, o resultado é que tudo é resolvido satisfatoriamente.' (PELEVIN, 1996, p.326)^{xiv}

Aqui fica óbvia a voz de Pelevin quanto à desconstrução que a Rússia não consegue fazer. Sua adoção de realidades artificiais, sejam soviéticas ou capitalistas, impede que a essência seja alcançada. Um “nirvana russo” parece impossível, já que a destruição de uma realidade promove a construção de outra, na visão do autor.

É também notável o retorno de Pedro ao estado de aceitação de 1919, em que, após retornar ao bar onde viu Chapaev pela primeira vez, no início do romance, vê o carro-forte de Chapaev estacionado onde esperava. A mão de Chapaev está enfaixada, e há um vão onde deveria haver o mindinho. Na conversa, Pedro diz que é complicado fazer sentido na infinidade que é a contraditória vida interior; então entram em movimento, e, pela abertura na janela do carro, vê, ao andarem cada vez mais rápido, serem envolvidos pela “Inner Mongolia.”

Vemos que, além do espaço se perder – sem a estátua e sem o monastério –, o tempo também some na narrativa. Datas e locais aparecem apenas como coadjuvantes, pois as realidades se confundem, e, mais que isso, há uma repetição das ações de 1919 em 1991, quando da libertação de Pedro. A “Inner Mongolia” está no caminho após a liberdade do hospício e num retorno temporal, mas não espacial, ao mesmo lugar em que o romance se iniciou. Fora de tempo e espaço, o protagonista pode finalmente alcançar a liberdade suprema que é sua identidade e seu autoconhecimento.

A Revolução da metralhadora

Uma das mais óbvias relações que pudemos traçar entre a Revolução Russa e os efeitos que teve na obra de Pelevin foi o próprio fato de se configurar como uma literatura pós-soviética. Encaixar-se num movimento, como vimos em *Genis*, é um desafio para essa produção artística recente, mas não há uma simples quebra com o passado – vimos que há laços e releituras de um passado muito próximo aos artistas dos anos 1990.

Além disso, a esquizofrenia, patologia mais diagnosticada durante o período soviético, é tema debatido no romance, de forma que uma transposição daquilo que os hospícios soviéticos tratavam para um momento posterior à sua queda é uma releitura evidente. Não obstante, a aproximação do novo sistema ao anterior propõe uma crítica metafísica que engloba problemáticas de ambos.

Pelevin, por sua vez, não busca um distanciamento dos soviéticos. Pelo contrário, sua admiração pela possibilidade e habilidade de criação de realidades do governo soviético foi o que o instigou a trabalhar com esse tipo de metafísica. As fronteiras entre o real e o ilusório são frágeis em *A metralhadora de argila*, seguindo aquilo que aconteceu em 1991, com a derrocada do regime soviético.

A transição do hipermaterialismo para o pseudomaterialismo mostrou a Pelevin que, independentemente da realidade dominante, ela deve ser questionada. Epstein promove essa discussão ao falar do Pós-Modernismo como forma de representação da “farsa” que é a solidez modernista; Pelevin, em sua ficção, promove a mesma discussão ao nos colocar na mente de um protagonista esquizofrênico e que povoa um romance com realidades distintas.

Como principal efeito em *A metralhadora de argila*, vemos a Revolução Russa, como vimos em Brintlinger, sendo um momento de tanto vazio quanto a queda soviética. Chapaev incentiva o esvaziamento do indivíduo, que, assim, segue um fluxo de pensamentos sincronizado com a realidade em que se encontra. Da mesma maneira, a Moscou capitalista parece impor um mundo ainda distante do que seria o real verdadeiro. A busca pela “Inner Mongolia” não está na aceitação de um ou de outro, mas de que nenhum dos dois é a Verdade.

Em cada indivíduo há a realidade do sonho e a dos sentidos; a discussão posta pelo romance é a de verossimilhança, se o mais verossímil é sempre o verdadeiro ou não. Como vimos, Pedro não destrói o mundo da Revolução dentro de si. A catarse é uma forma de libertação, mas se não for absoluta, a regressão é iminente. Mais interessante ainda é perceber que o protagonista só tem seu caminho à “Inner Mongolia” no carro de Chapaev, mas também após a libertação do hospício. Ambas as realidades que nos são apresentadas no romance são dissolvidas, e acompanhamos a personagem em direção à sua própria essência.

Entre um Chapaev e um Vazio, as realidades distintas criadas suprimiram aquilo que Pelevin mais preza: a essência. Dos soviéticos aos capitalistas, há um movimento histórico de transição, mas não de imobilidade – esta que, afinal, permitiria uma

releitura e reflexão sobre a identidade da Rússia. Apenas sob a mira de uma metralhadora de cada lado, conforme no romance, a fronteira entre as realidades poderia virar um local atingível.

Mais do que a Rússia, a pretensão de Pelevin parece ser a de nos colocar sob essas miras. Atingir nossa própria “Inner Mongolia,” retornar à nossa essência – em vez de viver em realidades fabricadas – é um caminho para que entendamos o Universo. Não devemos apenas passar pelas fronteiras, pelos limites de nossa identidade; devemos, como Pedro, ficar atentos a essa transição e nos imobilizar no vão entre as realidades. Só assim nossa catarse será possível, e essa é a única liberdade que existe.

Referências:

- BRINTLINGER, Angela. The Hero in the Madhouse: The Post-Soviet Novel Confronts the Soviet Past. *Slavic Review*, Urbana-IL, Vol. 63, No. 1, p. 43-65, 2004.
- EPSTEIN, Mikhail. The Dialectics of *Hyper*: From Modernism to Postmodernism. In: EPSTEIN, Mikhail, GENIS, Alexander, VLADIV-GLOVER, Slobodanka M. *Russian Postmodernism: New Perspectives on Post-Soviet Culture*. 1ª Edição. New York: Bergahn Books, 1999, p. 3-30.
- GENIS, Alexander. Borders and Metamorphoses: Viktor Pelevin in the Context of Post-Soviet Literature. In: EPSTEIN, Mikhail, GENIS, Alexander, VLADIV-GLOVER, Slobodanka M. *Russian Postmodernism: New Perspectives on Post-Soviet Culture*. 1ª Edição. New York: Bergahn Books, 1999, p. 212-224.
- PELEVIN, Victor. *The Clay Machine-gun*. Tradução para o inglês: Andrew Bromfield. 1ª Edição. Londres: Faber and Faber, 1999.

Notas:

i Tradução do autor. Original em inglês: “All these trends [Soviet social and intellectual trends, such as “collectivism and “materialism”] manifest the phenomenon of “hyper” in its first stage, which is constituted by the revolutionary overthrow of the “classic” paradigm and an assertion of a “true, essential reality,” or “super-reality.” In the second stage, the same phenomena are realized and exposed as “pseudo-realities” thus marking the transformation of “hyper” itself, its inevitable transition from the modernist to the postmodernist stage, from “super” to “pseudo.” [...] The concept of “hyper” highlights not only the lines of continuity between modernism and postmodernism, but also the parallel developments in Russian and Western postmodernisms as reactions to and revisions of a common “revolutionary” legacy.”

ii Tradução do autor. Original em inglês: “Its stability proved illusory; nonetheless, its ghosts have endured. The regime's power over reality has become manifest only after the death of the regime itself. Under the spell of these necroeffects, contemporary culture is striving to assimilate the mechanisms with which the regime created – and much more successfully than was previously thought – its own reality.”

iii Tradução do autor. Original em inglês: “[For Pelevin,] the Soviet government's power is not a function of its sinister military-industrial [...], the basis of Soviet power is in its ability to impart materiality to its phantoms.

[...]

For the post-Soviet authors, the world around them represents a sequence of artificial constructs, in which man is forever doomed to search for a “pure,” “archetypal” reality. Although these parallel worlds are not “true” in any absolute sense, they are not “false” either, at least as long as someone believes in them. Each version of the world exists only in each individual soul.”

iv Tradução do autor. Original em inglês: “But a boundary not only divides, it also unites. The more numerous the boundaries, the more border zones proliferate. Along these limits or border areas, the features of one's own culture and those of the other [...] are not erased but emerge boldly.”

v Tradução do autor. Original em inglês: “During the moment when my body was falling to the ground, I was somehow able to retain my awareness of that imperceptibly short instant of return to the usual world – or rather, since in reality there was absolutely nothing of which to be aware, I managed to grasp the nature of this return. I do not know how to describe it; it was as though one set of scenery was moved aside and the next was not set in its place immediately, but for an entire second I stared into the gap between them. And this second was enough to perceive the deception behind what I had always taken for reality, to perceive the simple and stupid way in which the Universe was arranged.” Para este artigo, utilizamos a versão em inglês do romance, *The clay machine-gun*, tradução de Andrew Bromfield, de 1999.

vi Tradução do autor. Original em inglês: “Soviet literature invented the socialist realist positive hero and took Chapaev as one of its models; Pelevin introduces “emptiness” (Pustota) into the paradigm.”

vii Tradução do autor. Original em inglês: 'Everything that we see is located in our consciousness, Petka. Which means we can't say that our consciousness is located anywhere. We're nowhere for the simple reason that there is no place in which we can be said to be located. That's why we're nowhere.'

viii Tradução do autor. Original em inglês: '[...] as I have already said, both of your obsessive states – with Chapaev and without him – are equally illusory. In order to reach “nowhere” and ascend that throne of eternal freedom and happiness, it is enough to remove the single dimension which still remains – the one, that is, in which you see me and yourself.'

ix Tradução do autor. Original em inglês: “The ultimate boundary is that limit separating the virtual world of mundane reality from authentic, “pure” existence or being. The mystic Pelevin locates this pure being inside the individual soul. Inviting post-Soviet Russian literature to cross the ultimate – transcendental – boundary, Pelevin simultaneously tries to show this literature how to cultivate a metaphysical reality, which does not exist, but can be created.”

x Tradução do autor. Original em inglês: 'And where is your consciousness?' / 'Right here,' I said, tapping myself on the head. / 'And where is your head?' / 'On my shoulders.' / 'And where are your shoulders?' / 'In a room.' / 'And where is the room?' / 'In a building.' / 'And where is the building?' / 'In Russia.' / 'And where is Russia?' / 'In the deepest trouble, Vasily Ivanovich.' / 'Stop that,' he shouted seriously. 'You can joke when your commander orders you to. Answer.' / 'Well, of course, on the Earth.' / We clinked glasses and drank. / 'And where is the Earth?' / 'In the Universe.' / 'And where is the Universe?' / I thought for a second. / 'In itself.' / 'And where is this in itself?' / 'In my consciousness.'

xi Tradução do autor. Original em inglês: 'At a certain moment it simply becomes clear that it is all a dream. That's all there is to it,' I said, uncertainly. 'When I really begin to feel too bad, I suddenly realize that in fact there is nothing to be afraid of, because...' / 'Because what?' / 'I am struggling to find the words. I would put it like this – because there is a place to which I can wake up.' / Chapaev slapped the table with his open hand. / 'Where exactly can you wake up to?' / I had no answer to that question. / 'I do not know,' I said. / Chapaev raised his eyes to look into mine and smiled. He suddenly no longer seemed drunk. / 'Good lad,' he said. 'That's the very place. As soon as you are swept up in the flow of your dreams, you yourself become part of it all – because in that flow everything is relative, everything is in motion, and there is nothing for you to grab hold of and cling to. You don't realize when you are drawn into the whirlpool, because you are moving along together with the water, and it appears to be motionless. That's how a dream comes to feel like reality. But there is a point which is not merely motionless relative to everything else, but absolutely motionless, and it's called “I don't know”. When you hit it in a dream you wake up. Or rather, the waking up pushes you into it. And then after that,' - he gestured around the room – 'you come here.' / [...] 'There's this point,' Chapaev continued, 'that is absolutely motionless, relative to which this life is as much of a dream as all your stories. Everything in the world is just a whirlpool of thoughts, and the world around us only becomes real when you yourself become that whirlpool. Only because you *know*.'

xii Tradução do autor. Original em inglês: 'There is only one kind of freedom – when you are free of everything that is constructed by the mind. And this freedom is called “I do not know”. You were absolutely right. You know, there is an expression, “a thought expressed is a lie”, but I tell you, Chapaev, that a thought unexpressed is also a lie, because every thought already contains the element of expression.' / [...] 'As soon as I know,' I continued, 'I am no longer free. But I am absolutely free when I do not know. Freedom is the biggest mystery of all.'

xiii Tradução do autor. Original em inglês: 'One has to do something to occupy oneself in all this eternal infinity,' he said. 'So we're going to try swimming across the river Ural, which doesn't really exist. Don't be afraid, Petka, dive in!' / 'But will I be able to dive out again?' / Chapaev looked me over from head to toe. / 'Well, you obviously could before,' he said. 'Since you're standing here.' / 'But will I be myself

again?' / 'Now, Petka,' Chapaev asked, 'how can you not be yourself when you are absolutely everything that possibly can be?'

xiv Tradução do autor. Original em inglês: 'It is all quite simple. Every time the concept and the image of Russia appears in your conscious mind, you have to let it dissolve away in its own inner nature. And since the concept and the image of Russia has no inner nature of its own, the result is that everything is sorted out most satisfactorily.'

Artigo recebido 05 de dezembro de 2016 e aprovado em 28 de fevereiro de 2017.

A PEDAGOGIA SOCIALISTA DE MOISEY PISTRAK NO CENTENÁRIO DA REVOLUÇÃO RUSSA: CONTRIBUIÇÃO PELO OLHAR DA HISTÓRIA E DA SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO

LA PEDAGOGÍA SOCIALISTA DE MOISEY PISTRAK EN EL CENTENARIO DE LA REVOLUCIÓN RUSA: CONTRIBUCIÓN POR LA MIRADA DE LA HISTORIA Y DE LA SOCIOLOGÍA DE LA EDUCACIÓN

Ricardo Vidal GOLOVATY¹

Resumo: O artigo propõe uma reflexão crítica sobre a Pedagogia Socialista de Moisey Pistrak (1888-1937), em seu tempo e no nosso tempo. Para tanto, faz-se necessário uma articulação entre o olhar histórico, quanto a conjuntura política e econômica na qual o autor produziu as obras *Fundamentos da Escola do Trabalho* (1924) e *Ensaio sobre a escola politécnica* (1929), com o olhar sociológico, sobre as relações entre educação e estrutura social, escolarização e Revolução Russa. Defende-se que tal caminho é imprescindível para uma apropriação coerente das contribuições de Pistrak nas lutas sociais e educacionais do Brasil contemporâneo, sobretudo, ao aprofundarmos os sentidos que Pistrak conferia ao “período de transição” em tais obras.

Palavras-Chave: Moisey Pistrak, Revolução Russa, Pedagogia Socialista, História, Sociologia da Educação

Resumen: El artículo propone una reflexión crítica sobre la Pedagogía Socialista de Moisey Pistrak (1888-1937), en su tiempo y en el nuestro. Por ello, es necesaria una articulación entre la perspectiva histórica, como la coyuntura política y económica en la que el autor produjo las obras *Fundamentos da Escola do Trabalho* (1924) y *Ensaio sobre a escola politécnica* (1929), con una mirada sociológica, sobre las relaciones entre la educación y la estructura social, escolarización y Revolución Rusa. Se defiende que tal camino es imprescindible para una apropiación coherente de las contribuciones de Pistrak en las luchas sociales y educativas del Brasil contemporáneo, sobre todo, al profundizarnos en los sentidos en que Pistrak le confería al “periodo de transición” en tales obras.

Palabras-Clave: Moisey Pistrak, Revolución Rusa, Pedagogía Socialista, Historia, Sociología de la Educación

Introdução

Refletir sobre a pedagogia socialista de Moisey Pistrak para o centenário da Revolução Russa constitui desafio intrigante. Acrescentado ao cenário contemporâneo de redação deste artigo, de ocupações estudantis em universidades, institutos federais e escolas públicas pelo Brasil, temos uma tarefa significativa. Apresentar nossa posição em

¹ Doutor em História Social – Universidade Federal de Uberlândia – UFU – Bacharel em Ciências Sociais – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP – Docente de Ciências Sociais – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – IFG, campus Goiânia – Docente da Especialização em Políticas e Gestão da Educação Profissional e Tecnológica – IFG, campus Goiânia – Membro do NEPSES – Núcleo de Estudos e Pesquisas em Sociologia, Educação e Sociedade. E-mail: ricardo.golovaty@ifg.edu.br

tais assuntos é o primeiro passo no caminho. Como parte de nossa abordagem de Pistrak passará pela História, devemos definir o que entendemos por Revolução Russa, dado que o historiador escreve a partir de um espaço e de um tempo, carregado de interesses.

Não chegamos à Pistrak e à Revolução Russa por acaso. Desde o nosso ingresso no Instituto Federal de Goiás (IFG), no ano de 2010, quando enfrentamos o tema “Trabalho e politecnia na tradição marxista” como ponto de prova didática de concurso público, começamos uma trajetória acadêmica, intelectual e política instigados pelo assunto. Este artigo é resultado parcial de um projeto maior, realizado coletivamente, com companheiros de trabalho do IFG campus Goiânia, intitulado “Heranças da Revolução Russa cem anos depois: historiografia, violência, educação”, realizado pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas em Sociologia, Educação e Sociedade, NEPSES. Uma de nossas linhas de pesquisa, “Politecnia, educação profissional e currículo”, visa refletir e intervir política e pedagogicamente no cotidiano do IFG, debatendo o que entendemos por uma tradição de autores e propostas que possibilitem pensar a educação profissional, sobretudo em modalidades do Ensino Médio, pelo ponto de vista das históricas lutas dos trabalhadores, em compromisso com a ruptura das relações sociais de produção fundamentadas na alienação do trabalhador.

Nosso objetivo com o estudo de Moisey Pistrak se desenrola por tal práxis, portanto, não se trata de uma pesquisa de cunho historiográfico, que se limita a entender o autor em seu tempo. Julgamos imprescindível tal reflexão, porém, aliada ao tema clássico da Sociologia da Educação: as relações entre escola e estrutura social. Neste caso, escolarização e Revolução Russa. Demarcaremos as posições de Pistrak na conjuntura por ele vivenciada, quando da redação de “Fundamentos da Escola do Trabalho”, de 1924, e “Ensaio sobre a Escola Politécnica”, de 1929. À título de considerações finais, quanto às heranças de Pistrak, tentaremos avançar para alguns elementos presentes em sua Pedagogia socialista, que apontam caminhos para a transformação radical da escola e da sociedade.

Quanto à Revolução Russa e seus desdobramentos, a entendemos pelo ponto de vista de que “(...) os meios de produção podem passar para outras mãos (por exemplo para as de uma burocracia que se apropria deles colectivamente [sic]) *sem por isso transformar de modo revolucionário as relações de produção*” (BRINTON, 1975, p.23, grifos do autor), ou seja, de que no processo revolucionário, quando do enfrentamento de suas dificuldades, da Grande Guerra aos levantes contrarrevolucionários, e de suas decisões e grandes projetos, como a NEP e planos quinquenais, concretizou-se o modo

bolchevique e leninista de partidoⁱ, caminhando no fortalecimento e centralização crescente do Estado pela intelligentsia tornada classe burocrática – engendrando um descolamento e dominação das instituições ou formas de luta protagonizadas pela classe operária e seus *soviets*.ⁱⁱ

A Revolução Russa reordenou a propriedade dos meios de produção, porém, não alterou radicalmente as relações sociais de produção. O Estado centralizou e captou a mais-valia pela exploração da classe operária. No campo, as dificuldades de reordenação das relações de propriedade e de produção foram significativas. Compartilhamos da observação de que o processo revolucionário “(...) abrangia, por um lado, um movimento camponês que se afastava centrifugamente das fontes do poder e por outro lado, uma insurreição de operários em greve e soldados amotinados (...)” (WOLF, 1984, p.123). O campesinato russo passou toda a década de 1920 em conflito com os projetos e anseios revolucionários, dadas as suas tradições de trabalho como pequenos produtores, organizados em comunas rurais, que formavam unidades políticas (*mir*). Apenas quando do primeiro plano quinquenal a propriedade da terra e as relações sociais de produção começaram a ganhar novos contornos, mais próximos ao regime soviético e mediante controle, violência e repressão.

Ao perscrutarmos os trabalhos desenvolvidos por Pistrak ao longo da década de 1920 teremos em vista este cenário. Nossa hipótese é a de que o conjunto de sua obras nesse período expressam suas preocupações e tensões com tais dinâmicas, portanto, de um lado, seguem os projetos construídos pelo regime soviético (NEP e planos quinquenais) mas trazem, por outro lado, numa margem de autonomia relativa que possuía como intelectual vinculado ao Estado, propostas que ultrapassaram as necessidades imediatas das conjunturas econômicas e políticas, como, por exemplo, a auto-organização dos alunos na escola (o ponto mais discutido e recordado da bibliografia produzida pela área de Educação sobre Pistrak).ⁱⁱⁱ

Moisey Mikhailovich Pistrak era doutor em Ciências Pedagógicas, tendo concluído a Faculdade de Físico-Matemática em 1914. Ingressou no Partido Comunista justamente no ano da publicação de “Fundamentos da Escola do Trabalho”, 1924. Entretanto, acompanhou todo o processo revolucionário, ingressando no NarKomPros (Comissariado Nacional de Educação) em 1918. Nesse tempo atuou na Escola-Comuna Experimental-Demonstrativa Lepechinskiy. Em 1931, Pistrak trabalhou no Instituto de Pedagogia do Norte do Cáucaso, quando, em 1936, tornou-se diretor do Instituto Central de Pesquisa Científica de Pedagogia, órgão do Partido Comunista, ligado ao Instituto

Superior Comunista de Educação. Pistrak foi preso em 1937, nas perseguições stalinistas, falecendo no mesmo ano. (FREITAS, 2009, p.16-17)

Pistrak não definiu o seu trabalho como Pedagogia socialista. O autor utilizou as noções de “escola do trabalho” e “escola politécnica”, e insistiu que os seus livros não eram tratados teóricos, mas sínteses para encaminhamentos práticos oriundos de debates realizados nas instituições em que atuava. No entanto, no início da década de 1980, Maurício Tragtenberg utilizava Pedagogia socialista como subtítulo ao prefácio que redigiu para “Fundamentos da Escola do Trabalho”, defendendo que o objetivo de Pistrak “(...) não era o de formular uma teoria comunista da educação, mas estruturar os enunciados surgidos no contexto da prática escolar à luz do método dialético.” (TRAGTENBERG, 2011, p.199) Neste sentido, podemos argumentar que Pedagogia socialista se refere a um grande campo de autores e obras que procuraram pontuar aspectos centrais da prática educacional tomando como centro a escola e a luta de classes, elencando, a partir das tradições marxista e anarquista, os aspectos centrais da dominação de classe na escolarização, pela divisão social do trabalho, bem como o lugar estratégico da escola para trabalhadores na organização das lutas revolucionárias. Entendemos que a Pedagogia socialista é parte da práxis dos trabalhadores^{iv} e Pistrak não foi o seu pioneiro. Podemos situá-lo como um herdeiro e como um de seus protagonistas no processo revolucionário russo.

A práxis herdada por Pistrak

Respeitando o objetivo central da reflexão aqui proposta, não convém uma síntese ou balanço de autores e obras anarquistas e marxistas sobre educação publicadas no século XIX – nem teríamos acúmulo para tal. Como nosso centro se dá na noção de Pedagogia socialista, escolhemos tomar como exemplos alguns elementos retirados de Makhail Bakunin e Karl Marx, os entendendo como expoentes das duas escolas de práxis revolucionária, para demarcarmos parte das heranças de Pistrak.

Não podemos argumentar que Pistrak conhecia os escritos de Bakunin intitulados “A instrução integral”, pois foram publicados antes de seu nascimento, no ano de 1871, no jornal L'Égalité (de 31 de julho a 21 de agosto) (RAYNAUD, 2003, p.38). Entretanto, como neste ensaio Bakunin reflete sobre a educação a partir dos debates da Internacional, sobretudo o Congresso de Bruxelas de 1868, há conhecimento, por Pistrak, não exatamente do texto de Bakunin, mas das questões que atravessavam tal debate. Os

elementos levantados por Bakunin na análise da escola na sociedade capitalista, e suas propostas para uma educação revolucionária, perpassam obras de outros autores, bem como, estão nos textos de Pistrak, portanto, compõem parte da práxis que estamos entendendo por Pedagogia socialista.

A questão central abordada por Bakunin no ensaio remete ao lugar da instrução para a classe trabalhadora, o lugar da educação para a emancipação, ou seja, como o fato dos trabalhadores não receberem, ou receberem educação inferior à burguesia, repercute na práxis revolucionária. O primeiro item a ser levantado consiste na crítica à ciência, na percepção das relações entre dominação de classe, ciência e Estado, ou seja, o apontamento de que o Estado moderno usa da ciência como aparato repressivo, bem como torna-se uma força que estabelece novas formas de trabalho e, portanto, novos perfis de dominação sobre os trabalhadores. (BAKUNIN, 2003, p.66)

Bakunin passa então a demonstrar que se a ciência tem relação com a instrução, e esta é negada às massas populares, a escolarização reproduz as relações desiguais da divisão social do trabalho, separando a sociedade em classes, entre trabalhadores predominantemente intelectuais e trabalhadores predominantemente físicos (operariado e campesinato sem instrução): “(...) enquanto houver dois ou vários graus de instrução para as diferentes camadas da sociedade, haverá privilégios econômicos e políticos para um pequeno número de afortunados, e a escravidão e a miséria para a maioria.” (BAKUNIN, 2003, p.69) Ao relacionar instrução com dominação de classe, Bakunin passa a demarcar o que seria a “instrução integral”, ou seja, a educação que aboliria a divisão de classes e, conseqüentemente, a separação entre trabalho físico e trabalho intelectual:

(...) na sociedade atual, estão igualmente deturpados o trabalho manual e o intelectual, por causa do isolamento artificial a que foram condenados. Mas estamos convencidos de que no homem vivo e íntegro cada uma destas atividades, muscular e nervosa, deve ser desenvolvida igualmente e, longe de se prejudicarem mutuamente, cada qual deve apoiar, ampliar e reforçar a outra; a ciência do sábio se tornará mais fecunda, mais útil e mais ampla quando o intelectual não ignorar o trabalho manual; e o trabalho do operário instruído será mais inteligente e, por conseguinte, mais produtivo do que o do operário ignorante. (BAKUNIN, 2003, p.70)

Ao propor uma educação integral que unifique trabalho intelectual e trabalho manual, Bakunin não aponta para uma instrução profissionalizante, pelo contrário, defende a ampla liberdade do estudante a não ter que escolher precocemente o seu futuro. Defende uma escola única, desdobrada em três eixos: científico, laboral e o que chamou

de “experiências de moral”. O primeiro eixo, com a fase científica, dos “principais elementos de todas as ciências” e uma fase subsequente ou “parte especial, necessariamente dividida em vários grupos ou faculdades”, com “todas as especificidades das ciências”. O segundo eixo, ligado à produção material, ao trabalho, desdobrado em duas fases, a de “ensino geral”, de “ideia geral e o primeiro conhecimento prático de toda a indústria”, e outra específica, separada por “grupos de ofícios ligados entre si de forma especial”. O terceiro eixo constitui as “experiências de moral”, ou seja, o aprendizado do uso da liberdade na coletividade, e da coletividade organizada para que cada um goze de mais ampla liberdade, o uso da rebeldia e da solidariedade. Em suma, uma escola composta pela tríade ensino científico e teórico, ensino industrial ou prático e experiências de moral com o objetivo de formar o “trabalhador que compreende e sabe” (BAKUNIN, 2003, p.79-82).

O desfecho da obra discute as relações entre educação e revolução tomando como mote a discussão sobre moralidade. Bakunin argumenta que a sociedade é sempre maior do que os indivíduos e as instituições e, portanto, defende que mesmo se existissem escolas com o perfil por ele delineado, elas pouco transformariam a sociedade, pois “Os instrutores, os professores, os pais, todos são membros desta sociedade e estão mais ou menos embrutecidos por ela.” (BAKUNIN, 2003, p.92) Recorda, ainda, que as jornadas de trabalho exaustivas do operariado não permitem uma fruição adequada do que poderia ser a instrução. Na passagem abaixo, Bakunin desenvolve tese posteriormente praticada pelos bolcheviques: a revolução cultural é posterior à revolução política e econômica.

Apesar de nosso grande respeito pela importante questão da educação integral, declaramos que não é isso o mais importante para os povos. Em primeiro lugar está a sua emancipação política, que engendra necessariamente sua emancipação econômica e, mais tarde, sua emancipação intelectual e moral. (BAKUNIN, 2003, p.93)

Para seguir circunstanciando as heranças de Pistrak, vamos passar brevemente por Karl Marx e “A maquinaria e a indústria moderna”. Destacaremos importantes elementos que, em nosso entender, compõem a Pedagogia socialista. Estão presentes nas propostas do pedagogo russo e foram ressaltadas nos trechos em que Marx analisa aspectos da escolarização de crianças e jovens filhos de trabalhadores na Inglaterra do século XIX.

As relações entre maquinaria moderna, instrumentos de trabalho e processos de trabalho, engendram o trabalho cooperativo, ou seja, trabalho conjugado entre operário e máquina, e trabalho de todos entre si. A “aplicação consciente da ciência” torna-se uma articuladora dos processos de trabalho e das formas de extração da mais-valia, acarretando

um “(...) organismo de produção inteiramente objetivo que o trabalhador encontra pronto e acabado como condição material de produção.” (MARX, 2003, p.442) A percepção de que o trabalhador “encontra pronto e acabado” o processo de trabalho revela a necessidade deste em entender que a tecnologia se tornou ciência aplicada, uma das determinações das relações sociais de produção. Para Marx a compreensão e superação do modo de produção capitalista, a práxis revolucionária, passa pela crítica da ciência e da tecnologia, ao revelar “(...) o modo de proceder do homem para com a natureza, processo imediato de produção de sua vida, e, assim, elucida as condições de sua vida social e as concepções mentais que delas decorrem.” (MARX, 2003, p.428)^v

É nesse contexto que Marx entende, como um pequeno passo, como um esboço da educação do futuro, um dos resultados da lei fabril que obriga as famílias que empregam filhos menores de 14 anos a leva-los às escolas primárias, pois

Apesar da aparência mesquinha que apresentam em seu conjunto, as disposições da lei fabril relativas à educação fizeram da instrução primária condição indispensável para o emprego de crianças. Seu sucesso demonstrou, antes de tudo, a possibilidade de conjugar educação e ginástica com o trabalho manual, e, conseqüentemente, o trabalho manual com educação e ginástica. (MARX, 2003, p.547)

Na leitura de Marx o processo de escolarização de filhos de trabalhadores não se dá somente por uma legislação lastreada no espanto e sensibilidade de inspetores de fábrica e filantropos burgueses com as condições de trabalho das crianças e dos jovens. A expansão da escolarização acontece como uma imposição do próprio estágio de desenvolvimento das forças produtivas. A tecnologia e as condições de trabalho exigem que os operários tenham conhecimentos básicos de uso de múltiplos tipos e funções da maquinaria moderna e seus respectivos instrumentos de trabalho. Ocorre, ainda, a necessidade de recomposição constante de um exército industrial de reserva com alguma instrução, dada a troca incessante de locais de trabalho pelos operários, e mesmo de operários, pelo desgaste das jornadas de trabalho (tempo e degradação do corpo), que os inutilizam precocemente. É nessa conjuntura que Marx alude às escolas politécnicas e de ensino profissional como uma espécie de sementes da educação do futuro:

As escolas politécnicas e agrônômicas são fatores desse processo de transformação, que se desenvolveram espontaneamente na base da indústria moderna; constituem também fatores dessa metamorfose as escolas de ensino profissional, onde os filhos dos operários recebem algum ensino tecnológico e são iniciados no manejo prático dos diferentes instrumentos de produção. A legislação fabril arrancou ao

capital a primeira e insuficiente concessão de conjugar a instrução primária com o trabalho na fábrica. (MARX, 2003, p.553)

Significativo que o trecho segue – recordando a questão da educação e da revolução em Bakunin – com a posição de que a libertação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores. Obviamente, segundo o ponto de vista marxiano da revolução como conflito antagônico, ruptura, entre forças produtivas e relações de produção.^{vi}

Mas não há dúvida de que a conquista inevitável do poder político pela classe trabalhadora trará a adoção do ensino tecnológico, teórico e prático, nas escolas dos trabalhadores. Também não há dúvida de que a forma capitalista de produção e as correspondentes condições econômicas dos trabalhadores se opõem diametralmente a esses fermentos de transformação e ao seu objetivo, a eliminação da velha divisão do trabalho. Mas o desenvolvimento das contradições de uma forma histórica de produção é o único caminho de sua dissolução e do estabelecimento de uma nova forma. (MARX, 2003, p.553)

Como síntese parcial de nossas análises, podemos elencar quais elementos se fazem presentes em Bakunin e Marx e compõem uma forma de Pedagogia socialista. Temos, como início, o apontamento das condicionantes que as relações sociais de produção impõem à escolarização, ou seja, que os formatos escolares reproduzem a divisão social do trabalho, sobretudo, a separação entre trabalho físico e trabalho intelectual, dirigentes e dirigidos. Em paralelo à relação escola e divisão social do trabalho, se encontra o reconhecimento da ciência como força produtiva, e da necessidade estratégica de sua apropriação pelos trabalhadores. Partindo das possibilidades de educação como emancipação da classe trabalhadora, aparecem as propostas de integração entre trabalho e educação. O trabalho como princípio educativo, como elemento que permite o conhecimento propedêutico e prático da ciência e da tecnologia como forças produtivas. Uma compreensão mais totalizante da sociedade capitalista – e dos homens sobre si mesmos: compreensão das técnicas produtivas com as relações sociais de produção, as formas pelas quais as mercadorias são produzidas e o problema do trabalho alienado. Quanto às tensões entre formação integral e formação profissionalizante, há o reconhecimento da predominância da escolarização como preparação de força de trabalho especializada na sociedade capitalista, e o horizonte revolucionário da escolarização, com o trabalho como princípio educativo com vistas ao homem integral (ao seu desenvolvimento intelectual, moral e físico).

Importante assinalar que tais propostas não deixam de refletir sobre suas limitações, sobre o peso relativo da escolarização no interior dos caminhos possíveis da

luta de classes, ou das possibilidades concretas aos aspectos revolucionários da escola na sociedade capitalista. Daí as ponderações de Bakunin, chamando pela revolução política como precedente à “instrução integral”, e Marx sinalizando as possibilidades abertas pelas novas formas de escolarização aos filhos de operários na Inglaterra do século XIX. Como pontos discrepantes, podemos afirmar que Bakunin dá mais atenção à necessidade de os estudantes possuírem protagonismo na escola, com liberdade para aprendizado moral e escolha profissional; enquanto Marx, pela própria natureza de seu texto – no qual a educação não se apresenta como objetivo central –, não desenvolve o assunto.

A práxis de Pistrak

Moisey Pistrak herdou a práxis construída pelas vertentes socialistas ao longo do século XIX. Os elementos que assinalamos em Bakunin e Marx foram assimilados e desenvolvidos tomando o desafio da construção de uma nova escola e sociedade ao longo da década de 1920 na Rússia.

Há significativas lacunas na historiografia, sobre em quantas e em quais escolas as propostas do NarKomPros se concretizaram e, sobretudo, como se concretizaram. Há relatos dos próprios agentes do NarKomPros, principalmente sobre as dificuldades que encontraram. A obra coletiva organizada por Pistrak, “A Escola Comuna”, constitui fonte importante. Nossa discussão diz respeito às observações e propostas de Pistrak, não aos modos pelos quais ele as concretizou em seu trabalho na Escola Comuna Lepechinskiy.

Nos escritos de Pistrak predominam estudos sobre três modalidades de educação básica (de crianças e jovens), sendo entendidas como escolas do trabalho ou escolas politécnicas: a Escola da Juventude Camponesa, a Escola Fabril e a Escola Fabril de Sete Anos. Nesta tríade, apenas a Escola Fabril de Sete anos era profissionalizante. Pistrak defendia a possibilidade das demais também se tornarem. (PISTRAK, 2015, p.53-58).^{vii}

Não pretendemos uma descrição minuciosa das duas obras de Pistrak arroladas. Ao mesmo tempo, devemos realizar uma síntese da práxis do autor.^{viii} Como nosso objetivo consiste em demarcar as relações entre sua Pedagogia socialista e o momento em que produziu tais livros, ganha prioridade metodológica os capítulos em que debateu o que denominou “período de transição”, isto é, como entendeu o que vivenciou entre 1917 e 1929. Para ingressarmos nos capítulos intitulados “A escola do trabalho na fase de transição”, de 1924, e “Especificidades do período de transição”, de 1929, faremos uma síntese das relações entre educação e sociedade, escola e Revolução Russa, segundo

o esquema^{ix} abaixo. A coluna da esquerda representa conceitos e/ou propostas criadas por Pistrak. A coluna da direita os elementos da sociedade com os quais dialogavam:

ESCOLA ↔ SOCIEDADE

Atualidade e período de transição ↔ Revolução Russa x Imperialismo
Currículo pelos complexos ↔ Realidade como totalidade e dialética
Trabalho socialmente necessário ↔ Estado soviético/Ditadura do proletariado
Organização científica do trabalho ↔ Planejamento/NEP/Plano quinquenal
Politecnismo (formação integral) ↔ Quadros técnicos e científicos
Auto-organização escolar ↔ Organização política, Juventude Comunista
Escolas urbanas ↔ mais um dos agentes culturais da revolução
Escolas rurais ↔ protagonismo cultural entre os camponeses

Pistrak entendia a escola condicionada pela divisão social do trabalho, tal como Marx e Bakunin.^x Ao reconhecer o condicionamento da estrutura social sobre a instituição escolar, desenvolveu uma proposta na qual a escolarização contribuiria para a continuidade do processo revolucionário. Nesse aspecto, procurou os elementos centrais de sua Pedagogia socialista. Quanto ao quadro acima, o primeiro destaque se dá entre *atualidade* e revolução. Pistrak defendia que a vida precisava ingressar na escola para esta ter sentido: a escola não podia se furtar de formar o sujeito revolucionário. A atualidade^{xi} se referia, portanto, ao momento vivenciado pelo país, sobretudo quanto à luta de classes em escala internacional promovida entre os movimentos de trabalhadores e o imperialismo (etapa do processo de acumulação capitalista). Para o estudante entender a luta de classes a qual estava envolvido, a escola deveria trabalhar segundo a perspectiva de Marx. Surge assim a proposta dos *complexos* de estudo: formas de integração entre as disciplinas do currículo em busca de sínteses da totalidade a partir de temas contemporâneos – a própria atualidade como o processo de continuidade da revolução.

Como o estudo dos temas e problemas vivenciados ligavam-se ao trabalho como princípio educativo, Pistrak o desenvolveu em duas formas: a primeira, como componente central do currículo, intrínseco ao estudo científico (propedêutico), cujo desafio era desenvolvê-lo não como um simples exemplo do conhecimento teórico, mas como dispositivo central da aprendizagem. E a segunda forma do trabalho, como parte do cotidiano escolar, seja com a participação direta dos estudantes na produção (no campo, em oficinas ou indústrias), seja com a presença dos mesmos em momentos específicos de contribuição à sociedade (Sábados comunistas, resoluções de problemas específicos da comunidade). O objetivo da noção de *trabalho socialmente necessário* se dava pela formação de um sentimento de pertencimento das crianças e jovens na ditadura do proletariado ou Estado soviético.^{xii}

Tendo o trabalho socialmente necessário como parte da construção da ditadura do proletariado, aliado à atualidade que chamava ao problema da produtividade dos trabalhadores do campo e da cidade, Pistrak elaborou formas de utilização da *Organização científica do trabalho* (OCT ou taylorismo) na escola (assunto que aprofundaremos logo mais). Propôs que todo o cotidiano escolar fosse permeado pela racionalização do trabalho para a busca de métodos cada vez mais adequados aos objetivos demandados. Estabeleceu, portanto, uma relação com a noção de planejamento, atrelado aos objetivos da Nova Política Econômica, NEP, e dos planos quinquenais.

Como esses projetos estatais envolviam o incremento de força de trabalho na figura de quadros técnicos e científicos, a noção de *escola politécnica* ou *politecnismo* surgiu enquanto união entre trabalho e educação. O politecnismo foi atrelado ao objetivo da formação integral, do desenvolvimento multilateral dos estudantes, pela dupla via do conhecimento científico e técnico dos principais ramos da produção, bem como de capacidade prática nas múltiplas técnicas da moderna indústria e agricultura. Ele formaria um trabalhador apto ao trabalho intelectual e físico, ao planejamento/gerenciamento e à execução, conjugado, no esquema elaborado por Pistrak, à *auto-organização* da escola pelos estudantes, isto é, pela participação direta no trabalho de manutenção do cotidiano escolar, mas, sobretudo, como aprendizado de convivência, de cooperação e de liderança, de protagonismo político e obediência ao coletivo: integração autônoma à sociedade. O papel conferido aos destacamentos de pioneiros (organizações políticas das crianças) e às juventudes comunistas (organizações políticas dos jovens) ganha sentido nesse contexto.

Quanto ao *período de transição*, Pistrak o entendia como local de demarcação estratégica para a superação das dificuldades de concretização de uma escola única e politécnica a partir da antiga escola russa. Nesse sentido, o livro “Fundamentos da Escola do Trabalho” foi mediado pelas conjunturas da tomada do poder pelos bolcheviques à morte de Lenin, da aposta equivocada na revolução russa como propulsora de outras revoluções proletárias na Europa, ao caminhar para o “socialismo num só país”.

“Fundamentos da Escola do Trabalho” possui as marcas das teses de Lenin sobre a importância da revolução soviética como protagonista do combate ao imperialismo, bem como à tese da necessidade de uma revolução cultural para sua consolidação – mudança intelectual no operariado, mais disposto ao trabalho e à produtividade e, principalmente, mudança intelectual no campesinato, tomando consciência da necessidade de propriedades coletivas e modernização agrícola. Pistrak cita “Sobre a cooperação” para sustentar suas posições. Tal escrito de Lenin, publicado no *Pravda* em

maio de 1923, consiste numa defesa da NEP e da noção de cooperação como “o caminho mais sensível, fácil e acessível para o camponês.” (LENIN, 1961, p.414, nossa tradução)

Lenin não trata apenas do campesinato, mas do problema de “civilização” da população russa, argumentando que para a noção de cooperação ganhar força “(...) é necessária toda uma revolução, toda uma etapa de desenvolvimento cultural da massa do povo”, portanto, o desafio de “(...) elevar a nossa população a tal grau de “civilização”, que compreenda todas as vantagens da participação de todos nas cooperativas, e que organize essa participação.” (LENIN, 1961, p.415, nossa tradução, aspas do autor) Em 1924, ao recordar o problema da relação entre revolução e educação, sobre o lugar, o tempo específico e o papel da escola, Pistrak afirmou: “(...) nossa revolução política e social precedeu a revolução intelectual, mas isso não significa que não tenhamos agora de enfrentar a revolução intelectual.” (PISTRAK, 2011, p.89) Nota-se que o trecho de Pistrak é muito próximo ao de Lenin, quando este afirma que “(...) em nosso país a revolução política e social precedeu a revolução cultural, (...) é tal revolução cultural ante a qual, apesar de tudo, agora nos encontramos.” (LENIN, 1961, p.417, nossa tradução)

O capítulo “A escola do trabalho na fase de transição” toma como princípios a auto-organização dos alunos e o ensino baseado na “realidade atual” para derivar quatro objetivos visados na escolarização:

(...) que a nova geração compreenda, em primeiro lugar, qual é a natureza da luta travada atualmente pela humanidade; em segundo lugar, qual o espaço ocupado pela classe explorada nesta luta; em terceiro lugar, qual o espaço que deve ser ocupado por cada adolescente; e, finalmente, é que cada um saiba, em seus respectivos espaços, travar a luta pela destruição das formas inúteis, substituindo-as por um novo edifício. (PISTRAK, 2011, p.24-25)^{xiii}

É possível afirmar que o cenário político e econômico vivenciado por Pistrak entre os anos de 1924 a 1929, quando publica “Ensaio sobre a Escola Politécnica”, possui a passagem da NEP para os planos quinquenais, com a intensificação da gestão taylorista do trabalho operário e as decisões de endurecimento e enfrentamento violento ante as resistências dos camponeses à coletivização das terras.^{xiv} A tese do “socialismo num só país” – significativo desvio ao internacionalismo dos movimentos de trabalhadores e intelectuais socialistas ao longo do século XIX – conquistou, apesar do paradoxo, um ambiente favorável, pois

(...) psicologicamente o seu impacto foi enorme. Oferecia uma meta positiva e definível. Acabava com as vãs expectativas de ajuda do exterior. Lisonjeava o orgulho nacional apresentando a revolução como

uma realização especificamente russa e a construção do socialismo como uma tarefa grandiosa, em cuja realização o proletariado russo se constituiria num exemplo para o mundo. Até então, a dependência em que a perspectiva de socialismo na Rússia se encontrava, de uma revolução socialista em outros países, havia ocupado um lugar central na doutrina do partido. Agora, a ordem das prioridades era modificada. (CARR, 1981, p.73-74)

O capítulo “Especificidades do período de transição”, de 1929, dialoga com esse cenário. Enquanto o período de transição em 1924 enfatizava a crítica ao imperialismo e o lugar internacional da revolução, em 1929 sua especificidade era, justamente, os planos quinquenais. Na abertura do livro, como herdeiro do debate sobre o lugar estratégico da educação e da escolarização na construção do processo revolucionário, Pistrak retoma a posição sobre o caminho de transição, como fica claro nessa passagem:

Marx, portanto, considerou possível propor a demanda de uma escola politécnica como uma exigência programática da classe operária nos marcos da sociedade capitalista. É evidente que com a conquista do poder pela classe operária, a escola politécnica tornar-se-á inevitável, assim como os aspectos positivos da “tendência de atrair crianças para a edificação na produção social” permanecerão em pleno vigor, e as “formas detestáveis e os meios pelos quais se realiza essa tendência” desaparecem com o poder do capital. (...)

Devemos, portanto, começar, e começar a sério, a concretizar a escola politécnica agora mesmo e não se esquivar desta tarefa argumentando que é obra do futuro distante, mas buscando os caminhos que conduzem realmente à construção da escola. (PISTRAK, 2015, p.30-31, grifos do autor)

Pistrak recorre às posições de Lenin sobre a tarefa imediata da busca por “caminhos sólidos para a escola politécnica”, defendendo o pressuposto de que no território russo havia a “coexistência de cinco diferentes modos econômicos, com graus variados de vitalidade e peso específico variável em diferentes áreas e regiões da nossa vasta União.” (PISTRAK, 2015, p.31) Esses distintos “modos econômicos”, a saber, sociedade patriarcal primitiva, escravidão, feudalismo/servidão, capitalismo e socialismo, impunham tarefas específicas às escolas, ou seja, aos lugares e aos modos pelos quais poderiam ser implementadas. É nesse cenário que o período de transição, em 1929, torna-se orgânico aos planos quinquenais e ao planejamento estatal que reordenará tal diversidade como projeto de unificação econômica e política.^{xv} Quanto à unificação política, Pistrak entendia que ela se dava a partir da ditadura do proletariado,

(...) quando o desenvolvimento começa a ser movido não apenas por alavancas externas à vontade das pessoas, mas avançam para uma nova vida com a força que é conscientemente criada pelo proletariado – que

possui o poder político no país, ou seja, pela vontade consciente da classe ditadora – a escola deixa de apenas refletir a realidade e começa a influenciá-la. (PISTRAK, 2015, p.39, grifos do autor)

A menção à escola representa a crença de Pistrak no avanço do processo revolucionário reordenando a sociedade e suas instituições – portanto, a defesa, possível ao menos como texto, de que a escola soviética invertia o condicionamento da estrutura social, a tornando protagonista do processo, não reflexo ou reprodução da estrutura. O plano quinquenal é definido como um “(...) gigantesco processo de educação para toda a massa da população” e “(...) uma enorme tarefa de preparação de quadros qualificados de trabalhadores e das forças da engenharia e da técnica.” (PISTRAK, 2015, p.71)

A proposta de politecnismo de Pistrak esbarrava na exigência de preparação de quadros qualificados. Havia uma tensão entre as demandas mais prementes do presente e o projeto politécnico. Não encontramos um enfrentamento explícito deste problema nas duas obras estudadas. Pistrak parece apresentar a discussão como se houvesse complementaridade entre plano quinquenal e formação de trabalhadores, operários e gestores, força de trabalho e proprietários, tal como ressaltado no capítulo “Os elementos educativos e instrutivos na escola e no politecnismo”:

Um traço especial da época atual do socialismo, que se edifica impetuosamente, consiste em que cada cidadão, cada participante da construção socialista deva possuir habilidades básicas necessárias para todas as categorias de trabalhadores (...): ele deve possuir o conhecimento necessário como um operário e um mestre, e também como um administrador e um gerente. Mas a escola não deve apenas dar-lhe este conhecimento (ou melhor, dar-lhe um conhecimento politécnico para com esta base desenvolver o seu conhecimento profissional em ligação com ela), mas também educá-lo de modo que ele possa, dependendo das exigências e necessidades, ser colocado para desempenhar qualquer uma dessas funções na estrutura do socialismo que está sendo construído. Nisso reside a diferença fundamental entre as nossas exigências na escola e aquelas que são postas pelo capitalismo inglês. (PISTRAK, 2015, p.169-170, grifos do autor)

A passagem acima tem grande coerência quando a cotejamos com o que entendemos por Pedagogia socialista, exemplificada nos pontos que levantamos acima sobre Bakunin e Marx. Contudo, quando verificamos as exigências do Estado soviético no presente de Pistrak ao longo dos anos 1920 e, sobretudo, em 1929, encontramos a necessidade de cientistas e técnicos, profissionais especialistas formados nos grandes centros do capitalismo, bem como a intensificação do trabalho operário, como ressaltado por CARR (1981, p.106):

Em particular, a mecanização da indústria, a maior fonte de racionalização, dependia nesse período principalmente da importação de máquinas do exterior, e com frequência do emprego de pessoal estrangeiro para ensinar como manejá-las. Essas condições significavam que a produtividade do trabalho dependia, em maiores proporções na URSS do que no Ocidente, da energia física dos trabalhadores. A produtividade tinha de ser aumentada principalmente pelo trabalho físico mais intenso, mais eficiente, melhor disciplinado, e todas as formas de persuasão e pressão foram usadas para obter esse resultado.

Retornando ao capítulo “Especificidades do período de transição”, Pistrak, ao situar o plano quinquenal como elemento central entendendo como maiores desafios as diferentes realidades (“modos econômicos”) do imenso território russo, dividia o diagnóstico do período em três grandes problemas. Em “Centros culturais e periferias”, argumentou pela necessidade de adaptação de cada escola às possibilidades de seu local, sem perderem de vista a unidade e os objetivos da revolução. Em “A diferença entre cidade e campo” diagnosticou, dentre as inúmeras dificuldades da implantação de escolas politécnicas, nas cidades, as distâncias a indústrias que pudessem ser receptoras de estudantes. Quanto à questão cultural nas escolas urbanas, Pistrak entendia que compunham mais uma dentre as demais instituições destinadas à propaganda e à expansão da revolução. Já as escolas rurais, devido ao isolamento dos campos e tradições dos camponeses, teriam como missão o protagonismo cultural do processo revolucionário.^{xvi}

No item “A fábrica moderna e o politecnismo” Pistrak reclama das indústrias construídas sem sensibilidade para o ensino, ou seja, que não há preocupação dos engenheiros em equipar as mesmas com espaços específicos para estudantes.^{xvii} Entretanto, o mais interessante nesse tópico, consiste em aprofundar a maneira pela qual Pistrak discute tecnologia, relações de produção e lutas de trabalhadores, para então descortinarmos como o seu debate sobre a introdução da Organização Científica do Trabalho, no cotidiano escolar, foi carregada de ambiguidades.

Debatendo possibilidades educativas com crianças no trabalho produtivo para o conhecimento prático das técnicas de trabalho operário, Pistrak argumenta que o desenvolvimento tecnológico é um processo contraditório:

(...) as revoluções tecnológicas podem novamente causar a expansão maciça da força de trabalho não qualificada; exatamente agora nos achamos em tal período da tecnologia capitalista. (PISTRAK, 2015, p.67-68)

Ao mesmo tempo, observa que as lutas dos trabalhadores resultam nas formas específicas de uso da tecnologia nas relações de produção:

(...) a luta de toda a classe trabalhadora deu alguns resultados no sentido de que não é possível explorar o trabalho infantil de forma tão violenta, tão detestavelmente bárbara como foi no tempo de Marx. A oposição vem da classe trabalhadora e não é a tecnologia que é este obstáculo. (PISTRAK, 2015, p.67)

Fica claro que Pistrak reconhece que as lutas dos trabalhadores compõem parte significativa das formas pelas quais as relações de produção caminham. Entretanto, quando no tópico “Escola politécnica e o plano quinquenal de construção do socialismo” toma para si as teses de Bukharin (em “Para o 10º aniversário da Revolução de Outubro”), sobre a necessidade de reeducar e erradicar o tradicional operário russo, o “frequentador notável de tabernas”, com os métodos da Organização Científica do Trabalho (OCT), coloca-se no ponto de vista do Estado soviético, não dos trabalhadores e suas lutas. Uma contradição com a defesa de que as escolas cumpriam a sua parte na revolução construindo uma educação pelos interesses dos trabalhadores.

A contradição de Pistrak segue quando entende que a forma da divisão do trabalho capitalista ainda não foi erradicada, porém, será no futuro. O diagnóstico de Pistrak sobre a relação escola e revolução, instituição e estrutura social é ambíguo, pois oscila entre o ponto de vista de que a mesma atingiu um estágio de protagonismo, fazendo-se precursora de um processo de libertação da exploração do trabalho (o politecnismo), e o ponto de vista das necessidades do regime e suas diretrizes:

(...) a escola por enquanto prepara as pessoas para a produção com o trabalho dividido; a escola politécnica, então, tem a tarefa de preparar membros da sociedade que sejam desenvolvidos em todos os seus aspectos. (PISTRAK, 2015, p.77)

Apesar da observação acima, no capítulo “Os elementos educativos e instrutivos na escola e no politecnismo”, ao refletir sobre o uso da OCT no cotidiano escolar, a defende como permeando todas as esferas da escola, ou seja, não como disciplina específica. A contribuição da OCT se daria com

A luta contra a falta injustificada, a ociosidade, a negligência, contra a diminuição da disciplina do trabalho, a criação da atividade das massas trabalhadoras que melhore conscientemente o processo de produção – tudo isso será mais fácil de realizar continuamente se educarmos de forma correspondente a geração mais jovem. E isso é possível de se fazer não em setores específicos do trabalho da escola, não somente nas oficinas, mas em toda a estrutura da escola. (...)

Aqui desempenha um grande papel o planejamento do trabalho nas diversas áreas da escola, junto com as crianças, o constante controle (e autocontrole) e o seu registro (e autoregistro), e uma preocupação

constante com a utilização dos resultados dos registros na futura melhoria do trabalho. (PISTRAK, 2015, p.158-159, grifos do autor)

Pistrak não enfrentou o antagonismo entre a OCT como método de manutenção da divisão do trabalho capitalista nas fábricas e nas escolas e o projeto de formação de trabalhadores politécnicos, nem a contradição entre a OCT na escola reproduzindo a separação entre planejadores/gestores e trabalhadores/executores e a proposta de auto-organização dos estudantes. O modo como a escola politécnica, em nome do homem integral, poderia absorver a hierarquia que a OCT carrega quanto à divisão do trabalho entre planejadores e executores, proprietários e trabalhadores, não se apresenta bem desenvolvida nas obras que estudamos.^{xviii}

Apesar de apontar para o futuro, ao mesmo tempo insistindo que sua Pedagogia socialista estava articulada e limitada ao “período de transição”, Pistrak aceitou tais contradições, criando uma proposta ambígua em relação às necessidades do regime soviético. As observações que Orlando Figes realiza sobre as disputas que existiram em torno da escolarização de crianças e jovens na Rússia dos anos 1917-1929 contribuem para elucidar essa questão, dado que Pistrak trabalhou junto com Anatoli Lunacharsky (1875-1933), presidente do Comissariado Nacional da Educação (NarKomPros):

Em 1920, vários membros do partido, inclusive alguns ligados aos sindicatos, começaram a exigir que, desde cedo, as crianças passassem a ter acesso a cursos profissionalizantes. Influenciados pelos planos de militarização da sociedade apresentados por Trotski, vários bolcheviques consideravam que era necessário subordinar o sistema de ensino às demandas econômicas. As indústrias russas careciam de técnicos especializados, cabendo às escolas fornecê-los. Lunacharsky opunha-se à ideia, considerando-a um passo rumo à renúncia dos objetivos humanistas da revolução, algo que sempre defendeu (...). Graças aos esforços de Lunacharsky, grande parte dos princípios politécnicos de 1918 foram refreados. Contudo, ainda sobreviveu um braço educacional voltado para os saberes específicos deste ou daquele ofício. A partir dos nove ou dez anos de idade, muitas crianças, em especial as órfãs sob os cuidados do Estado, eram postas para trabalhar como aprendizes nas fábricas. (FIGES, 1999, p.913)

O conflito assinalado por Orlando Figes entre defensores da escola profissionalizante e defensores da escola politécnica^{xix} é significativo. Entretanto, como ressaltamos acima, esse fato não retira a posição de Pistrak como intelectual vinculado ao Estado, colocando-se no ponto de vista da intelligentsia, não do ponto de vista da libertação concreta da classe trabalhadora.

Pistrak usou da autonomia relativa que possuía como intelectual diante do Estado soviético para construir uma Pedagogia socialista com elementos da tradição que herdou

do século XIX. Suas propostas de auto-organização escolar, que apontam para a autogestão pedagógica, e a sua proposta de politecnismo, que caminha para a concepção integral do homem a representam. Ao mesmo tempo, Pistrak assimilou e sistematizou demandas do regime soviético, daí o caráter contraditório de suas obras.^{xx}

Considerações finais: entre heranças e práxis emergentes no Brasil contemporâneo

No escrito “Sobre a cooperação”, Lenin argumentou que “não se deveria qualificar de capitalismo de Estado um regime em que os meios de produção pertencem à classe trabalhadora e no qual ela é proprietária do poder estatal” (LENIN, 1961, p.415-416, nossa tradução). Pistrak não enfrentou, nas duas obras aqui analisadas, a crítica à permanência do trabalho alienado na URSS, pela continuidade da exploração do trabalho operário, via mais-valia, pelo capitalismo de Estado. Fica clara a posição de Pistrak, entre os anos de 1917 a 1929, aos programas definidos pela intelligentsia soviética, como a adesão aos planos quinquenais, à coletivização dos campos e introdução da OCT no cotidiano escolar.^{xxi} Na tensão entre educação e sociedade, escolarização e estrutura social, o exemplo de Pistrak nos ensina como a última é predominante, porém, um resultado de lutas sociais. Pistrak parecia acreditar que a URSS havia destruído o condicionamento da escola pela sociedade com a “ditadura do proletariado”, invertendo a relação e tornando a escola um dos centros da mudança social. Estava equivocado.

Apesar das adesões, não-ditos e equívocos de Pistrak, não podemos negar que desenvolveu elementos interessantes de uma Pedagogia socialista.^{xxii} Neste centenário da Revolução Russa, ao pensarmos a partir dos seus escritos, nos encontramos diante dessas contradições. Assim, emerge a questão: se a totalidade da proposta de Pistrak não era integralmente congruente com a totalidade da sociedade soviética do período 1917-1929, porém, contribuiu para a edificação do capitalismo de Estado, quais dos seus elementos podemos nos apropriar, e quais devemos descartar ou superar?

Diante do quadro da Pedagogia socialista e dessas heranças, não podemos deixar de pensar nas *relações entre escolarização e divisão social do trabalho*, bem como na *ciência como força produtiva* e na necessidade estratégica de *seu conhecimento pelo proletariado contemporâneo*. Não podemos abrir mão do objetivo de uma educação que permita a *integração entre desenvolvimento físico e desenvolvimento intelectual* para a *quebra das contradições entre trabalho predominantemente físico e trabalho predominantemente intelectual*, entre dirigentes das relações de produção e trabalho

alienado. Entretanto, o horizonte contemporâneo aponta pela intensificação dessa dualidade, com os modelos que o capitalismo projeta para a educação básica, a mercantilizando e desfigurando como direito social. O projeto proposto para a reforma do ensino médio no Brasil, apresentada pelo autoritarismo de uma medida provisória, traz esses elementos e reproduz a histórica *tensão entre formação integral (ou ao menos propedêutica) e formação profissionalizante*, enfatizando a segunda aos filhos dos trabalhadores, e a primeira, aos herdeiros das classes dominantes. Seguimos no cenário do *reconhecimento da escola como parte estratégica da luta de classes*, porém, não como o centro da mesma.

Ao refletirmos a partir das tradições da Pedagogia socialista sobre a *limitação estrutural dos aspectos progressistas da escola na sociedade capitalista* precisamos descortinar, para além dos seus muros, e também no interior dos mesmos, elementos da sociabilidade juvenil que apontam para formas de consciência da totalidade social e anseios ou ideais revolucionários.

A partir desse quadro, as noções que Pistrak trabalhou como “atualidade”, “complexos” e “auto-organização”, bem como o trabalho como princípio educativo, para o entendimento totalizante da sociedade capitalista, surgem como noções que podem ser apropriadas por uma práxis revolucionária de trabalhadores da educação e estudantes.

Em nossa experiência no Instituto Federal de Goiás vivenciamos o crescimento e amadurecimento intelectual, científico e político dos jovens estudantes da modalidade Técnico Integrado ao Ensino Médio. Apesar da diluição da criticidade da tradição politécnica, em nome da instrumentalização do currículo e do elogio à formação da força de trabalho especializada, ainda se apresentam, com o currículo integrado (formalmente articulado) entre matriz propedêutica e profissional, uma série de possibilidades à crítica das relações sociais de produção.

Em pesquisa quantitativa (questionários) e qualitativa (grupo focal), realizada entre 2015 e 2016 com 101 estudantes (uma turma de segundo ano e cinco turmas de terceiros anos), da modalidade Técnico Integrado ao Ensino Médio do IFG campus Goiânia, observamos como tais jovens vivenciam a escola como *espaço de sociabilidade* importantíssimo para revisões de valores e experiências políticas. A pesquisa demonstrou que se escola permite espaços de liberdade de ação e manifestação, os estudantes as utilizam como lugares de amadurecimento político e científico. Não se trata aqui de sintetizarmos todos os resultados da pesquisa, mas de levantarmos alguns aspectos que encontramos que se relacionam com o debate realizado com Pistrak.

Quando questionados, num elenco de dez características do campus^{xxiii}, quais mais lhes agradavam em 1º, 2º e 3º lugar, a escala que obtivemos foi: para o 1º lugar, 36,6% para “Maior qualidade de ensino em relação às outras escolas públicas de Goiânia”; 17,8% para “Liberdade de ir e vir”; 9,9% para “Liberdade de expressão (comportamentos, crenças, valores)” e 9,9% para “O Ensino Médio ser na modalidade Técnico Integrado”. Quanto ao 2º lugar, o resultado foi: 18,8% para “O Ensino Médio ser na modalidade Técnico Integrado”; 14,9% para “Professores com mestrado e doutorado”; 13,9% para “Liberdade de ir e vir” e 11,9% para “Liberdade de expressão (comportamentos, crenças, valores)”. As três primeiras características ao 3º lugar foram: 16,8% para “Convivência com a diversidade social (crenças, valores, sexualidades)”; 14,9% para “Liberdade de ir e vir” e 13,9% para “Maior qualidade de ensino em relação às outras escolas públicas de Goiânia”. Esses resultados apontam para a importância da escola como espaço de sociabilidade e de formação política da juventude quando a instituição possui uma gestão com certo distanciamento à tradição dos rigores burocráticos e vigilâncias cotidianas.

Ao lado desses resultados podemos refletir sobre as ocupações de escolas dos anos de 2015 e 2016 em diversos estados do país. Como fenômeno recente e não exclusivo do Brasil, não temos bibliografia e estudos acumulados, porém, não se trata de defini-los, mas de descortinarmos alguns aspectos relacionados a outros movimentos sociais contemporâneos ligados às juventudes. Neste sentido, Maia (2016, p.43, grifos do autor) contribui ao ressaltar que nas características centrais destes movimentos,

Os termos autônomo, independente, horizontal, apartidário (às vezes antipartidário), ação direta, combativo, espontâneo, descentralizado são uma negação clara da forma institucional de se fazer política. Estes termos expressam práticas que negam as práticas sindicais, partidárias e parlamentares. É no conteúdo destas formas que podemos encontrar um vislumbre que aponte para lutas autenticamente revolucionárias, ou seja, que tendam para uma superação global e radical da atual sociedade capitalista. Não que elas agora estejam apontando para isto, mas seu desenvolvimento, radicalização e generalização tende para tal.

Estamos diante de novas práticas de luta social que são disputadas no interior da própria juventude^{xxiv} e se desenrolam mediante tensões entre as formas tradicionais e emergentes de organização. Os trabalhadores da educação e estudantes que estão presentes cotidianamente nas escolas e que objetivam uma articulação e fortalecimento entre a instituição e as formas de “movimentos secundaristas” que criaram resistências à projetos do Estado entre 2015 e 2016 (como em São Paulo, Paraná e Goiás, entre outros)

devem refletir sobre as dinâmicas de espontaneidade, autonomia e autogestão que essas ações promoveram.^{xxv}

As ocupações estudantis nos Institutos Federais, Universidades e escolas públicas em 2016 revelaram como nessas instituições se desenvolvem novas identidades estudantis relacionadas à defesa da educação e novas formas de escolarização. Os cuidados com o espaço físico, além de expressarem modos elementares de sobrevivência nas ocupações (alimentação e higiene) e estratégias de luta política (demonstrar à cobertura da imprensa e aos olhares da comunidade que o espaço não está sendo depredado ou vandalizado) trouxeram, nas suas programações (aulas, debates, apresentações culturais) o desejo de uma nova institucionalidade, de uma escola aberta às questões que intrigam os estudantes. Os modos pelos quais organizaram as programações trazem incômodos aos docentes que estão presos aos tipos tradicionais de aulas e distribuição dos conteúdos. As negociações que os ocupantes realizaram para aqueles que se dispuseram a contribuir com elas trouxeram à tona os filtros utilizados para julgarem os “conteúdos” como válidos.

A desestabilização promovida pelas ocupações sobre as relações hierárquicas entre docentes e estudantes, gestores (burocratas) e alunos, foram muito além dos modos tradicionais de crítica (bagunça, faltas recorrentes) e merecem ser estudadas. As tensões vivenciadas nas ocupações foram reveladoras:

Diretores passam a ter que pedir permissão aos estudantes para usar os prédios, assim como os administrativos, que controlavam as chaves. Os professores passam a dar aulas ou atividades, mesmo que voluntárias, de acordo com os critérios colocados pelos estudantes. Mas eles também tensionam esse poder de fora para dentro, como os estudantes faziam como força subalterna. Tentam manter o controle das chaves ou pautar o critério de utilização dos espaços e dos equipamentos. Mantêm os seguranças sob pretexto de “garantir o patrimônio”, mas na prática controlam critérios de entrada e saída, horários, públicos.

Para manter uma desigualdade, esses gestores tentam criar uma diferenciação entre os ocupantes. Os “legítimos” seriam os da própria instituição de ensino, em primeiro lugar. Depois, seriam os interlocutores escolhidos pela gestão para negociação e aos quais se entrega o comando da segurança terceirizada. Depois... as diferenças vão aumentando.

Esses “legítimos” passam a ser ameaçados de responsabilização pela gestão por qualquer coisa que aconteça no prédio e, aos poucos, vão se tornando muito parecidos com os funcionários que costumavam controlar o espaço, restringindo os estudantes. Assim, passam a ter algo a perder como os sindicalistas, que fazem de tudo para continuar sentando na mesa com os patrões. (MARXISTA, 2016, s/nº p.)

Os trabalhadores da educação e estudantes comprometidos com a práxis revolucionária precisam refletir sobre essas tensões e sobre os sinais de novas formas de

luta social que os movimentos sociais ligados às juventudes e as recentes ocupações trouxeram. Ao mesmo tempo, precisam construir, ao lado dos mesmos, mecanismos de articulação que levem em consideração suas limitações e possíveis cooptações.

Os ocupantes também estão arriscando virar apenas uma moda, uma experiência que passou e foi bonita para todos. Não há luta que não arrisque ser derrotada ou ser apenas um marco de carreiras burocráticas. O gestor e o burocrata de esquerda sempre olham para as lutas com olhos do passado, das lutas que os alçaram ou alçarão a postos de comando. Natural que achem que toda forma de luta que aparece é uma “moda”. (...)

Se a identificação com os seus locais constituíram poderoso fator de mobilização, a ambiguidade dessa identificação vem sendo instrumentalizada para isolar mutuamente os lutadores de diferentes instituições. Não faz sentido ter mais identidade com o gestor que reprime a luta do que com outros lutadores do mesmo movimento. Mas faz algum sentido ter identidade com o gestor que coopta, que incorpora. Essa ambiguidade, constituída a partir da engenharia participativa dos conselhos, projetos, editais, é o ponto que permite a burocratização interna e a posterior recuperação do movimento. (MARXISTA, 2016, s/nº p.)

Apesar das contradições e possibilidades de cooptação, entendemos que é clara a disposição de parte da juventude do Ensino Médio e do Ensino Superior para enriquecimento intelectual e político, conjugado com formação para o trabalho em instituições abertas ao diálogo e novas formas de participação política. Isso não é pouco e não é residual, é um campo significativo de luta social que precisamos defender e avançar.

Os sinais estão ao nosso redor:

Se considerarmos o fenômeno do ponto de vista da escola, do ponto de vista pedagógico, perceberemos que se trata de um fato novo na história da escola: a “auto-organização”, ou seja, a participação independente, coletiva, ativa e criativa da juventude na construção das instituições escolares. Verificamos aqui uma antítese total da escola burguesa, aparentemente democrática, mas, na realidade, profundamente autoritária (...). (PISTRAK, 2011, p.181)

Como trabalhador da educação e intelectual, Pistrak tomou suas posições no interior da autonomia relativa que possuía. Parte delas procuramos analisar e criticar.

E nossas posições: quais são? Quais serão?

Referências:

BAKUNIN, Mikhail. *A instrução integral*. Tradução Luiz Roberto Malta. São Paulo: Editora Imaginário, Instituto de Estudos Libertários (IEL), Núcleo de Sociabilidade Libertária da PUC-SP (Nu-Sol), 2003.

BOLEIZ JÚNIOR, Flávio. *Pistrak e Makarenko: Pedagogia social e Educação do Trabalho*. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, 2008. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-13062008-142838/pt-br.php> Acesso em: 24 set. 2016.

BRINTON, Maurice. *Os bolcheviques e o controle operário*. Porto: Afrontamento, 1975.

CALDART, Roseli. Apresentação. In: PISTRAC, Moisey. *Fundamentos da Escola do Trabalho*. Tradução Daniel Aarão Reis. São Paulo: Expressão Popular, 2011, p.7-14.

CARR, Edward. *A Revolução Russa de Lenin a Stalin*. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

FIGES, Orlando. Um mundo à parte. In: *A tragédia de um povo. A Revolução Russa 1891-1924*. Tradução Valéria Rodrigues. Rio de Janeiro, São Paulo: Editora Record, 1999, p.126-147.

_____. Engenheiros da alma. In: *A tragédia de um povo. A Revolução Russa 1891-1924*. Tradução Valéria Rodrigues. Rio de Janeiro, São Paulo: Editora Record, 1999, p.900-922.

FREITAS, Luiz Carlos de. A luta por uma Pedagogia do meio: revisitando o conceito. In: PISTRAC, Moisey (org). *A Escola-Comuna*. Tradução Luiz Carlos de Freitas e Alexandra Marenich. São Paulo: Expressão Popular, 2013, p.9-108.

_____. Apresentação. In: PISTRAC, Moisey. *Ensaio sobre a Escola Politécnica*. Tradução Alexey Lazerev e Luiz Carlos de Freitas. São Paulo: Expressão Popular, 2015, p.7-11.

LENIN, Vladimir I. *Obras Escogidas. Tomo III*. Moscou: Progresso, 1961. Disponível em: <http://bolchetvo.blogspot.com.br/2008/05/lenin-obras-escogidas-tomo-iii.html> Acesso em: 20/10/2016.

MAIA, Lucas. *Nem Partidos, nem Sindicatos. A reemergência das Lutas Autônomas no Brasil*. Goiânia: Edições Redelp, 2016.

MAINARDI, Elisa. Educação na Rússia leninista (1917-1924). Dilemas e perspectivas que influenciaram a Pedagogia. ANPED SUL. 2002. Florianópolis. Núcleo de Publicações, UFSC, 2002. Disponível em: http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2002/Educacao,_Historia_e_Filosofia/Trabalho/11_51_22_t358.pdf Acesso em: 24 set. 2016.

MARX, Karl. A maquinaria e a indústria moderna. In: *O Capital. Crítica da Economia Política*, Livro 1, volume 1. O processo de produção do capital. Tradução Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.425-571.

MARXISTA, Grouxo. *A moda das ocupações e uma nova identidade estudantil* (11/11/2016). Disponível em: <http://www.passapalavra.info/2016/11/109870> Acesso em: 12/11/2016.

PERGHER, Eduardo. FRIZZO, Giovanni. Trabalho como princípio educativo: debate a partir de Gramsci e Pistrak. *Trabalho Necessário*. Niterói/RJ, UFF, ano 8, nº10, p.1-26, 2010. Disponível em: <http://www.uff.br/trabalonecessario/images/TN10FRIZZOePERGHER.pdf> Acesso em: 24 set. 2016.

PISTRAK, Moisey. *Fundamentos da Escola do Trabalho*. Tradução Daniel Aarão Reis. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. (org). *A Escola-Comuna*. Tradução Luiz Carlos de Freitas e Alexandra Marenich. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

_____. *Ensaio sobre a Escola Politécnica*. Tradução Alexey Lazerev e Luiz Carlos de Freitas. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

RAYNALD, Jean-Marc. Mikhail Bakunin e a Educação Libertária. In: BAKUNIN, Mikhail. *A instrução integral*. Tradução Luiz Roberto Malta. São Paulo: Editora Imaginário, Instituto de Estudos Libertários (IEL), Núcleo de Sociabilidade Libertária da PUC-SP (Nu-Sol), 2003, p.35-55.

ROCHA, Ariany. LOMBARDI, José C. Escola Comuna P. N. Lepeshinskiy e Colônia Gorki: contribuições teórico-metodológicas fundamentais para a compreensão da educação soviética. IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”. 2012, João Pessoa, UFPB, 2012. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/6.05.pdf Acesso em: 24 set. 2016.

ROSSI, Wagner. Pistrak. In: *Pedagogia do trabalho. Caminhos da Educação Socialista, volume II*. São Paulo: Editora Moraes, 1982, p.11-62.

SANTOS, Franciele. PALUDO, Conceição. A atualidade das contribuições de Moisey M. Pistrak e Viktor N. Shulgin para a pedagogia do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. *Perspectiva*, Florianópolis, vol.33, n°3, p.1163-1183, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/viewFile/33573/pdfa> Acesso em: 24 set. 2016.

SERGE, Victor. *O ano I da Revolução Russa*. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

TRAGTENBERG, Maurício. Pistrak: uma pedagogia socialista. In: *Teoria e ação libertárias*. São Paulo: Editora Unesp, 2011, p.197-212.

VALLE, Hardalla. ARRIADA, Eduardo. Makarenko e Pistrak: uma análise da Pedagogia Social do Trabalho. *Revista Portuguesa de Pedagogia*. Coimbra/Portugal, ano 46, vol.1, p.109-125, 2012. Disponível em: [https://digitalis.uc.pt/pt-pt-artigo/makarenko_e_pistrak_uma_an%C3%A1lise_da_pedagogia_social_do_trabalho](https://digitalis.uc.pt/pt-pt/artigo/makarenko_e_pistrak_uma_an%C3%A1lise_da_pedagogia_social_do_trabalho) Acesso em: 24 set. 2016.

WOLF, Eric. *Guerras camponesas do século XX*. Tradução Iolanda Toledo. São Paulo: Global Editora, 1984.

¹ Entendemos por modo bolchevique e leninista de partido revolucionário a concepção de um grupo de intelectuais de “vanguarda”, que dirigem o processo como liderança “científica” frente à militantes, operários e “massas”, procurando, por consequência de tal auto representação de vanguarda, uma significativa margem de manobra em tomar decisões sem consultarem tais “bases”. A descrição que Victor Serge (2007) realiza dos chefes bolcheviques é sintomática, portanto, vale a pena a longa citação: “O partido é o sistema nervoso – e o cérebro – da classe operária. Os chefes e os quadros têm, dentro do partido, o papel de cérebro e de sistema nervoso no organismo. Não se deve tomar essa comparação ao pé da letra: a diferenciação das funções num organismo vivo é muito diversa da diferenciação das funções numa sociedade. Mas por mais conscientes que sejam, os militantes do partido não podem conhecer a situação no seu conjunto; a informação, a ligação, a instrução, a preparação teórica e profissional (do revolucionário) lhe faltam inevitavelmente, apesar de seu valor pessoal, quando não fazem parte dos quadros do partido, selecionados por anos de trabalho e de luta, apoiados pela boa vontade de todo o movimento, dispendo da máquina do partido, acostumados ao pensamento e à ação coletiva. Da mesma maneira que o soldado na trincheira só vê uma ínfima parcela do campo de batalha e não pode, seja qual for sua capacidade, conhecer a ação que está sendo empreendida (...). Os verdadeiros chefes proletários são, ao mesmo tempo, guias,

pilotos, capitães e diretores de empresas: trata-se de uma formidável empresa de demolição e de construção social. A eles cabe descobrir, pela análise científica dos processos históricos, o significado dos acontecimentos, suas tendências, as possibilidades que oferecem, bem como conceber o que o proletariado pode e deve fazer, não pela própria vontade ou inspiração momentânea, mas por necessidade histórica. Em suma, conhecer o real, perceber o possível, conceber a ação que será o elo entre o real e o possível.” (SERGE, 2007, p.81-82)

ⁱⁱ A interpretação que Brinton fornece para tal resultado do processo revolucionário leva em consideração duas situações conjunturais do movimento revolucionário bolchevique: de um lado, o problema do isolamento e da clandestinidade de intelectuais e revolucionários, que o regime czarista impunha, os deslocando do cotidiano e das vivências diretas com a classe operária e, do outro, as próprias concepções do partido (BRINTON, 1975, p.29).

ⁱⁱⁱ No levantamento que realizamos de trabalhos sobre Pistrak, encontramos uma predominância da grande área Educação. Verificamos, em todos, a ausência de um debate de maior profundidade com a historicidade, ou seja, foram pesquisas que procuraram localizar Pistrak em meio a outros autores (não necessariamente seus contemporâneos ou precursores), destacando alguns aspectos de diálogo, porém, com pouca verticalização das marcas que o tempo deixou em seus escritos. Em resumo, pesquisas que não exploraram os textos de Pistrak como fontes históricas. Assim, ROCHA e LOMBARDI (2012), realizam um artigo essencialmente descritivo, cuja preocupação central se dá na explanação dos eixos das propostas de Pistrak e Makarenko entre 1917 e fins da década de 1920 – apesar de não explicitarem uma seleção espaço-temporal no estudo. Procuram estabelecer critérios de comparação entre os dois pedagogos russos, a partir das instituições em que desenvolveram os seus trabalhos. No entanto, não tentam analisar o peso respectivo de cada uma delas na íntegra das propostas de cada um. SANTOS e PALUDO (2015) apresentam um artigo cuja preocupação consiste na apropriação de Pistrak e Shulgin nas escolas do MST. As autoras apresentam elementos centrais dos mesmos sem a exigência de compará-los com certa minúcia e assinalarem as suas divergências. Neste sentido, centralizam as noções de trabalho, auto-organização e atualidade. As autoras não se preocupam em tomar os escritos de Pistrak e Shulgin como resultados de um processo mais amplo, como sínteses ou aproximações a práticas concretas. Quanto à apropriação de Pistrak pelo MST, as autoras limitam a exposição a relatos de intelectuais e documentos do movimento quanto aos motivos que os levaram aos pedagogos russos, portanto, não chegam às práticas específicas, às experiências acumuladas pelo movimento. Em MAINARDI (2002), encontramos um panorama amplo das propostas e das dificuldades do projeto de uma Pedagogia socialista na Rússia. A autora faz contrapontos entre a Rússia de 1917-1924 e o Brasil contemporâneo, porém, sem indagar o caráter da Revolução Russa como expressão do poder dos soviets ou da burocracia e intelligentsia. Ao tomar as propostas de Lenin como as principais sínteses sobre o papel da educação e da escola na revolução, insiste no combate perpetrado contra o analfabetismo como centro daquele momento – o que acarreta um deslocamento do problema da formação de técnicos, cientistas e operários especializados, tão candente, também, naqueles anos. O ensaio de PERGHER e FRIZZO (2010) possui o mérito de buscar comparações, paralelos, entre a escola única de Gramsci e a escola única do trabalho de Pistrak. Os autores realizam uma boa abordagem de Gramsci, sobretudo, por situá-lo em seu momento histórico, com o apoio bibliográfico de Paollo Nosella. Já quanto à Pistrak, não conseguem realizar a mesma abordagem. Desta maneira, as páginas dedicadas à Pistrak se resignam a uma bela síntese de “Fundamentos da Escola do Trabalho”. VALLE e ARRIADA (2012) não problematizam as tensas relações do momento soviético na discussão que realizam sobre os papéis do Estado e da escola para a revolução, quanto às estratégias bolcheviques de fortalecimento do primeiro e consequente burocratização e/ou centralização em nome da ditadura do proletariado. Na dissertação de mestrado de BOLEIZ JÚNIOR (2008) encontramos uma excelente exposição de “Fundamentos da Escola do Trabalho”, única obra de Pistrak publicada em português à época de realização da pesquisa, porém, como vimos insistindo, o autor também estabeleceu poucos pontos de relação entre tal obra e o momento em que foi produzida, preferindo, como contrapontos, estabelecer paralelos com outros autores, sobretudo com Paulo Freire. Ao mesmo tempo, há espaços nos quais possíveis influências de Pistrak surgem, como, por exemplo, o seu debate crítico com a pedagogia norte-americana. Há pouco espaço ao olhar histórico sobre a incorporação da Organização Científica do Trabalho por Pistrak, problema fundamental para situá-lo em seu tempo.

^{iv} Por Freitas (2015, p.7) a Pedagogia socialista “(...) é um espaço de associação e de teorização de práticas educativas protagonizadas pelos trabalhadores ao redor do mundo e conduzidas (na teoria e na prática), desde os seus objetivos de classe, para a construção de novas relações sociais de caráter socialista.” Roseli Caldart (2011, p.9, grifos da autora) defende que “(...) a obra de Pistrak não deve ser lida como um manual mas, sim, como o registro de um processo de construção pedagógica, ou construção de uma *pedagogia social*, como ele mesmo dizia.”

^v “A indústria moderna rasgou o véu que ocultava ao homem seu próprio processo social de produção e que transformava os ramos de produção naturalmente diversos em enigmas, mesmo para aquele que fosse iniciado num deles. Criou a moderna ciência da tecnologia o princípio de considerar em si mesmo cada

processo de produção e de decompô-lo, sem levar em conta qualquer intervenção da mão humana, em seus elementos constitutivos. (...) A indústria moderna nunca considera nem trata como definitiva a forma existente de um processo de produção. Sua base técnica é revolucionária, enquanto todos os modos anteriores de produção eram essencialmente conservadores.” (MARX, 2003, p.551)

^{vi} Não se trata de um processo mecânico das forças produtivas, pelo desenvolvimento técnico-científico e acumulação de capital. Se trata das relações entre essas duas determinações com os movimentos dos trabalhadores, com a práxis revolucionária.

^{vii} Sobre o sistema escolar russo entre 1917-1931, Freitas (2013, p.41) informa que “(...) em janeiro de 1921 foi decidido reorganizar o sistema escolar russo (na Primeira Reunião Partidária sobre a Educação Nacional): o primeiro nível tornou-se de quatro anos e foi introduzida a escola de sete anos. Imediatamente, iniciou-se a criação “dos programas da escola única do trabalho de sete anos”, os quais foram publicados no outono de 1921.” Antes da revolução, a Rússia viveu uma expansão da escolarização entre os anos de 1897-1911. Segundo Figes (1999, p.136-137), “Em 1897, apenas 21% da população do império sabiam ler e escrever mas, às vésperas da Primeira Guerra Mundial, 40% dos habitantes de toda a Rússia já eram alfabetizados. O acesso à escola favorecia, em especial, os rapazes de regiões rurais mais próximas às cidades. Em 1904, nas províncias de São Petersburgo e Moscou, nove entre dez camponeses alistados no império czarista eram tidos como alfabetizados. A juventude de origem rural foi a principal beneficiária do esforço de escolarização empreendido durante as últimas décadas do antigo regime. O número de centros de ensino básico quadruplicou (de 25 mil para 100 mil), entre 1878 e 1911; e mais da metade das crianças mujiques em idade escolar (de oito a onze anos) já estava matriculada em algum estabelecimento de ensino, em 1911.”

^{viii} Para boas descrições e sínteses da Pedagogia socialista de Pistrak, sugerimos Freitas (2015), Caldart (2011), Tragtenberg (2011), Rossi (1982) e Boilez Júnior (2008).

^{ix} Caldart (2011, p.7-13) sintetiza a Pedagogia socialista de Pistrak em sete elementos, próximos aos nossos, a saber: “Pensar e fazer uma escola que seja educadora do povo”; “Educação é mais do que ensino”; “A vida da escolar deve estar centrada na atividade produtiva”; “A escola precisa vincular-se ao movimento social e ao mundo do trabalho”; “A auto-organização dos educandos como base do processo pedagógico da escola”; “Pensar um jeito de desenvolver o ensino que seja coerente com o método dialético de interpretação da realidade”; “Sem teoria pedagógica revolucionária não há prática pedagógica revolucionária”.

^x “A escola refletiu sempre o seu tempo e não podia deixar de refleti-lo; sempre esteve a serviço das necessidades de um regime social determinado e, se não fosse capaz disso, teria sido eliminada como um corpo estranho e inútil. A escola sempre foi uma arma nas mãos das classes dirigentes. Mas essas não tinham nenhum interesse em revelar o caráter de classe da escola: as classes dirigentes não passavam de uma minoria, uma pequena minoria, subordinando a maioria aos seus interesses, e é por isso que se esforçavam para mascarar a natureza de classe da escola, evitando colaborar na destruição de sua própria dominação.” (PISTRAK, 2011, p.23)

^{xi} Em 1920, em “Tarefas das Juventudes Comunistas”, Lenin argumentava: “Não acreditamos no ensino, na educação e na instrução se estas forem encerradas na escola e separadas da vida agitada” (LENIN, 1961, p.261, nossa tradução).

^{xii} Em 1920, no escrito “Tarefas das Juventudes Comunistas”, Lenin defendia que “(...) a geração que hoje tem 15 anos e dentro de dez ou vinte anos viverá na sociedade comunista, deve organizar sua instrução de maneira que cada dia, em cada povoado ou cidade, a juventude cumpra praticamente uma tarefa de trabalho coletivo, por minúsculo e simples que seja.” (LENIN, 1961, p.262, nossa tradução). O autor que aprofundou a noção de “trabalho socialmente necessário” foi Victor Shulgin. Ver: SHULGIN, Victor. *Rumo ao Politécnico (Ensaios e Conferências)*. Tradução Alexei Lazarev e Luís Carlos de Freitas. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

^{xiii} Em 1919, quando do VIII Congresso do Partido Comunista Bolchevique da Rússia, Lenin entendia o “período de transição” como o desafio da posição do país e da revolução diante do Imperialismo, e a sua situação econômica de “retorno” ao mercantilismo. (LENIN, 1961, p.91)

^{xiv} “O Partido, em proporções consideráveis, estava à mercê das aldeias, de sua capacidade de resistência passiva e sabotagem silenciosa. O treinamento dos novos quadros nas aldeias era, na melhor das hipóteses, um processo lento e penoso e mesmo novos quadros possuíam raízes no campo, o que determinava conflitos de lealdades e divisão de lealdades.” (FAINSOD, 1958, p.152 Apud WOLF, 1984, p.131)

^{xv} “(...) aquelas características que nos movem na direção do socialismo, a saber, os princípios de planejamento na economia e, portanto, a expansão crescente do setor socialista, o forte índice de industrialização, o momento da coletivização, a industrialização da agricultura etc.” (PISTRAK, 2015, p.39)

^{xvi} Pistrak apostava que o fato dos filhos de camponeses possuírem contato mais concreto com o trabalho agrícola, pois o realizavam na divisão familiar do trabalho, faria com que, ao conhecerem métodos produtivos mais modernos na escola politécnica, os levariam a suas famílias, o que desencadearia o avanço

do aspecto técnico da produção e, com este, o convencimento cultural dos benefícios às propostas do regime soviético. Pistrak argumentava, ainda, que essa relação orgânica com o trabalho na cultura dos camponeses poderia potencializar as escolas politécnicas do campo em relação às das cidades (PISTRAK, 2015, p.46-48) A posição de Pistrak quanto a escola como centro cultural fundamental no campo tinha relação com os debates realizados no Partido, sobre as estratégias possíveis para o convencimento dos pequenos produtores para a construção das cooperativas em grandes propriedades. CARR (1981, p.116), ressalta que no Congresso de 1927, a posição de Stalin e do Partido se davam na tensão entre a moderação com os camponeses e os riscos de desabastecimento e escassez nas cidades: “A resolução do congresso, embora considerasse “tarefa fundamental do partido, no campo”, promover a “unificação e transformação das propriedades camponesas independentes em grandes fazendas coletivas”, acrescentou que isso só se poderia fazer com o assentimento dos “camponeses trabalhadores”. (...) Não parecia haver nenhuma situação de emergência. Mas tão logo o congresso se encerrou, a natureza mortal da ameaça ao abastecimento de alimentos às cidades e fábricas foi proclamada numa série de decretos e medidas de emergência.”

^{xvii} “Engenheiros e funcionários administrativos ainda olham com espírito de superioridade para a ideia básica da educação politécnica, com um ar arrogante, com um sorriso um tanto indulgente da ignorância dos pedagogos sobre o que é produção moderna.

Faz pouco que nos círculos de administradores voltou-se a falar sobre a escola politécnica, de modo algum, entretanto, tentando introduzir os adolescentes diretamente na produção. Um dos engenheiros-educadores que há pouco passou muitos anos na América, respondeu negativamente a uma pergunta colocada diretamente a ele sobre se seria possível, no melhor ponto de vista técnico, organizar a fábrica para implementar pelo menos algum grau de participação direta mais ou menos significativa dos estudantes das escolas na produção.” (PISTRAK, 2015, p.63)

^{xviii} Wagner Rossi (1982, p.61) entendeu a insistência de Pistrak na auto-organização escolar aliada ao trabalho coletivo como crítica à “fragmentação do trabalho na escola” e às “práticas individualistas”, ou seja, como contrapontos à OCT “transplantada do campo da produção para o campo educacional.” Maurício Tragtenberg (2011, p.205-206) criticou como “altamente discutível” a adesão de Pistrak à OCT, porém, a relativizou quando ressaltou que: “É de se acentuar que tais princípios numa realidade russa, onde pesava a herança mujik (camponês) com sua desorganização e apatia, se constituíam num avanço, embora por linhas travessas [sic].” Tragtenberg assinalou que essa passagem de Pistrak demonstrava a sua preocupação com a apropriação da OCT: “Se no capitalismo a organização científica do trabalho se faz de cima para baixo, segundo um plano determinado, fria e estritamente concebido, no sentido de extrair do operário em 8 horas (e, em muitos lugares, em 10 a 12 horas) o máximo que ele pode oferecer, quando está com plena saúde, mesmo que seja preciso depois jogá-lo na rua com 40 anos, incapaz de trabalhar (...), nós, ao contrário, só poderemos realizar a organização científica do trabalho *de baixo para cima*, atraindo a atenção das massas operárias para esse tipo de organização, suscitando um certo entusiasmo em torno desses problemas, figurando essa organização científica como um meio de consolidar o que já realizamos em termos de revolução social.” (PISTRAK, 2011, p.78, grifos do autor) Há dois problemas na interpretação de Rossi e Tragtenberg: além de não avançarem nessas observações, procurando aprofundar os argumentos, a realizaram com o livro de 1924, “Fundamentos da Escola do Trabalho”. Em 1929, com “Ensaio sobre a Escola Politécnica”, tal contraponto ou observação de Pistrak sobre a OCT “de baixo para cima”, não se faz presente. No capítulo “Os elementos educativos e instrutivos na escola e no politecnismo” Pistrak ressalta que a incorporação da OCT, em todo o cotidiano escolar, desenvolverá uma nova relação com o trabalho a partir de novas gerações de trabalhadores, ou seja, as crianças que a tiveram na escolarização, não o diálogo direto, de “baixo para cima”, com os trabalhadores: “(...) a OCT pressupõe, acima de tudo, sua aplicação à vida. A OCT é uma disciplina que só tem sentido na sua aplicação prática. Se nos colocamos a tarefa de que as crianças, os futuros trabalhadores da Rússia Soviética possam usar a OCT cada vez mais, é preciso que elas sejam formadas nas bases da OCT.” (PISTRAK, 2015, p.160)

^{xix} Tal tensão se deu entre os projetos articulados em torno de Lunacharsky e Alexei Gastev, engenheiro e poeta bolchevique. Figes (1999, p.913-914), entende que a preferência de Lenin se dava às propostas de Gastev, dada a inclinação ao taylorismo. Assim, Gastev “(...) levou os princípios tayloristas a extremos. À frente do Instituto Central do Trabalho, fundado em 1920, ele desenvolveu experiências para treinar trabalhadores a agir como máquinas.” Pistrak dedicou um capítulo de “Ensaio sobre a Escola Politécnica” à crítica de Gastev, onde fica clara a divergência sobre o modo de aplicar e desenvolver o taylorismo, não quanto à presença dele nas escolas. Sobre a discordância entre politecnismo entendido como preparo a uma determinada profissão (Gastev), e politecnismo como preparo amplo, esse trecho de Pistrak (2015, p.214) é representativo: “(...) o camarada Gastev revelou, em nossa opinião, um entendimento errado da escola politécnica. Um desvio significativo foi feito em direção à cultura motriz, dando menor atenção às questões do trabalho escolar; (...) O erro fundamental do camarada Gastev consistiu em achar que a pessoa deve ser adaptada à máquina, enquanto que todo o sentido do politecnismo está em que a pessoa deve saber facilmente passar de uma máquina para outra e dominar rapidamente toda a transformação da técnica, já que a técnica moderna da grande indústria, na sua base, é revolucionária.”

^{xx} A posição de Freitas (2013, p.69) sobre essa questão é essencial para o juízo crítico sobre Pistrak. No trecho a seguir, o autor incorpora Victor Shulgin em sua ponderação: “Esses dois autores, como expoentes de movimentos educacionais, foram “atropelados” pela realidade econômica da União Soviética. Saindo de uma situação agrária e atrasada, a União Soviética, em uma década, já havia se industrializado. Mais precisamente, ao final da década de 1920 este processo já estava instalado (Korolev e Smirnov, 1959). É notório o aparecimento da “demanda por quadros técnicos” nas queixas feitas em relação à insuficiência da escola. Acreditamos que a educação soviética não teve tempo suficiente para desenvolver as propostas alternativas que estavam sendo gestadas, em função da pressão por quadros técnicos vinda do desenvolvimento econômico. Neste cenário, a repressão stalinista só agravou a situação.”

^{xxi} “O ano de 1928, que se seguiu à derrota da oposição e foi marcado por crescentes pressões em favor da industrialização, testemunhou, por toda a sociedade soviética, a imposição de uma autoridade poderosa e despótica, de uma rígida ortodoxia de opinião e dos mais duros castigos para os que cometiam infrações contra ela.” (CARR, 1981, p.114)

^{xxii} Entre esses elementos interessantes, não exploramos, por motivo de espaço e momento de nossa pesquisa, todo o debate levantado por Pistrak sobre as dificuldades de elaboração, sistematização e concretização do currículo escolar pelos “complexos”, ou seja, a tentativa de construção de um currículo escolar de matriz marxista. Freitas (2013) apresenta um estudo sobre o assunto.

^{xxiii} Os dez itens que constaram, nesta ordem, no questionário, foram: Maior qualidade de ensino em relação às outras escolas públicas de Goiânia; O Ensino Médio ser na modalidade Técnico Integrado; Possibilidade de realizar Iniciação Científica; Ter um bom desempenho no Enem; Professores com mestrado e doutorado; Professores com boa capacidade de ensino; Liberdade de ir e vir; Liberdade de expressão (comportamentos, crenças, valores); Organização e mobilização política dos Coletivos, do Grêmio e dos Centros Acadêmicos; Convivência com a diversidade social (crenças, valores, sexualidades).

^{xxiv} Não se trata apenas de disputas entre as entidades consolidadas de organização e mobilização estudantil, como UNE, UBES e aquelas ligadas à partidos políticos (as juventudes partidárias). Há, sobretudo, as expressões ligadas ao conservadorismo e ao liberalismo e/ou neoliberalismo, que usam estrategicamente as redes sociais como formas de arregimentação e publicidade de suas ações, em destaque, o Movimento Brasil Livre (MBL). Sintomática a apropriação que o MBL realizou das ocupações estudantis, procurando liderar ações de enfrentamento e de crítica à legitimidade delas.

^{xxv} “Uma das principais razões das Jornadas de Junho de 2013 terem se dissolvido foi sua incapacidade de criar outras coisas para além dos protestos. A exceção dos coletivos autônomos que já estavam em nível mais avançado do que o conjunto da população que caiu nas ruas em 2013, aquelas grandes passeatas foram incapazes de se reinventar, de criar laços mais profundos nos locais de trabalho, moradia, estudo. As lutas autônomas que tomam o cenário político hoje no Brasil devem ter consciência dos limites das Jornadas de Junho, mas sobretudo, devem olhar para si mesmas e identificar que é necessário radicalizar ainda mais, que é necessário avançar ainda mais, que é necessário galgar mais um patamar e alcançar o estágio autogestionário, ou seja, revolucionário.” (MAIA, 2016, p.57)

Artigo recebido 30 de novembro de 2016 e aprovado em 28 de fevereiro de 2017.

COMPREENDER TOCQUEVILLE ATRAVÉS DA REVOLUÇÃO FRANCESA: A HISTORIOGRAFIA PELA REPÚBLICA.

UNDERSTANDING TOCQUEVILLE THROUGH THE *FRENCH REVOLUTION*: THE HISTOTIOGRAPHY BY REPUBLIC.

Sérgio Cruz de Castro LIMA*

RESUMO: Alexis de Tocqueville, ao escrever *O Antigo Regime e a Revolução*, buscou entender, em longa duração, as causas da Revolução Francesa de 1789. Coerente com seu pensamento de que a escrita da História pode iluminar as ações no presente, verificou que pouco a pouco o ideário em prol da igualdade foi dominando o pensamento dos franceses ao mesmo tempo em que a liberdade política foi sendo suprimida. O objetivo deste artigo é analisar esta concepção da história de Tocqueville e como ela permeia todo o seu trabalho a fim de alertar as formações sociais contra os perigos que podem ameaçar a República e a Democracia.

PALAVRAS-CHAVE: Tocqueville; Revolução Francesa; Historiografia; Liberdade; Igualdade.

ABSTRACT: Alexis de Tocqueville, writing *The Old Regime and the Revolution*, tried to understand, in long term, the causes of the French Revolution of 1789. Consistent with his thought that the writing of history can illuminate the actions of the present, found that little by little the ideals for equality have been dominating the thinking of French at the same time that political freedom was being suppressed. The aim of this paper is to analyze this conception of Tocqueville's history and how it permeates all his work to alert social formations against the dangers that may threaten the Republic and Democracy.

KEYWORDS: Tocqueville; French Revolution; Historiography; Freedom; Equality.

Introdução

Nosso objetivo é verificar, ao longo deste artigo, como a análise de Tocqueville acerca da Revolução Francesa, exposta em *O Antigo Regime e a Revolução*, pode servir de referência para a compreensão da obra tocquevilleana como um todo.

Nesse sentido, a principal preocupação do pensamento político de Tocqueville para o seu tempo e para as gerações futuras é mobilizar a liberdade, entendida esta como participação política, a fim de conciliá-la com a irreversível igualdade da modernidade. Caso haja a perda dessa liberdade, as formações sociais poderiam ser dominadas pela tirania.

* Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Severino Sombra, Vassouras-RJ.
E-mail: sergiocruz0609@gmail.com.

Tal perda foi o que aconteceu na França, em longa duração, e que culminou na Revolução Francesa de 1789. Nas linhas que se seguem verificaremos esse paradigma para compreendermos a preocupação de Tocqueville quanto a um futuro que, sem a liberdade supracitada, poderia resultar em despotismo.

A escrita da História em O Antigo Regime e a Revolução - linhas gerais

O Antigo Regime e a Revolução, obra escrita em 1856, traz à baila a análise de Tocqueville sobre os fatos que culminaram na ruína do “Antigo Regime” e no início da Revolução Francesa.

O texto não se prende aos acontecimentos da véspera do processo revolucionário e aos eventos em si, constituindo-se, por essência, numa escrita em que são relevantes os acontecimentos políticos de longa duração. Há uma análise da história política francesa e de seus aspectos gerais durante todo o século XVIII: mas não somente, já que Tocqueville evoca aspectos da política feudal e suas permanências e rupturas no período pré-revolucionário.

É necessário enfatizar que a pesquisa empreendida por Tocqueville preocupou-se em verificar algumas fontes *in loco*, possuindo, desse modo, um valor histórico extremamente relevante.

Entretanto, sua análise não se restringe ao valor das fontes primárias, pois não se pode deixar de lado o que era na historiografia tocquevilleana uma das principais responsabilidades do historiador: julgar os fatos com o fito de fornecer idéias para que a história cumpra a sua função social com as sociedades futuras¹ (TOCQUEVILLE, 1997).

O texto está dividido em três “livros”. O livro primeiro, de cinco capítulos, discorre sobre a destruição de tudo que lembrasse o “Antigo Regime”². Trata-se de aniquilar o simbolismo de uma ordem anterior. Nesse sentido, Tocqueville argumenta que:

como o objetivo da Revolução Francesa não era tão-somente mudar o governo mas também abolir a antiga forma de sociedade, teve de atacar-se, ao mesmo tempo, a todos os poderes estabelecidos, arruinar todas as influências reconhecidas, apagar as tradições, renovar os costumes e os hábitos e esvaziar, de certa maneira, o espírito humano

de todas as idéias sobre as quais se assentavam até então o respeito e a obediência (TOCQUEVILLE, 1997, p. 56).

Afirma Tocqueville que as tradições e os costumes foram apagados da França, ao contrário da Inglaterra, onde mesmo com uma revolução tais características foram preservadas.

Ainda no livro primeiro, ele ressalta o aumento do poder da autoridade pública como caráter do processo revolucionário e como corolário da revolução.

No Livro Segundo, Tocqueville destaca como se deu a centralização administrativa durante o Antigo Regime e o papel dos atores sociais diante de tal fato, isto é, mostra como a nobreza, o clero, a burguesia, o camponês, entre outros, colaboraram ou não para essa centralização. Analisa como a liberdade política foi se deteriorando e quem tirou proveito da situação.

Trata em longa duração da perda da liberdade, da centralização e de como surgiu a revolução. Para o nascimento desta, mostra qual era a situação real dos atores sociais às vésperas do evento e conclui que a condição social dos camponeses nesse período era melhor que em épocas anteriores, pois eles já tinham se tornado proprietários de terras³. Acaba chegando à seguinte conclusão: a revolução nasceu de um aumento das expectativas por melhorias que já vinham ocorrendo e não de uma pauperização social.

Em suma, o livro segundo faz uma reflexão sobre a dimensão do político, sobre o poder, sobre a igualdade, sobre a liberdade e das causas essenciais que estão na origem da Revolução.

O livro terceiro analisa as idéias que deflagraram e que incutiram no espírito dos franceses o sentimento revolucionário, em linhas gerais, criticando os filósofos, os “homens de letras” e os economistas fisiocratas, considerados por Tocqueville os agitadores e vanguardistas da pedagogia revolucionária do povo. Destaca o fato de os franceses desejarem a igualdade a qualquer custo, prejudicando e se esquecendo das liberdades políticas.⁴

As causas da revolução: a centralização administrativa, a perda da liberdade e o papel dos atores sociais.

No que concerne às causas da revolução, o pensamento de Tocqueville é inovador, considerando que ele não se satisfaz em analisar o que teria acontecido somente nos anos anteriores a 1789, visto que a sua análise não é a de curta duração.⁵

Tendo como mote de sua interpretação o poder, não concebe a revolução como algo abrupto, mas a vê como um processo que já vinha ocorrendo no Antigo Regime. Para ele, foi no próprio âmbito das relações de poder anteriormente ao processo revolucionário que a revolução se engendrou.

Mesmo se a revolução não vingasse, Tocqueville acreditava que as mudanças já estavam acontecendo e que os resultados de tais mudanças eram nefastos para a sociedade francesa. Nas suas palavras,

a revolução não foi de maneira alguma um acontecimento fortuito. Realmente pegou o mundo de improviso embora nada mais fosse que o complemento do trabalho mais longo e do término repentino e violento de uma obra à qual dez gerações tinham trabalhado. Mesmo que não tivesse surgido a Revolução Francesa, o velho edifício social teria ruído por toda parte, aqui mais cedo, acolá mais tarde, mas teria caído, peça por peça, em vez de desmoronar-se de uma vez. A Revolução resolveu repentinamente, por um esforço convulsivo e doloroso, sem transição, sem precauções, sem deferências, o que ter-se-ia realizado sozinho, pouco a pouco, com o tempo. Esta foi, portanto, a obra da Revolução (TOCQUEVILLE, 1997, p. 68).

A centralização administrativa e o golpe na liberdade

Observado que a liberdade só é exercida se os cidadãos são capazes de decidir por eles mesmos sobre os assuntos referentes à coletividade, ao público, e que, nesse sentido, Tocqueville se insere na tradição republicana⁶, passaremos a avaliar como a centralização administrativa e a perda da liberdade fizeram com que o espírito revolucionário aflorasse nos franceses.

Uma primeira questão é pertinente: como evitar a centralização administrativa? Para Tocqueville, é natural que os ocupantes do poder centralizem cada vez mais a administração. Dessa forma, os cidadãos devem lutar para que essa centralização não aconteça, participando da vida política.⁷ Caso contrário, a tendência é que o poder se centralize cada vez mais, o que gera o despotismo⁸.

Para o caso francês, ele assinala que a ênfase na igualdade de condições ocasionou o desprezo pela liberdade política, isso no próprio seio do Antigo Regime, fazendo com que a burocracia e as atribuições do Estado aumentassem.

O incremento da burocracia foi alvo de severas críticas. Para Tocqueville, o intendente tornou-se o novo governante da França. Sobre este, diz:

é um homem de nascimento comum, sempre estrangeiro à província, jovem e tendo ainda de garantir seu futuro. Não exerce seus poderes através do direito de eleição, de nascimento ou de compra do cargo; é escolhido pelo governo entre os membros inferiores do Conselho de Estado e sempre revogável. Embora separado deste corpo, é o seu representante e é por isso que, na linguagem administrativa da época, é chamado comissário encarregado. Acumulam-se em suas mãos quase todos os poderes que o Conselho possui e exerce todos em primeira instância. É, como o Conselho, ao mesmo tempo, administrador e juiz. O intendente comunica-se com todos os ministros, é o agente único, na província, de todas as vontades do governo (TOCQUEVILLE, 1997, p. 79).

Tocqueville, traça, dessa forma, como as relações de poder foram se alterando durante o século XVIII na França, resultando num *continuum* crescente das atribuições estatais e, conseqüentemente, nas perdas da liberdade, já que o Estado se coloca numa posição de tutor de toda a sociedade, decidindo os rumos da França.

Nessa estruturação, ele critica o enorme poder dos intendentess, mas não se furta de afirmar como os franceses tiveram culpa, ao deixar com que isso acontecesse. Veremos, agora, como a liberdade foi suprimida.

O fim das liberdades municipais e a crescente tutela administrativa: a caminho da servidão

A pesquisa historiográfica levada a cabo por Tocqueville elucidada que, ao contrário do que muitos pensam, havia até o final do século XVII, na França, um ativo viver civil, uma preocupação constante com o destino das comunidades.

Na França, a liberdade municipal sobreviveu ao feudalismo. Quando os senhores já não administravam mais o campo, as cidades ainda conservavam o direito de se governar. Até o fim do século dezessete ainda encontramos cidades formando espécies de pequenas repúblicas democráticas, cujos magistrados são livremente eleitos pelo povo todo e responsáveis perante ele, onde a vida municipal é pública e ativa e

onde a cidade mostra-se ciosa de seus direitos e de sua independência. [...] As eleições foram abolidas pela primeira vez em 1692. Então as funções municipais foram colocadas em ofícios, quer dizer que o rei vendeu em cada cidade, a alguns habitantes, o direito de governar à perpetuidade todos os outros (TOCQUEVILLE, 1997, p. 83).

A partir daí, as liberdades locais vão se deteriorando:

no século dezoito, o governo municipal das cidades tinha portanto degenerado por toda parte numa pequena oligarquia. Algumas famílias conduziam todos os negócios com vistas particulares, longe do olho do público e sem serem responsáveis perante ele. É uma doença que atinge a administração na França inteira. Todos os intendentess a assinalam, mas o único remédio que imaginam é sujeitar mais e mais os poderes locais ao governo central (TOCQUEVILLE, 1997, p. 85).

Tocqueville discorre sobre essa concentração de poder nas mãos de poucos e critica o fato do interesse público ser confundido com o privado. Dessa forma, a perda das liberdades locais foi uma iniciativa governamental, que vendeu os governos cidadãos a algumas pessoas. De sorte que, mesmo com a venalidade do cargo público, também houve uma apatia política ante a medida, considerando que não houve reação daqueles que participavam da vida pública até o momento da venda.

À medida que o governo foi centralizando mais o poder político, os cidadãos se retiraram comodamente do âmbito público para cuidar de seus assuntos particulares.

O que de fato passa a incomodar Tocqueville é a própria perda da civilidade, do encontro com o outro em local público para debater os assuntos que dizem respeito ao próximo, ao bem comum⁹.

A retirada dos indivíduos do espaço público significou muito mais que deixar tais assuntos para algumas pessoas; retirou de cada cidadão aquilo pelo qual Tocqueville sempre lutou: a própria condição de humano que só se realiza no encontro com o outro, na preocupação com a coletividade e na liberdade, condição esta inerente ao próprio homem: em vez disso, ao se prender no âmbito do lar, o homem se condenava à condição de servo. E mais: havia o perigo da excessiva centralização administrativa, o que conformaria um governo despótico.¹⁰

Tocqueville, então, vislumbra nas paróquias rurais da França um republicanismo em contradição com a centralização.

Até a Revolução, a paróquia rural da França conserva no seu governo algo deste aspecto democrático que nele vimos na Idade Média. Trata-se de eleger funcionários municipais ou de discutir algum negócio comum? Lá badala o sino da aldeia chamando os camponeses, que se reúnem em frente ao portal da igreja onde tanto os pobres como os ricos têm o direito de apresentar-se. Uma vez a assembléia reunida, não há nem uma verdadeira deliberação ao ar livre anota as diversas opiniões e declarações numa ata. nem uma votação, mas cada um pode opinar e um tabelião requisitado para este fim e trabalhando [...] Se compararmos estas vãs aparências de liberdade com a impotência que lhes é inerente já vemos, em escala pequena, como o governo mais absoluto pode ser combinado com algumas formas da mais extremada democracia de uma maneira que acrescenta à opressão o ridículo de não querer admiti-la (TOCQUEVILLE, 1997, p. 87).

Tocqueville só lamenta a intromissão do Estado nas paróquias:

[...] suas reuniões dependiam da anuência do intendente ou, como diziam então de seu belo prazer; mesmo após uma decisão unânime não podiam impor, nem vender, nem comprar, nem alugar, nem processar sem a licença do rei. Era preciso um decreto do Conselho para coisas tão simples como o conserto do muro do presbitério que desabava ou do teto da Igreja que o vento abalara. Todas as paróquias, fossem elas perto ou longe de Paris, tinham de obedecer a esta regra (TOCQUEVILLE, 1997, p. 87).

Ao confrontar a liberdade paroquial com a opressão do Estado, ao qual a paróquia está submetida, no sentido exposto acima, Tocqueville ressalta ainda mais o questionamento sobre o poder estatal.

A paróquia, para todos os efeitos, seria o local de vida política ativa e, independentemente da força do Estado, lá os cidadãos junto ao clero exercitam as suas liberdades deliberando sobre questões públicas.

Sobre a centralização administrativa ele é enfático:

se me perguntarem como esta porção do antigo regime assim pôde ser transferida inteiriça na nova sociedade e nela se incorporar, responderei que a centralização não pereceu com a Revolução porque era o próprio começo e o próprio sinal desta Revolução, e acrescentarei que quando um povo destruiu em seu seio a aristocracia corre em direção à centralização como atrás de si mesmo. Então é mais fácil jogá-lo neste declive que freá-lo. Em seu seio todos os poderes tendem naturalmente à unidade e é preciso muita arte para separá-los (TOCQUEVILLE, 1997, p. 94).

O que levava Tocqueville a crer que a aristocracia era importante para evitar a centralização? É o que veremos a partir de agora.

Centralização, as “instituições intermediárias” e a cultura política

É notória no pensar de Tocqueville a importância que atribui ao que denominamos de “instituições intermediárias”, ou seja, as instituições mediadoras da relação entre o indivíduo e o Estado.¹¹

No caso tocquevilleano, destaque para as associações e as comunas, as quais foram reiteradamente citadas por ele para compreender a vida política nos EUA¹², enaltecendo-as e mostrando que a democracia se fortalece quanto mais esses mediadores institucionais sejam fortes.¹³

Na tradição republicana, é trivial a importância delas para a vida política. Segundo Putnam,

assim como a coruja de Minerva, símbolo da sabedoria, só voava no escuro, os filósofos políticos só começaram a articular as virtudes essenciais da *vita civile* [vida cívica] no seu ocaso. O destino das comunas levou os teóricos políticos renascentistas, sobretudo Maquiavel, a refletirem sobre as precondições do governo republicano estável, concentrando-se especialmente no caráter dos cidadãos, sua *virtú civile* (PUTNAM, 2005, p.143).

Concentrando-se no caráter dos cidadãos, a tradição de pensamento republicana atribui à cultura política um papel bastante significativo para a vida política de uma formação social, constatando que depende da virtude do indivíduo o destino de uma sociedade. Assim, para os republicanos, todas as pessoas contribuem para o sucesso ou não de uma formação.¹⁴

Para o século XIX, Putnam destaca que,

foi uma época de incomum efervescência na vida associativa em grande parte da Europa ocidental, sobretudo entre as chamadas classes “populares” – isto é, o grosso da população. As formas mais antigas

de sociabilidade organizada, como as confrarias religiosas e as guildas medievais, tinham gradualmente perdido seu vigor nos séculos precedentes, tornando-se meros vestígios da época em que verdadeiramente mobilizavam os interesses e as paixões populares. Os ventos da mudança, provocados pela Revolução Francesa, vieram varrer boa parte desse entulho social. Inspirados na rigorosa doutrina do *laissez faire*, os governos liberais da França, da Itália e de outros países aboliram guildas, dissolveram entidades religiosas e desencorajaram a formação de quaisquer “combinações” sociais ou econômicas semelhantes. Para impor essa nova ordem, as autoridades francesas e italianas mantinham sob rígida vigilância (e não raro tentavam extinguir) até mesmo as mais inócuas manifestações de sociabilidade organizada, como os clubes de operários que se reuniam para beber (PUTNAM, 2005, p. 148).

Não é demais lembrar que Tocqueville, em *As Lembranças de 1848: as jornadas revolucionárias em Paris*, declarou-se contra a formação de clubes operários naquele momento histórico, já que acreditava que a própria liberdade política seria comprometida caso as idéias dos operários fossem colocadas em prática, dado o caráter classista do pensamento político-social do operariado.

Mesmo com toda a tentativa de reprimir os movimentos populares, o século XIX foi pródigo em “movimentos sociais” na França, como o próprio Putnam nos indica:

esse ‘grande surto de sociabilidade popular’ (nas palavras do eminente historiador social francês Maurice Aguilhon) manifestou-se na França na primeira metade do século XIX, sob a forma de lojas e *cercles* maçônicos, clubes populares (*chambrée*) e orfeões, congregações religiosas e clubes de camponeses, e mais especialmente sociedades de mútua assistência, criadas para prover às despesas com doenças, acidentes, velhice e funerais (PUTNAM, 2005, p. 148).

No que tange especificamente ao pensamento político de Tocqueville, em *O Antigo Regime e a Revolução* destaca a participação da nobreza, do clero e a presença das paróquias como alentadores de uma praxe participativa que vinha se perdendo ao longo do século XVIII.

Não se esquiva de criticar a própria nobreza do século XVIII, uma vez que em sua opinião ela estava se tornando cada vez mais parecida com a burguesia em seus modos e costumes. E o que era mais relevante: deixara de se preocupar com o bem comum, não formando mais um corpo intermediário que colocasse um freio na centralização política.

A igualdade antes da Revolução

Mesmo antes do estabelecimento da igualdade legal, na França pré-revolucionária Tocqueville verificara que os homens tornavam-se cada vez mais iguais, não importando a estratificação por lei da sociedade francesa.

Observara que cada vez mais os costumes dos nobres assemelhavam-se aos da burguesia. Dessa forma, a igualdade a qual ele estava se referindo era a de sentimento, ou seja, todos tinham hábitos parecidos e sentiam-se iguais:

tem-se a impressão de que todos os homens que vivem na França, em particular os que pertencem às classes média e da alta sociedade – os únicos em destaque – são todos exatamente semelhantes uns com os outros (TOCQUEVILLE, 1997, p. 105).

Não só nos costumes imperava a igualdade, mas ressalta Tocqueville que os interesses da burguesia e da nobreza não eram divergentes, que convergiam em inúmeros aspectos. Segundo ele,

os cadernos apresentados pelas diferentes ordens em 1789 bem mostram isto e neles vemos que seus relatores diferem profundamente pelos seus interesses mas que são iguais em todo o resto. Se estudarmos como as coisas aconteciam nos primeiros Estados Gerais, teremos um espetáculo absolutamente oposto: o burguês e o nobre têm mais interesses comuns e mais negócios comuns; demonstram muito menos animosidade recíproca, o que não impede que ainda pertençam a duas raças distintas (TOCQUEVILLE, 1997, p. 105).

Nesse sentido, a historiografia da Revolução Francesa de Tocqueville apresenta um rompimento com a visão marxista da Revolução que contrapõe os interesses da nobreza e os da burguesia¹⁵. Na opinião tocquevilleana, o corte revolucionário não representou, de modo surpreendente, o triunfo da burguesia. Esse triunfo constituiu-se pouco a pouco no século XVIII francês, pois enquanto a burguesia vinha se enriquecendo, a nobreza estava na decadência:

havia alguns séculos em que os nobres franceses não paravam de empobrecer-se. [...] As leis que protegiam a propriedade dos nobres

ainda eram as mesmas e nada parecia mudado em sua condição econômica, que não impedia que iam empobrecendo-se por toda parte na proporção exata em que perdiam o seu poder (TOCQUEVILLE, 1997, p. 106).

Destarte, o evento revolucionário representou muito mais a conquista política de uma classe burguesa há muito em ascensão, não só em termos econômicos, pois para Tocqueville os burgueses possuíam a mesma educação dos nobres. Conclui:

em fins do século dezoito sem dúvida ainda era possível perceber uma diferença entre o comportamento da burguesia e da nobreza, pois nada iguala-se com mais vagar que esta camada de hábitos que chamam boas maneiras; porém, no fundo todos os homens que se situavam acima do povinho eram parecidos: tinham as mesmas idéias, os mesmos hábitos, os mesmos gostos, escolhiam os mesmos divertimentos, liam os mesmos livros, falavam a mesma linguagem. Só se diferenciavam ainda pelos direitos (TOCQUEVILLE, 1997, p. 107).

Escusado dizer que para Tocqueville a revolução foi o golpe final de uma nobreza agonizante numa sociedade onde tudo lhe parecia padronizado, desde as formas de pensar até as formas de se vestir¹⁶.

Entretanto, apesar dessa igualdade, o isolamento social e o individualismo tornaram-se cada vez maior:

nossos pais não possuíam a palavra individualismo, que inventamos para nosso uso porque no tempo deles não havia nenhum indivíduo que não pertencesse a um grupo e que pudesse considerar-se absolutamente só. Porém, cada um dos milhares de grupinhos compondo a sociedade francesa só pensava em si próprio. Era, se assim posso exprimir-me, uma espécie de individualismo coletivo que preparava as almas para o verdadeiro individualismo que conhecemos. O que há de mais estranho é que todos os homens que permaneciam tão afastados uns dos outros tinham se tornado tão semelhantes que era difícil distingui-los uns dos outros. Mais do que isto, quem sondasse seus espíritos descobriria que eles mesmos achavam as pequenas barreiras que dividiam gente tão parecida, tão contrária ao interesse público quanto ao bom senso e que, em teoria, já adoravam a unidade. Cada um só dava importância a sua condição particular porque outros destacavam-se pela condição. Mas estavam todos dispostos a confundir-se na mesma massa, contanto que ninguém nela tivesse alguma vantagem própria ou nela ultrapassasse o nível comum (TOCQUEVILLE, 1997, p. 116).

Enfatiza que a inveja é um sentimento que cresce na proporção em que a igualdade de condições se estabelece, sendo este sentimento próprio da modernidade e de sociedades isonômicas, pois Tocqueville frisa que as pessoas vão tentar se distinguir das outras nas condições materiais, isto é, todos almejam o máximo de bens materiais possíveis, já que estes sinalizam uma distinção e os que possuem menos bens vão invejar os mais ricos.¹⁷

O individualismo e o materialismo das sociedades modernas vão ser veementemente criticados por ele, apesar de constatar a irreversibilidade dos interesses individuais.

Tocqueville, desse modo, discursa contrariamente à liberdade individual preocupada com a propriedade privada e despreocupada com a coletividade.¹⁸

As idéias na Revolução: os economistas fisiocratas, os filósofos e os “homens de letras”

Considerados por Tocqueville os idealizadores e principais agitadores da Revolução, os filósofos iluministas foram seu objeto de estudo no primeiro capítulo do Livro Terceiro de *O Antigo Regime e a Revolução*.

O que incomodava Tocqueville era a falta de experiência dos iluministas nos assuntos da política e, esse fato, em sua opinião, fazia-os emitir opiniões fora da realidade. Idealizavam o mundo político e utopicamente escreviam e incitavam as pessoas para a busca de uma sociedade mais justa.

Para Tocqueville, a falta de conhecimento sobre o funcionamento do dia a dia da política francesa comprometia a análise do que ele chamava de “homens de letras”.

Faltava-lhes, portanto, este conhecimento superficial que a visão de uma sociedade livre e o eco de tudo que nela se comenta dão até àqueles que menos se preocupam com o governo. Tornaram-se mais ousados em suas novidades, mais apaixonados por idéias gerais e sistemas, mais contendores da sabedoria antiga e mais confiantes ainda em sua razão individual que os autores de livros sobre a política (TOCQUEVILLE, 1997, p. 144).

Alertava para o fato de que os literatos criticavam todas as instituições do Antigo Regime, não exatamente por não acreditarem em cada uma delas, mas sim por fazerem parte desta. Precisavam destruir o que era característico da época.

O fato é que Tocqueville responsabiliza, também, o povo francês, argumentando que o discurso iluminista só encontrou eco devido à despreocupação dos franceses com a coisa pública. A retórica literária, tendo como mote o combate às desigualdades, só poderia vingar numa época onde a liberdade fora eclipsada.

Assim como os iluministas, os economistas liberais também foram criticados por Tocqueville. Em que sentido ele dirigia sua crítica?

Na ênfase que estes economistas davam ao papel do Estado como motor para o desenvolvimento de uma sociedade e ao desprezo que tinham pelas liberdades políticas. Na análise tocquevilleana, os fisiocratas acreditavam que o Estado deveria ser atuante na sociedade, incentivando a educação pública, já que esta era vista como essencial para o desenvolvimento, bem como para impedir as ações negativas do Estado, pois o povo instruído não permitiria os abusos estatais.

Alegava, ainda, que a Revolução tinha cumprido as idéias defendidas pelos fisiocratas, principalmente o desprezo pelas liberdades políticas, pela religiosidade e por tudo que fora estabelecido nas tradições do povo francês. Não acreditavam no poder da cidadania, preferindo a ação governamental ao poder dos indivíduos.

Já conceberam a idéia de todas as reformas sociais e administrativas que a Revolução fez antes que a idéia das instituições livres tenha começado a aparecer em seu espírito. É bem verdade que são muito favoráveis à livre troca dos mantimentos, ao *laissez faire* ou ao *laissez passer* no comércio e na indústria, mas quanto às liberdades políticas propriamente ditas, nem pensam nelas ou, quando se apresentam por acaso à sua imaginação, começam por rechaçá-las. Quase todos começam mostrando-se muito inimigos das assembleias deliberativas, dos poderes locais e secundários e, em geral, de todos estes contrapesos em todos os povos livres para equilibrar o poder central (TOCQUEVILLE, 1997, p. 156).

A afirmação, se aprofundarmos um pouco mais na análise, critica o próprio liberalismo econômico, o “laissez faire ou laissez passer no comércio e na indústria” sem compromisso com a ação na esfera pública.

Complementa afirmando que a sociedade de seu tempo se assemelha àquela pregada pelos fisiocratas, num tom melancólico:

É este desejo de introduzir a liberdade política no meio de instituições e idéias que lhes eram alheias ou opostas, mas às quais já nos habituamos ou cujo gosto já concebêramos de antemão, que, há sessenta anos, produziu tantas tentativas vãs de governos livres seguidos por revoluções tão funestas até que, finalmente, cansados por tantos esforços, desgostados por um trabalho tão duro e tão estéril, abandonando sua segunda meta para voltar à primeira, que muitos franceses reduziram-se a pensar que viver em iguais debaixo de um senhor ainda tinha afinal de contas alguma doçura. E assim acontece que hoje nos assemelhamos muito mais com os economistas de 1750 que com nossos antepassados de 1789 (TOCQUEVILLE, 1997, p. 160).

Portanto, concebe os seus contemporâneos como “satisfeitos” por serem tutelados por um “senhor”, pois o que lhes importava era a igualdade. Essa igualdade de condições fez os franceses perderem a liberdade política.

O que mobilizou os franceses revolucionários foi a utopia de poderem instituir um governo e uma sociedade justos, onde os bens materiais fossem bem distribuídos e todos seriam iguais. Contudo, para Tocqueville, faltou dar um sentido prático de como seria este novo governo, se na prática haveria a possibilidade almejada.

A revolução não assegura as liberdades e nem a igualdade de fato, pois, para Tocqueville, uma vez começada não há como prever o seu destino.

Além disso, assegura o equívoco dos franceses quanto à liberdade:

quando o amor dos franceses pela liberdade política despertou, já tinham concebido, em matéria de governo, um certo número de noções que não somente combinavam bem com a existência de instituições livres, mais que isso, quase lhes eram opostas (TOCQUEVILLE, 1997, p. 160).

Ou seja, Tocqueville observa que a liberdade era vista pelos franceses como sendo a possibilidade de ir e vir, a liberdade dos modernos de Benjamin Constant.¹⁹

Aí, indiretamente, faz sua crítica a essa liberdade, e deixa clara a sua concepção sobre o que é ser livre: é participar publicamente dos assuntos referentes ao bem comum.²⁰ É decidir sobre os próprios assuntos, não os delegando unicamente à administração pública. É compreender que a liberdade se faz no conviver, no viver com o outro, e não de forma individualista.

O poder e a Revolução Francesa

Através de *O Antigo Regime e a Revolução* é possível extrair uma concepção de poder no pensamento político de Tocqueville. Que poder seria este? Onde está localizado? Tentaremos responder essas perguntas nas linhas que se seguem.

No pensamento político tocquevilleano há uma atribuição significativa de poder aos cidadãos, aduzido que coloca uma responsabilidade na sociedade pelos seus rumos. Portanto, o poder se encontra nas mãos dos indivíduos que, podem se reservar exclusivamente ao âmbito da vida privada - ao passar os rumos da política a terceiros, vivendo como servos e atribuindo a decisão sobre sua formação social a outrem - ou, se for um cidadão virtuoso, participará ativamente da vida política, exercendo, dessa forma, o poder, e se preocupando com o bem comum. É o ser de liberdade.

Ao atribuir o poder aos indivíduos, Tocqueville deixa claro que o futuro de uma determinada formação social depende da cultura política dos seus indivíduos. Está nas mãos desses o “caráter” de uma sociedade.

A religião em O Antigo Regime e a Revolução

Como já foi dito, as paróquias locais se configuraram como local de vida política na França do Antigo Regime. Essa constatação de Tocqueville corrobora o seu apreço pela vida religiosa cristã (TOCQUEVILLE, 1998).

Em *A Democracia na América* constatara que o puritanismo dos colonos americanos havia beneficiado aquela formação social, pois nele havia uma preocupação com a coletividade e, sendo assim, tal religiosidade fora essencial para a liberdade política dos EUA (TOCQUEVILLE, 1998).

Lamentou, no caso francês, a perda da religiosidade que ocorrera no período anterior à Revolução, ao evocar que o discurso anti-religioso dos iluministas teve respaldo na sociedade francesa.

Uma das primeiras diligências da Revolução Francesa foi atacar a Igreja e entre as paixões que nasceram desta revolução a primeira a se acender e a última a se extinguir foi a paixão religiosa. Até mesmo quando o entusiasmo da liberdade já se tinha desvanecido, depois que

os franceses limitaram-se a comprar a tranquilidade ao preço da servidão, continuaram a revoltar-se contra a autoridade religiosa. Napoleão, que tinha conseguido vencer o gênio liberal da Revolução Francesa, fez esforços inúteis para dominar seu gênio anticristão e, até em nossos dias, vimos homens que imaginavam resgatar sua subserviência para com os agentes menores do poder político pela sua insolência para com Deus e que, enquanto abandonavam tudo que havia de mais livre, de mais nobre e de mais soberbo nas doutrinas da Revolução, ainda se vangloriavam de sua fidelidade ao espírito da Revolução por permanecerem indevotos. No entanto, hoje é fácil entender que a guerra às religiões nada mais era que um incidente desta grande revolução, um traço relevante mas fugitivo de sua fisionomia, um produto passageiro das idéias, das paixões, dos fatos particulares que a precederam e prepararam, e não seu gênio próprio (TOCQUEVILLE, 1997, p. 55).

Tocqueville observara que o discurso antirreligioso foi característico do período revolucionário, pois, atento aos fatos, vira em tal discurso uma tentativa de destruir o que os revolucionários interpretavam como o sustentáculo do Antigo Regime. A religião sustentara uma ordem injusta e deveria sucumbir numa nova ordem. Para Tocqueville, a antirreligiosidade foi propagada pelos filósofos iluministas:

[...] Os filósofos do século dezoito agrediram com uma espécie de furor a Igreja; atacaram seu clero, sua hierarquia, suas instituições, seus dogmas e para melhor derruba-los quiseram arrancar os próprios fundamentos do cristianismo. Porém, tendo esta porção da filosofia do século dezoito sido gerada pelos fatos que esta própria Revolução destruíra, tinha de desaparecer pouco a pouco com eles e ficar como que sepultada no seu triunfo. Só acrescentarei algumas breves palavras para acabar de transmitir meu pensamento porque tenciono reexaminar alhures este grande assunto: foi muito menos como doutrina religiosa que como instituição política que o cristianismo acendeu estes ódios furiosos; não porque os padres pretendiam fixar as coisas do outro mundo, mas porque eram proprietários, senhores, dizimadores, administradores neste mundo; não porque a Igreja não podia tomar um lugar na nova sociedade que se ia fundar, mas porque ocupava então o lugar mais privilegiado e mais forte nesta velha sociedade que era preciso reduzir às cinzas (TOCQUEVILLE, 1997, p. 56).

O ataque à religião cristã, portanto, foi fruto não de uma antirreligiosidade intrínseca, desinteressada, mas sim pelo fato de a Igreja e o clero ocuparem um lugar de destaque no Antigo Regime. No argumento tocquevilleano, depois de acabar a ordem

estamental e ser fixada em lei a igualdade, já não havia mais motivo para o discurso furioso contra o cristianismo.

Como o objetivo da Revolução Francesa não era tão-somente mudar o governo mas também abolir a antiga forma de sociedade, teve de atacar-se, ao mesmo tempo, a todos os poderes estabelecidos, arruinar todas as influências reconhecidas, apagar as tradições, renovar os costumes e os hábitos e esvaziar, de certa maneira, o espírito humano de todas as idéias sobre as quais se assentavam até então o respeito e a obediência. De lá, seu caráter tão singularmente anárquico (TOCQUEVILLE, 1997, p. 56).

Como vimos, Tocqueville destacou a importância das paróquias locais para o exercício da liberdade na França. Na visão dele, a religião era importante para preservar essa liberdade, não só na formação social francesa, pois, nos Estados Unidos, já havia destacado a relevância do puritanismo para a liberdade política.

Algumas contribuições de O Antigo Regime e a Revolução para a historiografia

De que forma *O Antigo Regime e a Revolução* pode contribuir para a escrita da história da Revolução Francesa na atualidade? Como ela pode ser considerada uma obra atual?

Para responder essas perguntas nos basearemos em dois autores que analisam a escrita da história de Tocqueville, Claude Lefort²¹ e François Furet²².

Ao inserir a Revolução Francesa num evento de longa duração, Tocqueville a analisa como uma revolução processual, algo que já vinha acontecendo no decorrer do século XVIII. A reflexão tocquevilleana permite, também, que pensemos o lugar do político em tal revolução de sorte a não ficarmos presos em causas somente econômicas e sociais. Outro fato importante é a análise que faz da relação entre sociedade civil e Estado, centralização e descentralização, liberdade e perda da liberdade.

Evoca o papel da burocracia no final do Antigo Regime e o poder que adquire ao longo do tempo. A ideologia da revolução também é lembrada por ele, embora não explicitamente como as idéias foram assimiladas pelo povo.

Escreve Furet sobre *O Antigo Regime e a Revolução*:

se Tocqueville é um caso único na historiografia da Revolução, é porque seu livro obriga a decompor o objeto “Revolução Francesa”, fazendo a seu respeito um esforço de conceitualização. Ao proceder através de conceitos explícitos, ele quebra o relato cronológico; trata de um problema e não de um período. Com ele, a Revolução deixa de falar por si mesma, num sentido ou em outro, como se seu sentido já fosse previamente dado, revelado por sua própria trajetória. Pelo contrário, ela se torna objeto de uma interpretação sistemática, que isola alguns de seus elementos: especialmente o processo de centralização administrativa sob o Antigo Regime e sua influência no que poderia ser chamado a “democratização” da sociedade. Nessa medida, o período de tempo estudado por Tocqueville, e que é muito vasto (pois o reinado de Luís XIV, por exemplo, é constantemente chamado a dar seu testemunho), explica-se em função do problema que o interessa e da interpretação que propõe: a Revolução descende em linha direta do Antigo Regime (FURET, 1989, p. 32).

Considerações Finais

Uma teoria da sociedade pode ser extraída da leitura de *O Antigo Regime e a Revolução*. Nesta obra observam-se as características que permeiam, *grosso modo*, todo o ideário tocquevilleano: 1) elogio à liberdade como forma de participação política e como forma de construção de uma sociedade em que as instâncias de poder se encontram descentralizadas e, portanto, próximas aos cidadãos; 2) preocupação com os rumos de uma sociedade em que a exclusiva preocupação com a igualdade em detrimento da liberdade poderia culminar em tirania; 3) Um forma de se escrever a História em que coloca-se em cena o passado como forma de iluminar as ações políticas no presente e, não obstante, mobilizar as futuras gerações.

Esses aspectos supracitados são encontrados em suas principais obras: *A Democracia na América*, assim como em *Lembranças de 1848: as jornadas revolucionárias em Paris*. Nessas, resumidamente, vislumbra-se uma contraposição no ideário tocquevilleano: enquanto na França a preocupação é somente com a igualdade; nos Estados Unidos, considerando que a igualdade e os interesses privados se constituem em fenômenos irreversíveis na modernidade, o interesse pessoal é bem compreendido.

Isso significa que se as formações sociais da modernidade quiserem proteger a República e a Democracia, precisarão compreender que o prazer individualista em ganhos privados terá que ser contrabalançado pela liberdade como participação na esfera pública.

A liberdade tocquevilleana, adaptada às condições das sociedades oriundas das Revoluções Francesa e Americana, concilia-se com a igualdade inerente à sua época, resultando em interesse bem compreendido.

Numa sociedade de massas preocupada sobretudo com ganhos privados, podemos refletir com o ideário tocquevilleano sobre os perigos que podem culminar em tragédias já presenciadas pelas experiências totalitárias do século XX. Pensemos a liberdade!

Referências:

- ARENDDT, Hannah. *Da Revolução*. São Paulo: Ática e Ed. UnB, 1990.
- ARON, Raymond. *As etapas do pensamento sociológico*. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- BERLIN, Isaiah. *Quatro ensaios sobre a liberdade*. Brasília: Ed. UnB, 1981.
- BIGNOTTO, Newton (Org.). *Matrizes do Republicanismo*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2013.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 7ª ed. Brasília: UnB, 1995.
- BURKE, Edmund. *Reflexões sobre a revolução em França*. 2ª ed. Brasília: Ed Unb, 1997.
- CARVALHO, José Murilo de. *Entre a liberdade dos antigos e a dos modernos: a República no Brasil*. DADOS, 32, 3, p. 265-280.
- CHÂTELET, François; DUHAMEL, Olivier; PISIER-KOUCHNER, Evelyne. *História das Idéias Políticas*. RJ: Zahar, 1985.
- CHEVALIER, Jean Jacques. *As grandes obras políticas de Maquiavel a nossos dias*. 5ª ed. RJ: Agir, 1986.
- CONSTANT, Benjamin. “Da Liberdade dos Antigos Comparada à dos Modernos”. In: *Filosofia Política*. Porto Alegre: Ed. LPM, v. 1.
- DOYLE, William. *O Antigo Regime*. São Paulo: Ed. Ática, 1991.
- FURET, François. *Pensar a Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1989.
- HOBBSAWM, Eric. *A era das revoluções*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- JASMIN, Marcelo Gantus. *Alexis de Tocqueville: a historiografia como ciência da política*. Rio de Janeiro: ACCESS, 1997.

- LEFORT, Claude. *Pensando o político: ensaios sobre democracia, revolução e liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- PETTIT, Philip. *Republicanism: a theory of freedom and government*. Oxford University Press, 1982.
- PUTNAM, Robert D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. 4 ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.
- QUIRINO, Célia Galvão. *Dos infortúnios da igualdade ao gozo da liberdade*. São Paulo: Humanitas, 2001.
- RHEINARDT, Mark. *The Art of Being Free: Taking Liberties with Tocqueville, Marx, and Arendt*. New York: Cornell University Press, 1997.
- SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo, Companhia das Letras, 1999.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. *A Democracia na América: leis e costumes*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- _____. *A Democracia na América: sentimentos e opiniões*. São Paulo Martins Fontes, 2000.
- _____. *O Antigo Regime e a Revolução*. 4ª ed. Brasília: Editora UNB, 1997.
- _____. *Lembranças de 1848: as jornadas revolucionárias em Paris*. São Paulo, Companhia das Letras, 1991.
- VIANNA, Luiz Werneck. O Problema do Americanismo em Tocqueville. In: *A revolução passiva: Iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1997.
- VOVELLE, Michel. *Breve história da Revolução Francesa*. 1ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 1986.
- WHITE, H. *Meta-história*. São Paulo: Edusp, 1992

Notas

¹ Para um trabalho que analisa a historiografia tocquevilleana, ver: WHITE, 1992. Da mesma forma, ver: JASMIN, 1997.

² O próprio termo Antigo Regime foi criado pelos revolucionários como forma de associá-lo ao antigo, ao velho e ultrapassado em contradição à nova ordem firmada pela Revolução. Ver: DOYLE, William. *O Antigo Regime*. São Paulo: Ed. Ática, 1991.

³ A análise de Tocqueville destoa da interpretação de alguns expoentes da atual historiografia que, ao contrário dele, observaram o empobrecimento do campesinato francês às vésperas da Revolução. Ver: HOBSBAWM, 1977. Ver também: VOVELLE, 1986.

⁴ O prefácio de François Furet em *A Democracia na América* detalha bem o assunto (TOCQUEVILLE, 1998). Ver também: QUIRINO, 2001.

⁵ Tocqueville elucida como que as liberdades políticas foram se esvaindo na França. Segundo ele, no século XVII ainda existia uma vida política que foi se perdendo ao longo do século XVIII.

⁶ Para entender o conceito e as características do republicanismo, ver: BIGNOTTO (Org.), 2013. Da mesma forma, ver: PETTIT, 1982.

⁷ A participação na esfera pública é uma das características do republicanismo. Ver: BIGNOTTO (Org.), 2013. Para uma outra obra que versa sobre o assunto, ver: VIANNA, 1997.

⁸ Para uma obra que detalha o conceito tocquevilleano de despotismo democrático, ver: JASMIN, 1997. Ver também: QUIRINO, 2001.

⁹ Tal incômodo perpassa toda a obra tocquevilleana, uma vez que é uma das principais preocupações de Tocqueville a fim de salvaguardar as formações sociais da tirania.

¹⁰ Uma análise pormenorizada sobre o despotismo democrático pode ser encontrada em: RHEINARDT, 1997. Ver também: JASMIN, 1997.

¹¹ Sobre a importância dessas instituições intermediárias, ver: WHITE, 1992. Na mesma obra encontra-se uma discussão interessante sobre a historiografia aristocrática e a democrática e como Tocqueville busca um equilíbrio entre as duas formas de se escrever a História.

¹² Sobre as associações e as comunas nos Estados Unidos, ver: TOCQUEVILLE, 1998.

¹³ Ver: CHEVALLIER, 1986.

¹⁴ Dentre outras obras, ver: SKINNER, 1999.

¹⁵ Para uma análise marxista da Revolução, ver: HOBSBAWM, 1977.

¹⁶ Cf. JASMIN, 1997. Ver também: QUIRINO, 2001.

¹⁷ Para uma análise detalhada do assunto, ver: JASMIN, 1997.

¹⁸ Sendo assim, a liberdade defendida por Tocqueville não é a dos modernos, mas sim a dos antigos (liberdade como participação política). Ver: BERLIN, 1981.

¹⁹ Sobre a liberdade dos modernos, ver: Cf. CHÂTELET, François; DUHAMEL, Olivier; PISIER-KOUCHNER, Evelyne, 1985. Uma obra mais específica sobre o assunto e que traça a distinção entre a liberdade dos antigos e a dos modernos pode ser encontrada em: BERLIN, 1981.

²⁰ Essa conceituação pode ser encontrada na tradição do republicanismo. Ver: BIGNOTTO (Org.), 2013.

²¹ Ver: LEFORT, 1991. Lefort foi orientado em sua tese de doutorado por um dos primeiros pensadores a publicar uma análise do pensamento de Tocqueville na França: Raymond Aron. Ver: ARON, 1999.

²² Ver: FURET, 1989. Furet, ao longo de sua trajetória como historiador, sempre estabeleceu diálogo com Lefort.

Artigo recebido em 04 de julho de 2016 e aceito em 11 de setembro de 2016.

A MISCIGENAÇÃO COMO NEGAÇÃO DO OUTRO: OS “ÍNDIOS ALDEADOS” E O FIM DOS ALDEAMENTOS PAULISTASⁱ

THE MISCIGENATION AS THE NEGATION OF THE OTHER: THE “ÍNDIOS ALDEADOS” AND THE END OF THE “ALDEAMENTOS PAULISTAS”

Vladimir BERPATELI*

Resumo

Este artigo propõe discutir o processo de negação, ou “apagamento”, que foram submetidos os chamados “índios mansos” que viviam alocados nos aldeamentos da província de São Paulo, na segunda metade do século XIX. Demonstrarei que o referido “apagamento” se embasa na miscigenação de tal população aldeada com os não indígenas que habitavam as terras adjacentes, fazendo com que aqueles fossem considerados assimilados ou vistos não mais como índios. Veremos como tal argumento foi largamente usado pelos administradores, políticos e colonos para a desapropriação das terras de tais núcleos de concentração indígena. Portanto, tendo como base uma abordagem interdisciplinar entre a história e a antropologia, procuro analisar a documentação primária disponível – cartas e relatórios – e as pesquisas produzidas até aqui sobre o tema em questão.

Palavras-chaves: Miscigenação; Indígenas; Aldeamentos; Terras.

Abstract

This paper aims to discuss the process of negation, or “deletion”, who underwent the so called “índios mansos” living in the settlements allocated in the province of São Paulo in the second half of the nineteenth century. Demonstrate that such “deletion” was grounded on miscegenation such population with the Indians not inhabiting the adjacent land, causing those were considered assimilated or seen not as Indians. We will see how this argument was widely used by administrators, politicians and settlers to expropriate the land of such groups of indigenous concentration. Therefore, based on an interdisciplinary approach between History and Anthropology, I try to analyze the primary documentation – letters and reports – and the research conducted so far on the subject in question.

Keywords: Miscigenation; Indigenous; “Aldeamentos”; Lands.

* Mestre em Ciências Sociais – Doutorando – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – FCLAr-UNESP. Correio eletrônico: bertapeliv@gmail.com

Introdução

Nos decênios finais do século XX e o começo do XXI, vemos surgir coletivos humanos que reivindicam para si uma identidade étnica. Dentre estes¹, é de salientar o caso dos Tupi e Tupi Guarani que vivem em determinadas aldeias situadas nas regiões onde denominamos como litoral paulista e Vale do Ribeira.² Conforme as etnografias de Mainardi (2010), Rodrigues de Almeida (2011) e Danaga (2012), estes povos preferem ser identificados, como também são denominados, pelos alusivos etnônimos, uma vez que a mencionada constituição étnica se deve aos casamentos – ou como eles preferem chamar de “misturas”³ – das parentelas Tupi e Guarani que vieram a se estabelecer na região ao longo tempo. Assim, estes povos passaram a ser classificados como detentores de “novas etnias” ou “índios emergentes”.

O que temos aqui é um processo de *etnogênese*⁴ que vem se estabelecendo como força nas últimas décadas e que compreende o surgimento de novas identidades e a reinvenção de etnias já existentes (Pacheco de Oliveira, 1998a). Consequentemente, isto coloca a estimativa de Darcy Ribeiro (1996) em xeque, uma vez que este autor aferia que os povos ameríndios estariam fadados ao desaparecimento graças à assimilação e extermínio que foram submetidos ao longo de todo o processo histórico. Mas, como se pode constatar, estas previsões não se concretizaram. Seguramente, a atuação dos movimentos indígenas e o apoio de setores da sociedade civil frente às exigências pertinentes aos direitos daqueles, que se concretizou com a Constituição Federal de 1988, levaram a não efetivação daquela previsão de Darcy Ribeiro (1996). Isto, portanto, teve reflexos positivos, seja na luta pelo reconhecimento de suas identidades, na defesa e garantia de suas terras e ganhos concernentes à educação e saúde.

Diante de tais fatos, a retomada de etnônimos avaliados como extintos e o aparecimento de novas designações identitárias fez com que aparecessem estudos direcionados ao reconhecimento étnico. Pois, para Cardoso de Oliveira (2006), a questão da identidade e do seu reconhecimento vem se constituindo em um tema de análise antropológica desde a década de 1960⁵ – aliás, o trabalho de Cardoso de Oliveira

(1971) é precursor sobre o fenômeno da etnicidade. E cabe ainda mencionar que muitas dessas pesquisas têm como base a definição clássica feita pelo antropólogo Fredrik Barth (2000, p. 31-32) para grupos étnicos que os definia como

[...] a auto atribuição de uma categoria é uma atribuição étnica quando classifica uma pessoa em termos de sua identidade básica, mais geral, determinada possivelmente por sua origem e circunstâncias de conformação. Nesse sentido organizacional, quando os atores, tendo como finalidade a interação, usam identidades étnicas para se categorizar e categorizar os outros, passam a formar grupos étnicos.

E segundo Pacheco de Oliveira (1998b, p. 275),

Na realização dos laudos periciais o antropólogo deve privilegiar a pesquisa sobre as categorias e práticas nativas, pelas quais o grupo étnico se constrói simbolicamente, bem como as ações sociais nas quais ele se atualiza. O agente classificatório e o objeto primário de sua etnografia deve ser o próprio grupo investigado.

Isto se deve ao fato de que o passado de muitos povos indígenas é marcado por pressões políticas, econômicas e religiosas sobre seus costumes e suas terras. Afinal, muitos deles foram forçados a esconder e negar suas identidades. Como exemplo, cito o caso do fenômeno do “caboclisto” que, em sua relação de identidade com o “civilizado”, constitui a ideologia de um momento de contato entre índios e regionais, cuja intenção visa amenizar as agruras do preconceito e da discriminação (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1976, 1996).

Mas não se pode deixar de mencionar que a identidade e a busca pelo seu reconhecimento se manifestam de forma crítica nas sociedades multiculturais contemporâneas, sobretudo a brasileira. Como assegura Cardoso de Oliveira (2006), a dimensão da identidade com a cultura tende a criar determinados problemas sociais susceptíveis de enfrentamento por políticas públicas, principalmente as que têm o reconhecimento como objetivo.

De todo modo, a retomada e o surgimento de novas etnias, bem como as pesquisas concernentes, têm a contrapartida de serem questionadas por políticos, empresários ligados ao agronegócio e por pesquisadores alinhados aos interesses destes últimos que são contrários as demarcações das terras indígenas na atualidade. E não há

como deixar de comparar o discurso propalados por estes indivíduos como as colocações de políticos, sacerdotes e colonos do século XIX que também almejavam terras indígenas.⁶ Aliás, este é o assunto que trata o presente artigo. E o que veremos nas próximas páginas versa sobre a recusa das autoridades locais em identificar os descendentes dos “índios aldeados” como indígenas e o reflexo disto no esbulho das terras onde foram implantados os aldeamentos.

Assim, o termo “miscigenação”, além de servir como base para o argumento de que os povos indígenas⁷ estariam fadados a dissolução, conveio para o processo de expropriação das terras onde estavam situados os aldeamentos. Lembremos que, no final do século XIX, era comum ouvir a afirmação pela qual não seria mais necessário a existência de tais estabelecimentos na província paulista. Tendo esta posição, as autoridades e fazendeiros justificavam o esbulho de tais terras. Portanto, almejo aqui demonstrar o processo pelo qual os chamados “índios aldeados” passaram a ser mais vistos pela sociedade paulista daquele período como “não indígenas” e como aqueles foram desapropriados de suas terras. Para isso, faço uso de uma documentação primária – cartas, relatórios e ofícios escritos pelos administradores e políticos –, como também recorro às fontes secundárias referentes ao tema.

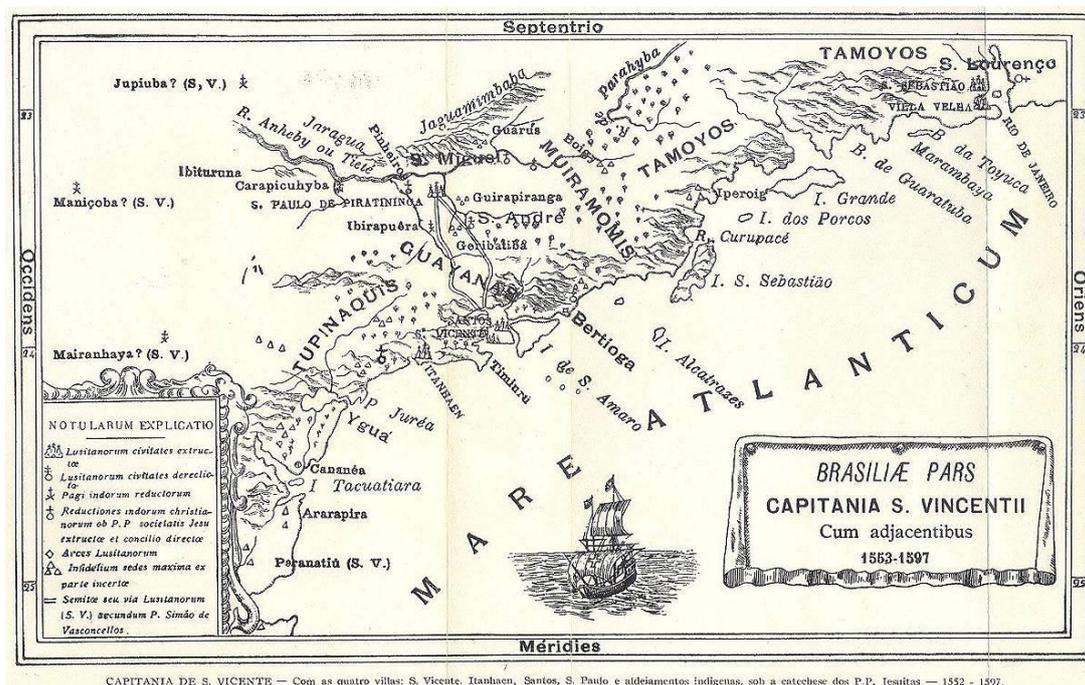
Para tanto, procurei neste trabalho fazer uma abordagem interdisciplinar entre os campos da história e da antropologia.⁸ Pois, como afiança Maria Regina C. Almeida (2013), o que há de comum entre as supracitadas disciplinas é a história cultural e a cultura histórica, onde se pode perceber que as fronteiras se tornam tênues ou até desaparecem em abordagens teórico-metodológicas interdisciplinares que tendem a valorizar as mais variadas fontes de ambas as disciplinas. E isto faz-nos lembrar as palavras de Carlo Ginzburg (1981), que assinala que o interesse pela história indígena surge quando os antropólogos, ao perceber que seus objetos de estudo não eram imutáveis e tampouco estáticos, passaram a se interessar pelos processos de mudança social. Logo, adveio interesse dos historiadores para os comportamentos, as crenças e o cotidiano dos homens comuns. E como observa Paulo Santilli (1994, p.66), “[...] a tarefa da história indígena é buscar decifrar nas entrelinhas, nos silêncios do documento, uma outra lógica cultural, que ali se esconde.”

Enfim, o diálogo entre antropologia e história permite repensar situações históricas e sistemas culturais de diferentes épocas. Portanto, entendendo que, ao aproximar tais áreas do conhecimento, possibilitará um melhor entendimento para o processo que levou o suposto desaparecimento dos índios aldeados e o esbulho de suas terras.

Os aldeamentos e o Diretório Geral dos Índios

Em meados do século XVI, o padre Manuel da Nóbrega resolveu fixar os índios contatados em espaços que ficariam conhecidos como aldeamentos. Com isso, o superior dos jesuítas na colônia de Portugal nesta parte das Américas esperava efetivar seu plano de conversão dos nativos à fé cristã, uma vez que as primeiras estratégias de os transformar em cristãos não surtiram o efeito que se esperava. Afinal, o primeiro plano de conversão que os padres da Companhia de Jesus empreenderam esbarrou na chamada inconstância que os índios eram acusados. Para isso, o principal dos jesuítas decidiu colocar em prática o seu *Plano das Aldeias*, também conhecido por *Plano Civilizador*. Assim, criaram-se estabelecimentos que tinham a finalidade de catequizar o nativo da terra como também de reuni-los em um mesmo espaço (LEITE, 2000).

Figura 1: Mapa dos aldeamentos na Província de São Paulo, 1553-1597.



Fonte: Benedicto Calixto (1924).

Neste sentido, estes primeiros núcleos de concentração humana constituíram então como uma forma privilegiada para a arregimentação da população nativa, servindo tanto para o projeto catequético quanto para os planos de Portugal de ocupar suas possessões americanas. Sendo assim, a formação de tais estabelecimentos é o cerne do projeto colonial, uma vez que garantiria a conversão, a ocupação do território e, não obstante, permitiria a disposição uma reserva de mão de obra para o desenvolvimento econômico da colônia e, sobretudo, da metrópole. E, conforme Serafim Leite (2000), tais espaços surgiram como resposta dos padres da Companhia de Jesus perante as dificuldades que encontraram durante as primeiras tentativas de catequização indígena. Beozzo (1983, p. 15), por sua parte, declara que Nóbrega defendia

[...] que os índios fossem sujeitados e que os colonos cristãos se metam na terra adentro e, aos que se aventurarem nesta empresa, sejam-lhes dadas as terras roubadas aos índios e sejam os mesmos, uma vez cativos, repartidos entre eles para os seus serviços.

Depreende-se de tal citação que os aldeamentos eram munidos pelos chamados “descimentos” e obedeciam ao seguinte itinerário

[...] devem ser ‘descidos’, isto é, trazidos de suas aldeias no interior (‘sertão’) para junto das povoações portuguesas; lá devem ser catequizados e civilizados, de modo a tornarem-se ‘vassalos úteis’, como dirão documentos do século XVIII. (PERRONE-MOISÉS, 1992, p.118).

Deste modo, os aldeamentos estiveram sob os préstimos da Companhia de Jesus e de outras ordens religiosas por um longo período, entre os séculos XVI e XVIII. Mas, no século XVIII, quando o Marquês de Pombal esteve à frente do governo português nos anos de 1750/55 a 1777, foi criado o *Diretório que se deve observar nas povoações dos índios do Pará e do Maranhão enquanto sua majestade não mandar o contrário*, mais conhecido por *Diretório Geral dos Índios* ou *Diretório Pombalino*.⁹ Os jesuítas foram então expulsos e os aldeamentos passaram a ser conduzidos exclusivamente pela administração secular (MOREIRA NETO, 2005).

Sob tal legislação, a metrópole portuguesa procurou assumir o controle administrativo dos aldeamentos por meio da substituição dos padres por funcionários que ficaram conhecidos como “diretores de índios”. Com efeito, o Diretório tinha a finalidade de inserir os indígenas na sociedade colonial através do aprendizado da Língua Portuguesa, em detrimento das línguas nativas e da Língua Geral, também conhecida por *Nheengatu*; o incentivo de casamentos entre brancos e indígenas e a disseminação do trabalho agrícola (ALMEIDA, 1997; POMPA, 2006).

E nota-se que a iniciativa de criar o Diretório estava diretamente ligada ao projeto de Pombal de retomar o controle sobre todas as riquezas que fluíam das possessões ultramarinas à metrópole lusitana. Mas, em 1798, o Diretório foi revogado após o Marquês de Pombal sair da cena política, conforme a Carta Régia de 12 de maio de 1798, que abolia todos os dispositivos pombalinos. Por conseguinte, houve um vazio na política voltada aos índios. Mas, apesar da falta de diretrizes durante o período compreendido entre 1798 e 1845, o Diretório permaneceu em seu pleno vigor (CARNEIRO DA CUNHA, 1992; MAXWELL, 1996; KAYSER, 2010).

Assim, este era o quadro político-administrativo quando o tenente-coronel José Toledo de Arouche Rendon foi promovido ao cargo de Diretor Geral dos Índios pelo então governador da Província de São Paulo, o capitão-general Antônio Manuel de Melo Castro Mendonça. O novo Diretor Geral ficou responsável em verificar o cumprimento do Diretório Geral dos Índios, cujo poder já era relativamente debilitado em São Paulo (RENDON, [1823] 1979; MONTEIRO, 2001).

O novo Diretor da província de São Paulo visitou então os aldeamentos indígenas existentes naquele período (São João Batista de Peruíbe, Carapicuíba, Pinheiros, São Miguel, Itaquaquecetuba, Escada, São José, M'Boy, Itapeperica e Barueri), examinou seus arquivos, bem como aqueles encontrados na Câmara de São Paulo. Desse levantamento resultou um relatório pelo qual o tenente-coronel faz uma série de considerações acerca das condições dos aldeamentos existentes na província paulista. Em relação a este assunto, teremos mais informações nas páginas seguintes.

As condições dos aldeamentos paulistas e suas transformações

O que sobressai no referido relatório produzido pelo tenente-coronel Rendon ([1823] 1979) é sua constatação referente ao declínio do número de índios que viviam nos aldeamentos paulistas, que ocorriam desde o começo do século XVII.¹⁰ Desta maneira, sob o pretenso discurso pelo qual seria preciso corrigir os erros do passado que levavam ao fracasso a empresa de civilizar e catequizar os índios, o tenente-coronel acreditava que, uma vez eliminados os abusos, reformada a lei e a exação do poder executivo, elevaria o número de indígenas e a província teria um considerável contingente de súditos e mão-de-obra disponível.

Assim, na visão deste militar, os aldeamentos administrados, tanto por religiosos como pelos leigos – sendo estes governadores e administradores-gerais, ouvidores da Câmara da cidade –, tratavam os nativos de acordo com os seus interesses. Para ilustrar tal afirmação, o autor faz referência aos ouvidores como os primeiros a determinar que tirassem das mãos dos índios as terras concedidas para suas lavouras. Para mais, as câmaras das vilas só se lembravam de nomear capitães administradores que

executassem bem os seus mandatos e de aforar e cobrar foros das terras dos índios. Afora isso, Rendon ([1823] 1979, p. 44) observa que

[...] tudo o que os índios ganhassem fosse para as mãos dos diretores, que estes dividissem o ganho de cada um em três partes; que a terceira parte ficasse ao índio e que dos dois terceiros tirasse o diretor a sua 6^a parte, e o resto se metesse em um cofre para a igreja e o pároco. Vê-se que por este modo, ganhando o miserável índio 100 réis por dia (que era o jornal daquele tempo), ficavam em sua mão 33 réis para nesse dia sustentar-se a si, sua mulher e seus filhos, além dos dias santos em que nada ganhava.

Mais adiante, o autor destaca que os frades capuchinhos, graças ao Ouvidor João Rodrigues Campelo, que lhes entregara o aldeamento de Escada no final do século XVIII,

[...] a assinarem um termo, pelo qual se obrigaram homens e mulheres a trabalhar para o seu padre superior, três dias em cada semana, ficando unicamente isentos da prestação destes serviços os doentes e as mulheres prenhes de seis meses. (Rendon, [1853] 1979, p. 45).

Além deste relatório, há uma considerável documentação acerca dos aldeamentos que se pode verificar, dentre outras informações, os maus tratos pelos quais sofriam a população indígena aldeada. Como exemplo, cito a correspondência de Joaquim Machado de Oliveira para Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos, então presidente da Província de São Paulo, que comunica, em 1856, um massacre quase veio a ocorrer em Bauru. Em tal missiva, o autor comenta que alguns índios aldeados foram acusados de assassinar um colono que vivia próximo à vila. Como resposta, alguns destes colonos armaram-se e dirigiram-se para o aldeamento com a finalidade de afugentá-los do estabelecimento. Logo, isto fez com que fugissem para o interior das matas (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Carta, 1856).

E, após constatar as condições dos aldeamentos de São Paulo, o tenente-coronel lançava a proposta pela qual tais estabelecimentos deveriam ser transformados em cinco freguesias. Sendo assim, em seu relatório consta que a capela existente no aldeamento de São João Batista de Peruíbe deveria tornar-se filial à Vila da Conceição de Itanhaém;

São José continuaria como freguesia; Escada tornar-se-ia freguesia e teria um vigário recomendado e pago pela Fazenda Real; Itaquaquetuba, que contava com um vigário, viraria capela filial e abrangeria o aldeamento de São Miguel; Pinheiros deveria tornar-se capela filial de São Paulo; M'Boy tornaria distrito e abrangeria os dois aldeamentos vizinhos, Carapicuíba e Itapeperica; enquanto Barueri seria elevado a freguesia (RENDON, [1823] 1979).¹¹

Segundo Ferreira (1990), o capitão-general Antonio José da França e Horta, então à frente da província paulista entre os anos de 1802 e 1811, foi requisitado por dom João VI a guerrear contra os chamados índios “bravos” – os chamados “Botocudos” e “Bugres” –, assim que o imperador chegou à colônia logo após a invasão das tropas de Napoleão. Logo, o capitão-general adotou as seguintes medidas:

- 1) Revogou os cargos de diretores na administração dos aldeamentos;
- 2) Os indígenas estariam sujeitos a ingressar no Corpo das Ordenanças¹², poderiam viver onde quisessem e se tornariam cidadãos comuns;
- 3) O uso de expressões “aldeamentos” e “índios aldeados” não seriam mais permitidos.

Percebe-se que, com estas medidas, o capitão-general pretendia apagar qualquer vestígio que lembrasse a existência dos aldeamentos e, sobretudo, dos índios que neles residiam. Estes, por sinal, são fortes indicativos do esbulho pelas quais passaram as terras destinadas aos indígenas.

Notadamente, os aldeamentos da província de São Paulo, desde que foram implantadas no século XVI, passaram por transformações político-administrativas. Ratifico ainda que, embora houvesse essa variação de seculares e religiosos na direção desses estabelecimentos, as condições de vida dos índios aldeados em nada alterou. Conseqüentemente, isto fez com que estes nativos fugissem dos aldeamentos. Fator este preocupante para as autoridades seculares, que perderiam sua principal força de

trabalho. Todavia, veremos nas próximas páginas que, além da fuga, a miscigenação foi outro fator para o que convencionou chamar de esvaziamento da população nativa nos aldeamentos paulista.

A miscigenação e o esbulho das terras

Nos primeiros registros sobre a colônia portuguesa na América, além das informações relacionadas à fauna e flora, é destacável a descrição que os cronistas dos séculos XVI e XVII fazem acerca dos grupos humanos habitantes daquelas terras que viriam a se constituir como Brasil. Em tal descrição verifica-se o quanto os europeus estavam estupefatos com os costumes dos Tupi que habitavam a região costeira.¹³ Assim, temas como o “profetismo”, a vingança, a guerra e o ritual antropofágico figuravam nas obras escritas pelos cronistas. Logo, podemos enumerar os trabalhos desenvolvidos por Hans Staden ([1557] 2011), Gândavo ([1576] 2004), Jean de Léry ([1578] 1980), Gabriel S. de Sousa ([1587] 1971) e entre outros.

Por outro lado, em meados do século XIX, a referida estupefação contida nos relatos daqueles cronistas arrefece e, em seu lugar, surge uma produção cientificista, cujos trabalhos foram desenvolvidos por pesquisadores, os chamados “homens de ciência”¹⁴, que se preocupavam em delinear uma história oficial brasileira. Afinal, a partir da chegada da família real portuguesa ao Brasil, em 1807, são criadas instituições como os museus etnográficos – Museu Nacional ou Real (1808), M. Emílio Goeldi (1885), M. Paulista (1893) – e os institutos históricos e geográficos, dentre outras, sendo estes responsáveis em desenvolver a produção intelectual que marcaria aquela época (SCHWARCZ, 1989, 2008).

Efetivamente, os estudos produzidos por esses institutos apontavam para o iminente fim dos indígenas. Afinal, ao longo do período colonial e imperial, estes povos foram submetidos a um projeto que tinha o objetivo de “civilizá-los” e trazê-los ao cristianismo católico. O índio que vivia em aldeamento tornava-se então “aldeado”, “manso” e “civilizado”. O historiador Francisco A. Vanhargen ([1854] 1975: 215), mais conhecido como Visconde de Porto Seguro, anunciava que a grande quantidade de “[...]”

mestiços e mamelucos¹⁵ vivendo em São Paulo vem em auxílio dos que cremos que o tipo índio desapareceu, mais em virtude de cruzamentos sucessivos que de verdadeiro e cruel extermínio.” Neste excerto, os termos “mestiço” e “mamelucos” indicam que o autor compreendia que, em decorrência do alto grau de miscigenação pela qual passava os habitantes da província paulista, o tipo “índio puro” estaria fadado ao desaparecimento.

Seguindo nesta mesma linha de raciocínio do Visconde de Porto Seguro, autores como Capistrano de Abreu, Nina Rodrigues, Silvio Romero, Euclides da Cunha e Oliveira Viana, sendo cada um destes entusiastas das teorias racialistas que vigoravam naquela época, também viam a miscigenação como degenerativa e danosa à construção da sociedade brasileira, uma vez que a tinham mais como um fator desagregador do que um agente de coesão social (VAINFAS, 1999).¹⁶

Aliás, é imprescindível lembrar que muitas dessas afirmações se embasam no pensamento racista, em vigor naquela época. Certamente, lembremos as palavras do Conde de Gobineau que, ao residir no Brasil entre abril de 1869 a maio de 1870, na qualidade de Ministro da França, afirmava que a sociedade brasileira estava fadada ao fracasso, uma vez que sua constituição social era de mestiços e mamelucos. De acordo com suas palavras,

[...] as combinações dos casamentos entre brancos, indígenas e negros multiplicaram-se a tal ponto que os matizes da carnção são inúmeros, e tudo isso produziu, nas classes baixas e nas altas, uma degenerescência do mais triste aspecto. (GOBINEAU apud RAERDER, 1988, p. 90).

Estes argumentos levam-nos ao pensamento de George-Louis Leclerc, também conhecido como Conde de Buffon, e do abade Cornelius de Pauw que, no século XVIII, eram enfáticos em afirmar que os nativos do continente americano, assim como todas as espécies de animais, estavam destinados à degenerescência e à extinção (SCHWARCZ, 1993). Logo, o que se percebe aqui é que os filhos e filhas das uniões entre indígenas e brancos – os chamados mestiços, mamelucos ou caboclos – são vistos por esses autores como indivíduos degenerados que, ao ponto de vista daqueles, constituiriam uma sociedade de fracassados.

Por consequência, isto remete a ideia pela qual estes autores atribuem à miscigenação como algo impuro e por isso deveria ser combatida. Certamente, as constatações feitas por Mary Douglas (1991), sobretudo aquelas encontradas em seu livro *Pureza e Perigo*, onde os termos “pureza/impureza”, como também os pares de oposição “ordem/desordem”, podem ser aqui utilizadas para explicar a analogia existente nos discursos daqueles autores sobre os termos “miscigenação” e “impureza”. A autora ainda expressa que os contatos avaliados como perigosos, que levam a poluição, ao que é tido como impuro, carregam em si uma carga simbólica que expressa uma visão geral da vida social.

Por outro lado, se para esses autores a miscigenação seria um fator prejudicial à formação do Brasil, as autoridades da época serviram-se deste fenômeno social para seus propósitos. Afirmo isto porque, em meados do século XIX, as autoridades estimulavam a população luso-brasileira a se estabelecer nas proximidades dos aldeamentos, como também incentivava a se casarem com os índios aldeados. Neste sentido, tal política constituiria numa “[...] tentativa de assimilar física e socialmente os índios ao resto da população livre brasileira, substrato de uma nação viável.” (CARNEIRO DA CUNHA, 1992, p. 75). Sendo assim, tal estratégia é contrária aquela em que os jesuítas buscavam isolar os índios aldeados das sociedades locais.

Em grande medida, a miscigenação foi uma das formas encontradas pelas autoridades para explicar a queda do número de índios que viviam nos aldeamentos paulistas. Assim, Rendon ([1823] 1979) e Machado de Oliveira (1846) consideravam a miscigenação indígena, ao lado das fugas, como um dos fatores responsável pela desagregação dos aldeamentos. E devo ressaltar que este argumento foi amplamente utilizado pelas autoridades para se apropriar das terras dos aldeamentos, pois alegavam que não haveria mais índios nestes estabelecimentos ou que estariam inseridos à sociedade local. Neste caso, nas listas de povoação, os indígenas aldeados estavam classificados como pardos ou mestiços. Isto, portanto, tornava essas terras passíveis de aforamentos (FERREIRA, 1990; CARNEIRO DA CUNHA, 1992). A seguir, apresento um excerto de uma carta escrita por Machado de Oliveira, então Diretor de Índios, e encaminhada a José Antonio Saraiva, presidente da província de São Paulo, cujo

conteúdo versa sobre o destino dos aldeamentos de S. Miguel, Pinheiros e São João Batista de Peruíbe, que ilustra tais colocações.

[...] visto que os descendentes dos Índios do primitivo estabelecimento acham-se disseminados por diversos distritos, e já muito confundidos na massa commum da população [...] como essas aldeias ao serem [ilegível] se concedessem terras para cultura (aldeias de S. Miguel e Pinheiros tiveram, cada uma, seis léguas confundidas em uma só sesmaria, [ilegível] Deu-lhes terras o seu fundador, e a de Peruybe coube uma legua em quadra, por vontade do Alvará de 23 de novembro de 17 [ilegível].

José Joaquim Machado de Oliveira (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Carta, 1854).

O geógrafo Pasquale Petrone (1992), por seu turno, observa que os aldeamentos situados no entorno da vila de São Paulo perderam suas características de núcleos indígenas e seus moradores foram identificados com os grupos luso-brasileiros que viviam em suas proximidades. Este é, por exemplo, o caso dos aldeamentos de Mogi das Cruzes e o São João Batista de Peruíbe. Machado de Oliveira (1846) argumentava que tais aldeamentos não possuíam seus Diretores pelo fato de que suas populações ameríndias já estarem assimiladas à sociedade local.

Deste modo, isto ilustra a afirmação de Carneiro da Cunha (1992: 79) acerca da “questão indígena” de tal período. Como aponta esta autora, essa questão deixou de ser um problema de mão de obra para tornar-se uma questão de terras. Assim, com a Lei de Terras (Lei n.601, de 18 de setembro de 1850)¹⁷, o Império ordenou a incorporação aos Próprios Nacionais as terras dos aldeamentos de índios “[...] que vivem dispersos e confundidos na massa da população civilizada.” Logo, o discurso do então presidente da Assembleia Legislativa da Província de São Paulo, Manuel Felisardo de Souza e Mello, em 1844, marca esse momento histórico.

Ao lançar os olhos sobre a Carta Topographica de nossa Província, a presença dos extensos sertões ainda desconhecidos, e a lembrança de que n’elles existe inumara porção de homens, que poderão aumentar nossa diminuta população, e contribuir para o engrandecimento de nossa agricultura, e industria, com nosco partilhando os benefícios da Religião, e da Sociedade, suscitão naturalmente a idéia de empregar

todos os esforços para atrahil-os á civilização, arrando-os da vida errante, que o habito lhe tem feito adotar. Bem que pareça ter-se sepultado no tumulo de nossos maiores o espírito de cathequese, que promoveo outr'ora grandes aldeamentos d'Índios, transformados hoje em Povoações florescentes, contudo, imitando seu zelo, e constante perseverança, usando meios próprios, e adequados, poderemos conseguir o estabelecimento d'aqueles tribus, que mostrarem-se mais propensos a civilização, com o que de certo muito lucrará nossa Província [...] (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Relatório de Província, 1844: 47-48).

Em 1853, três anos depois da promulgação da Lei de Terras, o governo da província paulista solicitou aos juízes de órfãos e diretores dos aldeamentos dados acerca da situação dos contratos de trabalho¹⁸ vigente para os ameríndios. O governo de São Paulo buscava ainda informações relativas à ocorrência de expedições contra indígenas. Contudo, esta solicitação teve poucas respostas. Como se pode perceber, o descaso, ligado ao oportunismo das autoridades que, apesar das ordens expressas que solicitavam a medição das terras dos aldeamentos, resistiam à realização de tal tarefa, veio a contribuir para tal situação. Mesmo assim, os poucos relatórios enviados contêm dados que corroboram com as informações anteriores relativas às condições de vida dos indígenas de São Paulo (CANABRAVA, 1950; FERREIRA, 1990).

As informações fornecidas pelas autoridades consultadas indicam que não existiam índios nas comarcas. No Vale do Paraíba, por exemplo, os juízes de órfãos de Lorena, Silveiras, Taubaté e Jacareí asseguravam a inexistência de indígenas. Em Tatuí, São Roque e Sorocaba o governo paulista obteve resposta semelhante. Ao Sul desta província, por outro lado, os juízes e delegados notificavam a presença de poucos nativos. Em Itapeva, Apiaí e Xiririca (atual Eldorado), além de suas freguesias e capelas (freguesia de Itaporanga, Santo Antonio de Juquiá e a capela de São João Batista da Faxina) o juiz de órfãos declarava que viviam poucos índios e ressaltava que estes trabalhavam por conta própria e não estavam sujeitos ao cativo. Já os relatórios de Botucatu e Lençóis confirmavam a existência por lá de numerosos grupos de ameríndios, lembrando que tal espaço era mal conhecida e que ocorriam intensos conflitos de terras que envolviam indígenas e colonos (CANABRAVA, 1950).

O relatório de Rendon ([1823] 1979) menciona que as terras pertencentes ao aldeamento de São João Batista de Peruíbe ficaram à disposição de usufrutuários. Em

1851, alguns moradores obtiveram títulos de propriedade das glebas que ocupavam. Mas no ano de 1856 ou 1857, estas terras foram reintegradas à Igreja. Em relação à situação dos indígenas daquela região, o autor apenas menciona que estes já integravam a sociedade local através da miscigenação.

Benedicto Calixto (1905, p. 488), o ilustre pintor e historiador de Itanhaém e das demais cidades litorâneas e do interior paulista, relata que, em meados do século XIX, existiam duas aldeias na região adjacente ao aldeamento São João Batista de Peruíbe. A primeira, localizada no interior do continente, é a aldeia Bananal; e, mais ao sul, no Vale do Ribeira, está a aldeia Itariri. Por fim, o autor encerra suas observações sobre o aldeamento de Peruíbe com a constatação de que este foi reduzido à capela e o aldeamento tornou-se apenas um “pequeno bairro a caminho do mar”. Ademais, tais índios aldeados foram “[...] pouco a pouco assimilando-se à população e extinguindo-se afinal ou por outra, misturando-se com a raça indígena, formou essa mescla de mestiços que hoje vemos, mas onde predomina ainda o typo indígena”.

Como se pode notar, processava-se assim o esbulho das terras destinadas aos núcleos indígenas. O ofício de Machado de Oliveira encaminhado, em 1853, a Josino do Nascimento Silva, presidente da província paulista, evidenciava a situação no aldeamento de Itariri era

[...] a respeito das extorsões que estão sofrendo os índios do aldeamento de Itariri no município de Iguape, paralisadas nas terras que lhe foram concedidas, como expor a câmara municipal, em seu ofício de 15 daquele mês, exigi do respectivo diretor que a cerca disso me desse os precisos esclarecimentos para que os que tenho de dar a V. Ex. em cumprimento do seu despacho sejam fundados no maior conhecimento de causa, e logo que os obtenha as transmitirei a V. Ex. Deus Guarde a v. Ex. (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Atas da Província, 1853).

De tal maneira, os grupos indígenas que habitavam nas terras onde situavam a província paulista não foram assinalados no inquérito de 1853, uma vez que foram identificados como mestiços e confundidos com os indivíduos da sociedade local. A título ilustrativo, temos o caso do aldeamento de Queluz, onde, em 1854, viviam

quarenta índios aldeados, e dos quais o governo da província não foi notificado (CANABRAVA, 1950).

É importante destacar que, nesse mesmo período, o governo da província paulista iniciou um processo de identificação das terras devolutas, conforme regulamentava a Lei de Terras. A confirmação de tal afirmação pode ser vista em um relatório de 1858, cuja autoria é novamente de José Joaquim Machado de Oliveira – o mesmo que outrora ocupava o cargo de Diretor Geral dos Índios e que, tempos depois, foi designado a Diretor Geral do Serviço de Discriminação de Terras Públicas – ao Ministério dos Negócios do Império. Neste documento constam algumas informações relativas às medições e localização das terras devolutas da Província de São Paulo. Cito, logo abaixo, algumas passagens do presente relatório.

Comarca de Itapetininga: Itapeva

Presume a Câmara Municipal desta villa que hajão unicamente algumas posses em poder de primeiros ocupantes que estão sujeitas à legitimação. [...] Comarca de Itapetininga: Xiririca [atual município de Eldorado] – a respectiva Câmara Municipal que nas adjacências desses rios não existem terras propriamente ditas devolutas ou que sejam livres de complicações. [...] Com excepção dessa regra, há nas cabeceiras do rio Xiririca, que fica a um dia de viagem da villa do mesmo nome, e na direção do caminho que sai do município do Capão-bonito, grande extensão de terras devolutas mediante um imenso sertão coberto de matas virgens [...] e que aplica-lhes a colonização pode dar vantajosos resultados. [...] Comarca de Sorocaba: Itu – Informa a respectiva Câmara municipal que de terras devolutas só existem uma estreita faixa no circuito da cidade do mesmo nome, que é considerado com logradouro publico. Comarca de Santos: Itanhaém – A respectiva Câmara Municipal dá como terras devolutas, e que se podem considerar livres de complicações, do que ficão na costa, e a distancia de tres a quatro léguas da mesma costa. São grandes em extensão, abastecidas de matas virgens, contadas de rios navegáveis, summamente férteis, adaptadas para todo gênero de cultura [...] (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Relatório, 1858).

Por esta razão, a figura 2, que se pode verificar logo abaixo, ratifica um quadro geral dos aldeamentos da província paulista, bem como os seus habitantes no ano de 1868. O seu autor, Francisco Antonio de Oliveira, então Diretor de Índios na Província de São Paulo, em carta endereçada à Assembleia Legislativa daquela província

mencionava a dificuldade que teve em organizar tais dados, pois foram poucos os diretores dos aldeamentos que atenderam sua solicitação. Observa-se nesta tabela a ausência de dados demográficos sobre o aldeamento São João Batista de Peruíbe. Mas também é perceptível a existência de mais dois aldeamentos, Itariri e Tijuco-Preto, respectivamente criados em 1820 e 1864.

Figura 2: Relação de "índios aldeados" de São Paulo, 1868.

MAPPA demonstrativo do pessoal existente nos diversos aldeamentos de índios desta provincia, conforme os dados fornecidos pelos respectivos directores.

ITARERY	Homens de 1 a 9 annos.	8		
	Ditos " 9 " 55 annos.	9	17	
	Mulheres " 1 " 9 annos.	4		
	Ditas " 9 " 50 annos.	10	14	31
TIJUCO-PRETO	Homens " 1 " 9 annos.	11		
	Ditos " 9 " 60 annos.	24	35	
	Mulheres " 1 " 9 annos.	12		
	Ditas " 9 " 60 annos.	28	40	75
S. JOÃO BAPTISTA	Não foi até hoje remetido o mappa do pessoal.			
PINHEIROS	Homens " 4 " 14 annos.	9		
	Ditos " 14 " 60 annos.	9	18	
	Mulheres " 1 " 14 annos.	7		
	Ditas " 14 " 55 annos.	18	25	43
ESCADA	Homens " 4 " 18 annos.	7		
	Ditos " 18 " 60 annos.	14	21	
	Mulheres " 14 " 30 annos.	15		
	Ditas " 30 " 70 annos.	12	27	48
QUELUZ	Homens " 3 " 13 annos.	14		
	Ditos " 13 " 52 annos.	19	33	
	Mulheres " 3 " 14 annos.	15		
	Ditas " 14 " 40 annos.	18	33	66
MBOY	Homens " 1 " 13 annos.	20		
	Ditos " 13 " 80 annos.	25	45	
	Mulheres " 1 " 14 annos.	12		
	Ditas " 14 " 78 annos.	30	42	87
S. MIGUEL	Homens " 1 " 12 annos.	21		
	Ditos " 12 " 70 annos.	24	45	
	Mulheres " 1 " 12 annos.	19		
	Ditas " 12 " 80 annos.	39	58	103
ITAQUAQUECETUBA	Homens " 1 " 20 annos.	86	86	
	Mulheres " 20 " 40 annos.	47		
	Ditas " 50 " 80 annos.	14	61	147
BARUERY	Não foi até hoje remetido o mappa do pessoal.			
CABAPUCUAYBA	Ídem, idem			

Directoria geral dos indios, em S. Paulo, 26 de Outubro de 1868

O Director geral—Francisco Antonio de Oliveira.

Fonte: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

O que é atinente ao aldeamento do Itariri, o etnólogo alemão Curt Nimuendaju (1987) afirma que, em 1837, os Tañyguá, subgrupo Guarani, receberam do governo paulista algumas terras nas imediações do Rio do Peixe e do Rio Itariri. O autor ainda evidencia que, em 1877, os Tañyguá somavam 150 indivíduos e, em 1885, este número caíra para apenas 50. Mas se observarmos as atas deliberadas pelos juízes de paz, bem como aquelas enviadas pelos juízes de órfãos, confirmaremos a existência de indígenas vivendo nas matas e proximidades das vilas, povoados e aldeamentos. Apresento, logo

abaixo, trechos de dois documentos que os considero como indicativos que comprovam de tal situação.

Cumpre-me levar ao conhecimento de V.^a S.^a. que no dia 17 de Maio próximo passado aparecerão em minha Fazenda isto nos campos da Laranjeira neste Distrito, quarenta Índios [Ilegível] com Famílias, vindos dos certões do Parana, e todos na melhor paz e sem algum indicio de ostilidade a vista do que eu os conservei em minha casa por alguns dias e em sua [ilegível] eu os municiei com alguãs [ilegível] e roupas, de que podia dispor na ocasião [...] eu vim no conhecimento por suas informações, que estes são os selvagens que antigamente vinhão a estes lugares sem cometer violências, e a cinco annos mais ou menos, tem cometido as maiores atrocidades, e os que incendiarão o acampamento do [ilegível] do que V. Ex.^a estará certamente informado, estou tão informado que existem por nestas imediações vinte e cinco ao todos pelo que conluo a existência de mil e quinhentos Índios mais ou menos, com V. Sr. Presidente, he natural que os mencionados Índios voltem a m.^a casa com [Ilegível] de levarem para suas manadas mais alguns recursos, julgo que serei mito acertado V. Ex.^a ter a minha disposição alguãs ferramentas como foices, maxados e alguns panos de algodão para fim de suprilos, pois que acho ser este um meio de os ir chamando a vida civilisada, e de ir previnindo seus assaltos cujos são mormente a [Ilegível] a pilhagem de roupas e ferramentas; no intanto que eu participarei a V.^a Ex.^a. De qualquer occurrencias. He por inquanto o que tenho de dizer ao conhecimento de V.^a Ex.^a. D. G. dos Índios (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Carta, 1852).

Em resposta a Portaria de V. Ex.^o datada de 23 de abril passado do corrente ano, para poder informar a V. Ex.^o acerca dos Índios existentes no Distrito da minha jurisdição foi me preciso recorrer as pessoas por quem foram distribuídos os que se reduziram a amizade no ano de 1853, constantes da respectiva tabela naquele tempo organizada, e tendo obtido de tais pessoas, bem como do Subdelegado da Freguesia de Juquiá suas respostas, tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Ex.^o, declarando que vivendo aqueles Índios, isto é os que ora existem em Juquiá, como aldeados nenhuns contratos com os mesmos hão, por isso que não são dirigidos por ninguém, sendo o seu número os que constam dos referidos documentos juntos.

Deus Guarde V. Ex.^o.
Iguape, 15 de outubro de 1853.

Joaquim José de Oliveira. Juiz Municipal e Órfãos, 1.^o Suplente
(ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Ofício,
1853, apud Antunha Barbosa, 2011).

Enfim, é preciso acentuar que os excertos aqui reunidos indicam a estratégia dos administradores e demais autoridades locais em convencer o poder central da inexistência de indígenas nos antigos aldeamentos.

Considerações finais

Como vimos na documentação aqui reunida, seja as fontes primárias como os trabalhos de autores que se debruçaram sobre tal temática, os argumentos comumente empregados pelos colonos e autoridades locais para enfatizar a inexistência de indígenas nos aldeamentos paulistas figuravam entre a fuga para o interior das matas e a miscigenação de tal população nativa. Neste último caso, não há dúvida que a miscigenação está entre as principais razões para o esvaziamento de tais estabelecimentos.

Com efeito, considerava-se que os chamados “índios aldeados”, juntamente com seus descendentes – sendo estes frutos dos casamentos com os luso-brasileiros que viviam nas adjacências dos aldeamentos –, não poderiam ser mais vistos como índios, mas sim indivíduos integrados à sociedade local. Deste modo, tal população estaria desamparada do conjunto de leis que garantia o mínimo de proteção. Conseqüentemente, isto veio a ser usado como justificativa para o aforamento das terras onde foram estabelecidos os aldeamentos na província de São Paulo nas últimas décadas do século XIX.

Em linhas gerais, o que se pode notar ao longo deste trabalho é que a prática de negar a identidade indígena é antiga e ainda vigora nos dias de hoje, sobretudo nos argumentos de políticos, ruralistas e defensores contemporâneos de uma economia desenvolvimentista que almejam as terras indígenas. O interesse do grupo LLX, do então empresário Eike Batista, pelas terras tradicionais dos Tupi e Tupi Guarani da Terra Indígena Piaçaguera certamente representa a continuidade de tal argumento. Como referi nos parágrafos que abrem o presente artigo, os Tupi e Tupi Guarani, descendentes dos grupos Tupi que habitaram a costa litorânea paulista e adjacências,

reivindicam para si uma identidade indígena a partir da miscigenação, ou como eles preferem chamar de “mistura”.

Fontes primárias

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Carta, 1856.

_____. Relatório, 1857.

BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. Discurso recitado pelo exmo. Presidente Manuel Felisardo, de Souza e Mello, por ocasião da abertura da Assembleia Legislativa da Província de São Paulo, no dia 7 de janeiro de 1844.

_____. Discurso recitado pelo exmo. Domiciano Leite Ribeiro, presidente da província de São Paulo, na abertura da Assembleia Legislativa da Província no dia 25 de janeiro de 1848.

_____. Discurso com ilustríssimo e Exmo senador José Joaquim Fernandes Torres, presidente da província de São Paulo, abriu a Assembleia Legislativa da Província no ano de 1858.

BIBLIOTECA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. ACERVO FLORESTAN FERNANDES. Actas da Camara da Villa de São Paulo, 1598.

_____. Actas da Camara da Villa de São Paulo, 1612.

_____. Actas da Camara da Villa de São Paulo, 1622.

_____. Registro geral da Câmara Municipal de São Paulo, 1717.

Referências

ALMEIDA, R. H. *O Diretório dos Índios: um projeto de civilização do século XVIII*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1997.

ALMEIDA, M. C. *Metamorfozes indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FAPERJ/Editora FGV, 2013.

ANCHIETA, J. Cartas, *informações históricas e sermões do Padre José de Anchieta (1554-1594)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [1554-1594] 1933.

BARTH, F. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.

BARTOLOMÉ, M. A. As etnogêneses: velhos atores e novos papeis no cenário cultural e político. In. *Revista Mana*, Rio de Janeiro, n.12, v.1, p.39-68, 2006.

BENZAQUEN, R. Sobrados e mucambos e Raízes do Brasil. In. MIRANDA, M. C. T. (org.). *Quem somos nós?* Recife: Massangana, 2000.

- BEOZZO, J. O. *Leis e regimentos das missões: política indigenista no Brasil*. São Paulo: Edições Loyola, 1983.
- BOCCARA, G. Etnogénesis mapuche: resistencia y restructuración entre los indígenas Del Centro-Sur de Chile (Siglos XIV-XVIII), In. *Hispanic American Historical Review*, n. 79, v.3, p.415-461, 1999.
- BONIFÁCIO, J. A. S. Apontamentos para a civilização dos índios bravos do Império do Brasil. In. CALDEIRA, J. *José Bonifácio de Andrada e Silva*. São Paulo: Editora 34, 2002.
- CALIXTO, B. Os primitivos aldeamentos indígenas e índios mansos de Itanhaém. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. São Paulo, v. 10, 1905.
- _____. *Capitanias paulistas*. São Paulo: Casa Duprat/Casa Mayenca, 1924.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, R. *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1976.
- _____. *O índio e o mundo dos brancos*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.
- _____. *Caminhos da identidade: ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo*. São Paulo: EDUNESP, 2006.
- CANABRAVA, A. P. Os contratos de trabalho e os índios da Província de São Paulo – 1853. In. *Revista do Museu Paulista*. São Paulo, v. 4, p.433-438, 1950.
- CARNEIRO DA CUNHA, M. *Legislação indigenista no século XIX*. São Paulo: EDUSP/Comissão Pró-Índio, 1992.
- CLASTRES, P. *Arqueologia da violência: pesquisas de antropologia política*. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.
- DANAGA, A. Os Tupi, os Mbya e os Outros: um estudo etnográfico da aldeia Renascer – Ywyt Guaçu. 133f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.
- DOUGLAS, M. *Pureza e perigo: ensaios sobre as noções de poluição e tabu*. Campinas: Perspectiva, 1991.
- FERREIRA, M. T. C. R. *Os aldeamentos indígenas paulistas no fim do período colonial*. 2006. 201f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1990.
- FREYRE, G. *Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global, [1933] 2006.
- GOW, P. *Mixed of blood: kinship and history in Peruvian Amazon*. Oxford: Claredon, 1991.
- HARTMANN, T. Kayoá, kaingáng e Kadiwéu na iconografia indígena. In. _____. A contribuição da iconografia para o conhecimento de índios brasileiros do século XIX. *Coleção Museu Paulista, Série de Etnologia*. São Paulo, v.1, 1975.
- HILL, J. *History, power and identity*. Iowa: University Iowa Press, 1996.

KAYSER, H. E. *Os direitos dos povos indígenas do Brasil: desenvolvimento histórico e estágio atual*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2010.

LADEIRA, M. I. (et al). *Atlas das terras indígenas no Sul e Sudeste do Brasil – 2015*. São Paulo: CTI/IPHAN, 2015.

LEITE, S. *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil*. São Paulo: Comissão do IV Centenário da cidade de São Paulo, 1956.

MACHADO DE OLIVEIRA, J. J. Notícia relacionada sobre as aldeias dos índios da província de São Paulo, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n. 8, p.204-254, 1846.

MAINARDI, C. Construindo proximidades e distanciamentos: etnografia da Terra Indígena Piaçaguera./SP. 98 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de São Carlos, 2010.

MARTIUS, K.F. Ph. Como se deve descrever a história do Brazil. In. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, n.6, p. 389-411, 1845.

MAXWELL, K. *Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo*. Rio de Janeiro: Pax e Terra, 1996.

MELATTI, J. C. *Índios do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2014.

MONTEIRO, J. M. *Negros da terra: índios e bandeiras nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

_____. *Tupis, Tapuias e historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo*. 2001. 233f. Tese (Livre-Docência) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Antropologia. Universidade de Campinas, Campinas, 2001.

MOREIRA NETO, C. A. *Os índios e a ordem imperial*. Brasília: CGDOC/FUNAI, 2005.

NIMUENDAJU, C. *As lendas de criação e destruição do mundo como fundamentos da religião Apapocúva-Guarani*. São Paulo: Hucitec/USP, 1987.

NÓBREGA, M. *Cartas do Brasil e mais escritos*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1955.

PACHECO DE OLIVEIRA, J. Uma etnologia dos “índios misturados”? : situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *Revista Mana*. Rio de Janeiro, n.4, v.1, p.47-77, 1998a.

_____. *Indigenismo e territorialização*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998b.

_____. Para além do discurso normativo: elementos para uma etnografia dos processos de reconhecimento de territórios indígenas. In. _____.; MURA, F. BARBOSA DA SILVA, A. (org.) *Laudos antropológicos em perspectivas*. Brasília: ABA, 2015.

PERRONE-MOISÉS, B. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). In. CARNEIRO DA CUNHA, M. (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

PETRONE, P. *Os aldeamentos paulistas*. São Paulo: EDUSP, 1992.

- POMPA, C. *Religião como tradução: missionários, tupi e tapuia no Brasil colonial*. Bauru: EDUSC; São Paulo: ANPOCS, 2003.
- RAEDERS, G. D. *Pedro II e o Conde de Gobineau: correspondências inéditas*. São Paulo: Companhia Nacional, 1938.
- RENDON, J. A. T. *Obras*. São Paulo: Governo do estado de São Paulo, 1979.
- RIBEIRO, D. *Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- RODRIGUES DE ALMEIDA, L. Os Tupi Guarani de Barão de Antonina (SP): migração, território e identidade. 110 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.
- SANTILLI, P. *Filhos da nação*. In. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 31, n. 33, p. 427-456, 1989.
- _____. *Fronteiras da república: história e política entre os Macuxi no vale do Rio Branco*. São Paulo: FAPESP/EDUSP, 1994.
- _____. O futuro dos laudos antropológicos. In. PACHECO DE OLIVEIRA, J.; MURA, F. BARBOSA DA SILVA, A. (org.) *Laudos antropológicos em perspectivas*. Brasília: ABA, 2015.
- SCHWARCZ, L. M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- TIDEI DE LIMA, J. F. *A ocupação da terra e a destruição dos índios na região de Bauru*. 1978. 199f. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1978.
- VAINFAS, R. Colonização, miscigenação e questão racial: notas sobre equívocos e tabus da historiografia brasileira. In. *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, p.07-22, 1999.
- _____. *A heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- VARNHAGEN, F. A. *História geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Laemmert, [1854] 1975.
- WEHLING A.; WEHLING, M. J. Exército, milícias e ordenanças na Corte joanina: permanências e modificações. In. *Revista Da Cultura*, Rio de Janeiro, n.14, p. 26-34, 2008.

Notas

ⁱ Este artigo é uma versão ampliada da seção de um capítulo de minha dissertação de mestrado, *As metamorfoses do nome: história, política e recombinações identitárias entre os Tupi Guarani*, defendida em 2015 no Pós-Graduação em Ciências Sociais da FCLAr-UNESP.

¹ Este é o caso dos povos indígenas do Nordeste brasileiro. Segundo Pacheco de Oliveira (1998a), o número de etnias indígenas na região Nordeste do Brasil estava, na década de 1950, em torno de dez, mas, em 1994, esse número passou para 23. Assim, os termos designativos Tinguí-Botó, Karapo-tó, Kantaruré, Jeripancó, Tapeba, Wassu, entre outros, passaram a figurar juntamente com as demais etnias indígenas existentes. Portanto, denota-se em tais afirmações a existência de uma semelhança entre os povos ameríndios das regiões Nordeste e Sudeste do país, isto é, o contato interétnico é antigo, ou seja, que remontam ao período colonial. Ademais, por muito tempo se considerou que os indígenas dessas regiões seriam “aculturadas” e que estariam integrados à sociedade nacional.

² As aldeias onde estão localizados os Tupi e Tupi Guarani são 14 e situam-se em diversas regiões do estado de São Paulo, sobretudo no litoral paulista e Vale do Ribeira: Aldeia Bananal, T. I. Piaçaguera (Aldeia Piaçaguera, Nhamandu Mirim, Tabaçu Reko Ypy, Kwaray, em Peruíbe; Aldeinha, em Itanhaém; Adeia Djakoaty, Miracatu; Capoeirão ou Itariri, em Itariri; Itaóca, em Mongaguá; Morro dos Barbosas, Paranapoã, Morro do Saquaré, localizadas em São Vicente; Ribeirão Silveira, em São Sebastião/Bertioga/Salesópolis; Renascer, Ubatuba; no interior paulista temos a T. I. Araribá, em Bauru; a Aldeia Pyahú, em Barão de Antonina (LADEIRA, et al, 2015).

³ Peter Gow (1991) aborda o uso do termo *mistura* entre os Piro do Baixo Urubamba, região subandina do Peru. Segundo o autor, os Piro se definem como um *povo misturado*, possuidores de uma identidade calcada no contato, em um processo de sucessivas incorporações de novas diferenças, de novos “tipos de gente” – categoria esta que os Piro pensam acerca de si e o mundo que os rodeiam – que se processaram ao longo do tempo.

⁴ Boccara (1999) afirma que o conceito de “etnogênese” pode ser caracterizado como o desenvolvimento de novas configurações sociais, de base étnica, que incluem diversos grupos participantes de uma mesma tradição cultural. O autor ainda afirma que o dinamismo do surgimento de identidades particulares e a reinvenção de etnias já conhecidas pode ser denominada de etnogênese. Deste modo, o referido conceito possibilita desfazer a visão pela qual se considera como indígenas aqueles pré-existentes à chegada dos europeus. E, como evidencia Hill (1996), tal conceito tem servido na análise do processo de emergência social e política de grupos tradicionalmente submetidos à relação de dominação. Enfim, Bartolomé (2006, p. 41) lembra que muitas dos grupos ameríndios que os europeus chegaram a conhecer eram sociedades relativamente recentes, “[...] derivadas de processos migratórios, de conquistas, deslocamentos, fusões de coletividades menores, fissões de agrupamentos maiores, incorporações ou fragmentações políticas, etc.” Como exemplo, o autor cita o caso dos Chiriguano (formado por Guarani e Chane), Pampa (Mapuche e Tehuelche).

⁵ E, não há nenhuma novidade em dizer que, desde 1500, vários critérios foram usados para definir quem é e quem não é indígena. De acordo com Melatti (2014), foram diversos os meios usados para identificar os indígenas ao longo da história. Dentre estes, o autor cita critérios como o racial, legal, cultural, desenvolvimento econômico e, por fim, a auto identificação étnica.

⁶ Conforme as palavras de Pacheco de Oliveira Filho (2015), as “terras indígenas” eram as terras concedidas pela Coroa de Portugal para as ordens religiosas que, por sua vez, estavam incumbidas de conter os povos indígenas em aldeamentos. Diante desse quadro, o autor considera que a concessão de terras as ordens religiosas foi a única via capaz de evitar a completa privatização daqueles antigos territórios indígenas.

⁷ O extermínio, escravidão e a imposição da fé cristã também ser considerados como elementos que levaram o desaparecimento de tais povos (FERREIRA, 1990).

⁸ Logo, os principais autores que utilizo são Marshall Sahlins (2008), Curt Nimuendaju (1989), Roberto Cardoso de Oliveira (1996), Cristina Pompa (2006), Carlo Ginzburg (1981), John Monteiro (1994), entre outros.

⁹ O Diretoria tinha por base as Leis de 6 e 7 de abril de 1755. Esta lei, que outrora se restringia às missões do Maranhão e Grão-Pará. Logo depois, essa nova legislação indigenista passara a ser estendida para as demais províncias do Brasil

¹⁰ Em contrapartida, estes nativos aldeados vieram aumentar o contingente populacional das povoações de Goiás, Cuiabá, Minas Gerais e Rio Grande de São Pedro do Sul (atual Rio Grande do Sul) (RENDON, [1823] 1979).

¹¹ Contudo, havia aqueles que pensavam o contrário do que foi proposto pelo tenente-coronel. Neste caso, aproveitou a ocasião para evidenciar a querela que envolveu os defensores de meios brandos e aqueles que

defendiam métodos violentos para o trato com os indígenas. No início do século XIX, com d. João VI recém-chegado ao Brasil, em virtude da invasão das tropas napoleônicas em Portugal, retomou as práticas seculares para o extermínio dos nativos considerados hostis aos portugueses e direcionou mais uma das grandes mobilizações guerreiras contra lançou uma guerra contra os genericamente chamados “Bugres” e “Botocudos”, considerados como “índios bravos”. Por outro lado, os partidários de uma postura mais amena no trato com os indígenas – Machado de Oliveira, Arouche Rendon e José Bonifácio, dentre outros nomes – argumentavam que se deveria valer de meios brandos e persuasivos no trato com os índios. Por exemplo, José de Bonifácio, ao submeter um texto de sua autoria, *Apontamentos para a civilização dos índios bravos do Império do Brasil*, às Cortes Gerais e, mais tarde, com algumas modificações a Assembleia Geral Constituinte e Legislativa (MOREIRA NETO, 2005). Em tal escrito, Bonifácio ([1823] 2002, p. 190) apresenta 44 itens que sugerem a forma como o Estado deveria proceder para com os “índios bravos”. Dentre estas, destaco aquela em que o autor afirma que se deva agir com “[...] brandura, constância e sofrimento da nossa parte, que nos cumpre como usurpadores, e cristãos.” Mas, segundo Carneiro da Cunha (1992a), tais apontamentos não foram incorporados ao texto da Constituinte, que se contentou em declarar competência das províncias para promoverem missões de catequese de índios. Dissolvida a Constituinte por D. Pedro I, a Constituição de 1824 não menciona os índios. Apesar de brandas, as propostas de Bonifácio soam hoje como ingênuas, preconceituosas e não fugiam à regra, uma vez que tratavam da sujeição ao julgo da Lei e do trabalho, bem como tratavam de aldeamentos. Enfim, Carneiro da Cunha (1992a) assegura que a guerra aos indígenas, que até então era justificada pelo seu caráter defensivo, abriu precedente para que se estendesse para outros grupos de índios, estando também sujeita às interpretações dos poderes locais.

¹² O “Corpo das Ordenanças” formava, ao lado do exército e milícias, a força militar terrestre. Juntamente com as milícias, as ordenanças eram constituídas pelos homens livres, o que excluía negros escravizados, mulheres e “índios bravos” e estavam situadas nas freguesias e municípios, conforme o domicílio dos habitantes. Ademais, era um instrumento de ascensão social, à medida que os postos de oficiais de ambas as linhas se constituíam em meios formais de prestígio e reconhecimento social (WEHLING & WEHLING, 2008).

¹³ Os grupos Tupi eram formados por Tamoio, Tupinambá, Tupiniquim e Tabajara, cujo habitat veio a ser posteriormente invadido pela colonização portuguesa na América (Métraux, 1978; Monteiro, 1994; Chamorro, 2008). Fausto (2010), por seu turno, afirma que os Temonimó viviam em áreas da baía da Guanabara; os Caeté habitavam uma região que ia da foz do São Francisco até a Paraíba; e os Potiguar estavam distribuídos do extremo nordeste até o Ceará. O autor também ressalta que os Guarani ocupavam uma área que se estendia desde a bacia Paraná-Paraguai até o litoral – da Lagoa dos Patos-RS à Cananéia-SP –, enquanto que os Tupi dominavam a faixa litorânea que compreendia Iguape-SP até a região costeira do estado do Ceará.

¹⁴ Estes “homens de ciência”, são um misto “[...] de cientistas e políticos, pesquisadores e literatos, acadêmicos e missionários” que “[...] irão se mover nos incômodos limites que os modelos lhes deixaram: entre a aceitação das teorias estrangeiras – que condenavam o cruzamento racial – e sua adaptação a um povo a essa altura já muito miscigenado” (SCHWARCZ, 2008, p. 19).

¹⁵ Conforme Monteiro (1994, p.167), o *mameluco* ou *mameluco* era o filho de pai branco e mãe indígena que era publicamente reconhecida a paternidade, assim gozava da liberdade plena e aproximava-se à identidade portuguesa. Mas havia os *bastardos* que “[...] permaneciam vinculados ao segmento indígena da população, seguindo a condição materna. Já no século XVIII, o termo *mamaluco* caiu em desuso, enquanto bastardo passa a designar, genericamente, qualquer um de descendência indígena.”

¹⁶ Por outro lado, Karl F. P. von Martius (1845) considerava a miscigenação seria um forte condicionante que possibilitaria a formação social do Brasil. Segundo Vainfas (1999), este autor, sendo um naturalista, pensava a miscigenação da mesma forma que pensava o cruzamento de plantas ou animais. Ademais, o naturalista alemão enfatizava mais a contribuição de luso-brasileiros, em detrimento do papel africano e ameríndio na formação social brasileira. E, assim como Martius, Gilberto Freyre (2006), seguindo ainda as orientações da teoria culturalista americana, destacou em suas pesquisas a contribuição das três culturas formadoras do Brasil. Todavia, o autor relega aos indígenas um segundo plano, pois os considerava mais difícil eles se adaptarem às novas condições socioeconômicas. Mas devemos ainda acrescentar que o argumento pelo qual se considera a figura do mestiço como uma combinação harmônica das raças (negra, branca e indígena) não foi um argumento usado pelo autor de *Casa Grande & Senzala*,

Segundo Benzaquen (2000), a ideia tem sua origem no pensamento de Mario de Andrade. Assim, o Brasil se constituía de diversas posições, heranças culturais que nunca se combinaram completamente. Elas se aproximam entram em contato uma com as outras, mas nunca perdem suas características definidoras. Assim, o autor a define pelo conceito de “antagonismos em equilíbrio”.

¹⁷ A Lei de Terras, segundo Kayser (2010), define as terras devolutas como sendo aquelas que não estão sob o domínio de particulares, sob qualquer título legítimo, nem aplicado ao uso público federal, estadual ou municipal. E estabelecia ainda que a aquisição de terras só por meio da compra. Carneiro da Cunha (1992a) observa que, cinquenta anos após o Regulamento das Missões, a Lei de Terras reafirma a conveniência de se assentarem os indígenas. Assim, para seu aldeamento, que é compreendido como transitório, serão reservadas áreas dentre as terras devolutas, áreas que serão inalienáveis e destinadas o seu usufruto.

¹⁸ Conforme Canabrava (1950), a questão dos contratos de trabalho dos índios devia regular-se pela Lei de 13 de setembro de 1823, que versava sobre os contratos por escrito sobre a prestação de serviço em todo o Império e, portanto, regulava as condições de trabalho livre no Brasil. A autora ainda observa que essa lei, elaborada para atender os interesses do locador de serviços, colocou nas mãos dos empregadores um mecanismo simples de justiça para os aprisionamentos e estipulava indenizações ao empregador, as quais dificilmente o empregado podia satisfazer.

Artigo recebido em 09 de maio de 2016 e aceito em 04 de julho de 2016.

A REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA E AS DISPUTAS HISTORIOGRÁFICAS: ABREU E LIMA E FRANCISCO ADOLFO DE VARNHAGEN*

“REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA” AND THE HISTORIOGRAPHICAL DISPUTES: ABREU E LIMA AND FRANCISCO ADOLFO DE VARNHAGEN

Thamara de Oliveira RODRIGUES*

RESUMO

O objetivo deste artigo é apresentar as interpretações sobre a Revolução Pernambucana narradas por José I. de Abreu e Lima e Francisco A. Varnhagen nas obras *Compêndio da História do Brasil* (1842) e *História Geral do Brasil* (1854). A análise das respectivas sínteses auxilia na problematização de possíveis razões pelas quais certo “esquecimento” ou “marginalização” da Revolução Pernambucana como um fenômeno regional deu-se (incluindo outros fatores) também por disputas historiográficas ao longo da primeira metade do século XIX. Identifica-se que as divergentes versões relacionam-se a metanarrativas opostas acerca da Independência do Brasil – os temas e conceitos utilizados para explicação desta Revolução nestas narrativas estão diretamente relacionados às disputas pela interpretação da Independência. Identifica-se também que essas divergências associam-se a espaços historiográficos distintos, um mais próximo à experiência institucional disciplinar, como o IHGB, outro a demandas do que se tem chamado de “história popular”.

PALAVRAS-CHAVE

Revolução Pernambucana; História da Historiografia; História do Brasil; José Ignácio de Abreu; Lima; Francisco Adolfo de Varnhagen.

ABSTRACT

The purpose of this article is to present the interpretations of “Revolução Pernambucana” (1817) narrated by José Ignácio de Abreu e Lima and Francisco Adolfo de Varnhagen in the works *Compêndio da História do Brasil* (1842) and *História Geral do Brasil* (1854). The analysis of their syntheses assists in questioning of possible reasons why some "forgetting" or "marginalization" of “Revolução Pernambucana” as a regional phenomenon occurred (including other factors) also by historiographical disputes over the first half of the nineteenth century. The different versions of the literate relate to opposite metanarrative about the Independence of Brazil - the themes and concepts used to explain the Revolução Pernambucana in these narratives are directly related to disputes over the interpretation of Independence. These differences are associated with different historiographical spaces closer to disciplinary institutional experience, like IHGB and the other demands of what has been called "popular history".

KEW-WORDS:

Revolução Pernambucana; History of historiography; History of Brazil; José Ignácio de Abreu; Lima; Francisco Adolfo de Varnhagen.

*Doutoranda – Programa de Pós Graduação em História – Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS) – UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto. Mariana-MG, Brasil. Bolsista Capes/UFOP. Email: thamara_rodrigues@yahoo.com.br.

Uma questão latente às pesquisas sobre a Revolução Pernambucana é a identificação dos motivos pelos quais um movimento que conseguiu agitar diferentes vilas e capitanias em torno de um projeto republicano não goza de muita repercussão em um contexto mais amplo de resistência ao sistema colonial quando comparado, por exemplo, à Conjuração Mineira. Estudos atribuem este “esquecimento” a fatores diversos como, por exemplo, a uma leitura secessionista da Revolução ou pela hegemonia política do atual Sudeste (MELLO 2004; ANDRADE 2012). Também se pode questionar a ênfase dada a Pernambuco uma vez que capitanias como Paraíba, Ceará, Rio Grande do Norte e Alagoas teriam sido expressivas para o movimento, ou seja, se trata de perguntar, ainda, o motivo pelo qual um movimento mais amplo é reconhecido como “pernambucano”, apenas. A aproximação do bicentenário da Revolução é um momento oportuno para retomada e revisão dessas e outras questões.

Neste artigo, tem-se o objetivo de contribuir para o debate sobre certo “esquecimento” ou “marginalização” da Revolução Pernambucana como um fenômeno “apenas” regional através da análise de disputas historiográficas ao longo do século XIX. Ou ainda em outras palavras, trata-se de tentar justificar parte do esquecimento da Revolução de 1817 hoje no interior da história da historiografia, da historiografia em geral e, especialmente, no que podemos chamar de memória coletiva, a partir da tematização e compreensão das interpretações constituídas e sedimentadas ao longo século XIX.

Evaldo Cabral de Mello em a *Outra Independência* tematizou os motivos pelos quais a história da Independência e o processo de consolidação nacional são estudados tendo o Rio de Janeiro e as províncias limítrofes como os protagonistas deste contexto. Por esta razão, o autor resgatou o processo da Independência em Pernambuco – da Revolução Pernambucana de 1817 até a Revolução do Equador (1824) – para mostrar como havia outros projetos de emancipação política vigentes naquele momento. Entre as teses de Cabral, destaca-se a de que entre 1817 e 1824 (incorporando o contexto do constitucionalismo luso-brasileiro) há uma experiência política e social que tomou forma no federalismo. Destaca-se também um diálogo

crítico traçado com a historiografia clássica sobre a formação do Estado Nacional passando pelo Visconde de Cairu, Francisco A. Varnhagen, Oliveira Lima e José Honório Rodrigues que teriam destacado e auxiliado na perspectiva histórica que sedimenta o protagonismo político do centro-sul (MELLO 2004).

Lúcia Guimarães examinou as representações historiográficas da Revolução Pernambucana no IHGB em dois momentos, a saber: ao longo do século XIX e na passagem do centésimo aniversário da Revolução. Para a historiadora, ao longo do XIX o Instituto tematizou a Revolução a partir das interpretações de Varnhagen e de João Manuel Pereira da Silva (1817-1898) que a restringia a uma insurreição de âmbito local. Apenas com a celebração do centenário do movimento de 1817, simbolicamente, a Revolução passou a desfrutar de um novo estatuto no Instituto: a de precursora da Independência. Alexandre Barbosa Lima (1862-1931) nesta cerimônia criticou em sua conferência a historiografia do Instituto que havia reduzido o movimento de Pernambuco a um “motim sem ideias” e questionado aqueles que seriam tratados como protagonistas da história nacional: Tiradentes, José Bonifácio e Benjamin Constant. Para Guimarães, esta celebração rompera com a memória nacional forjada no IHGB ao longo do século XIX e com a historiografia que lhe era tributária (GUIMARÃES 2008).

Embora a descontinuidade durante a Primeira República no tratamento da Revolução Pernambucana pelo IHGB ressaltados por Lúcia Guimarães seja relevante, ainda é preciso questionar se de fato a história da historiografia rompeu com a interpretação sobre 1817 produzida no Império, especialmente no IHGB. Desta forma, tematizar certo esquecimento da Revolução de 1817 significa dizer que apesar de novas e vigorosas investigações no sentido de reler 1817 como um acontecimento central à história da Independência e à história do Brasil, elas ainda não foram suficientes para produzir versões finais mais gerais, capazes de repercutir no campo popular e mesmo no campo historiográfico como um todo. Assim, dando consequência aos problemas enunciados por Cabral e Guimarães, priorizam-se aqui os debates que se definiriam, especialmente, no Segundo Reinado, por meio dos quais a construção do Estado nacional precisava reduzir também no nível discursivo as diferenças regionais, denegando as memórias das sedições que dificultassem a constituição do que Ilmar Rohloff de Mattos denomina de “expansão para dentro” do Império do Brasil (MATTOS 2005). Importante observar que não se deseja esgotar as razões da marginalização da revolução pernambucana nesta análise, mas contribuir para a complexificação das pautas

sobre o tema a partir da história da historiografia ao recuperar uma querela entre dois autores que disputaram espaços decisivos no que tange à própria escrita da história no e do Brasil.

Primeiramente, este artigo retoma alguns trabalhos sobre a Revolução Pernambucana a fim de expor como ela comportou diferentes debates em torno de seus conceitos-chaves, como o de “revolução”, “república”, “nação” e “pátria”. Em um segundo momento, aborda-se as narrativas sobre a Revolução de 1817 produzidas por José Ignácio de Abreu e Lima (1794-1869) em seu *Compêndio da História do Brasil* (1842) e por Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878) em sua *História Geral do Brasil* (1854-1857). Ao fim, procura-se verificar que as divergentes versões dos autores se relacionam a narrativas opostas acerca da Independência do Brasil. Abreu e Lima seria adepto de uma versão mais tensa e menos harmoniosa em relação à herança lusa, enquanto Varnhagen optou por uma narrativa que não tencionasse a singularidade do Brasil com o legado português. Tematiza-se ainda que tais diferenças de forma e conteúdos entre essas obras podem ser relacionadas à existência de espaços de produção e circulação ou experiências historiográficas autônomas. Uma dessas experiências estaria diretamente relacionada ao IHGB, no qual a escrita da história se volta para o público mais especializado diante da emergência da “profissionalização” do historiador, a outra estaria mais próxima do que se tem chamado de historiografias populares.

Revolução Pernambucana: conceitos e temporalidades

Carlos Guilherme Mota em um dos trabalhos pioneiros sobre o tema, *Nordeste, 1817* (1972), defendeu a tese de que o movimento de 1817 não pode ser caracterizado como revolucionário, pois não se definiu no sentido marxista clássico de uma luta de classes consciente. Para Mota, a elite representada por clérigos, grandes proprietários e grandes comerciantes formava a camada social que melhor expressava as ideias e os conceitos de seu tempo (MOTA 1972: 91). A grande maioria da população que se viu inserida na ‘Revolução’ “não dispunha de recursos suficientes – intelectuais e materiais – para entender e participar de maneira consciente” (IDEM). Os setores populares teriam incluído suas demandas, especialmente no que se refere ao fim da escravidão, de modo “irrefletido” – não se tratava de um pleito ideologicamente orientado. O tema da escravidão teria, por esta razão, colocado a revolução diante de seu limite e de sua contradição mais forte. O grupo decisivamente revolucionário, os abolicionistas, era a minoria e, por isso, incapaz de produzir mudanças

mais substanciais no que tange à estrutura social. Mota, orientado por certa interpretação marxista do conceito de revolução, entendeu que o movimento de 1817 produziu constrangimentos na ordem social, possibilitando posteriormente quebras do sistema colonial, mas que, ao fim, foram insuficientes para romper com as relações escravistas. No interior das relações sociais, em que senhores e escravos ocupavam os pólos principais, o movimento de 1817 transformava a sociedade estamental-escravocrata que “sofria abalos no processo de descolonização”, mas este constrangimento não foi suficiente para “desfazer as linhas de estratificação geradas no período colonial” (MOTA 1972: 161). Para Mota, foi no movimento de 1817 que se definiu “a primeira camada dirigente brasileira, anticolonialista, porém escravista”, o que significa dizer: “houve abalo – mas não revolução – na estrutura da sociedade estamental-escravocrata, sem emergência de uma sociedade de classes” (IDEM). Tendo visto o argumento de Mota, embora ainda seja um texto importante para as pesquisas sobre 1817, sua interpretação acaba tendo por eixo central a evidência de uma “falta”, ou seja, a Revolução é caracterizada a partir de uma ausência, de uma incompletude, o que contribui (mesmo não sendo este o objetivo) para a “regionalização” da revolução pernambucana.

Denis Mendonça Bernardes no texto *O patriotismo constitucional: Pernambuco, 1820-1822* (2006) apresenta uma interpretação um pouco distinta daquela oferecida por Carlos Guilherme Mota. Bernardes identifica a república instaurada em 1817 como o “tempo da pátria”, sendo produzida e tendo produzido redefinições de conceitos clássicos. Para Bernardes, tratou-se da mais ousada revolução enfrentada pela Monarquia Portuguesa, especialmente por ter criado uma nova soberania dentro do Império. Houve uma quebra da identidade política, através da qual o corpo da nação (ligada à ideia de soberania do rei) foi cortado. A bandeira portuguesa foi derrubada em vários pontos do Nordeste, militares jogaram fora as insígnias e as patentes concedidas pela Coroa. O conceito de pátria se transformava, abrindo espaço para uma de suas conotações modernas: a reivindicação da soberania popular (BERNARDES 2006).

Pode-se relacionar este fenômeno aos estudos de Reinhart Koselleck no que se refere ao conceito de patriotismo. Para o historiador alemão, o conceito de patriotismo nasceu de uma compreensão moderna do conceito de “patriota”. Este termo se constituiu em uma figura chave da ilustração política, comprometida conscientemente com o “patriotismo”, amor ativo pela pátria que os patriotas plasmaram neste conceito inédito. Toda a semântica política se

transformou com a aparição do patriotismo, permitindo que entre a autoridade do monarca e os súditos, novas experiências em relação à pátria surgissem. Essa ideia permitiu que a pátria se desvinculasse simbolicamente do seu pai (o rei) e a própria pátria passou a ocupar um lugar específico, o de um novo ator coletivo (KOSELLECK 2012: 143-160).

Voltando a Bernardes, o “tempo da pátria” que pressupõe uma clara contestação da autoridade monárquica, permitiu além de uma crítica à centralização do poder colonial, uma quebra referente ao comportamento das classes sociais. Bernardes considera legítimos os apontamentos das ambiguidades e limites da Revolução de 1817, sobretudo dadas pela presença da escravidão, como apontara Mota. Mas o argumento central é de que “durante os poucos dias do tempo da pátria para o conjunto da população, [houve] uma vivência política marcada pela quebra das regras da sociabilidade dominante e, em muitos casos, das distâncias sociais” (BERNARDES 2006: 217). Para Bernardes, a Revolução de 1817 não representou simplesmente uma ameaça à ordem política da monarquia absoluta, “mas também propiciara a liberação de forças sociais, com um definido contorno étnico” (BERNARDES 2006: 239). Para essas forças sociais, “o fim do poder monárquico abria a oportunidade de igualmente liquidar uma ordem social de privilégios e exclusões que repousavam também sobre bases étnicas” (IDEM). Bernardes segue, assim, um argumento mais próximo ao de Evaldo Cabral tratando a Revolução de 1817 não pelo paradigma da ausência ou da incompletude, mas como um movimento que permitiu a constituição de uma experiência política a partir do Brasil, levando a interpretação de 1817 como fundamental à conjuntura da Independência.

Luiz Carlos Villalta, em artigo de 2003 sobre o tema, considerou a Revolução Pernambucana como um movimento constituído por uma “encruzilhada de desencontros”. A Revolução teria reunido contradições entre as “partes” e os “atores” do Império luso-brasileiro. Entre as contradições mais expressivas, observa-se a repulsa à administração monárquica que presidia o empreendimento *colonial* da “metrópole interiorizada”. Ao mesmo tempo, os pernambucanos agiram como forças regionalizantes que hostilizavam a hegemonia do Centro-Sul sobre o restante das possessões americanas, confundindo a dicotomia *brasileiros/portugueses*. Villalta identifica em circulação no movimento a formação de identidades de brasileiro, português e súdito do Reino Unido que entraram em conflito. “Para os revolucionários essas identidades vinham de um tronco em comum, mas se encontravam em choque; para os realistas, essas identidades não apresentavam incompatibilidades” (VILLALTA 2003:76).

Na perspectiva dos revolucionários, a soberania popular contrapunha-se à tirania: os revoltosos afirmaram, insistentemente, o princípio da soberania popular e, em oposição a ela, combateram o despotismo, que gerava o direito de insurgência. A revolução justificava-se, assim, pela tirania representada pelo governo, ora concebido como português, ora como “do Rio de Janeiro”. Tratava-se, portanto, do embate do povo soberano de Pernambuco e da Paraíba com a Coroa e, por conseguinte, com a “interiorização da metrópole” de que ele era representante (IDEM).

No entanto, por mais que o discurso revolucionário se articulasse contra a monarquia portuguesa e não contra o povo português, era inevitável em níveis discursivos a repercussão de um sentimento anti-lusitano, especialmente por parte dos revolucionários. Para contenção desta lusofobia, os anti-revolucionários recorreram à metáfora da árvore e dos troncos: discurso que tentava a conciliação entre lusos e brasileiros a partir da ideia de que fariam todos parte de um mesmo corpo (IDEM: 73). Outra estratégia, mencionada por Villalta, foi a utilizada pelo bispado de Pernambuco, que tentava a conciliação entre os portugueses da Europa e da América através de um dos elementos da moral cristã: a caridade.

A espécie branca existente neste Bispado [de Pernambuco] é toda europeia, ou descende de europeus” e, em segundo lugar, que “os brasileiros têm muito amor, afeto e respeito aos seus progenitores”, acrescentando, ainda, que “por natureza são dóceis, sensíveis e extremamente hospitaleiros”, sendo que “estas belas qualidades não podem gerar ódios contra os homens só pela diferença de natalício (DH. 1953 apud VILLALTA, 2003: 75).

Sobre o uso do conceito de revolução, entre os próprios revolucionários, ele foi usado com temor e associado à violência e ao terror. Na Paraíba, o governo provisório reconhecia que “uma revolução [...] só pelo nome é uma fatalidade funesta”, sempre trazendo “consigo rios de sangue”. Por esta razão, salientavam que “a revolução [da...] cara Paraíba não perdeu uma só gota de sangue de seus amados filhos, são seus filhos todos brasileiros, e europeus que habitam o seu solo criador” (DH. 1953 apud VILLALTA, 2003: 73). Observa-se que na revolução da Paraíba consideram-se os filhos todos os brasileiros e europeus que habitavam aquela província, formulação que tenderia a enfraquecer a cisão entre brasileiros e portugueses. O conceito de nação, segundo Villalta, também repercutiria essa ideia nas forças que se aliaram à contra-revolução, a palavra “nação” assumia uma conotação que apontava para a unidade entre brancos portugueses da América e da Europa (IDEM: 73-74).

Nesta conjuntura, o conceito de patriotismo correspondia à fidelidade a essa nação, mas para os revolucionários, que se denominariam patriotas, a pátria ganhou um novo conteúdo e torna-se oposta ao despotismo – esses patriotas já não se viam componente de uma sociedade de ordens. Porém, este novo conteúdo, apesar de impor novas demandas à conjuntura colonial em crise, não eliminaria a permanência do ideal aristocrático. Por esta razão, Villalta explica que a posição anticolonial teve um papel secundário nos discursos dos revolucionários, embora estivesse presente nas práticas dos atores políticos. O principal alvo parecia ser o governo monárquico do Rio de Janeiro apesar de haver ambiguidades nos discursos, nas quais se insinua o viés anticolonial do movimento (IDEM:76).

Desta forma, para Villalta a Revolução de 1817, apesar de suas contradições e limites no que se refere à escravidão, nação, pátria, por exemplo, é um forte índice dos problemas em torno da resistência monárquica, ou seja, foi a partir dela que a questão anticolonial ia tornar-se mais clara. Por isso, o início do processo de Independência tradicionalmente atribuído a Revolução do Porto pode ser melhor tematizado, pois a motivação da Revolução de 1820 tinha na origem uma demanda semelhante à Revolução de 1817: contestar o poder do Rio de Janeiro, o que acabou por radicalizar a oposição entre portugueses e brasileiros. Neste aspecto, a argumentação de Villalta atribui a 1817, a despeito de suas aporias, um *ethos* político, o qual teria sido fundamental à Independência.

Nas próximas seções, identifica-se que a Revolução Pernambucana foi um conteúdo chave para escrita da História do Brasil durante o século XIX que tematizou, inclusive, sua relação com a Revolução do Porto. A partir das obras escolhidas de Abreu e Lima e Varnhagen defende-se que os temas e conceitos utilizados para explicação da Revolução Pernambucana nestas narrativas estão diretamente relacionados às disputas pela interpretação da Independência.

Abreu e Lima e a “malograda Revolução”

Pernambucano, militar, professor de matemática, editor e redator de pasquins, exilado político, combatente nas guerras de emancipação das colônias espanholas, polemista aguerrido são alguns dos predicados do General José Ignácio de Abreu e Lima. Após assistir à execução de seu pai, o Padre Roma, em 1817, devido ao seu envolvimento na Revolução Pernambucana, fugiu da prisão com o apoio da maçonaria e incorporou-se ao exército de

Bolívar, compartilhando o sonho da Grã-Colômbia. Tornou-se, assim, um dos principais capitães de Bolívar, ficando conhecido como o “general das massas” ao participar das batalhas decisivas da luta de libertação da Colômbia e da Venezuela, onde é considerado um dos heróis da Independência. Sua trajetória em seu país, ao contrário, foi marcada por fortes tensões e contradições. Ao retornar ao Brasil, após viagens pelos Estados Unidos e Europa, foi defensor da monarquia brasileira. No entanto, em 1848, foi preso e condenado à prisão perpétua devido ao envolvimento na Revolução Praieira, movimento de caráter liberal e federalista, sendo posteriormente anistiado pelo governo imperial. No mundo intelectual não teria uma trajetória menos interessante. Além de contribuir como autor e editor de alguns jornais, escreveu diversos livros entre os quais se destacam: *Bosquejo Histórico, Político e Literário do Brasil* (1835), *Compêndio da História do Brasil* (1842), *Sinopse ou dedução cronológica dos fatos mais notáveis da História do Brasil* (1845), *O Socialismo* (1855). Todos eles enredados em debates e recepções polêmicas.

As narrativas do General sobre a Revolução Pernambucana estão presentes em momentos significativos de suas obras, especialmente pelo fato de ter tido com a Revolução uma experiência singular. Optaremos por analisar a versão que se encontra no *Compêndio da História do Brasil*, pois fora com esta obra que protagonizou junto a Varnhagen a polêmica que definiria seu lugar na historiografia como plagiário e compilador.

Abreu e Lima explicou a “malograda Revolução” de Pernambuco a partir de duas causas centrais. A primeira refere-se à rivalidade entre portugueses e brasileiros. O desencontro entre os dois povos intensificou-se durante a transferência da família real, quando “um enxame de aventureiros, necessitados e sem princípios” acompanhou a corte, sendo alocados no serviço administrativo, sem que se importassem em beneficiar a esfera pública (ABREU E LIMA 1843: 182). A segunda relaciona-se à tensa situação política de Portugal, que devido à ausência da corte, estava praticamente dominada pelo Marechal Beresford. A essas duas principais causas, desdobra-se a postura da corte do Rio de Janeiro que, ao invés de abrandar as distâncias e discórdias entre os dois hemisférios, intensificava-as. Abreu e Lima recorreu, então, à metáfora dos reinos como corpos que precisariam afastar-se:

O descontentamento e as queixas eram iguais em todas as províncias; (...) cedo ou tarde deveriam aparecer violentos efeitos: o mal não podia curar-se sem remédio enérgico, e deste gênero nenhum outro apresentava-se, à **exceção da independência do corpo que sofria** (Idem).

Sendo a presença da corte um obstáculo aos interesses brasileiros, iniciou-se a partir da maçonaria em Pernambuco e inspirada pela Revolução Americana e pela emancipação das colônias hispano-americanas um plano para execução da Independência. “O Brasil, estimulado por exemplos de tanta magnitude (...) era impossível que permanecesse em inação” (IDEM). Ou seja, a Revolução Pernambucana para Abreu e Lima foi uma tentativa de emancipação da metrópole portuguesa.

O caráter organizado e não violento da Revolução foi destacado em sua narrativa. O conceito de revolução operado pelo autor centra-se na noção de ordem, respeito à propriedade, asilo e assistência à população por parte dos revolucionários. Isto é, a revolução deveria estar aliada à ordem social, aos padrões de civilização em vigor e, especialmente, à moderação das ações – “Jamais povo ou tropa em iguais circunstâncias mostrou tanta moderação na vitória: ao ódio sucedeu a compaixão, e a desgraça foi respeitada” (ABREU E LIMA 1843: 187).

Neste sentido, os erros da revolução não foram relacionados a um perfil abrupto, violento ou imprudente por parte dos revolucionários. São, ao contrário, atribuídos à inexperiência e boa fé dos “patriotas” e à violência e crueldade por parte dos “realistas” ou “contra-revolucionários”, como ele nomeou. Ao narrar a participação de seu pai, o Padre Roma, como um dos heróis e mártires da Revolução, explicou: “Abreu e Lima [pai] (...) era homem, como todos os seus correligionários, inexperiente dos manejos ocultos das revoltas: sem nenhum disfarce apresentou-se sempre...” (ABREU E LIMA 1843: 189).

O fracasso da revolução foi, então, atribuído à “lenta marcha do Governo Provisório”, que permitiu que os portugueses anteriormente amedrontados pelo movimento se reanimassem “com tanta violência como barbaridade” (ABREU E LIMA 1843: 191). O fator decisivo, porém, eram os elementos conservadores que impediram o crescimento e a irrupção da revolução nas demais regiões: “não era fácil com belas teorias e boas palavras desarraigar preconceitos populares e *abalar os fundamentos* de uma Monarquia cimentada sobre usos, costumes e religião” (IDEM – grifos meus). Desta forma, “o brilhante horizonte da república se tinha anuviado” em razão de uma resistência conservadora e da violência praticada contra os “patriotas”, que levou o Padre João Ribeiro, mártir também destacado por Abreu e Lima, ao suicídio.

A Revolução de 1817 no *Compêndio* do General não teve um final isolado. Abreu e Lima terminou o capítulo evidenciando que a repercussão e repressão ao movimento

continuava com força expressiva e só fora interrompida devido à Revolução do Porto, interpretada como o desfecho do movimento de 1817. Nesta ocasião “lembraram os liberais portugueses das condições porque nos tínhamos sacrificado em 1817”: o esquecimento da corte do centro-sul em relação às outras partes do Império (ABREU E LIMA 1843: 187). A revolução do Porto significava a expulsão da corte do Rio de Janeiro bem como intensificava as chances de ruptura entre os hemisférios, segundo ele, idealizada pela República instaurada em 1817. Por esta razão, 1820, segundo o General era “a ocasião em que deveríamos tirar a desforra, prestando-nos a seus interesses [aos liberais portugueses], enquanto não podíamos fazer valer os nossos” (IDEM).

Varnhagen e “o mito heróico de patriotismo”

Em sua *História Geral do Brasil*, Francisco Adolfo de Varnhagen introduziu o capítulo sobre a Revolução de 1817 destacando a grandeza do Império Luso e a audácia de uma revolução que se proclamou autônoma a corte do Rio de Janeiro. Este tema, para o historiador, era “pouco simpático” e se fosse permitido o deixaria “fora do quadro que prop[ôs] traçar” (VARNHAGEN 1852:1115). Varnhagen declarou que estava na moda “adular os anais pernambucanos com a proeza dessa revolução”. No entanto, seu objetivo claramente anunciado era desconstruir o caráter revolucionário do movimento, descrevendo-o como uma insurreição que foi convertida “em um mito heróico de patriotismo”, quando, na verdade, para ele, tratou-se de um evento “não brasileiro, mas provincial” (VARNHAGEN 1852: 1116). Desacreditar o movimento não implicaria “perda de glórias” para o Brasil, pois essas poderiam ser atribuídas aos tratados de 1810, à chegada da corte em 1808 ou ainda à Inconfidência Mineira.

Para a hipótese que se procura defender, torna-se importante ressaltar a versão de Varnhagen sobre a Inconfidência Mineira. A conjuração de 1789 teve inspirações nobres, como a Revolução Americana (inspiração que o autor não identifica nos revolucionários pernambucanos). No entanto, ela não pôde realizar-se por um desígnio da Providência. Se a Independência da província de Minas tivesse sido bem-sucedida, o destino do Brasil – a formação de seu Império – não se realizaria. Tiradentes foi para Varnhagen um mártir que não mereceu o seu destino – “ele se adiantou a aceitar para si a responsabilidade desta *nobre tentativa* e as glórias do martírio que hoje lhe confere a posteridade” (VARNHAGEN 1852:

1164 – grifos meus). E desta forma, “lamentando[...] as vítimas que causou esta mal denominada conspiração, que *tantas simpatias inspira a todas as almas generosas*”, interpretou seu fracasso como um destino: “curvemos a cabeça ao decreto da Providência, que, à custa do próprio sangue dos *mártires do patriotismo*, veio a conduzir-nos a única situação, em que podemos, sem novos ensaios, procurar ser felizes, e fazer-nos respeitar como nação” (IDEM – grifos meus). Deste modo, Varnhagen justifica seu objetivo no capítulo sobre a Revolução de Pernambuco – provar que o movimento de 1817 é regionalista, isolado do processo de Independência – atribuindo à Conjuração Mineira o brio e a glória patriótica que seus contemporâneos, como Abreu e Lima, legaram ao movimento de 1817.

Assim como Abreu e Lima, Varnhagen considerou a rivalidade histórica entre portugueses e brasileiros uma das principais causas do movimento, sendo Pernambuco a capitania com mais “pronunciadas e enraizadas” tensões. Essas rivalidades entre os colonos nascidos no Brasil e os nascidos em Portugal “datavam já do primeiro século da conquista, e se tinham transmitido de geração em geração” (VARNHAGEN 1852: 1118). Em virtude desses conflitos iniciaram-se “preparativos para uma futura proclamação de independência” (VARNHAGEN 1852: 1123). O sucesso inicial da revolução deu-se, porém, não em virtude de um bom plano por parte dos revolucionários, mas em função da fraqueza e má administração do governador que permitiu “triunfar a revolução; pois, com tal exemplo de covardia, não era mais possível inspirar respeito nem temor e, por conseguinte, fazer-se obedecer” (VARNHAGEN 1852: 1118). No entanto, a revolução não possuía um projeto e seu perfil desordenado e até mesmo violento (Varnhagen a aproxima da revolução francesa) inviabilizaram seu sucesso:

Cabe desde já dizer que a revolução Pernambucana de 1817 não se recomenda, muito mais que a da Bahia em 1798, pelas suas peças oficiais, nem pelos seus atos ou projetos. Nada próprio a inspirar sentimentos de heroísmo e de justiça, a entusiasmar e engrandecer o povo! Tristes sintomas para uma revolução em princípio! (VARNHAGEN 1852: 1135)

A ausência deste projeto, de sentimentos heróicos e de justiça fez da revolução “um triste engano” sem glórias que iludiu e sacrificou os envolvidos abandonados “covarde e ingratamente” pelos chefes militares da revolução. Varnhagen questionou todo o martírio dos líderes militares pernambucanos legado posteriormente – “Se a vossa causa era tão justa e tão santa, como por amor dela não buscastes no campo, em uma bala ou na ponta de uma baioneta, o martírio, que vos canonizasse na posteridade?” (VARNHAGEN 1852: 1147).

Os únicos mártires seriam o padre João Ribeiro que teria se suicidado em função da perda de seu juízo “confundido na presença de tanta miséria humana e de tantos desenganos da vida” e o hidrógrafo José Fernandes Portugal, que ao “se ver tão tristemente comprometido, não tendo feito mais que não resistir, (...) deixou de comer durante vinte dias” (IDEM). Importante ressaltar que na narrativa de Varnhagen esses mártires não são vítimas da repressão, mas do despreparo e abandono dos próprios líderes da revolução.

O fracasso da revolução associou-se, bem como na Inconfidência Mineira, aos desejos da Providência que a custo de “lamentáveis vítimas e sacrifícios, amparou o Brasil, provendo em favor da sua integridade” (VARNHAGEN 1852: 1150). O fracasso permitiu, assim, a união das províncias do norte às do sul e, após 1817, as primeiras já possuíam “juízo crítico” para perceber que tais revoluções eram orientadas sempre por “ambições pessoais”. Deste modo, Varnhagen narrou a revolução pernambucana como um movimento provinciano, de “dissolução política” que inviabilizaria a construção/integridade do Império do Brasil e, por isso, não teve glórias e brios que honrariam a nacionalidade brasileira (diferentemente da Inconfidência Mineira). O movimento de 1817 não foi glorioso, pois não teria se orientado pelo patriotismo – “sentimento tão sublime que faz até desaparecer no homem o egoísmo, levando-o a expor a própria vida pela pátria, ou pelo soberano que personifica o seu lustre e a sua glória.” – mas, pelo provincianismo (VARNHAGEN 1852: 1151).

Abreu e Lima e Varnhagen: disputas pela Independência do Brasil

Valdei Araujo em artigo recente aborda através da categoria de “regimes de autonomia” a existência e dinâmica de experiências historiográficas relacionadas a modos distintos de produção do discurso histórico (ARAUJO 2015). De um lado, há um modo “compilatório” que atende à demanda social por sínteses pragmáticas, ligando-se mais intimamente ao mercado editorial e ao mundo emergente de um leitor não-especializado. Neste modelo, ao qual podemos incluir Abreu e Lima, as narrativas agem como ação política direta, possuem demandas locais/regionais de identidade, justificação política e o apoio do sistema editorial. Consequentemente, acrescento que neste regime as narrativas nacionais resultam no que tenho denominado de uma “história da desarmonia”, pois não ignoram conflitos em potencial da “nossa identidade” como a escravidão e a colonização. Isso implicou em versões mais pessimistas ou melancólica² para as histórias do Brasil como a de

Abreu e Lima ou a de Francisco Solano Constâncio, por exemplo, histórias duramente confrontadas pelo IHGB.³ Por outro lado, há, segundo Araujo, um modelo disciplinar que precisou legitimar sua relação privilegiada com o Estado e suas instituições, dando centralidade à História Geral Nacional, tentando a harmonização dos conflitos históricos da jovem Nação, modelo no qual podemos incluir Varnhagen (IDEM).

A pesquisa desenvolvida por Araujo auxilia na identificação e diferenciação das denominadas “historiografias populares” e seu confronto com as historiografias disciplinares (PALETSCHEK 2011). A categoria de “distância histórica” associada à análise dos conteúdos das obras também se torna relevante neste processo já que se destina a descrever certo posicionamento afetivo, político e ético em relação ao passado, especialmente quando se trata do que podemos chamar de um alargamento da distância histórica entre Brasil e Portugal.

As narrativas de Abreu e Lima e Varnhagen, quando comparadas, evidenciam mediações diferentes em relação à herança lusa, tendo cada uma produzido o alargamento ou a diminuição da distância histórica em relação a nossa história colonial, a Portugal. Essa categoria – distância histórica – refere-se ao sentimento de temporalidade construída em um relato histórico, uma vez que este relato incorpora as posições dos sujeitos em relação ao passado. Isto se conecta a uma exigência imposta pelo processo de modernização da história que com sua contínua e acelerada transformação impôs a necessidade de um realinhamento entre passado e futuro. Por fim, trata-se do posicionamento da narrativa favorável ou não a uma herança íntima, no qual o “espaço de experiência” e o “horizonte de expectativas” são necessariamente articulados, afastando-se ou aproximando-se (KOSELLECK 2006). Esta categoria é fundamental, pois ela contribui nas análises dos usos emocionais ou políticos do passado, reconhecendo que todas as interpretações históricas medeiam o compromisso com ele, seja em um nível mais objetivo em relação ao conhecimento ou mais ético (PHILIPS 1997, 2013).

Ao utilizarmos a categoria de distância histórica para a análise comparativa das narrativas entre Abreu e Lima e Varnhagen, pode-se constatar que o primeiro construiu uma interpretação histórica em torno da Revolução de 1817 afastando-a da herança lusa e atribuindo através da Revolução uma identidade à nacionalidade brasileira de luta e resistência. Varnhagen faz o oposto associando a violência e os interesses pessoais aos revolucionários pernambucanos, atribuindo os feitos heróicos fundamentais a história de toda

e qualquer nação à Conjuração Mineira (ainda que com ressalvas). Estas diferenças repercutem disputas específicas em torno da memória da Independência do Brasil.

Varnhagen, em sua *História Geral do Brasil*, “explicitaria os fundamentos definidores da identidade nacional brasileira enquanto herança da colonização européia” (GUIMARÃES 1988: 6). O historiador procurou demonstrar a continuidade entre o passado colonial e o projeto nacional que vinha sendo produzido, tendo por sujeitos de sua história o “homem branco” e o “Estado Nacional”, únicos entes considerados capazes de civilizar um país sem população livre. Através da conservação da monarquia, o Brasil se definia como a “continuação da história da metrópole” (GUIMARÃES 2002: 79). Sua obra desejava a sedimentação de uma história harmônica que não evidenciasse as tensões, contradições e conflitos capazes de levar o Brasil à guerra civil e à fragmentação como nas colônias espanholas (REIS 2000: 28). Nesta interpretação conciliadora com o passado colonial, a Independência não fora considerada uma revolução, nem mesmo uma guerra, mas um ato da Providência e, a um só tempo, um erro das elites portuguesas que não entenderam a vocação histórica do Brasil – a de ser a promessa da grandeza de Portugal (WEHLING 1999:122-150).⁴

Em contraponto à perspectiva continuista de Varnhagen, o general José Ignácio de Abreu e Lima, em seu *Compêndio*, defendeu um distanciamento no que tange à herança portuguesa. Mesmo considerando essa herança civilizada, ela seria nociva à construção de uma nacionalidade e de uma literatura propriamente brasileira. Abreu e Lima não teria produzido uma narrativa aprazível e terna, o *Compêndio* do general evidenciou episódios demasiadamente trágicos que “inviabilizaram a interpretação oficial de uma história harmoniosa” (LOPES & MOTA 2008: 241).

Não por acaso, foi com Abreu e Lima que Varnhagen estabeleceu uma de suas mais duras e conhecidas querelas, tendo o general sido acusado de plagiário e compilador. Para Lúcia Guimarães, a historiografia tem abordado erroneamente esta polêmica. Os trabalhos sobre o tema justificam a acusação de Varnhagen através da argumentação do próprio Visconde de Porto Seguro, ou seja, o método da compilação, que seria vetado pelo Instituto. No entanto, segundo Guimarães, alguns anos mais tarde, Abreu e Lima seria reabilitado ao IHGB, como um “bom compilador, imparcial e justo” (GUIMARÃES 2012: 43). Ainda segundo a historiadora, outro argumento comum da historiografia para o veto a Abreu e Lima se daria pelas inclinações republicanas do general, ex-combatente do exército de Simon

Bolívar (GUIMARÃES 2012: 43-44). Mas, sabe-se, que um dos mais curiosos paradoxos de Abreu e Lima, deve-se justamente ao fato de ter sido um acérrimo defensor da república ao lado de Bolívar e, a um só tempo, um amante da unidade conquistada pelo Império do Brasil, contradição que Selma Mattos atribui à eficiência da “expansão para dentro” dos saquaremas (MATTOS 2007).

A partir da oposição entre Varnhagen e Abreu e Lima, confirma-se que o desafio para a construção de um passado nacional foi enfrentado por vertentes historiográficas plurais. Para Marco Morel, uma dessas vertentes sintetizou suas preocupações em torno da centralidade dos conceitos de nação e revolução, grupo que ele denominaria junto a Evaldo Cabral de “rubro veio historiográfico” (MELLO 1997). As principais características desta vertente correspondem a sua relação conflituosa e, ao mesmo tempo, ambivalente com a herança lusa e a narrativa da história nacional pouco harmoniosa no que tange à exaltação dos conflitos e disputas sociais. Isso demarcaria sua distinção em relação à historiografia hegemônica que se constituiu em torno do IHGB (MOREL 2007). No entanto, apesar de considerarmos a categoria de “rubro veio historiográfico” útil para pensar o grupo de intelectuais que excede às preocupações do Instituto, ela não deixa de possuir algumas limitações. Morel atribui o uso do conceito de revolução de forma positiva e radical pelos intelectuais desta vertente. Mas, muitas vezes, o termo foi utilizado por sujeitos do “rubro veio historiográfico” de modo negativo ou receoso. O receio em torno da “revolução” faz parte da experiência do regresso, que eclodiu no fim da regência, como observa Christian Lynch, na qual as ideias revolucionárias, embora capazes de fazer crítica ao Antigo Regime, não eram suficientes para estabelecer, por si mesmas, uma nova ordem social orientada pelo valor da liberdade, isenta da anarquia e dos tumultos sociais (LYNCH 2014). Não obstante, uma das observações fundamentais feitas por Morel é que antes da criação do IHGB, a imprensa periódica se constituiu num campo privilegiado para as discussões em torno do passado nacional, em especial durante o período regencial, no qual se viu a explosão da preocupação com a esfera pública (MOREL 2003; 2007). Este período possibilitou a consolidação de um espaço autônomo para compreensão da experiência histórica que não se ofuscaria após a criação do IHGB, ao contrário estabeleceria com o Instituto diálogos de convergências e, simultaneamente, de duras tensões.

Neste sentido, apesar de parte da história da historiografia brasileira explicar querelas como a de Varnhagen e Abreu e Lima pela análise da forma, erudição e métodos utilizados,

como observou Lúcia Guimarães, o estudo de conteúdos como a Revolução Pernambucana não pode ser ignorado. Varnhagen ao se referir ao *Compêndio* do General defendeu que ele “não é mais do que um apontado (*sic*) de pedaços da tradução portuguesa de Beauchamp” (VARNHAGEN 1844: 67), autor que deveria ser recebido com “total desprezo” por ser apenas um “especulador e plagiário” da obra de Southey. Mas a crítica de Varnhagen não se limita à questão do plágio, os debates avançam em temas que abordam os indígenas, bem como à definição do brasileiro, o lugar dado por Abreu e Lima à história portuguesa... Sobre o último tema, no *Bosquejo*, Abreu e Lima definiria sua relação com Portugal, opinião que radicalizaria no *Compêndio* e na *Sinopse*, e que evidentemente era um forte ponto de tensão com Varnhagen – a herança dos vícios portugueses e o risco do Brasil repetir a decadência da antiga metrópole:

Logo que demos o primeiro passo para a Independência, nos julgamos desligados do resto do mundo e muito superiores aos nossos progenitores, *aqueles mesmos que nos tinham legado todos os seus vícios sem nenhuma de suas virtudes. [...] Se ainda quisermos salvar-nos do naufrágio que nos aguarda, é forçoso reconhecer o que somos, [...] somos portugueses, porém já degenerados* (ABREU E LIMA 1835: 59 – grifos meus).

Como dito no começo desta seção, as diferenças de forma e conteúdos entre essas obras podem ser explicadas ou relacionadas à existência de espaços de produção e circulação ou experiências historiográficas autônomas (mas cambiáveis entre si).⁵ Uma dessas experiências estaria diretamente relacionada ao IHGB, na qual a escrita da história se volta para o público mais especializado diante da emergência da “profissionalização” do historiador, da qual Varnhagen é um dos protagonistas. A outra experiência, da qual Abreu e Lima seria mais próximo, estaria pautada na esfera pública, no mercado do livro emergente e numa demanda social pela história que possibilitaram um modo alternativo para escrevê-la, mais aberto às influências da luta política e das flutuações e permanências do “gosto” de um público não especializado. Este segundo “modelo” comportaria versões mais “tensas” ou “desarmônicas” para a História do Brasil ao evidenciar, por exemplo, os problemas sociais, os conflitos coloniais como a Revolução Pernambucana, as insurreições regenciais e ainda ao atribuir uma maior negatividade à herança lusa. Isto significa que apesar da defesa do Império e do território do Brasil serem lugares-comuns nas narrativas não significa ausência de disputas na história que se pretendeu escrever – mais ou menos crítica à herança colonial e à

metrópole interiorizada. Compreender o porquê da Revolução Pernambucana ter sido relegada a um episódio regional enquanto a Conjuração Mineira e a cidade de Ouro Preto tornaram-se um lugar de peregrinação da nossa identidade nacional pode ser explicado, ao menos em parte, pela análise das disputas (conscientes ou não) da interpretação histórica que constituíram compreensões-chaves do nosso passado. O objetivo da análise destas disputas não seria promover a conciliação das tensões que as constituíram, mas resgatar interpretações obscurecidas para a história do Brasil que se deseja ainda escrever.

REFERÊNCIAS:

ABREU E LIMA, J.I. *Bosquejo Histórico, Político e Literário do Brasil*. Niterói: Tipografia Niterói de Rego e Comp., 1835.

_____. *Compêndio da História do Brasil – Volume Único*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1843.

ANDRADE, Breno Gontijo Andrade. *A Guerra das Palavras: cultura oral e escrita na Revolução de 1817*. Dissertação de Mestrado em História. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2012.

ARAUJO, Valdeci Lopes de. “Historiografia, nação e os regimes de autonomia na vida letrada no Império do Brasil”. In.: *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 31, n. 56, p. 365-400, mai/ago 2015.

BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. *O patriotismo constitucional: Pernambuco, 1820-1822*. São Paulo: Hucitec; Fapesp; Recife: UFPE, 2006.

GUIMARÃES, Lúcia. “História Geral do Brasil”. In.: MOTA, Lourenço Dantas (org.). *Introdução ao Brasil – Um banquete no trópico*. São Paulo: Editora Senac, 2002.

_____. “Entre a monarquia e a república: a Revolução Pernambucana de 1817 e suas representações no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”. In.: LESSA, M.L.; FONSECA, S.C.P. (Orgs.). *Entre a monarquia e a república: imprensa, pensamento político e historiografia (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Ed UERJ, 2008, p. 151-163.

_____. “O periódico de uma *société savante*: a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1839-1889)”. In.: *ArtCultura*, Uberlândia, v. 14, n. 25, p. 37-49, jul.-dez. 2012.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo: EdUSP, 2005.

KOSELLECK, Reinhart. Patriotismo. Fundamentos y límites de un concepto moderno. In.: *Historias de Conceptos*. Estudios sobre semántica y pragmática del lenguaje político y social. Madrid: Editorial Trotta, 2012, pp. 143-160.

_____. “Ponto de vista, perspectiva e temporalidade – Contribuição à apreensão historiográfica da história.” In.: *Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2006, p. 161-188.

LOPEZ, Adriana, MOTA, Carlos G. *História do Brasil: uma interpretação*. São Paulo: Editora Senac, 2008.

LYNCH, Christian. “Modulando o tempo histórico: Bernardo Pereira de Vasconcelos e conceito de 'regresso' no debate parlamentar brasileiro (1838-1840)” *Almanack*, p. 314-334, 2015.

MATTOS, Ilmar R. de. Construtores e herdeiros: a trama dos interesses na construção da unidade política. In.: *Almanack Braziliense*, número 1, 2005, pp. 08-27.

MATTOS, Selma. *Para formar os brasileiros. O Compêndio da história do Brasil de Abreu e Lima e a expansão para dentro do Império do Brasil*. Tese de doutorado. São Paulo: USP. 2007.

MELLO, Evaldo Cabral. *A outra Independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo: Ed 34, 2004.

_____. *Rubro Veio – o imaginário da restauração pernambucana*. Rio de Janeiro, Topbooks, 1997.

MOREL, Marco. “Nação e Revolução: o rubro veio historiográfico no Brasil na primeira metade do século XIX”. In: CHAVES, C.M.G.; SILVEIRA, M.A.(orgs.). *Território, Conflito e Identidade*. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm; Brasília, DF: CAPES, 2007, v. 1, pp. 181-206.

_____. *As transformações dos espaços públicos: Imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidadania Imperial. (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005.

MOTA, Carlos Guilherme. *Nordeste, 1817*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

PALETSCHEK, Sylvia. (Ed.) *Popular Historiographies in the 19th and 20th centuries. Cultural Meanings, Social Practices*. New York, Oxford: Berghahn Books, 2011.

POCOCK, J. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Edusp, 2003.

PHILIPS, Mark S. *Society and Sentiment: genres of historical writing in Britain, 1740 – 1820*. Princeton University Press, 1997.

_____. *On Historical Distance*. Yale University Press, 2013.

RANGEL, Marcelo de Mello. Romantismo, *Sattelzeit*, melancolia e “clima histórico” (*Stimmung*). In.: *Expedições: Teoria da História e Historiografia*. Universidade Estadual de Goiás (UEG), V. 5, n° 1, 2014.

REIS, José Carlos. *As Identidades do Brasil – de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

RODRIGUES, Thamara de Oliveira. *A Independência de Portugal*. História, progresso e decadência na obra de Francisco Solano Constâncio (1808-1840). Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Ouro Preto, 2014.

SCHAPOCHNIK, Nelson. Edição, recepção e mobilidade do romance *Les mystères de Paris* no Brasil oitocentista. In.: *Varia historia*. Vol. 26, n°44. Belo Horizonte, 2010.

SCHIAVINATTO, Iara Lis. “Entre os manuscritos e os impressos”. In.: LESSA, M.L.; FONSECA, S.C.P. (Orgs.). *Entre a monarquia e a república: imprensa, pensamento político e historiografia (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Ed UERJ, 2008, p. 13-33.

SKINNER, Quentin. Motives, Intentions and Interpretation. In.: *Visions of Politics: Regarding Method*. Cambridge University Press. Volume 1, 2002, pp. 90-102.

WEHLING, Arno. “Estado, História, Memória: Varnhagen e a Construção da Identidade Nacional”. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

VARNHAGEN, Francisco A. *História Geral do Brasil* antes da sua separação e independência de Portugal. Tomo II. Rio de Janeiro: Laemmert, 1854.

VILLALTA, Luiz Carlos. Pernambuco, 1817, “concruzilhada de desencontros” do Império luso-brasileiro. Notas sobre as ideias de pátria, país e nação. *Revista da USP*, São Paulo (58). Jun./Jul./ago. 2003.

_____. O livro didático de História no Brasil: perspectivas e abordagem. In.: *Pós-História*, Assis, SP: v. 9, p. 39-59, 2001.

* Agradeço à Andréa Lisly Gonçalves, Marcelo de Mello Rangel e Rogério Santana as contribuições para este artigo.

² Marcelo Rangel em suas pesquisas tem analisado projetos intelectuais e políticos do Império, especialmente aqueles relacionados aos românticos. Sua hipótese é de que há, especialmente na regência, um clima histórico melancólico em função da convivência dos sentimentos de pessimismo e esperança no que tange ao futuro do Brasil. Cf.: RANGEL 2014.

³ Sobre a *História do Brasil* de Francisco Solano Constâncio, consultar: RODRIGUES 2014 (especialmente o capítulo 3).

⁴ Pode-se interpretar o desejo de continuidade com o passado luso na obra de Varnhagen como inserido em um dos projetos de consolidação do Império do Brasil. Para Ilmar R. de Mattos, a opção pelo Império resgatava uma herança e revelava a filiação daqueles que eram os construtores ativos de um corpo e de uma identidade política novos a uma tradição que remontava às propostas do reformismo ilustrado português. Os construtores do Império eram, simultaneamente, herdeiros da ação política realizada por antigos colonizadores e colonos – motivada pelos eventos relacionados ao enraizamento de interesses portugueses e pelo processo de interiorização da metrópole no Centro-Sul – e também pelos acontecimentos em Portugal desde 1820. Neste sentido, essa dupla herança, a de um território e a de uma denominação, “Império do Brasil”, definiria as marcas de uma construção. Sob este aspecto, a direção saquarema teria sido bem sucedida na consolidação da unidade nacional através de uma “expansão para dentro” (a sedimentação de um Império no próprio território) que garantiu “a manutenção

de uma ordem e a difusão de uma civilização” capazes de “timbrar a diferença existente no Império do Brasil entre os três mundos existentes” (MATTOS 2005).

⁵ Para identificação dessas experiências além de diálogo com a história do livro e da leitura (HALLEWELL 2005; SCHAPOCHNIK 2010; VILLALTA 2001; SCHIAVINATTO 2008), é importante a identificação dos motivos e intenções presentes em um texto tais como propostas por Skinner bem como o mapeamento das linguagens historicamente constituídas observadas por Pocock (SKINNER 2002; POCOCK, 2003).

Artigo recebido em 25 de abril de 2016 e aceito em 26 de agosto de 2016.

**OLHARES E USOS SOBRE A ROMA ANTIGA.
UM BREVÍSSIMO PANORAMA EM PRODUÇÕES
CINEMATOGRAFICAS NA DÉCADA DE 1950.**

***PERSPECTIVES AND USES OF THE ANCIENT ROME.
THE BRIEFEST OVERVIEW IN CINEMATOGRAPHIC
PRODUCTIONS IN DECADE 1950.***

Juliana B. CAVALCANTI*

Resumo: Imediatamente após o fim da Segunda Guerra Mundial, o cinema teve como uma das principais temáticas o gênero épico, em especial a Roma Antiga. Apenas na década de 1950, foram produzidos cerca de vinte e dois filmes sobre o assunto, sendo que desses: apenas um foi produzido pelos suecos e os demais ficaram a cargo dos italianos e americanos. O exercício, neste artigo, será apresentar um brevíssimo panorama dessa produção, dando especial atenção às películas que retratam o período do Alto Império.

Palavras-Chave: Antiguidade; Cinema; Roma.

Abstract: Immediately after the end of World War II, the cinema was one of the main issues the epic genre, especially ancient Rome. Only in the 1950s were produced about twenty-two films on the subject, and of these: only one was produced by the Swedes and the others were in charge of Italians and Americans. The exercise, this article will present a very brief overview of this production, paying particular attention to films that portray the period of the High Empire.

Keys Works: Antiquity; Cine; Rome.

I. A História do Cinema tem suas bases ainda em finais do século XIX e início do século XX. Podendo ser atribuído dois marcos para essa datação. O primeiro é a exibição pública do filme, de 45 segundos, *Sortie de L'usine Lumière à Lyon*, feita no *Grand Caffè* de Paris pelos irmãos Lumière, em dezembro de 1895, com o intuito de apresentar o seu cinematógrafo. O segundo seria os primeiros filmes lançados ainda em 1896 por George Méliès, considerado o “pai dos efeitos especiais” e fundador do primeiro estúdio cinematográfico.

Nesse primeiro momento uma das principais finalidades do cinema era de ser uma atração autônoma, se encaixando em diferentes programações dos teatros de

* Juliana B. Cavalcanti. M. T. Mestre em História Comparada – Programa de Pós-graduação em História Comparada – Instituto de História – UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ – Brasil. Coordenadora na área de Cristianismos no LHER-UFRJ – Laboratório de História das Experiências Religiosas. E-mail: julianajubcmt@yahoo.com.br

variedades. Tendo como traços predominantes: composição frontal e não centralizada dos planos, posicionamento da câmera distante da situação filmada, falta de linearidade e personagens pouco desenvolvidos. Como marca de representação temos planos abertos e forte detalhamento, com um predomínio de pessoas e várias ações simultâneas.

Todos esses elementos reunidos levaram os historiadores, como Tom Gunning, a chamarem esse primeiro cinema de “cinema de atrações” que tinha como assunto sua própria habilidade de mostrar coisas em movimento. Em outras palavras, “em vez de mostrar uma narrativa baseada em personagens que atuam num ambiente ficcional cuidadosamente construído, o cinema de atrações apresenta para o espectador uma variedade surpreendentes de “vistas”” (COSTA, 2012, p. 24-25).

Essas “vistas”, como chama Flávia Costa, podiam ser atualidades não ficcionais ou encenações de incidentes reais, números de vaudeville (pequenas gags, acrobacias ou danças), filmes de truques e narrativas em fragmentos. Esse último merece nossa atenção, pois é a partir dessas narrativas em fragmentos que o Cinema, já em suas primeiras décadas, se voltou para o Mediterrâneo e Oriente Médio Antigos. Destacam-se aqui principais momentos de peças famosas, como o filme de 1896 dos irmãos Lumière *Neron essayant des poisons sur des esclaves*, a primeira adaptação de *Ben-Hur*ⁱ em 1907, por Sidney Olcott, e ainda os passos da paixão de Cristo já em 1897, gravado por Walter Freemanⁱⁱ.

Outro aspecto desse “Cinema das Atrações”ⁱⁱⁱ é que ele já trazia consigo a ideia de um produto voltado para os grandes públicos, abandonando rapidamente ambientes restritos a classe média e voltando-se para os *nickelodeons*. A explosão, em 1905, dos *nickelodeons* tinha como objetivo exibir exclusivamente filmes em espaços maiores (armazéns ou grandes depósitos adaptados) que os vaudevilles, atendendo no geral trabalhadores com poucos recursos. Isso resultou numa reorganização da produção. As companhias se dividiram em diferentes setores da produção e organizaram-se industrialmente, adotando uma estrutura hierárquica e centralizada.

Esses dados são importantes, pois nos remetem às seguintes questões: qual é o papel que o Cinema tem para a sociedade que o produz? E quanto a sua construção de realidade, ela pode ser entendida como História? Neste sentido, se torna interessante retomar aqui quatro considerações feitas pelo historiador francês Marc Ferro logo no primeiro capítulo de seu livro “História e Cinema” (1992, p. 13-19):

1. O Cinema como “agente da história” ou construtor de ideologias. Com filmes produzidos na União Soviética e na Alemanha nazista, Ferro pondera que desde que os dirigentes perceberam o potencial do cinema, eles tentaram usá-lo a seu favor. De forma que o cinema passou a intervir na História, criando discursos e ideias hegemônicas que tem muito mais a ver com o contexto em que o filme se insere do que com o passado/tempo em que o filme se propõe a remontar.

2. A intervenção do cinema se exerce por meio de um certo número de modos de ação que o tornam eficaz e operatório. Essa capacidade está diretamente ligada à sociedade que a produz e a que a recebe. Em outras palavras, o cinema se vale de mecanismos e modos de expressão próprios, que não são uma simples transposição da escrita literária, de forma a dialogar com as questões e demandas da sociedade, sendo a sua linguagem um diferencial frente a outras formas de comunicação, uma vez que lida com imagem e texto.

3. A utilização e a prática de modos de escrita específica do Cinema são armas de combate ligadas às sociedades que o produz e o recebe. Essa sociedade se trai inicialmente pela censura em todas as suas formas, instaurando ainda autocensura. Com isso, quer se afirmar que toda sociedade recebe as imagens em função de sua própria cultura.

4. Com o Cinema se estabeleceram duas leituras quando o historiador volta-se para o objeto: a leitura histórica do filme e a leitura cinematográfica da História. Esses dois olhares implicam diretamente no próprio tratamento que o historiador faz sobre o passado. Isso é, sendo o historiador um agente de seu tempo, o trabalho de ler o passado é feito por quais filtros de leituras?

II. Essas assertivas podem se tornar ainda mais latentes quando pensamos em que Antiguidade é essa que o Cinema (re)construiu, em especial no contexto de pós-Segunda Guerra Mundial. Estamos falando de uma realidade em que a Europa não era mais a magna casa das grandes artes. As Grandes Guerras acabaram por corroborar para a exportação de muitos atores e cineastas europeus para os Estados Unidos, já garantindo praticamente, logo após a Primeira Guerra Mundial, a Hollywood o monopólio do cinema internacional (HOBBSAWM, 1994, p. 104-106; p. 183).

Outro sintoma que esse mundo de grandes guerras produziu foi à forte utilização, por parte de estados nazi-fascistas, de Roma como o modelo de passado a ser remontado ou continuado e a ideia estava disseminada na Arquitetura, no Cinema, nas

Artes, no militarismo, enfim em todos os níveis propagandísticos. Um bom exemplo disso foi o sentimento de *romanità* evocado pelo regime fascista italiano. Com o intuito de obter apoio às campanhas africanas de 1935-1936 foi produzido um filme espetacular, do ponto de vista cinematográfico, por Carmine Gallone, chamado *Scipione l'africano* (1937).

Na película, o herói é apresentado como um líder rural e guerreiro, capaz de levar Roma à vitória sobre a África. O general romano era o modelo ideal de um cidadão fascista, tendo claras analogias com Mussolini. O filme pode ser entendido, dentro de um processo iniciado pelo próprio líder fascista em 1922, ao se apropriar de um discurso *romanità*, como o suporte histórico para o Fascismo. Maria Wyke em seu livro “Projecting the Past” (1997) recupera a atmosfera e o sentimento despertado com a produção da película com a crítica do cineasta Luigi Freddi publicado no *Il popolo d'Italia*:

Scipione foi concebido na véspera da campanha africana e foi iniciado logo após a vitória. Ele foi desejado porque parecia mais adequado para simbolizar a união íntima entre o passado grandioso de Roma e da realização corajosa de nossa época. E parecia também que nenhuma representação fílmica foi capaz de mostrar e enquadrar a tradição da raça augustana, antes de nós mesmos e do mundo, a campanha africana de hoje como um corolário lógico de um passado glorioso e razão indiscutível de um presente ardente para a vida. Talvez nunca mais, na história do cinema, ocorra uma iniciativa tão cheia de profundo significado espiritual derivada de consideração ativa da história (WYKE, 1997, p. 21-22).

A fala do cineasta, na verdade, revela a sistematização de um programa político-cultural que estava no cinema italiano, mas também presente na Arquitetura e nas Artes de modo geral de que o Fascismo era uma extensão da Antiga Roma. Nesse sentido, podemos dizer que apropriação da história de Roma tinha como efeito servir de instrumento de controle ideológico, de forma a manipular a população para o culto de um certo modelo nacional que estava sendo desenhado pelo regime fascista.

Esses dois elementos reunidos parecem estar impactando toda uma produção sobre filmes romanos na década de 1950. Uma produção que de um lado demonstrava estar preocupada em reerguer princípios de moralidade e memória essenciais para uma construção identitária no contexto pós-Segunda Guerra Mundial e que de outro buscou se valer desse mesmo passado romano para denunciar o horror trazido pelos governos nazi-fascistas. Isso se torna ainda mais latente quando observamos a quantidade de

filmes e os países que estavam evocando esse passado romano (Tabela 1). Ou como colocou Maria Wyke:

[...] muitos filmes italianos bem sucedidos das décadas de 1910 e 1920 foram relidos sobre as óticas das crueldades imperiais e martírios cristãos, em vez de seus triunfos republicanos da Roma Antiga. Enquanto histórias de Hollywood sobre Roma se apropriaram de construções fascistas de *romanità* para transformá-los contra o regime que as produziu [...] Exploram ainda constantemente as ambiguidades e contradições inerentes ao discurso nacional americano de *romanitas* para abordar as iniquidades dentro dos próprios Estados Unidos. O rastreio da Roma Antiga poderia fornecer aulas de história equívocas para ambos, italianos e americanos. (WYKE, 1997, p. 2)

Tabela 1. Lista de Filmes Rodados na Década de 1950.

Título	Ano	Diretor	País
The Last Days of Pompeii	1950	Paolo Moffa	Itália/França
Quo Vadis?	1951	Mervyn LeRoy	EUA
Barabbas	1953	Alf Sjöberg	Suécia
Julius Caesar	1953	Joseph L. Makiewicz	EUA
Serpent of the Nile	1953	William Castle	EUA
Salome	1953	William Dieterle	EUA
Sins of Rome	1953	Riccardo Freda	Itália/França
The Robe	1953	Henry Koester	EUA
Attila, il Flagelo di Dio	1954	Pietro Francisci	Itália/França
Demetrius and the Gladiators	1954	Delmer Daves	EUA
Sign of the Pagan	1954	Douglas Sirk	EUA
The Silver Chalice	1954	Victor Saville	EUA
Jupiter's Darling	1955	George Sidney	EUA
Mio Figlio Nerone	1956	Stefano Vanzina	Itália/França
Afrodite, Dea dell'Amore	1958	Mario Bonnard	Itália
La Spada e La Croce	1958	Carlo Ludovico Bragaglia	Itália
Ben-Hur	1959	William Wyler	EUA
Erode il Grande	1959	Viktor Tourjansky	Itália/França

Gli Ultimi Giorni di Pompei	1959	Sergio Leone, Mario Bornnad	Alemanha Occidental/Espanha/ Itália/Mônaco
Hannibal	1959	Edgar G. Ulmer/ Carlo Ludovico Bragaglia	Itália
Le Legioni di Cleopatra	1959	Vittorio Cottafavi	Itália/França/ Espanha
Nel Segno di Roma	1959	Guido Brignone	Itália

Conforme aparece na Tabela 1, nos anos de 1950 foram rodadas vinte e duas películas que evocavam Roma, podendo ser considerada com a década seguinte a era de ouro dos filmes épicos. Hollywood continuou se mantendo como uma referência na indústria do cinema, sendo responsável por dez filmes. O segundo país que emergiu como grande produtor, em especial na segunda metade da década de 1950, foi a Itália com onze filmes, sendo que a grande maioria deles foi contando com parcerias quase sempre a França, e em dois casos a Espanha.

Isso implica em dizer que durante a década de 1950 o que a grande população absorveu sobre Roma Antiga no cinema é diretamente proveniente de construções ideológicas dos EUA e da Itália. Ou ainda é entender que o mercado de filmes épicos foi basicamente dominado por esses dois países, que do ponto de vista estético e artístico estavam muito próximos, uma vez que os italianos ao entrarem decididamente no circuito^{iv} buscaram cada vez mais se valer de cenários e figurinos de Hollywood (HUGHES, 2011, p. 1-2; p. 14-15).

Outro dado que pode ser constatado a partir dos filmes é sobre que momentos da história de Roma são adaptados e se há alguma preferência por país (Tabela 2).

Tabela 2. Produções por Recorte Temporal Romano.

Roma			
País	República	Alto Império (Principado)	Baixo Império (Dominato)
EUA	2	7	1
Itália	3	6	2

Conforme a Tabela 2, verifica-se que o Baixo Império e o período republicano foram os menos acionados. As únicas vezes em que se acionou o Baixo Império abordaram-se as invasões e fragmentações internas do império. Nesse sentido, aparecem em primeiro lugar dois filmes sobre Átila. O primeiro é “Sign of the Pagan” do alemão Douglas Sirk e o segundo é “Attila, il Flagello di Dio” do italiano Pietro Francisci. Ambos apresentam uma perspectiva negativa de Átila e exaltam a cristianização do Império. Esses elementos devem ser colocados ao lado da descrição de Átila e o contexto político de Guerra Fria. O que queremos dizer com isso é que o Império Romano Cristão estaria personificando o ocidente capitalista. Tendo pouco a dizer sobre o Império Romano Cristão e sobre Átila, como bem observou Francisco Ventura em seu artigo “Un Perfil Del Rey de los Hunos en *Sing of the Pagan* (D. Sirk, 1954)” (2011).

Ventura, conclui que é o filme do diretor alemão Douglas Sirk que se torna referência para todas as produções posteriores que trabalham a personagem Átila e que do ponto de vista histórico nenhuma dessas adaptações está pensando em Átila ou no Império Romano, o interesse é sempre pensar o tempo presente e projetando determinados discursos para o passado, sendo um dos mais latentes o conceito de democracia e civilidade.

A segunda menção ao Baixo Império é com o filme *Nel Segno di Roma* (1959) de Guido Brignone. O contexto político de *Nel Segno di Roma* é mais detidamente a fragmentação do Império, em que logo de início nos é informado a tomada da Síria, mais especificamente a Palmira, pela rainha Zenobia com apoio assírio, que é o tema central do filme. Sendo este apenas mais um evento em meio a outros (revoltas na Gália e Germânia também são mencionados), que tem uma marcação de liberdade nacional. Isto é, emergem ao longo do filme conceitos de democracia e emancipação colonial de nações estrangeiras, no caso o Império Romano.

As películas sobre a fase anterior ao Principado são ao todo cinco, sendo duas delas americanas (*Julius Caesar* e *Jupiter's Darling*) e as demais italianas (*Sins of Rome* ou *Spartaco*, *Hannibal*^v e *Le Legioni di Cleopatra*). A partir dessas produções o que fica explícito é a opção por se filmar três eventos distintos: a Segunda Guerra Púnica, a revolta escrava e a momentos finais da República Romana que desencadeiam no processo que leva Augusto ao poder.

Essas opções não chegam a propor uma certa linearidade temporal da história de Roma por não estarem sendo cronologicamente produzidas. Contudo é inegável um sintoma convergente entre elas: a busca pela liberdade. Isso fica ainda mais latente quando levamos em consideração a reinvenção da revolta escrava liderada pelo gladiador Espartaco. Falamos em reinvenção, porque do ponto de vista da documentação textual há pouco ou nada a se dizer sobre a insurreição escrava, o que implica dizer que são poucos os vestígios sobre os objetivos e ambições dos rebeldes. As fontes que retratam a revolta, que se deu entre os anos 73 a 71 AEC, como uma ameaça a estabilidade de Roma são tardias e não dão voz à perspectiva servil. Mesmo a síntese da rebelião expressa por Plutarco^{vi} em *Vidas Paralelas* é datável cerca de cem anos após o evento e parece em muitos aspectos incidental, por ser tratar da biografia de Marco Licínio Crasso. Neste sentido, a incorporação da narrativa estaria em diálogo com a preocupação em demonstrar os perigos da ambição política (WYKE, 1997, p. 34-35).

Do ponto de vista arqueológico, a documentação é ainda mais escassa. Juan Luis Posadas (2015, p. 42-43) nos lembra de que o que temos de concreto são acampamentos de diferentes exércitos, a localização de algumas batalhas e um estudo *in situ* do muro construído ao sul da Itália para conter Espartaco. Contudo, esses elementos se encontram em estado de fragilidade enquanto atestação. Uma vez que, pesquisas recentes colocam em dúvida a localização do muro, por exemplo, podendo estar entre Pizzo e Soverato ou entre Maratea e Roseto Capo Spulico. E há ainda autores, como o próprio Posadas, que ponderam que essa parede deve ser na realidade uma vala simples e feita com madeira. O que torna difícil a preservação de traços no terreno.

O que restringe essa rebelião escrava a apenas dois dados arqueológicos hipotéticos:

1. A destruição do templo de Apolo Aleo (Figura 1) a cidade calabresa de



Crimissa (perto de Ciro Marina), atribuído por Orsi, numa primeira fase à Guerra Púnica a respeito do exército de Aníbal, e numa segunda fase definitiva, a guerra de Espartaco.

Figura 1: Templo de Apolo.

Fonte: Posadas, J. L. Espartaco en la arqueología. Panta Rei. *Revista Digital de Ciencia y Didáctica de la Historia*, 43, 2015.

2. Foi localizado na cidade de Policoro na Basilicata um pequeno tesouro de um rico proprietário, que possibilita perceber a rota seguida pelos rebeldes no ano 72 AEC. É possível sugerir que este era devido à chegada iminente de bandidos ou talvez rebeldes. A hipótese é levantada por conta da chega dos gladiadores a região. Mesma região em que se situava a cidade Thurii Policoro (Turios), considerada uma espécie de capital de Espartaco por alguns estudiosos.

Todos esses elementos parecem ausentes na narrativa fílmica. Dado que a imagem construída pelo diretor e recebida pela sociedade da época é a de que eles estavam de frente de um dos maiores homens da História Antiga, como mesmo nos recorda George Kleine. Espartaco era antes de tudo o modelo de herói na busca pela liberdade em meio a uma Roma tirânica e autoproclamadora dona do globo. Contudo, é importante recordar que esses gatilhos de memória acionados pelo filme já estavam em circulação, sendo empregados em outros momentos. O teatro francês do século XVIII, atrelado a Revolução Francesa, deu início à produção de toda uma tradição ocidental que expandiu para o campo da política, da historiografia e mesmo outros setores das Artes em que Espartaco sempre era remontado como o ideal de luta contra a opressão e em um segundo momento contra a escravidão (WYKE, 1997, p. 36-37).

Julio César e, por tabela, Augusto também estariam nesse *hall* de heróis ocidentais na luta contra regimes despóticos. A película de Joseph L. Makiewicz é precisa na construção harmoniosa e idealista ocidental sobre César. Mesmo a conturbada fala inicial, na película, atribuída a Plutarco, como pode se ler abaixo, não nos deixa perder de vista que a morte de César estava ligada a tirania e a escravidão em que os opositores dos mesmos estavam interessados em cultivar:

Que conquista traz para casa? Que tributários o acompanham a Roma para adornar as rodas de sua carruagem de grilhões de cativos? Vocês são blocos, são pedras, são piores que as coisas inanimadas! Ó

corações duros, homens cruéis de Roma não conheciam Pompeu? Diversas vezes subiram em muros e ameias, escalaram torres e janelas, sim, até o topo das chaminés com os filhos nos braços e lá sentaram o dia todo com paciente expectativa para verem o grande Pompeu passar pelas ruas de Roma. E quando viam sua carruagem aparecer não davam vivas com tanto ardor que estremeciam o Tigre em seu leito com o eco dos brados em suas margens côncavas? E agora vestem seu melhor traje? E agora inventam um feriado? E agora espalham flores no caminho de quem marcha triunfante sobre o sangue de Pompeu? Fora! Vão para as suas casas, ajoelhem-se, rezem para os deuses afastarem a praga que deve se alimentar da tamanha ingratidão. (*Julius Caesar*, 1953)

Assim, a trama fílmica parece ecoar leituras da obra shakespeariana de nome homólogo. Ecos encontrados no enredo em si e, inclusive, no perfil psicológico de César: estabelece-se uma tensão entre bom e mau, até o ápice da narrativa em que vemos quem são os verdadeiros inimigos da liberdade. Neste sentido, essas leituras romantizadas de Espartaco e César paulatinamente passaram a ser entendidas como uma herança cultural compartilhada coletivamente no Ocidente e que os cinemas italiano e americano parecem estar em pleno diálogo.

III. Esses dados são interessantíssimos quando entendemos que em curta, média e longa duração o cinema também é um produtor de memórias e memórias que são sempre entendidas como verdades históricas. Halbwachs em seu livro “Memória Coletiva” (1990) defende que o indivíduo apenas se recorda por estar sempre inserido e mergulhado por grupos de referências, que seriam grupos em que o indivíduo fez parte e estabeleceu uma comunidade de pensamentos. Estes grupos estariam presentes para o mesmo, não necessariamente pela sua possibilidade física, mas por intermédio de retorno aos modos de pensamento e a experiência comum próprios do grupo. Assim, a memória seria uma construção grupal inserida num contexto social preciso, mas também é fruto de uma ação do sujeito.

Halbwachs atenta ainda para o fato de que a lembrança é sempre reconhecimento e reconstrução. É reconhecimento, pois ela porta o “sentimento do já visto” e é reconstrução porque é um resgate de elementos/fatos e vivências no contexto de um quadro de interesses do tempo presente. Além de ser diferenciada dos demais fatos e vivências evocáveis e localizada num tempo e espaço, fruto de um conjunto de relações sociais.

Essas colocações de Halbwichs nos parecem ser centrais para entender não apenas, mas principalmente, o último grupo de produções aqui a ser problematizado: películas sobre o Alto Império. De imediato uma questão se coloca que é o tratamento dado a esse período, o imperador vigente e o tema de fundo ou que norteia o enredo. Em outras palavras, as impressões que poderiam ser positivas ou negativas sobre esse passado romano estavam diretamente ligadas ao perfil do governante e o enredo, tendo como única exceção, como veremos a frente, a obra de William Wyler.

Partindo dessa indagação observa-se que do lado americano (Tabela 3), dos sete filmes rodados, os governantes mencionados por filme são: *Quo Vadis?* e *The Silver Chalice* no período de Nero; *The Robe* e *Demetrius and the Gladiators*, mostram duas passagens de governos, o primeiro de Tibério para Calígula e o segundo de Calígula para Claudio; e os demais filmes trazem Augusto em *Serpent of the Nile* e Tibério nas obras *Salome* e *Ben-Hur*. Além disso, constatamos que com exceção de *Serpent of the Nile* todos os demais abordam o impacto do Cristianismo nessa Bacia Mediterrânea Antiga e o comparam com o regime imperial.

Tabela 3. Imperadores em Filmes Americanos.

Título	Ano	Imperador
Quo Vadis?	1951	Nero
Serpent of the Nile	1953	Augusto
Salome	1953	Tiberio
The Robe	1953	Tiberio/Calígula
Demetrius and the Gladiators	1954	Calígula/Claudio
The Silver Chalice	1954	Nero
Ben-Hur	1959	Tiberio

Destes filmes as figuras de Nero e Calígula sempre serão descritas como negativas e ligadas aos excessos e ao excêntrico. Havendo uma carga pesada de adjetivações consoantes a essas ideias, tais como: “beberrão”, “gordo”, “promíscuo” e “invejoso”.^{vii} Essas adjetivações têm o seu ápice com o diálogo final entre Diana, esposa do tribuno Marcelo Gálio, e Calígula no final do filme *The Robe*:

- Diana: Os Césares de Roma eram nobres, mas você transformou sangue em veneno. Você corrompeu Roma com ódio e malícia. Você

é um César corrupto, traiçoeiro, embriagado de poder. Um monstro malvado passando-se por imperador...

Calígula interrompe Diana e diz:

- Pare!

Diana prossegue:

- Quanto a mim, achei outro rei. Quero ir com meu marido ao seu reino.

- Então, pelos deuses você irá. Vão vocês dois ao seu reino! – responde Calígula.

(*The Robe*, 1953)

A fala de Diana também dialoga com o pessimismo expresso por Messalina, esposa de Claudio no filme *Demetrius and the Gladiators*: “Roma já teve muitos heróis, mas estão todos mortos. Os imperadores são tiranos”. Se entendermos que *Demetrius and the Gladiators* é uma continuação de *The Robe*, o não dito informado por ambas as personagens é que o governo de Tibério era entendido como o lugar da justiça e da liberdade e como um bom líder. O reinado de Calígula, por sua vez, é marcado por uma constante preocupação com a imagem pessoal do imperador, tornando-se um grande opressor do povo romano.

Não bastasse isso, paulatinamente emergem ditos e não ditos nessas narrativas que demonstram que o maior erro de Nero e Calígula é se equiparem a divindades. Tanto que nos é apresentado um Calígula totalmente descontrolado com a possibilidade de Jesus ser maior que ele, uma vez que Jesus teria superado a morte. Seu desconforto é tamanho que ele se indaga por que sendo ele aquele que tem controle sobre a vida de cada um do império, tem que experimentar a morte. Esse tom dado parece, nesse sentido, decisivo e levado às últimas consequências para se confrontar o Império Romano com outro modelo de sociedade^{viii}: o Cristianismo, como nos dá bons indicativos à abertura de *Quo Vadis?* de Mervyn LeRoy:

Esta é o caminho de Apiano, a mais famosa estrada que leva a Roma, como todos os caminhos levam a Roma. Nesta estrada marchar suas legiões conquistadoras. Roma Imperial é o centro do império e mestre indiscutível do mundo, mas com esse poder inevitavelmente vem à corrupção. Nenhum homem é certeza de sua vida. O indivíduo está à mercê do estado. Assassinatos substituem a justiça. Governantes de nações conquistadas entregam seus súditos indefesos à escravidão. Altas e baixas camadas se tornam igualmente escravos romanos, reféns de Roma. Não há como escapar do chicote e a espada. Que nenhuma força na terra pode abalar os alicerces da pirâmide de poder e corrupção, da miséria humana e da escravidão, parece inconcebível, mas trinta anos antes deste dia, um milagre aconteceu. Em uma cruz romana na Judéia, um homem morreu para nos fazer livre, para

espalhar o evangelho de amor e redenção. A cruz humilde está destinada a substituir as águias orgulhosas [...]. Esta é a história do conflito imortal. E este início foi no verão no início do ano 64 dC, no reinado do Anticristo conhecido na história como o imperador Nero, a décima quarta legião vitoriosa está no seu caminho de volta a Roma sob o comando de Marcus Vinicius. (*Quo Vadis*, 1951)

O tom apresentado na abertura de *Quo Vadis?* anuncia uma leitura que parece ser constante em Hollywood quando se aborda o Cristianismo: a ascensão do Cristianismo e seu triunfo são resultados e respostas diretos sobre os males da Roma de Nero e de Calígula (Tabela 3.1).

Tabela 3.1. Estruturas de Modelos Sociais (Filmes Americanos).

Título	Cristianismo	Império Romano
Quo Vadis?	Liberdade/ Paz	Poder Despótico/ Corrupção/ Sofrimento Humano e Servidão
Serpent of the Nile	-	-
Salome	Liberdade/Justiça	Segregação Étnico-Social
The Robe	Liberdade/ Paz	Escravidão/ Guerra
Demetrius and the Gladiators	Liberdade/ Paz	Tirania/Opressão/ Desigualdade
The Silver Chalice	Liberdade/ Paz	Guerra/Injustiça/ Servidão
Ben-Hur	Fé Inabalável/Liberdade/Salvação	O mal social/ Corrupção/Escravidão

A tabela 3.1 demonstra quais são os modelos sociais construídos nos filmes em que o Cristianismo foi também abordado e o que se observa é sempre a oposição, como: “paz” e “guerra”, “liberdade” e “escravidão”. Maria Wyke (2000, p. 112-113) pondera que apesar de Hollywood apresentar modelos que aparentam ser antagônicos ainda na sua raiz de formação, devemos estar atentos ao fato de que a imagem do “anti-Cristo” é o imperador e não o império. Implica dizer que se o império prega a escravidão e a desigualdade é porque ele está sobre o controle daquele que anseia por corromper com a “lógica natural”: a liberdade cristã.

Contudo, para nós a assertiva de Maria Wyke, não parece se verificar no enredo de *Ben-Hur* de William Wyler. O que temos aqui é mesmo a exacerbação de um

violento debate entre a democracia e a tirania. Assim, nos parece muito pertinente a crítica de Bosley Crowther escrita em 22 de Novembro de 1959 ao *New York Times*:

Obviamente, esta história, com seus conflitos pessoais com base nas diferenças religiosas e políticas, é mais concreta para apresentar gerações, que viram tiranos e perseguidores no trabalho do que poderia ter sido para a maioria das pessoas que leram no século XIX. E é essa percepção primordial da presente, significativa e velha história que tem sido adequada acima de tudo nos raciocínios de Sr. Wyler, o homem (ou homens) que preparou o script. Na verdade, é essa percepção que justificou um remake no momento.

Agora, em conversas do herói como Messala, pode-se ouvir ecos do confronto horrível de interesses na Alemanha nazista. E pelas atitudes de ódio em Ben-Hur se pode sentir a paixão feroz de vingança que deve ter movido inúmeras pessoas na Polônia e na Hungria. E no exemplo humilde de Jesus, a maioria com bom gosto promulgada neste filme, perceberá que o genuíno movimento espiritual se envereda em direção ao ideal da irmandade dos homens. (Apud WYKE, 1997, p. 18)

Crowther capta bem o ambiente por vezes apocalíptico gestado pelas produções norte-americanas, sendo *Ben-Hur* o momento do apogeu desse movimento na década de 1950. Como observou Michel Wood em “America in the Movies” (1975) os filmes épicos americanos tendem, ao trabalhar com tradições ou heranças judaico-cristãs, a enaltecer as virtudes dessas tradições e a diminuir as culturas greco-romanas e egípcias. A razão para isso, segundo Wood, está no imaginário americano de que as bases de sua democracia estão intimamente atreladas a esses princípios, além de ser um modo de se distanciar da decadente e tirânica Europa que por meio desse passado greco-romano produziu o Império Britânico, o fascismo italiano, o nazismo alemão e mesmo o socialismo na União Soviética.

Neste sentido, essas produções parecem mesmo dialogar com um ambiente apocalíptico do qual mais uma vez as treze colônias, se entendendo como o “novo Israel”^{ix}, estariam em combate com a “pátria-mãe” (Europa) produtora de sistemas de governo que produzem a violência, a escravidão, a desigualdade e que, acima de tudo, colocavam em risco o futuro do capitalismo mundial e da sociedade liberal (WYKE, 1997, p. 115; HOBBSAWM, 1994, p. 227-228).

No caso italiano o quadro é distinto. Embora a temática cristã esteja presente quase que em sua totalidade, a leitura pessimista do império ou do imperador^x não se faz presente: dos seis filmes rodados, quatro falam sobre Cristianismo (Tabela 4).

Tabela 4. Imperadores em Filmes Italianos.

Título	Ano	Imperador
The Last Days of Pompeii	1950	Tito
Mio Figlio Nerone	1956	Nero
Afrodite, Dea dell'Amore	1958	Nero
La Spada e La Croce	1958	Tiberio
Erode il Grande	1959	Augusto
Gli Ultimi Giorni di Pompei	1959	Tito

Os italianos podem ter tomado esta postura, pois estavam preocupados não apenas em se inserir no mercado cinematográfico, como já comentamos anteriormente, mas também de reconstruir uma memória nacional e esse processo se deu logo após o fim da Segunda Guerra Mundial, diferentemente dos alemães que levaram alguns anos para se reconstruir. O trabalho inicialmente se deu pela intelectualidade comunista, proveniente do Partido Comunista Italiano (PCI), que já em 1946 percebeu que o cinema era central para a empreitada. Dessa iniciativa são rodados filmes de grande sucesso, tais como: *Roma, cidade aberta* (Roberto Rossellini, 1945-1946), *O bandido* (Alberto Lattuada, 1946) e *Um dia na vida* (Alessandro Blasetti, 1946).

Contudo, essa esquerda e seu movimento chamado de neorealismo são rapidamente deixados para trás. Mais precisamente, com as eleições de 1948 em que a Democracia Cristã (DC) derrota com 48,5% dos votos o governo de coalizão que estava há três anos no poder. Acompanhado desse embate político que tinha claras relações com a Guerra Fria, a Itália se viu bombardeada por produções hollywoodianas que tinha pleno apoio do Centro Católico Cinematográfico (órgão responsável por garantir “os princípios morais e educativos da Igreja”) (FABRIS, 2012, p. 191-195).^{xi}

Esses elementos podem justificar, primeiramente, a mudança de enredo, cuidado com o cenário e figurino em que filmes italianos tendiam a trabalhar. O que não significa dizer que a atenção aos detalhes tenha sido ignorada pelos cineastas, a diferença só estava no padrão que era hollywoodiano e que tinha sempre como base *Quo Vadis?*.

Em segundo lugar, começamos a entender porque tantas películas com a temática cristã. A Itália em seu contexto Pós-Segunda Guerra Mundial e sob o controle da Democracia Cristã (DC) evocava dois pilares fundadores e/ou complementares^{xii}: de

um lado, esteja a Roma Imperial, representada por Tito, Augusto e Tibério, do outro lado, temos o Cristianismo que se via perseguido não pelo império, mas por outros grupos religiosos que manipulavam informação e faziam autoridades romanas acreditar que os cristãos eram uma ameaça a ordem pública. Mesmo Nero em *Afrodite, Dea dell'Amore* acaba por ter uma leitura diferenciada dos filmes americanos, pois Nero é induzido a praticar atos desrespeitosos a população campesina e cristã. Assim sendo, o Nero italiano é um indivíduo influenciado e não um “anti-Cristo”.

IV. Michel Pollak (1992, p. 2) afirma que o processo de enquadramento de memórias se dá por intermédio de um trabalho de solidificação das memórias e é tão decisivo e importante que este impede a ocorrência de determinadas mudanças, forjando a concepção de uma ideia numa memória oficial (ou global) e outras em memórias subterrâneas. Em outras palavras, nesse processo há memórias que ganham o status de “realidade”/“verdadeira” ou são compreendidas como reais, e no caso mais particular, estes elementos se tornam parte da própria essência do indivíduo. As memórias não oficiais ou subterrâneas não deixam de existir, elas permanecem em negociação ou em disputa com a oficial. E em momento de tensão ou de desconfiguração da estrutura político-social elas tornam-se (mais) evidentes (HUYSSSEN, 2014, p. 13).

Essas considerações nos parecem gritantes quando nos indagamos sobre a chamada “Idade de Ouro” dos filmes épicos. Idade esta que se assenta temporalmente logo nos primeiros anos pós-Segunda Guerra Mundial. É interessante pensar como o Ocidente, em meio a essa “Idade de Ouro”, deu respostas distintas sobre um mesmo passado: a Roma Antiga.

Essas respostas parecem mesmo sinalizar que a Antiguidade não está lá, mas se faz presente em nosso cotidiano e que a acionamos para respaldar determinados valores, ideologias e identidades em constante ação e transformação. E por isso mesmo enquanto documentação o cinema não deve ser entendido como uma fonte menor ou pior ainda, nem ser considerada como uma fonte de interesse aos historiadores.

Caso contrário, se insistirmos com tais percepções, daremos continuidade em um processo de completa incompreensão, seja por descuido seja por fragilidade teórico-metodológica, a assertiva de Marc Bloch em seu livro “Apologia da História ou Ofício do Historiador” ao refletir sobre certas palavras proferidas por Goethe:

O que é, com efeito, o presente? No infinito da duração, um ponto minúsculo que foge incessantemente; um instante que mal nasce morre. Mal falei, mal agi e minhas palavras e meus atos naufragam no reino da memória. (BLOCH, 2001, p. 60)

Anexos

Anexo 1: Propaganda de cartaz calções rayon pugilista Munsingwear, em associação com Quo Vadis (1951).

make like Nero in...

QUO VADIS shorts

... speed up the process by showing your "empress" this page

A minute after she sees this page she'll choose all to buy you Munsingwear's exclusive rayon shorts. The guy designs are plotted right out of the dazzling motion picture of spectacular Roman days. Your legs did know they're in the smartest of these full-out rayon boxer shorts. They're in the happiest picture you ever saw. If she doesn't come through... get 'em yourself! \$2

Eight days' pleasure lasting with care

MUNSINGWEAR
at better stores everywhere

Fonte: WYKE, M. *Project the Past. Ancient Rome, Cinema, and History*. New York: Routledge, 1997.

Referências

- ARMSTRONG, Karen. *Em Nome de Deus*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- BLASETTI, Alessandro. *Um dia na vida*. Itália, 1946.
- BLOCH, Marc. *Apologia da História ou Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BONNARD, Mario. *Afrodite, Dea dell'Amore*. Itália, 1958.
- BRAGAGLIA, Carlo Ludovico. *La Spada e La Croce*. Itália, 1958.
- CARTAZ CALÇÕES RAYON. Propaganda de cartaz calções rayon pugilista Munsingwear, em associação com Quo Vadis (1951). In: WYKE, M. *Project the Past. Ancient Rome, Cinema, and History*. New York: Routledge, 1997.
- CASTLE, William. *Serpent of the Nile*. EUA, 1953.
- CHEVITARESE, André. *Jesus no Cinema. Um Balanço Histórico e Cinematográfico entre 1905 e 1927 (Vol 1)*. Rio de Janeiro: Klíne, 2013.
- COSTA, Flávia. “Primeiro Cinema”. In: MASCARELLO, Fernando (Org). *História do Cinema Mundial*. Campinas: Papirus Editora, 2012.
- COTTAFVI, Vittorio. *Le Legioni di Cleopatra*. Itália/França/Espanha, 1959.
- DAVES, Delmer. *Demetrius and the Gladiators*. EUA, 1954.
- DIETERLE, William. *Salome*. EUA, 1953.
- FABRIS, Mariarosaria. “Neo Realismo Italiano” In: MASCARELLO, Fernando (Org). *História do Cinema Mundial*. Campinas: Papirus Editora, 2012.
- FERRO, Marc. *História e Cinema*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- FRANCISCI, Pietro. *Attila, il Flagelo di Dio*. Itália/França, 1954.
- FREDA, Riccardo. *Sins of Rome*. Itália/França, 1953.
- GALLONE, Carmine. *Scipione l'africano*. Itália, 1937.
- GENNARI, Daniela. ‘If You Have Seen it, You Cannot Forget!’: Film Consumption and Memories of Cinema-Going in 1950s Rome. *Historical Journal of Film, Radio and Television*, v. 35, n. 1, p. 53-74, 2015.
- HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais LTDA, 1990 (1950).
- HOBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos. O Breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- HUGHES, Howard. *Cinema Italiano. The Complete Guide from Classics to Cult*. New York: I.B.Tauris, 2011.

- HUYSSSEN, Andreas. (2014) *Culturas do passado-presente*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- KOESTER, Henry. *The Robe*. EUA, 1953.
- LATTUADA, Alberto. *O Bandido*. Itália, 1946.
- LEONE, Sergio e BORNNAD, Mario. *Gli Ultimi Giorni di Pompei*. Alemanha Ocidental/Espanha/Itália/Mônaco, 1959.
- LEROY, Mervyn. *Quo Vadis?* EUA, 1951.
- MAKIEWICZ, Joseph L. *Julius Caesar*. EUA, 1953.
- MENEZES, Victor. Uma Time Square para Roma. Construções da cidade de Roma em Produções Midiáticas. *Atas da II Semana de Arqueologia da UNICAMP*. Campinas, v. 9, n. 11, 2015, p. 179-194.
- MOFFA, Paolo. *The Last Days of Pompeii*. Itália/França, 1950.
- PLUTARCO. *Vidas Paralelas*. São Pão: L&PM Pocket, 2006.
- POLLAK, Michael. “Memória e Identidade Social”. *Estudos Históricos*. (1992) Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, p. 200-212.
- POSADAS, Juan. “Espartaco en la arqueología”. *Panta Rei. Revista Digital de Ciencia y Didáctica de la Historia*, 2015, p. 41-47.
- ROSSELINI, Roberto. *Roma, Cidade Aberta*. Itália, 1945-1946.
- SALMI, Hannu. “Composing the past: music and the sense of history in Hollywood spectacles of the 1950s and early 1960s”. *Screening the Past*, vol. 5, 1998. Disponível em:
<http://tlweb.latrobe.edu.au/humanities/screeningthepast/firstrelease/fir1298/HSfr5d.html>
- Acesso em: 02/06/2015
- SAVILLE, Victor. *The Silver Chalice*. EUA, 1954.
- SIDNEY, George. *Jupiter's Darling*. EUA, 1955.
- SIRK, Douglas. *Sign of the Pagan*. EUA, 1954.
- SJÖBERG, Alf. *Barabbas*. Suécia, 1953.
- TEMPLO DE APOLO. In: Posadas, J. L. Espartaco en la arqueología. *Panta Rei. Revista Digital de Ciencia y Didáctica de la Historia*, 43, 2015.
- TOURJANSKY, Viktor. *Erode il Grande*. Itália/França, 1959.
- ULMER, Edgar G. BRAGAGLIA, Carlo Ludovico. *Hannibal*. Itália, 1959.
- VANZINA, Stefano. *Mio Figlio Nerone*. Itália/França, 1956.

VENTURA, Francisco. Atila. Un Perfil Del Rey de lós Hunos en *Sing of the Pagan* (D. Sirk, 1954). In: *Revista de Cine e Historia*, vol. 8, 2011. Disponível em: http://www.metakinema.es/metakineman8s3a1_Francisco_Salvador_Ventura_Atila_Sig_n_Pagan.html Acesso em: 10/08/2015

WOOD, Michel. *American in the Movies*. New York: Basic Books, 1975.

WYKE, Maria. *Project the Past. Ancient Rome, Cinema, and History*. New York: Routledge, 1997.

WYKE, Maria. Ancient Rome and the traditions of film history. *Screening the Past* 6 (1999). Disponível em:

<http://tlweb.latrobe.edu.au/humanities/screeningthepast/firstrelease/fr0499/mwfr6b.htm>

Acesso em: 02/06/2015

WYKE, Maria. (Ed.) *The Historical Film: History and Memory in Media*. New Jersey: Rutgers University Press, 2000.

WYLER, William. *Ben-Hur*. EUA, 1959.

ⁱ Vítor Menezes (2015, p. 180) nos lembra de que os cinemas italianos foram os primeiros a dialogarem com descobertas arqueológicas na construção dos cenários. Contudo, essa utilização estava ligada a constante preocupação em exaltar um passado entendido como glorioso de Roma. Essa questão é ainda mais acentuada com a ascensão de Mussolini ao poder.

ⁱⁱ André Chevitaese em seu primeiro volume de “Jesus no Cinema” (2013) apresenta uma interessante análise de como se deu os primeiros anos de filmagem sobre Jesus e os impactos dessas películas no público em geral e para aqueles que se entendiam como os únicos portadores do falar dessa personagem.

ⁱⁱⁱ É interessante ponderar que no Brasil já em 1900 são registradas as primeiras imagens sobre a Antiguidade por intermédio de personagens bíblicas, como Jesus, Judas e Moisés ou não bíblicas, mas que fazem parte desse imaginário cristão, como o filme de George Méliès *O Judeu Errante*, exibido em 1908 em Ribeiro Preto. A mais antiga exibição que temos é no Rio de Janeiro sobre a vida, a paixão, a morte e a ressurreição de Jesus no Rio de Janeiro (ARAÚJO, 1976, p. 125; p. 153).

^{iv} H. Hughes (2011, p. 1) afirma que a Itália passa a definitivamente produzir filmes épicos, depois de ter passado a pegar cenários de empréstimo de filmes como *Quo Vadis* (1951) e *Helen of Troy* (1955), que tiveram grande recepção no país.

^v Howard Hughes (2011, p. 55-56) faz um interessante comentário sobre essa preocupação em traçar uma historicidade italiana e em especial em se abordar Aníbal. O que se verifica é que para além do fato de ter sido uma mega produção, com várias locações externas fora da Itália, o pano de fundo é a sinalização do Senado como o elemento chave para a defesa de um governo republicano desde os tempos mais remotos da Itália.

^{vi} Outra importante referência provém do século II EC e é atribuída a Floro. Sendo esta ainda mais breve e mais partidária, projetando a ignomínia dos romanos em atender em uma guerra contra gladiadores.

^{vii} O que não significa dizer que essas personagens não tenham sido reapropriadas pelo mercado americano. Maria Wyke (1997, p. 110-111; 1999, p. 5-6) pondera que Nero foi um instrumento comercial de sucesso criado pela companhia americana MGM na década de 1950, criação essa que está intimamente relacionada ao tremendo sucesso da atuação de Peter Ustinov como Nero no filme *Quo Vadis?* de Mervyn LeRoy. Um ótimo exemplo dessa apropriação por parte do mercado está no anúncio de calções rayon pugilista Munsingwear (Anexo 1). Na propaganda é possível ver essa reconstrução por intermédio da figura de um homem americano moderno que alegremente toca um violino, enquanto era observado com grande admiração por sua “imperatriz” pessoal. Ele ostenta uma coroa de flores e sandálias, um colete, e um par de cuecas samba-canção de rayon que são decorados com imagens de

lanças e uniformes militares romanas. Assim sendo, Nero se tornou um grande ícone da virilidade, da luxúria e dos prazeres do consumismo nos anos de 1950.

^{viii} Quando falamos em modelos de sociedade, queremos sinalizar que o Cristianismo é entendido por esses diretores muito mais que um simples sistema religioso. O Cristianismo configura no imaginário, como veremos, um caminho a ser percorrido para a construção do pensamento democrático. E talvez seja por isso que é projetada na boca de Tibério a seguinte fala no filme *The Robe*: “o desejo do homem ser livre é a maior loucura de todas”. Tibério ao falar isso, estaria profetizando o fim do império. Poderíamos assim, usar um conceito cunhado por John Crossan (1995, p. 13-15) “profecias historicizadas”, que nada mais é que nós contemporâneos a um evento, projetamos para um passado com tom profético o que está ocorrendo ou já estamos cientes de que ocorreu.

^{ix} O termo foi empregado para fazer referência direta às colocações de Karen Armstrong em “Em Nome de Deus” (2001) que ao estudar a questão do conceito de fundamentalismo verifica que a história norte-americana está intrinsecamente a apropriações do texto bíblico. É o Destino Manifesto que instaura a ideia de Estados Unidos como o “Novo Israel”.

^x A tabela 4 evidencia dois filmes no tempo de Nero, contudo a leitura feita parece em alguma medida ecoa uma película dos anos de 1930, nos referimos ao *Nerone* de Alessandro Blasetti que por intermédio de uma paródia, que tem como cenário o Império Romano no período de Nero, faz duras críticas a Mussolini.

^{xi} O impacto da cinematografia americana é tão grande nesse momento de reconstrução da memória nacional italiana que ainda hoje é possível perceber ecos desse processo. Daniela Gennari produziu um interessante estudo sobre memória italiana e o cinema da década de 1950. Sua conclusão foi de que os primeiros filmes clássicos a serem lembrados são sempre os de gênero épico e destes os nomes mais citados são *Quo Vadis?* e *Ben-Hur*. Para maiores detalhes sobre o seu trabalho e metodologia ver: GENNARI, 2015, p. 53-74.

^{xii} É chave para essa assertiva a afirmação à fala de Glaucus a Gallinus em *Gli Ultimi Giorni di Pompei* (1959): “A justiça romana não é pautada em tortura”.

Artigo recebido em 17 de março de 2016 e aprovado em 23 de junho de 2016.

SILVA, Rénan. *Lugar de dúvidas: sobre a prática da análise histórica, breviário de insegurança*. Tradução Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015. 128p.

Gilvana de Fátima Figueiredo GOMES*

O lançamento, em 2015, da obra *Lugar de dúvidas - sobre a prática da análise histórica, breviário de insegurança*, acrescenta mais um título à coleção *História e Historiografia* que visa, prioritariamente, fazer circular entre estudantes e pesquisadores de história brasileiros, títulos que embora não contassem com tradução, já inspiravam certa curiosidade local por conta das abordagens instigantes e/ou pela renovação que promoveram nos âmbitos temáticos, metodológicos e teóricos. *Lugar de dúvidas* é, por certo, um livro instigante, não exatamente por *renovar* algo no campo da história, mas por organizar as angústias e reflexões de um historiador que trabalha distante dos grandes centros culturais de produção de conhecimento histórico. Nisso reside a importância da obra, que surge como indício da profundidade analítica da historiografia latino-americana e logra sistematizar os impactos, positivos e negativos, das recentes discussões promovidas por teóricos europeus e norte-americanos sobre a análise histórica.

O autor, Rénan Silva, é um pesquisador colombiano com formação em História pela *Universidade de Sorbonne (Paris I)*; possui uma produção considerável, publicada ao longo dos anos 2000 e, a partir da História Cultural e Política, investigou as relações entre os intelectuais e o Estado, políticas públicas e cultura popular e o papel da imprensa nos processos de ruptura política. Data de 2007 a publicação de *A la sombra de Clío*, uma coletânea de textos produzidos em momentos diversos e coligidos na forma de livro, ainda sem tradução para o português, que reúnem reflexões a respeito da prática histórica que parecem atravessar a produção do autor e ressurgem em *Lugar de dúvidas*. Questões como a não espontaneidade do ofício do historiador, a unilateralidade dos discursos históricos e a necessidade de historiar as diversas formas de se produzir uma análise histórica com vistas a compreender as condições atuais de produção desse conhecimento são linhas de investigação que interessam ao autor em *A la sombra de clío* e que também estão presentes na obra em tela.

* Mestranda em História - Programa de Pós-graduação em História - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - UNESP - Universidade Estadual Paulista, "Júlio de Mesquita Filho", campus de Assis. Assis, SP - Brasil. Bolsista CAPES. E-mail: fichamentoshistoria@gmail.com.

Silva partilha, com Michel de Certeau (CERTEAU, 1982, p. 56-119), a concepção de que seu trabalho é operado a partir de um *lugar social*, de uma *prática* que envolve arquivos, pautas temáticas e orientações epistemológicas e, por fim, de um *exercício de escrita*. Contudo, compreende que nas últimas décadas ocorreu uma redução dessas três dimensões básicas do fazer historiográfico à escrita, fruto, segundo o autor, de diversos fatores dos quais se destaca o avanço dos debates pós-modernos; esse processo de *desestruturação do ofício* afetou grandemente as pesquisas produzidas na Colômbia, país de “escassa tradição de trabalho no campo dos estudos históricos” (SILVA, 2015, p. 17). Acrescente-se a isso, a noção mais ou menos generalizada de que ofício do historiador requer pouca coisa além de interesse por curiosidades e antiguidades, algo que, perigosamente, afasta as exigências de método e faz crer que a análise histórica é uma prática espontânea (SILVA, 2015, p. 107).

É com a intenção de recolocar o ofício do historiador nas dimensões de lugar social e de prática constituída historicamente, e de demonstrar os protocolos de controle de produção desse saber, que o autor enfrentou de maneira sucinta, às vezes provocativa, e sempre firme, algumas das frequentes inquietações de historiadores e historiadoras na passagem do século XX para o XXI.

A partir dessa visão geral, é possível estabelecer uma divisão que não aparece claramente na obra, mas que serve para orientar a análise aqui proposta. Dos seis capítulos que compõem o livro, o primeiro e o último apresentam reflexões amplas sobre o lugar e os usos da ciência histórica e serão tratados mais adiante. Do segundo ao quinto capítulo, analisados já em seguida, o autor promove uma reflexão sobre os riscos metodológicos envolvidos na análise histórica.

Em *O passado é um país estranho* (segundo capítulo) Rénan Silva defende que a interpretação sobre o passado levada a cabo por historiadores não deve ter uma função em si mesma e, sim, servir para que, por analogia, surjam interpretações a respeito das sociedades contemporâneas. Deve-se, para tanto, abandonar concepções que fazem crer que a forma final ou atual de um fenômeno foi ou é sua única forma possível; trata-se de estranhar aquilo que carrega as marcas da familiaridade. A posição oposta, a naturalização das relações passadas e presentes pode, em última instância, levar a universalização de visão de mundo e a todos os riscos que a acompanham; contudo, para além da prática de pesquisa, é preciso que tal direcionamento alcance o “[...] próprio coração do *sujeito da ação histórica* e a suas formas de conhecimento e de

produção de verdade; a suas pregas morais e a suas formas mais ocultas e insuspeitas de comportamento e às suas mais extremas de imaginação” (SILVA, 2015, p. 42; grifo no original).

Pesquisas conduzidas sem esse cuidado tendem a estender para o passado, concepções que só são possíveis a partir de dinâmicas próprias do presente. É a isso que se dedica o terceiro capítulo, *O presente oculta o passado*. Silva defende que não há necessidade de justificar o estudo do passado no presente, se há clareza de que a atualidade é historicamente constituída e, parte dessa afirmação, para criticar claramente a história do tempo presente ao questionar a necessidade de se fundar um novo campo de investigação sob orientações tão pouco claras. Acrescenta ainda, que o gênero (história do tempo presente) surge de maneira ambígua, algo entre história e periodismo informado e, muito cedo, descarta dois dos mais importantes instrumentos de trabalho do historiador: o uso do tempo como artifício que permite enxergar e avaliar a mudança e o recurso ao distanciamento temporal do evento ou, em outras palavras, o uso de um olhar retrospectivo.

Para além da crítica, direcionada principalmente aos projetos de história do tempo presente de matriz francesa, o autor volta sua análise para o caso da historiografia colombiana e identifica um discurso unilateral, instalado nas grandes instituições de pesquisa do país, defendido por pesquisadores das mais variadas escolas, do marxismo ao pós-modernismo, o qual converge para a ideia de que há uma *experiência coletiva desgraçada* compartilhada pelas populações latino-americanas. No caso colombiano, tal opção interpretativa relaciona-se com as experiências contemporâneas de corrupção política, narcotráfico e terrorismo.

Fiados a este modelo da violência e da exclusão constante, as análises promovidas pelas novas gerações de historiadores colombianos apagaram o avanço das instituições democráticas no decorrer do século XX e apresentam sérias dificuldades em perceber que se houve exclusão no âmbito político, houve inclusão do ponto de vista cultural com o avanço do ensino público e a entrada de filhos de camponeses na universidade e com a cultura popular ocupando a agenda das políticas públicas identitárias naquele país. Para o autor, as análises que priorizam a situação de violência são válidas, mas não podem ser únicas, pois, ao reforçarem a ideia de que não houve outra realidade, assumem de maneira precoce a posição de que não pode haver outra realidade.

Diretamente ligado às sombras do presente que obscurecem a diversidade de experiências do passado, *Etnocentrismo e anacronismo* (quarto capítulo) discute esses dois grandes riscos que acompanham cotidianamente pesquisadores das ciências sociais, principalmente, historiadores. Sem apresentar nada de inovador a respeito da definição e dos cuidados que jovens pesquisadores devem ter para não incorrer em tais erros – afinal, o autor reclama programas metodológicos de autores modelares como Malinowski, Levi Strauss e Lucien Febvre que teriam superado a “ameaça de reduzir o *estranho ao próprio*” (SILVA, 2015, p. 62; grifo no original) -, Silva aconselha a leitura dos clássicos, preferencialmente aqueles que trazem análises sobre realidades e sociedades diversas, posto que tais obras tendem a pluralizar a visão de mundo dos profissionais em formação. Reforça, ainda, que a correta delimitação dos conceitos com os quais se pretende trabalhar afasta das análises as ‘noções confusas’ que podem comprometer o resultado final.

Contudo, o autor adverte que anacronismo e etnocentrismo não são problemas de formação, embora essa etapa da vida profissional possa ser um determinante. Para Silva, é a forma de organização social vigente na contemporaneidade que impede a construção da alteridade sem o peso dos juízos de valor. A experiência empobrecida do presente, em termos próximos àqueles defendidos por Walter Benjamin (BENJAMIN, 1993. p. 114-119), tem vínculos estreitos com os fenômenos da violência e com a presença do terror e do terrorismo; enclausurados, e supostamente protegidos, em sua área de conforto, os jovens tem dificuldade para conhecer e compreender outras realidades que não sejam as suas. Essa experiência fragmentada criou *umbigos inexistentes no mundo* e fomentou julgamentos unilaterais. Assim, os primeiros momentos de vida dos sujeitos sociais, que irão mais tarde se apropriar dos mecanismos de produção de conhecimento científico, histórico e social, são marcados pela ausência de contato prático com a diversidade da experiência humana e, por mais que sejam constantemente alertados sobre os males do anacronismo e do etnocentrismo e que se esforcem para superá-los em suas análises, os resquícios da vida segregada que muitos desses homens e mulheres vivem influenciam sua percepção a respeito dos objetos que pretendem dar a conhecer. Embora, não cometam anacronismo e etnocentrismo primários, acabam em algum momento construindo narrativas em que, vez por outra, o eu, o nosso surgem como medida do mundo.

O quinto capítulo, *O problema da linguagem*, é iniciado com as reflexões de Foucault, que à época da *Arqueologia do Saber* enfatizava que o dito é uma porta de entrada aos sistemas de classificação, hierarquização e representação que caracterizam uma sociedade determinada. A linguagem é também, na perspectiva de Silva, um obstáculo por seu caráter marcadamente social, relacionado aos seus usuários e aos seus significados, ambos historicamente mutantes. Os cuidados com a linguagem, que nos anos finais do século XX conheceram notável avanço, são considerados na obra como passos iniciais de uma pesquisa bem-sucedida: a partir do trabalho com o caráter histórico da linguagem, o pesquisador terá condições de elaborar questionamentos pertinentes ao seu objeto. Do contrário, haverá sempre o risco de que o uso inadequado de um termo desfigure uma dada realidade; tal argumento é construído, pelo autor, a partir da análise dos sentidos acumulados do termo colônia na América espanhola, na qual se evidencia comprometimentos de método em pesquisas já clássicas da historiografia colombiana.

Diferente dos conteúdos apresentados até este momento, o primeiro e o último capítulo trazem reflexões gerais sobre o fazer historiográfico. No primeiro capítulo, *História e Ficção*, o autor enfrenta a questão da diferença entre a análise histórica e ficção. Ao invés de apresentar razões para questionar as teorias que incluem a história no rol dos gêneros literários, posição frequente em outros trabalhos sobre o mesmo tema, o autor inicia seu texto afirmando, com Ginzburg (GINZBURG, 2007, p. 07-14), que história e ficção não possuem diferenças fundamentais de natureza. Para ele, ambas são produções culturais e o fato de que na contemporaneidade, a primeira é caracterizada como estudo científico que visa a verdade, enquanto a segunda é entendida como uma atividade imaginativa sem compromisso com real, faz parte de um processo histórico de afirmação da ciência.

Historiadores, cientes das transformações que levaram a essa divisão, não deveriam encontrar, portanto, maiores problemas em aceitar as formas de produção do seu trabalho e não se sentiriam surpreendidos com as teorias que procuram aproximar história e literatura, afinal, ambas as produções travam uma relação de conflito e aceitação desde a Grécia Antiga. Quando se tem claro que a noção de verdade e sua relação com ciência são, também, dados mutáveis ao longo dos tempos, não há porque encarar com desespero os encontros e desencontros da história e da ficção. Por fim, o autor afirma que, se em literatura ou ficção se usa a imaginação livremente, ainda que

esta seja também um dado histórico, em história a imaginação é usada de forma controlada e pesam sobre tal uso, os protocolos de pesquisa, estes também construídos historicamente.

O último capítulo, *A causa soma, consola, dá prestígio, dá patente de superioridade moral e nos permite ter boa consciência perante o próximo*, promove um questionamento duro aos pesquisadores que se debruçam sobre objetos de pesquisa relacionados à ideia de um compromisso político que a pesquisa em história supostamente deve ter; trata-se principalmente de questionar a emergência do amplo conjunto de investigações sobre temas como gênero, diversidade sexual, etnia, minorias, entre outros. Para o autor, a atitude militante e politicamente correta não pode ser elemento suficiente para que produza uma análise histórica de qualidade. Mais além, Silva afirma que muitos dos pesquisadores desses temas se utilizam de anseios sociais concretos e da força política de grupos que clamam por mudanças para garantir seu *status* acadêmico, fomentos às suas pesquisas, melhores posições institucionais, sem, de fato, roçar na realidade que dizem ser necessário modificar. O argumento central é que a militância tem gradativamente substituído o trabalho consciencioso que deve ser desenvolvido por historiadores e historiadoras, e a simples escolha de um objeto que se relacione com os *excluídos da história* serve para que se produza uma análise histórica, ainda que essa não corresponda às exigências da disciplina.

De maneira geral, os capítulos, mesmo independentes, respondem as duas amplas questões que permeiam a obra: a necessidade de recolocar a análise histórica em uma perspectiva para além da escrita e, em consequência, a definição dos diversos elementos mobilizados para a produção dessa análise, que qualificam, portanto, uma prática não espontânea. Em comum, todos os capítulos têm a preocupação de apontar a historicidade do fazer historiográfico na contemporaneidade, de maneira similar àquela defendida por Foucault ao evidenciar que o conhecimento não é uma faculdade humana inata ou uma estrutura universal, mas sim, um acontecimento, resultado de processos históricos e condições que também podem ser postas sob o signo do conhecer (FOUCAULT, 1999, p. 24).

A preocupação de Rénan Silva ganha novas cores quando se parte dessa perspectiva da desnaturalização da ciência histórica na contemporaneidade. A insistência do autor para que os pesquisadores em exercício na última década considerem, sob perspectiva histórica, não somente as teorias e métodos precedentes,

mas principalmente os pressupostos e orientações que pautam, cotidianamente, suas análises, serve, ao mesmo tempo, como um alerta e uma orientação, e explica o título original do livro. *Confissão de parte: evangelário*, o primeiro título da publicação, reclamava o termo cunhado pelo literato Severo Sarduy: *envangelário*, a contração dos termos evangelho e abecedário, significa, nas palavras do autor: “[...] as regras básicas que trato de pôr em marcha no ofício que pratico: a investigação histórica sobre a sociedade e a reflexão epistemológica e ética sobre essa atividade [...]” (SILVA, 2015, p. 127).

Não atentar para as condições do ofício que se pratica e entender que demandas sociais, pressão institucional, emergência de novos objetos, pautas e paradigmas, entre tantos outros, são elementos que pesaram somente na historiografia praticada em outros tempos e espaços é um risco e contribui para naturalizar a atividade investigativa levada a cabo todos os dias por historiadores e historiadoras. Por outro lado, orientar-se a partir dessa reflexão e fazer dela uma parte de todo trabalho investigativo, permite que se estabeleçam a carga de sentido e potenciais efeitos sociais que o trabalho produzido no campo da historiografia pode atribuir à experiência cotidiana.

Por fim, é válido ressaltar que, a despeito da capacidade de síntese (o texto tem pouco mais de 120 páginas) e do tom ensaístico da obra, a erudição em historiografia, a coragem em enfrentar temas que costumam afastar muitos pesquisadores e a capacidade analítica do autor ensejam uma autocrítica da produção historiográfica latino-americana, cuja intenção é avaliar o que se acumulou de saber e *saber fazer* no conjunto de narrativas, teorias e metodologias de pesquisa mobilizadas por historiadores e historiadoras, do passado e do presente. A consciência, declarada pelo autor, do seu lugar de produção, não somente no âmbito da instituição, mas também no sentido de um país cuja trajetória fomenta, no presente, uma visão e um tratamento do passado, ou uma *cultura histórica*, convidam a conhecer os programas em andamento na historiografia latino-americana. Além disso, incentivam a investigação, pelas mesmas vias, das características da historiografia brasileira contemporânea, posto que essa pode, por analogia, encontrar as mesmas dificuldades e vícios identificados por Rénan Silva.

Referências

BENJAMIN, Walter. Experiência e pobreza. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. Ensaio sobre literatura e história da cultura. Obras escolhidas vol. 1. São Paulo: Brasiliense, 1993. p. 114-119.

CERTEAU, Michel de. A Operação Historiográfica. In: CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau Editora, 1999.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros. Verdadeiro, falso, fictício*. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SILVA, Renán. *A la sombra de Clío*. Diez ensayos sobre historia e historiografía. Medellín: La Carreta Histórica, 2007.

Resenha recebida em 13/08/2016. Aprovada em 14/11/2016